

CIDADES E CASAS DA MACARONÉSIA



*Evolução do Território e da Arquitectura Doméstica nas Ilhas Atlânticas
sob Influência Portuguesa - Quadro Histórico, do Séc. XV ao Séc. XVIII*

José Manuel Fernandes
Arquitecto

VOL. I

ESTA DISSERTAÇÃO FOI ELABORADA TENDO COMO ORIENTADOR
CIENTÍFICO O PROFESSOR DOUTOR ARQUITECTO AUGUSTO PEREIRA
BRANDÃO, AO QUAL O CANDIDATO AGRADECE TODO O APOIO PRESTADO

CIDADES E CASAS DA MACARONÉSIA

**EVOLUÇÃO DO TERRITÓRIO E DA ARQUITECTURA DOMÉSTICA NAS ILHAS ATLÂNTIDAS
SOB INFLUÊNCIA PORTUGUESA - QUADRO HISTÓRICO, DO SÉC. XV AO SÉC. XVIII**

**DISSERTAÇÃO PARA DOUTORAMENTO EM ARQUITECTURA
NA ESPECIALIDADE DE HISTÓRIA DA ARQUITECTURA
PELA FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA**

**JOSÉ MANUEL FERNANDES
ARQUITECTO**

MARÇO DE 1992

AGRADECIMENTO

A elaboração desta dissertação baseou-se numa série de trabalhos de campo e de investigações parcelares, levadas a cabo em locais distintos, que só se tornaram possíveis com o apoio de várias instituições. Contou também com a atenção crítica, o acompanhamento ou o apoio de professores, colegas e investigadores. A todos quero mencionar e agradecer:

Instituições:

Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa
Instituto Nacional de Investigação Científica
Fundação Calouste Gulbenkian
Associação dos Arquitectos Portugueses
Secretaria Regional de Educação e Cultura: Governo Regional dos Açores
Secretaria Regional de Educação e Cultura: Governo Regional da Madeira
Instituto Histórico da Ilha Terceira
Câmara Municipal da Ribeira Grande: São Miguel
Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar
Ministerio de Asuntos Exteriores de España
Universidade Federal do Estado de Santa Catarina: Brasil

Professores:

Arq. Augusto Pereira Brandão
Dra. Maria João Madeira Rodrigues
Dr. Jorge Barbosa Gaspar
Dr. Artur Nobre de Gusmão
Dr. Walter Piazza
Dr. José Augusto França

Colegas e Investigadores:

Arq. João Vieira Caldas
Dra. Marieta Mesquita
Dr. José Ventura
Dr. Rui Carita
Arq. Olivier Pourbaix
Dra. Maria João Janeiro
José Joaquim Méco
Mário Jorge Fernandes
Arq. Ana Tostões
Arq. Manuel Espada
Dr. Francisco Morais Janeiro

com um especial agradecimento à Arq. Maria de Lurdes Janeiro

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

VOLUME I - Texto/ Notas. Bibliografia

VOLUME II- Iconografia. Cartografia. Fotografia.

3 INDICE

10 NOTA TÉCNICA

VOL. I

11 INTRODUÇÃO - CONCEITOS, MÉTODO, OBJECTO, CONTEÚDOS E TEORIZAÇÃO

11 A - Alguns conceitos gerais: interpretações

11 1 - História, ciência, interdisciplinaridade

12 2 - História(s): da cultura, da arte, da cidade e da arquitectura

14 B - Questões metodológicas

14 1 - O contributo da "Nova História"

15 2 - A contribuição do estruturalismo e da antropologia

16 3 - Método comparativo, determinismo, humanismo

17 4 - Antropologia histórica e antropologia do "habitat"

19 C - Objecto do estudo e fontes: valor dos documentos materiais

20 1 - Uma heurística

21 2 - Da crítica externa à hermenêutica

22 D - Teorização e organização temática

22 1 - Tipologia e modelo

23 2 - Urbano e rural, erudito e vernáculo

25 NOTAS

31 PRIMEIRA PARTE

31 Acerca da Evolução do Território

=====

31 Introdução

.....

33 Capítulo I

33 Os Arquipélagos da Macaronésia - Apresentação e Enquadramento

33 A - Identificação; a geografia

33 1 - Localização, extensão, dimensões

34 2 - Formação e relevo

34 - Aspectos geológicos

36 - Aspectos do relevo

39 3 - Clima, vegetação e culturas

41 - Aspectos da vegetação e das culturas

45 4 - Vida económica - contrastes e elementos comuns

47 B - A ocupação humana

47 1 - Uma história comum, uma tradição mítica

48 2 - Causas e motivações da descoberta e colonização

50 3 - As primeiras ocupações e a sua administração

52 - Açores, Canárias, Cabo Verde: contrastes da ocupação inicial

54 4 - Características da ocupação: linhas dominantes e condicionantes fundamentais

55 - Ruralidade

55 - Introversão

56 - Instabilidade ou Insegurança - a "dimensão telúrica"

57 - Religiosidade

58 - Uma síntese de temperamento - a "Insularidade"

59 5 - Filiações e raízes

61 C - Povoamento e território

61 1 - A população

62 2 - Fases e tipos de povoamento - o processo de ocupação do espaço físico, rural e urbano

65 3 - Relações territoriais entre ilhas: localização e orientação dos povoados

67 4 - A implantação dos povoados: "lombas", "achadas" e "fajãs"

71 NOTAS

81	Capítulo II	112
81	As Cidades no Continente - Origens e Modelos	120
81	A - A cidade portuguesa nos fins da Idade Média	122
81	Introdução	122
82	1 - Evolução dos sistemas urbanos - um resumo	122
82	2 - Os aspectos locativos da cidade	123
83	- A romanização, agente urbanizador e unificador	123
84	- "Desurbanização" versus Islão - o contraste norte-sul	123
85	- Primeira Dinastia - da centralização à "atlantização"	124
87	3 - Os aspectos da estrutura interna da cidade	124
87	- Antecedentes	124
88	- As "cidade novas"	124
90	- Modelos e conceitos	124
93	B - Relação com a cidade espanhola	124
93	Introdução	124
94	1 - Contrastes e afinidades	124
96	2 - Categorias de caracterização e de oposição	124
97	- Oposições	124
99	C - Algumas conclusões: temas para a cidade insular	124
101	NOTAS	124
107	Capítulo III	124
107	As Cidades das Ilhas	124
107	A - Aspectos da estrutura e da forma urbana	124
107	Introdução	124
108	1 - Tipologias das estruturas urbanas	124
109	- O modelo linear	124
110	- O modelo irradiante	124
110	- O modelo em retícula	124
111	2 - Os elementos nucleares do espaço urbano insular	124
113	B - Análise dos principais núcleos urbanos	124
113	1 - Apresentação cartográfica e bibliográfica	124
114	- Madeira	124
114	- Açores	124
115	- Cabo Verde	124
116	2 - O caso especial das Canárias	124

118	3 - Algumas conclusões a partir da cartografia	
119	- A análise dos principais núcleos urbanos	
120	4 - O Funchal e as vilas da Costa Arrábida: dos modelos à história paralela	
122	- Uma "irmã dilecta" do Funchal: Sesimbra	
125	- Funchal, Setúbal, Sesimbra: síntese das analogias	
128	- A evolução urbana do Funchal: significado e pontos marcantes	
131	5 - As cidades dos Açores	
132	- Angra e a sua génese - fases de crescimento	
136	- Ponta Delgada - de vila a capital micalense	
141	6 - Ribeira Grande de Cabo Verde - uma implantação falhada	
147	C - Uma visão de conjunto - o modelo de Cidade Insular Portuguesa em síntese	
151	NOTAS	
163	SEGUNDA PARTE	
163	Da Arquitectura Doméstica	
	=====	
163	Introdução	
165	NOTAS	
167	Capítulo IV	
167	A Casa no Continente - um Quadro de Referência	

167	A - A casa urbana - da Idade Média ao século XVIII	
168	1 - Os tipos de casa	
168	2 - Origens prováveis dos tipos de casa	
169	3 - Espaço urbano e espaço interno	
170	4 - A influência do Renascimento	
171	5 - A época de Setecentos	
173	B - A casa rural - distribuição geográfica e tipos	
173	1 - As grandes regiões do país	
174	2 - As sub-zonas principais da casa rural	
175	3 - A casa rural e os modelos eruditos	
177	NOTAS	

183	Capítulo V	183
183	A Casa Urbana nas Ilhas	183
183	-----	183
183	Introdução	183
184	Morfologias - uma sistematização	184
185	A - As morfologias comuns à Macaronésia	185
185	1 - Estrutura das paredes e fenestrações	185
186	2 - Coberturas e sanqueados	186
186	3 - Telhados "múltiplos"	186
187	4 - Torres, torreões e mirantes	187
189	5 - Emolduramento dos vãos e decoração simbólica	189
189	- Vãos com elementos em arco de tipo conopial	189
190	- Vãos com elementos de feição classizante	190
194	- Vãos com expressão densa e "quasi-barroca"	194
197	6 - Preenchimento dos vãos com elementos em madeira	197
199	7 - Sistema de forno-lareira doméstico	199
201	B - Tipologias - uma sistematização	201
201	Introdução: conceitos	201
202	1 - Casa elementar térrea	202
203	2 - Casa elementar "torreada"	203
205	3 - Casa "de tipo antigo"	205
205	4 - Casa "larga" de expressão seiscentista	205
207	5 - Casa "esguia e alta"	207
209	NOTAS	209
219	Capítulo VI	219
219	A Casa Rural nas Ilhas	219
219	-----	219
219	Introdução	219
221	A - Aspectos morfológicos gerais	221
221	Introdução - aspectos morfológicos gerais	221
221	1 - O exterior: estrutura, paredes e coberturas	221
221	- Utilização de outros materiais	221
223	- As habitações escavadas	223
223	- As casas de madeira e de palha	223
223	- As casas com cobertura de palha	223
225	- As casas com cobertura de barro	225
226	- Casas com paredes de madeira e pedra, com telhado	226

226	2 - Telhados de "tesoura" e "múltiplos"; beirais, "pombinhas"	183
228	- Os beirais	
229	3 - Organização interna das habitações: divisórias, pavimentos, salas	183
231	4 - Elementos justapostos: escadas e anexos	
232	- Pátios e anexos	183
233	B - Elementos morfo-tipológicos: o forno e a cozinha	184
233	1 - O "sistema lareira alta - forno interior" e a casa	185
233	- Definição e originalidade	185
233	- Uma geografia	185
234	- Origens	185
236	- Descrições e evoluções	187
238	2 - A cozinha e a casa	188
238	- Razões e tipos	189
239	- Exemplificações e evoluções	190
243	- Origens	194
245	C - Tipologias: uma sistematização	197
245	1 - Origens, influências, contributos locais	197
246	- Estudos percursores	197
247	2 - Os três grandes grupos de casas elementares	197
247	- Casa com cozinha dissociada	197
251	- Casa linear	197
252	- Casa com cozinha integrada	197
257	NOTAS	197
		
271	TERCEIRA PARTE	200
271	Capítulo VII	200
271	Conclusões	200

271	Introdução	200
273	A - Aspectos globais	201
273	1 - Originalidade	201
273	2 - Síntese, de dominante meridional, dos temas norte-sul	201
273	3 - Sentido ruralista	201
273	4 - Presença portuguesa	201
273	5 - Capacidade de combinação e de recriação	201
274	6 - Dialéctica tradição-inovação	201
274	7 - Importância dos morfo-tipos; o forno e a cozinha	201
274	8 - Personalidade temática dentro de cada arquipélago	201

275 B - Originalidade da casa urbana

275 1 - Aspectos morfológicos

275 2 - Aspectos morfo-tipológicos

275 3 - Aspectos tipológicos

277 C - Originalidade da casa rural

277 1 - Aspectos morfológicos

277 2 - Aspectos morfo-tipológicos

278 3 - Aspectos tipológicos

279 D - A Macaronésia e o Mundo

279 1 - Áreas de influência/similitude na casa urbana

280 2 - Áreas de influência/similitude na casa rural

281 E - Conclusões gerais relativas ao espaço urbano e à
arquitectura doméstica

283 NOTAS

285 BIBLIOGRAFIA

287 I - Obras de carácter geral

287 A - Ligadas à teorização

289 B - Ligadas às áreas de urbanismo ou de arquitectura

297 II- Obras de carácter específico, sobre o tema da dissertação ou com ele
directamente relacionadas

297 A - Ligadas a uma visão global ou monográfica

302 B - Ligadas aos aspectos urbanos

304 C - Ligadas aos aspectos arquitectónicos

309 III- Obras complementares

309 A - Literárias ou técnicas

310 B - Enciclopédicas

311 C - Atlas, catálogos, inventários, planos, cartas

NOTA TÉCNICA

O TEXTO da dissertação encontra-se organizado por capítulos, cujas NOTAS, com a indicação (-) referida ao longo do texto, estão identificadas e desenvolvidas no final de cada capítulo.

As referências às IMAGENS, contidas exclusivamente no II volume, e essenciais para a compreensão do texto, fazem-se por meio da inclusão, no local apropriado do mesmo texto, da indicação (FIG.-); quando há nova referência a imagem já indicada atrás, ou que virá a ser posteriormente indicada, a notação utilizada é a seguinte: (ver a FIG.-).

As referências BIBLIOGRÁFICAS (reunindo todos os trabalhos utilizados directamente na dissertação), estão organizadas de modo temático, classificado e desenvolvido no final do I volume. Possuem um número de ordem, segundo a notação [N], no início de cada referência.

Há ainda a referir as referências ICONOGRÁFICAS, ou seja, respeitantes aos documentos apenas utilizados no volume II, cuja listagem desenvolvida se apresenta no final do mesmo, com a notação [x] ou [x']

O modo de organização/utilização das referências bibliográficas (cuja notação segue a recente norma NP405/88, seg. normas internacionais) é o seguinte:

- As REFERÊNCIAS PRINCIPAIS mais completas encontram-se na bibliografia final. São elas, segundo o esquema mais completo: [N. de ordem] Nome do autor - Título da obra. Título da obra onde se insere, caso exista. Responsabilidade secundária. Local de edição: Editor, Data de edição, Localização exacta da obra (sempre que possível: volume, tomo, número de publicação periódica, página-páginas). Indicações complementares;

- Ao longo do texto, aquando da 1a. CITACAO DA OBRA, esta surge, identificada em nota, e é referida por elementos resumidos: Nome principal do autor [N.de ordem] - Título da obra (resumido). Local de edição. Data da edição. Localização exacta da citação feita, quando é o caso. Deste modo é possível relacionar directamente a 1a. citação de uma obra com as referências completas respectivas, a ela feitas, na bibliografia classificada;

- Finalmente, nas CITAÇÕES SEGUINTEs à primeira, remete-se sempre o leitor para a 1a. citação na nota respectiva [cf.: In op. cit. ou obra citada na nota (-), capítulo N], de forma a permitir o inter-relacionar das várias referências, feitas ao longo do trabalho, à mesma obra.

De mencionar ainda que as obras utilizadas de FORMA INDIRECTA (ex: contidas em citações de citações) são referidas apenas na respectiva nota de capítulo, não se indicando portanto na bibliografia classificada final.

Introdução - Conceitos, Método, Objecto, Conteúdos e Teorização

"L'humanisme récuse l'autorité. Mais il respecte la tradition."

Erwin Panofsky, in "L'oeuvre d'art et ses significations"

"A Geografia, para nós, vale outro tanto como a História (...)"

Vitorino Nemésio, escrevendo sobre os Açoreanos e as Ilhas

Deseja-se com este estudo constituir um quadro desenvolvido de uma "cultura urbana e arquitectónica na Macaronésia" (as "ilhas Atlântidas", o conjunto dos arquipélagos de colonização portuguesa do Atlântico Norte), caracterizando-a ao longo de uma evolução histórica (cerca de quatro séculos) e inserindo-a num espaço cultural e numa área geográfica de raiz predominantemente ibérica e europeia.

Para proceder correctamente ao aprofundamento desta matéria, há que precisar alguns conceitos mais gerais, fundamentar e justificar o método seguido, caracterizar o objecto do estudo, salientar as fontes mais importantes utilizadas e estabelecer uma organização temática e um sistema de conteúdos.

A - Alguns conceitos gerais : interpretações

1 - História, Ciência, Interdisciplinaridade

Tratando-se fundamentalmente de uma investigação de carácter histórico, todas as matérias serão abordadas dentro de uma leitura cronológica, assente numa perspectiva evolutiva, num tempo concreto.

A História, ciência do tempo, "... estudando o homem, encara-o na sua actividade social, ou, mais precisamente, como entende Toynbee, através do 'estudo das suas experiências e das suas acções.' (...) Desta forma, como refere Collingwood, 'a História servirá para o auto-conhecimento humano, para que o Homem se conheça a si próprio.'" (1)

Sem querer aprofundar aqui a complexidade que envolve a definição exacta do conceito de História como ciência humana, como Marc Bloch ou George Lefebvre a definiram (2), aceitamos o seu enquadramento na classificação geral de Jean Piaget, que designa por "...ciências históricas do homem as disciplinas cujo objecto é reconstituir e compreender o desenrolar de todas as manifestações da vida social no decurso do tempo." (3)

E interessa-nos em especial a ideia das ciências históricas como diversidade, uma vez que desta forma se acentua o carácter AUXILIAR e plural das várias contribuições disciplinares, que, exteriores à História embora, a apoiam e complementam. Este é um aspecto fundamental numa investigação como a presente, onde são muitas vezes estruturantes os dados obtidos nomeadamente pela Cartografia e pela Geometria Descritiva, ou pela Demografia, pela Arqueologia e pela Antropologia - para só citar aqui algumas das mais relevantes. Neste quadro, o papel de maior destaque será porém destinado à Geografia, como desenvolvidamente se exporá na abordagem metodológica.

Esta interdependência disciplinar foi justificada, num quadro essencialmente humanista, por Erwin Panofsky, referindo-se a uma compreensão em simultâneo rigorosa e intuitiva da História da Arte: "Mais alors, comment élever l'histoire de l'art au statut d'une discipline érudite et respectable, si les objets mêmes n'accèdent à l'existence qu'au terme d'un processus irrationnel et subjectif? (...) La vraie réponse réside en ceci, que la re-création esthétique intuitive et l'enquête archéologique sont interdépendantes: à nouveau, voici une 'situation organique'. Il n'est pas vrai que l'historien de l'art constitue d'abord son objet par une synthèse re-créatrice, et ensuite seulement entreprenne son enquête archéologique (...) En réalité les deux démarches ne se succèdent pas, elles s'interpénètrent." (4)

2 - História(s): da Cultura, da Arte, da Cidade e da Arquitectura

De facto, dentro da vasta área histórica, este estudo aborda dois sectores - urbanismo e arquitectura - que se prendem directamente com um dos ramos especializados daquela - a História da Arte, inicialmente definida como disciplina autónoma e científica por Winckelmann (1764) e Hegel (1820-9) (5).

Não cabe aqui aprofundar a questão de saber até que ponto é legítimo considerar o estudo e a interpretação do objecto-cidade ou do objecto arquitectónico como totalmente incluído no campo artístico - há que referir no entanto que a cidade constitui uma das mais complexas invenções humanas, envolvendo para a sua compreensão global a intervenção de muitas outras disciplinas (como a Economia, a Sociologia, a Urbanística), que contribuíram desde cedo para o seu conhecimento e fundamentação. A isso se refere Chueca Goitia (6): "Pode-se estudar a cidade sob um número de ângulos infinito: O da história: 'a história universal é história de cidades', disse Spengler; o da geografia: 'a natureza prepara o local e o homem organiza-o de maneira a satisfazer as suas necessidades e desejos', afirma Vidal de la Blache; o da economia: 'em nenhuma civilização a vida das cidades se desenvolveu independentemente do comércio e da indústria' (Pirenne); o da política: a cidade, segundo Aristóteles, é um certo número de cidadãos; o da sociologia: 'a cidade

é a forma e o símbolo de uma relação social integrada' (Munford); o da arte e arquitectura: 'a grandeza da arquitectura está ligada à da cidade, e a solidez das instituições costuma avaliar-se pela dos muros que as protegem' (Alberti). E não são estas as únicas perspectivas possíveis, porque a cidade, a mais compreensível das obras do homem, como disse Walt Whitman, engloba tudo, e nada do que se refere ao homem lhe é estranho."

Paralelamente, o historiador Roberto S. Lopez insiste na importância de muitas investigações científicas precursoras do estudo da cidade, com carácter não histórico, e nas quais os seus colegas vieram a basear-se (7).

Fazendo indiscutivelmente parte da História da Cultura, cidade e arquitectura não poderão talvez ser reduzidas apenas à leitura como objectos de arte; mas esta perspectiva - desde que interligada como as outras áreas de conhecimento que se dedicam à cidade e à arquitectura - permanece como fundamental para o seu entendimento.

O problema permanece de resto em aberto, aspecto que deve ser aqui salientado; para muitos autores, o entendimento de uma História do Urbanismo ou da Cidade tem sido defendido enquanto campo de conhecimento específico, mas dentro da área da História da Arte, como refere Maria João Madeira Rodrigues: "O conceito de cidade enquanto objecto de uma História de Urbanismo, entendida como disciplina no âmbito da História da Arte, implica a aceitação do objecto-cidade como coisa percepcionável e como forma existencial, cujo percurso e grau de significação o definirá como obra".(8)

A História da Arquitectura, apresentada e defendida como disciplina autónoma por Paul Frankl em 1914, (9), constituiu-se também como campo fundamental, emergente da História da Cultura: "A history of building programmes is therefore part of cultural history, and my task would be easier if studies in cultural history were more advanced, although I am concerned only with a part of these studies. It has long since been observed that a connection exists between the two disciplines; only the nature of this connection has been disputed." (10)

Mais recentemente (meio século depois), após a "recusa da história" gerada pela teorização desenvolvida à volta do Movimento Moderno, tem a História da Arquitectura sido defendida de forma polémica como saber globalizador e totalmente autónomo em relação à própria História da Arte, por autores como Leonardo Benevolo: "O que tem de mudar não é só a orientação, mas também a definição de 'história da arquitectura', que não pode ser entendida como uma secção da 'história da arte', mas, pelo contrário, como um exame global da paisagem construída tendo em vista as necessidades humanas, e em relação à qual a história da arte sirva de aferição sectorial." (11)

Embora sem o carácter determinista e a dependência estilística que o autor lhe atribuiu, é ainda de algum modo caro ao presente estudo o conceito de "história da arte anónima", que Heinrich Wölfflin definiu (12), com as implicações e no enquadramento epocal que Arnold Hauser refere (13) - na medida em que fundamenta muita da atitude na abordagem à chamada arquitectura doméstica ou do "habitat", de expressão vernácula ou popular - afinal uma forma de "obra de arte anónima", para recuperar a expressão do mestre germânico.

Mais recentemente (1964), num catálogo fundamental no âmbito do presente estudo (14), Bernard Rudofsky "traduziu" para o campo arquitectónico este conceito de "autor desconhecido" da obra de arte, expondo e sistematizando uma vasta série de tipologias construtivas que ajudaram a consolidar o conceito de "arquitectura vernácula": "Architecture Without Architects attempts to break down our narrow concepts of the art of building by introducing the unfamiliar world of nonpedigreed architecture. It is so little known that we don't even have a name for it. For want of a generic label, we shall call it vernacular, anonymous, spontaneous, indigenous, rural, as the case may be. Unfortunately, our view of the total picture of anonymous architecture is distorted by a shortage of documents, visual and otherwise." (15)

B - Questões metodológicas

1 - O contributo da "Nova História"

Qual o entendimento das metodologias da História em que se fundamenta este estudo? Numa perspectiva "aberta" a uma visão actual, que poderíamos apelidar de "Post-Nova História" (16), esse entendimento terá de ser necessariamente multifacetado e plural, aceitando a interpretação "cronológica" conjugadamente com a leitura "serial" na busca das "invariantes" (17). Isto é, contando com a operacionalidade dos temas "estilísticos" em relação dialéctica com os factores "tipológicos"; e, numa visão mais global, para usar a terminologia de Fernand Braudel (18), combinando o papel atribuído às "conjunturas" com o desempenhado pelas "estruturas" na compreensão dos acontecimentos e factos - introduzindo assim o conceito de "tempo longo" na investigação. Terá ainda que assentar na valorização dos documentos materiais construídos e iconográficos, como verdadeiros "monumentos", para além dos documentos escritos; e finalmente, terá que possuir um entendimento alargado e inter-activo das fontes e ramos do conhecimento a utilizar.

De facto, a chamada "Nova História" - como Marc Bloch, Lucien Febvre e depois Fernand Braudel a foram consolidando - descobriu valores fundamentais da ciência histórica actual, nomeadamente no âmbito de uma história urbana e arquitectónica em que o presente estudo assenta, como são:

- a importância dos DOCUMENTOS OU TESTEMUNHOS INVOLUNTARIOS (não escritos, mas fruto da arqueologia, da paisagem construída);
- a acentuação da importância do 'TEMPO LONGO', da ESTRUTURA, para além do estudo dos factos singulares e eventos, conjuntura;
- o privilegiar dos factos de cariz ECONÓMICO-SOCIAL E CULTURAL, para além dos aspectos políticos;
- o profundo SENTIDO CRÍTICO da investigação histórica, o saber deixar as questões em aberto, para melhor saber avançar no conhecimento;
- uma visão "anti-especialista", que privilegia a INTEGRAÇÃO DAS VÁRIAS CIÊNCIAS SOCIAIS e consequentemente a perspectiva PLURIDISCIPLINAR.

2 - A contribuição do Estruturalismo e da Antropologia

Como já sugerimos, para além da história "arqueológica", que se dedica a uma identificação e análise do edificado (e, por extensão, dos ícones cartográficos e desenhados) - bem como da "história estética" (que privilegia a leitura da peça arquitectónica e da cidade como "obra de arte"), utilizar-se-ão neste estudo os conceitos de "história estrutural" e de "história antropológica". Vejamos alguns aspectos que envolvem esta aplicação.

A corrente do pensamento designada por "estruturalismo" influenciou profundamente a história, sobretudo como complementar modo metodológico (19). "...há que distinguir a 'história estrutural', em sentido lato - que, em certa medida, nasceu com os 'Annales', por 1929, - da 'história estrutural', em sentido estrito, isto é, tributária do estruturalismo propriamente dito e que se desenvolveu sobretudo nos anos 60; a influência do 'estruturalismo' na história encontrou terreno favorável, não só devido ao 'fim das ideologias' - ou à crise de 'teorização'(...) como também por se intregar em algumas tendências da escola dos 'Annales'(...) a 'análise estrutural', no domínio da história, tem sido também estimulada pelo contributo de outras análises e noções, introduzidas em diversas ciências, tanto da natureza como humanas e sociais. Pode indicar-se como exemplo, a 'noção de sistema' e a 'análise sistémica', a que se referem, entre outros, Edgar Morin e Joël de Rosnay." (20).

Neste estudo será particularmente importante a utilização de técnicas metodológicas que permitam constituir agrupamentos como as "séries tipológicas" (morfológicas, espaciais, funcionais, urbanas), servindo quer a análise da arquitectura vernácula quer a dos sistemas urbanos. Acresce em importância este método, se se pensar na escassa informação disponível organizada cronologicamente. Efectivamente há escassos documentos e monumentos datáveis com rigor ou total segurança no âmbito da arquitectura vernácula e doméstica estudada; e a cartografia urbana só apresenta tardiamente documentos significativos sobre as cidades macaronésias - em inúmeros casos, depois do século XVIII).

Por tudo isto nos surge compreensível e justificável neste estudo a utilização, com fins analíticos, de métodos (à primeira vista "impuros" no campo da história-ciência) que na sua essência são "a-históricos" - expondo e assumindo assim uma dialéctica entre "sincronia" e "diacronia" como interacção complementar.

Como de resto salienta Jean Piaget, uma solução profícua estará na associação entre metodologias "históricas" e "estruturalistas": "A terceira [via metodológica], representada sobretudo nas escolas que sofreram influências marxistas, coordena a análise estruturalista com a histórica, consistindo então a explicação em combinar a estrutura e a génese. Ligadas às investigações etnológicas (...)"(22). Esta será uma leitura muitas vezes seguida no presente estudo.

3 - Método comparativo, determinismo, humanismo

É evidente que as técnicas do estruturalismo favorecem o "método comparativo" - outro importante sistema de conhecimento aplicado neste estudo, para além da análise de tipo monográfico, utilizado mais uma vez como sistema complementar do primeiro (quando investigações específicas, anteriores ao estudo ou desenvolvidas no seu âmbito o permitam): "O método comparativo é de grande interesse para a investigação histórica, a despeito de não se encontrar muito praticado nem muito teorizado. (...) Segundo Marc Bloch, 'praticar o método comparativo no âmbito das ciências humanas consiste (...) em procurar, para as explicar, as similitudes e as diferenças que apresentam duas séries de natureza análoga, extraídas de meios sociais distintos'" (21).

Este método, seguido por sistema no presente estudo, vê realçada a sua importância sobretudo em relação a certos aspectos ou temas que, dadas as limitações das fontes e documentos já apontadas, só com ele podem ser aprofundados:

- sugestão de novas observações ou investigações. Tal será possível, por exemplo, no que se reporta a fenómenos susceptíveis de serem documentados, mas ainda pouco estudados em certas sociedades;

- explicação dos fenómenos de sobrevivência ou de permanência, isto é, fenómenos que se explicam por um estágio anterior de evolução da sociedade em foco;

- investigação das influências ou da filiação entre sociedades;

- estudo das semelhanças e diferenças existentes entre a evolução das sociedades consideradas." (23). Substituindo na citação anterior a expressão "sociedades" por "sistemas urbanos" ou "tipologias arquitectónicas", especificaremos dois dos temas fulcrais de análise, valorizados pela aplicação do método comparativo.

Em paralelo, houve que evitar certos "erros" característicos da abordagem pelo método referido (24); o do "anacronismo" (que a utilização da perspectiva da "longa duração", "plurissecular", já atrás explicada, evita a corrige); o de conhecer mal aquilo que se compara (só se deve comparar aquilo que efectivamente é comparável); e o de confundir "comparação" com "justaposição" (agrupando numa colecção sem "relações internas orgânicas" elementos diversos).

Em suma, seguindo a perspectiva de Ciro Cardoso e Pérez Brignoli (25), "...acreditamos - como já acreditaram Sée e Pirenne - que uma das condições essenciais do aperfeiçoamento científico da nossa disciplina consiste em que os historiadores deixem de ver no método comparativo um procedimento entre outros, que possam usar ou não segundo lhes agrada, e se dêem conta da 'necessidade de usá-lo sempre e sistematicamente'(...)."

Uma das questões conceptuais com mais implicações metodológicas vitais na presente abordagem prende-se com a relação específica entre geografia e história. Dadas as características do tema em estudo, centrado à volta de grupos de ilhas inicialmente desabitadas e da sua ocupação humana, é evidente

a dependência desses espaços em relação a aspectos culturais, materiais e civilizacionais, que SÓ A CONJUGAÇÃO DA GEOGRAFIA COM A HISTORIA PODE EXPLICAR, no âmbito de uma evolução e transformação - da terra e dos homens.

Há assim que, neste passo, evitar a visão determinista do espaço ou da paisagem sobre o homem - como Lucien Febvre, seguidor do geógrafo Vidal de la Blache, soube entender - e dar o devido fôlego aos aspectos antropológicos, culturais, civilizacionais que outras ciências complementarmente saberão realçar. O homem, agente transformador do espaço, actua em liberdade, recebendo influências do meio mas nunca sendo por ele "determinado".

É a visão "possibilista" a qual, opondo-se à estritamente "determinista" ou complementando e corrigindo possíveis excessos da leitura "influencialista", Lucien Febvre expôs numa obra fundamental, em 1922, onde de resto aborda o tema da insularidade (26): "Não há a influência rígida e uniforme de quatro ou cinco grandes fatalidades geográficas a pesar sobre as individualidades históricas. Em todos os instantes e em todas as manifestações da sua existência, através do intermediário extraordinariamente hábil e tenaz, dessas coisas vivas e dotadas de iniciativa que são os homens, isolados ou em grupo, há influências constantes, duradoiras, múltiplas, contraditórias por vezes, de todas essas forças do solo, do clima, da vegetação (...)" (27).

Em última análise, a perspectiva possibilista valoriza ou tem como preocupação de fundo a "visão humanista" que deverá nortear história e geografia, como Erwin Panofsky a entendeu, entre as oposições ambivalentes da "humanitas-barbaritas" e da "humanitas-divinitas" (28): "C'est de cette conception ambivalente de 'l'humanitas' que l'humanisme est né. Il ne s'agit pas tant d'un mouvement que d'une attitude; on la peut définir comme la foi en la dignité de l'homme, que fondent tout ensemble l'importance attribué aux valeurs humaines (rationalité, liberté) et l'acceptation des humaines limitations (falibilité, fragilité). De ce double postulat résulte le sens de la responsabilité et de la tolérance". E Panofsky relaciona logo de seguida esta noção de "humanismo" com a visão anti-determinista (29).

4 - Antropologia histórica e antropologia do "habitat"

É nesta perspectiva que surge como fundamental para a nossa investigação o contributo da antropologia, assente nas bases estruturalistas que já referimos: privilegiando o Homem como agente inventor, recriador e transformador da paisagem, a partir de modelos ou tipos de influência aos quais só fica preso na medida de cada situação concreta: é a "...Antropologia histórica, disciplina muito jovem, mas com vastas ambições, que parece querer integrar aquisições da 'história quantitativa' e da 'cultura material'(...)" (30).

Esta nova disciplina vai recorrer basicamente ao estruturalismo mais "duro", como Lévi-Strauss realça: "A Ciência só tem dois modos de proceder: ou é reducionista ou é estruturalista (...) quando somos confrontados com fenómenos demasiado complexos para serem reduzidos a fenómenos de ordem inferior, só os podemos abordar estudando as suas relações internas, isto é,

tentando compreender que tipo de sistema original forma no seu conjunto [estrutura]. Isto é precisamente o que tentámos fazer na Linguística, na Antropologia (...)" (31).

A tradição do pensamento anglo-saxónico, muito ligada ao estudo do comportamento humano e da sua expressão concreta em bases materiais, vem dando um contributo assinalável a esta linha de investigação dentro das ciências antropológicas.

Assim, um trabalho marcante na aplicação das técnicas estruturalistas ao estudo da casa e dos aglomerados humanos - e um dos apoios teóricos do presente estudo - foi a obra de Amos Rapoport, "Pour une Anthropologie de la Maison" (32), na qual o autor partiu das posições possibilistas de Febvre (e da visão de Lewis Mumford) já referidas, para a leitura dos espaços construídos e da cultura material das chamadas "sociedades tradicionais", chamando a atenção para a importância dos valores simbólico-culturais na escolha das suas formas: "La grande variété des formes conduit nettement à penser que ce n'est pas le site, ni le climat ou les matériaux qui déterminent le mode de vie ou l'habitat. (...) l'homme a mis son énergie dans les formes symboliques plutôt que dans les formes utilitaires même lorsqu'il en était encore à peine à ses débuts." (33)

Este aspecto é fundamental na compreensão das sociedades insulares - base do objecto deste estudo - pois que, aparentemente condicionadas pelo meio ilhéu, a sua produção material só pode ser explicada pela introdução de factores culturais e comportamentais nelas interiorizadas, e obviamente provindos de outros espaços.

Amos Rapoport acentua o peso dos valores simbólicos na produção da casa-habitação e do espaços colectivos: "Etant donné un certain climat, la possibilité de se procurer certains matériaux, et les contraintes et les moyens d'un certain niveau technique, ce qui décide finalement de la forme d'une habitation et modèle les espaces et leurs relations, c'est la vision qu'un peuple a de la vie idéale. (...) Nous pouvons dire que maisons et agglomérations sont l'expression matérielle du 'genre de vie', et ceci constitue leur nature symbolique." (34)

A importância dos aludidos valores assenta deste modo na ideia do primado da cultura como "capacidade de escolha" dentro de uma determinada sociedade: Rapoport justifica esta perspectiva: "En contestant le déterminisme physique ou économique, je ne cherche pas à y substituer un certain déterminisme culturel. Je cherche à prouver la primauté des forces socioculturelles, non leur action exclusive. (...) L'homme construit peut-être pour dominer son environnement, mais c'est AUTANT l'environnement interne, social et religieux que l'environnement physique qu'il domine - en termes culturels l'environnement idéal." (35)

A base científica operativa de todas as últimas reflexões é a do comportamento colectivo como expressão da cultura da comunidade respectiva; neste sentido, valoriza-se o "enfoque" regional e a identificação dos valores DE DIFERENÇA entre as várias comunidades. Como mais uma vez Rapoport acentua, "On accepte implicitement qu'il y a un double lien entre le comportement et la forme: tout d'abord la compréhension des aspects du comportement, comprenant

désirs, motivations et sentiments, est primordiale pour comprendre la forme bâtie puisque cette dernière est la matérialisation de ces aspects; ensuite les formes bâties affectent le comportement et le mode de vie." (36)

Esta valorização do comportamento colectivo, nas suas implicações com a psicologia dos grupos, e entendida como expressão cultural "idiossincrática", encontram fundamento e análise desenvolvida nos trabalhos de outro americano, referido aliás no livro de Rapoport como trabalho de referência (37): "The Hidden Dimension", por Eduard T. Hall.

Neste estudo, Hall baseia-se de facto nesses postulados, e, partindo de análises experimentalistas na área da biologia (muito dentro da visão "behaviourista" anglófona), caracteriza a diversidade dos comportamentos sociais conforme as culturas de cada povo (38): "...different cultures not only speak different languages but, what is possibly more important, 'inhabit different sensory worlds'. Selective screening of sensory data admits some things while filtering out others, so that 'experience as it is perceived' through one set of culturally patterned sensory screens is quite different from experience perceived through another. THE ARCHITECTURAL AND URBAN ENVIRONMENTS THAT PEOPLE CREATE ARE EXPRESSIONS OF THIS FILTERING-SCREEN PROCESS" (o sublinhado é nosso).

Apontamos assim para uma "história psicologista" ? Só na medida em que a contribuição da psico-sociologia nos pode ajudar a perceber, aplicada ao estudo da expressão material dos povos insulares da Macaronésia, as suas "idiossincrasias" (39), e através delas, a expressão material (neste caso arquitectónica e urbana) do seu "temperamento colectivo".

Há que ter em linha de conta, neste campo, o opúsculo de Jorge Dias, "O Essencial sobre os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa" (40), livrinho mal entendido na sua época, mas que constitui um primeiro, ousado e brilhante esforço para uma visão INTEGRADA da cultura portuguesa. Nele o autor aponta já - embora de modo quase "rude" e esquemático - a direcção científica e disciplinar das investigações sobre aspectos culturais, que o futuro confirmaria: "Creio mesmo que virá um dia em que o progresso dos estudos etnológicos permitirá uma síntese perfeita e cientificamente fundamentada do que é culturalmente específico do povo português. Mas para isso é necessário abandonar as intuições mais ou menos brilhantes e os juízos superficiais ou apriorísticos e seguir um caminho penoso de análises sucessivas e de interpretações e sínteses parciais, até se poder alcançar esse fim superior que todos nos propomos." (41) Esperamos sinceramente que o presente estudo seja mais uma achega a esse partilhado desejo.

C - Objecto do estudo e fontes : valor dos documentos materiais

Com um "olhar de historiador" perante a arquitectura e o urbanismo, façamos agora algumas observações sobre as fontes ou documentos mais utilizados nesta investigação.

Não caberá no âmbito deste estudo a discussão das definições rigorosas de "fonte" e de "documento", aceitando-se ambas as palavras como designações possíveis para todos os elementos intermediários entre o passado e o his-

toriador (42). Há porém que acentuar aqui a importância que possui no presente trabalho a utilização dos documentos materiais, não escritos, que constituem verdadeiros "objectos de estudo" - os "monumentos architectónicos" (ruínas, habitações existentes, base da investigação sobre a casa da Macaronésia) - para além de outros "documentos figurados" de essência arqueológica (a observação directa da cidade, ou da cartografia antiga, suporte da investigação sobre o urbanismo das ilhas, como é exemplo a planta quinhentista do Funchal), ou dos "documentos registados" (como a fotografia aérea ou de campo, igualmente muito utilizada)(43).

Em ambos os casos os documentos materiais tornaram-se o ponto de partida mais sólido para a investigação, como fontes primárias (44), analisadas sempre que possível "in situ", e constituindo-se deste modo em vestígios ou em testemunhos, com maior ou menor grau de voluntarismo ou de intencionalidade.

Esta dominante não deve fazer esquecer, naturalmente, a utilização, conjunta e dialéctica, dos documentos escritos, sobretudo como instrumentos (na quase totalidade impressos), quer sob a forma de fontes primárias (certa literatura de viagens, como a obra de Linschoten sobre Angra), quer de fontes secundárias ou indirectas, abundantemente utilizadas como suporte teórico (artigos, comunicações, livros sobre os diversos temas abordados)(45).

Podemos mesmo dizer que foi assumido como característico deste estudo o basear-se na solidez dos monumentos materiais, que pensamos ter de algum modo compensado a eventual "fragilidade" dos inúmeros documentos escritos secundários utilizados.

1 - Uma Heurística

Em suma, pode dizer-se que a investigação e recolha de documentos, a heurística, se caracterizou neste estudo pela valorização das fontes primárias, enquanto monumentos materiais (vestígios ou testemunhos, de pendor involuntário ou não intencional), e logo, dos documentos não escritos.

Como historiador de arte, e no caso concreto, como investigador no campo da arquitectura e da cidade, seguimos a linha conceptual e interpretativa apontada por Erwin Panofsky, que a exemplifica com o caso do retábulo quatrocentista: "J'ai parlé du retable de 1471 comme d'un 'monument', et du contract comme d'un 'document'; c'est-à-dire que j'ai considéré le retable comme un object d'investigation (ou 'matériau primaire') et le contract comme un instrument d'investigation (ou 'matériau secondaire'). Ce faisant, j'ai parlé en historien de l'art." (46).

Cabe aqui também chamar a atenção para a dificuldade de catalogar neste esquema classificativo a planta dos núcleos urbanos, já que, se ela apresenta muitas das características de fonte primária ("planta-filtro", como desenho de continuidades e de sobreposições, registando os sinais essenciais dos vários sistemas construídos ao longo da sua evolução), não deixa de poder ser também entendida com "planta-palimpsesto" (47) - imagem sucessivamente apagada e "re-escrita" - documento "ilusório" e neste sentido secundário como fonte.

Inclinamo-nos neste estudo para seguir a primeira destas leituras, já que ela corresponde à valorização da cidade como sistema complexo, material e significante - uma vez mais apoiados complementarmente na documentação escrita.

2 - Da Crítica externa à Hermenêutica

A "crítica externa", incidindo sobre a validade, a autenticidade e a integridade dos documentos (48), foi aplicada de modo específico aos "monumentos materiais". Em relação à arquitectura de habitação, foi o desenho o instrumento privilegiado de registo e entendimento do objecto (sobretudo pela representação do espaço tridimensional no sistema de Monge); através das suas características representadas em síntese gráfica, foi por regra possível identificar a sua validade e autenticidade, mediante a análise de certos elementos constantes, como o tipo de estrutura, materiais, formas, objectos, espessura de paredes, tipo de cobertura, modulação e proporções dos compartimentos.

Em relação à cidade, foi a representação, sintetizada em planta, das suas principais estruturas funcionais e formais (rede viária, largos, praças e quarteirões, edifícios especiais e correntes) que foi revelando, por análises parciais, a veracidade e características do objecto, e desmontando a sua complexidade.

Com base nas representações de casas e cidades, a restituição ou a reconstituição da sua integridade num ou em vários momentos históricos, para cada um dos diferentes objectos, foi tentada com maior ou menor grau de certeza. Por exclusão dos elementos apócrifos, ou de elementos exteriores a certas características epocais, foi possível elaborar representações arquitectónicas ou urbanas dos objectos, como deveriam ter sido nos períodos respectivos. Este trabalho foi sistemático, pois só excepcionalmente se dispunha de monumentos datados da época em análise (um ou dois edifícios com datação inscrita na pedra (séc. XVIII); duas ou três plantas de cidades do século XVI ou XVII). Para a elaboração desta crítica, foi de novo fundamental a concorrência da documentação escrita, com papel complementar.

A aplicação de uma Hermenêutica ou crítica interna, sobre o valor e o significado dos conteúdos foi neste estudo muito condicionada ou determinada pelas características figurativas ou iconográficas dos documentos não escritos - testemunhos involuntários e muitas vezes produzidos de forma inconsciente (49).

Assim, há que remeter aqui as nossas reflexões para o que se disse atrás sobre o uso do método comparativo, sobre a técnica estrutural e antropológica da criação de séries - sistemas que permitiram desenvolver uma crítica continuada e consequente, e uma interpretação virada para as sucessivas sínteses parciais que vão sendo feitas no estudo, até se atingir a síntese final.

Neste campo há que referir e aprofundar alguns aspectos teóricos que foram essenciais no desenvolvimento do processo de análise / síntese ao longo do estudo.

D - Teorização e organização temática

O dois grandes campos deste trabalho são, num âmbito englobante, a "evolução da organização do território" (que inclui espaço rural e urbano) e a "evolução da arquitectura de habitação" (que se orienta sobretudo para o espaço doméstico vernáculo).

Eles foram entendidos como complementares, historicamente interpenetrados - um "diálogo" entre um "macrocosmos" (o território e a cidade) e um "microcosmos" (a casa, com todos os seus atributos). Isto é: para compreender uma das áreas, contribui o processo de investigação da outra, e vice-versa.

É dentro destes dois campos que o estudo se orienta. Primeiro, partindo de enquadramentos (a geografia e história insulares; as origens ibéricas das cidades e da habitação) - seguindo-se uma perspectiva interpretativa, com a concorrência da análise tipológica e morfológica - para atingir finalmente a definição de "tipos" e de "modelos": de habitações, de formas, de cidades. As sínteses parciais acompanham sucessivamente este processo de teorização.

Há, neste passo, que precisar definições e distinguir conceitos, como os referentes a tipo, tipologia, morfologia, modelo. Há que referir igualmente as oposições entre conceitos de rural e urbano, e de erudito e vernáculo.

1 - Tipologia e Modelo

O nosso entendimento de "tipo", "tipologia" e "modelo" é o de uma progressiva extensão e abstracção de conteúdos: "tipo", genericamente significando nesta acepção a reunião dos "...caracteres essenciais de todos os objectos da mesma natureza" (50), será usado igualmente de uma forma genérica, ao caracterizar os objectos com uma originalidade específica.

Já no uso da expressão "tipologia", entendemos que esta "...visa enquadrar as características de um objecto (...) em certo número de tipos correspondentes a determinadas épocas, excluindo qualquer critério valorativo de índole artística, necessariamente subjectivo" (51). Alargando o conceito a categorias ou séries não epocais, a palavra "tipologia" referir-se-á sempre a uma "ciência de tipos", ou a um "sistema de tipos", implicando uma seriação, uma classificação sequencial e ordenada dos grupos de tipos.

"Morfologia" designará os "sistemas de formas", em idêntico sentido de organização de tipos, mas sendo estes mais restritos nas suas características (elementos construtivos, decorativos, técnicos).

"Modelo" implica finalmente um grau de abstracção considerável; na sua acepção ou definição, em história, modelos são "...conjuntos de traços coerentes e interdependentes apropriados a dar conta do real o melhor possível, mas sem se confundirem como ele" (52). Esquema explicativo, o modelo será portanto entendido aqui como uma estrutura conceptual mais elaborada, partindo de uma interpretação ou de um "sistema de tipologias" (ou de morfologias). Mas note-se que, por sua vez, um agrupamento de "modelos" pode inscrever-se numa nova "tipologia" classificativa.

Exemplificando, quando se compara Sesimbra com o Funchal (cap.III), referimo-nos a uma "tipologia" de urbe litoral atlântica, que vai informar, adiante no estudo, em conjunto com outras, um "modelo" de cidade insular, com carácter mais geral; isto não impede a eventual utilização mais "chã" e corrente do vocábulo "modelo", como "exemplo a seguir" - desde que num contexto de simples expressividade vocabular.

2 - Urbano e rural, erudito e vernáculo

O conceito de "território" foi entendido como o das porções de terra insular (e da sua área marítima mais próxima) de cada um dos arquipélagos da "área atlântica" (53), enquanto espaço da ocupação humana organizada, de colonização, de povoamento.

Território inclui portanto, no seu universo, do mesmo modo as "estruturas urbanas" (e aqui "estrutura" é empregue no sentido de "sistema de cidade" ou de "forma da cidade", não como equipamento ou construção), e as "estruturas rurais" - aldeias, caminhos edificados, áreas de construção dispersa ou aglomerada.

O enfoque será entretanto sempre feito sob o ponto de vista da "habitabilidade" dos espaços, não se centrando nos aspectos da ocupação e organização do território pela chamada "arquitectura de produção" (do vinho, do pão, da água, entre outras) - embora possa a eles referir-se numa perspectiva complementar.

O "tempo longo" do estudo corresponderá grosso modo ao da chamada "diáspora" - a dispersão geográfica dos portugueses, de forma organizada e gradual, por razões políticas, económicas e religiosas (54), entendendo-a no seu desenrolar global, desde o primeiro quartel do século XV até aos finais do século XVIII. Ou seja, o tempo dos Descobrimentos, da correspondente consolidação e enraizamento da colonização, até ao de uma certa "contracção" do desenvolvimento, correspondendo às crises do período post-pombalino.

Quanto às designações adoptadas para a arquitectura aqui estudada, no campo da habitação - por se entender que as várias denominações se completam nos seus significados - utiliza-se de modo igual e indiferenciado, quer a expressão "doméstica" - pondo acento nos aspectos do espaço do "domus", ou seja do espaço interno e funcional do agregado familiar, quer a designação "popular" - que se refere mais claramente aos aspectos sociológicos dos grupos humanos que constroem essa "arquitectura sem architectos" - quer ainda a palavra "vernacula" (55), que insiste nos aspectos de relação dessa arquitectura com o âmbito regional respectivo.

Ainda se utiliza a expressão "habitat" (56) na acepção de relação "orgânica" ou "natural" da casa com o meio - que é como quem diz, da micro-escala (da habitação) com a macro-escala (do território).

Notas

(1) In BOSSA [4] - Manual de História Geral da Civilização, págs. 13-14. O mesmo texto refere-se às obras fundamentais de TOYNBEE [24] - A Study of History [Arnold Toynbee, 1889-1975], e de COLLINGWOOD [9] - The Idea of History

(2) Marc Bloch (1886-1944) refere: "o objecto da história é por natureza o homem. Melhor: os homens. Mais do que o singular, favorável à abstracção, convém a uma ciência da diversidade o plural, que é o modo gramatical da relatividade (...) Temos de acrescentar: dos homens no tempo. O historiador não pensa apenas o humano. A atmosfera em que o seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração." (in BLOCH [3] - Introdução à História, citado por MENDES [21] - A História como Ciência, págs.8-9). George Lefebvre define a História como "...a memória do género humano, o que lhe dá consciência de si mesmo, isto é, da sua identidade no tempo, desde a sua origem; é por consequência o relato do que, no passado, deixou marca na recordação dos homens." (in LEFEBVRE [18], Réflexions sur l'Histoire, citado por MENDES [21], pág.9)

(3) In PIAGET [23] - A Situação das Ciências do Homem no Sistema das Ciências, pág.22 (tradução do original - Tendances Principales de la Recherche dans les Sciences Sociales et Humaines - Partie 1 - La Situation des Sciences de l'Homme dans le Système des Sciences. Paris: Mouton; UNESCO, 1970)

(4) In PANOFKY [22] - L'Oeuvre d'Art et ses Significations: Essais sur les 'Arts Visuels' [Erwin Panofsky, 1892-1968]. Tradução francesa por Marthe e Bernard Teyssédre. Paris: Gallimard, págs. 42-43 (da edição original em inglês - Meaning in the Visual Arts. Nova Iorque, 1955). Prossegue a citação: "La synthèse re-créatrice sert de fondement à l'enquête archéologique; en retour l'enquête archéologique sert de fondement au processus re-créateur; l'une et l'autre se qualifient et se rectifient mutuellement."

(5) Como se refere in GOMBRICH [14] - Hegel and Art History, pág. 3 : "I described Hegel as the father of the history of art. This is a role normally attributed to Johann Joachim Winckelmann, but it seems to me that rather than Winckelmann's Kunstgeschichte des Altertums (History of Ancient Art) of 1764, it is Hegel's Lectures of Aesthetics (1820-29) which should be regarded as the founding document of the modern study of art, as they contain the first attempt ever made to survey and systematize the entire universal history of art, indeed of all the arts."

(6) In CHUECA GOITIA [63] - Breve História do Urbanismo, pág. 7 (tradução do original "Breve Historia del Urbanismo", por Fernando Chueca Goitia)

(7) In LOPEZ [74] - A Cidade Medieval, por Roberto Lopez, págs. 96-97: "Visto o aspecto físico da cidade espelhar as intenções e as necessidades práticas dos cidadãos (...) a sua estrutura e a sua evolução urbanística constituem uma província da sua história que não pode ser marginal. No entanto, é verdade que o caminho foi aberto por urbanistas, geógrafos, arqueólogos e sociólogos antes dos historiadores em sentido restrito e que nem todas as suas conclusões são para nós alimento. Estudiosos do mundo antigo como Fustel de Coulanges e Gordon Childe, da urbanística medieval como Pierre Lavedan, da sociologia urbana como Lewis Mumford, da teoria urbanística como Le Corbusier e depois em Itália, Benevolo, Poggi e a escola de Ragghianti, propuseram-nos a nós, historiadores, uma série de problemas novos e fascinantes; toca-nos agora escolher aquilo que nos pode ser mais directamente útil, reexaminar as propostas dos outros de acordo com a nossa curiosidade e, sobretudo, fazer a recolha sistemática da documentação que nos faz falta e que não é apenas material e, portanto, inarticulada, mas compreende também um grande número de fontes escritas."

(8) In RODRIGUES [80] - Fundamentos da Teoria do Urbanismo Colonial Português, pág.165

(9) In FRANKL [12] - Principles of Architectural History [Paul Frankl, 1879-1962] (cf. pág.20 da revista citada in GOMBRICH [14], cf. nota (5))

(10) In FRANKL [12] - Principles of Architectural History. Cf. transcrição da pág. 20 da revista citada in GOMBRICH [14], cf. nota (5). Há que referir a citação que Frankl apresenta na sua obra, a autores fundamentais na História da Arte: "In his Preface to the original edition, Frankl cites this illustrious German trinity - Wölfflin, Schmarsow, and Riegl - as 'godfathers', along with Jacob Burckhardt, Heinrich von Geymüller, and Cornelius Gurlitt." (in pág. 21 da revista citada in GOMBRICH [14], cf. nota (5))

(11) In BENEVOLO [1] - O Contributo da História para o Ensino da Arquitectura, pág.130

(12) In HAUSER [16] - Teorias da Arte, pág. 137 (tradução do original "The Philosophy of Art History", Arnold Hauser, Londres): "A proposição de que a história de arte não deve fazer caso de nomes baseia-se na suposição de que os fins artísticos e as tendências estilísticas são inteiramente o produto de uma época. A própria fórmula de Wölfflin é que 'nem tudo é possível em todas as épocas'. Assim, ele quer dizer não só que o artista está sempre implicado numa determinada situação histórica, mas, adicionalmente, que jamais pode transgredir as limitações próprias da sua época." (crítica às obras de Heinrich Wölfflin "Klassische Kunst" de 1904 e "Kunstgeschichtliche Grundbegriffe" de 1929)

(13) In obra citada na nota anterior, pág. 136 : "A filosofia da história durante o século XIX encontra-se limitada entre os pólos desta atitude [historicismo], que encontra a sua expressão suprema nos principais historiadores de arte da passagem do século. Com a sua doutrina da 'intenção artística' (Kunstwollen), sustentando a raridade e incomparabilidade absolutas das realizações artísticas, Alois Riegl representa um dos pólos, enquanto que Heinrich Wölfflin, com a sua tese de uma 'história de arte anónima' e a sua depreciação da individualidade do artista como factor da história, representa o outro."

(14) RUDOLFSKY [100] - Architecture Without Architects

(15) In obra citada na nota anterior, pág. 1 do prefácio

(16) Resumindo aqui as referências necessárias à profunda transformação metodológica da ciência histórica na primeira metade do século XX, pode dizer-se que aquela começou em França, com a escola dos "Annales", no início dos anos 30, prosseguindo, de uma forma crítica e criativa, com a formação e consolidação do movimento da "Nouvelle Histoire", no post-II Guerra. Citando Amado Mendes:

"A origem dos 'Annales', como escola histórica, data de 1929, com a fundação, por Marc Bloch e Lucien Febvre, da revista 'Les Annales d'Histoire Économique et Sociale'(...) das aludidas críticas [dos 'Annales' à escola metódica] é possível deduzir algumas 'coordenadas programáticas', assumidas, explícita ou implicitamente, pela 'escola dos Annales', entre as quais se contam:

- a diversificação das fontes e a ampliação do respectivo conceito;
- o estudo de séries, de preferência ao estudo de eventos isolados;
- o alargamento temático a domínios até então mantidos quase no esquecimento, de natureza económica, social, psicológica, bem como os relativos às mentalidades e ao quotidiano;
- o partir do problema - a 'história-problema' - e o atribuir relevância à interpretação, procurando mais esclarecer o 'porquê', que o 'como' ou o 'quando'.

Como corolário do que se acaba de expor, o paradigma dos 'Annales' reivindica uma 'história global' - ou 'total' -, conceito do qual se deduz, no dizer de Jacques Revel, uma 'recusa' e uma 'convicção'.

- uma 'recusa', à constituição de saberes demasiado restritos e parcelares, no interior das disciplinas;
- uma 'convicção', de que, nas abordagens do social, devem existir uma coerência e uma convergência e que a integração das ciências sociais é possível e, portanto, necessária." (in MENDES [21], op. cit. na nota (2), págs. 74-75).

A "nova história" saída dos "Annales" tem sido submetida a sucessivas críticas, ao longo dos anos 70 e 80, de ordem teórica, metodológica, anti-monográfica ou anti-económica, entre outras (ver MENDES [21], op. cit. na nota (2), págs.77-78), mas permanece como referência fundamental da interpretação histórica actual

(17) Cf. definição do conceito in LÉVI-STRAUSS [19] - Mito e Significado, pág. 20 (tradução da edição original - Myth and Meaning, University of Toronto Press, 1978): "É provável que não haja muito mais que isto na abordagem estruturalista: é a busca de invariantes ou de elementos invariantes entre elementos superficiais". Há que referir aqui a utilização do conceito de "invariante" por Chueca Goitia, na caracterização não temporal da arquitectura espanhola, por este autor desenvolvida em - Invariantes Castizos de la Arquitectura Española. Madrid: Editorial Bolsillo S.A., 1979

(18) Cf. BRAUDEL [6] - História e Ciências Sociais: A Longa Duração, citado in MENDES [21], op. cit. na nota (2), pág. 165

(19) "O 'estruturalismo' - ao qual é inerente a noção de 'estrutura' - esteve muito em voga no final dos anos 50 e início dos anos 60. Entre outras, foram por ele influenciadas as seguintes ciências:

- a 'antropologia' (com Lévi-Strauss e outros autores)
- a 'linguística' (com, por exemplo, Chomsky)
- a 'psicologia' (Jean Piaget)
- a 'história' (F. Braudel, entre muitos autores do chamado grupo dos 'Annales')

O 'estruturalismo', como o marxismo ou outras grandes correntes do pensamento, pode ser considerado como uma 'doutrina' ou uma 'teoria', ou então como um 'método de análise'. Piaget, a propósito, salienta: 'o estruturalismo é sobretudo um método e não uma doutrina, ou, na medida em que se torna doutrina, conduz a uma multiplicidade de doutrinas.' (in MENDES [21], op. cit. na nota (2), pág. 166)

(20) In MENDES [21], op. cit. na nota (2), pág.168

(21) In MENDES [21], op. cit. na nota (2), pág.177

(22) In PIAGET [23], op. cit. na nota (3), pág.88

(23) In MENDES [21], op. cit. na nota (2), págs.179-180

(24) Cf. MENDES [21], op. cit. na nota (2), págs.178-179

(25) In CARDOSO; BRIGNOLI [7] - Los Métodos de la Historia: Introducción a los Problemas, Métodos y Técnicas de la Historia Demográfica, Económica y Social, pág. 346. Citada in MENDES [21], op. cit. na nota (2)

(26) FEBVRE [11] - La Terre et l'évolution Humaine: Introduction Géographique à l'Histoire (edição portuguesa - A Terra e a Evolução Humana: Introdução Geográfica à História). No prefácio desta edição, Fernando Rebelo, destaca e enquadra a figura deste pensador (pág. 12): "A principal preocupação do Autor era 'o problema das influências geográficas' (...) a sua Geografia Humana integrava-se perfeitamente na escola francesa. Recusava as ideias deterministas de Ratzel e, por maioria de razão, as de Ellen Semple. Era possibilista e, para mais, à semelhança de Buffon, considerava o homem como um actor. 'literalmente uma das forças da natureza'(...) O próprio homem poderia criar as condições que logo a seguir o iriam influenciar. E o resultado do seu trabalho à face da Terra era, para Febvre, o objecto da Geografia. Por isso citava Vidal de La Blanche insistindo em que 'a Geografia é a ciência dos lugares, não dos homens' (..)".

Noutro passo da introdução, faz-se referência aos aspectos não deterministas da insularidade geográfica, com um exemplo que ficou célebre (pág. 15): "Particularmente interessante é, ainda, a forma como Lucien Febvre trata a insularidade e o litoralismo. Os exemplos sucedem-se de modo a evitar que o leitor faça deduções deterministas. A Córsega é apresentada como terra de agricultores e pastores, onde, na época, havia apenas 1100 pescadores, mas a costa da Flandres aparece como 'sete portos, um por dezoito quilómetros...sete brechas sucessivas abertas na barreira litoral mais ingrata.'(...)"

(27) In FEBVRE [11], op. cit. na nota (26), pág.91 da edição portuguesa

- (28) In PANOFSKY [22], op. cit. na nota (4), pág. 30
- (29) In PANOFSKY [22], op. cit. na nota (4), pág. 30: "Dans l'un des camps sont retranchés tous ces qui nient les valeurs humaines: les déterministes, qu'ils croient en une prédestination divine, physique ou social; (...)"
- (30) In MENDES [21], op. cit. na nota (2), pág. 168, referindo o trabalho "Les Écoles Historiques", por G. Bourdè e H. Martin
- (31) In LÉVI-STRAUSS [19], op. cit. na nota (17), págs. 21-22
- (32) RAPOPORT [99] - House Form and Culture. Utiliza-se aqui a tradução francesa
- (33) In obra citada na nota anterior, pág.59, onde o autor também refere os seus pontos de partida: "...il ne peut exister de déterminisme physique. En fait l'école des géographes tels que la Blache, Lebre, Sorre et Brunhes a été appelée 'possibiliste' parce qu'elle insiste sur le fait que l'emplacement géographique n'offre que des possibilités, non des impératifs, et que c'est à l'homme - et non au site ou au climat - de décider."
- (34) In obra citada na nota (32), págs. 65 e 66
- (35) In obra citada na nota (32), pág. 83, onde acrescenta, sobre as gradações "críticas" dessa possibilidade de escolha: "A mesure que la 'criticality' augmente, en fonction des différentes échelles - climatique, économique, technique ou matérielle - le degré de liberté, bien que décroissant, persiste et s'exprime, quelles que soient les conditions, dans la plus grande mesure possible."
- (36) In obra citada na nota (32), pág.22
- (37) HALL [15] - The Hidden Dimension. Seguimos aqui a edição por Anchor Press Book, 1982; na introdução da obra de Rapoport (edição francesa), refere-se este livro de Hall (pág.VII, préface)
- (38) In obra citada na nota anterior, pág.2
- (39) Entendemos o significado do termo "idiossincrasia" como a aplicação do seu significado etimológico ao ente colectivo; segundo o DICIONÁRIO Prático Ilustrado [202], pág.617, a palavra tem origem no "grego 'idios', próprio, 'syn', com, e 'krisis', temperamento"; e significa correntemente "Disposição ou temperamento, que faz que um indivíduo sinta de uma forma especial e privativa dele a influência de diversos agentes. Reacção individual própria a cada homem."
- (40) DIAS [10] - O Essencial sobre os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa. Baseia-se na comunicação apresentada por Jorge Dias ao I Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Washington, 1950, na secção de Antropologia Cultural
- (41) In obra citada na nota anterior, págs. 5-6
- (42) Ver definições e discussão do tema em MENDES [21], op. cit. na nota (2), págs.87-88
- (43) Aceita-se aqui a classificação - proposta no capítulo L'Histoire et ses Méthodes in ENCICLOPÉDIE de la Pléiade [203] - da tipologia dos documentos quanto à forma e ao material, em 3 grupos: escritos, figurados e registados. Os dois últimos grupos conformam e sustentam a "história sem textos" de que fala André Leroi-Gourhan, na mesma ENCICLOPÉDIE por Charles Samaran, págs.217-249 (citada in MENDES [21], op. cit. na nota (2), págs.90-91)

(44) Por fontes primárias entendem-se "as que estão directamente relacionadas com o tema a investigar" (in MENDES [21] op. cit. na nota (2), págs.114-115)

(45) Cf. MENDES [21], op. cit. na nota (2), pág. 115

(46) In obra citada na nota (4), pág.37

(47) Cf. designação referida na obra citada na nota (7), pág.98

(48) Cf. postulados referidos na obra citada na nota (2), págs.123 a 130

(49) Cf. MENDES [21], op. cit. na nota (2), págs.130-135

(50) In obra citada na nota (39), pág. 1172

(51) In TEIXEIRA [205] - Dicionário Ilustrado de Belas Artes, pág. 217

(52) In MENDES [21], op. cit. na nota (2), págs. 192-193

(53) Damos à ideia de "Atlântico" ou de "área atlântica" o sentido global de um mundo insular com características próprias nos campos económico, comercial, político-social e cultural, como Frédéric Mauro o emprega, por exemplo, na sua obra de história económica: MAURO [130] - Portugal, o Brasil e o Atlântico 1570-1670 (tradução da edição original francesa: Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique au XVIIème siècle (1570-1670), de 1960)

(54) A palavra "diáspora" é aqui utilizada para designar a "dispersão de povos por motivos religiosos ou políticos (...) do ing. 'diaspora', deriv. do gr. 'diasporá', de 'diaspeírein', dispersar" (in CUNHA [199] - Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa, pág.262)

(55) "vernáculo" significa "próprio da região em que está, nacional (...) do lat. vernaculus" (in obra citada na nota anterior, pág.817)

(56) "habitat" designa o "lugar de vida de um organismo (...) do fr. 'habitat'e, este, do lat. 'habitat', ele habita" (in obra citada na nota (54), pág.402)

PRIMEIRA PARTE

Acerca da Evolução do Território

Introdução

Definidos os dois grandes temas desta abordagem - Evolução da Organização Territorial, no espaço rural e no urbano, e Arquitectura Doméstica ou de Habitação, com cariz vernáculo - inicia-se o trabalho com o desenvolvimento do primeiro tema.

Assim, no primeiro capítulo procura-se definir e caracterizar em linhas muito gerais o espaço geográfico e histórico que constitui o suporte material do presente trabalho, pela localização, enumeração e descrição das ilhas que o compõem, referindo os aspectos básicos da geo-morfologia, clima, vegetação e culturas.

Segue-se a análise dos pontos comuns e das especificidades dos vários arquipélagos, que permite a sua interpretação comparativa. A ocupação humana, pela discussão das suas causas e proveniência, além da sua génese e percurso nos vários espaços insulares, será o assunto seguinte do estudo, que é complementado com a análise do processo de povoamento e da sua implantação territorial (onde são focados os aspectos essenciais da localização e orientação dos povoados, rurais e urbanos).

No segundo capítulo faz-se uma referência sintética às características da cidade portuguesa continental no início da época estudada (aspectos de estrutura e imagem), enquadrando-a no modelo ibérico mais geral (por comparação com a cidade castelhana), e articulando-a com as outras experiências urbanas ultramarinas da Idade Moderna.

O terceiro capítulo, "coração" desta investigação, procede a uma sistematização comparativa das formas e estruturas urbanas insulares da Macaronésia, seguida da análise dos casos concretos mais marcantes, onde as relações também concretas com os modelos do Continente são apontadas. Finaliza-se com uma visão de conjunto, que com intenção conclusiva procura uma definição de "modelo urbano de cidade insular de padrão português".

Capítulo I

Os Arquipélagos da Macaronésia - Apresentação e Enquadramento

A - Identificação; a geografia

"...teria interesse verificar como se enraizou a velha civilização rural do ocidente da Península nestes pedaços de terra de origem vulcânica, desabitados e com condições climáticas tão diferentes..."

Carlos Alberto Medeiros, in "Acerca da Ocupação Humana das Ilhas Portuguesas do Atlântico"

1 - Localização, extensão, dimensões

"Desdobradas entre 15 graus e 40 graus de latitude norte, as Ilhas Atlântidas, também conhecidas por Macaronésia, abrangem um conjunto de cinco arquipélagos (Açores, Madeira, Selvagens, Canárias e Cabo Verde), que ocupa cerca de 15.700 Km²." (FIG.1). Assim, com base em Orlando Ribeiro, definiu Carlos Alberto Medeiros um âmbito geográfico que nos serve agora de base de trabalho. (1)

"As ilhas dos Açores ocupam apenas cerca de 3 graus em latitude (39 o 43' 23" - 36 o 55' 43" N), contra pouco mais de 6 graus em longitude (31 o 16' 24" - 24 o 16' 15" O Gr.). Deste modo, a variação daquilo que as distingue faz-se principalmente no sentido dos paralelos, já que no dos meridianos há muito menos espaço para variações sensíveis." (2)

A área total do arquipélago é de cerca de 2.344 km², e contém nove ilhas principais: no grupo oriental, Santa Maria e São Miguel (a maior, com cerca de 757 km²), no central a Terceira, Graciosa, São Jorge, Faial e Pico, e no ocidental Flores e Corvo (a mais pequena, com pouco mais de 17 km²). A meio caminho entre Europa e América, estende-se por mais de 650 km. (FIG.2)

"A ilha da Madeira faz parte de um pequeno arquipélago situado no paralelo 33 o N, a 796 km da costa africana, em frente do Cabo Branco e a 978 km de Lisboa; os Açores ficam a 980 km para Noroeste, as Ilhas Canárias a 504 km para Sul." (3) Com cerca de 783 km² de área, tem a Nordeste a pequena ilha

de Porto Santo, e a Sudeste os tres ilhéus das Desertas; mais longe, ficam as Selvagens, duas ilhas desabitadas, que constituem um minúsculo arquipélago isolado. (FIG.3)

As Canárias definem um quarto arquipélago, "situado a una distancia de aproximadamente 100 km - 115 según Terán - de la costa occidental africana, limitado por los paralelos 27 y 31 de latitud N y los meridianos 13 y 19 de longitud O, próximo por consiguiente al Trópico de Cáncer y un poco al oeste del meridiano cero." (4). A sua extensão é de cerca de 7.272 km² (quase metade do total da Macaronésia), e "está formado por las islas de Lanzarote y Fuerteventura al este, Gran Canaria y Tenerife en el centro, y al oeste y de norte a sur, La Palma, Gomera y Hierro." (5). Tenerife (com 2.053 km², a maior terra macaronésia) e Gran Canaria são as ilhas mais vastas e mais importantes; inclui ainda alguns ilhéus menores. (FIG.4)

Quanto a Cabo Verde, com uma superfície de cerca de 4.033 km², está situado entre 17 o 13' N - 14 o 48' N de latitude, e entre 25 o 22'W Gr. - 22 o 40' O Gr. de longitude.(6) Possui dez ilhas, das quais nove habitadas: os tradicionais grupos de Sotavento (Brava, Fogo, Santiago, Maio) e de Barlavento (Sal, Boavista, São Nicolau, Santa Luzia, São Vicente e Santo Antão). As ilhas mais importantes são Santiago (que é também a maior, com 991 km²) e São Vicente. (FIG.5)

Deste modo, existe um total de 28 ilhas macaronésias (30, se contarmos com as duas Selvagens), 27 das quais habitadas, mais os diversos ilhéus referidos, variando enormemente a dimensão média de cada (de 17 até 2.053 km²). A área média de cada ilha das Canárias é porém maior que a de Cabo Verde, e a deste arquipélago maior que a dos Açores ou Madeira.

Como elementos caracterizadores comuns do vasto conjunto insular da Macaronésia, Medeiros cita a origem vulcânica e as afinidades de vegetação, apesar da enorme variedade climática. (7)

2 - Formação e relevo

Na Macaronésia, a uma história geológica comum corresponde de facto uma enorme variedade de condições climáticas. analisaremos sucintamente os aspectos geo-morfológicos, passando depois aos fito-climáticos.

Aspectos geológicos

A origem geológica destas ilhas não está ainda rigorosamente determinada: "Todas as ilhas e ilhéus que constituem este conjunto formaram-se a partir de erupções vulcânicas, que vêm prosseguindo desde um período geológico que é cada vez mais difícil de identificar até aos nossos dias. Daqui o contraste entre ilhas ou pedaços de ilhas de estrutura fresca e fácil de reconhecer e outras ou outros em que à erosão coube o principal papel no aspecto actual do relevo, o que torna, nalguns casos, a interpretação das formas difícil ou mesmo hipotética."(8)

De qualquer modo os autores apontam em geral para períodos de formação geológica e de vulcanismo recentes, situados a partir da fase final da era Secundária (Cretácico inferior) mas sobretudo da Terciária (Miocénico) (9), com prolongamentos na Quaternária.

Referindo-se aos três arquipélagos mais setentrionais, uma análise conjunta faz ressaltar a localização geomórfica especial dos Açores, divididos sobre a vasta formação montanhosa submarina, a chamada "crista dorsal média do Atlântico": "Se sabe ya que la superficie sólida del globo terrestre está formada por un mosaico de placas rígidas que se desplazan las unas respecto a las otras y que el Mundo Antiguo y el Nuevo continúan alejándose el uno del otro, dejando en medio del Atlántico una especie de largo desgarrón llamado dorsal oceánica. Forma un rollo constituido por la ascensión de materiales volcánicos, de los que las islas oceánicas son las elevaciones que salen a la superficie. El archipiélago de las Azores está situado en el cruce de esta dorsal con una fractura perpendicular que llega al Mediterráneo. La actividad volcánica en este archipiélago es muy intensa; (...) No sucede exactamente lo mismo en los archipiélagos de Madera y las Canarias, más alejados de la dorsal atlántica y situados cerca del continente africano. La actividad volcánica ha cesado hace tiempo en Madera y es poco frecuente en las Canarias..." (10). Cabo Verde também se situa afastado da crista dorsal, e mantém igualmente manifestações esporádicas de vulcanismo. (FIG.6)

É interessante constatar que as formas mais antigas, nos vários arquipélagos, parecem situar-se nas ilhas orientais, enquanto relevos mais recentes surgem a oeste; é o caso marcante - e mais uma vez "especial" - dos Açores, onde "Algumas das próprias ilhas foram surgindo segundo aquela direcção [de este para oeste]: o exemplo mais claro será o de São Miguel, onde existe uma admirável colecção de caldeiras, tanto mais gastas e erodidas quanto mais oriental é a sua posição; mas a recente erupção dos Capelinhos, no Faial, ajusta-se também a esta ideia." (11) (FIG.7)

O mesmo parece suceder com Porto Santo por comparação com a Madeira (que lhe fica a ocidente), e também com as Canárias: "Cuando se hicieron dataciones radiométricas en las islas, se comprobó que las edades de los materiales volcánicos más antiguos que hoy afloran en cada isla iban haciéndose progresivamente más modernas mar adentro [de este para oeste]. Lanzarote, la isla más 'continental', es la más antigua (19 millones de años), e Hierro la más 'oceánica', la más moderna (alrededor de un millón de años)." (12)

Em Cabo Verde, as manifestações eruptivas na ilha do Fogo (penúltima a ocidente, no grupo de Sotavento), recentes, apontam para idêntica tendência. Tal estará de acordo com o processo geomórfico da crista dorsal (situada tendo as Flores e Corvo a Poente e as restantes ilhas dos Açores a Nascente), que constantemente "empurra" novas formações para o exterior, afectando assim em primeiro lugar as ilhas mais ocidentais dos arquipélagos da Macaronésia (isto segundo uma das teorias interpretativas mais aceites). (13)

Uma referência ainda ao sistema de plataformas e vales submarinos que atravessam o arquipélago dos Açores - de análise mais complexa pela sua sobreposição com a crista - e que explicam os contornos e os afastamentos entre as ilhas, constituindo desenvolvimentos morfológicos a partir da crista dorsal. Esta, que "segundo parece, corresponde a um enrugamento submarino,

apresenta orientação N-S; sofre depois, a sul do arquipélago, uma inflexão para sudoeste. Ambas as direcções se reconhecem perfeitamente, já que o eixo da crista se encontra sublinhado por um vale, cujo fundo, com 24 km a 48 km de largura, está a cerca de 3600 m de profundidade e de 1800 metros do alto dos seus íngremes flancos. Contudo, na latitude dos Açores, a crista alarga-se por uma plataforma submarina, donde se levantam as nove ilhas; (...) está sulcada por vales, onde se encontram fossas, bancos submarinos e ilhas; estes vales são de origem tectónica..." (14). É este vasto cruzamento de eixos (crista N-S / plataforma O-E) que determina o característico alongamento das suas emergências sobre a água, as ilhas açoreanas, constituindo-as em morfologias bem distintas das da maioria dos outros arquipélagos macaronésios, que tendem a apresentar formas mais arredondadas ou irregulares. (FIG.8)

Assim, como constata Carlos Alberto Medeiros, "parece haver uma relação, que ainda não se precisou bem, entre as características geofísicas da área onde está implantado o arquipélago e certos traços da morfologia das ilhas. Já em 1932 J. Agostinho notava que ao longo do alinhamento tectónico setentrional dos Açores, incluindo Sete Cidades, Terceira, Graciosa e Corvo, há a repetição, nas diferentes ilhas, da mesma forma: um cone encimado por caldeira." (15) Veremos como este sistema morfológico, decorrente do vulcanismo, vai condicionar o povoamento e mesmo a localização urbana litoral nos Açores (por exemplo, as cidades desenvolvidas junto aos cones/apêndices costeiros).

Aspectos do relevo

Alguns autores, como Frédéric Mauro (16) ou Carlos Alberto Medeiros (noutro trabalho seu (17)), que analisaram as ilhas macaronésias em conjunto com as do Golfo da Guiné (São Tomé e Príncipe, Fernando Pó e Ano Bom), ou com as do Atlântico Sul (Trindade, Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha), também descobertas por portugueses, acentuaram esta "identidade geomorfológica" insular: "São os pontos culminantes das grandes cadeias submarinas que dividem o Oceano. Daí a sua forma compacta, trapezoidal ou piramidal para o marinheiro que as avista no horizonte, alongando-se por vezes como verdadeiras muralhas (São Jorge dos Açores), tomando o aspecto de um bloco oscilante (Corvo), ou encimadas por um pico, como Tenerife (Pico, nos Açores, Ano Bom). (FIG.9) O calcário, os sedimentos são excepcionais: vestígios em Santa Maria dos Açores, uma ilha inteira em Porto Santo, outra em Maio de Cabo Verde, recifes de coral na Ilha de Trindade." (18)

Mauro também insiste na grande riqueza e diversidade de relevos nas ilhas: "...falta a plataforma continental - ou é demasiado estreita ou demasiado profunda. Se o nível do Oceano baixasse de 100 metros, a forma da Madeira não mudaria; a sua superfície alterar-se-ia pouco. A falésia abrupta, sobretudo do lado do vento e da chuva - ao Norte da Madeira, a Oeste de S. Tomé - só é cortada por vales secos, raramente por pequenas planícies costeiras, a menos que sejam 'fajãs', ora declives de destroços sem comunicação com o interior, como na Costa Norte da Madeira ou de São Jorge, ora toalhas de lava férteis em declive suave para o oceano, como no Faial ou na Terceira. (...) O relevo da Madeira foi revelado por levantamentos recentes que

rejuvenesceram os ciclos de erosão. Os declives dos rios são sempre muito fortes, até 100% na Ribeira do Porco. O escoamento faz-se do centro da ilha para o litoral. Os leitos de lavas intercalados nos tufos e exumados pela erosão formam pequenos planaltos ou elevações limitados por cornijas e fragmentados por ribeiros – são as 'achadas', os 'lombos' ou 'lombadas'.

Encontra-se nos Açores toda a variedade do relevo vulcânico: a 'caldeira' ou vulcão gigante que domina a ilha (Sete Cidades em São Miguel; Santa Bárbara na Terceira), as 'caldeirinhas' que, tais como montes de escória da região mineira, empolam a superfície das planícies e dos planaltos (por exemplo no Faial, à volta da cidade da Horta), os 'morros' basálticos mais ou menos desgastados pela erosão (o Monte Brasil em Angra do Heroísmo) (FIG.10) (...) Todos estes relevos atlânticos são bastante elevados, e o ponto culminante de cada ilha ultrapassa geralmente 1000 metros, atingindo no Pico dos Açores 2320 metros, no Pico Grande de S. Tomé 2024 metros e 2830m na ilha do Fogo, no arquipélago de Cabo Verde." (19) Nas Canárias, em Tenerife, o Pico do Teide tem 3718 metros de altitude, sendo o ponto mais elevado da Macaronésia.

Por seu lado, Orlando Ribeiro chama a atenção para a importância dos vales "escavados" e o papel da erosão, na definição da paisagem madeirense: "Todos os viajantes trazem da Madeira a recordação de um relevo contrastado como o das altas montanhas: vales profundos, desaparecendo sob a cobertura das antigas florestas, picos elevando acima das nuvens a sua orgulhosa silhueta, precipícios que as estradas e os velhos caminhos são obrigados a contornar, gargantas sombrias onde se ouve o bramir das torrentes. Tudo isto é obra da erosão." (FIG.11) (20) Veremos também como é importante na definição das estruturas urbanas (Funchal, Ribeira Brava, Machico) a presença das ribeiras "de torrente", secas no verão mas caudalosas com as chuvadas – fenómenos que são consequência desta erosão violenta do relevo.

Outro aspecto da paisagem madeirense condicionante na implantação do povoamento é o ser "uma ilha desprovida de 'litoral' (Hartnack). O facto é que são as formas abruptas das arribas, cortando bruscamente todo o modelado a centenas de metros acima do mar, que conferem ao seu relevo um dos traços mais característicos." (21)

Porto Santo apresenta aspectos de erosão ainda mais agravados do que os referidos para a Madeira, tanto mais que é um ilha de reduzidas dimensões: "Constituída por uma série de picos vulcânicos que, embora não atingindo grandes altitudes (517m é o máximo, no Pico do Facho), se levantam abruptamente desde o nível do mar, uma grande percentagem dos terrenos tem declives acentuados. Por outro lado, os materiais constituintes encontram-se em avançado grau de decomposição o que, aliado ao regime das precipitações (concentradas e intensas durante períodos muito curtos), provoca ravinamentos acelerados." (22)

Nas Canárias sucede idêntico fenómeno: "Las costas del archipiélago, debido a su formación, son bastante escarpadas, carentes en general de playas, ensenadas o puertos naturales, excepto, como es lógico, en las zonas más antiguas, Fuerteventura y Lanzarote, y al sur de Gran Canaria y Tenerife, en que la erosión ha ido suavizando su topografía." (23) Luis Feduchi descreve também aspectos do relevo das diversas ilhas: "Lanzarote y Fuerteventura son las de formación más antigua y portanto las de más suave orografía (...) Ambas islas,

de aspecto quebrado y reseco, de tierra rojiza precursora del continente africano, presentan de cuando en cuando unos sorprendentes oasis de verdor. En Lanzarote (...) proliferan los volcanes, más de un centenar, repartidos por su superficie; sus playas de arenas blancas, rojas o negras, su zona occidental cubierta por el mar de lava, bordeado de arenas volcánicas, sus cultivos, dan lugar a un paisaje inquietante (FIG.12) (...) Gran Canaria posee, desde el punto de vista morfológico, una estructura central piramidal, desde cuyo vértice, constituido por el Pico de las Nieves de 1949m de altura, desciende hacia la costa formando profundos barrancos.(...) Al norte, la zona que los geólogos llaman Neo-Canarias, una nueva fase eruptiva originó numerosos campos de lapilli y cenizas y numerosos conos entre los que merecen señalarse los más recientes que han formado la península de la Isleta." (24) Esta formação - um cone vulcânico ligado à ilha por estreito istmo - que recebeu a expansão urbana do Las Palmas, é morfológicamente análoga às que se encontram nos Açores também articuladas com cidades e vilas (Horta, Angra, Velas).

Feduchi refere-se depois às ilhas mais ocidentais: "Tenerife, la isla de mayor superficie, es de forma triangular irregular (...) Al norte del macizo del Teide, en suave descenso hacia el mar, se forman los valles de Icod y La Guancha que la ladera del Tigaiga separa del rico y bello de la Orotava.

La Palma es, en proporción a su superficie, la más vertical de las islas, alcanzando la altura de 2423m en el Pico de la Cruz, al norte de la isla, punto culminante de la cordillera que, en forma de herradura delimita en el centro de la isla la depresión de la caldera de Taburiente, el maior cráter volcánico conocido, de 9 km de diámetro.

Gomera, similar a Gran Canaria, en su constitución piramidal hundida por barrancos, presenta una altura de 1487m en su vértice, el Alto de Garajonay.(...) Hierro es prácticamente una cornisa que emerge, cortada a pico, sobre el mar y desciende bruscamente hacia la meseta, en la que aparece una paisaje verde..."(25)

Em Cabo Verde podem destacar-se aspectos das duas ilhas monograficamente estudadas: Santiago, estudada por Ilídio do Amaral, é "...de natureza vulcânica, com raras intercalações de matérias sedimentares (...) vista de longe, aparece como formada por duas massas montanhosas: a serra do Pico da Antónia, com o ponto mais alto (1392m), e a serra da Malagueta mais ao norte (1063m), separadas por uma superfície de cerca de 550m de altitude, erigida de cones. Para um e para o outro lado, os maciços vão terminar, mais suavemente, sobre áreas planas da periferia da ilha. A norte, como que sobressaindo do mar, ergue-se o monte Graciosa (643m), que efectivamente domina as terras baixas do Tarrafal. Por toda a parte aparecem pequenos cones, de erupções mais recentes.(...) Contudo, todas estas formas estruturais se encontram profundamente destruídas por uma erosão vigorosa que talhou vales profundos e largos, que de todos os pontos altos divergem para a periferia da ilha.(...) No conjunto, o que impressiona é a grande aridez, que dá à ilha, na estação seca, um tom fulvo, de terra queimada pelo sol." (26) A ilha do Fogo, estudada por Orlando Ribeiro aquando da erupção de 1951, "...é um grande aparelho vulcânico complexo, ainda activo e conservando portanto admirável frescura de formas; muito semelhante ao Vesúvio, tem dimensões mais de duas vezes superiores. O enorme cone emerge das ondas por um contorno arredondado, o mais simples e

regular de todas as Ilhas Atlântidas.(...) (FIG.13) Tudo ali é jovem, 'recente' na escala de uma cronologia geológica, fresco na perfeição das suas formas, que assentam numa estrutura ainda em formação. Ao contrário de São Miguel, por exemplo, ilha feita de pedaços soldados pelo acaso da sua proximidade, onde se exemplificam estruturas e formas vulcânicas em todos os estados de evolução, o Fogo é uma peça única, complicada embora pela adição de sucessivos ornatos, mas obedecendo a uma perfeita unidade de estilo. Neste sentido é, no conjunto do seu arquipélago, uma excepção e uma sobrevivência. Porque, ao contrário dos Açores e das Canárias, nas ilhas de Cabo Verde concentrou-se apenas num derradeiro foco o último episódio da sua actividade eruptiva. Em quase meio milénio foi a ilha do Fogo a única que conservou manifestações de vulcanismo activo;" (27)

3 - Clima, vegetação e culturas

O clima é, como se disse, de grande diversidade na Macaronésia. A este propósito, refere Medeiros: "Estendidas por 25 graus de latitude, estas ilhas apresentam diferenças climáticas muito importantes. Temos de tomar em conta vários factores. Com o anticiclone que recebeu o nome do arquipélago quase sempre a sul, os Açores são banhados por depressões vindas de oeste, que influenciam um tanto o clima da Madeira, pouco o das Canárias e menos ainda o de Cabo Verde. Os ventos gerais, que partem daquele anticiclone, atingem todas as ilhas, embora só muito raramente as açorianas. As massas de ar quente e seco provenientes da África dão um retoque de aridez a Cabo Verde, às Canárias e, em menor grau, à Madeira. Por último, há ainda a considerar em Cabo Verde o deslocamento da CIT (convergência intertropical) para norte, que vai provocar chuvas no período mais quente do ano." (28) O mesmo autor, noutro trabalho, sintetiza os aspectos climáticos: "os Açores, na zona temperada, constantemente banhados pelas depressões que os 'westerlies' arrastam; a Madeira, réplica insular da ambiência mediterrânea; Cabo Verde, no trópico seco, com chuvas concentradas, escassas e irregulares". (29)

Frédéric Mauro compara também as variadas condições climáticas desta área: "Todas as ilhas portuguesas do Atlântico, com excepção de Tristão da Cunha, estão situadas na zona dos alíseos.(...) As ilhas de Cabo Verde, sob a influência de um alíseo muito seco - saariano - são elas próprias muito secas. As outras são bastante irrigadas, sobretudo do lado exposto ao vento." (30). De facto a importância dos ventos secos provindo de África faz-se sentir até aos arquipélagos mais setentrionais, pois, como refere Raquel Soeiro de Brito, "influenciam o clima das ilhas orientais dos arquipélagos das Canárias e de Cabo Verde, zona leste da Madeira e Porto Santo e, ainda esporadicamente, das ilhas açorianas de leste, trazendo consigo um aumento considerável da temperatura e abaixamento da humidade do ar." (31)

Assim, ventos atlânticos refrescantes e húmidos, ventos secos e quentes, saarianos, e as influências tropicais são os agentes atmosféricos mais activos nesta área geográfica.

Cada arquipélago tem depois cambiantes climáticos, dentro da sua tonalidade principal: "Os Açores estão numa situação particular, no limite da zona dos alíseos. Em resumo, têm um clima 'atlântico', análogo ao clima bretão, mas mais húmido, mais regular e mais quente, com ventos dominantes de Sudoeste. O relevo e a disposição das ilhas no mapa explicam as particularidades próprias de cada ilha: Santa Maria e S. Miguel mais húmidas e mais quentes, principalmente S. Miguel, onde a vegetação é quase tropical. A Terceira mais fresca, com uma costa Noroeste bastante seca ao abrigo da serra de Santa Bárbara. A Graciosa muito mais árida, ao abrigo dos seus relevos, dos de São Jorge e do Pico, elas próprias também bastante secas. Pico e Faial mais quentes; Corvo e Flores mais frescas e mais húmidas." (32) (FIG.14) Num clima em geral muito húmido e com reduzida variação de amplitudes térmicas, os aspectos de insolação tornam-se determinantes. Assim, o facto de esta ser mais ampla nas encostas meridionais, e o de haver excessiva pluviosidade, em geral, nas encostas do lado norte das ilhas, dado o regime de ventos referidos, contribuiu para uma maior fixação do povoamento ao longo das costas meridionais, como se verá.

Na Madeira, também sucede este contraste entre as suas vertentes norte e sul, pelo que é igualmente nesta última que a fixação humana mais se impôs. Orlando Ribeiro caracteriza assim o seu clima: "...está situada sob a influência do geral de Nordeste durante quase todo o ano. A ilha deve a este facto os traços gerais do seu clima e a oposição muito marcada entre as duas encostas, uma directamente exposta à acção do vento dominante, a outra que lhe escapa completamente devido à interposição duma grande massa de relevo.(...) um longo Verão seco instala-se na ilha, colocada sob a influência das altas pressões subtropicais. Este traço aparenta o clima da Madeira ao clima mediterrâneo: um regime de temperaturas muito mais regular distingue-o todavia deste último."(33) O mesmo autor prossegue, chamando a atenção para a causa desta regularização: a posição oceânica da ilha, banhada pelas águas profundas e frias da Corrente das Canárias - um pouco como nos Açores, onde os abaixamentos de temperatura local, motivados pelos ventos frescos, são compensados com a Corrente quente do Golfo que banha o arquipélago. Ribeiro também foca o regime de chuvas da ilha, bem como a "Madeira árida" da ponta oriental, oposta à "Madeira atlântica" do norte e à "Madeira mediterrânea" de sul e sudoeste. (34)

Diferente é a situação de Porto Santo, a pequena ilha vizinha: "...localiza-se no domínio dos alíseos, que sopram a maior parte do ano do quadrante norte. Não encontrando aqui, como acontece na Madeira, uma barreira montanhosa a impedir-lhes a passagem, varrem a ilha em todas as direcções, atingindo velocidades muito elevadas. A inexistência de grandes altitudes dificulta a condensação (e a consequente resolução em chuva) das massas de ar húmido circundantes. Assim se cria um ambiente com características de aridez muito acentuadas, onde a falta de água atinge, por vezes, a proporção de dum drama." (35) (FIG.15)

Também nas Canárias funcionam os factores de reequilíbrio climáticos que vimos actuar na Madeira. Segundo Luis Feduchi, "El clima extremo que, a tenor de su situación africana, debiera corresponderle, se transforma en suave y templado por obra de los vientos alisios y del corrector térmico que propor-

ciona la corriente del Golfo. Terán observa agudamente que parece 'como si se produjera un misterioso despalzamiento que las acercara al Mediterráneo'." (36) Também nestas ilhas, tal como na Madeira mas com mais intensidade, o vento leste pode provocar secura e calor excessivo; e a influência tropical seca já se faz sentir do lado sul (37).

Assim, nas Canárias (ao contrário dos dois arquipélagos a norte), e sobretudo nas cinco ilhas mais montanhosas a poente, foram as costas norte e nordeste que mais aptas se revelaram para as fixações urbanas dos povoadores, dados os factores do clima: "En general puede advertirse un acusado contraste entre las zonas al sur, calurosas y secas, y las norteñas, más templadas y húmedas, y también entre las costeras, de temperaturas suaves y escasas lluvias, y las tierras del interior, de temperaturas más frías, que llegan a descender bruscamente al sobrepasar los 1500m de altitud, haciéndose más propias de un clima continental que llega a ser alpino..." (38)

Em Cabo Verde também as encostas e vertentes de este e norte (em conjunto com as maiores altitudes), são as mais irrigadas, sobretudo nas ilhas com relevo mais marcado, devido ao regime de ventos, como referem Amaral (39) e Ribeiro (40), analisando respectivamente as ilhas de Santiago e do Fogo. Mas aqui os problemas de aridez são agravados pela escassez e irregularidade das chuvas, dado que o arquipélago se encontra "...situado numa vasta zona de climas de tipo árido e semiárido que atravessa a África desde o Atlântico ao mar Vermelho e se prolonga pela Ásia.(...) O clima das ilhas goza de reputação má, de temperaturas elevadas todo o ano, com chuvas concentradas num curto espaço de tempo, mas, pior do que isso, faltando muitas vezes, o que põe em perigo as colheitas, os gados e os homens; com a sua atmosfera asfixiante sob um tecto baixo de nuvens, que mais sufocante se torna pelas quantidades enormes de calor libertadas de um solo nu de vegetação.

Duas estações principais definem o clima das ilhas: o 'tempo das brisas' (estação seca), de Dezembro a Junho, e o 'tempo das águas' (estação das chuvas), de Agosto a Outubro (...) A chuva é o elemento dominante da diferenciação estacional do ano, e (...) o eixo em torno do qual gira o 'mundo' do Cabo-Verdiano." (41)

Assim, as fixações urbanas mais significativas destas ilhas situaram-se nas costas áridas de oeste e do sul, mais abrigadas; enquanto o povoamento rural procurou a dispersão das altitudes, ou os poucos vales mais irrigados, havendo assim como que uma "separação" entre um e outro tipo de ocupação.

Aspectos da vegetação e das culturas

A vegetação das Ilhas Atlântidas apresenta menos diversidade que o clima, como refere Medeiros: "No aspecto fitogeográfico vamos encontrar uma maior homogeneidade.(...) É certo que a proporção de espécies a que podemos chamar macaronésias não é muito representativa no conjunto da flora de cada arquipélago (8 a 10%); no entanto, existe inegavelmente certa unidade de vegetação, que as plantas cultivadas, introduzidas pelo homem, mais vieram ainda reforçar." (42)

Falando das ilhas do "Atlântico português" em geral, Frédéric Mauro diz: "A sua vegetação natural é a estepe (Cabo Verde, Ascensão), mais frequentemente a floresta temperada (Açores), mediterrânica (Madeira) (...) Na Madeira e nos Açores, com os seus pinheiros e as suas araucárias, não ultrapassa 600 a 300 metros de altitude, substituída para além dessa altitude pela vegetação pobre dos planaltos, geralmente afogados nas nuvens, uma vez que o ar quente se eleva e se condensa ao longo dos relevos. Aí, só os rebanhos podem viver. Culturas e estabelecimento humano enraizaram-se na floresta, formando coroa à volta da ilha." (43) Esta "coroa" vai traduzir-se também na estrutura linear do povoamento de grande parte das ilhas, como se verá.

Medeiros foca a vida rural na Madeira e Açores que considera "se enquadra perfeitamente nos paradigmas do velho mundo mediterrâneo" (44). A propósito da Madeira, cita Papy (45): "O parcelamento das propriedades e mais ainda o das explorações, o emprego como único material agrícola da enxada e do antigo arado, a importância das culturas delicadas e a sua sucessão ininterrupta sobre um mesmo solo seguindo rotações complicadas (...) traços que aparentam esta agricultura da Madeira a uma jardinagem de tipo mediterrâneo"; falando dos Açores, refere Gourou (46): "O Micaelense pôde tirar partido da sua ilha por um labor que lembra os aspectos mais intensivos da agricultura mediterrânea (...) rendimentos elevados (milho, em média mais de 2900kg por ha); extensão das culturas de estufa (ananás) ou de jardins ('hortas'); culturas misturadas (milho-vinha) (...); enormes trabalhos de ordenamento: muros de basalto, com 4 metros de altura, nos arredores de Ponta Delgada, abrigam do vento as laranjeiras (...); imensos desempedramentos limpam as terras próximas do mar, procuradas pela sua exposição melhor do que na montanha..."

Referindo-se a Cabo Verde, constata ainda aqui a persistência de muitos valores das culturas do Mediterrâneo, embora mais restritos que na Madeira e Açores, admirando a sua capacidade de implantação, e achando "difícil conceber como se conseguiram enraizar em tão baixas latitudes" (47), cita Orlando Ribeiro, sobre a ilha do Fogo (48): "a paisagem agrária (...) está muito mais próxima de um 'campo' mediterrâneo do que das lavouras extensivas praticadas pelos negros nos 'matos' da Guiné. A fixidez do terreno de cultura, a maneira do o armar, a regularidade dos socos, os muros e sebes alinhadas, a separação entre 'pajigal' e 'montado' [terra cultivada e terreno inculto], as culturas intensivas à roda das povoações, a combinação da árvore com o campo, encontram em Portugal os seus paradigmas."

Nas Canárias, Luis Feduchi refere o regime alimentar dominante, bem como as formas de cultura dos solos, que são de nítida raiz mediterrânea, conformados embora ao contexto climático e vulcânico local: "No puede dejar de citarse, em este contexto, el gofio, harina de cereal - trigo, maíz o cebada - tostado, que se ha mantenido, a través de todos os avatares, como uno de los alimentos, si ya no básico, más característico del régimen isleño."

A causa de la singular climatología y de la morfología y composición del suelo los cultivos adoptan formas originales que van desde el enarenado de las tierras, con una capa de arena volcánica, o picón, que absorbe el agua de la humedad ambiente, hasta el cultivo en estanques, llamados 'gavias', en los que se retienen las escasas aguas de lluvia pasando por la organización en bancales, con el fin de obtener superficies horizontales.

Estas y otras formas dan como resultado una fuerte caracterización del paisaje. Buena muestra de ello la encontramos en la lanzaroteña comarca de La Geria, que da su nombre a la forma del cultivo de las vides, plantadas en el fondo de cráteres cónicos practicados en el suelo volcánico para llegar hasta la tierra vegetal." (49) A sequência de muros de pedra circulares que resulta desta cultura tem um paralelo interessante na mesma exploração da vinha, na ilha do Pico, Açores, como refere Raquel Soeiro de Brito (50); os socalcos de vinha também se encontram nas notáveis encostas vulcânicas e litorais, de São Lourenço e da Maia, na ilha de Santa Maria. (FIG.16)

Na Madeira a cobertura vegetal "foi profundamente transformada pela intervenção do homem. Na encosta meridional a vegetação primitiva desapareceu, expulsa pelas culturas, até uma altitude de 600-700 metros. A faixa de bosque que se estende a maior altitude é quase exclusivamente composta por pinheiros bravos, introduzidos no fim do século XVIII e hoje submetidos a uma verdadeira cultura. Mais acima, os carvoeiros abateram progressivamente árvores e arbustos, que os rebanhos de carneiros e de cabras impedem de voltar a crescer. Exceptuando algumas urzes isoladas ou alguns tufos de loureiros, os cumes estão hoje completamente desnudados.

Na encosta norte, onde a cultura e o povoamento ocupam espaço mais restrito, permanecem ainda vestígios importantes do manto vegetal primitivo nos barrancos profundos, abrigados e pouco acessíveis.(...) Com as culturas e as associações de plantas alóctones, o homem adaptou-se a estes contrastes. A bananeira e a cana-de-açúcar definem hoje o andar de vegetação tropical, como antigamente o dragoeiro. Sob um céu enevoadado como o da Galiza ou o da Bretanha, no limite das culturas, a macieira caracteriza um andar de vegetação próprio de um clima doce e húmido, 'atlântico', que já não convém à vinha. O calor do trópico, o Verão sem chuva do Mediterrâneo, a humidade do Oceano, realizam na Madeira uma síntese de climas e uma enorme variedade vegetal..." (51)

Nos Açores há que considerar mais uma vez aspectos especiais no que respeita à vegetação: "...são, entre as Ilhas Atlântidas, as que apresentam menor número de plantas indígenas, um sexto do total, enquanto esse número, na Madeira se eleva a dois terços e passa a metade nas Canárias. Além disso, por causa da posição, faltam também nos Açores elementos da flora tropical que são esporádicos na Madeira e existem nas Canárias e, em maior abundância, em Cabo Verde." (52)

O caso de São Miguel pode ser comparado com o da Madeira: naquela ilha "...toda a vegetação primitiva desapareceu até 400 metros de altitude, destruída pelo homem, que, no seu lugar, implantou culturas. Nesta faixa litoral, só os picos que emergem aqui e ali são coroados com matas plantadas, tendo hoje a criptoméria papel principal devido ao seu rápido crescimento. Nesta devastação o homem só deixou intactos, por não terem valor económico, os mistérios e o calhau do mar.(...) Entre aquela cota e 700-800 metros aparece a zona de pastos, com abundância de gramíneas e rodais de queiró, urze e fetos. A partir de 700-800 metros, deixa de se reconhecer tão rapidamente a marca do homem; os arbustos desenvolvem-se quase à vontade, formando um vasto tapete vegetal (...) o chão está atapetado de musgo" (53)

Como a outros níveis de elaboração cultural, as ilhas funcionaram ao longo dos séculos como receptáculos de plantas das mais diversas proveniências, que se ambientaram em contextos transformadores e inovadores (54).

No Açores podem destacar-se vários ciclos produtivos, com realce mais uma vez para a ilha de São Miguel, na qual corresponderam à generalização de monoculturas rentáveis durante um tempo restrito, definido pelas procuras dos mercados do Continente e dos centros europeus. Raquel Soeiro de Brito refere sucessivamente o trigo e a cana-de-açúcar (sécs. XV-XVI), o pastel (sécs. XVI-XVII) e a laranja (séc. XVIII-XIX). (55)

Nas Canárias o mesmo tipo de intervenção do homem provocou alterações profundas nas espécies vegetais existentes e na paisagem local: "Otro factor definitorio del paisaje es la prácticamente total ausencia de masas de arbolado. Se sabe que, en los tiempos de la definitiva conquista, a finales del siglo XV, existían importantes bosques de pino canario - o tea, fundamental material de construcción, como hemos de ver - y laurisilva - o bosques de laureles - que desaparecieron como consecuencia de la anexión de cada vez más terrenos para destinarlos a los sucesivos monocultivos, de la falta de carbón mineral, que hubo que sustituir por el de madera y de su empleo para la construcción de barcos.

En las islas de clima más benigno, Tenerife y Gran Canaria, se encuentran árboles frutales, perales, manzanos, nogales, chirimoyos, aguacates, sin hablar del plátano. Árboles representativos del paisaje isleño son la palmera y el drago, monumento de la flora canaria que a los cien años es aún adolescente..." (56) (FIG. 17)

Em Cabo Verde, a ilha do Fogo, segundo Ribeiro, situar-se-à numa escala intermédia, entre a rigorosa secura de umas ilhas e a significativa vocação agrícola de outras : "O Fogo não possui a extremada aridez das ilhas mais orientais, sujeitas com frequência à invasão do 'hartmann' com o seu cortejo de gafanhotos e de poeiras saharianas. O Sal, Boavista, Maio, ilhas antigas, arrasadas pela abrasão, com grandes extensões planas donde se levantam apenas morros isolados, já pela posição, já pela ausência de grandes massas de relevo, recebem quantidades ínfimas de chuva, vivendo numa aridez que se pode considerar quase permanente. Mas a essa mesma aridez, e à sua conformação plana, devem a existência de salinas que constituem, no conjunto do arquipélago, a sua única riqueza.(...) Santo Antão, São Nicolau, Santiago, formam, com este [Fogo], as ilhas agrícolas. A tal respeito é certamente o Fogo a menos favorecida. Em qualquer das outras a erosão abriu fundos entalhes - as 'ribeiras' - que constituem os centros da sua vida rural. (...) O Fogo não tem 'interior' (...) também não tem 'litoral' (...)" (57)

4 - Vida económica - Contrastes e elementos comuns

Os contrastes e pontos comuns que vêm sendo referidos, determinam as formas de paisagem insular, e terão que ser tomados em linha de conta para uma correcta compreensão do fenómeno e do processo do povoamento das ilhas. De facto, paisagem vegetal e construção humana, complementando-se, articulam-se e exprimem um mesmo entendimento do espaço de cada parcela atlântica.

Carlos Alberto Medeiros fez já a análise comparativa entre os regimes de exploração da terra nas ilhas portuguesas referidas, sintetizando esses aspectos contrastantes e essas similitudes. Embora referindo-se à pecuária, actividade que só no presente século adquiriu predominância económica - e sendo assim um tema que transcende o limite temporal deste trabalho - não deixa de ter interesse a referência à questão, pela compreensão que permite dos condicionalismos dos vários territórios insulares.

"Verifica-se que em Cabo Verde a paisagem exprime, de modo contrário ao dos Açores, a oposição entre a terra cultivada e os pastos (...) [nos Açores] a partir de determinada altitude, a humidade é muito elevada e a ocupação do solo marca-se por pastos ou pastagens, de tão excelente qualidade que na pecuária se poderá encontrar a mais sólida base económica; (FIG.18) (...) [em Cabo Verde] os pastos existem nas áreas mais secas, as mais baixas (nas ilhas acidentadas também as de maiores altitudes): estas forragens são medíocres e em nenhuma ilha a criação de gado é actividade muito importante.

Apesar deste contraste, Açores e Cabo Verde podem opor-se, em bloco, à ilha da Madeira, já que nesta não há a separação nítida entre área agrícola e área de pastos; a criação de gado integra-se no âmbito da agricultura, de que constitui uma das bases, juntamente com a rega e a armação da terra em socaicos ('poios'); as vacas vivem entabuladas e, retomando uma expressão de Ribeiro, são autênticas máquinas de fornecer leite e estrume. (...) A ilha da Madeira é a que nos mostra maior variedade de espécies cultivadas. Nota-se aqui um escalonamento com a altitude, que, se não é absolutamente rígido, nos permite em todo o caso distinguir um andar baixo de espécies tropicais (cana-de-açúcar, anona, papaia, manga, maracujá), a que se segue um outro mediterrâneo (figueira, nespreira, agrumes, vinha - esta desce até ao nível do mar) e o dos cereais (milho, trigo, centeio, cevada), aparecendo juntamente, nos vales altos, árvores de fruto da Europa média (cerejeira, macieira, ameixeira)" (58)

Mas a unir esta multiplicidade de diferenças entre arquipélagos, estão características comuns, muito fortes, tradicionais e arraigadas, como de novo nos sintetiza Medeiros (que não inclui as Canárias na sua análise): "Embora com o retoque do grande interesse dado a alguns produtos de rendimento (cana-de-açúcar e plantas tintureiras, principalmente), procurou-se a implantação integral da vida rural portuguesa nestas ilhas. (...) Aqui esboçaram-se desde logo algumas diferenças: a Madeira e os Açores chegaram a exportar trigo, cuja cultura não resultou nas outras ilhas, a oliveira praticamente não se dá em nenhuma delas (substituído o azeite pela banha de porco nos dois arquipélagos mais setentrionais)..." (59). Apenas se pode falar do sucesso comum, desde os

primeiros tempos do povoamento, da vinha - a qual atingiu os resultados mais qualificados, como se sabe, na Madeira (até hoje) e no Pico (até ao século XIX). Além desta, que outras analogias terá havido? "A TRILOGIA FUNDAMENTAL DA AGRICULTURA MEDITERRÂNEA veio juntar-se um outro cereal que a expansão ibérica descobriu no continente americano: o milho. Difundido rapidamente entre nós, ele encontrou a sua área de eleição no Noroeste português (...) Mas a sua fortuna foi ainda maior nas várias ilhas portuguesas do Atlântico, que, por este aspecto, se aparentam assim entre si." (60). Medeiros explana em seguida a evolução da difusão desta cultura, que realmente soube implantar-se quase milagrosamente em latitudes tão diversas como as dos Açores ou as do equatorial São Tomé e Príncipe, constituindo o único cereal cuja adaptatividade ao trópico permitiu assegurar o povoamento de Cabo Verde - e sendo até, por via da migração dos seus habitantes para África, implantada depois gradualmente nos hábitos alimentares de São Tomé ou de Moçambique (61). Já se viu também como o milho foi incorporado na dieta canária, participando na confecção do "gofio" (ver citação ref. à nota (49)).

O mesmo autor finaliza o quadro dos elementos económicos comuns com outro traço importantíssimo para a compreensão das características do povoamento macaronésio: "O facto de ter sido uma civilização fundamentalmente rural a que ocupou as ilhas levou a outro resultado, que constitui também uma analogia entre elas: a escassa importância da vida marítima. Isto não é uma regra geral, mas trata-se sem dúvida de uma tendência inegável, que vamos encontrar em toda a parte." (62) O sentido de "gueto" (do ital. "ghetto") que os núcleos piscatórios mais importantes adquirem, face ao carácter geral das povoações da ilha onde se situam, é disso prova cabal; constituem exemplos paradigmáticos os de Câmara de Lobos na Madeira, ou o de Rabo de Peixe em São Miguel, isto para apenas citar os mais conhecidos.

B - A ocupação humana

"Desde os primeiros tempos, o destino das Ilhas Atlântidas parece ser o de enfeixar relações distantes."

Orlando Ribeiro, "As Ilhas Atlântidas"

1 - Uma história comum, uma tradição mítica

Há uma "História Mítica" das ilhas Atlântidas; o conhecimento da sua existência desde a Antiguidade desenvolveu lendas inúmeras sobre a sua origem e significado. "No faltan quienes, incluso com ínfulas científicas, admiten que [Canarias], junto con las Azores, la isla de Madera y el archipiélago de Cabo Verde, son lo que queda del mítico continente de la Atlántida, hundido bajo las aguas en remotas fechas."(63)

A situação isolada das ilhas, as suas manifestações vulcanistas, os ambientes quase irreais e únicos, o clima especial, mas sobretudo o escasso conhecimento exacto que delas se tinha, desde cedo levou à construção de histórias, explicações, lendas - que se prolongaram desde a Antiguidade à época das Descobertas e à Idade Moderna, alimentadas pelas dificuldades do seu lento desbravar, ou pela patente continuidade dos fenómenos sísmico-vulcânicos: "A lenda das Ilhas Afortunadas criou-se na Antiguidade, quando a imaginação dos homens procurava, num lugar perdido e distante, um mundo melhor que este onde viviam. As Colunas de Hércules, hoje estreito de Gibraltar, sem serem nunca um limite do mundo conhecido, formaram, desde a conquista cartaginesa, uma barreira da navegação. Parecia assim natural que essa 'terra dos bem-aventurados' ficasse para além do estreito, nas 'ilhas do oceano ocidental'. As Canárias, que os Gregos conheceram e visitaram, correspondiam em grande parte a este mundo ideal, pela amenidade do clima e pela fertilidade do solo, que tudo produzia, recompensando, quase sem esforço, sob o influxo de um céu luminoso e tépido, como numa eterna Primavera, os felizes habitantes dessas ilhas. Com elementos desta lenda e recordações da cidade de Tartessos, na foz do Guadalquivir, aniquilada pela expansão cartaginesa na Península Ibérica, compôs Platão a descrição mítica da Atlântida, onde os homens viviam numa felicidade perpétua, na paz, na prosperidade e na justiça. de repente, 'por tremores de terra medonhos e cataclismos', a Atlântida desapareceu no seio das ondas e com ela a esperança de um mundo melhor, que o Cristianismo havia de renovar, mas 'depois deste desterro', no plano da vida futura.

Durante mais de dois milénios, as Ilhas Afortunadas foram esquecidas."(64)

2 - Causas e motivações da descoberta e colonização

Com um significado único na história da Expansão Marítima luso-espanhola, "Estes arquipélagos marcam, por outro lado, em conjunto, como que um prelúdio da expansão portuguesa pelo mundo: prelúdio tímido e inseguro nas expedições do tempo de Afonso IV às Canárias, ilhas de que os Gregos já tinham conhecimento; prelúdio firme e promissor no achamento e colonização da Madeira, Açores e Cabo Verde, sucessivamente." (65)

Porquê e em que contexto se iniciou esta expansão ibérica, ao longo da qual "...uma Nação que mal se constituira, desde logo vai buscar fora de si o complemento de espaço e uma possibilidade de actividades que dentro dela não encontra...", no dizer de Vitorino Magalhães Godinho, que conclui: "Apenas houve o fracasso das Canárias, mas Portugal prolongou-se no Mediterrâneo Insular como chamou Braudel; e entretanto estamos num processo contraditório, embora complementar, de definição da Nação e de extravasamento para fora dessa nação, de negação da Nação;(...)" (66)

Sem querer aprofundar os aspectos referidos, que transcendem o tema deste trabalho, há que aceitar que desde o século XV o destino e o sentido de Portugal se jogam, experimentam e interrogam na Expansão, e que a ocupação gradual e organizada da Macaronésia é o seu primeiro teste. Como sintetizou com clareza A. H. de Oliveira Marques, "O laboratório experimental do império português na Ásia e na América funcionou nas ilhas atlânticas dos Açores e da Madeira, mais tarde acrescidas dos arquipélagos de Cabo Verde e S. Tomé. Apesar do seu diminuto tamanho e sua escassa população, o estudo dos métodos e das formas de povoamento que os Portugueses seguiram nessas ilhas tem de merecer o nosso maior cuidado. Foram, em boa verdade, uma espécie de microorganismos em relação às grandes áreas continentais da Índia e do Brasil.

Pela segunda metade do século XV, tanto a Madeira como os Açores se haviam tornado colónias de povoamento amadurecidas. Espécie de réplicas do Portugal metropolitano, apresentavam, não obstante, características definidas bem próprias, juntamente com inovações e fracassos." (67)

Assim, e sem querer abordar desenvolvimentamente o tema complexo das causas da Expansão, há que acentuar o significado deste processo de ocupação insular: "Um importante acontecimento, paralelo a este avanço de cerca de 1500 milhas em direcção ao Sul na costa ocidental africana, foi a descoberta (ou redescoberta) simultânea da Madeira (1419) e dos Açores (1439), seguida, na devida altura, pela descoberta e colonização de Cabo Verde (1456-1460). Infelizmente, não dispomos de informações seguras sobre os motivos que inspiraram estas viagens de descoberta em direcção ao Ocidente, mas é bastante claro que foram realizadas sobre os auspícios do Infante (...) A fixação nestas ilhas desabitadas iniciou os Portugueses na prática da colonização ultramarina e os colonos foram literalmente pioneiros num mundo novo. Isto era qualquer coisa de que eles tinham naturalmente consciência, como o demonstra o facto de o primeiro rapaz e a primeira rapariga nascidos na Madeira terem sido apropriadamente baptizados de Adão e Eva." (68)

Que razões se apontam em geral para a ocupação insular de Quatrocentos? Podemos, com C.A. Medeiros, F.Mauro e V.M.Godinho, apontar razões ideológicas, económicas e estratégicas, mas sem esquecer as importantes idiossincrasias dos portugueses: "Dois factores primordiais, portanto: o religioso e o económico. Mas como concebê-los relativamente às ilhas? Vão-se cristianizar terras sem gente? Vai-se promover o aproveitamento económico de áreas acidentadas, cobertas de matas densíssimas, numa altura em que não se pode falar de pressão demográfica em Portugal (...) ?" (69)

É a importância da razão estratégica, como bases locativas e de serviço para a navegação, que investigadores como Medeiros referem: "...uma das maneiras de encarar as ilhas terá sido como pontos de apoio, escalas proveitosas para que a expansão progredisse - e isto quer se tivesse ou não, logo de início, a ideia, sequer aproximada, de toda a amplitude que ela poderia tomar." (70) F. Mauro concretiza: "...todas têm o [papel] de escala ou ponto de referência das rotas do Atlântico: Madeira e Porto Santo, as ilhas de Cabo Verde e em particular Santiago, na rota do alíseos de Nordeste; (...) Açores, especialmente a Terceira, nas rotas de regresso. Tem sobretudo o papel de base e, se for caso disso, de ponto de regresso na colonização dos continentes: a Madeira para Mazagão; as ilhas de Cabo Verde: ponto de paragem no avanço para a África e o Brasil, mas também base de penetração para os rios da Guiné." (71)

É também o aspecto religioso que contou no povoamento das ilhas: "Se estava presente o impulso religioso para o conjunto do movimento expansionista, ele aparece também na ocupação dos arquipélagos do Atlântico; de resto, por meio desta, ao alargar-se a Nação, alarga-se também, implicitamente, a fé." (72)

Mas o peso das razões económicas não deve ser ignorado: "...parece que, como móbil inicial do povoamento insular, teremos de conceder lugar de relevo ao trigo.(...) Esta ideia tem como base a carência de trigo no Reino, que numerosos documentos permitem definir.(...) deve talvez insistir-se em que o trigo terá sido introduzido (...) com a simples finalidade de assegurar a subsistência dos primeiros habitantes; depois, como esta cultura se deu admiravelmente, ela terá sido impulsionada com vista à exportação, passando a constituir assim, um dos motores do povoamento." (73) "As ilhas portuguesas do Atlântico desempenham, portanto, o papel de terras de colonização, de exploração agrícola..." (74).

Finalmente, as próprias características do povo português terão servido como um "pano de fundo", uma "alma" da expansão, não tanto como explicação causal, mas mais como atitude e como comportamento colectivo a longo prazo. Assim o pressentiu Orlando Ribeiro: "como que um desejo de se fixar numa terra, por mais dura, por mais hostil, por mais difícil que seja (...) um gosto de navegar, de descobrir, de ocupar, mal explicado e que permanece uma das incógnitas da história do mundo" (75). V.M. Godinho sintetizou este sentir, constatando que "Portugal está constantemente a realizar-se fora de si próprio" (76)

3 - As primeiras ocupações e sua administração

Porto Santo é a primeira das Atlântidas a ser "redescoberta" pelos portugueses: "Portugal não lhe prestou grande atenção até começos do século XV. Por volta de 1417, todavia, Castela enviou uma importante frota à ilha de Porto Santo. Mas, desta vez, Portugal respondeu sem hesitar e com decisão: em 1419 e 1420, duas expedições largaram do Algarve e ocuparam a Madeira e Porto Santo permanentemente. Foi o começo real da grande expansão ultramarina. É interessante notar que se traduziram para português os nomes italianos ou catalães das ilhas, o que mostra que os povoadores se não consideravam autênticos descobridores: assim 'Legname' passou a Madeira, 'Porto Santo' não careceu de tradução e 'Deserte' transformou-se em Desertas" (77).

De difícil e lento desenvolvimento, a pequena ilha de Porto Santo contrasta com a maior do arquipélago, onde o sucesso do povoamento (78), que se lhe seguiu pouco depois, foi imediato: "A colonização da Madeira seguiu de muito perto a sua ocupação definitiva em 1425 (...) A viagem de 'descoberta' (na realidade de ocupação) apresenta o carácter de uma verdadeira exploração, cujo objectivo era reconhecer os locais mais aptos para receber colonos. (...) Os exploradores abordaram a ilha pelo Leste, depois de terem dobrado a ponta de S. Lourenço. A região de Machico prendeu-lhes imediatamente a atenção e decidiram fundar aí uma povoação. Um largo vale, que permite as comunicações com o Norte da ilha pela portela menos elevada (600 metros), desemboca numa baía vasta e bem abrigada. Para Oeste estende-se o troço do litoral mais baixo e mais acessível da Madeira, pelo qual se chega à baía do Funchal. Também esta área foi escolhida para a fundação de outro estabelecimento. (...) Desde os primeiros tempos da colonização, D. Henrique, senhor da ilha, dividiu-a em duas 'capitanias', sobre as quais os seus donatários detinham vastos poderes, concedendo eles próprios privilégios aos primeiros ocupantes. As sedes dessas 'capitanias' eram respectivamente Machico e Funchal. A primeira abrangia todo o Norte e o Leste da Madeira até ao Caniço. O donatário do Funchal estendia o seu poder do Caniço a Porto Moniz." (79)

O regime ou "sistema colonial" das capitanias-donatarias, que como se vê, quase desde o início organizou o domínio insular, "...desenvolve-se entre nós no século XV; foi com este sistema, e cometendo ao donatário a administração das terras em sesmarias, que se povoaram a ilhas atlânticas, se iniciou a colonização brasileira e se administraram algumas praças em Marrocos. (80)

Segundo Magalhães Godinho e Verlinden, o sistema "...filia-se na organização do império colonial das repúblicas italianas no Mediterrâneo Oriental, nascido com as Cruzadas. (...) o primeiro ensaio atlântico aparece nas Canárias, quando o rei de Castela concedeu o seu senhorio a João de Bettencourt, com o direito a um quinto das suas mercadorias (1402)." (81)

Há que precisar um pouco mais a distinção e complementaridade entre "donataria" e "capitania": pelo primeiro sistema, "o rei concedia a simples particulares largos domínios, privilégios e proventos, neles delegando igualmente atributos de soberania, como o direito de fundar povoações, nomear funcionários, cobrar impostos, administrar justiça, etc. Este sistema oferecia

ao Estado a vantagem de poder explorar as terras descobertas sem grandes encargos." (82) Por sua vez, fazendo parte da alta nobreza continental, e não se deslocando por isso para os novos territórios, "Os donatários criaram nas ilhas o cargo de capitães, dividindo aquelas em capitânias e investindo estes de parte da sua jurisdição." (83) Assim surgem os capitães-donatários, que mais exactamente se deveriam designar por "capitães dos donatários", os quais vão residir nas ilhas, assegurando deste modo a transmissão do poder central às novas áreas de colonização.

Note-se que a atribuição destes cargos é posterior ao início do povoamento; de facto, na Madeira e Porto Santo, este estava ligado "...a uma economia estruturalmente agrícola, ideia a que obedecera a primeira exploração da ilha, feita sob a autoridade de D. João I, pois todas estas doações são posteriores ao início da colonização e à distribuição das terras em regime de sesmarias; os primeiros colonos tinham-se aí estabelecido entre 1419 e 1426; estas doações vieram antes dar à sociedade incipiente um estatuto, quando o seu desenvolvimento o justificou." (84)

Nas ilhas de domínio português, a série de capitânias-donatarias inicia-se com a Madeira, terminando com os Açores e Cabo Verde: "...o primeiro documento deste género é aquele pelo qual D. Duarte faz doação das ilhas da Madeira, Porto Santo e Desertas (26-9-1433) ao infante D. Henrique, que as recebe com todos os direitos e rendas, em jurisdição civil e criminal, com excepção das sentenças de morte e de mutilação." (85) Mas "As várias cartas de doação tiveram por modelo a carta passada em 1440, pelo infante D. Henrique, a Tristão Vaz Teixeira, 'cavaleiro da minha casa', ao fazê-lo capitão-donatário de parte da ilha da Madeira (...) (capitania do Machico), para que a mantenha 'em justiça e direito'; em 1446 investe no mesmo cargo Bartolomeu Perestrelo relativamente a Porto Santo; e em 1459 cria a capitania do Funchal, entregando-a a Gonçalves Zarco. (FIG.19) (...) Quanto às ilhas dos Açores, não se conhece a data da sua doação [ao Infante] (...) A organização das capitânias dos Açores só foi devidamente uniformizada em 1474, por D. Beatriz, viúva do infante D. Fernando, seu segundo donatário. Mas já em 1460 Gonçalo Velho fora investido do cargo de primeiro capitão das ilhas de Santa Maria e S. Miguel, devendo nesse mesmo ano ter criado D. Henrique a capitania da ilha Terceira, dando-a a Jácome de Bruges, para a 'povoar e reger'. Em 1483 o duque de Viseu, quarto donatário dos Açores, deu a João Vaz Corte Real a capitania de São Jorge (...) Pedro Correia da Cunha foi o primeiro capitão da Graciosa, talvez em 1485; do Faial foi Jós Dutra, escolhido por D. Fernando, e a Álvaro de Ornelas coube a primeira capitania do Pico; Flores e Corvo foram donatarias, mas nunca conheceram a divisão administrativa das capitânias - eram administradas por agentes do donatário, que não tinham as prerrogativas do capitão-donatário (...) Descobertas as ilhas orientais de Cabo Verde, foram elas doadas, em 13 de Dezembro de 1460, ao infante D. Fernando; não se conhece carta de doação feita a D. Henrique, nem a da parte meridional da ilha de Santiago, concedida em capitania a António de Noli, de juro e herdade; descobertas as ilhas restantes, a sua doação foi confirmada ao mesmo infante, e a Diogo Afonso foi entregue, em capitania, a parte setentrional da mesma ilha de Santiago..." (86)

Desde D. João II que há uma tendência para reduzir ou controlar a actividade dos capitães-donatários "pela ingerência sistemática, na administração, dos corregedores, com funções de correição em matérias administrativas e judiciais" (87), no sentido de uma gradual centralização do poder real - tendência que culmina com D. Manuel: com ele "...volta a temporalidade das ilhas dos Açores a pertencer à coroa, que mais tarde adquire também a sua espiritualidade, quando a Ordem de Cristo nela é incorporada, cessando a donataria das sete ilhas dos Açores; mas as capitánias mantiveram-se em relação à administração local.(...) A ilha da Madeira, passara também, com D. Manuel, a terra realenga. (...) A partir de 1481, sob pena de perderem a sua capitania, os capitães-donatários de Cabo Verde deviam obediência e ajuda ao inquiridor, directamente enviado pelo rei, com latos poderes judiciais e fiscais. Em 1534 aí surgiram os primeiros corregedores com funções administrativas, cerceadas ao donatário, e desde 1600 o capitão-governador, nomeado por três anos, passou a ser a principal autoridade." (88) Em 1586 a intenção centralizadora (filipina) acentua-se na Madeira, com a nomeação de um governador ("capitão-general") residente no Funchal; nos Açores idêntica medida surgira já em 1583, tendo o "governador -geral", fixado em Angra, autoridade sobre os capitães-donatários ds nove ilhas. Já no século XVIII, com o governo pombalino (1766), o lugar de Capitão-general será redefinido nos Açores (de novo em Angra) com a mesma intenção centralizadora.(89)

Açores, Canárias, Cabo Verde: contrastes da ocupação inicial

Nos Açores, a ocupação inicial processa-se em paralelo com a da Madeira, mas vai prolongar-se por muito mais tempo: "Em 1427, segundo uma melhor leitura paleográfica de mapa de Valsequa, Diogo de Silves ou De Sunis encontra as primeiras ilhas açorianas, onde Gonçalo Velho vem lançar pouco depois os primeiros animais e, mais tarde, em Santa Maria e em S. Miguel, as primeiras famílias.

Com o desembarque sucessivo em sete ilhas açorianas até ao ano de 1439, confirma-se em grande parte a verdade das cartas portulânicas que acusavam, como não podia deixar de ser, muitas imperfeições." (90) Como refere A.H. de Oliveira Marques, "Na verdade, os portulanos existentes mostravam-se muito menos claros e precisos em referir o arquipélago dos Açores do que em descrever, quer a Madeira, quer as Canárias. Assim, do primeiro grupo de sete ilhas, só a uma foi mantida a designação cartográfica: S.Jorge, traduzido de San Zorzo ou San Giorgio. Santa Maria, S. Miguel, Terceira (nome popular para a 'terceira' ilha achada ou localizada no arquipélago, em vez do nome oficial de ilha de Nosso Senhor Jesus Cristo), Pico (outro nome popular alusivo à alta montanha com seu pico coberto de neve, em lugar do nome oficial de ilha de São Luís), e Faial (em vez da ilha de S. Dinis), todas elas testemunham o descobrimento e a ocupação dos Portugueses. A sétima ilha, Graciosa, pode equivaler à tradução de outra palavra italiana que surge nos portulanos, mas pode também significar que a ilha foi julgada 'graciosa' pelos seus descobridores ou primeiros povoadores" (91)

Flores e Corvo, porém, descobertas por Diogo de Teive à volta de 1452, só cerca de um século depois serão definitivamente povoadas; sobretudo a última, "povoada à sombra da das Flores", no dizer de C.A.Medeiros (92), que refere sobre ela que "...o capitão Conçalo de Sousa, confirmado na posse das Flores e Corvo, como sucessor de Pedro da Fonseca, por carta de de 12 de Novembro de 1548" (93), mandou então povoar a última destas ilhas com os seus escravos negros.

As Canárias foram durante grande parte dos séculos XIV-XV pretendidas pelos portugueses, no quadro dos primórdios da expansão marítima, em disputa com os castelhanos; durante esta fase ambos os povos enviaram expedições e tentaram a sua ocupação parcial: "Nos meados do século, mercadores italianos de Lisboa conseguiram convencer D.Afonso IV a financiar (e acaso organizar) uma expedição de três navios às Canárias: os capitães eram italianos (genoveses e florentinos), mas a tripulação incluía castelhanos, portugueses e aragoneses-catalães. A expedição visitou todas as treze ilhas Canárias e provavelmente o arquipélago da Madeira também. Pela primeira vez na cartografia, um famoso portulano catalão de 1339 registou correctamente a maior parte das ilhas, com muitos dos seus actuais nomes." (94)

No século seguinte, podem resumir-se assim os acontecimentos relativos às iniciativas lusas: "Em 1424 foi enviada às Canárias uma forte expedição (2500 homens) sob o comando de D.Fernando de Castro, que procurou sem êxito submeter a Canária, não ocupada por castelhanos. (...) em 1427 largou de Portugal para as Canárias uma nova armada de ocupação, capitaneada por António Gonçalves da Câmara; por causas que não são bem conhecidas, também esta expedição se malogrou.(...) o infante D. Henrique decidiu negociar com o papa o direito ao domínio sobre as ilhas pagãs do arquipélago, o que lhe veio a ser reconhecido por uma bula de 1424.(...) Em 1448, Maciote Bettencourt, que continuava como governador de Lançarote, cedeu por venda esse governo ao infante D. Henrique, embora com salvaguarda dos interesses castelhanos. Uma expedição portuguesa, comandada por Afonso Dornelas e Antão Gonçalves, foi sem demora enviada a tomar posse da ilha, o que conseguiu levar a efeito. Esta ocupação, no entanto, durou apenas dois anos (...) em 1455 Henrique IV de Castela doou aos Condes de Atouguia e Vila Real (...) o senhorio das ilhas canárias não ocupadas por cristãos (Canária, Tenerife e Ferro) (...) no entanto Henrique IV anulá-la-ia em 1468. (...) Enfim, pela letra de um tratado confirmado em Toledo em 1480 (6 de Março), Portugal abandonava definitivamente qualquer pretensão sobre aquelas ilhas..." (95)

Mas o maior interesse da presença portuguesa nessas ilhas reside numa "segunda época" da sua acção, posterior a estes eventos, como Pérez Vidal considera: "La historia de la acción lusa en las Islas Canarias se manifiesta dividida claramente en dos grande épocas. En la primera, la acción es ejercida de modo principal por la Corona portuguesa. Se pretende durante ella la incorporación del archipiélago a Portugal o, por lo menos, la adquisición de derechos suficientes para establecerse de manera un poco sólida en alguna de las islas. En la segunda, abandonada ya toda pretensión oficial de dominio o establecimiento, la influencia lusa es llevada y mantenida, en plano particular, por emigrantes y marinos. Es la época en que la cultura tradicional portuguesa se injerta en las raíces mismas e la naciente cultura

hispanocanaria.(...) La segunda [época] puede, análogamente, considerarse subdividida en otros dos períodos: uno, de apogeo, desde la paz de Alcáçovas a 1640, fecha en que se inicia el movimiento portugués de separación de España, y otro, de lenta decadencia, desde esta fecha hasta la segunda mitad del siglo XVIII."(96)

Assim, negado embora seu domínio político pelo estado português, foram afinal as Canárias "dominadas" de forma discreta, "subterrânea", mas sólida e profunda, por via de uma migração popular, lenta e massiva, o que parece corresponder a uma "LINHA DE COLONIZAÇÃO DE ESTRUTURA VERNÁCULA", cambiante quanto a nós fundamental da cultura "de saída" da expansão portuguesa: "Mas o extravasar de Portugual ou dos Portugueses não foi apenas o da formação dos Impérios, foi o da emigração desde logo e para regiões que não são do interior do Império; os Portugueses emigram para todo o lado - para as Canárias, por exemplo, uma grande parte do povoamento das Canárias no séc.XV e XVI é de origem portuguesa; (...) e esse extravasar contrapõe-se ao Império, é uma força diferente dele, que nega a nação e curiosamente mantém laços profundos, muitas vezes ocultos, mas que durarão até aos nossos dias, com a Mãe-Pátria, à qual nada parece ligá-la."(97)

Quanto à descoberta das ilhas mais meridionais da Macaronésia, pode de novo citar-se A.H. de Oliveira Marques: "Ao largo da costa foi descoberto e explorado o arquipélago de Cabo Verde nas décadas de 1450 e 1460. A ilha do Sal já era conhecida antes e aparecia nos mapas: por isso os Portugueses lhe mativeram o nome. As restantes ilhas foram em geral nomeadas de acordo com o santo do dia em que iam sendo achadas: Santo Antão, S.Vicente, S.Nicolau, Santa Luzia, S.Cristóvão (depois mudado para Boavista), Santiago, S. Filipe (posteriormente mudada em Fogo, devido ao seu vulcão). Este facto permite concluir que as ilhas de Cabo Verde foram descobertas em duas fases, uma na Primavera (Abril-Maio) e a outra no Inverno (Dezembro-Janeiro)." (98)

Mas desde a ocupação efectiva das ilhas, apenas Santiago foi realmente povoada sistematicamente, e o Fogo e Maio "à sua sombra"; as outras só o foram tardiamente, por finais do século XVIII: "No Fogo os primeiros povoadores, pertencendo à casa do infante D.Fernando, haviam chegado na década de 1460 mas, na sua maioria, desistiram da empresa pouco depois, abandonando a ilha. Foi só por volta de 1510 que a criação da capitania local condicionou o surto de um povoamento duradouro. Maio conheceu problemas do mesmo tipo (...) Boavista ficou despovoada até ao século XVI, embora como gado (...) As restantes seis ilhas (Santo Antão, S.Vicente, Santa Luzia, S.Nicolau, Sal e Brava) não tiveram habitantes até aos fins do século XVII e o século XVIII." (99)

4 - Características da ocupação: linhas dominantes e condicionantes fundamentais

Assim, na tensão entre a migração desde a Península, a fixação nas ilhas e o apelo do restante "império em formação" (ou de rivais "impérios", como o catelhano); no contraste entre as dificuldades locais próprias do dominar

estes "pequenos pedaços" de terra perdidos no oceano - e a afirmação de uma sociedade nova instituída gradualmente pela Coroa com os seus representantes - se foi conformando e consolidando o povoamento da Macaronésia.

Neste plano, o povoamento do Atlântico Português constituiu exemplo paradigmático das indefinições e ambiguidades entre o âmbito do poder central e o do colonizador - e sobretudo da assinalável "mobilidade" e adaptabilidade cultural do povoador, em termos de uma identidade clara do "ser português", a qual tão característica foi de todo o processo da expansão marítima, da Índia ao Brasil, da Guiné a Macau, como nota V.M. Godinho: "...há constantes desfazamentos entre uma Nação que tenta definir-se e é sempre negada; negada pelo Império, negada pela emigração que se afirma ao longo deste tempo e que parece negar a Pátria e o Império e no entanto mantém formas de presença, marcas que durarão muito tempo". (100)

Tal diversidade de determinantes geo-históricos e aspectos tão contrastantes acabaram naturalmente por gerar um "temperamento colectivo" insular, ainda hoje claramente patente, e que podemos tentar caracterizar nas suas "linhas dominantes e condicionamentos fundamentais", como em trabalho anterior se ensaiou, referido apenas aos Açores. (101)

RURALIDADE

Globalmente, a sociedade insular macaronésia surge-nos nesta época como de cariz MARCADAMENTE RURAL, dentro de uma tradição agrária provinda do mundo mediterrâneo e europeu ocidental, que encontrou aqui os seus limites - entre uma humidade excessiva e uma aridez extrema - mas também um "campo de experiências" e de combinações novas.

Isto não nega a capacidade de criação de focos de vida urbana dinâmicos e ricos, nem de uma actividade comercial próspera - pelo menos nos primeiros séculos - mas antes pretende insistir num "comportamento e sensibilidade de fundo" da comunidade insular ligado ancestralmente à terra. Veja-se a origem da maioria dos povoadores, o seu desinteresse pela actividade da pesca. E busquemos também explicação nas características próprias da sociedade portuguesa que forneceu o grosso dos contingentes migrantes, em pleno século XV. Atentemos igualmente no processo histórico: na estagnação relativa do crescimento urbano nas ilhas desde os finais do século XVI (devido à perda pelas ilhas do seu papel "experimental" na expansão), acentuada em meados do XVII (com a crise político-militar nacional e consequente redução do papel que as ilhas desempenhavam como bases marítimas), do que resultou um gradual isolamento insular face ao país - factos estes que no seu conjunto mais terão acentuado o recrudescimento da actividade agrária como base fundamental e "segura" da sobrevivência. (ver FIG.11)

INTROVERSÃO

Esta atitude e característica "ruralista" explica naturalmente um tipo de povoamento, o qual, como veremos em pormenor, patenteia uma evidente "INTROVERSÃO" NA SUA IMPLANTAÇÃO ESPACIAL, face à ocupação dos diversos territórios insulares - e isto tanto no quadro da instalação urbana como da

rural: "cordões" de povoamento linear, afastados tanto da costa como da montanha interior; núcleos litorais "de costas viradas" ao mar e ao desconhecido. (ver FIG.18)

De facto, orientada desde os primórdios para a produção de bens da terra (por exemplo, os Açores eram numa certa época considerados o "celeiro de trigo" do Continente), a comunidade das ilhas foi definida uma espécie de "cordão" de povoados e de freguesias rurais que se pode considerar a forma dominante de ocupação humana, embora com algumas excepções importantes (102), na grande maioria das ilhas. Esse povoamento linear, embora com inúmeros contactos pontuais com o mar, localiza-se um pouco afastado da costa, e a sua orientação é com frequência de "costas viradas" ao oceano, antes "virada para dentro", olhando a terra, de cujo amanho dependem. Mas essa ligação à terra não os interioriza totalmente - porque não se assume radicalmente: o "cordão", se está afastado da costa, também se mantém distante do vulcão, da altitude, do sítio ermo ou sujeito a repentinos terremotos, enxurradas, aluimentos...

Se este tipo de localização tem óbvios motivos funcionais - a necessidade de articulação e proximidade entre povoados e terrenos de cultivo, correspondendo estes últimos a um certo "patamar" altimétrico - também não devemos ignorar as suas razões menos aparentes, psicológicas ou comportamentais, as quais foram e ainda são por certo importantes para os habitantes das ilhas: "entalados" entre um oceano hostil e uma terra insegura, restou-lhes uma instalação "em rosário", nem excessivamente litoral nem demasiado interior, como que um "lugar geométrico" da segurança procurada e raras vezes atingida.

Instabilidade ou insegurança - a "DIMENSÃO TELÚRICA"

Do ponto anterior pode induzir-se outro valor importante do comportamento ilhéu, que também contribui para acentuar a referida introversão: um latente "receio colectivo" - interiorização resultante ou fruto da hostilidade da natureza - alimentado por séculos de tremores de terra, de erupções vulcânicas, de súbitos vendavais e enxurradas, aluimentos e derrocadas. E também consequência da agressividade do próprio homem, usando o Oceano como forma de domínio e ataque, pela pirataria e conquista.

Pense-se na dimensão que fenómenos destes terão atingido nas ilhas, mil vezes ampliados psicologicamente, no período em estudo - pela condição de isolamento do meio insular, pela sua distância em relação ao "mundo conhecido", pela sua reconhecida pequenez, além da escassez de meios próprios de defesa.

Assim, nestas terras vulcânicas, a natureza foi (e é ainda) pródiga em manifestações assustadoras: as furnas de gases barulhentos e escaldantes (Açores); as alterações de relevo inesperadas e catastróficas, quer por erupções violentas (só no século XX, em La Palma, Fogo e Faial), quer por tremores ou arrastamento de montanhas (desde Vila Franca de São Miguel, em 1522, até Angra, já em 1980) (FIG.20), quer ainda pelo efeito das lavas e cinzas (Ribeira Grande, São Miguel, séc. XVI; Garachico, Tenerife, séc. XVIII;

parte da ilha de Lanzarote); até as enxurradas, que na Madeira arrastaram casas e terrenos da cidade do Funchal, com maior gravidade nos inícios do séc. XIX.

Neste quadro, os Açores desempenham um papel especialmente destacado: essas ilhas possuem um imaginário rico de sugestões telúricas, por vezes expresso na toponímia (por exemplo, os "mistérios", nome dado aos locais de lavas e erupções recentes, com uma cor de solo negra e intensa, "carregados" com um silêncio pesado - resultante por certo do abandono humano a que foram votados), ou em lendas populares (o "bei", que na pequena ilha de Santa Maria se diz assaltar os viajantes nos sítios ermos - memória provável da pirataria muçulmana que por séculos assolou as ilhas mais desprotegidas). Também não devem ter sido contribuições menores, para a decadência e final abandono de Ribeira Grande de Cabo Verde, as frequentes razias levadas a cabo pelos corsários europeus desde fins do séc. XVI (Drake, depois os franceses).

Podemos assim, com base neste contexto, definir uma "DIMENSÃO TELÚRICA" na ocupação humana das ilhas - partindo do próprio sentido etimológico da palavra (influência da terra, do solo, sobre o carácter dos seus habitantes) - que atinge mesmo um plano poético, mais amplo e diversificado, na expressão das arquitecturas e dos urbanismos locais, como veremos.

RELIGIOSIDADE

Os factores de uma "psicologia colectiva" expressa espacialmente, que foram atrás expostos, fundamentam, ou pelo menos acentuam e consolidam outro valor do habitante das ilhas que é a sua extremada religiosidade, intensa e mesmo exacerbada.

De novo nos Açores, essa característica torna-se mais clara e presente: veja-se a importância das festividades religiosas cíclicas (a do "Senhor Santo Cristo", em São Miguel), mas sobretudo o profundo enraizamento popular do sentir religioso, nas ainda existentes "Festas do Espírito Santo", com os seus cortejos, oferendas e rituais espalhadas por quase todas as freguesias rurais das nove ilhas. Sem mais do que vestígios nos outros arquipélagos, e apenas com festejos residuais em Portugal Continental (Penedo de Sintra) ou no Brasil (Alcântara do Maranhão), parecem ter origem numa forte tradição provinda da Baixa Idade Média, relacionada de algum modo com o eclodir das novas ordens medicantes que então acompanharam o renascimento urbano na Europa, e com o renovado culto da "terceira pessoa" da tríade cristã. (103)

Nos termos mais gerais dos diferentes arquipélagos, foi naturalmente a Igreja Católica Romana a instituição que mais marcou o território da Macaronésia: veja-se a importância dos conventos e mosteiros, sobretudo no meio urbano, com relevo para Franciscanos e Jesuítas (Madeira, Açores), ou para Franciscanos e Dominicanos (Canárias); veja-se a "marca" que a pequena igreja das freguesias rurais soube imprimir ao território das ilhas, onde muitas vezes se construiu, emergindo do meio do povoado, virada com as suas torres ao mar, afirmando deste modo o seu sentido protector - nos Açores, sobretudo nas ilhas de São Miguel (Nordeste, as Achadas), da Terceira (São Mateus) (FIG.21) e das Flores (Fazenda de S.Cruz); na Madeira, em Madalena do Mar ou em Porto Moniz.

Nos espaços urbanos, veja-se a presença - até com carácter monumental - dos templos defrontando o oceano: nos Açores, em Angra (Terceira), a igreja da Misericórdia, junto à baía; na Horta, as três igrejas principais viradas ao Pico, a ilha fronteira, em conjunto quase cénico; na Madeira, as torres emergindo na meia encosta (Santa Cruz, Vila Baleira); e pode ainda adivinhar-se a presença da Sé de Ribeira Grande, em Santiago de Cabo Verde, pelas suas ruínas existentes no flanco da encosta.

Uma síntese de temperamento: a "INSULARIDADE"

Estas características podem sintetizar-se numa outra, mais global e abarçante: a da chamada "insularidade". Expressir-se-à a INSULARIDADE no contraste permanente entre um inevitável e profundo isolamento das ilhas face "ao mundo" e a possibilidade também constante de contacto com o exterior - pois tudo "vem e vai" através do mar, que tudo une e separa a um tempo. (FIG. 22) É deste modo como que uma "tensão" expressa em modos culturais e comportamentais, a qual depois se "regionaliza" em vertentes específicas, como a "Açorianidade".

O emigrante insular é a figura simbólica e emergente deste factor colectivo: ele, quase tão antigo como o povoamento dos arquipélagos, alternando períodos de permanência no exterior com estadas nas ilhas, universaliza a sua experiência, sem contudo perder a ligação profunda com a origem e o contexto da tradição insular. Pelo contrário, o emigrante de "torna viagem" tende a reafirmar essa tradição e a reafirmar-se através dela de cada vez que regressa. Daí, talvez, a força considerável das formas de expressão cultural com carácter arcaizante, ou até a permanência da dimensão ruralista com tanto destaque, que explicam a sobrevivência ainda hoje tão viva da antiga paisagem construída: a necessidade de "fixar" estas dimensões é alimentada precisamente pela dialéctica que o emigrante estabelece entre a "sua terra" e os valores de mudança que vai encontrando nas Américas...

Esta dimensão da Insularidade, se bem que reforçada modernamente, com a aceleração dos meios de transporte, deve ter-se manifestado desde os inícios mais remotos da ocupação humana. Vitorino Nemésio, exemplo ele próprio de um "ilhéu em viagem", refere os sentimentos e os comportamentos com ela relacionados. (104)

Concluindo, podemos considerar que a presença humana nas ilhas da Macaronésia se fez pela "TRANFIGURAÇÃO" das suas características culturais e civilizacionais - e não pela sua rejeição ou alheamento. Valores como os do mundo mediterrâneo e meridional, os da Europa ocidental e da cultura da pedra, foram transpostos, podemos dizer mesmo "transportados", e nas novas paragens, lentamente caldeados, depurados, recriados, pelas exigências da paisagem, dos materiais, das novidades; mas nunca perdendo esse "último vínculo", o do reconhecimento e consciência da sua origem. O caso "extremo" de Cabo Verde é disso paradigma, podendo citar-se Orlando Ribeiro: "Tropicais pelo clima, a posição, o ritmo da sua agricultura, a base étnica da sua população, elas constituem, a 16 graus de latitude, a derradeira recorrência do mundo mediterrâneo: na civilização dominante, na forma das casas, na fisionomia das povoações, na maneira de armar as terras, em parte do que ela mesma produz. Colocadas, como um padrão de domínio, à entrada de um mundo novo, elas recor-

dam, a um tempo, a origem de quem o devassou e aquela mistura de gente e de produtos, capaz de fundir-se com uma nova e harmónica expressão, que é, por certo, o segredo da expansão portuguesa (...)" (105)

5 - Filiações e raízes

Quanto às filiações materiais e às raízes da cultura construída, nomeadamente da casa rural das ilhas, Carlos Alberto Medeiros fala desses aspectos, chamado a atenção para a importância da análise da vertente etnográfica (106).

A reclamada origem e filiações dos povos insulares em paragens do sul do Continente, que os geógrafos foram aceitando, fundamentou-se tradicionalmente nas crónicas de Gaspar Furtuoso (107), escritas nos finais do Século XVI, e referindo sobretudo os Açores e a Madeira. A partir da análise dos tipos de habitação, ainda existentes ou documentados, veremos como é discutível esta atribuição originária (no capítulo VII, sobre a a casa rural).

Embora seja difícil, no estado actual do conhecimento sobre a origem e as filiações dos modelos urbanos e arquitectónicos, determinar áreas e regiões, pode afirmar-se que:

a - há um consenso sobre uma inicial predominância de colonizadores ou povoadores provindos do Algarve, Alentejo (e, no caso canário, da Andaluzia), assente sobre documentos ou relatos da época; sem esquecer, porém, o contributo de flamengos (Canárias e Açores centrais e ocidentais) e italianos (Madeira e Canárias);

b - com o avançar da colonização insular, sobre os séculos XVI e XVII, terá havido crescente peso dos colonizadores das regiões nortenhas e da área de Lisboa, a primeira das quais, no século XVIII, por força da "explosão" da cultura do milho no noroeste português, e consequente aumento populacional, se tornou predominante (como de resto aconteceu na emigração para o Brasil);

c - o resultado material, tipológico e morfológico, em cidades e no espaço rural insular, é pois naturalmente "de mistura" e recriação de valores, formas e espaços. Pode dizer-se que não há "TIPOS PUROS", directamente transpostos da península Ibérica, a não ser excepcionalmente - mas antes relações, desenvolvimentos, articulações - quer em relação às cidades e povoados, quer em relação a casas rurais e urbanas.

Em 1820, no final mesmo deste ciclo colonizador, a distribuição de origem portuguesa espalhada pelo mundo era de cerca de 10.300.000, distribuídas por Portugal, Madeira, Açores e Cabo Verde (3.382.180), África (1.100.000), Oriente (580.000) e Brasil (5.350.000). (110)

As gentes das ilhas açorianas portuguesas representavam no final destes três séculos (XVI a XVIII) não mais de 10% do total da população do Continente (uma 300.000 hab.) - a elas haveria que acrescentar ainda a evolução da população canária no mesmo período, não esquecendo que perto de 20% era na primeira metade do século XVII de origem portuguesa. Assim, nesta arquipelago, a população atingiu, em 1510, 26.000 habitantes, em 1557 os 83.284, em 1683 os 105.375, em 1757 os 152.723, sendo em 1802 de 161.520 pessoas, distribuídas de forma irregular, com muito maior peso nas três ilhas principais (Gran Canaria, Tenerife e La Palma). (111)

C - Povoamento e território

"O Atlântico português é portanto um mundo de arquipélagos.(...) O Império colonial português é ainda no séc.XVII - apesar do Rio Zaire e S.Salvador do Congo, apesar da São Paulo bandeirante - uma talassocracia, como o Império ateniense do séc.V."

Frédéric Mauro, "Portugal, O Brasil e o Atlântico"

Antes de articular o povoamento com o território das Ilhas Atlântidas, há que situar e quantificar o seu quadro populacional no período analisado, embora dispondo apenas de dados irregularmente distribuídos, incompletos ou escassos.

1 - A população

A.H. de Oliveira Marques indica os totais da população de origem portuguesa entre os séculos XVI e XVII, o período mais intenso da expansão marítima (108): Portugal Continental teria um máximo de 1.500.000 habitantes em 1527-1532, cerca de 2.000.000 à roda de 1640, e perto de 3.000.000 nos fins do século XVIII; sensivelmente neste mesmo período (de 1500 a 1760), um total de 1.300.000 pessoas oriundas do Continente colonizaram o ultramar, segundo Valadão Serpa (109). Isto dá uma ideia do investimento humano enorme que representou para o pequeno país extremo-europeu a ocupação dos territórios transatlânticos.

Em 1820, no final mesmo deste ciclo colonizador, a população de origem portuguesa espalhada pelo mundo era de cerca de 10.300.000, distribuída por Portugal, Madeira, Açores e Cabo Verde (3.352.180), África (1.100.000), Oriente (580.000) e Brasil (5.300.000).(110)

As gentes das ilhas macaronésias portuguesas representavam no final destes três séculos (XVI a XVIII) não mais de 10% do total da população do Continente (uns 300.000 hab.) - a elas haveria que acrescentar ainda a evolução da população canária no mesmo período, não esquecendo que perto de 20% era na primeira metade do século XVII de origem portuguesa. Assim, neste arquipélago, a população atingiu, em 1520, 25.000 habitantes, em 1587 os 83.284, em 1688 os 105.375, em 1757 os 153.723, sendo em 1802 de 192.520 pessoas, distribuídas de forma irregular, com muito maior peso nas três ilhas realengas (Gran Canaria, Tenerife e La Palma) (111).

Na Madeira haveria cerca de 15.000 habitantes no início do século XVI, e aproximadamente 21.000 pelo recenseamento de 1598 (112); segundo Oliveira Marques, por 1676 a população atingiria as 50.000 pessoas, tendo o Funchal perto de 10.000. Neste arquipélago, a emigração (para o Brasil) iniciou-se precocemente, logo desde fins do século XVI, com a decadência da exploração da cana-de-açúcar (113).

Nos Açores, Viriato Campos (114) interpreta os dados de Gaspar Frutuoso, para 1580-91, avaliando o total das gentes em 39.020; a partir dos dados de Monte Alverne, para 1693-95, estima a população em 89.500; também aqui esta se encontraria desigualmente distribuída, com mais concentração em São Miguel (19.400 hab. e 30.300 hab. para as mesmas datas, respectivamente) (FIG.23), na Terceira (5.000 e 20.000 pessoas, idem) e no Faial (3.200 e 11.300 pessoas, idem).

J. Marinho dos Santos aponta quantitativos mais elevados, também para cerca de 1580: 62.294 hab. no total das ilhas, com 24.024 em São Miguel, 21.371 na Terceira e 4.351 no Faial; e Raquel Soeiro de Brito indica, só para São Miguel, os números de 42.300 (em 1591), de 31.400 (1646) e de 57.300 (em 1796) (115).

Em 1841, a população total dos Açores já atingia 223.985, segundo Valadão Serpa (116), mas sangrada por uma já enraizada emigração para o Brasil (com as "levas" joaninas, desde o século XVIII), e para a América do Norte.

Para Cabo Verde, António Carreira (117) refere um total máximo estimado de 8.000 pessoas, incluindo escravos e livres, logo em 1468, concentradas nas ilhas de Santiago e Fogo. O total da população destas ilhas seria em 1582 de 15.700, mas com reduzido número de brancos; embora de crescimento demográfico rápido, Cabo Verde foi desde sempre atingido pela migração (África, Brasil) e pela mortandade, nas crises cíclicas motivadas pelas secas prolongadas (em 1863-66 morreram 30.000 pessoas num total de 97.000 habitantes).

2 - Fases e tipos de povoamento - o processo de ocupação do espaço físico, rural e urbano

Foi já desenvolvida pelo autor (118) a questão da evolução do processo de povoamento nas ilhas do Açores, em que podem distinguir-se três fases principais; esta progressão pode também ler-se nos outros arquipélagos do domínio português.

Assim, no século XV, uma primeira fase de ocupação esteve subordinada às necessidades de aportagem e de fixação imediata, junto ao litoral, escolhendo-se as pequenas enseadas naturais que permitissem uma fácil acostagem das pequenas embarcações então utilizadas (Anjos em Santa Maria (FIG.24), Povoação em São Miguel, Porto Judeu na Terceira, Lages ou Prainha de Baixo no Pico, Topo em São Jorge). Também era importante a proximidade de linhas de água, normalmente ribeiras, para abastecimento e para produção de pão pelo aproveitamento da força hídrica. De notar que nesta fase não terá sido determinante a orientação geográfica das costas escolhidas para as fixações, como depois se foi verificando; isto porque a distribuição destas é ainda muito pontual, sem uma visão global das escolhas possíveis.

As características desta primeira fase podem ver-se também na Madeira, onde a praia do Machico foi um dos locais inicialmente eleitos; ou em Cabo Verde, onde a Ribeira Grande de Santiago correspondeu aos mesmos objectivos.

A segunda fase do povoamento, na transição do século XV para o XVI, fez-se já através de um alastrar do povoamento em lugares de exploração rural sucessivamente fundados, a certa distância da costa, que pouco a pouco formaram o "CORDÃO" DE ESTRUTURA APROXIMADAMENTE LINEAR e a ela grosseiramente paralelo, referido atrás. Nesta fase corrige-se também a importância de alguns núcleos litorais inicialmente fundados, secundarizando-se os menos aptos a um crescimento gradual, a uma correcta defesa contra invasores ou a agressões naturais, fundando ou desenvolvendo outros mais adequados e com "mais futuro". Assim, Vila do Porto (Santa Maria), Ponta Delgada e Vila Franca (São Miguel), Praia e Angra (Terceira), nos Açores; ou Funchal e Santa Cruz, na Madeira, reforçam a sua importância neste PROCESSO DE HIERARQUIZAÇÃO DOS NÚCLEOS LITORAIS existentes.

A continuidade física deste "cordão" dependeu então das condições geomorfológicas existentes em cada ilha, havendo casos, nas ilhas maiores, onde o sistema do "cordão" linear quase se completou em "círculo" à volta das ilhas, apenas com breves interrupções, articulando um tipo de povoamento aglomerado e sequencial, com tendência para a concentração (119). Nessas ilhas, as discontinuidades são facilmente reconhecíveis: entre Povoação e Água Retorta, no sudeste de São Miguel (ver FIG.23); entre Porto da Cruz e Caniçal, na Madeira (ver FIG.19); no sudoeste de Gran Canaria, entre Mogán e Mederos.

Noutros casos, com costas agrestes e escarpadas, tal cordão foi mais dificultado, ou não existe de todo, dando lugar a uma rede viária interiorizada, informe, ligando os vários aglomerados (e com tipos de povoamento disperso ou linear-aglomerado).

Esta última situação, mais corrente nas ilhas mais pequenas e/ou de contorno mais irregular, também acontece em algumas ilhas maiores. Assim, no primeiro caso, podem referir-se Santa Maria e o Corvo, nos Açores; Porto Santo, no arquipélago da Madeira; Hierro e Gomera, nas Canárias; Brava, São Vicente, São Nicolau ou Sal em Cabo Verde. No segundo caso - ilhas "grandes" com uma rede viária e um povoamento rural afastados da costa - encontram-se a de Santiago de Cabo Verde (FIG.25), ou as de Lanzarote e Fuerteventura, nas Canárias.

Situações mistas, com parte de ilha ocupada "em cordão" e outra parte interiormente, também existem, em ilhas como Flores e São Jorge (Açores). Mas o carácter dominante do povoamento macaronésio é sobretudo - e ainda hoje - dado pelo "cordão" equidistante do litoral, quase "circular" e perfeito em ilhas como Terceira, Pico, Faial (Açores) (FIG.26), Fogo (Cabo Verde) (ver FIG.13), ou La Palma e Tenerife (Canárias).

Note-se que, em termos gerais, a definição dos caminhos entre povoações é muito lenta; e praticamente até ao século XIX, não substitui a ligação marítima como meio principal de transporte, nomeadamente de mercadorias.

O reconhecimento administrativo das vilas e, logo depois, de cidades, denotou (sobretudo nos Açores e na Madeira, mais profunda e rapidamente colonizados), esta tendência para a urbanização por sequência linear, e

reforçou a referida hierarquia funcional. Assim, note-se as datas de foral de vila, ou de fundação de concelhos e de reconhecimento de cidade naqueles arquipélagos, bem como as suas localizações (exclusivamente no litoral ou no "cordão" próximo deste):

a - Madeira, vilas nos séculos XV e XVI (120) - Vila Baleira (única em Porto Santo); Machico e Funchal (ambas em 1451, sendo o Funchal elevado a cidade em 1508), Ponta do Sol (1501), Calheta (1502), Santa Cruz (1515) (todas litorais, excepto Santa Cruz, que se situa no "cordão" cerca da costa); (ver FIG.19)

b - Açores, vilas fundadas nos séculos XV e XVI (121): Vila Franca do Campo (1472, em São Miguel) (ver FIG.23), Angra e Praia (1478 e 1480, na Terceira, sendo a primeira elevada a cidade em 1534), Topo, Calheta e Velas (em São Jorge, sendo a última em 1490) (FIG.27), Horta (no Faial, 1498), Lages do Pico (1501) (ver FIG.26); uma segunda série de vilas corresponde ao desenvolvimento da ilha maior, São Miguel: Ponta Delgada (1499, cidade em 1546), Ribeira Grande (1507), Água de Pau (1515), Lagoa (1522). (ver FIG.23)

De notar que houve então, no que se refere aos dois arquipélagos atrás referidos, o que se pode denominar de "PERCURSO" URBANIZADOR E COLONIZADOR DE NASCENTE PARA POENTE ", ou seja, do "conhecido" para o "desconhecido" (e de "mais próximo" para "mais distante" da terra de origem, o Continente) (FIG.28); assim a ocupação fez-se desde as ilhas mais pequenas para as maiores (de Porto Santo para a Madeira; de Santa Maria para São Miguel), e dentro destas, dos espaços a oriente para os territórios a ocidente (do Machico ao Funchal; da Povoação a Ponta Delgada) - tal como já se analisou em estudos anteriores, e em aparente consonância com a própria história geológica e a sequência de formação dos territórios insulares, como já foi dito.(122)

Assim, na Madeira e Açores, esta fase da ocupação corresponde à consolidação da instalação humana, institucionalizado e hierarquizado no essencial o sistema de povoamento rural e urbano. Já então se verifica, portanto, uma nítida escolha de sítios preferenciais, QUASE SEMPRE NAS COSTAS A SUL E A SUL-NASCENTE, com as excepções que a confirmam - como que transferindo para as ilhas o tipo da tradicional implantação do povoamento português nas orlas ribeirinhas viradas a sul, usual no Continente.

Este fenómeno constitui como que um verdadeiro "TROPISMO" com raízes no sistema de povoamento (rural e urbano) do Portugal europeu, como já foi analisado pelo autor em estudo anterior (123). Por exemplo, na Madeira, do total das freguesias criadas até ao século XVII, 27 foram-no nas soalheiras encostas a sul, sempre perto do litoral, enquanto apenas 9 se localizaram a norte (ver FIG.19). Poderiam analisar-se as restantes ilhas destes dois arquipélagos, obtendo sempre resultados similares. No conjunto das povoações que vieram a ascender a sedes de concelho, apenas Porto Moniz, São Vicente e Santana (Madeira), a Ribeira Grande e Nordeste (São Miguel), São Roque do Pico e Santa Cruz da Graciosa se implantaram em quadrantes de norte. E mesmo em Cabo Verde, onde os aspectos climáticos já condicionam de modo diverso esta tendência locativa, ainda temos a Ribeira Grande e a Praia - os dois núcleos urbanos mais importantes - implantados na costa meridional de Santiago, embora

o povoamento rural desta ilha e do Fogo já demonstre claramente a procura de fixação nos quadrantes mais irrigados de noroeste/nordeste (ver capítulo anterior sobre Clima, Vegetação e Culturas).

Em conclusão, povoado e urbanizado já o essencial dos territórios insulares; organizados os bons portos, fundamentais às escalas da navegação de longo curso; garantida a subsistência das diversas comunidades com o trigo; e tentada alguma rentabilização da exploração agrícola com a cana-de-açúcar ou a vinha, segue-se uma fase de estruturação das defesas das instalações existentes contra corsários, perigo crescente com o avançar do século XVI, com fortificações e muralhas. Este aspecto, porém, foi sempre insuficientemente desenvolvido, quer por falta de recursos quer por inexistência de um planeamento das acções, e os relatos de ataques bem sucedidos, a vilas e cidades, de Santa Maria dos Açores a Santiago de Cabo Verde, serão frequentes e repetidos, quase fazendo parte dos condicionamentos "normais" da vida insular deste período.

Uma terceira fase da ocupação pode destacar-se com desenvolvimento ao longo dos séculos XVII e XVIII. Corresponde a um período longo de estabilização populacional, ou mesmo a uma retracção desta, mas também ao desenvolvimento gradual das "áreas de influência" das cidades mais importantes, com ocupação crescente dos seus territórios envolventes. Foi o caso dos arredores de Ponta Delgada (Arrifes e as "Fajãs") e do "anfiteatro" do Funchal, e, em menor escala, de Angra (Terra Chã) (FIG.29) e da Horta (Flamengos). Todas estas expansões foram facilitadas pela relativa regularidade orográfica das respectivas regiões.

Também se assiste em geral a uma progressão da população para o interior, na busca de terrenos agrícolas mais férteis, com desenvolvimento de um povoamento mais disperso nas ilhas maiores: é o caso da Madeira, na área de Santana (mas também um pouco ao longo de toda a encosta meridional); ou o caso de São Miguel, ao longo do vale das Furnas, já no século XVIII. É de facto só no século XVII que se funda a primeira freguesia francamente interior na Madeira (Serra d'Água, em 1676); depois, só em 1790 se funda outra, nas mesmas condições (Curral das Freiras).

De notar que a dispersão do povoamento é, em certas ilhas, de difícil datação, constituindo provavelmente, nas ilhas mais pequenas, processo desenvolvido posteriormente à época em estudo. Em Santa Maria, por exemplo, parece ter correspondido a um fenómeno relativamente recente, no século XIX, relacionado com o retorno da emigração (sobretudo brasileira) e com a decadência e alienação dos morgadios, fragmentados em inúmeras pequenas propriedades. (124) (FIG.30)

3 - Relações territoriais entre as ilhas: localização e orientação dos povoados

Já se referiu a tendência para a localização dos povoados rurais, com predominância nos quadrantes meridionais ou sul-orientais (Madeira e Açores), ou nordeste/noroeste (Canárias e Cabo Verde) - fundamentalmente acompanhando

as áreas mais propícias às culturas; já se focou também a "resistência" dos principais núcleos urbanos litorais à mudança para quadrantes nortenhos, no caso dos três arquipélagos portugueses, por atavismo com uma tradição locativa enraizada, referida por Orlando Ribeiro sobre Portugal Continental (125), para além do contributo climático local.

Há que focar agora outros condicionamentos e características das ilhas, mais específicos e relacionados directamente com a condição de arquipélagos que as incluem e inter-relacionam.

"Em cada arquipélago uma ilha salienta-se relativamente às outras, torna-se a 'capital': a Terceira, nos Açores; a Madeira, no grupo do mesmo nome, Santiago, em Cabo Verde (...) Cada ilha tem a sua vertente, a sua costa favorecida, e o seu lado e a sua encosta inabordáveis. Cada uma tem os seus pequenos ou grandes recursos tirados do oceano: o sal (Cabo Verde), o peixe (Madeira), as baleias (Açores) (...) A maior parte delas podem tirar do seu solo belas riquezas e escoá-las pelo seu porto, à volta do qual se agrupa o aglomerado urbano. No fundo, não são diferentes dos estabelecimentos chamados continentais do Atlântico português: Guiné, Angola, Brasil, também eles arquipélagos com a sua ilha principal, capitania da Bahia ou de Luanda (...) (126)

A proximidade relativa das ilhas é uma condicionante do povoamento dentro de cada arquipélago, como já foi referido em estudo anterior (127); tal se pode apreciar na localização concreta do núcleo urbano principal de cada ilha, quando esta se situa perto de outra; estão fronteiros, entreolham-se, pois a presença visual da correspondente povoação "do outro lado" é desejada, o que se torna ainda mais compreensível se recordarmos alguns dos factores do comportamento colectivo insular antes referidos, como a insegurança, ou o isolamento pelo mar. São sinais de vida, permitem e atraem a presença do homem: podem ver-se as embarcações fundeadas, ou as luzes à noite.

Essa proximidade facilita por sua vez os contactos de todo o tipo, traduzindo-se por exemplo nos tipos de arquitectura doméstica, frequentemente comuns às duas ilhas vizinhas, e diferentes dos das mais distantes. E não só se sente este "desejo de companhia" nos núcleos urbanos mais importantes: todas as freguesias rurais, no seu desenvolvimento linear ao longo da costa, traduzem a mesma preocupação.

O mais corrente é a formação de pequenos subgrupos constituídos por duas ilhas, relativamente próximas entre si, cujas povoações principais estão então implantadas, por regra, "olhando-se" mutuamente, independentemente do quadrante de localização de padrão mais geral: assim sucede com o Faial (FIG.31) e o Pico (a Horta frente à Madalena), com as Flores e o Corvo (com Santa Cruz "olhando" a Vila Nova) (FIG.32); em Cabo Verde, embora com localidades de formação ou desenvolvimento mais recente, tal fenómeno é igualmente verificável: O Fogo e a Brava (com São Filipe e Povoação/Vila de Nova Sintra); Santo Antão e São Vicente (com Porto Novo e Mindelo); menos, mas um pouco, com Santiago e Maio (a Praia e Porto Inglês). Na Madeira e Canárias esta tendência não se verifica, em parte porque as suas ilhas estão em média muito afastadas umas das outras, em parte porque nas ilhas onde isso poderia

ancontecer, a proximidade de uma delas é com o sudoeste da outra (de Tenerife em relação a Gomera; de Lanzarote em relação a Fuerteventura), sector este sempre árido e pouco propício à fixação humana tradicional.

No conjunto macaronésio, os Açores constituem novamente um exemplo, dos mais característicos, desta tendência. Uma autêntica "família" de ilhas define-se no chamado Grupo Central açoriano; aí, cinco ilhas estabelecem uma inter-relação visual, concretizada territorialmente nos núcleos urbanos de Velas (São Jorge) mirando o de São Roque do Pico, e no do Topo jorgense virado para Angra (Terceira), para além do já referido "diálogo" entre Horta (Faial) e Madalena (Pico); mesmo a Graciosa, mais distante, ainda é visível do noroeste de São Jorge ou, do lado da Serreta, desde a Terceira.

Como se disse em estudo anterior, "Esta 'microgeografia' é também compreensível numa perspectiva prática, a da ligação por mar, única existente durante séculos, que exigia a maior proximidade física e visual possível entre os povoados das diferentes ilhas a ligar entre si. O tempo definiu assim um sistema de 'olhares cruzados', sedimentando a hierarquia dos sítios principais que asseguravam as ligações inter-ilhas e ao mesmo tempo, as áreas mais densificadas da ocupação humana" (128)

4 - A implantação dos povoados: "lombas", "achadas" e "fajãs"

O povoamento da Madeira, se bem que assente numa estrutura base de distribuição linear, como se viu, atingiu pouco a pouco um enorme grau de dispersão, a ponto de motivar esta observação de Orlando Ribeiro: "Não existem aldeias. As casas isoladas ou os agrupamentos frouxos, que, a custo, se poderiam chamar lugares, cobrem toda a extensão do território cultivado (...) As freguesias são constituídas por vários lugares e por uma poeira de casas que trepam até aos últimos campos sujeitos a cultura regular" (129)

Adaptando-se às formas mais características do relevo da ilha, surgiram três tipos principais de assentamentos rurais: os "lombos", nos quais "as casas dispõem-se dum lado e doutro de um caminho que segue a linha da cumeada" (130); as "achadas", terrenos de forma mais lisa em planaltos; e, no litoral, as "fajãs", espécie de plataformas baixas, quase à cota do mar, na base das arribas, além dos locais junto à foz das ribeiras (ver FIG.22). As duas primeiras formas constituem o modo predominante de instalação dos povoados: "São quase sempre sedes de concelho. Há na Madeira 40 lugares com o nome de 'achada' e 80 com o de 'lombo'" (131)

A foz das ribeiras, como foi antes referido, serviu de assentamento a inúmeros núcleos com carácter urbano: Ribeira Brava, Machico (FIG.33), o próprio Funchal são alguns dos exemplos mais antigos e significativos.

Nos Açores também ocorrem com frequência estes tipos de implantação (embora os "lombos" se designem aqui por "lombas"), a que é necessário acrescentar a ocupação dos vales, das caldeiras vulcânicas e das baías urbanizadas, abrigadas junto de cones eruptivos.

Das "fajãs" podem destacar-se a dos Mosteiros (em São Miguel), da Fajãzinha (nas Flores) e do Ouvidor (em São Jorge), entre outras; das "achadas" as do Nordeste (em São Miguel); e das lombas, o notável conjunto da

Povoação (também em São Miguel), sobre os restos de uma caldeira vulcânica muito erodida, formando como que sete "dedos" gigantescos descendo lentamente, em convergência, para o núcleo urbano litoral, na foz da ribeira.

Nas lombas açoreanas, "as construções agrupam-se ao longo das cumeadas, por vezes bem delimitadas pelos sulcos que assinalam a passagem das ribeiras (as 'grotas'), estas invisíveis sob o manto de vegetação; esses povoados dependem geralmente dos muitos moinhos de água que, alimentados pelas ribeiras, vão preparando o grão para alimento." (132)

Dos vales e caldeiras, os mais notáveis localizam-se em São Miguel: o das Furnas, com a lagoa e os jactos de águas ferventes sulfurosas, enquadrando uma pequena e quase "alpina" povoação, de formação relativamente recente; e a famosa Caldeira das Sete Cidades, que abriga no interior da vasta cratera outro pequeno povoado, típico da terra micalense.

Neste arquipélago há que referir ainda a grande variedade de formas de povoamento, desde o linear-aglomerado, dominante (São Miguel, Terceira, Pico, Faial e São Jorge) (FIG.34), o disperso (apenas em Santa Maria) (ver FIG.30) e o concentrado (apenas no Corvo) (FIG.35). Algumas situações mistas podem verificar-se nas Flores (tendência para o linear), e Graciosa (dispersão orientada). (133)

Ainda se constata a existência de alguns dos núcleos urbanos mais significativos implantados ao abrigo de angras ou enseadas, "...que protegem os ancoradouros, delimitadas num dos extremos por uma 'ponta' que penetra francamente o oceano, por vezes assumindo a forma de um cone adventício, marca do vulcanismo insular: é o caso de Angra do Heroísmo, da Horta, das Velas (ver FIG.34), ou, já meio submerso, da Vila Franca micalense com o seu ilhéu vizinho." (134)

Em Cabo Verde, e referindo as duas ilhas de povoamento mais antigo, Santiago e Fogo, coexistem formas muito diversas de ocupação.

Ilídio do Amaral refere, para a ilha de Santiago, cuja ocupação rural já vimos ser orientada para o interior, que "...as manchas de povoamento coincidem com as das culturas. No interior dos vales ele adensa-se nas bacias de recepção, onde há mais água e vegetação e maiores possibilidades de cultivo; à medida que se caminha para o litoral o povoamento vai rareando e acaba muitas vezes por desaparecer, mesmo antes de se atingir o mar." (135) Amaral refere também, na mesma obra, a diversidade de tipos de ocupação, desde os povoados desenvolvidos ao longo das estradas (Mangue e Calheta), aos tipos difusos, "em rosário" (como S. Domingos e Nhagar), aos mais densos e complexos, de tipo "nuclear" (Pedra Badejo), e ainda aos de tipo "nebuloso" como em Ribeirão Manuel, com forte disseminação das casas. (ver FIG.25)

O tipo de povoado de fundo dos vales, por sua vez, é constituído por "...dois núcleos de casas dispostas ao longo da base de cada vertente, deixando no meio um espaço largo por onde correm as águas das enxurradas que se formam durante as chuvas." (136) É o caso da Ribeira da Barca e da "Cidade Velha", a Ribeira Grande. Como nos Açores e Madeira, também a designação de "achada" é aqui empregue, correspondendo a núcleos espalhados sobre planaltos (como a Achada Falcão).

Como forma de povoamento já extinto mas com cunho de originalidade, Amaral descreve a "tabanca": "No interior de uma cerca, as casas dispunham-se, geralmente, em torno de um núcleo constituído pela 'capela', pela 'prisão', pela 'emfermaria' e pelo 'quartel'. (...) era uma verdadeira associação de socorros mútuos, em que os 'sócios' se assistiam moral e materialmente, em casos de doença ou de morte, se auxiliavam na construção das casas e nos trabalhos agrícolas e contribuía com uma cota mensal para as despesas gerais da organização." (137) A existência da "capela", a presença de um "reitesoureiro" encabeçando um cortejo, a realização de festejos periódicos (em Maio/Junho) aos quais acorriam gentes de diversos pontos da ilha, a cerimónia de "levantar o santo" em 24 de Junho com uma bandeira, aproximam este sistema dos festejos do Espírito Santo açoreano, de que podem constituir uma variante, articulada talvez com rituais africanos.

No Fogo também o povoamento é do tipo misto: "Não existem casas dispersas salpicando graciosamente toda a paisagem cultivada, como na Madeira, nem grandes lugares compactos e arruados, de construções pegando umas com as outras ao longo das vias de comunicação, que dominam nos Açores. A aglomeração é frouxa, a disseminação pura inexistente." (138) Orlando Ribeiro refere depois no mesmo estudo exemplos de aldeia concentrada (Cova Figueira, o melhor deste tipo), de casas esparsas (na "fajã" de Mosteiros, nome curiosamente igual ao da "fajã" micalense atrás descrita, e que atesta - com a Fajãzinha, outra povoação da ilha - uma provável colonização da ilha por açorianos). A Chã, povoação que tinha menos de cem pessoas nos anos de 1950, é uma curiosidade do povoamento, pois situa-se a 1.600 metros de altitude, no interior da grandiosa caldeira que domina a ilha. (ver FIG.13)

Nas duas ilhas referidas os autores dos estudos referem igualmente a fraca presença da marca religiosa católica na paisagem; poucas capelas e igrejas pontuam de facto este arquipélago distante e agreste.

(13) La isla de Mosteiros citada en (1), págs. 15-16. De modo mais breve, el Dr. Carlos Ribeiro refere que "las edificaciones religiosas relativas al culto de los Açores, tales como las ermitas que han decorado las zonas altas (...) pertenecen apenas a los restos de formaciones indoeuropeas (celtícas, arábicas, anglosaxónicas), incluidas en Santa María e sus familias entre muchas arcaicas, a que han sido atribuidas en diversos trabajos de Vitorino entre (indoeuropeas). Recientemente, en estudios recientes, también clasificó una serie de formaciones indoeuropeas incluidas en Santa María (...). Las formaciones cristianas indicadas en (1) son, en suma, todas las que se refieren a la actividad religiosa en Santa María e sus familias (...). Entre ellas se refieren: iglesias, capillas, ermitas, etc. y edificios religiosos, principalmente en la zona de Santa María, ligados a la actividad religiosa, por sus formas reflejadas en los movimientos algebras. Esta actividad se caracteriza por la presencia de las formas arcaicas indoeuropeas basadas en las zonas algebras, transformándose a través de la transición entre la serie algebras (formas arcaicas) y la serie algebras (formas arcaicas)."

En relación a Madeira, Dr. Orlando Ribeiro en obra citada en nota (1), pág. 15, "la isla es constituida por pedregales arcaicos, entre los que se encuentran: iglesias, ermitas, etc. y edificios religiosos, principalmente en la zona de Santa María, ligados a la actividad religiosa, por sus formas reflejadas en los movimientos algebras. Esta actividad se caracteriza por la presencia de las formas arcaicas indoeuropeas basadas en las zonas algebras, transformándose a través de la transición entre la serie algebras (formas arcaicas) y la serie algebras (formas arcaicas)."

En relación a Madeira, Dr. Orlando Ribeiro en obra citada en nota (1), pág. 15, "la isla es constituida por pedregales arcaicos, entre los que se encuentran: iglesias, ermitas, etc. y edificios religiosos, principalmente en la zona de Santa María, ligados a la actividad religiosa, por sus formas reflejadas en los movimientos algebras. Esta actividad se caracteriza por la presencia de las formas arcaicas indoeuropeas basadas en las zonas algebras, transformándose a través de la transición entre la serie algebras (formas arcaicas) y la serie algebras (formas arcaicas)."

Notas

(1) In MEDEIROS [131] - A Ilha do Corvo, pág.15. A expressão "Ilhas Atlântidas ou Macaronésia" fora utilizada anteriormente in RIBEIRO [138] - As Ilhas Atlântidas, pág.2. Na mesma obra refere-se que a designação "Macaronésia" provém "Do nome grego das Canárias ou Ilhas Afortunadas", e que se chamam também "Ilhas Atlântidas por a posição delas evocar vagamente a 'Atlântida' de Platão".

Note-se ainda a curiosa origem e evolução etimológica da palavra "arquipélago", que segundo Ilídio do Amaral "acabou por ter o significado corrente de 'grupo de ilhas próximas umas das outras'", mas que inicialmente tinha outro sentido, provindo "do grego bizantino 'archipélagos', 'mar principal', alteração de 'Aigaion pélagos', 'Mar Egeu', que era aquele que melhor servia as relações com a Ásia Menor. Nessa altura, a ênfase recaía sobre o mar." (in AMARAL [107] - A Irrupção de Estados-insulares após a Segunda Guerra Mundial: Um Facto Novo de Geografia Política, pág.315)

(2) In obra de Medeiros citada na nota (1), pág.19

(3) In RIBEIRO [139] - A Ilha da Madeira até Meados do Século XX: Estudo Geográfico, pág. 13 (tradução da obra - L'île de Madère: Étude Géographique. Lisbonne: Union Géographique Internationale, 1949)

(4) In FEDUCHI [166] - Itinerarios de Arquitectura Popular Española: 4: Los Pueblos Blancos, pág. 28

(5) In obra citada na nota (4), pág.28

(6) In ATLAS Editora [206], pág. 27 do capítulo: Síntese Geográfica e Estatística

(7) Cf. obra de Medeiros citada na nota (1), pág.15

(8) In obra de Medeiros citada em (1), págs.15-16. Na mesma obra (págs. 31-33) Carlos Alberto Medeiros refere que "São muito vagos os elementos cronológicos relativos ao vulcanismo dos Açores. Salvo para as erupções que têm decorrido nos tempos históricos (...) possuímos apenas o testemunho de formações sedimentares fossilíferas (calcários, arenitos, conglomerados), incluídas em Santa Maria e nas Formigas entre rochas eruptivas, e que têm sido atribuídas em diversos trabalhos ao Miocénico médio (Vindoboniano). Contudo, em estudos recentes, Lecoindre classificou como mais modernas formações semelhantes existentes em Cabo Verde.(...) aquelas formações constituem indício muito frágil. De seguro, apenas se pode deduzir que antes delas já a actividade vulcânica se tinha iniciado em Santa Maria e nas Formigas (...) Assim é difícil ajuizar quando terá começado o vulcanismo açoriano. Provavelmente os episódios vulcânicos principais só se verificaram no Cenozóico, ligados a um renovar da actividade tectónica, por seu turno relacionado com os movimentos alpinos. Isto explicaria as características litológicas dos Açores (as lavas açorianas incluem fundamentalmente basaltos mais ou menos olivínicos, traquiandesitos e traquitos), de transição entre a série atlântica (áreas oceânicas) e a calco-alcalina (faixas orogénicas)."

Em relação à Madeira, diz Orlando Ribeiro (in obra citada na nota (3), pág. 18): "A ilha é constituída por produtos eruptivos, entre os quais predominam tufos, cinzas, escórias, lapilli - sendo as lavas muito menos abundantes.(...) O vulcanismo, muito antigo, data pelo menos do Helveciano.(...) A actividade eruptiva prosseguiu provavelmente durante bastante tempo. Hoje em dia encontra-se completamente extinta. Não só estão ausentes todas as manifestações secundárias de vulcanismo, como os edifícios eruptivos foram quase inteiramente desmantelados pela erosão."

Nas Canárias (segundo a obra citada na nota (4), págs.27-28), "Todas las islas tienen parte vieja y nueva, de lo que se deduce que la formación geológica del archipiélago se realizó en distintos períodos: primero emerge la gran masa terciaria, o quizás cuaternaria, que forma el substrato y después las erupciones transforman el paisaje y la topografía de las islas en un proceso que aún sigue cumpliéndose - recordemos que la última erupción tuvo lugar en la isla de La Palma." E, noutra passagem (pág.29): "A las

tres grandes fases de actividad eruptiva, sucesivamente de tipo hawaiano, estromboliano y vulcaniano, corresponden tres capas de rocas volcánicas: la primera formada por rocas básicas - basaltos, diabasas - con inclusión de algunas ácidas; la segunda en que predominan las rocas ácidas - traquitas, riolitas, fonolitas - y la tercera, menor y más reciente, de basaltos."

(9) Diz Orlando Ribeiro: "A idade das Ilhas Atlântidas é variável e incerta no maior número delas, pela falta de intercalações sedimentares com fósseis. A mais antiga é seguramente a ilha de Maio, onde afloram calcários compactos, muito deslocados, atravessados por filões eruptivos que localmente os transformam em mármore. Ao conjunto atribui-se uma espessura de 400 a 500m, recobrimdo-o massas de basalto e, em discordância, sedimentos terciários não deslocados; uma fauna abundante permite atribuí-lo ao Cretácico inferior.(...) Em algumas ilhas (Santa Maria, Porto Santo, Grã-Canária, Maio e Boavista) encontram-se intercalações sedimentares fossilíferas no material eruptivo, que constituem precioso elemento de datagem. Trata-se geralmente de calcários, umas vezes compactos, outras mais friáveis, sempre ricos em moluscos, que ocupam a mesma colocação estratigráfica (Vindoboniano, Miocénico), o que parece indicar, para este período, uma posição absoluta elevada do nível do mar, transgressivo no continente e deixando, em ilhas oceánicas, múltiplos testemunhos da sua presença. Portanto, no meio do Terciário existiam já ilhas representativas dos diferentes arquipélagos atlânticos." (in RIBEIRO [140] - A Ilha do Fogo e as Suas Erupções, págs. 29-30). Quanto ao Miocénico, é um período ou época relativamente recente da formação da Terra; é uma fase intermédia da era Cenozóica (ou Terciária), iniciada aproximadamente há 26 milhões de anos, que durou até há cerca de 7 milhões de anos, caracterizada por certas alterações geológicas: "Poderosos movimentos da Terra levam a novo recuo do mar. O Mediterrâneo transforma-se praticamente num oceano fechado. Unem-se as massas continentais da Europa e Ásia. O aumento de precipitação provoca intensa erosão em algumas zonas. Novos movimentos da crosta terrestre completam a formação dos Alpes e dão origem aos Himalaias. Grande actividade vulcânica." (in GRANDE Atlas Mundial [214], pág.116)

(10) In ATLAS de España y Portugal [207], pág.106

(11) In obra de Medeiros citada em (1), pág.19. Na mesma passagem, Medeiros também refere idêntica transição, de leste para oeste, dos valores climáticos (aumento de pluviosidade, de velocidade do vento e de predominio de ventos do quadrante oeste), e dos valores humanos (processo de colonização das ilhas, redução de paisagem humanizada, aumento dos incultos, propriedade mais fragmentada, casa rural mais "nortenha")

(12) In CARRACEDO [115] - Canarias, pág.21. Obra colectiva, por J.C. Carracedo, T.Pulido, A.Alvarez, J.Ortega, V.Araña, M.S.Hernandez, A.Macias, F.Castro, M.T.Noreña, L.M.Garcia, J.F.Martin, R.M.Acebes, F.Aguilera. J.A.Martin, J.J.Toledo e J.L.Rivero; na mesma obra se expõe a teoria explicativa da origem das ilhas: "Este modelo supone la existencia de una zona de elevada temperatura fija a grandes profundidades, bajo la litosfera. Por su tamaño puntual en relación con la Tierra y por su alta temperatura se le ha llamado punto caliente. Cuando el magma generado en el punto caliente sale a la superficie sobre una placa litosférica en movimiento, se formarán islas volcánicas tanto más antiguas cuanto más alejadas estén del punto de generación del magma." (pág.21) Mas chama-se igualmente a atenção para as dificuldades na aplicação desta teoria explicativa da formação geológica às Canárias: "Por ejemplo, parece que la placa africana no se mueve desde hace 25 millones de años. Por otra parte, existe volcanismo contemporáneo en los extremos del Archipiélago (La Palma y Lanzarote)." (pág.21)

(13) Cf. atlas citado na nota (9), pág.118, que refere sobre a crista dorsal do Atlântico: "Pensa-se que a gigantesca cadeia de montanhas no meio do oceano se estende por cerca de 65.000 km. Em muitos locais dos seus cumes existem fracturas que testemunham a tensão existente na crosta oceânica. Ao longo desta linha, a rocha que irrompe do interior da terra através de fissuras na crosta forma constantemente nova crosta oceânica, provocando a expansão contínua do fundo do oceano a partir dessa linha."

(14) In obra de Medeiros citada na nota (1), pág.28, que detalha seguidamente a localização dos vales que sulcam essa plataforma: "O vale tectónico mais meridional é pouco conhecido; para precisar melhor o seu traçado, e talvez mesmo confirmar a sua existência, será necessária uma densidade maior de medidas batimétricas. A ilha do Pico está situada sobre o bordo meridional do vale tectónico imediatamente a norte, no qual se localiza o Faial. S.Jorge está no bordo setentrional, que se segue depois para oriente por uma série de dorsos submarinos. Finalmente, no último vale tectónico estão a Terceira e a Graciosa. Verifica-se

que os dois vales tectónicos mais setentrionais se reúnem no maciço montanhoso das Sete Cidades, que constitui a parte oeste de S.Miguel, e ao qual parece ligar-se também a fractura de direcção NNO-SSE, onde se desenvolveu a actividade vulcânica mais recente da ilha de Santa Maria." (págs. 28-30)

(15) In obra de Medeiros citada na nota (1), pág.33

(16) Estudo de História económica: MAURO [130] - Portugal, O Brasil e o Atlântico 1570-1670, citado na nota (53) da Introdução Geral

(17) Estudo geográfico: MEDEIROS [132] - Acerca da Ocupação Humana das Ilhas Portuguesas do Atlântico, págs. 95-125

(18) In obra citada na nota (53) da Introdução Geral, pág.150

(19) In obra citada na nota (53) da Introdução Geral, pág.150-152

(20) In obra citada na nota (3), pág.21, onde Orlando Ribeiro prossegue a sua análise: "Como muitas ilhas vulcânicas, a Madeira sofreu um levantamento recente. Conhecem-se terraços fluviais até altitudes superiores a 100 metros. De resto, toda a rede hidrográfica evidencia as marcas deste movimento. O ciclo de erosão encontra-se numa fase extremamente jovem: nenhuma captura, nenhum trabalho de erosão lateral ou de regularização do perfil longitudinal; por toda a parte, torrentes impetuosas, rolando durante as chuvadas massas de água barrenta e calhaus de grande calibre, que transportam até ao mar. Durante o Verão, os leitos estão secos e completamente entulhados por detritos volumosos, que dão uma imagem muito sugestiva desta capacidade de transporte. Faltam completamente as aluviões finas, sendo as vertentes demasiadamente inclinadas causadoras da evacuação rápida dos produtos de alteração. Assim, quase por toda a parte, a rocha aflora sob uma forma compacta." (págs. 21-22)

(21) In obra citada na nota (3), pág. 24, onde Ribeiro acrescenta: "O modelado da costa é também influenciado pela disposição dos produtos eruptivos. A inclinação dos mantos de lava faz-se sempre em direcção à costa, o que facilita os desabamentos, a que se dá o nome local de 'quebradas'"

(22) In ROSEIRA [142] - Porto Santo: Isolamento, Arcaísmos e Perspectivas, págs.493-494

(23) In obra citada na nota (4), pág.29

(24) In obra citada na nota (4), págs.28-29

(25) In obra citada na nota (4), pág. 29

(26) In AMARAL [108] - Santiago de Cabo Verde: A Terra e os Homens, págs.17-19

(27) In obra de Orlando Ribeiro citada na nota (9), págs.33-35 e 215-216, respectivamente

(28) In obra de Medeiros citada na nota (1), pág. 16, onde Medeiros acentua a variação do regime e quantidade das chuvas, como elemento caracterizador da diversidade climática: "De uma maneira geral o total de precipitação é máximo nos Açores e diminui sucessivamente na Madeira, nas Canárias e em Cabo Verde. Quanto ao regime, é temperado marítimo nos Açores, mediterrâneo na Madeira e Canárias, com maior tonalidade de secura nestas, e tropical em Cabo Verde.(págs.16-17)

(29) In obra citada na nota (17), pág.95

(30) In obra citada na nota (53) da Introdução Geral, pág. 152

(31) In BRITO [112] - A Ilha de São Miguel: Estudo Geográfico, pág.14

(32) In obra citada na nota (53) da Introdução Geral, pág. 153

(33) In obra citada na nota (3), pág.27

(34) In obra citada na nota (22), pág.494

(35) In obra citada na nota (3), pág.28: "Fora do Verão, no entanto, a Madeira encontra-se sob a influência da faixa dos 'Westerlies' e das suas perturbações ciclónicas que trazem precipitações abundantes. Os ventos dominantes sopram então de Sudoeste e de Oeste, com uma violência que determina, nas vertentes dos vales expostos a essas direcções, uma descida dos limites da vegetação em relação às vertentes abrigadas. A Madeira apresenta um regime de chuvas de comportamento mediterrâneo típico, com aguaceiros na época dos equinócios, um máximo a meio do Outono e, por vezes, um máximo secundário no princípio da Primavera. A proximidade de África faz-se sentir pelos ventos de leste, que elevam súbitamente a temperatura e fazem descer a humidade do ar a valores incrivelmente baixos (até 13%). Este tempo sufocante não dura mais que alguns dias e não se repete todos os anos. A aridez aparente da Ponta de São Lourenço (...) deve-se menos à sua situação oriental do que ao seu fraco relevo."

(36) In obra citada na nota (4), pág.29

(37) In obra citada na nota (4), pág.30: "Los alisios son los causantes, en contrapartida, de las alteraciones, que as veces se convierten en verdaderas catástrofes, ocasionadas por el llamado 'levante', viento sahariano caliente, seco y violento que aparece en verano trayendo consigo, a veces, la arena y la langosta y, siempre, una extraordinaria elevación de temperatura y la consiguiente sequía que puede destruir, en tres días, cosechas, viñedos y tomateras; o el temporal del sur, vientos de componente suroeste, que actúan entre finales del otoño y principios del invierno y dañan fundamentalmente uno de los cultivos de mayor importancia como es el plátano."

(38) In obra citada na nota (4), pág.30

(39) In obra citada na nota (26), pág.40, refere-se: "Como todas as ilhas montanhosas, Santiago apresenta variações de regime de chuvas que vão da aridez do litoral às zonas húmidas das grandes altitudes; (...) A posição da ilha em relação aos ventos dominantes é outro factor importante na distribuição da precipitação. Em Santiago não há dúvida de que a costa leste, aberta à penetração dos alísios, que se carregam de humidade à medida que avançam sobre o oceano, é muito mais húmida do que a costa oeste;"

(40) In obra de Orlando Ribeiro citada na nota (9), págs.67-68, diz o autor sobre a ilha do Fogo: "A zona litoral é árida em todo o contorno da ilha; apenas no sector compreendido entre Mosteiros e Atalaia, mais directamente exposto aos ventos predominantes, um pouco de verdura desce até ao mar. Comparando as duas únicas fajãs da ilha, de Mosteiros e de Casinha, a primeira muito mais cultivada e arborizada, tem-se ideia deste contraste. O sector mais árido é o de sudoeste, abrigado pela Bordeira dos ventos dominantes, que sopram da direcção oposta (...) O contraste é muito nítido entre este sector húmido [a Chã] e toda a encosta meridional da ilha"

(41) In obra citada na nota (26), pág.23

(42) In obra de Medeiros citada na nota (1), pág.17

(43) In obra citada na nota (53) da Introdução Geral, pág.153

- (44) In obra citada na nota (17), pág. 108
- (45) In PAPY [134] - L'île de Madère d'après O. Ribeiro. A referência é da pág.174, citada na obra indicada na nota (17), pág. 108
- (46) In GOUROU [125] - São Miguel dos Açores. A referência é da pág.369, citada na obra indicada na nota (17), pág.108
- (47) In obra citada na nota (17), pág.108
- (48) In obra de Orlando Ribeiro citada na nota (9); a referência é da pág.118, citada na obra indicada na nota (17), pág.108
- (49) In obra citada na nota (4), pág. 31
- (50) In obra citada na nota (31), págs. 75-76: "...o exemplo mais grandioso deste arranjo encontra-se no Pico, em todo o litoral oeste, nas chamadas "Vinhas". Os campos estão abrigados e ao mesmo tempo divididos por muros de pedra solta, de uns dois metros de alto, em meia lua, com a convexidade virada para o mar para protegerem melhor dos ventos. As meias luas dispõem-se em fiadas que seguem aproximadamente as curvas de nível; as fiadas sucedem-se muito próximas umas das outras, e estão desencontradas, correspondendo as pontas das meias luas de uma, ao meio das da outra; como todos os elementos estão muito próximo, só fica o intervalo suficiente para passar uma pessoa. Trata-se pois de um dispositivo tão engenhoso como eficaz para evitar a circulação do vento."
- (51) In obra citada na nota (3), págs. 41-43
- (52) In obra citada na nota (31), pág. 62
- (53) In obra citada na nota (31), págs. 62-63.
- (54) Na obra citada na nota (31), págs. 64-65, Raquel Soeiro de Brito refere as observações de Telles Palhinha, o qual mostrou que "...devido ao clima, se encontram lado a lado exemplares vindos da África, América, Ásia, Extremo Oriente e Oceânia. Considera que 30% das plantas introduzidas no arquipélago provêm da Austrália ou das ilhas próximas; 15% do sul e do sueste da Ásia; igual percentagem da América central; às Américas boreal e tropical e ao Oriente asiático atribui 10% em cada uma; das restantes, 10%, mais de metade foi trazida da África.(...) As coníferas exóticas que 'excedem, em número de espécies, duas dezenas', foram trazidas da África do Sul, do continente australiano e ilhas próximas, da China e do Japão, da Califórnia e das Bermudas. As mais numerosas são várias espécies de araucárias de que a mais vulgar é a 'araucaria excelsa' R.Br., de origem australiana e a criptoméria ('Cryptomeria Japonica' D.Don), vinda do norte da China e do Japão, que forma extensos povoamentos não só em São Miguel como em todas as ilhas."
- (55) In obra citada na nota (31), págs.70-75
- (56) In obra citada na nota (4), pág.31
- (57) In obra de Orlando Ribeiro citada na nota (9), págs.216-217
- (58) In obra citada na nota (17), págs.110-111
- (59) In obra citada na nota (17), pág.117
- (60) In obra citada na nota (17), pág.117

(61) In obra citada na nota (17), pág.117: "No arquipélago de Cabo Verde, o seu papel foi fundamental para assegurar o povoamento, pois a impossibilidade de cultivar o trigo, pela coincidência do tempo mais quente com a estação chuvosa, tinha levado à adopção de diversos 'milhos' africanos, de rendimento escasso e fraco poder nutritivo. (...) Os Açores e a Madeira apresentam quanto ao milho um quadro diferente. Ilhas onde o trigo vingou com facilidade, que chegaram a contá-lo entre os seus produtos de rendimento, não admira que nelas o milho não tivesse penetrado com a facilidade que se registou em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe. Segundo parece, só em meados do século XVII, ou mais precisamente em 1647, se registou na ilha Terceira uma colheita abundante de milho (...) no entanto, apenas em meados do século XIX, com a lei da remição dos foros, que eram pagos em trigo, ficou plenamente marcado o domínio do milho nos Açores. Na Madeira, a evolução desenha-se ainda mais tardiamente; só em 1847, com dois séculos de atraso em relação à Terceira, foi cultivado o milho em larga escala, na região de Santana, por intermédio de camponeses provenientes dos Açores."

(62) In obra citada na nota (17), pág.118; Medeiros prossegue com exemplificações: "Só em certos casos extremos, praticamente determinados por condições naturais demasiado adversas, os homens se viram mais para o mar e os seus recursos. A ilha açoriana onde a pesca está mais desenvolvida é sem dúvida a do Pico, cuja área agrícola está reduzida pelos produtos de erupções recentes. Em Cabo Verde têm vida marítima mais intensa as ilhas mais áridas (Maio, Sal, Boavista e São Vicente) e ainda a de Brava, onde os afloramentos rochosos cobrem vastas áreas."

(63) In obra citada na nota (4), pág.27

(64) In obra de Orlando Ribeiro citada na nota (9), pág.17. Do "lado espanhol", in obra citada na nota (4), pág.30 e pág.28, respectiv., refere-se também a tradição greco-romana sobre as Canárias, bem como as histórias provenientes já da fase Moderna: "Es sin duda el factor climático el que movió a geógrafos, viajeros, botánicos, historiadores y poetas, como Ptolomeu, Estrabón, Herodoto, Plutarco, Homero o Virgilio a darles los sobrenombres de 'Domicilio de los Bienaventurados' o 'Archipiélago Afortunado' o a situar en ellas los Campos Elíseos o el jardín de las Hespérides. (...) Todavía existe, aunque sólo sea en la imaginación popular, una octava isla, la de San Borondón [São Brandão], cuyo inventado origen se remonta a hace cuatro siglos, y que sigue siendo tema de fábulas y narraciones infantiles."

(65) In obra de Medeiros citada na nota (1), pág.17

(66) In GODINHO [13] - Reflexão sobre Portugal e os Portugueses na sua História, pág.278

(67) In MARQUES [20] - História de Portugal, pág.329

(68) In BOXER [5] - O Império Colonial Português (1415-1825), pág.49 (tradução de - The Portuguese Seaborn Empire 1415-1825)

(69) In obra citada na nota (17), pág.96

(70) In obra citada na nota (17), pág.96

(71) In obra citada na nota (16), pág.154

(72) In obra citada na nota (17), pág.96

(73) In obra citada na nota (17), págs.97-98

(74) In obra citada na nota (53) da Introdução Geral, pág.154

- (75) Referido na obra citada na nota (17), págs.99-100
- (76) In obra citada na nota (66), pág.285
- (77) In obra citada na nota (67), pág.212
- (78) Utilizar-se-ão aqui indiferentemente as designações de "povoamento" e "colonização", com o sentido de ocupação humana organizada de territórios desertos ou escassamente preenchidos (caso único das Canárias)
- (79) In obra citada na nota (3), págs.45-47
- (80) In "Capitão-donatário", por Maria Emília Cordeiro Ferreira, entrada in DICCIONARIO de História de Portugal [201], dirigido por Joel Serrão, volume I, A-D, 1963, pág.472
- (81) In obra citada na nota (80), pág.473, onde se acrescenta: "A colonização atlântica portuguesa e castelhana teria resultado da fusão das formas medievais mediterrâneas italianas, e até catalãs e francesas, no Levante e das instituições administrativas, económicas e sociais herdadas por essas nações colonizadoras modernas da sua própria Idade Média, adaptadas, contudo, às necessidades dos novos estabelecimentos coloniais e à situação económica, social e política do tempo, o que, no dizer daquele historiador [V.M.Godinho], deu origem entre nós 'a uma forma especial de exploração em que o sistema senhorial - estrutura social de um tipo agrícola - foi empregado por uma civilização comercializada e a um novo tipo social, o cavaleiro-mercador'"
- (82) In "Donatarias Ultramarinas", por Maria Emília Cordeiro Ferreira, entrada in obra citada na nota (80), págs. 849-850
- (83) In obra citada na nota (82), pág.850
- (84) In obra citada na nota (82), pág.850
- (85) In obra citada na nota (80), pag.474
- (86) In obras citadas nas notas (80) e (82), respectivamente na pág. 474 e, desde "(capitania do Machico)", na pág. 850
- (87) In obra citada na nota (82), pág.850
- (88) In obra citada na nota (82), pág.850
- (89) In obra citada na nota (67), págs. 500 (Madeira) e 503 (Açores)
- (90) In COSTA [119] - Esboço Histórico dos Açores, pág.31
- (91) In obra citada na nota (67), pág.213
- (92) In obra de Medeiros citada na nota (1), pág.89
- (93) In obra de Medeiros citada na nota (1), pág.89. O regime de capitania-donatária das Flores e Corvo

constitui uma fonte de dúvidas entre os historiadores, defendendo uns que os seus senhores eram apenas agentes dos donatários, outros que eram verdadeiros capitães. Refere Medeiros na obra citada uma doação destas duas ilhas por D. Afonso V em 1475 a Fernão Teles de Meneses, ao qual João de Teive, filho do descobridor destas ilhas Diogo de Teive, teria vendido as mesmas; refere também fases tentativas de povoamento, com os Teles (1475-1504), com os FONSECAS (1504-1593) e com os condes de Santa Cruz, até 1832 (págs.82-86)

(94) In obra citada na nota (67), pág.211

(95) In "Canárias", por Luís de Albuquerque, entrada in obra citada na nota (80), págs. 454-455

(96) In PÉREZ VIDAL [136] - Esbozo de un Estudio de la Influencia Portuguesa en la Cultura Tradicional Canaria, pág. 372

(97) In obra citada na nota (66), pág.280

(98) In obra citada na nota (67), pág. 215

(99) In obra citada na nota (67), págs. 332-333

(100) In obra citada na nota (66), pág.280

(101) In FERNANDES [et al.] [167] - Arquitectura Popular dos Açores. 1985-, págs. 35 a 39. Levantamento e análise desenvolvido por Ana Tostões, Filipe Jorge Silva, João Vieira Caldas, José Manuel Fernandes, Maria de Lurdes Janeiro, Nuno Barcelos e Victor Mestre, para a Associação dos Arquitectos Portugueses, 1982-85 (inédito, em preparação de edição. Estas características ou factores condicionantes, nos Açores, foram também abordadas in SERPA [145] - A Gente do Açores. Esta obra está referida na nota (109)

(102) As excepções prendem-se, quanto a nós, com situações de reduzida dimensão insular e com o relevo mais fragmentado ou pouco acentuado: nos Açores, algumas ilhas mais pequenas e de baixas altitudes máximas apresentam um povoamento interior muito disperso (Santa Maria), ou articulado com a rede viária (Graciosa); no arquipélago da Madeira, Porto Santo não apresenta o "cordão" referido, tanto pela forma do relevo como pela pequenez do território; nas Canárias, tanto Lanzarote como Fuerteventura, com pouca altitude e relevos suaves, também apresentam certa dispersão de povoamento; em Cabo Verde é o caso de Santiago que sobressai, com os seus vales interiores bastante mais ocupados que a periferia

(103) O culto do Espírito Santo nos Açores foi objecto de inúmeras aproximações e estudos. Muito genericamente, corresponde a uma festa periódica, na qual é "coroado" um "imperador", onde se fazem oferendas (hoje com frequência pelos emigrantes regressados ou em férias nas ilhas) que incluem a distribuição de pão e leite aos passantes e participantes, sendo todos os rituais centrados normalmente à volta dos "impérios", espécie de pequenas capelas que cada freguesia possui. Como obra de sistematização e referência, já que o tema transcede o presente estudo, pode citar-se SIMÕES [146] - Roteiro Lexical do Culto e Festas do Espírito Santo nos Açores

(104) In NEMÉSIO [195] - O Corsário das Ilhas, pág.127: "Mas dói, custa sempre...Recordo-me mesmo que a minha segunda transplantação, a de uma ilha para outra, foi o que me deu o tema para reviver a terceira - então já um salto grave, quase transoceânico, das ilhas para estas nossas portuguesas paragens, a que nós, os ilhéus, chamamos 'O Continente' de um ponto de vista telúrico que deve ter sentido em etnopsicologia. E é curioso que a evocação da largada decisiva tenha surgido noutra transe crucial de filho pródigo: a minha primeira fixação no estrangeiro."

(105) In obra de Orlando Ribeiro citada na nota (9), págs. 220-221

(106) Conforme obra citada da nota (17). págs. 101 a 109.

- (107) In FRUTUOSO [106] - Saudades da Terra. Frei Gaspar Frutuoso, natural de Ponta Delgada, Açores, onde nasceu em 1522, falecendo em 1591. As "Saudades" constituem a primeira crónica conhecida abordando desenvolvidamente os vários arquipélagos do Atlântico Norte; a obra, iniciada por volta de 1582, terá sido composta sobretudo entre 1586 e 1590; dela se conhece grande parte do texto, constando do seguintes livros, reeditados recentemente (pela primeira vez em edição completa) pelo Instituto Cultural de Ponta Delgada: Livro Primeiro, sobre as Canárias (cap.9 a 20), Cabo Verde (cap.21) e Açores-Atlântida (cap. 27 a 32), ed. 1984; Livro Segundo, sobre a Madeira, Porto Santo, Desertas e Selvagens, ed. 1979; Livro Terceiro, sobre Santa Maria, ed. 1983; Livro Quarto, em três volumes, sobre São Miguel (I vol, ed. 1977; II vol, ed. 1981; III vol. ed. 1987; Livro quinto, sem ref. específicas às ilhas; Livro Sexto, sobre as restantes ilhas centrais e ocidentais dos Açores, ed. 1978
- (108) In obra citada na nota (67), pág.371
- (109) In SERPA [145] - A Gente do Açores: Identificação: Emigração e Religiosidade: Séculos XVI-XX, pág. 104
- (110) In obra citada na nota (108), pág.104
- (111) In obra citada na nota (12), pág. 134
- (112) In CARITA [114] - História da Madeira: 1420-1566: Povoamento e Produção Açucareira, págs. 88-89
- (113) In obra citada na nota (67), págs. 499-500
- (114) In CAMPOS [113] - Sobre o Descobrimento e Povoamento dos Açores, pág. 135
- (115) In SANTOS [144] - Os Açores nos Séculos XV e XVI, pág. 159. Os dados por Raquel Soeiro de Brito foram extraídos da obra citada na nota (31), pág. 172
- (116) In obra citada na nota (109), pág. 159
- (117) In CARREIRA [116] - Migrações nas Ilhas de Cabo Verde, págs. 26-27
- (118) Segundo FERNANDES [153] - Angra do Heroísmo, págs. 12 e 14. Esta leitura baseou-se por sua vez no trabalho de investigação citado na nota (101), págs. 41 a 43
- (119) Com o definiu Raquel Soeiro de Brito, em relação à ilha de São Miguel, in obra citada na nota (31), pág.179
- (120) In "Arquipélago da Madeira", entrada no DICCIONARIO de História de Portugal [201], dirigido por Joel Serrão, também autor desta entrada, volume II, pág. 876
- (121) Segundo FERNANDES [154] - O Funchal e o Urbanismo de Raiz Portuguesa no Atlântico: Estudo Comparativo e de Enquadramento Histórico-Estrutural, por José Manuel Fernandes, pág.249
- (122) Estes aspectos foram analisados pelo autor deste trabalho nas obras citadas nas notas (121) (págs. 248-249) e (118) (págs. 23-24)
- (123) Aspecto analisado in obra citada na nota (121), pág.249, e retomado em "O Lugar da Cidade Portuguesa", por José Manuel Fernandes, texto adiante citado - ver nota (1) do capítulo II

- (124) In CONSTANCIA [118] - A Ilha de Santa Maria: Evolução dos Principais Aspectos da sua Paisagem Humanizada (séculos XV a XIX), pág. 242. Aí se diz-se que "É durante o séc.XIX que se dá uma autêntica pulverização do povoamento." Para este autor, "O séc. XIX é caracterizado por um surto de progresso na agropecuária mariense. Para isso muito devem ter contribuído a divisão da propriedade rústica, como consequência dos aforamentos, e o recurso a adequados tratamentos dos solos pelo uso dos fertilizantes e adubação das terras (...)" (pág.240). Este fenómeno de "pulverização" também pode estar ligado ao contemporâneo grande aumento de pequenas propriedades nas antigas terras morgadias compradas desde então pelos emigrantes retornados, segundo observação de outro autor (in A Ilha de Santa Maria: Contributo para um Estudo de Geografia, por Eduíno Nota Soares Neves, tese de geografia, policopiado, Coimbra, 1959). Carreiro da Costa confirma esta hipótese, na obra citada na nota (90), pág.170 : "Correia da Cunha anota que em 1664 o regime latifundiário subsistia na ilha de Santa Maria, onde haviam 16 casas vinculadas para 500 fogos. Dois séculos mais tarde, em 1850, apenas havia 4 morgadios para 1151 fogos - inversão que deve ter sido devida à emigração e, também, acrescentamos nós, ao êxodo de muitos morgados para as outras ilhas."
- (125) In "Cidade", entrada da obra citada na nota (80), pág. 578: "Podem multiplicar-se exemplos de cidades e vilas assentes na margem direita, expostas e abertas ao sul, que têm do outro lado o seu arrabalde: Barcelos e Barcelinhos, Amarante e o bairro de Além da Ponte, Porto e Vila Nova de Gaia, Coimbra e Santa Clara, Abrantes e o Rossio ao Sul do Tejo, Lisboa e a Outra Banda (...)" O mesmo texto, escrito em 1955, com o exemplo de Viana do Castelo e Darque, encontra-se na tradução recente "Geografia de Portugal - III - O Povo Português", pág. 871, por Orlando Ribeiro, Hermann Lautensach e Suzanne Daveau, João Sá da Costa, Lisboa, 1989
- (126) In obra citada na nota (53) da Introdução Geral, pág.155
- (127) In obra citada na nota (101), pág. 44
- (128) In obra citada na nota (101), pág. 44
- (129) In obra citada na nota (3), pág. 119
- (130) In obra citada na nota (3), pág. 120
- (131) In obra citada na nota (3), pág. 120
- (132) In obra citada na nota (101), págs. 47-48
- (133) Conforme classificação proposta na obra citada na nota (101), pág. 49
- (134) In obra citada na nota (101), pág. 55
- (135) In obra citada na nota (26), pág. 249
- (136) In obra citada na nota (26), pág. 252
- (137) In obra citada na nota (26), pág. 250
- (138) In obra de Orlando Ribeiro citada na nota (9),págs. 156-157

Capítulo II

As Cidades no Continente - Origens e Modelos

A - A cidade portuguesa nos fins da Idade Média

"Em Portugal quase não há cidades de planície (...) Algumas evidenciam a preferência 'castreja' pelos lugares altos, escarpados e bem defendidos, outras combinam a colina fragosa e o recesso do litoral, típicos dos sítios urbanos mediterrâneos."

Orlando Ribeiro, in "Cidade"

Introdução

A abordagem à cidade portuguesa do período medieval já foi feita pelo autor, numa perspectiva global, em trabalhos anteriores (1), quer do ponto de vista das suas constantes locativas, quer dos modelos e tipos de estrutura urbana mais característicos.

Impõe-se por isso uma referência sistematizadora aos dados e conclusões desenvolvidos nesses estudos, por forma a poder articulá-los com os elementos caracterizadores da cidade portuguesa macaronésia, sendo este último tema desenvolvido no capítulo III.

Em relação à cultura castelhana, são características gerais desta na produção do espaço urbano a maior dependência a partir de concepções centralizadas ou planeadas, que acentuam necessariamente a sua base cultural erudita, traduzindo assim o universo nacional donde provêm - e uma menor dependência da concepção vernácula que fundamenta a produção arquitectónica corrente. Por isso, também se justifica a referência às características da cidade castelhana medieval, no sentido de melhor compreender a sua influência na produção do espaço urbano nas Canárias. Esta análise porém, lateral em relação aos objectivos deste trabalho (centrado na cultura portuguesa), será feita de modo muito sintético, apenas como referência e enquadramento.

1 - Evolução dos sistemas urbanos - um resumo

Sintetizar a cidade portuguesa tardo-medieval não é obra fácil, nem foi ainda tentado de forma aprofundada, metódica e conclusiva.

Diversos trabalhos iniciaram já aspectos preparatórios dessa tarefa, quer por exposição e descrição agrupada dos tipos urbanos, assente na sua cartografia mais representativa (2), quer complementarmente, pelo estudo monográfico dos exemplos mais significativos (3). Artigos isolados, por sua vez, ensaiaram uma compreensão alargada do tema, embora com as limitações inerentes ao conhecimento parcial que dele se possui (4).

É com este quadro que se tem de contar, para uma análise dos fundamentos do urbanismo português na Macaronésia, necessariamente assente do conhecimento e utilização dos padrões da cidade tardo-medieval e medievo-renascentista em Portugal.

Uma pesquisa sistemática, desenvolvida pelo autor em termos de cartografia (5), permitiu um primeiro agrupamento das cidades em tipos de características muito gerais, atendendo sobretudo aos aspectos da sua localização e da sua estrutura. Foi com esta base que se tentou nos estudos referidos na nota (1) a definição de um MODELO DE CIDADE PORTUGUESA característico, já sedimentado nos seus aspectos fundamentais no início do século XV, e directamente relacionado com o "primeiro urbanismo" do início da expansão atlântica.

2 - Os aspectos locativos da cidade

Orlando Ribeiro refere a "atração pelos lugares inexpugnáveis" (6) da cidade medieval portuguesa, considerando nela uma tendência para a instalação em locais de relevo acidentado, e uma outra, paralela e até complementar, que escolhe a proximidade do litoral recortado, implantando-se entre a colina e a baía, criando assim com frequência o fenómeno "dialéctico" da "alta" e da "baixa".

Deste modo, é reconhecível na cidade portuguesa medievo "uma idiosincrasia que começa pelo próprio 'sentido de lugar'(...)" (7), o qual se transmitirá depois à esfera insular. Este "gosto" pelo sítio acidentado e ribeirinho, longe de recusar razões de tipo funcional na escolha do lugar, antes as enquadra e sabe dar-lhes um sentido cultural. O carácter "funcional", num sentido alargado e abrangente do termo, destes factores de "localização" ou de "situação" (8) dos espaços urbanos já foi de resto acentuado por Jorge Gaspar (9); a ele há que, quanto a nós, acrescentar aqui "...uma complementar leitura antropológica, que ponha em evidência constantes de um 'temperamento' urbanístico colectivo (...)" (10).

Em relação aos elementos "naturais" que "atraiem" o assentamento da cidade medieval portuguesa, já Orlando Ribeiro tinha apontado alguns dos mais relevantes: "a proximidade de um rio"; "ao longo do vale, a convergência dos caminhos"; "uma colina isolada de um retalho de planalto"; a colina que é

simultaneamente "a mais inacessível e a mais próxima da margem"; a confluência onde "a colina fragosa domina a enseada, o estuário ou o curso de água navegável" (11).

A romanização, agente urbanizador e unificador

O mesmo autor procura depois, na mesma obra, fundamentar o enraizamento destas características nos valores que procurámos definir, comentando-o, como assentando na "...existência de uma tradição castreja muito antiga, ou pelo menos na presença de uma cultura proto-urbana e pré-romana a ocidente da Ibéria (de provável raiz Celta), que a implantação da urbanidade racionalizadora dos invasores latinos não chega a extinguir completamente." (12)

Ribeiro refere a fusão que aconteceu entre a antiga cultura castreja e o "novo" urbanismo romano, na área do futuro território português, salientando o exemplo de Conímbriga, aglomerado pré-existente e "urbanizado" com os elementos típicos da romanização, no qual "...o nome e o sítio (céltico 'briga', latim 'oppidum'), mostram uma eminência fortificada..." (13). De facto, como a continuação das pesquisas arqueológicas no território nacional vem confirmando, nesta época NÃO HÁ UMA TRADIÇÃO DE CIDADE REGULAR VERDADEIRAMENTE GEOMÉTRICA NO OCIDENTE IBÉRICO, pelo menos se comparada com exemplos de cidades nas áreas vizinhas também romanizadas (Espanha, Norte de África); parece antes ter-se imposto, na maioria dos casos, uma "cedência" dos dominadores aos locais já antes escolhidos, cuja irregularidade naturalmente distorceu as retículas por eles aplicadas.

Este aspecto, que deverá ser aprofundado e confirmado, pode CONSTITUIR UM ANTECEDENTE IMPORTANTE NA DIFERENCIAÇÃO FORMAL ENTRE A CIDADE PORTUGUESA E A ESPANHOLA, na fase medieval que se lhe seguiu.

O mesmo autor também defende uma PREDOMINANTE INTERIORIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA do período romano no ocidente da Península: "A parte Salacia (Alcácer do Sal) e os portos do Algarve, a vida marítima não parece avultar. A uma poderosa organização do espaço, baseada num perfeito sistema de viação terrestre, opõe-se certo abandono dum litoral extremo batido pelos ventos, em frente de um mar sem ilhas. Tal será a significação da preponderância das cidades interiores como centros administrativos (...) Braga, Santarém e Beja, sede dos outros três 'conventi' por que se repartia o território que é hoje português (...) Qualquer destas suplantava em importância os modestos portos da foz do Douro, do Tejo, e mesmo do Sado e do Algarve." (14) (FIG.36)

Esta característica também é compreensível se levada em conta a localização extrema, como um "finisterra" em relação à globalidade do Império Romano, do território ocidental da Península: seria natural o reforço administrativo e urbanístico dos centros "virados" para o interior do território, ou para a área mediterrânea, mais do que a valorização dos núcleos mais afastados do seu "centro do mundo", Roma e o "mare nostrum". O ocidente peninsular tratava-se então de facto de um espaço periférico, e ESSA VOCAÇÃO PERIFÉRICA É OUTRO VALOR que terá deixado marcas numa tradição local da

produção de espaço urbano: valor desde muito cedo associado a uma escala humilde, servida por recursos limitados, produzindo cidades de pequenas dimensões...

Poderíamos multiplicar a referência a urbes da romanização, interiores, assentes em proemiências do relevo e consideradas importantes pela função administrativa, como as sedes das "civitates", desde Myrtilis (Mértola) até Egítania (Idanha-a-Velha) (FIG.37); mas este tema é ainda polémico, pois outros investigadores, como Jorge de Alarcão, referem a importância, já na época romana, de cidades de estuário como Felicitas Julia Olisipo (Lisboa): "...era uma das principais cidades romanas de Portugal, apesar de não ser cabeça de nenhuma das divisões administrativas que repartiam o território português." (15)

Neste aspecto, é possível que as cidades interiores, valorizadas pela romanização, o fossem em paralelo com uma tendência pré-existente de ocupação proto-urbana do sector litoral, a qual, não sendo especialmente reforçada pelos romanos, não deixou apesar disso de persistir e de se afirmar com uma dinâmica própria. Estaríamos então perante uma coexistência de dois tipos locativos do fenómeno urbano. (16)

"Desurbanização" versus Islão - o contraste norte-sul

Com a "desurbanização" geral do território europeu, fenómeno que acompanha a desagregação do mundo romano, a expansão do cristianismo e as invasões dos povos germânicos provindos do centro e norte do continente, a cidade de modelo romano entra em crise, tendo muitas delas desaparecido fisicamente.

No ocidente peninsular, persistindo com mais intensidade na área a sul do Douro, e sobretudo do Tejo, a tradição urbana enfraquece muito no norte do País, onde se pode falar de uma autêntica "desromanização" na Alta Idade Média.

No sul, ao contrário, a ocupação muçulmana, muito mais duradoura que no norte, actua como um elo de continuidade para a vida urbana. O mesmo acontece também na área espanhola: se os muçulmanos não foram um povo urbanizador, no sentido fundacional, foram dedicados e activos continuadores das cidades existentes, como nos aponta Oliveira Marques: "Das 47 capitais de província da Espanha de hoje, 35 foram fundadas pelos romanos e apenas doze se podem contar como medievais, sendo quatro unicamente de fundação islâmica (...) Em Portugal, de onze capitais de província, nenhuma se pode atribuir a alicerce islâmico (...) Porém, se os Muçulmanos não fundaram cidades, aceitando as que já encontravam, nem por isso a sua influência na vida urbana foi menor. Das mesmas 47 capitais, umas 20 revelam nitidamente o cunho muçulmano (...)" (17)

O CONTRASTE ENTRE UMA CONTÍNUA TRADIÇÃO URBANA NO SUL DE PORTUGAL E A SUA RAREFAÇÃO NO NORTE, é outra característica do processo urbano medieval, em termos de localização. Efectivamente, "...enquanto nas referidas regiões setentrionais do País os centros urbanos nos séculos XII a XVI são escassos em número e diminutos em extensão e importância funcional, já as áreas a sul apresentam uma outra vitalidade, podendo falar-se, no espaço português, quase de uma 'fronteira' entre um território com ocupação predominantemente rural

(...) - para cima do Mondego e da Serra da Estrela - e um outro com assinalável papel desempenhado pela vida urbana, e forte concentração de comunidades, desde as costas algarvias ao vale do Tejo." (18).

A persistência deste fenómeno até à Idade Moderna confirma-se com a análise do "numeramento" de 1527, censo efectuado nessa data cujos registos nos chegaram em grande parte, e que é referido por Orlando Ribeiro: "De 33 aglomerações 'urbanas' com mais de 500 fogos (2000 a 2500 habitantes), 25 ficam no Sul, 3 no Centro e 5 no Norte (...) Assim, apenas o vale do Tejo, o Alentejo, especialmente a parte oriental, e o Algarve parecem ter mantido desde a antiguidade, ininterrupta ou renovada, uma tradição urbana (...)" (19). Note-se com é ainda o INTERIOR do Alentejo (parte da antiga "área de influência" de Mérida, antiga capital da Lusitânia) o que mais continuidade apresenta na rede urbana. (FIG.38)

O referido contraste também é nesta época reforçado pela arquitectura monumental que caracteriza os respectivos espaços urbanos, "...pela predominante implantação dos monumentos do 'Gótico urbano' (por oposição ao 'Românico Rural' do norte), logo seguida da primeira Renascença 'cívica', nas áreas centro-meridionais, elegendo-se agora Évora, Tomar ou Coimbra como cidades a engrandecer." (20)

O mesmo sucede na arquitectura corrente, de sentido vernáculo (como se desenvolverá e detalhará no capítulo IV), pois as "cidades do norte", por oposição às "do sul" do país, assumem então uma expressão plástica e material bem distinta, que mais não é do que um reflexo das influências culturais euro-setentrionais (mais sentidas no Minho ou no Porto) e das euro-meridionais (mais fortes no Algarve ou no Alentejo): "A cidade mediterrânea, com uma ponta de exagero, é feita de pedra. A cidade nórdica, com outra ponta de exagero, é feita de barro ou de madeira.(...) Vá-se a Bruges ou a Lübeck e vejam-se os materiais. Passe-se depois por Génova ou por Granada e compare-se." (21). No Portugal ibérico, do mesmo modo, a casa em estrutura de madeira, com os "andares de ressalto" ou os avarandados de tabuinhas sobre a base de perpeanho, pode ver-se com frequência ainda hoje, em Guimarães, em Lamego ou na Ribeira do Porto (FIG.39); enquanto as espessas paredes de alvenaria, granito ou calcário, elevando-se por dois ou três pisos, se encontram normalmente em Portalegre, Évora ou Tomar. (FIG.40)

Primeira Dinastia - da centralização à "atlantização"

A necessidade de, ao longo dos séculos XII e XIII, ir definindo e "construindo" a nova fronteira com Castela nascida da Reconquista, vai levar alguns dos monarcas portugueses mais empreendedores à reforma dos núcleos fortificados dessa extensa faixa, assistindo-se então a uma autêntica "reurbanização" do território da "raia", assente no restauro ou recriação de uma linha contínua de pequenos aglomerados rodeados com muralhas, traduzindo uma política com "sentido centralizador" e "vontade de unificação territorial". (22)

D.Sancho I, depois D.Afonso III e D.Dinis, vão assim implementar reformas urbanas profundas do sector fronteiriço (reformas que abrangeram cerca de 4/5 do total das fortalezas existentes) (FIG.41), com destaque para as do período dionisino, onde também foram projectadas novas extensões urbanas na "nova capital" (rua Nova, em Lisboa), e novas cidades regionais (Vila Real de Trás-Os-Montes e Vila Nova de Cerveira).

Esta época determina assim uma nova tentativa de UNIFORMIZAÇÃO URBANA ATRAVÉS DA TIPOLOGIA CASTRENSE, COM EXTENSÃO NACIONAL - uniformização como não acontecia desde a romanização. (23)

Com o avançar da Baixa Idade Média, novo fenómeno urbano se vai desenhando - divergente da propagação das urbes fronteiriças, mas de certo modo dele complementar e também estruturador do território: "...é a gradual 'litoralização' [ou mais exactamente 'atlantização'] dos principais núcleos urbanos, que sendo ribeirinhos, vão crescer mais e aumentar a sua importância, por comparação com os núcleos do interior (e a mudança de 'capital' para Lisboa em meados do século XIII situa no tempo a transição). Esta tendência já vinha de longe, desde que o espaço 'nacional' se definia por alastramento da Reconquista para sul, ao longo da faixa ocidental ibérica, onde deveria procurar uma nova centralidade própria, diferente do antigo 'centro de gravidade' romano, árabe ou mesmo visigótico." (24) Este centro tinha de facto sido sempre interior em termos peninsulares - com Roma fora em Mérida, com o Islão fixou-se em Córdova, com os Visigodos elegeu Toledo; a autonomia do novo reino português exigia portanto necessariamente a eleição de centros urbanos principais mais afastados de Castela, logo tendencialmente litorais e atlânticos.

Para isso um suporte económico também estava então em pleno desenvolvimento: "...com o acentuar das relações comerciais marítimas internacionais que acompanham desde o século XII o renascimento das cidades, e valorizam as actividades portuárias (...) o fenómeno vai tornar-se determinante: a pouco e pouco, Silves, Alcácer do Sal, Santarém, Coimbra, Lamego ou Braga, fluviais mas interiores, vão assistir ao crescimento (e em muitos casos à predominância) de Portimão, Setúbal, Lisboa, Figueira da Foz, Porto e Viana do Castelo, núcleos que junto ao estuário desafogado ou já na costa atlântica asseguram com mais garantias as actividades dependentes do transporte por água" (25)

As razões desta POLARIZAÇÃO PARA A COSTA DAS CIDADES PRINCIPAIS, consumada nos séculos XV-XVI, são ainda discutidas pelos investigadores: Orlando Ribeiro refere como discutíveis os argumentos assentes no assoreamento gradual dos rios, acentuando em contrapartida o da modernização da construção naval na Europa, com os maiores calados das embarcações que rapidamente teriam inutilizado o papel dos portos fluviais interiores no comércio internacional: "Ora, o fim dos nossos portos não é lento, eles acabam nos séculos XV e XVI, quando a cabotagem diminuiu e a grande navegação procura apenas as águas fundas e seguras. A colmatagem [das abras] pode atribuir-se ao arroteamento de terras, geral a partir das providências de D.Dinis sobre o incremento da agricultura.(...) Cortesão, ligado à história marítima por tão importantes trabalhos, não lhe ocorreu estudar o calado que demandavam sucessivamente as 'barcas' e 'barinéis', as 'caravelas', as 'naus' e os 'galeões'. As primeiras

entravam em abras e subiam rios, onde os últimos fatalmente dariam em seco. (...) que se concedam à colmatagem e ao aumento de tonelagem dos navios a parte que cabe a ambos no declínio de numerosos portos medievais" (26) (FIG.42)

3 - Os aspectos da estrutura interna da cidade

Depois de referidas as principais características locativas da cidade medieval portuguesa, deve analisar-se a sua organização e funcionamento interno.

Antecedentes

É sem dúvida a urbe de concepção romana que poderá ter sido o primeiro fundamento da sua "base cívica", e da sua "ideia de forma": por um lado, o "forum", como espaço agregador das funções colectivas principais; por outro, o padrão de quarteirões, a cintura de muralhas, e os espaços junto às portas - definido respectivamente uma organicidade, uma dimensão, um ritmo distributivo.

Os numerosos vestígios de "forum", existentes ou detectados em Portugal, por vezes refeitos por sobreposição (como em Conimbriga), (27) atestam sem dúvida a sua implantação e aceitação pelas comunidades: em Braga, Coimbra, Évora, Beja, ou Mértola, existem enquanto vestígios, persistindo em outros casos como locais urbanos principais ainda hoje (em Chaves, a praça do município). (FIG.43)

A "medievalização" dos lugares centrais da cidade romana cristianizada é também um fenómeno importante na sedimentação de características internas: a "bipolaridade" dessas funções parece ter então surgido pela primeira vez, talvez fruto da presença em paralelo de dois poderes (o antigo, mais ligado à igreja, e o "bárbaro", ligado à força militar). Esta bipolaridade produziu uma fixação individualizada desses poderes em dois espaços urbanos distintos: "...é a cidade paleo-cristã e suevo-visigótica nascente, com a sua instabilidade e insegurança intrínsecas, que assiste ao processo de fragmentação das funções centrais, marcadas pelo conflito entre a 'civitas' - com a Sé, inovadora basílica cemiterial, sítio do novo poder herdeiro do 'forum' civil-religioso (...) - e o 'castellum', sede de um poder militar recém instalado, menos 'urbano', mais violento." (28)

"Espaço do castelo" e "largo da igreja" - dois núcleos definidores da estrutura urbana medieval (aos quais depois se irá contrapor ainda um terceiro espaço, o da administração cívica, de vocação concelhia, popular ou mercantil) - ter-se-ão definido pois, a partir desta tensão: "Com acontece noutros países, as cidades românicas portuguesas patenteiam fenómenos de polarização, de que o exemplo mais conhecido e extremado é o do Porto, onde as disputas entre os mercadores do burgo e o bispo, senhor do castelo e da cidade, com o rei de permeio, forma muito longas. Em cidades como Braga, Lamego e Coimbra notam-se fenómenos parecidos..." (29)

A organicidade nascente da cidade medieval foi porém contrariada pela conquista muçulmana, que introduziu conceitos mais fragmentários na cidade (mais perenes sobretudo a sul do Tejo, como vimos), opondo à ideia de "organismo hierarquizado numa rede estruturante" a de "somatório individualizado, justaposto": "Em vez de rua, elemento de passagem, elemento dinâmico, a casa, elemento de fixação, elemento estático, entendia-se nas cidades muçulmanas como célula de base do assentamento urbano." (30)

Vários são os aspectos - funcionais, simbólicos, estruturantes - pelos quais a cidade muçulmana pode ter influído na gestação da urbe cristã da Baixa Idade Média em Portugal: "...surtem ou valorizam-se temas como a compartimentação em bairros separados (cada um com a sua mesquita), das várias comunidades 'estrangeiras' em presença, que tanto influíu na importância futura do sentido da coexistência 'bairrista' dos grupos urbanos; como o 'peso' funcional do espaço de mercado, fortíssimo num sistema tão rural como mercantil; ou como a oposição geográfica [ou mais exactamente locativa] entre a cidade aristocrática (a Alcáçova, na 'alta') e a plebeia (a Almedina, na 'baixa'); finalmente, temas como o papel desempenhado pelo proprietário rural que investe na compra de espaço urbano, como modo de valorizar o seu capital, por oposição ao sentido 'burguês' do investimento em bens móveis - vão preparar os alicerces dos futuros grupos sociais que dessa mesma atitude 'estática' vão viver." (31)

As "cidades novas"

Com a reconstrução de muitos núcleos fortificados no período da Reconquista, novos padrões de estrutura urbana foram ensaiados, com sentido prático e defensivo. Apresentam "...esquemas que embora simplificados, indicam a recuperação de uma tradição de geometria urbana que tinha estado até então muito 'esquecida'; essa tradição ressurgiu curiosamente agora de forma mais evidente em exemplos situados no Alto Alentejo oriental - onde parece ter perdurado mais intensamente a urbanidade antiga (...) De facto, óbidos [mas sobretudo] Monsaraz, Alegrete, Vila Viçosa ou o Redondo sugerem similitudes de traçado que as relacionam com as fundações reais do norte de Espanha, do século XII, (feitas ao longo do "caminho de Santiago") ou do sul de França (século XIII-XIV), as 'bastides' (32).

Estas analogias são porém relativas, dada a estrutura das fundações ou refundações portuguesas ser habitualmente de padrão muito mais simples e elementar, com uma irregularidade de desenho latente que a imposição castrense da colina altaneira tende a acentuar (33). Como refere Jorge Gaspar (34), "Em Portugal nunca se construíram 'bastides' do tipo francês ou inglês, em que se estabelece um rígido geometrismo e se procura uma obra completa em si mesma, criando-se mesmo uma monumentalidade que nos tenta a falar de um pré-renascimento da planta hipodâmica. No entanto, o rei D.Dinis é um rei planeador de aglomerações, como bem o refere o cronista Rui de Pina: 'Este Rei, em seu tempo, fez quasi de novo todas as vilas e castelos de Riba de Odiã... e entre muitos castelos que fez, vilas que cercou e melhorou fez o Redondo e o Assumar'; e fez, de novo, e do primeiro fundamento, Vila-Real...'

à semelhança das 'Ville-Réal' do Nordeste da França, bem como Salvaterra, que lembra também as 'Sauvaterre', nome de várias 'bastides' francesas (...) O contexto político, social e económico que levava ao aparecimento destas aglomerações planeadas não é basicamente diferente do das 'bastides' francesas ou alemãs. Ao mesmo tempo que melhorava as condições de defesa da região, o rei tinha facilitado a colecta dos impostos, simplificado a comercialização dos produtos e a administração civil, religiosa e militar.(...) Parece-nos que o problema da morfologia urbana geométrica, intencional, na Idade Média, se deve pôr nos seguintes termos: embora se tivesse perdido o uso dos padrões hipodâmico e romano, a organização dos exércitos, e a outra escala a arquitectura, mantiveram certas formas geométricas ao longo de um largo período em que as cidades estagnaram, decaíram ou desapareceram mesmo. Quando o rei ou grande senhor dispôs de poder e gente para levantar uma nova vila, então aparece o padrão geométrico (...)"

A estrutura interna destes núcleos muralhados, de forma frequentemente alongada e "fusiforme", obedece também a padrões muito repetitivos, facilmente identificáveis, que iremos reencontrar mais tarde, transpostos para as ilhas Atlântidas, embora sem a cintura fortificada. Jorge Gaspar descreve essa estrutura: "Nos casos mais frequentes temos uma rua central, rectilínea, que liga duas pontas da muralha, como no Redondo, ou a porta principal e o castelo instalado no extremo mais facilmente defensável da aglomeração - caso de Monsaraz ou Alegrete. (FIG.44) Sensivelmente a meio desta rua central, que nos casos mais desenvolvidos é cortada por travessas segundo ângulos rectos, abre-se um largo, ao qual já se poderia chamar praça. O eixo central pode ter ainda uma ou duas ruas, menos importantes e menos largas, que lhe são paralelas, como acontece em Vila Viçosa ou Monsaraz. Note-se que o Largo Central fica sempre marginal à rua principal, esta nunca o atravessa, apenas o limita de um dos lados." (35)

Paulo Azevedo, em trabalho recente, refere alguns outros exemplos de estruturas urbanas reticuladas medievais em Portugal: "...una de las primeras ciudades con trazado regular es Guarda, ubicada a 1000 metros de altitud (...) fue ampliada y fortificada por Sancho I, el Poblador, em 1199. Su regularidad es, empero, relativa.(...) Vila Vicosa, expresa el más perfecto trazado urbano de este ciclo de 'ciudades nuevas': muralla rectangular con el castillo en una extremidad, largo con iglesia en el medio y calles rectilíneas que se cruzan (...) creada por Don Alfonso III en 1267 (...). Don Dinis (...) funda Salvaterra de Magos, dándole fueros en 1295. Esta villa con nombre de 'bastide' es constituída por cinco calles longitudinales orientadas en la dirección Norte-Sur cruzadas por cuatro transversales. La 'rua direita' conduce al viajante a un largo en la extremidad Sur, teniendo al centro la picota y como fondo el Palacio Real. En el mismo largo se ubica la 'Casa de Cámara e cadeia'. La iglesia se abre para un pequeño largo, anexo al primero.(...) Chavez, punto clave para la penetración en el norte de Portugal, que había recibido fuero en 1258 de Alfonso III tuvo su ciudadela con perímetro rectangular (...) recibiendo fuero en 1284, Caminha presenta una planta semejante a las villas del Alentejo, ya descritas: muralla oval con una puerta en una de las extremidades y tres calles paralelas cortadas por dos transversales.Como Viana do Castelo y Salvaterra de Magos tenía dos largos, primitivamente:

'Corpo do Guarda' y 'Matriz', de formato rectangular.(...) Don Dinis funda en 1320 poco arriba de Caminha, la Vila Nova de Cerveira (...) Sesimbra (...) elevada a villa en 1323 (...) revela un trazado bastante regular (...) Sines, en la costa, cerca de Lisboa, elevada a villa por Don Pedro I, en 1362, presenta un trazado típico de la época, con manzanas rectangulares muy alargadas." (36)

Modelos e conceitos

Muitas destas fundações ou refundações parecem pois ter sido aplicações contemporâneas ou eventualmente inspiradas num dos dois modelos urbanos teorizados pelo rei Afonso X de Castela, na segunda metade do século XIII - estes aparentemente pensados em termos de acampamentos militares, na boa tradição romana. Este autor, "...en 'las Siete Partidas', da unas normas de castramentación bajo el epígrafe de 'Cómo debe ser aposentada la hueste'; pero haciendo ver la relación que esto tiene con el urbanismo, pues del aposentamiento, dice, 'que es asi como la puebla de una villa. Si fuese luenga, deben dexar una calle enmedio toda derecha, et si fuese quadrada, deben dexar dos o fasta quatro, las unas en luengo, las otras en travieso (partida II, tít. XXIII, ley XX)" (37)

Esta concepção parece mostrar que - baseadas ou não de forma consciente na tradição dos acampamentos militares romanos - as regras para implantação e contorno de novos núcleos urbanos a criar na Península Ibérica da Baixa Idade Média, encaram um modelo simples (fusiforme, de duas entradas) e um modelo quadrangular (com dois eixos cruzados), a aplicar em função das dimensões concretas do povoado a servir.

Estes padrões, presentes então de modo latente, poderão ter mais tarde - através de um processo de elaboração e de afinação - servido de base à futura cidade colonial, adaptando-se melhor, um e outro tipo (em função das dimensões e programas mais correntes), à urbe portuguesa (o primeiro modelo) e hispânica (o segundo modelo).

Cidades e vilas, designações que temos vindo a utilizar e que se tornam nesta época gradualmente mais correntes na Europa, merecem uma mais exacta definição: em Portugal "A cidade simbolizava então um espaço de sede episcopal ou condal, embora também já significasse um local de 'habitat' concentrado, onde o artesanato e o comércio tinham franco desenvolvimento (...) É ainda na época Românica que se se forja uma nova significação para a palavra 'vila', a qual começa a designar um núcleo populacional mais ou menos concentrado, com artesanato e comércio, cercado por uma muralha, mas que não tinha tradição de sede episcopal." (38)

Com o evoluir dos últimos séculos da Idade Média, a complexidade e diversidade dos núcleos urbanos em Portugal permitiria uma análise das suas tipologias formais, já antes apontada por nós nas suas linhas gerais: "Braga, Porto (FIG.45), em parte Lamego, são exemplos claros do crescimento que o senso comum mais associa a essa época, de tipo radio-concêntrico, com séries de duas ou mais 'camadas' de crescimento 'circular'(muralhadas ou não) - podendo os três centros nortenhos relacionar-se com o gradual aumento de

importância da urbe como núcleo bispal ou condal (...) Guimarães e Guarda (FIG.46) apresentam-se como típicas estruturas alongadas, com contorno muralhado nítido. Já Trancoso, Torres Vedras, Castelo de Vide (FIG.47) e Silves são casos de crescimento 'à sombra' do castelo fortificado, que permaneceu num dos extremos da nova cintura da povoação. Leiria, Santarém ou Lisboa (FIG.48) apresentam uma estrutura mais irregular que atesta a sua permeabilidade ao agente muçulmano. Finalmente, registe-se a geometria patente de Chaves (FIG.49), Caminha, Viana do Castelo, Melgaço, e, mais a sul, de Tomar (FIG.50), Montemor-o-Novo e mesmo Aveiro, com razões diversas mas formalmente convergentes: a primeira por evidente persistência do traçado romano; as quatro seguintes, vilas (...) ditas 'régias', que a partir do século XIII prevêem novas áreas destinadas ao poder nascente dos artesãos e comerciantes (o tema do 'burgo'); as últimas por serem arranjos tardo-medievos, já imbuídos da vontade regularizadora pré-renascentista." (39)

A tendência já atrás mencionada de localização costeira das principais urbes, em estuários ou na foz dos rios, conjugando-se com o modelo de estrutura geométrica e vocação castrense aprefeiçoado na área raiana, também analisado, levará nos fins da Idade Média ao que podemos designar por UM MODELO URBANO DE SÍNTESE. Este será pois o último elo de uma sistema evolutivo topo-morfológico, desenvolvido antes da expansão, que tornará mais claro o tipo de cidade introduzido nas ilhas: "essas urbes, agora em pleno desenvolvimento, articulam uma estrutura mais aberta ao exterior com o envolvimento por novas cinturas de muralhas mais complexas; não deixam de ter certas semelhanças com os antigos núcleos fortificados já referidos (aproveitamento das colinas e outros acidentes morfológicos, estrutura interna de relativa regularidade) (...) mas ensaiam agora uma litoralidade nova e começam a criar a dialética espacial e funcional da 'alta' defensiva e da 'baixa' comercial... [em contexto portuário] Desta transição lenta mas firme para as costas e os estuários (...) nascerá finalmente a cidade que se pode apontar como modelo já especificamente português de urbe (...)" (40)

Como a partir então as cidades das ilhas atlânticas, com as suas características locais, típicas e funcionais, já que desde cedo foram desenvolvidas por portugueses e espanhóis a partir do segundo quartel do século XV?

Ver-se-á no capítulo III como nesta fase intermédia entre a urbanização dos "novos mundos" e a da velha Península, os modelos dualistas no espaço urbano serão ainda os de transição entre a Idade Média e a Renascença, ou seja, aqueles que os portugueses depois conquistaram e utilizar nos seus continentes, e que o modelo espanhol depois aplicou nas áreas que ainda numa fase por aí se pode dizer anterior à definição.

Por agora, há que recordar as características dos MODELOS URBANOS DISTINTOS que constituem a que designamos (por simplificação de abordagem) a "cidade portuguesa" e a "cidade espanhola".

B - Relação com a cidade espanhola

"Portugueses que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos."

Frei Vicente do Salvador in "História do Brasil", 1627

Introdução

Viu-se como a cidade medieval da Península Ibérica, seja portuguesa, castelhana, andaluza, ou navarro-aragonesa, se inter-relaciona, em múltiplos intercâmbios militares, literários e culturais - as "estradas de Santiago" que então constantemente atravessam as "Espanhas". Mas a verdade é que, no campo da expansão transatlântica, desde o início do século XVI, a cidade colonial de origem castelhana difere profundamente - opondo-se até, em certos aspectos concretos - da sua contemporânea de génese portuguesa. Já pudemos em estudos anteriores desenvolver as características de uma e de outra (41), bem como analisar comparativamente exemplos lusos na Índia e no Brasil, que permitem o seu agrupamento tipológico (42). Apresentámos também, noutro trabalho, a verificação dos seus limites temporais, com a gradual cedência do modelo típico da cidade portuguesa aos padrões europeus na aproximação do Iluminismo setecentista. (43)

Como situar então as cidades das ilhas Atlânticas, com as suas características locativas, tipológicas e funcionais, já que desde cedo foram desenvolvidas por portugueses e espanhóis a partir do segundo quartel do século XV?

Ver-se-á no capítulo III como nesta fase intermédia entre a urbanização dos "novos mundos" e a da velha Península, os modelos dominantes no espaço insular serão ainda os de transição entre a Idade Média e a Renascença, ou seja, aqueles que os portugueses depois continuarão a utilizar noutros continentes - e que o modelo espanhol depois aplicado nas Américas está ainda numa fase por assim dizer embrionária de definição.

Por agora, há que recordar as características dos MODELOS URBANOS DISTINTOS que constituem o que designamos (por simplificação de abordagem) a "cidade portuguesa" e a "cidade espanhola".

1 - Contrastes e afinidades

Há que considerar que todas as cidades ibéricas dos fins da Idade Média pertencem, em termos do seu carácter geral, ao grande grupo das cidades meridionais da Europa, possuidoras de longos antecedentes históricos, enraizadas num território centrado no Mediterrâneo, edificadas com materiais resistentes, "nascidos da terra", desde a pedra ao tijolo: "...são claramente variantes da 'cidade pública' ou 'civil', como Ortega y Gasset a visualizou: 'A cidade clássica nasce de um instinto oposto ao doméstico. Edifica-se a casa para estar nela: funda-se a cidade para se sair de casa e reunir-se com outros que também saíram de suas casas'" (44)

Note-se porém como este tronco comum que a romanização soube implantar na Península assentou em diferentes comunidades, que já apresentavam alguma especificidade cultural, manifestada desde a Pré-História até à Idade do Ferro, quando a "latinidade" chegou. A chamada "cultura megalítica" do ocidente da Península, ou a "cultura castreja" (45) da mesma área são manifestações dessa "diferença", atenuada mas não certamente apagada pelo Império.

E com as invasões da Baixa Idade Média, sobre a herança comum "...vão sobrepor-se contribuições diferentes dos povos germânicos cristianizados (que trazem de novo a dimensão nómada, não urbana), ou dos muçulmanos (estes introdutores de um modelo de urbe 'sem fachadas') que em seguida conquistam a Península." (46)

A Reconquista cristã corresponde assim, naturalmente, a nova "regionalização", ou diversificação das tendências de cada área da Península, alimentadas em termos culturais, naturalmente, por valores locais enraizados na História - donde lentamente emergirá o predomínio de Castela e de Portugal: "A emergência de um poder centralizador (e neste caso unificador) na fase final da Idade Média, a partir de Castela, vai permitir o ensaio de novas cidades de plano geométrico, sobretudo no Sul, à medida que a expulsão dos últimos governantes muçulmanos da Península se verifica; e a transição para a expansão colonial faz-se logo na sequência da obtenção da unidade 'das espanhas' sob os Reis Católicos, nos finais do século XV. Portugal permanece como a única região peninsular alheada deste processo, e o facto, seja acidente histórico ou desígnio intrínseco, vai permitir o amadurecimento de um modelo urbano autónomo (...)" (47) De novo as razões militares e de reordenamento do território, que já referimos antes, terão sido pois agentes de aplicação dos modelos urbanizadores, favorecendo a aplicação das retículas.

Cabe aqui uma reflexão sobre as consequências, em termos de teoria urbanística (e logo dos modelos disponíveis), das diferentes condições do "debate cultural" (ou de uma divulgação "interna" das culturas regionais) que se processou nas áreas gradualmente dominadas por Castela, se comparadas com idêntico processo em Portugal. De facto, do século XI ao XV, uma maior escala territorial, a grande diversidade (e riqueza) de tradição erudita, os contactos mais frequentes entre as diferentes regiões - situação existente no conjunto de Castela, Leão, Navarra, Galiza, Aragão, Valência e Catalunha (além da parte conquistada de Andaluzia) - terão certamente contribuído para a FORMAÇÃO DE UM MODELO URBANO MAIS ELABORADO, DEPURADO OU, SE QUISERMOS, MAIS ABSTRATO,

COMO É O DA QUADRÍCULA GEOMÉTRICA REGULAR. Em Portugal, ao contrário, a sua situação fatal de "finisterra", se lhe garantiu melhor defesa da autonomia política, também lhe limitou os contactos, o debate, a dimensão territorial: o que terá certamente facilitado a "CRISTALIZAÇÃO" do tipo de cidade-padrão, à volta de UM MODELO TRADICIONAL, APEGADO AOS CONCEITOS E ESTRUTURAS TRANS-MEDIEVAIS.

Veja-se a este propósito que os mais conhecidos textos e sistemas elaborados na época, sobre concepção urbana, são Castelhanos (as "Sete Partidas", do século XIII) (48), Valencianos (a obra de Francesc Eiximenis, do século XIV) (49), ou Catalães (nas Baleares, os modelos de Jaime II, em 1300) (FIG.51) (50) - enquanto que a obra dos reis portugueses apenas prima por uma capacidade pragmática, ou pela iniciativa prática, mas desvinculada do saber teórico patente em algum texto conhecido.

Outro aspecto importante, com valor complementar, e já pensando nas ocupação da ilhas atlânticas, é o papel pioneiro desempenhado por Portugal, mesmo em relação a Castela, e O DIFERENTE CARÁCTER DOS PRIMEIROS CONTEXTOS GEOGRÁFICOS FUNDACIONAIS: o lançamento das primeiras povoações lusas (nas ilhas atlânticas) data dos anos de 1420-30 (em territórios desabitados, logo com um povoamento de sentido pacífico); enquanto nas Canárias, a tentativa de conquista definitiva pelos castelhanos só se inicia verdadeiramente com o acampamento militar de Las Palmas, em 1478 (51) - ou seja, cerca de meio século depois das lusas - em clima de guerra contra os indígenas. Isto pode ter contribuído para o diferente entendimento das primeiras estruturas proto-urbanas a edificar - nas ilhas da Madeira, feitas em articulação com uma paisagem, em penetração gradual e "aberta"; enquanto nas Canárias, em luta contra a comunidade local, em instalações obrigatoriamente planeadas, rígidas e defensáveis (situação contrastante que de certo modo se repetirá depois na América, se compararmos a instalação no Brasil com a do México ou Peru).

Note-se ainda o sentido de continuidade de conteúdos do próprio modelo teórico propalado ao longo dos séculos, na esfera castelhana - prova afinal do seu enraizamento cultural: desde Afonso X (1252-1284), que refere as quatro ruas da cidade "ideal" (ver citação da nota (37), passando por Eiximenis, em 1381-86 (que fala das suas quatro portas) (52), até às Ordenações Filipinas de 1573 (que consagram a praça central com quatro eixos convergentes) (53), o tipo de cidade regular, centrada e "quadrada", é dominante.

Maior "peso" da Herança romana "cardodecumânica"; profundo sentido de elaboração teórica dos modelos, mais duradoura e persistentemente aplicados na esfera militar; uma diferente (e mais directa) inserção na cultura renascentista europeia - estas são outras interpretações para a vitalidade que a cidade hispânica de tipo geométrico regular "quadrado" revela, se comparada com a aparente "fixidez" tradicionalista do modelo português, quando a grande prova americana se aproxima (54).

Paulo Azevedo, invocando outras razões, acentua precisamente o resultado evidente destas diferenças de atitude face à construção da cidade, portuguesa e espanhola, que vê a partir da experiência urbana colonial luso-brasileira: "Sin una decisión política, apoyada por una gran concentración de poder no puede haber 'cuidades nuevas' (...) no es por falta de conocimiento y experiencia previa que no se aplica, en forma generalizada, el trazado en

cuadrícula en las villas y ciudades brasileñas.(...) Esta flexibilidad frente a las peculiaridades locales, si de una parte conduce a una menor regularidad y homogeneidad de los trazados, demuestra, por otra parte, una mayor independencia con respecto a un modelo universal dictado por la Metrópoli y consecuentemente una actitud de planificación más autêntica. En estas dos posturas, la portuguesa más flexible y pragmática; la española más disciplinada y formal, reside en nuestro modo de ver la principal diferencia entre el urbanismo lusobrasileño y el hispanoamericano." (55)

2 - Categorias de caracterização e de oposição

Listando e sintetizando as oposições atrás analisadas entre os conceitos de "cidade portuguesa" e de "cidade espanhola" - no quadro de uma situação temporal-estilística que podemos designar por "urbe medievo-renascentista", como sugere Maria João Madeira Rodrigues (56) - encontramos um conjunto de várias características que clarificam ambos os modelos.

Antes de as referir, há que chamar a atenção para o entendimento mais actual que aqui se faz de padrões correntes na História Urbana, já apontados pela investigadora citada: "O estudo de casos individuais e o agrupamento metodológico da cidade colonial portuguesa desacredita (...) o uso estrito de certas noções que durante muito tempo informaram os estudos de urbanismo. Oposições estabelecidas empiricamente como REGULAR versus IRREGULAR, ou a sua relação anti-histórica com cidades PLANEADAS e NÃO PLANEADAS; a teoria ORGANICISTA e a noção - plano orgânico - que esquece os aspectos compositivos do ambiente, e a organicidade implícita nos chamados órgãos urbanos numa ideia próxima da história natural; a teoria FUNCIONALISTA que frequentemente degenera num determinismo funcional." (57)

Também tentamos aqui uma identificação sintética da caracterização em categorias, feita pela mesma autora, da cidade colonial portuguesa (58), de forma a clarificar o seu sentido global de um modo operativo para o propósito deste trabalho. Isto, embora o nosso objecto final de estudo - a cidade portuguesa insular da Macaronésia - se possa considerar possuidora de um carácter "pré-colonial" ou mais exactamente "proto-colonial". Assim, temos a urbe colonial lusa como:

DEFENSIVA / ESTRATÉGICA,
LITORAL / PORTUÁRIA,
COMERCIAL / ABERTA,
MEDIEVALIZANTE / TRADICIONAL,
VIVENCIAL / VERNÁCULA,
RURALIZANTE / PAISAGÍSTICA,
EXPERIMENTAL / TROPICAL
ADAPTATIVA / POLIMÓRFICA

Oposições

Citando agora o nosso estudo já atrás referido (59), destacamos, sem entrar na análise causal e pormenorizada aí encetada, os contrastes mais patentes entre os dois sistemas ibérios de cidade, enquanto modelos aplicados na expansão. Estes contrastes serão fundamentalmente de quatro tipos: de LOCALIZAÇÃO, de IMAGEM, de ESTRUTURA e de FORMA. Assim, e respectivamente, temos:

"á INTERIORIDADE da cidade espanhola opõe-se a LITORALIDADE da portuguesa (...) visível tanto pela predominância de urbes colonais importantes fundadas no âmago dos territórios hispano-americanos (México-1527, Guatemala-1543, Quito-1563, Lima-1543, Charcas-La Plata-1559, que são todas capitais de vice-reinos ou sedes de audiências), como pela situação oposta no caso brasileiro (...)" (60)

"a MONUMENTALIDADE típica da sensibilidade arquitectónica espanhola confirma este sentido de 'grande escala', da necessidade de ocupação de espaços territoriais vastos, ao nível da construção; (...) As novas cidades hispano-americanas são (...) entidades centralizadoras (e por isso geograficamente 'centrais' ao espaço a dominar e 'racionalizar' com a construção e o urbanismo). (...) Em contraste, a cidade portuguesa assume-se mais no plano da (...) PAISAGEM, da colocação periférica, 'à margem' e na margem de um território (...) exprime-se numa arquitectura mais castiça do que monumental, mais discreta do que afirmativa." (61)

"a própria concepção mental da cidade é oposta, nos casos espanhol e português: a uma visão AXIAL da sua geração, no primeiro, opõe-se uma criação mais SEQUENCIAL no segundo. O ponto fundacional, intersecção dos dois eixos orientadores da malha reticulada, é a base da cidade hispano-americana, onde se instala a 'plaza mayor' (sede dos poderes, do político ao religioso), a partir da qual se organiza toda a urbe; enquanto a sucessiva colocação dos 'largos' (o da Câmara, o da Igreja Matriz, os dos conventos) ao longo da 'rua direita' (a principal) é que constitui o 'cordão' identificativo da urbe de raiz lusa, culminando nos 'rossios' de transição para o espaço rural." (62)

"a dimensão GEOMÉTRICA (uma geometria explícita, criadora de estruturas plurivectoriais), exprimindo o plano pre-estabelecido, é uma resultante lógica, no campo formal, das anteriores características evocadas para a cidade hispano-americana; enquanto para a cidade portuguesa é antes a (...) de uma geometria implícita, criadora de sistemas 'lineares'(...)" (63)

Na obra do autor que vimos seguindo, faz-se ainda, como complemento desta abordagem, o estudo exemplificado de relação dos aspectos urbanos com os arquitectónicos, mostrando a sua clara continuidade; e ensaia-se também, finalizando, o estabelecimento de uma relação muito geral entre o modelo urbano português e os "elementos fundamentais da cultura portuguesa". Para este estudo, portanto se devem remeter outros desenvolvimentos do tema, que é um "pano de fundo" para o objecto deste trabalho. (64)

C - Algumas conclusões: temas para cidade insular

"Ainda demorámos um dia no porto, e não há olhos que se fartem daquele mar, daquele céu, daquele azulado contorno do Recôncavo; e olhos que se fartem daquela erguida cidade..."

Agostinho da Silva, in "Herta", a propósito de São Salvador da Bahia

Como se viu, a cidade portuguesa foi adquirindo até aos finais da Idade Média aspectos que se por um lado a "cristalizam" num sistema bem definido e perene, por outro a transformam em modelo apetecível para a sua aplicação na expansão marítima.

Sintetizemos esses aspectos, na localização, na estrutura e forma:

- é eminentemente LITORAL, e logo portuária: busca o mar, o recesso, o estuário, para melhor desenvolver uma dinâmica do tipo comercial; desta vocação, embora sobre uma análise no contexto actual, sintetiza com notável clareza Orlando Ribeiro: "A função do porto é de todas a primacial; por isso, as três maiores cidades (Lisboa, Porto, Setúbal) abrigam-se em estuários e das dez maiores (...) apenas quatro não ficam à beira mar." (65)

- litoral, possui do mesmo modo uma dimensão MARÍTIMA - potencial ou explicitada - mais atlântica, que fluvial; veja-se a propósito disto, a observação de A.H. de Oliveira Marques, sobre o "mar" que desde sempre banha Lisboa: "Onde começava então o Tejo para os portugueses da Idade Média? Talvez só muito para montante, onde as marés deixavam de se fazer sentir. Porque todo o termo da cidade, rio acima, continuava a confrontar com o 'mar'(...) Lisboa marítima, faziam-na o lençol de água, sim, mas sobretudo a qualidade da água: salgada, feita em sal quando preciso; movediça em altura, subindo e descendo com as marés do mar." (66)

- vai também caracterizar-se pela procura de uma orientação geográfica específica - como que um "gosto" climático pelos trópicos, que revela um desejo de se deixar banhar pelo sol, pela luz dos quadrantes virados ao meridiano. Sentido e capacidade de TROPISMO, que manterá nas cidades mais "nortenhas" das ilhas (Açores e Madeira), mas que como "organismo" vai saber virar-se para outros quadrantes quando se aproximar do Equador (em Cabo Verde);

- mantém, apesar de tudo, uma "memória castreja", uma tradição de fixação em sítios altos e acidentados, que a tornam composta, dividida em dois locais bem definidos e opostos. Essa BIPOLARIDADE inclui um "centro" de vocação residencial, altaneiro, associado á elevação que evoca o antigo sítio de defesa colectivo (a "alta", dantes junto ao castelo, à alcáçova); e um "centro" dos negócios e das trocas mercantis, preenchendo o lugar junto ao rio ou ao mar, a "baixa", rasa superfície de aterros sucessivos e praia abrigada;) (FIG.52)

- outra dimensão que a cidade não perde, mas antes inclui discretamente no seu tecido, é um sentido de paisagem que aceita a RURALIDADE como "vestígio": nos sistemáticos quintais das habitações mais humildes como nas grandes hortas dos solares; na utilização de tipologias arquitectónicas que facilitam e até "integram" esse gosto pelas funções que evocam uma perdida condição campesina, sem perder para elas um olhar nostálgico.

Estas, muito sinteticamente, as características básicas da cidade que em Portugal se define na época inicial da expansão: pendor litoral, comercial; sentido marítimo e capacidade "trópica"; estrutura bipolar; nostalgia da ruralidade perdida.

Elas são adaptativas e vão enriquecer-se no tempo de uma gradual experimentação, em contextos cada vez mais distintos do original.

No contacto e implantação em novos ambientes, irão adquirindo "novas qualidades", que introduzirão criativas mutações dos valores originais.

Notas

(1) In FERNANDES [66] - O Lugar da Cidade Portuguesa. In revista Povos e Culturas n.2, dedicada ao tema "A Cidade em Portugal: Onde se Vive", págs.79-112. Neste texto a abordagem à cidade portuguesa medieval e seus antecedentes foi subordinada à análise da sua localização, nomeadamente nos capítulos: "2 - Antecedentes históricos da 'escolha do sítio' urbano em Portugal" (págs.81-86) e "3 - Características de localização da cidade portuguesa", págs.86-87. Ver também FERNANDES [67] - Arquitectura: Sínteses da Cultura Portuguesa. Neste trabalho o mesmo tema foi desenvolvido e alargado à análise da estrutura da cidade portuguesa medieval e seus antecedentes, nomeadamente no capítulo: "Antecedentes históricos do urbanismo em Portugal" (págs.93-100)

(2) Como o trabalho MARQUES, A.H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar [215] - *Altas de Cidades Medievais Portuguesas*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, vol. I

(3) De entre as monografias sobre cidades medievais portuguesas (analisando também as fases tardo-medievais, ou medievo-renascentistas), ou das obras que incluem a análise urbana desse período (sensivelmente entre os séculos XII e XVI), podem destacar-se, numa perspectiva de sistematização dos estudos disponíveis (e referindo apenas as obras com uma visão actual da história urbana), de norte para sul do país:

- ANDRADE, Amélia Aguiar [28] - *Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima*. 1990- (tese de mestrado em História pela Universidade Nova de Lisboa);

- CALDAS, João Vieira; GOMES, Paulo Varela [32] - *Viana do Castelo*. Lisboa. 1990 (capítulo "Sob o Signo do Plano");

- OLIVEIRA, Eduardo Pires de; MOURA, Eduardo Souto; MESQUITA, João [78] - *Braga, Evolução da Estrutura Urbana*. Braga. 1982 (catálogo de exposição);

- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão [40] - *Uma Rua de Elite na Guimarães Medieval: 1376-1520*. 1987- (tese de mestrado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto);

- OLIVEIRA, J.M. Pereira de [44] - *O Espaço Urbano do Porto: Condições Naturais e Desenvolvimento*. Coimbra. 1973 (capítulo "A Evolução do Plano Urbano - da origem a 1813");

- DIAS, Nuno José Pizarro Pinto [38] - *A Vila de Chaves da Segunda Metade do século XIV*. 1985- (Lisboa, policopiado);

- GOMES, Rita Costa [41] - *A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade: 1200-1500*. Lisboa. 1987;

- CONDE, Manuel Silvio Alves [34] - *Tomar Medieval: O Espaço e os Homens (séculos XIV-XV)*. 1988- (tese de mestrado em História, U.N.Lisboa);

- VILAR, Hermínia Vasconcelos [52] - *Abrantes Medieval (1300-1500)*. Abrantes. 1988;

- CAMARA, Teresa Betencourt da [61] - *Óbidos, Arquitectura e Urbanismo: Séculos XVI e XVII*. Óbidos; I.N.-C.M.. 1990

- BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha [28] - *Santarém Medieval*. Lisboa. 1980

- CARITA, Helder [62] - *Bairro Alto: Tipologias e Modos Arquitectónicos*. Lisboa. 1990 (capítulo "Génese e Desenvolvimento Urbano");

- TRINDADE, Diamantino Sanches [50] - *Castelo de Vide: Subsídios para o Estudo da Arqueologia Medieval*. Lisboa. 1979

- BEIRANTE, Maria Ângela V. Rocha [29] - *Évora na Idade Média*. 1989- (tese de doutoramento em História na U.N.Lisboa);

- FERNANDES, Eduardo J.D.; CAMACHO; Herculano A.P. [65] - *Crescimento e Estrutura Urbana de Tavira*. Lisboa. 1985 (capítulo "Enquadramento Histórico").

(4) Quer com carácter ensaístico, quer com intenção sistematizadora, são de referir os seguintes trabalhos (além dos estudos de Orlando Ribeiro e de A.H. de Oliveira Marques citados mais adiante):

- GASPAR, Jorge [70] - *Estudo Geográfico das Aglomerações Urbanas em Portugal Continental*. Lisboa. 1975;

- GASPAR, Jorge [71] - *A Morfologia de Padrão Geométrico na Idade Média*. Lisboa. 1969;

- PORTAS, Nuno [79] - *Interrogações sobre as Especificidades das Fundações Urbanas Portuguesas*. 1985- (policopiado, Porto);

- CORREIA, José Eduardo Horta [64] - *Urbanismo em Portugal*. In *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. Lisboa. 1984;

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de [54] - *Urbanismo Românico*. In *História da Arte em Portugal*. Lisboa. 1986, vol. 3;

- (5) O autor pôde desenvolver a investigação e recolha cartográfica respectiva em: FERNANDES [212] - *Arquitectura de Habitação e Estruturas Urbanas em Portugal: Tipologias* (destinada à preparação da presente tese, com bolsa de estudos da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, entre 1985-87)
- (6) In "Cidade", por Orlando Ribeiro, in obra citada na nota (80) do capítulo I, pág. 574 (a última frase é da pág.578)
- (7) In obra do autor citada na nota (1), sobre "O Lugar da Cidade Portuguesa", pág. 79
- (8) Na obra do autor citada na nota (1), sobre "O Lugar da Cidade Portuguesa", faz-se a distinção entre estes dois conceitos, bem como se perspectiva a sua interpretação no que interessa ao estudo presente (pág. 80)
- (9) In obra de Jorge Gaspar citada na nota (4), sobre as "Aglomerações Urbanas em Portugal Continental", págs. 127-128: "A escolha de determinado sítio para a instalação de um aglomerado pode obedecer a variadas razões, de natureza mágica, religiosa, militar, económica, lúdica, mas em qualquer dos casos tem um conteúdo funcional."
- (10) In obra do autor citada na nota (1), sobre "O Lugar da Cidade Portuguesa", pág. 81
- (11) In obra citada na nota (6), pág.574
- (12) In obra do autor citada na nota (1), sobre "O Lugar da Cidade Portuguesa", pág. 81
- (13) In obra citada na nota (6), pág. 575
- (14) In obra citada na nota (6), pág. 575
- (15) In ALARCAO [26] - *Portugal Romano*. Lisboa. 1983 (3a. edição), págs. 67-68
- (16) Ver a propósito da identificação e caracterização dos centros urbanos romanos da área portuguesa da Península Ibérica, de forma a aferir da sua importância relativa, a obra mais recente de ALARCAO [27] - *O Domínio Romano em Portugal*. Lisboa. 1988 (sobretudo o capítulo II: "Cidades, 'Vici' e 'Castella'")
- (17) In MARQUES [75] - *Introdução à História da Cidade Medieval Portuguesa*. In *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*. Lisboa. 1988 (transcrição da pág.24)
- (18) In obra do autor sobre a "Síntese da Arquitectura Portuguesa" citada na nota (1), pág.96
- (19) In obra citada na nota (6), pág. 576
- (20) In obra do autor citada na nota (1), sobre "O Lugar da Cidade Portuguesa", pág. 83
- (21) In obra citada na nota (17), págs. 15-16
- (22) Cf. obra do autor citada na nota (1), sobre a "Síntese da Arquitectura Portuguesa", pág.97
- (23) A sistematização defensiva por núcleos fortificados transparece no mais interessante documento de conjunto existente sobre esta época, executado no século XVI: a inventariação dos castelos raianos no "Duarte D'Armas", que regista 55 praças-fortes na fronteira, desde Caminha até Castro Marim (cf. ALMEIDA [55] - *Reprodução anotada do "Livro das Fortalezas de Duarte D'Armas"*. Lisboa. 1943)

- (24) In obra do autor citada na nota (1), sobre a "Síntese da Arquitectura Portuguesa", pág.100
- (25) In obra do autor citada na nota (1), sobre "O Lugar da Cidade Portuguesa", pág. 85
- (26) In RIBEIRO [46a] - Introduções Geográficas à História de Portugal: Estudo Crítico. Lisboa. 1977, págs. 110-111
- (27) Ver a enumeração dos vestígios de "forum" na obra citada na nota (16)
- (28) In obra do autor citada na nota (1), sobre a "Síntese da Arquitectura Portuguesa", pág.95
- (29) In "Urbanismo Românico", capítulo de "O Românico", por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, obra citada na nota (4), pág.145 ; os antecedentes desta questão foram analisados também por ALMEIDA [53] - Arte da Alta Idade Média. In História da Arte em Portugal. Lisboa. 1986, vol.2, pág.34: "Se a catedral paleocristã tem, na maioria das cidades antigas, uma situação lateral relativamente ao tecido urbano, no decurso da Idade Média ela vai aparecendo cada vez mais no seu centro, dado que o bispo se torna num senhor da povoação e porque uma sé, sendo um importante pólo do aglomerado, cedo começa a atrair bairros urbanos para as suas cercanias."
- (30) In obra citada na nota (17), pág. 20; a comparação entre cidade medieval cristã e cidade muçulmana foi aprofundada em obras como: "Breve História do Urbanismo", por Chueca Goitia (citado na nota (6) da Introdução Geral), onde o autor contrapõe "cidade doméstica", "cidade civil" e "cidade religiosa" ou "islâmica"; e em BENEVOLO [59] - El Arte y la Ciudad Medieval. In Diseño de la Ciudad-3. Mexico. 1978 (onde o autor refere os aspectos de "simplicidade", de "abandono da regularidade" e de "compactação" do tecido urbano da cidade islâmica)
- (31) In obra do autor citada na nota (1), sobre a "Síntese da Arquitectura Portuguesa", pág. 96; estes aspectos são acentuados por A.H. de Oliveira Marques na obra citada na nota (17), págs.20 a 22: "A compartimentação da cidade islâmica em bairros separados, às vezes amuralhados, constitui outro princípio definidor da cidade medieval. Cada 'religião' habitava sua área, os cristãos num bairro, os judeus noutro, os muçulmanos noutro (...) Este 'apartheid' da vida quotidiana transformava a cidade islâmica num somatório de pequenas cidades em miniatura (...) Nestas, foi o proprietário rural, grande ou pequeno, muitas vezes de cunho nitidamente absentista e vivendo das suas rendas, que constituiu o elemento fulcral, sobretudo no Ocidente islâmico. Investindo parte dos seus capitais na aquisição de propriedade urbana, o lavrador detinha, ao lado do príncipe, da 'igreja' e do Estado, o grosso do solo da cidade, só numa parte reduzida possuído por comerciantes e por industriais."
- (32) In obra do autor citada na nota (1), sobre a "Síntese da Arquitectura Portuguesa", pág.98
- (33) Sobre as cidades bascas do norte da Península ver LINAZASORO [73] - Permanencias y Arquitectura Urbana: las Cidades Vascas de la Época Romana a la Ilustración. Barcelona. 1978. Nos exemplos citados, edificados por intervenção régia com fins militares, a malha urbana, inicialmente muito simples (fusiforme, com um eixo central longitudinal, uma paralela e várias travessas perpendiculares) é depois (séc.XIII) mais desenvolvida que nos casos equivalentes portugueses da fronteira: "El esquema del plano de Puentealarreina se aplicaría al de ciudades básicamente destinadas a fines militares, y por tanto situadas en lugares estratégicos. Este es el caso de Laguardia, Vitoria y Salvatierra, las tres concebidas con el mismo esquema original de trazado y las dos primeras fundadas, en 1164 y 1181, por Sancho de Navarra para defender su reino de posibles invasiones castellanas." (pág.62)
- (34) In obra de Jorge Gaspar sobre o "Padrão Geométrico..." citada na nota (4), págs. 207 e 213-214
- (35) In obra de Jorge Gaspar sobre o "Padrão Geométrico..." citada na nota (4), pág. 209
- (36) In AZEVEDO [58] - Urbanismo de Trazado Regular en los Dos Primeros Siglos de la Colonización Brasileña. In Estudios sobre Urbanismo Iberoamericano: Siglos XVI al XVIII. Sevilla. 1990, págs. 306 a 322 (citação págs. 309 a 311)

(37) In ALOMAR [56] - Mallorca: Urbanismo Regional en la Edad Media: Las 'Ordinacions' de Jaime II (1300) en el Reino de Mallorca. Barcelona. 1976, pág.60

(38) In obra de C.A.Ferreira de Almeida, citada na nota (29), volume 3, pág.144

(39) In obra do autor citada na nota (1), sobre a "Síntese da Arquitectura Portuguesa", pág.98

(40) In obra do autor citada na nota (1), sobre a "Síntese da Arquitectura Portuguesa", págs.100-101

(41) Cf. capítulo "Espanha e Portugal: dois Modelos Urbanos Distintos", da obra do autor citada na nota (1) sobre "O Lugar da Cidade Portuguesa", págs. 96 a 108

(42) In FERNANDES [68] - India e Brasil: Para o Estudo Comparativo das Estruturas Urbanas de Influência Portuguesa. 1987- (conferência apresentada no "I Congresso do Património Construído Luso no Mundo", policopiado, Faculdade de Arquitectura de U.T.L.; Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987)

(43) In FERNANDES [159] - L'Inde et le Sud du Brésil: Plans de L'Urbanisme Portugais au XVIIIème Siècle. 1988- (conferência apresentada no colóquio "La Ville Regulière", Fundação Calouste Gulbenkian; Centre Culturel Portugais, Paris, 1988, actas em publicação)

(44) In obra do autor citada na nota (1), sobre "O Lugar da Cidade Portuguesa", págs. 97 e 99. A citação incluída pertence às "Obras Completas", por Ortega Y Gasset, livro citado por Chueca Goitia na sua obra referida na nota (30), onde utiliza os conceitos de "cidade pública" ou "civil"

(45) Temas analisados por Orlando Ribeiro na sua obra citada na nota (26)

(46) In obra do autor citada na nota (1), sobre "O Lugar da Cidade Portuguesa", pág.99. Não se pode esquecer a importância - de novo, mais afirmada, em tempo e em extensão, na área espanhola que na portuguesa - do urbanismo muçulmano peninsular. Este foi analisado detalhadamente em TORRES BALBAS [81] - Ciudades Hispano-Musulmanas. Madrid. 1985, 2a. edição

(47) In obra do autor citada na nota (1), sobre "O Lugar da Cidade Portuguesa", pág.99

(48) Ver obra citada na nota (37), pág.60. Afonso X, o "sábio", (ou o "astrónomo"), foi rei de Castela de 1252 a 1284

(49) In obra citada na nota (37), págs. 60-61: "Un siglo después de la época de la qual data seguramente la idea de las pueblas de Jaime II de Mallorca, un franciscano valenciano, se convertirá en el teórico del sistema: Francesc Eiximenis en su 'Regiment de Princeps e de las Ciutats e de la cosa pública' (escrito entre los años 1381 y 1386) dedicará unos párrafos que se han hecho famosos a 'quina forma deu haver ciutat bella e bé edificada'. Esta ciudad se assentará en el llano, para que pueda ensancharse sin trabas; su planta ha de ser cuadrada, de mil pasos de lado; en el centro de cada uno de estos lados se abrirá una puerta principal, y a cada lado dos más pequeñas, fortalecidas todas como las de los castillos. De puerta a puerta, dos anchas calles la dividirán en cuatro cuarteles, cada uno de los cuales dispondrá de una vasta plaza..."

(50) No reinado de Jaime II fizeram-se várias "pueblas" como Sa Pobla, Petra, Lluchmajor, Felanitx, obedecendo a um plano de tipo "quadrado", embora ainda com praças distintas para a igreja e o mercado, à maneira medieval tradicional. In obra citada na nota (37), descreve-se o modelo teórico de base: "El modelo de las nuevas pueblas tiene por base un cuadrado formado por un cierto número de manzanas igualmente cuadradas (16 o 25) rodeadas de un marco de manzanas rectangulares con una proporción de 1 por 2."

Estas manzanas perimetrales tienen por objeto el de que en la división parcelaria, todas las viviendas gocen de acceso por una calle interior, no considerando com tal, la via perimetral, aun en el caso de que todo el cuadrado se cerrara, como se hallaba previsto, no precisamente por una muralla propiamente dicha, sino por una 'cerca'" (págs. 61-62)

(51) Cf. obra citada na nota (12) do capítulo I

(52) Ver citação na nota (49)

(53) In BENEVOLO [60] - Historia de la Arquitectura del Renacimiento. Barcelona. 1981. Nesta obra transcrevem-se as Ordenações, referindo-se a dado passo a relação dos eixos principais com a praça central: "Las cuatro calles principales deben salir de la plaza, desde el punto medio de cada uno de los lados de ésta, y dos calles más saldrán de cada una de sus esquinas. Las cuatro esquinas deben estar orientadas hacia los cuatro puntos cardinales porque, de esta manera, las calles de salgan de la plaza no estarán expuestas directamente a los cuatro vientos principales." (pág. 616)

(54) Leonardo Benevolo inventaria e critica as várias interpretações sobre a origem do padrão ortogonal da cidade colonial espanhola da Idade Moderna, na obra citada na nota (53), págs.617 e 620: "No hay dificultad en admitir que los españoles del XVI conocieron las ruinas de las ciudades romanas de parrilla ortogonal, conservadas en la península ibérica - Tarragona, Mérida, Braga (...) que conocieran las ciudades en damero fundadas en España del XII al XIV - Sangüesa, Villarreal, Briviesca (...) que tuvieran noticias de las 'bastidas' francesas situadas en las grandes vías de comunicación, como Montpazier, Villeneuve-su-Lot, Sainte-Foy-la-Grande (...).

La dificultad está en poder relacionar estos conocimientos con las experiencias concretas. El período de colonización se había cerrado en España, lo mismo que en el resto de Europa, casi dos siglos antes, y las pocas ciudades nuevas fundadas a finales del XV como Cortemaggiore, Santa Fe de Granada o Puerto Real, parecen derivar, no tanto de la tradición antigua o medieval como de la práctica militar de la 'castramentatio', divulgada a través de los tratados bélicos y de la difusión de textos antiguos (...) ha sido considerada una de las posibles fuentes inmediatas de las experiencias mejicanas durante los primeros decenios posteriores a la conquista; queda por explicar la transición desde una práctica parcial, estrechamente vinculada a las necesidades militares, hasta esas aplicaciones que cubren todas las exigencias de una sociedad civil, de un extremo al otro del continente.(...)

La opinión contraria, que menosprecia los antecedentes culturales y considera el damero como un dispositivo elemental creado de nuevo cuño por los colonos americanos en base a criterios puramente técnicos, tampoco resulta convincente. La cultura geométrica del Renacimiento, antes de ser un repertorio de soluciones áulicas, es un hábito mental ligado desde entonces al funcionamiento de la industria, del comercio, de las exploraciones, y de las empresas económicas. Tanto la técnica productiva com estos hábitos visuales que han adquirido valor de pausa contemplativa en la vida cotidiana, descansan en el supuesto de regularidad, es decir, en la concepción espacial elaborada gradualmente durante los dos siglos anteriores.

Esta concepción, a principios de XVI, es patrimonio común de todos los pueblos europeos y de todas las clases sociales."

A "força" da tradição das cidades regulares de origem romana em Espanha pode ver-se em locais tão distantes como Saragoça (Aragão) ou Itálica (arredores de Sevilha), cf. MORRIS, A.E.J. [76] - Historia de la Forma Urbana. Barcelona. 1984

(55) In obra citada na nota (36), págs. 308 e 320

(56) Terminologia sugerida por Maria João Madeira Rodrigues, que desenvolve a definição de um modelo de cidade portuguesa da expansão in obra citada na nota (8) da Introdução Geral, págs. 165 a 175. Entre as várias características que aponta para esse modelo podem referir-se: "(...) à primeira estrutura comum, a construção defensiva, vem juntar-se um outro elemento unificador, a rota marítima, que define quer a escolha de um lugar costeiro quer a qualificação desse lugar como porto de mar.(...) necessidade de estabilidade política, polarizada na construção militar, imposição de um comércio marítimo (...) à acção que tenderá a circunscrever a cidade, fechando-a sobre si própria, como organismo defensivo, irá opôr-se uma outra direcção decisiva em que o interesse comercial desenha antes a expansão e a abertura (...) depende de uma estrutura medieval e desenvolve-se num sistema cumulativo pela adjunção de áreas periféricas ao núcleo central (...) para a cidade colonial parece ter existido, paralelamente com o valor da arquitectura erudita, a influência de uma memória colectiva, isto é, uma referência global que recorre da memória e

da vivência e que recupera um esquema geral e uma imagem de cidade (...) Traduz uma atitude tradicionalista no jogo de persistências e preexistências que afinal sustentam uma cultura vernácula (...) Num primeiro estágio de conversão progressiva de rus em urbs a linha de ocupação é ondulante e maleável (...) estabelece um vínculo decisivo em relação a polos formadores informados pela vontade de experiência na adaptação de modelos europeus aos trópicos (...) Do ponto de vista formal, o desenho espacial proposto é anti-canônico e polimórfico numa tendência compositiva de teor adaptativo (...) (págs. 168 a 173)

(57) In obra citada na nota (8) da Introdução Geral, pág.172 (as maiúsculas são nossas)

(58) In obra citada na nota (8) da Introdução Geral; no nosso texto ensaia-se a síntese das ideias expressas pela autora numa terminologia concreta

(59) Referimo-nos à obra do autor citada na nota (1), sobre "O Lugar da Cidade Portuguesa"

(60) In obra do autor citada na nota (1), sobre "O Lugar da Cidade Portuguesa", pág. 100. Em relação à tradição de interioridade/litoralidade, o texto citado faz a analogia entre a situação hispano-americana e a do Império Romano, e entre a luso-brasileira e a da Grécia antiga

(61) In obra do autor citada na nota (1), sobre "O Lugar da Cidade Portuguesa", pág. 101. Note-se como em relação ao contraste monumentalidade/sentido de paisagem, para além da diferente "memória" da romanização nas duas áreas, que terá tido influência na formação dessa característica, também a fase muçulmana foi distinta, como se refere na obra citada na nota (36), pág. 308: "Por otro lado, los moros no crearon en Portugal, al contrario de España, grandes ciudades, pero favorecerían, a través del comercio, el desarrollo de viejos asentamientos romanos, como Silves, Mértola, Badajoz, Alcácer do Sal, Santarém, Lisboa, Coimbra."

(62) In obra do autor citada na nota (1), sobre "O Lugar da Cidade Portuguesa", págs. 101-102

(63) In obra do autor citada na nota (1), sobre "O Lugar da Cidade Portuguesa", pág. 106

(64) In obra do autor citada na nota (1), sobre "O Lugar da Cidade Portuguesa", respectivamente págs.108-110 e págs.110-112

(65) In obra citada na nota (6), pág.578

(66) In "Lisboa, Cidade Marítima", texto referido na obra citada na nota (17) ("Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa"), págs. 94-95

Capítulo III

As Cidades das Ilhas

A - Aspectos da estrutura e da forma urbana

"As cidades pequenas e isoladas do Atlântico - Las Palmas, Bermudas, Funchal, Angra, Horta, têm um perfume salino e pétreo de fronteira entre o sonho e a realidade. Os ventos do largo levam-lhes o anúncio das orlas continentais nos bandos de gaivotas e cagarros que tentam as gáveas lá aproadas. Os sargaços e as algas flutuantes arrojados às costas são como que mensagens a laço, estranha telegrafia."

Vitorino Nemésio, in "O Corsário das Ilhas"

Introdução

Vimos no capítulo I os aspectos de implantação preferencial, a partir do século XV, em contexto rural e urbano, nos espaços insulares, bem como - numa perspectiva cronológica - o sistema de criação das primeiras vilas e cidades atlânticas, nos arquipélagos do domínio português.

Foi então descrito um "percurso de ocupação", desde as ilhas mais próximas da metrópole até às mais distantes, das mais pequenas e domináveis às maiores e mais agrestes; dos pequenos núcleos tentativos até às fundações já mais bem preparadas para vingar.

No capítulo II, analisou-se por sua vez a evolução da cidade no Portugal ibérico, até à época da expansão para as ilhas Altântidas. Neste passo procurou-se definir sinteticamente um "modelo" de cidade que nas suas características foi de certo modo transposto para aqueles territórios, numa base "experimental" já referida.

Interessa agora sistematizar as criações urbanas que foram mais significativas nas ilhas, quer numa abordagem tipológica, relativa à sua estrutura, forma e elementos nucleares, quer descrevendo e caracterizando caso a caso as mais interessantes cidades, de forma a poder confirmar a definição de um "modelo de cidade insular portuguesa".

Veremos agora como a maioria das cidades insulares do "Atlântico português" se caracterizam, na CONTINUIDADE TRANSFORMADA E ADAPTADA DO PADRÃO DO "CONTINENTE", pela apresentação de uma localização litoral, por uma orientação virada ao quadrante meridional (usando o seu "sentido trópico"), por uma concepção "aberta" ao exterior (que abandona a muralha contínua), finalmente por uma estrutura bipolarizada do ponto de vista formal (a "alta" e a "baixa") e do ponto de vista funcional (a "vocação" portuária e agrícola a um tempo).

Tentaremos dar inicialmente uma visão sintetizada das principais tipologias urbanas, passando de seguida para a análise detalhada dos casos mais característicos.

1 - Tipologias das estruturas urbanas

Que padrões de estrutura encontramos nas diversas povoações com carácter urbano (vilas e cidades), das ilhas?

Num trabalho anterior que aqui se desenvolve, já pudemos confirmar que HÁ NA CIDADE INSULAR UMA VERDADEIRA OPÇÃO, A ESCOLHA DE UM ENTRE DOIS MODELOS então usados e afinados no Continente: "...os portugueses (...) começaram por ocupar em paralelo os arquipélagos do norte Atlântico e as praças de Marrocos, assumindo as instalações urbanas que criaram de raiz ou adaptaram, respectivamente no meio insular e no continente africano, aspectos quase contraditórios, quer pelo processo de génese utilizado (em espaços despovoados e fragmentados que são as ilhas, ou em terreno de luta com os muçulmanos, num espaço contínuo já ocupado), quer pelas préexistências em que se fundamentaram (ambiente natural virgem ou estruturas urbanas consolidadas)." (1)

Assim, as "cidadelas" marroquinas, embora litorais, foram sistematicamente apegadas ao modelo de estrutura urbana "fechada" portuguesa, que vimos anteriormente aperfeiçoada nas fundações de fronteira medievais, sendo sempre rodeadas de muralha (Mazagão, FIG 53); enquanto as urbes atlânticas desde o início apresentaram uma estrutura de tipo aberto, análoga às extensões tardo-medievais e ribeirinhas em Portugal, que de forma planeada transbordavam para o exterior dos recintos amuralhados.

É possível agrupar as diversas estruturas urbanas insulares em três grandes tipos, em função da complexidade da malha existente. Esse agrupamento foi já proposto pelo autor na obra citada em (1). Assim, temos as povoações "...de modelo 'linear', as de tipo 'irradiante' e as mais complexas, em 'retícula'. Estes modelos podem evoluir de uns para os outros, se se efectuar um crescimento acentuado do núcleo em causa, como tantas vezes terá sucedido ao longo da história; ou podem estabilizar numa qualquer das fases dessa evolução, se o crescimento parar." (2)

O modelo linear

Caracterizemos o primeiro tipo urbano referido: "O modelo 'linear' (...), o mais simples, corresponde a uma estrutura alongada, toda feita à volta de uma rua direita, principal, com curtas travessas a cruzá-la, e por vezes com um arruamento de carácter secundário paralelo ao primeiro; polariza-se normalmente entre um largo com funções religiosas e outro com vocação civil-administrativa, sendo ambos os espaços habitualmente pontuados pela 'matriz' e pela 'câmara', respectivamente." (3)

Comparando este padrão com o que foi descrito por Jorge Gaspar como característico das "cidades novas" da reconquista, sobretudo na área fronteiriça do Alentejo (Monsaraz, FIG.44), pudemos verificar a similitude de traçado, da hierarquia viária, das polarizações funcionais (ver capítulo II, "Os aspectos da estrutura interna da cidade", citação da nota (35)).

Estaremos portanto perante uma clara APLICAÇÃO DO TIPO DE ESTRUTURA "FUSIFORME", CASTRENSE E MEDIEVAL, TRANSPOSTO PARA CONTEXTO INSULAR, MAS AGORA MAIS ABERTO E LITORAL (Povoação, São Miguel, FIG.54)

De facto, as novas instalações, podendo embora ser pontualmente defendidas com fortins e "castelos", NUNCA SÃO CINTADAS POR MURALHAS DE FORMA CONTÍNUA - e, também diferentemente das congéneres do Continente - localizam-se sempre junto à costa, ACUMULANDO POSIÇÃO DEFENSIVA COM APTIDÃO PORTUÁRIA. São já cidades "modernas" por vocação (porque abertas, comerciais), ainda medievo-renascentistas pelo desenho de base (a forma, a estrutura).

Outro aspecto interessante prende-se com o local escolhido, que se em alguns casos é uma linha de fecho, ao longo de uma cumeada (Vila do Porto, uma das primeiras fundações) (FIG.55), na sua maioria corresponde a uma linha de vale, cujas encostas ocupadas garantem melhor o acesso ao mar: ou seja, o mesmo padrão de estrutura desenvolve-se de modo transicional, hesitante: primeiro apegado à tradicional colina "alta", ou inserindo-se na "baixa" portuária.

Também varia a inserção costeira do núcleo linear; se as primeiras instalações preferem uma implantação "cautelosamente" em contacto com a praia, já as da "segunda geração" aceitam uma frontalidade mais ousada. Deste modo, o povoado "É muito frequentemente disposto perpendicularmente à costa (Machico [FIG.56] e Ribeira Brava, na Madeira, Vila do Porto e Povoação [ver FIGS.54 e 55], nos Açores, Ribeira Grande de Santiago de Cabo Verde) seguindo o correr normal de uma ribeira; ou então ao longo do litoral, em plataforma ligeiramente sobreelevada (Calheta de São Jorge, Lajes do Pico [FIG.57], Horta do Faial/1a.fase, Santa Cruz da Madeira); certos tipos especiais de estrutura podem considerar-se combinações destes dois tipos de implantação (Santa Cruz das Flores [FIG.58] e da Graciosa)." (4).

Ainda poderíamos confirmar estes aspectos referindo a parcela da estrutura urbana mais antiga de algumas cidades desenvolvidas nessa "segunda geração", e que, tendo embora uma estrutura fusiforme, "arcaizante", a apresentam ao longo do litoral; assim é o Funchal (eixo pelas ruas Direita e

de Santa Maria do Calhau), desenvolvido depois do Machico; assim é também Ponta Delgada (eixo pelas ruas da Matriz e dos Mercadores), que se tornou importante depois da Povoação.

Como nota complementar, deve referir-se a analogia da estrutura urbana de Garachico, na costa norte de Tenerife, Canárias, com o padrão linear, na sua variante paralela à costa, sobre plataforma ligeiramente sobreelevada. (FIG. 59)

O modelo irradiante

Forma transicional dos padrões urbanos mais simples para os mais elaborados, "O modelo 'irradiante' corresponde a um aumento de complexidade da rede urbana, caracterizando-se por uma série de arruamentos que convergem ou tendem a convergir num largo polarizador, embora admita a preponderância de uma dessas ruas como principal. O conjunto forma uma espécie de 'leque' em planta, que aceita os mesmos elementos dinamizadores que o tipo anterior. (...) No Açores encontramos-lo por exemplo na Praia (FIG. 60), nas Velas (FIG. 61) [nas ilhas da Terceira e de São Jorge, respectivamente]". (5)

Sem desenvolver aprofundadamente este aspecto, deve referir-se que as cidades hispânicas das Canárias também apresentam alguns padrões de tipo irradiante, nomeadamente a Vegueta de las Palmas (em Gran Canaria), a área mais antiga da cidade, e Santa Cruz da ilha de Tenerife, no núcleo portuário também mais antigo. (FIG. 62)

O modelo em retícula

As retículas urbanas, com desenho mais ou menos regular, correspondem ao estágio mais complexo da rede urbana, que surgem naturalmente apenas nas cidades e vilas de maiores dimensões: "...mais correcto seria dizer que elas englobam retículas dentro do seu tecido, do que afirmar que são estruturas de tipo reticulado. Porque elas representam afinal organismos mistos, formados em séculos de crescimento contínuo, nos quais a retícula se afirmou para uma área parcial, como adequada a um certo grau de desenvolvimento, numa certa fase dessa evolução." (6)

Assim, nas três maiores cidades da "macaronésia portuguesa" - tanto no Funchal como, nos Açores, em Ponta Delgada ou em Angra, como se analisará detalhadamente a seguir - "...podemos 'ler' uma fase prévia de ocupação linear (respectivamente à volta da rua de Santa Maria, da dos Mercadores ou das de Santo Espírito/Outeiro), ao longo da costa nas duas primeiras, perpendicular àquela em Angra; e na Horta (FIG. 63) [Faial, Açores] esse mesmo desenvolvimento linear, tentando transitar directamente para a formação de uma retícula, nunca o conseguiu completamente, pelo fraco crescimento posterior do núcleo urbano;" (7) Mesmo noutras vilas de certa dimensão, como a Ribeira Grande ou Água de Pau, micalenses, esse esquema linear mantém-se ainda, in-

tegrado ou absorvido pelos tecidos mais recentes, com uma rua direita que ainda hoje liga claramente os largos da Matriz e da Câmara, atravessando a povoação até aos arrabaldes.

Uma fase seguinte de desenvolvimento urbano ficou marcada também nas três primeiras cidades: "...um esboço de malha irradiante surge, com as ruas dos Tanoeiros, do Esmeraldo e do Sabão convergindo para a antiga rua Direita (na capital madeirense), ou as ruas que na direcção norte-sul apontam para o largo da Matriz de Ponta Delgada (FIG.64) (...)" (8) Também Angra possui uma malha de feição irradiante, "...que corresponde às ruas Armador, Cardoso, Rocha Ferreira e João Coelho, que convergem para a praça Cavaleiro Ferreira, a nascente da rua de Lisboa (Direita)." (9)

Finalmente, e nas mesmas três cidades, "...constitui claramente uma retícula todo o tecido envolvente da Matriz funchalense, ou o que se situa a norte das ruas Machado Santos, São João e Mercado de Ponta Delgada, ou ainda, mais perfeito e exemplar, o que se desenvolve para sul da rua da República [ou da Sé] angrense (FIG.65) (...)" (10)

Idêntica retícula, mais ou menos grosseira e irregular na sua geometria, está presente em vilas açoreanas quinhentistas como as de Lagoa, Vila Franca do Campo (FIG.66) ou Ribeira Grande, e ressurgirá mesmo, mais tarde, já na transição dos séculos XVIII-XIX, em malhas como as da cidade da Praia (em Santiago) (FIG.67) ou do Mindelo (em São Vicente) em Cabo Verde, provando a continuidade da sua eficácia na cidade insular, para além da época em estudo.

Nas Canárias, pode referir-se a cidade de San Cristóbal de La Laguna, (FIG.68) cuja malha conjuga padrões irradiantes com a retícula mais ou menos regular.

2 - Os elementos nucleares do espaço urbano insular

Continuadoras atlânticas da "cidade pública" ou "civil", que Chueca Goitia já definiu e que foi referida atrás (ver nota (30) do capítulo II), por via do modelo concreto português, "...é através do sentido de espaço contínuo que predominantemente se sabem organizar e estruturar. A 'rua direita' (ou directa) é a linha base dessa organização: sentimo-la moldar, como espinha dorsal, mais ou menos tortuosa, o espaço do Funchal (desde o largo do Poço até à rua dos Ferreiros, sobrepondo-se por pontes às ribeiras do centro); vemo-la atravessar, de lado a lado, Ponta Delgada, desde o Hospital (antigo convento) até à Calheta, bifurcada por duas vias (...); quase recordamos a relação das ruas dos Clérigos e da Batalha, no Porto, quando em Angra descemos a da República [da Sé], passamos a Restauração [Praça Velha] e subimos a da Rainha [do Galo]...e na Horta, a rua [direita] é quase a cidade toda..." (11)

Dando um ritmo e uma escala à rua direita, estão os largos da Câmara e da Igreja, sistematicamente autónomos um do outro. São quadrangulares, nos casos mais elaborados (Praça Velha da Câmara, e largo da Sé, em Angra); ou triangulares, em alguns dos núcleos lineares mais simples (Água de Pau, em São Miguel; largo da igreja nas Lajes do Pico); mas sempre de algum modo irregulares na sua geometria, na boa tradição medieval portuguesa.

Note-se porém, nos núcleos mais pequenos, que praticamente se reduzem a um largo central com alguns arruamentos convergentes (e que poderíamos considerar uma estrutura "proto-urbana", mais simplificada ainda que a de tipo linear já analisada), esse largo agrega inevitavelmente a Casa de Câmara e a Igreja. Assim sucede na Povoação (São Miguel) e na Madalena (Pico), ambas nos Açores, bem como em Vila Baleira (Porto Santo) (FIG.69). Intermédios dos anteriores com os de estrutura linear mais ampla, estão os núcleos que poderíamos designar por "povoação-rua", cujo largo também engloba câmara e igreja (Machico e Santa Cruz, na Madeira).

Interessante, embora talvez por via de alterações forçadas no desenho do seu tecido urbano (12), é o caso de Vila Franca do Campo, em São Miguel, onde os dois largos (da igreja e da câmara) se "abrem" um para o outro, embora desnivelados, formando como que uma grande praça irregular - isto apesar de ser vila já com um padrão de desenvolvimento urbano assinalável, incluindo uma retícula simples. Também em Ponta Delgada o largo da Matriz se articula de modo quase sequencial com a rua-largo que serve a Câmara.

O sistema de largos e pequenas praças serve também para articular as diversas funções complementares da cidade, nomeadamente no que respeita aos conventos, mosteiros e misericórdias. Estes encontram-se com frequência implantados em locais específicos - os casos mais correntes são os dos edifícios franciscanos, os quais na Madeira e nos Açores se situam por regra no extremo poente das povoações, num espaço de transição para as áreas rurais, que parece aliás apropriado ao ideário pregado pela ordem (Velas, FIG.70); e os dos colégios Jesuítas, que quase em contraste, procuram um sítio marcadamente urbano, central e bem visível de toda a cidade - na linha também da sua doutrina mais afirmativa e impositiva. (Funchal, FIG.71)

Como se referia no estudo que vimos acompanhando, "Alterando e ritmando estas vias principais, relacionando-as também com as secundárias, estão os largos e praças, quase sempre servindo e marcando uma igreja ou convento: é assim que na mesma Horta vamos passando pelo largo do antigo templo franciscano, depois atravessamos o do Colégio (...) [actual matriz] e chegamos ao jardim onde antes se implantava um convento - e deste modo atravessamos todo o espaço citadino principal. Um jardim em tudo semelhante ao do Funchal, onde antes ficava a casa franciscana, tendo ao fundo a Sé." (13) Também idêntica sequência de largos, conventos, casas de câmara e igrejas - por vezes também a Misericórdia - pode ser verificado nas cidades de Ponta Delgada e Angra, e nas vilas da Ribeira Grande de da Praia: de um extremo ao outro da povoação, estas instituições correspondem a largos ou praças que se ligam entre si pelo "fio condutor" constituído pelo arruamento principal.

Nas Canárias são os conventos dominicanos - e não os Jesuítas - que se "opõem" às instalações franciscanas; seguindo porém uma lógica semelhante, situam-se normalmente em extremos opostos dos núcleos urbanos, servidos por largos próprios, e correspondendo certamente a "áreas de influência" distintas.

B - Análise dos principais núcleos urbanos

"Do Continente levaram os colonizadores a linguagem, e baptizaram os sítios e as povoações segundo os aspectos que as ilhas lhes apresentavam, e de acordo com as circunstâncias históricas dentro das quais eles se moviam."

J. Leite de Vasconcelos, in "Etnografia Portuguesa, volume II

1 - Apresentação cartográfica e bibliográfica

As principais cidades e núcleos urbanos insulares serão agora analisadas, retomando em alguns casos estudos parcelares anteriormente desenvolvidos pelo autor. Procurar-se-á detectar o modelo concreto que poderá ter servido de padrão à estrutura urbana em questão, ou que com ela apresenta analogias significativas, sendo contemporâneo; depois, tentar-se-á uma leitura da evolução e da estrutura interna do núcleo, mas suas linhas fundamentais.

Há que referir em primeiro lugar as bases cartográficas, iconográficas e bibliográficas mais importantes de que se dispõe, para estudo das cidades macaronésias no período em análise. Serão referidas apenas as que se consideram mais relevantes para o presente trabalho, quer pela datação, quer pelo rigor ou expressividade que possuem; não serão referidas em pormenor as inúmeras imagens de vistas urbanas gerais, nomeadamente do período oitocentista, que complementam a leitura das cartas.

O documento fundamental, enquanto texto, é a obra "Saudades da Terra", por Gaspar Frutuoso, abrangendo as diversas ilhas e todos os arquipélagos da Macaronésia, datável de 1586-90, e já atrás mencionado (ver capítulo I, nota (107)). Constitui um elemento de análise precioso, já que descreve em pormenor vários núcleos urbanos, com indicações geográficas precisas, referindo toponímia, além de factos e acontecimentos que interferiram na génese e desenvolvimento dos mesmos.

Obras principais que, na sequência da anterior (embora talvez com menos sentido expressivo), incluem descrições ou referências aos núcleos urbanos são: para o século XVII, as "Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores", por Frei Agostinho de Monte Alverne (1629-1726), escrito até 1695, e para o século XVIII, a "História Insulana", escrita pelo jesuíta terceirense António Cordeiro (1641-1722), editada em 1717 (cf. obra citada na nota (107)). Ambas serão referidas e identificadas adiante neste capítulo.

Obras de investigação recentes, sobre as cidades e vilas das ilhas Atlântidas, serão citadas à medida que as diversas análises forem avançando, no presente capítulo.

Madeira

Sobre o Funchal existe um documento privilegiado: uma planta atribuída ao terceiro quartel do século XVI, existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (14), já estudada e reproduzida (15), e cujo original o autor deste trabalho teve oportunidade de consultar e de registar. (FIG.72)

É a única cidade do conjunto macaronésio com representação planimétrica tão antiga e rigorosa, pelo que constitui documento fundamental na sua análise. Além desta planta, existe ainda uma outra, bastante esquemática e imprecisa, dos meados do século XVII (16), e uma terceira, já do último quartel do século XVIII (FIG.73), de novo muito detalhada e rigorosa (17). Sobre a cidade do Funchal, portanto, dispõe-se de uma representação cartográfica de boa qualidade informativa, em dois momentos fulcrais deste estudo.

Açores

Ao contrário, e quanto à cidade de Ponta Delgada, as representações cartográficas minuciosas são desconhecidas, dentro do período analisado; temos de consultar uma planta parcial, já do início do século XIX (18) (FIG.74), para analisar a sua estrutura urbana enquanto forma. Tal poderá explicar-se em parte pela imagem relativamente secundária que a cidade teria nos meados do século XVI - por um lado, substituta "forçada" de Vila Franca do Campo, por outro, ofuscada pelo papel de Angra como centro portuário intercontinental. Só de 1831 se conhece planta global da cidade, executada aliás sem grande rigor e detalhe (19). A descrição conhecida de Gaspar Frutuoso, muito sucinta, deixa porém adivinhar a sua estrutura urbana principal em Quinhentos, como se verá adiante.

De Angra conhece-se, muito divulgada, a gravura de Linschoten, de fins do século XVI, que representa a cidade em planta perspectivada, pouco exacta enquanto geometria mas muito detalhada e minuciosa, e com apreciável qualidade artística (20). Como já referimos em estudo anterior, "A imagem 'fundadora' de toda a série é a famosa gravura desenhada em 1589 por Jan Huyaghen van Linschoten e gravada em 1595, de que Bottineau refere a existência no Museu de Angra, e que terá servido de base a tantas representações da cidade, mais ou menos fantasiadas, pelos editores do Norte da Europa (...)" (21) (FIG.75)

Depois, só nos fins do século XVIII a cidade será representada em planimetria: "O 'Plano de la Rada de Angra', levantado por D.Vicente Tofiño em 1788 (...) representa a vermelho quase toda a malha urbana da cidade, tendo servido de base para o 'Plan de la Rade D'Angra', publicado em 1791" (22).

Mas a representação "final" para a época analisada, com imagem detalhada e rigorosa da cidade, encontra-se numa carta de inícios de oitocentos: "A 'Planta do Castelo de São João Baptista da cidade de Angra capital das ilhas

dos Açores Pello sargento Mór do Real Corpo de Engenheiros José Rodrigo de Almeida - 1805' (FIG.76) (...) provavelmente a sua execução esteve relacionada com a situação de confronto entre a França e a Grã-Bretanha, no período napoleónico, durante o qual Portugal, como aliado dos ingleses, terá actualizado a informação cartográfica sobre pontos estratégicos, como o era Angra." (23)

Sobre as restantes actuais cidades das ilhas, vilas no século XVI, podem ainda referir-se com destaque as seguintes peças cartográficas: Horta (Faial), com três representações, uma do século XVIII, outra dos finais do mesmo (ambas citadas por Luís Silveira), e outra ainda do início do século XIX (24); Praia (Terceira), com uma carta já do século XIX (segundo quartel), e outra do início do mesmo (25); da Ribeira Grande (São Miguel) não se conhece representação cartográfica deste período, tendo mais uma vez de recorrer-se ao texto de Gaspar Furtuoso para a reconstituição da sua estrutura urbana.

Cabo Verde

Sobre a antiga cidade da Ribeira Grande, na ilha de Santiago de Cabo Verde - hoje a "Cidade Velha" em ruínas - existe assinalável espólio cartográfico, compreensível porque, embora sendo uma pequeníssima cidade em dimensões e população, a sua posição estratégica garantiu um desejo de conquista permanente, que levou com frequência ao reconhecimento desenhado:

As duas cartas mais conhecidas são da segunda metade do século XVIII, e foram reproduzidas por Ilídio do Amaral na sua obra sobre Santiago, já citada (26). (FIG.77) Correspondem ao período pombalino, quando o estado procurava saber da sorte da arruinada cidade, e transferia a capital das ilhas para a Praia. No entanto, menos divulgadas, há outras representações, duas das quais pelo menos, mais antigas (27). (FIG.78)

A vila da Praia, actual capital da ilha, só tangencialmente cabe no âmbito deste trabalho, já que mal estava lançada no terreno - em termos de núcleo com expressão urbana - em 1778, segundo cartografia desse ano (28). (FIG.79) O que então se vê corresponde de algum modo apenas ao essencial de uma fundação com funções administrativas (câmara, igreja, casa do governador, fortificação), à volta de um grande terreiro de desenho elementar. O seu crescimento, lento, processar-se-à já numa fase oitocentista, como outra carta de 1821 mostra (29). Pode dizer-se que é a única estrutura urbana quase totalmente nova desenvolvida depois do século XVI nas ilhas portuguesas do Atlântico. (ver FIG.67)

Finalmente, e sobre as vilas das ilhas, podem ainda referir-se, respeitantes à Madeira, as duas cartas de 1799 - de Santa Cruz e do Machico - que Luís Silveira reproduz na obra já citada (30). (ver FIG.56)

2 - O caso especial das Canárias

Em relação às Canárias, como se disse atrás, não se pretende fazer uma análise aprofundada dos aspectos urbanísticos, já que a urbanização dessas ilhas se integrou num processo urbano determinado por parâmetros castelhanos, o que o coloca "à margem" dos objectivos do presente trabalho.

Porém, sendo ilhas da Macaronésia, nas quais é notória a influência portuguesa no povoamento e na arquitectura rural, e até certo ponto na casa citadina (como se verá nos capítulos V e VI), é legítimo fazer uma referência - de sentido complementar e comparativo - às mais importantes instalações urbanas da época considerada.

Devem considerar-se alguns aspectos nesta referência. Em primeiro lugar, os diversos padrões ou modelos da forma urbana são similares aos que se encontram nas ilhas portuguesas (linear, irradiante, retícula), como se referiu exemplificativamente na parte A- deste capítulo; assim, AINDA NÃO SE VERIFICA NAS CANÁRIAS A APLICAÇÃO DA CIDADE "EM XADREX" HISPANO-AMERICANA, mas antes, e tal como nos outros arquipélagos, uma persistência medievo-renascentista.

Um segundo aspecto deve apontar o facto de, ao contrário do que sucede nas ilhas portuguesas, nas Canárias COEXISTIREM CENTROS URBANOS PRINCIPAIS QUER DE LOCALIZAÇÃO LITORAL QUER INTERIOR; no primeiro caso estão Las Palmas (Gran Canaria), Santa Cruz (La Palma) ou San Sebastián (Gomera); no segundo, estão Betancuria (Fuerteventura), Tegui (Lanzarote), La Laguna, La Orotava (Tenerife), Telde, Guía ou Arucas (Gran Canaria), Los Llanos (La Palma) e Valverde (Hierro). Parece pois ter-se imposto, na urbanização destas ilhas, em contextos diversos, um MODELO DE TRANSIÇÃO ENTRE O DE CAPITAL PORTUÁRIA (à maneira portuguesa) E O DE CAPITAL INTERIOR SERVIDA POR PORTO SECUNDÁRIO (como a Espanha fará na América). Assim, em Tenerife - cuja extensão e dimensões melhor terá permitido o desenvolvimento deste modelo - o porto de Santa Cruz serve La Laguna (ver FIG.68), o de Puerto de la Cruz serve La Orotava, Garachico servia Icod.

Como terceira consideração, decorrente das duas anteriores, pode admitir-se a possibilidade de a reconhecida presença portuguesa no povoamento das ilhas Canárias - onde chegou a atingir cerca de 20% da população, no século XVII - ter "encaminhado" ou acentuado quer um certo tipo de urbanização (de contornos mais irregulares, mais informais), quer um certo gosto no desenvolvimento arquitectónico das povoações costeiras (o engenheiro Turriani, no final do século XVI, fala das casas de Santa Cruz La Palma como sendo "...fabricadas a la manera portuguesa, estrechas por dentro, y en general sin pozos ni patios (...) son ás altas y más alegres que las de las demás islas". (31) (FIG.80))

Referindo agora os principais núcleos urbanos das Canárias, seguiremos a obra citada de Rodriguez, enumerando as fundações de nascente para poente. Em Lanzarote, "La capital era Tegui, fundada por Maciot de Béthencourt [séc. XV], y situada, como otras poblaciones canarias, en el interior por temor a las invasiones. Su actual configuración urbanística, bastante regular, ha de

ser posterior a 1618, fecha en que los musulmanes destruyen gran parte del caserío." (32) Arrecife, porto que servia a capital, só se desenvolveu no século XIX.

Em Fuerteventura, "La capital de la isla era Betancuria, situada, por obvias razones estrategicas, en um estrecho vale entre montañas, y fundada en 1402 por el mismo [Jean] Béthencourt. Nunca tuvo aspecto de ciudad, pues la ausencia de calles es total, disponiéndose los edificios sin ningún orden.(...) Según Torriani, tenía, a fines del XVI, 150 casas (...) cifra que resulta excesiva si atendemos al plano que el mismo Torriani dejó de Betancuria." (33) Note-se que em Santa Maria e em Porto Santo, ilhas com relevo suave e "habitat" disperso pelo interior, como sucede nas duas ilhas canárias referidas, os núcleos urbanos principais são costeiros.

Na Gran Canaria, "El centro basico de toda la isla era su capital, Las Palmas. Se elevó en el mismo lugar en que se establecieron los castellanos por primera vez, al comenzar la conquista [1478-83]. El emplazamiento, junto a la costa, favoreció el desarrollo de la ciudad, aunque constituía un riesgo para posibles ataques piráticos.(...) Este primer núcleo de población corresponde al barrio de Vegueta - la parte noble y oficial de la ciudad, sede de la Catedral, el Obispado, la Audiencia, el Cabildo, la Inquisición, la Cárcel y las mejores casas. Posteriormente, y al otro lado del Guiniguada, se forma el barrio de Triana - en esencia, más popular, residencia de los comercios de mercaderes, pescadores (...) El centro vital de este barrio era la plaza de Santa Ana, que continúa la tradición castellana de reunir los edificios de gobierno y los religiosos. (FIG.81) (...) Ya advirtió Rumeu la estabilidad urbanística que mantiene Las Palmas desde el siglo XVI hasta entrado el XIX, tal como se puede observar en varios planos de la ciudad de distinta época en los que no cambia el perímetro urbano." (34) Por estas referências, vê-se como a implantação da capital é nesta caso mais próxima do "modelo português" atrás referido - embora a sua estrutura interna se desenvolva à roda da praça central unificadora, tema castelhano - tal como é o da sua génese, a partir de um acampamento militar.

Em Tenerife, "Finalizada la conquista en 1496 por Fernández de Lugo (...) La principal población tinerfeña hasta el siglo XVIII fue La Laguna. La fundación de la ciudad se debió al propio Lugo, quién escogió el único lugar que permitía la instalación de una urbe de trazado más ou menos regular, ventajoso, asimismo, por la lejanía de la costa y su situación de paso obligado entre las dos vertientes de la isla. (...) La visión general del plano de la ciudad es lo que produjo a Serra la impresión de calles que se ensanchaban en abanico desde la plaza de la Concepción (...) Serra señala que todo quedó separado, sin una plaza centralizadora que albergara los principales edificios. (...) Desde febrero de 1498, se ordena a todos los vecinos de la isla que hagan casas en la villa de San Cristóbal [de La Laguna] (...) Torriani, residente en la ciudad hacia 1585, señala que 'es la mayor y la más habitada de todas las demás de esta isla' (...) El plano que este ingeniero italiano dejó de la ciudad, presenta una disposición que no cambió hasta principios del presente siglo." (35) Cerca de 1511, a urbe estaria já bem definida. Note-se a referência à falta de uma praça totalmente centralizadora, bem como à malha irradiante a partir de um largo (FIG.82); La Laguna, capital

de localização interior à maneira espanhola - ao contrário de Las Palmas - não possui em contrapartida esse espaço tão castelhano que é a "plaza central" - o qual existe na última.

Nesta ilha ainda merecem uma referência outras cidades. La Orotava, interior, na encosta norte, "...fue durante algunos siglos, la segunda población de la isla (...) se elevó sobre la zona del reino aborigen de Taoro. Hacia 1506, tenía solamente unos 20 vecinos.(...) obtiene en 1648 el título de Villa" (36). Puerto de la Cruz, "antiguo Puerto de La Orotava - fue el lugar de salida de los productos de la zona." (37) Garachico desenvolveu-se como porto da costa norte, "...manifestándose en 1541 que 'se ba poblando y fundando muy junto al mar (...) Torriani levantó un plano de la ciudad, advirtiéndose que en general no ha cambiado la disposición urbana: calles extendidas en semicírculo, cruzadas de sur a norte por otras radiales." (38) Sucessivas catástrofes naturais aniquilam a sua importância, entre o século XVII e início do XVIII. Santa Cruz "En los primeros años de colonización (...) no fue sino el puerto de La Laguna.(...) el siglo XVIII supone (...) un rotundo desarrollo, gracias al puerto, en detrimento de La Laguna." (39) (ver FIG.68)

La Palma "...fue la segunda isla realenga en ser conquistada por los españoles, bajo el mando de Alonso Fernández de Lugo, en 1494. (...) La capital es Santa Cruz, principal puerto de la isla. Fundada por Lugo al acabarse la conquista (...) En 1590 contabiliza Torriani 800 casas (...) En el plano que dejó de la ciudad se aprecia una configuración urbana hoy mantenida - en cuanto al trazado de las calles - La calle principal era la Real, que recorría todo el ancho de la población y constituía su eje vital. (FIG.83) (...) El aspecto urbano de este momento se conoce gracias a un dibujo - conservado en la Sociedad La Cosmológica - que muestra una vista de la ciudad desde el mar, y que puede fecharse en el siglo XVII." (40) Esta cidade, em função do tipo de estrutura alongada-linear aqui referida, para além da sua implantação, recorda de imediato a sua congénere dos Açores, a Horta do Faial.

Nas duas ilhas mais pequenas, pode ainda referir-se San Sebastián de la Gomera, que, como pequena cidade portuária, "Fue fundada por Fernán Peraza el Viejo, alrededor de 1445 (...) (41); e ainda Valverde, no interior de Hierro, sem carácter propriamente urbano (42).

Das várias referências feitas à cartografia da época existente sobre estas ilhas, ressalta a obra fundamental de Leonardo Turreano, citada por Rui Carita em estudo já mencionado (43).

3 - Algumas conclusões a partir da cartografia

Três conclusões globais podem ser tiradas a partir da observação da maioria das cartas, em cruzamento com as informações de Frutuoso.

Em geral, os núcleos urbanos estavam já bem desenvolvidos, alguns mesmo quase completamente, nos fins do século XVI. As suas áreas centrais estavam por essa época bem conformadas, aparecendo já as ruas principais e secundárias, os

largos e edifícios públicos mais assinaláveis. Assim, pode dizer-se que houve um CRESCIMENTO RÁPIDO DAS ESTRUTURAS URBANAS NA ÉPOCA INICIAL, ENTRE A SUA FUNDAÇÃO E A ESTABILIZAÇÃO COMO COMUNIDADE CONSTRUÍDA.

Outro aspecto é o de que a maioria das representações conhecidas dos núcleos urbanos decorre das constantes necessidades de reforçar a sua capacidade de defesa, face aos constantes ataques de pirataria e corsários, por mar. Por isso, nas cidades insulares, A INSEGURANÇA E A NECESSIDADE DEFENSIVA FORAM IMPORTANTES FACTORES DE TRANSFORMAÇÃO URBANA: pela construção de fortes e de muralhas; pela sua ampliação, reforço ou abandono, quando perdida a função inicial.

Constata-se ainda que os núcleos urbanos insulares, nas suas áreas centrais, não mudaram muito desde a fase de conformação até hoje, podendo falar-se de uma CRISTALIZAÇÃO DA ESTRUTURA URBANA A PARTIR DO SÉCULO XVII. Assim, as cidades da Macaronésia tiveram um período de FORMAÇÃO E DE CONSOLIDAÇÃO MUITO ACELERADO, A QUE SE SEGUIU UMA LONGA "PARAGEM" NO TEMPO, muitas vezes até à actualidade.

Tal característica é confirmada pelas investigações mais recentes, como para o Funchal ou para Ponta Delgada. Sobre a primeira, diz-nos Rui Carita na obra citada: "Embora nos separem mais de 400 anos, a cidade na sua parte baixa não difere no traçado daquele que nos é apresentado em 1570, encontrando-se delineadas quase todas as ruas existentes hoje." (44) Também sobre a capital micaelense Nestor de Sousa conclui ideia semelhante: "Os cronistas posteriores [a Gaspar Frutuoso] - Frei Diogo das Chagas, Frei Agostinho de Monte Alverne e Padre António Cordeiro - referem-se-lhe sensivelmente nos mesmos termos, pelo que, no decurso do século XVII e até começos de setecentos, apesar de algumas inovações, os limites e malha urbana da cidade se mantiveram os mesmos, no essencial, o que a diversa documentação recolhida e registada em notas confirma. De resto, Ponta Delgada chega até meados do século XIX com poucas modificações no espaço urbano quinhentista." (45)

Este aspecto, nem sempre corrente nas outras cidades europeias, e certamente menos ainda nas americanas, permite um tipo de análise - na área da história urbana - no qual se pode dar grande peso à interpretação ao vivo a partir das estruturas materiais e funcionais ainda hoje existentes.

De realçar ainda (e em função do atrás referido) que a cartografia disponível revela que o grosso da sua produção teve origem militar, e coincidiu com os períodos mais conturbados de instabilidade ou de guerra no Atlântico: as cartas são sobretudo do último terço do século XVI, e dos fins do século XVIII/inícios do XIX. O que deixa um enorme vazio, com raras representações conhecidas, ao longo de todo o século XVII.

A análise dos principais núcleos urbanos

Mais interessantes pela complexidade que atingem, as quatro cidades portuguesas definidas em Quinhentos serão agora analisadas, sob os pontos de vista dos modelos que as terão influenciado, da sua estrutura e forma, e dos "órgãos" urbanos que as fizeram funcionar. De facto, e sucessivamente, o Funchal (1508), Angra (1534) e Ponta Delgada (1546) - além do caso especial da

Ribeira Grande, em Santiago de Cabo Verde (1533), atingiram o estatuto de cidade através de um desenvolvimento global que assumiu carácter pioneiro no contexto da expansão.

4 - O Funchal e as vilas da costa Arrábida: dos modelos à História paralela

O Funchal, primeira cidade portuguesa no Atlântico, com estudos fundamentais desenvolvidos por António Aragão (46) e Rui Carita (47), foi já analisada pelo autor do presente trabalho, sob aqueles pontos de vista (48) "...é um caso exemplar da directa influência que os modelos urbanos de Portugal Continental exerceram sobre a formação das cidades insulares."

Um dos aspectos que objectivamente permite a relação do Funchal com uma cidade do Continente, vem referido no estudo de Rui Carita já citado, e prende-se com uma "ideia de dimensão" de fortificação urbana que evoca Setúbal: "Mais tarde, provavelmente por novas insistências da Ilha, em 1493, envia D. Manuel, então duque de Beja, um regimento sobre a fortificação, acompanhado de detalhado orçamento. Em princípio, e por indicação deste regimento, 'El Rei meu senhor determinou', o mesmo teria a aquiscência, senão preceito, do rei. Embora não tenha sido posto em execução, este regimento para 'que se faça cerca e muros nesta vila do Funchal' apresenta indicações interessantes. Assim: Devia ser feita a cerca e os muros 'entre a Ribeira de São Francisco e de Santa Luzia e que chege junto com o mar e que deve ser do grandeza ao menos tamanha como Setúbal' (...)" (49)

Assim, pode dizer-se que "A comparação com Setúbal, que pode parecer à primeira vista casual, constitui antes um sinal do modelo de referência urbano mais próximo do da cidade madeirense, quer muito provavelmente o informou desde início. De facto, a urbe sadina (...) foi especialmente acarinhada e desenvolvida pelos reis do período medieval, constituindo-se durante esta fase numa espécie de 'modelo perfeito' de vila 'criada' pela comunidade portuguesa. Apoiada pela coroa, com foral dado por D.Afonso Henriques, teve rápido desenvolvimento piscatório, seguindo-se o da indústria do sal, que atingiu importância europeia; teve mais tarde muralhas construídas por D.Afonso III, a delimitar o crescente e próspero núcleo de comerciantes e artífices. D.Dinis confirma o foral, sendo a importância da actividade portuária nesta fase do nível da de Lisboa ou do Porto. E é finalmente de Setúbal que sai a expedição de D.Afonso V para tomada de Alcácer Ceguer, em 1458, tendo D.João II dado grande impulso à vila (onde celebrou as bodas), com as grandes obras de abastecimento de água; também D.Manuel (...) aí começou as obras do Paço do Trigo e da Praça do Sapal (futura do Bocage), outorgou-lhe foral novo em 1514, e [D.João III] concedeu-lhe o título de 'Notável Vila' em 1525." (50)

Por esta sucinta enumeração se pode avaliar que Setúbal seria nesta fase um exemplo típico da urbe ribeirinha no Continente, tal como a procurámos definir atrás (ver capítulo II - C - definição de um modelo para a cidade insular): "Espécie de 'filha dilecta' do urbanismo litoral e tardo-medieval português, com especial desenvolvimento e importância internacional por todos

os séculos XIV, XV e XVI (período durante o qual o Funchal surge), e além disso desde a primeira hora ligada à expansão, Setúbal (...) facilmente teria pois passado a 'modelo de exportação urbanístico' para a experiência macaronésia..." (51)

Setúbal medieval constituía de facto exemplo paradigmático da cidade de "beira-rio", que atrás foi descrita como padrão urbano português. José Custódio Vieira da Silva, em obra recente, refere as características identificadoras desse paradigma: "...o aparecimento de Setúbal (...) aconteceu quando a paz, proporcionada pela Reconquista, tornou de novo atraente a fixação humana na margem direita do rio Sado. A sua riqueza piscícola e a qualidade do seu sal, aliadas às magníficas condições naturais do seu porto eram por demais evidentes (...) E da vizinha Palmela ou doutras regiões do País desceram até à beira-rio os mais afoitos, instalando-se primeiro na colina de Santa Maria e alongando-se depois, progressivamente, pela zona baixa que, para ocidente, se estende até ao actual bairro do Troino (...) As muralhas medievais de Setúbal, de que restam alguns vestígios, ergueram-se, deste modo, ao longo do século XIV, avançando mesmo Alberto Pimentel as datas de 1325 e 1375 para o início e acabamento (...) bem cedo São Julião e Santa Maria se terão associado como freguesias constituintes dos dois pólos iniciais definidores da nova povoação, cujo crescimento a margem do rio Sado modelou: Setúbal foi-se estendendo de nascente para poente e o traçado das ruas acompanhou, num quadriculado (...) esse alongamento. Troino, a oeste, e Palhais, a este, se bem que prolongando naturalmente aqueles núcleos, ficaram, porém, fora das muralhas medievais, mantendo-se como arrabaldes até ao século XVI. (52)

Assim, aspectos como a fixação litoral, na margem do rio virada a sul; o sentido marítimo-comercial; o contraste entre colina alta e baixa portuária, com a definição consequente de uma polaridade dupla no tecido urbano; e a extensão gradual e planeada deste tecido, em forma linear e ao longo da costa, são temas que confirmam e concretizam o modelo referido. Isto, embora a definição de "modelo urbano" como a entendemos aqui, tenha também os seus limites de aplicação: corresponde a casos extremos de "tipologia urbana", muito próxima do padrão estrutural e formal a que dá origem.

Pela datação e contorno das muralhas se pode avaliar a extensão que a cidade sadina já atingia no final do século XIV; mas o século XV é também marcado por "fase de acentuado desenvolvimento" (53), pelo que se deve entender Setúbal, em relação à génese do Funchal, não só como modelo de base mas TAMBÉM COMO OBRA SIMULTÂNEA E PARALELA - admitindo-se até possíveis inter-acções. Veja-se a prova na edificação da praça municipal da vila sadina, cuja consolidação em termos urbanos é praticamente contemporânea da da sua congénere funchalense, pois "...só no século XVI, com a construção do edifício dos Paços da Câmara, ordenada por D.Manuel em 1526 [ou 1516?] e continuada por D.João III, a Praça do Sapal, delineada no espaço fronteiro ao prédio camarário, começou a disputar influência ao adro pertencente à igreja [de São Julião]"(54). (FIG.84)

No Funchal, de facto, também D.Manuel dava então ordem para reestruturação da "Praça Nova". De facto, por volta de 1515, "...o corregedor Diogo Taveira, em sessão camarária e por ordem de el-Rei, mandou realizar a

avaliação das casas que deviam ser derrubadas para alargar a praça 'à alfândega velha'. A referida praça, que viria a ser a praça mais importante erguida na cidade do Funchal, espaçou-se no extremo sul da Rua Direita, e, em virtude da sua vizinhança, foi conhecida por Praça da Rua Direita. Também foi chamada Praça da Alfândega Velha, Praça Nova ou simplesmente Praça e, finalmente, recebeu o nome de Praça do Pelourinho (ver FIG.72) (...) Como o arranjo da Praça Nova se verificou fundamentalmente entre 1516 e 1529, é muito provável que durante esse período de obras tenha sido levantado na referida Praça um novo pelourinho (...) (55).

Talvez houvesse um intuito "refundacional" na obra do rei, já que anos atrás outra praça, para a câmara, tinha sido aberta no Funchal, como veremos, quando aquele monarca era ainda Duque de Beja. É possível que tal obra correspondesse à necessidade de fixar a vereação da então vila do Funchal (vila desde 1451), e que em 1516 se sentisse a necessidade de marcar o novo estatuto de cidade (outorgado em 1508) - o que não sucedia em Setúbal, que só foi elevada a cidade no século XIX.

De facto a praça municipal fora lançada ainda em 1485, "...ano em que o duque D.Manuel concede ao concelho o chão necessário para erguer igreja, adro, Casa do Concelho e Paço dos Tabeliães" (56) (ver FIG.72), em terrenos de canavial a que se chamava "Chão do Duque". Esta iniciativa constitui assim um autêntico plano de urbanização do novo lugar central da vila, acompanhando a abertura de ruas e a definição de quarteirões: "...um ano após a posse do 'senhorio' da Madeira pelo duque D. Manuel, como governador da Ordem de Cristo (...) esta data revela, de facto, uma espécie de ponto de partida para a concretização da nova arrancada urbana que se estava processando na próspera vila de mercadores de açúcar e senhores de canaviais. Nesse mesmo ano, Brás Afonso, seu ouvidor, foi enviado à Ilha afim de executar o auto de entrega do chão (...) (57)

A obra terá durado alguns anos, com desinteligências várias entre o poder real e a cidade, sendo que no ano de 1489, "...a requerimento dos moradores, o duque permite que se rasguem em direcção ao mar duas novas ruas no seu chão e à sua custa (...) Porém, só a 27 de Abril de 1492, Fernam Gomes, pedreiro, morador na vila de Setúbal mas estante no Funchal, foi encarregado de acabar a Casa de Câmara e Paço de Tabeliães, ou, mais exactamente, de os rebocar, pelo que se verifica terem as obras então atingido o seu termo." (58). O dado referente à origem sadina do construtor, embora secundário, reforça também as RELAÇÕES DIRECTAS EM QUE TEMOS INSISTIDO ENTRE SETÚBAL E O FUNCHAL.

Uma "irmã dilecta" do Funchal: Sesimbra

Para além do paralelismo com a génese e desenvolvimento de Setúbal, há que fazer uma referência à vila de Sesimbra, situada nas suas proximidades; de facto, surgem outras e curiosas relações com o Funchal, directas ou indirectas, analisando esta povoação.

Há que ver, em primeiro lugar, uma analogia de evolução e de crescimento entre Sesimbra e Setúbal, em ambos os casos à sombra de povoações acasteladas da Reconquista - Sesimbra/Castelo num caso e Palmela no outro. Com a

pacificação e o desenvolvimento comercial destas regiões desde o século XIII, ambos o núcleos fortificados vão gradualmente perder a sua importância a favor de novos focos de fixação junto à costa. Setúbal desenvolve-se mais rapidamente, ao longo dos últimos séculos medievais; mas Sesimbra-núcleo piscatório só em pleno século XVI se afirma como povoação autónoma e desenvolvida, como relatam Vitor Serrão e Eduardo da Cunha Serrão: "...é também em resultado do poder de absorção que o Oceano exerce sobre a população, que ela vai paulatinamente abandonando a povoação castreja, concentrando-se em torno da enseada, tendo-se criado, em 1536, a nova freguesia da Ribeira, hoje de Santiago (...) chegaram até nós textos e testemunhos arqueológicos preciosos que revelam a existência em Sesimbra, a partir do século XV, de um hospital e Capela da Confraria do Espírito Santo (...)" (59). (FIG.85)

A data de construções como as daquela capela, da Misericórdia ou da Câmara apontam bem qual o período determinante de consolidação urbana da Sesimbra costeira: "A construção do Hospital e Capela do Espírito Santo dos Mareantes remonta ao reinado de D. João II e aos fins do século XV (...) A fundação da Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra remonta ao princípio do século XVI (ver FIG.85) (...) Anteriormente, a vereação reunia-se na velha Casa da Cisterna, no perímetro do Castelo medieval. Em 1500, os terrenos da Ribeira, onde o actual edifício está implantado, foram adquiridos pelo mareante Gonçalo Anes e sua mulher Inês Gonçalves (...) só em 1540 o imóvel onde estão instituídos os Paços do Concelho estava ultimado (ver FIG.85) (...) no interior (...) se preservam o velho TOMBO da vila, pergaminho iniciado em 1434, bem como o 'foral' manuelino, muito bem iluminado e datado de 1514." (60)

Também em 1533, "...o mestre da Ordem de São Tiago e duque de Aveiro lavrou em alvará a intenção de se fazer na Ribeira de Sesimbra uma igreja nova, de que a povoação já carecia. As necessidades inerentes a uma população essencialmente constituída por mareantes e pescadores e a atracção exercida pelo mar provocaram no início do século XVI a decadência demográfica da freguesia do Castelo (...) a nova igreja, de invocação de São Tiago, já em 1536 estava aberta ao culto (...)" (61) (ver FIG.85)

Assim, pelas datas das mais antigas fundações públicas, essenciais na consolidação de funções urbanas (fins do séc. XV - 1. terço do XVI), se vê como a Sesimbra costeira se forma EM PARALELO E/OU NA SEQUÊNCIA TEMPORAL DO FUNCHAL, E COM CRESCIMENTO ACELERADO - e não antes e gradualmente, como é o caso de Setúbal - pelo que se constitui, até certo ponto, em modelo urbano mais "próximo" do do Funchal, até pela impressionante semelhança da geomorfologia da implantação, e pela sua escala e forma urbanas.

Estes aspectos são ainda hoje detectáveis numa análise do tecido urbano existente; mas o que mais permite uma rigorosa analogia, é o FACTO DE SE DISPOR DE DUAS REPRESENTAÇÕES CARTOGRÁFICAS QUINHENTISTAS, DE CERCA DE 1570 - DE SESIMBRA E DO FUNCHAL - POSSÍVELMENTE DA MESMA AUTORIA E EXECUTADAS COM O MESMO OBJECTIVO. Da planta do Funchal analisada por Rui Carita já atrás demos conta (ver referências nas notas (14) e (15)); da de Sesimbra falaremos agora. Trata-se de documento encontrado há poucos anos por Rafael Moreira na

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (62), integrado na mesma colecção da do Funchal, em conjunto incluindo uma carta de Vila do Conde e outras cartas referentes à Madeira e aos Açores. (FIG.86)

Em relação à sua possível autoria, avança Rafael Moreira que "...não nos podemos pronunciar com segurança. Mas dada a atribuição da planta do Funchal ao FORTIFICADOR Mateus Fernandes; e tendo presente a facilidade de comunicações, pelo regime de ventos e correntes, entre a ilha da Madeira e Vila do Conde, na vinda, e a Arrábida na ida, não repugna crer que ele tivesse sido incumbido, em alguma das suas viagens (sobretudo antes do início das obras no Funchal em 1572) de proceder ao levantamento daqueles portos costeiros (...) parece, pois, que devemos atribuir a totalidade dos desenhos do Rio de Janeiro - todos integráveis numa única rota marítima, e decerto na mesma campanha de trabalhos - à autoria de mestre Mateus Fernandes, e a data muito próxima de 1570." (63)

É também o próprio Rafael Moreira que faz uma análise, de conteúdos e comparativa, entre a planta de Sesimbra e a do Funchal: "A finalidade de quem levantou a planta era, naturalmente, definir as condições topográficas, e propôr um sistema de defesa viável e eficaz. Este marca-se por uma vasta cidadela quadrangular (...) ocupando a zona de cota mais alta (...) numa plataforma de extensão superior a 200 metros - o que sugere um paralelo com o projecto do Funchal, embora menos ambicioso. (...) Mesmo sem a imponência e simetria do projecto do Funchal, é aqui nítida a repercussão dos tratadistas na moda, como Zanchi, Lanteri, Castriotto, e sobretudo Pietro Cataneo (I QUATTRO PRIMI LIBRI DI ARCHITETTURA, 1554), que sabemos ter sido o principal manual de ensino da fortificação na Escola do Paço da Ribeira." (64)

No conjunto, e independentemente das "provas cartográficas" apresentadas, não é demais insistir no papel desempenhado na expansão marítima e colonização das ilhas atlânticas pelas populações embarcadas das duas vilas da costa arrábida, como a "...quantidade apreciável de mareantes sesimbrenses dos séculos XVI, XVII e XVIII, que participaram na grandiosa empresa, muitos deles tripulando as caravelas que eram lançadas ao mar pelos estaleiros de Sesimbra (Quirino da Fonseca)." (65). Como também não é descabido acentuar a importância das rotas de navegação, meios de comunicação quase únicos na época, que articulavam as ditas vilas com a capital, centro orientador da expansão: "Até muito tarde, o tráfego entre a vila de Sesimbra, Lisboa e Setúbal, era principalmente efectuado por mar, elemento que, como se vê, por vezes mais uniu os povos do que os isolou. Só em 1876 se iniciam as obras da estrada que dará acesso a Cacilhas; (...) " (66).

Podemos concluir esta referência ao papel da população das vilas arrábidas na expansão com uma citação de Barros Bernardo, passe embora o seu tom panfletário: "Nas épocas esplendorosas de D.João II e de D.Manuel I Sesimbra é o porto que oferece, ao lado de Setúbal e Palmela, filhos para as armadas que durante as conquistas de Além-Mar sulcaram os vastos oceanos (...) Os 'Mareantes de Sesimbra' ficaram célebres como pilotos afamados. Quando terminou o brilhante empreendimento do Império da Índia, Sesimbra, exausta e desfalcada, viu-se reduzida a quase metade da sua população anterior." (67)

Funchal, Setúbal, Sesimbra: sínteses das analogias

Quais são então as analogias concretas, no que respeita tecido urbano, entre as vilas da costa arrábida e o Funchal, para com propriedade podermos falar de um "modelo" sadino em relação ao núcleo insular e à "Piscosa Sesimbra" - quer conscientemente evocado, quer apenas como fundo, como padrão, não deliberado mas enraizado, de organização espacial?

No trabalho citado, referido a Setúbal e Funchal (ver nota (1)), procurámos enumerar alguns aspectos morfológicos, locativos e funcionais:

"a - a primeira constatação é de âmbito geral, e permite 'ler' uma FORMA GERAL idêntica e um SENTIDO DE IMPLANTAÇÃO semelhante: ambas se localizam numa costa orientada a sul, em enseada protegida (...); assentam também na proximidade de ribeiras que cruzam o tecido urbano, o qual se alonga no sentido dessa mesma costa, subindo pouco a pouco as colinas circundantes." (68)

Ao incluirmos Sesimbra no conjunto, os aspectos acima enunciados confirmam-se, acentuam-se mesmo, com o próprio "desenho" das ribeiras centrais: a confluência das de João Gomes e de Santa Luzia (Funchal, FIG.87), ou dos dois braços do ribeiro que se encontram no largo de Bombaldes (Sesimbra) ou a chegada da do Livramento ao largo do Sapal (Setúbal), nos três casos CORRESPONDEM À DEFINIÇÃO DE UM LUGAR PÚBLICO CENTRAL, COM SENTIDO DE MERCADO, AO QUAL SE ASSOCIARÁ GRADUALMENTE A FUNÇÃO DE LARGO CÍVICO, MUNICIPAL, ARTICULADO COM A RUA DIREITA.

É nestes termos que, no Funchal, a "Praça" - aberta onde as duas ribeiras mais se aproximam - se vem a denominar "Largo do Pelourinho", como vimos atrás (embora neste caso a câmara fosse edificada noutro largo um pouco mais acima) (69) (ver FIG.72); é também assim que o primitivo lugar municipal em Sesimbra deveria estar associado ao encontro dos dois braços do ribeiro em Bombaldes, "subindo" depois (tal como no Funchal), para o largo onde ainda hoje se situa (70) (ver FIG.86); é finalmente nesta tendência que, em Setúbal, se inscreve a "municipalização" quinhentista do largo do Sapal, aterro sobre a chegada ao rio da ribeira do Livramento, no seu cruzamento com a rua direita (71). (ver FIG.84)

É interessante realçar também a COINCIDÊNCIA DESTES LUGARES BAIXOS E CENTRAIS COM UMA SIMBÓLICA DA ÁGUA, que por óbvias razões funcionais (de abastecimento, de limpeza) surge ligada a mobiliários em directa relação com as ribeiras (o chafariz, o poço) - água que é como que "sacralizada" pelo poder do "povo", traduzido no vertical pelourinho. Note-se a importância do aproveitamento das ribeiras na época, para abastecimento directo de água mas também para moagem dos cereais que garantiam o fabrico de pão - a água era pois FONTE DE VIDA, porque base da alimentação.

Assim se pode ver, no Funchal, o "largo do Poço" frente ao "largo do Pelourinho", do outro lado da ribeira de João Gomes; ou o "Poço Novo", num larguinho (ver FIG.72) que ficava na actual confluência das ruas dos Tanoeiros e de 5 de Outubro, ligado à rua Direita e perto do largo municipal do "Campo

do Duque" (FIG.88) ; e no que resta deste mesmo largo (onde a planta de 1570 assinalava o "ponto" do pelourinho), existe o actual chafariz, que lhe dá o nome. Também é significativa a presença actual do mercado principal (dos Lavradores) nas proximidades, bem como das moagens no próprio largo do Pelourinho - atestando o sentido fabril e de troca de produtos como base funcional da "praça" medievo-renascentista - fundamento do poder municipal (72).

Do mesmo modo, a presença do sapal em Setúbal, ou do espaço de confluência dos ribeiros em Sesimbra (aqui nas duas praças que tiveram funções municipais, cf. nota (70)), traduz-se no aparecimento nesses locais de chafarizes (e dos anexos espaços de mercado, ainda hoje instalados em edifícios nas proximidades), que a urbanização quinhentista do espaço envolvente faz então confrontar com o pelourinho. (73)

"b - Mas para além dessa imagem global, é a própria estrutura interna que novamente as aproxima [ao Funchal e Setúbal], através da BIPOLARIZAÇÃO DA GÉNESE URBANA que caracterizou o seu crescimento linear: [no Funchal] o núcleo de Santa Maria do Calhau, popular e obreiro, de um lado, oposto ao da rua dos Mercadores, comerciante e açucareiro - ligados ambos pela turtuosa rua direita funchalense (FIG.89) - relacionam imediatamente com o Troino piscatório e castiço e com a 'Vila' sadina comercial e salineira, onde de novo a ligação se efectua por uma rua direita sinuosa (FIG.90), acompanhando o perfil da costa e cruzando as ribeiras." (74)

Na área de encontro dos dois pólos, a praça municipal desempenha a função de lugar central - dividida em dois largos no Funchal, concentrada no Sapal em Setúbal, e localizada sucessivamente no largo de Bombaldes e no actual de Luís de Camões, em Sesimbra.

O contraste faz-se também ENTRE UMA ÁREA MAIS RESIDENCIAL, altaneira, envolvente e nucleada pela igreja matriz (Sé Catedral do Funchal, Santa Maria-Catedral da 'vila' de Setúbal, São Tiago em Sesimbra), E UMA ÁREA BULIÇOSA E COMERCIAL, em zona portuária (Alfândega do Funchal, Sapal de Setúbal, Bombaldes de Sesimbra), PROLONGADA PELA RUA DIREITA - trata-se afinal da TRADICIONAL OPOSIÇÃO LOCATIVA E FUNCIONAL ENTRE 'ALTA' E 'BAIXA' que vimos afirmar-se na cidade portuguesa medieval. O pólo religioso - servindo a área residencial; o pólo cívico, apoiado nas actividades do trabalho, comercial-marítimo; entre ambos, e inter-relacionando-os, a rua direita, principal.

Assim o entende José Custódio Vieira da Silva, referindo-se a Setúbal: "...definitiva a superioridade desta 'baixa' urbana [Praça do Sapal] em relação à 'alta' de Santa Maria (...) Ainda hoje esta zona exhibe a força do seu comércio florescente, multidões de compradores ou simples passeantes desfilando em procissão por estas ruas estreitas (...) Em contraste, na zona de Santa Maria há maior quietude (...) e foi a sua igreja, verdadeira matriz, que, num reconhecimento da sua importância, foi elevada a catedral (...)" (75) (ver FIG.84)

As misericórdias são outro elemento funcional que introduz um pólo distinto, entre o da matriz-sé e o da câmara-mercado. Equipamento assistencial por excelência, sintetizando lugar de culto e acolhimento cívico para a comunidade, escolhe normalmente um "terceiro lugar" no espaço urbano, servido por praça própria, distanciada das outras referidas, ou quando muito, próxima

do espaço municipal. Assim sucede no Funchal, onde a planta de 1570 a identifica "...em Santa Maria Maior, ou mais precisamente em N.S.do Calhau, com a igreja e a Misericórdia (...) com um espaço na planta cerca de duas vezes superior ao ocupado pela igreja. É a primeira vez que nos aparece a localização correcta e a planta da Misericórdia do Funchal do século XVI, que sabíamos encostada à igreja e dando para a Rua Nova (...) Muito danificada pelo aluvião de 1611, como toda esta área (...) não voltará a ser reconstruída (...)" (76)

Em Sesimbra, o largo da Misericórdia (ver FIG.85), ainda hoje existente, fica entre os largos da matriz e municipal; aparece já na planta de 1570 com a dita instituição implantada (também fundada aqui no início do século XVI), e que "estava já instalada e em funcionamento pleno em Agosto de 1555 (...)" (77) Em Setúbal a Misericórdia localizava-se num larguinho que coprrespondia à inflexão que a rua direita fazia, no seu trajecto desde Santa Maria ao Sapal, situando-se também, portanto entre os largos respectivos. (ver FIG.84)

"c - quando se propõem as primeiras fortificações no Funchal, é precisamente essa frente da 'vila' dos mercadores, a área da mais prestígio e riqueza, a que melhor se protege, descurando-se a de Santa Maria - como em Setúbal tinha sido cercada de muralhas apenas a chamada 'Vila', desprezando-se a protecção do periférico Troino..." (78)

É igualmente revelador a TENDÊNCIA DE CERCIMENTO E DE EVOLUÇÃO DO TECIDO URBANO DE NASCENTE PARA POENTE, nas três estruturas aqui comparadas. Isso é comprovado pela análise do Funchal por António Aragão, que contrapõe ao núcleo inicial quatrocentista de Santa Maria do Calhau o surgimento da "cidade quinhentista" do "Campo do Duque", a oeste do primeiro, onde uma malha mais regular se organiza.(79) Do mesmo modo a retícula regular situa-se em Sesimbra a poente das ribeiras onde se gerou o núcleo; e em Setúbal, José Custódio põe o acento do desenvolvimento da vila desde um "núcleo gerador" à volta de Santa Maria, a caminho do Sapal, ou seja, no sentido este-oeste (80).

"d - Outras analogias de tipo mais pontual são ainda possíveis, como a semelhança do tecido urbano envolvente das duas igrejas principais (S.Maria da Graça e Matriz, respectivamente em Setúbal e Funchal), delimitado por análogo encurvamento da rua direita nessa zona ; como a colocação dos fortes de São Filipe (S) ou do Pico (F) na ilharga poente do espaço urbano (...)" (81).

Do mesmo modo, os templos franciscanos (82) seguem a "regra de localização" já referida, situando-se sempre a poente dos núcleos urbanos, e nas suas saídas ou arredores. Tal se pode confirmar com a localização das instalações do Funchal (no extremo poente da cidade - S.Francisco - e a noroeste - S.Clara. Tal se pode também ver em Setúbal, onde "Foi o Convento de Jesus, de freiras franciscanas, fundado pela ama do rei D.Manuel, Justa Rodrigues Pereira. Localizado fora da povoação, como era de regra nos conventos mendicantes, mas próximo do lado poente da muralha medieval (...)" (83)

A evolução urbana do Funchal: significado e pontos marcantes

Sintetizando a sequência dos acontecimentos relevantes para o desenvolvimento do Funchal, podemos citar Ilídio do Amaral, no primeiro estudo de conjunto feito sobre as cidades insulares do Atlântico: o Funchal "Já era um centro cosmopolita, com perto de 5 mil habitantes (...) quando lhe foi dada a categoria de cidade. Por carta régia datada de Sintra, 21 de Agosto de 1508, o soberano determinaria que 'daqui em diante se intitule e chame cidade e tenha todas as insígnias que as cidades dos nossos Reinos pertence ter e use e goze de todos os privilégios, preminências, liberdades, mercês, graças e franquezas (...) como as cidades dos ditos nossos reinos' (...) Os motivos enunciados para a outorga da honraria são, fundamentalmente, os de muitos e bons serviços prestados pelos seus moradores à Coroa, de crescimento demográfico e da existência de 'muitos fidalgos, cavaleiros e pessoas honradas e de grandes fazendas'. (...) Seis anos depois daquela carta régia, uma bula papal, de Junho de 1514, criaria o Bispado, e em breve, com a mesma data, nomearia D.Diogo Pinheiro como primeiro prelado da Madeira, e também do Ultramar, uma vez que lhe era atribuída a jurisdição sobre as outras ilhas, os lugares da costa da Guiné e a Índia, situação única que se manteria até à cédula consistorial de 31 de Janeiro de 1533 (...) O seu foral, englobando as vilas de Ponta do Sol e Calheta, teria a data de 6 de Agosto de 1515" (84)

Tal valorização administrativa e religiosa correspondeu, entre finais do século XV e o primeiro quartel do XVI, à criação de um novo centro político/religioso/económico, para nascente da velha "Praça" junto à ribeira de João Gomes, integrado numa urbanização regular proposta pelo futuro rei (à volta do seu Campo do Duque, desde 1485-92), e dotado com equipamentos próprios : a Casa de Câmara (em 1489), a Sé (início em 1493/ 1502, Catedral desde 1514), a Alfândega Nova (construída entre 1508 e 1515) (FIG.91), além da Misericórdia e de vários conventos, e do reordenamento da Praça do Pelourinho (1516-29). Estes são os marcos fundamentais dessa cidade mercantil, sucessora da vila quatrocentista. O próprio D.Manuel traduz a preocupação de uma nova centralidade, que soubesse marcar o crescimento da povoação, como refere António Aragão: "...o duque continua insistindo [em carta de 1488] na realização da futura Igreja da Sé ao afirmar que a igreja do cura situada situada em cima (...) se mudasse 'abaixo no chão' do seu canavial. E, para o efeito, repete que havia dado esse chão por se tratar do 'lugar mais conveniente e no meio da povoação', onde todos se podem deslocar sem grande trabalho." (85)

O primeiro núcleo, quatrocentista, como resume António Aragão na obra citada, tinha-se formado lenta e gradualmente: "...certamente ainda antes de 1425, se implantou e depois desenvolveu uma modesta concentração urbana na zona de Santa Maria do Calhau. (...) (págs.29-30) Cerca de 1430 ergue-se uma pequena igreja dedicada a Santa Maria do Calhau (...) Por 1458 (...) sofre obras de ampliação, o que parece revelar, por estas bandas, um considerável aumento populacional (...) (pág. 30) Paralela ao mar, nomeada por igual, de Santa Maria, compôs-se sinuosamente a primeira rua do velho povoado (...), que

corresponderia, mais ou menos, ao traçado actual e terminava num chão, o cabo do Calhau, hoje Largo do Corpo Santo (**FIG.92**) (...) (págs. 31-32) Em 1469 temos notícia documental, pela primeira vez, do aparecimento da referida via pública baptizada de Rua dos Mercadores. A mais importante de então.(...) (pág.59) as edificações vão surgindo ao longo da baía do Funchal, no espaço compreendido entre as três Ribeiras. Em 1473, no lugar onde agora cresce o Jardim Municipal, funda-se o Convento de São Francisco.(...) (pág.60) A data de 1477, ano em que é fundada a Alfândega Velha (localizada no actual largo do Pelourinho, à beira do calhau e na proximidade da Rua Direita), parece rondar pelas máximas urbanas atingidas pelo povoado de Santa Maria. (...) (pág. 35) (86)

Com a definição do novo centro urbano, a partir de 1485, ligando o lado nascente (antigo povoado de N.S. do Calhau, rua de Santa Maria e rua Nova, praça da Alfândega Velha e hospital) ao lado poente (São Francisco e Santa Clara, Fortaleza de São Lourenço) (**ver FIGS.72 e 73**), "...passaram a vigorar fundamentalmente três elementos arquitectónicos (...) Ao centro ergue-se a Sé Catedral com o seu terreiro, e a leste dela a Casa de Câmara e Paço dos Tabeliães. A sul da Sé e no mesmo enfiamento, levantou-se a nova Alfândega (...) (87).

A ligar também as duas áreas da cidade, estavam as artérias comerciais: a rua Direita, prolongada desde a de Santa Maria e Praça, em ponte sobre a ribeira de Santa Luzia, pela rua dos Ferreiros, que inflectia para o interior e da qual nascia a rua da Carreira; e a rua da Alfândega (dos Mercadores), entre o largo do Pelourinho e a fortaleza, ao longo da costa.(88) (**ver FIG.88**)

Esta visão geral da evolução do Funchal confirma-se pela leitura de Gaspar Frutuoso (89), a qual nos seus pontos básicos faz ressaltar a implantação, estrutura interna e funções básicas da cidade, como era em fins do século XVI. E é com uma síntese do texto de Frutuoso que rematamos a análise urbana da fase tardo-quinhentista (utilizando os nossos sublinhados nos temas fulcrais):

"Povoada a ilha do Funchal, a que o capitão deu o nome por se fundar em um vale formoso de singular arvoredado, cheio de funcho até ao mar (...) (pág.95) E deste quarto de légua de calhau miúdo e areia pela costa é a compridão da grande e nobre cidade do Funchal, ali SITUADA EM LUGAR BAIXO, EM UMA TERRA CHÃ (...) Está assentada entre duas frescas ribeiras, a de NOSSA SENHORA DO CALHAU, A LESTE dos muros com esta igreja, que é freguesia fora deles, e a ribeira de SÃO PEDRO, OU DE SÃO JOÃO (...) DA BANDA DE LOESTE (pág.109) E, para mais fresquidão, vai pelo meio dela a ribeira de SANTA LUZIA (...) com a qual moem quatro engenhos de açúcar, que estão dentro na cidade, que a enobrecem muito (...) Está a cidade amurada, da ribeira de Nossa Senhora do Calhau, junto da qual está uma FORTALEZA NOVA, até à FORTALEZA VELHA (...) (pág.110) E no muro da banda do mar tem uma PORTA DE SERVENTIA, junto de Nossa Senhora do Calhau, e outra, mais no meio da cidade, junto dos açougues, e outra, que é a mais principal, aos Varadouros, defronte da rua dos Mercadores. Meio tiro de besta desta porta principal está a casa da ALFÂNDEGA, mais próspera e de melhores oficinas que a da cidade de Lisboa (...) A primeira rua, das mais principais dos muros para dentro, é a dos MERCADORES e fan-

queiras, ingleses e flamengos (...) que vai de Nossa Senhora do Calhau até à fortaleza, e no começo dela, junto de Nossa Senhora do Calhau, está uma não muito grande, mas FORMOSA E CERCADA PRAÇA, de boas casas sobradadas, algumas de dois sobrados, com um rico pelourinho de jaspe, do qual UMA GRANDE E LARGA RUA, QUE SE CHAMA A DIREITA E É A MAIOR DA CIDADE vai ter ao pinheiro, que é uma árvore que está no cabo dela (...) (págs. 111-112) a logo mais acima, indo pela mesma rua, está a casa e igreja, da invocação de São Bartolomeu, DOS PADRES DA COMPANHIA DE JESU (...) Desta rua dos Mercadores, além da rua Direita, sai outra, não tão comprida (...) que se chama RUA DO POÇO NOVO, logo além está outra, que sai desta primeira dos Mercadores e se chama de JOÃO ESMERALDO (...) Outra sai desta primeira, chamada RUA DO SABÃO (...) (pág. 112) Desta rua do Sabão sai uma, que se chama DO CAPITÃO, por ser a mais direita serventia para sua casa (...) E desta rua saem serventias para a Sé, que é uma igreja mui populosa, bem assombrada e fresca, e tem uma formosa torre, muito alta, de cantaria, com um formoso coruchêu de azulejos, que, quando lhe dá o raio do Sol, parecem prata e ouro (...) (pág.113). Além da Sé, para o Ponente, um tiro de besta esforçado está defronte o mosteiro de SÃO FRANCISCO da observância (...) Pelas costa da capela-mor de São Francisco, vai uma rua, que se chama do seu nome, ter ao mosteiro das freiras [SANTA CLARA] (...) (pág.114) Do meio desta rua de São Francisco se aparta outra, também principal, de homens mui honrados, que vai ter a São Pedro; chama-se a CARREIRA DOS CAVALOS, pelos costumarem correr nela (...) (pág. 115) Do CORPO SANTO se começa uma rua que chega a Nossa Senhora do Calhau, que VAI DE LESTE A OESTE dentro dos muros, que, por começar dela, se chama de SANTA MARIA (...) da qual vai outra rua para o Norte, chamada DA OLARIA (...) e no cabo dela outras formosas casas, defronte DA MISERICÓRDIA (...) (pág. 116) ...junto da ribeira de JOÃO GOMES (...).Passando esta ribeira de João Gomes por uma ponte de pau muito grande e forte, entram NA PRAÇA DO FUNCHAL." (pág.117) (90)

Estruturado nas suas funções vitais até meados do século XVI, o Funchal-núcleo urbano apenas se consolida ao longo dos dois seguintes - o que como vimos é característico das cidades luso-maraconésias. Assim, se analisarmos a planta do Capitão Skinner, de 1775 (citada na nota (17), (ver FIG.73), que de certo modo exhibe e remata a evolução espacial no período analisado por este trabalho, apenas vemos a implantação da rede de fortificações, do Forte do Pico ao de São Tiago, que a planta de 1570 já anunciava, e mais alguns conventos e instituições religiosas (como o Colégio e igreja Jesuíta, construído no século XVII (1599-1629), na área a norte, entre as ruas dos Ferreiros e da Carreira).(91)

Acrescentem-se, como diferenças, a mudança da Misericórdia para o Campo de São Francisco (entre a Sé e este convento) - o qual, em sinal da crescente mundanização da vida urbana, já contém também uma setecentista "Casa de Comédia" - além, evidentemente, da transformação arquitectónica da maioria dos equipamentos e edifícios públicos, ao gosto "barroco" e/ou "chão", que não cabe aqui analisar. Fora disto, houve um assinalável crescimento arrabaldino, marcado sobretudo pelas casas de quinta e residências solarengas, o qual, mais

do que transformar a imagem da cidade, antes a consolida com elementos complementares - a envolvência em "anfiteatro" do Funchal, tão visível hoje, começa a nascer aqui...

5 - As cidades dos Açores

Embora no período analisado só Angra e Ponta Delgada tenham tido reconhecimento oficial como cidades, as três "capitais" dos conjuntos de ilhas açoreanas merecem uma primeira referência comparativa, pela inclusão da Horta (vila até ao século XIX) - tal como, seguindo Vitorino Nemésio, já tentámos noutro trabalho (92):

"É importante frisar a personalidade forte e distinta das três principais cidades do arquipélago, que Nemésio tão bem descreve: Ponta Delgada, a de menores encantos formais, triste e agrária, mas ao mesmo tempo cheia do movimento de uma capital comercial; Angra, histórica e 'nortenha', de grande sentido urbano, embora pequena de dimensões; finalmente, a Horta, 'princesa' entre as outras duas, cidade quase de uma só rua, mas com intenso sabor cosmopolita (FIG.93), que a permanência dos ingleses ajudou a firmar.(...) a estrutura base destes núcleos baseia-se na rua direita (directa) que (...) os atravessa de lado a lado, ligando-os às regiões periféricas e adquirindo forte presença urbana no seu interior, ao albergar as principais funções administrativas, religiosas e económicas.

Em 'O Corsário da Ilhas' Vitorino Nemésio comparava assim Ponta Delgada a Angra: '...não é nenhum burgo compacto, aglomerado em torno de catedral ou de castelo, como as cidades do continente ou Angra, nos Açores - mas um grande povoado que se espria por um bom troço da costa sul da ilha, ao longo da ansa marcada pelo cabedelo a que os primeiros povoadores de São Miguel, idos de Vila Franca, chamaram a 'ponta delgada' (...) Torreada de solares crispados e de araucárias gigantescas, Ponta Delgada estende-se ao comprido da costa e e penetra no interior por suaves arrabaldes de quintas e estufas de ananases.'

Da Horta refere que 'Ao comprido da rua do Mar desenvolvem-se as casas; sobre a célebre rua única da cidade as travessas que descem da encosta trazem também a sua modesta contribuição de fogos e de trânsito, O largo do Infante, ao rés do mar, funciona de belveder sobre a massa compacta e aguda da montanha do Pico. E o resto, tudo bem: matriz no alto onde foram as casas do donatário flamengo e que os Jesuítas adaptaram, como sempre, cubicular e faustosamente; mais duas ou três igrejas conventuais nos altos.' (FIG.94)

De Angra, diz-nos: "Angra levanta ao sul, na falda do Monte Brasil, as suas torres históricas; mas a densidade do casario, a perfeição do roteiro, a nobreza das linhas urbanas são um simples parêntese na vasta quadrícula de 'cerrados' que é a cintura da ilha (...) a própria cidade, se vista das eminências da baía, surge como um porto fortificado (...) considerada no sentido interior do seu desenvolvimento aparece logo como o assento de uma população de terra-tenentes de lavradores e de criadores de gado. As suas casas cotinuum muito para cima da linha transversal e cêntrica dos arruamentos, onde ficam a Sé, os Paços do Concelho e os do Governo. Sobem a grande

vertente da velha Ribeira dos Moinhos (núcleo da vila de Angra), estendendo-se radialmente ao longo das várias vias de acesso às pastagens do interior, onde formam pequenos aglomerados suburbanos.' (FIG.95)

(...) pode confirmar-se a importância da estrutura linear principal (...) nas três localidades; mas o carácter de cada cidade e o tipo de desenvolvimento determinou diferenças sensíveis de expressão: se Ponta Delgada e Horta transmitem ao todo urbano o sentido linear, alongado e litoral dessa via, ao correr da baía, já Angra, partindo de um alto acastelado, desenvolveu uma retícula entre a costa e a rua direita que afastou esta da relação mais franca com o mar. E se a Horta favorece, com as suas encostas, uma relação visual com o oceano, em anfiteatro, que as outras não têm, resumindo-se por pequenez de desenvolvimento à rua principal; se Ponta Delgada 'finge' olhar o mar com a sua nova marginal - é ponto comum às três cidades QUE O SEU SENTIDO SE DIVIDA ENTRE UMA CERTA INTROVERSÃO AGRÁRIA, COM O CRESCIMENTO ORIENTADO PARA O INTERIOR DAS CULTURAS E PASTOS, E AS FUNÇÕES PORTUÁRIAS INEVITÁVEIS COM O EXTERIOR."

Angra e a sua génese - fases de crescimento

Sobre esta cidade açoreana, o autor do presente trabalho já publicou uma monografia histórico-urbana (ver nota (21)), onde desenvolveu entre outros os aspectos da cronologia, da evolução urbana e da comparação com outras estruturas de cidade. Alguns destes temas poderão ser aqui destacados, citando-se para isso o referido trabalho, cujo esquema de abordagem será o padrão deste sub-capítulo.

Ilídio do Amaral, no seu artigo de conjunto sobre as cidades insulares portuguesas (ver nota (84)), sintetizou o significado e desenvolvimento de Angra: "Esta ganharia foros de cidade a partir do momento em que D.João III decidiu que fosse criado um Bispado nos Açores, com assento na vila terceirense. assim sucedeu por carta régia de Évora, 21 de Agosto de 1534, com motivos idênticos aos de diplomas anteriores (...) A bula papal de criação da diocese episcopal data de 3 de Novembro do mesmo ano, bem como a confirmação do seu primeiro bispo, D.Agostinho Ribeiro.(...) o nome do seu donatário, João Vaz Corte Real que, desde logo, em 1474, se apercebeu da importância do porto (Angra) e das vantagens de tirar partido dele. Um plano desenhado de forma inteligente por Álvaro Martins Homem, dotaria a povoação de uma quadrícula de ruas apoiadas em dois eixos perpendiculares (correspondendo-lhes as actuais ruas da Sé e de Lisboa); no seu cruzamento, sobre uma área pantanosa que foi preciso enxugar, ficaria o rossio, local de mercado e futuro centro comercial e administrativo da cidade."(93)

É interessante notar aqui as semelhanças entre a "Praça Velha" de Angra e a "Praça" do Funchal, atrás analisada: AS MESMAS FUNÇÕES (COMERCIAL, ADMINISTRATIVA) O MESMO TIPO LOCATIVO (UM LUGAR BAIXO, JUNTO À ÁGUA OU LODOSO, NA CONVERGÊNCIA DOS VÁRIOS ARRUAMENTOS DA CIDADE : trata-se naturalmente da APLICAÇÃO DE UM MESMO MODELO URBANO, ADAPTADO RESPECTIVAMENTE AO "LOCUS" CONCRETO DE CADA CASO.

O desenvolvimento do aludido plano em retícula - o mais perfeito e elaborado que se conhece em áreas portuguesas, em termos do seu desenho, conjuntamente com a contemporânea extensão do Bairro Alto (94) (FIG.96) - terá ocorrido a partir de um acentuado crescimento económico da vila, desde o último quartel do século XV: "Ainda em 1489, tinha o rei D.João II doado por carta ao duque Dom Manuel a ilha de Jesus Cristo, já então chamada Terceira, bem como a Graciosa. A transição do século XV para o XVI parece ter sido chave para um surto de desenvolvimento e de aumento de população nos Açores, que alguns autores relacionam com a migração dos judeus para Portugal, os quais teriam contribuído para o povoamento daquelas ilhas, depois da sua entrada no reino em 1492, expulsos de Castela." (95)

O crescimento do núcleo urbano culminaria com a sua elevação a cidade: "...em 1534 que Angra é elevada de vila a cidade '...por carta de D.João III, passada em Évora a 21 de Agosto (...) atendendo aos muitos serviços prestados pelos seus moradores e ainda por estar a mesma vila muito acrescentada e enobrecida'(...)".(96)

Podemos, em função da obra citada na nota (21), referir quatro fases na sequência do crescimento de Angra (ver FIGS. 65, 75 e 76):

a - como uma pequena povoação alcandorada e acastelada, de 1460 a 1474, correspondendo "A área de génese da cidade (nascida nas artérias mais próximas da 'Ribeira dos Moinhos', provavelmente ainda com Martins Homem, à roda do 'Castelo de São Luís' e suas encostas..." (97) (FIG.97) - núcleo de sobrevivência, garantindo a produção do pão e a defesa eventual com meios precários, traduzido globalmente numa imagem ainda quase totalmente medieva;

b - como o espraiar linear desse primeiro núcleo em direcção à "baixa" e à enseada, "...sequência de ruas que já na época de Corte Real teriam correspondido à primeira fase de urbanização - esta possivelmente entre 1474 e o final do século - ao longo do percurso da citada ribeira, até ao mar." (98) - segundo a direcção das ruas Garoupinha-Santo Espírito, perpendiculares à costa; (FIG.98)

c - como início da extensão geométrica em superfície, sobre a "baixa" e as colinas envolventes, até ao porto, constituindo-se na primeira fase da retícula que vai caracterizar a cidade, nos primeiros anos do século XVI: "Nos finais do século XV e inícios do seguinte, começaram a construir-se as seguintes ruas, paralelas a Santo Espírito: Direita, São João, Palha e Carreira dos Cavalos." (99); (ver FIG.98)

d - como completamento da malha regular, abrangendo e consolidando a globalidade da cidade, entre meados e a segunda metade do século XVI, período durante o qual "...a retícula referida ter-se-à ampliado até ao sítio do Convento de São Gonçalo, embora com uma malha viária mais humilde e irregular, subindo assim a encosta poente até ao Alto das Covas. As fortificações (...) são também desta fase (...), que poderíamos chamar de consolidação da estrutura urbana; bem como a instalação jesuítica em terrenos 'estrategicamente centrais' ainda por ocupar, como era política daquela ordem afirmativa e dominadora." (100).(ver FIG.98)

É por certo a cidade resultante desta última fase de desenvolvimento que Gaspar Frutuoso conheceu e a qual descreve, não sem antes fazer referência à sua área genética e acastelada, bem como à sua implantação acomodada entre

colinas e litoral (101): "Está esta cidade situada ao modo circular, quase redonda, em UM BAIXO VALE E NOS OUTEIROS QUE A CERCAM, em um dos quais, MAIS ALTO DA BANDA DO NORTE, está como amparo dela UM FORTE CASTELO com munições e artilharia, novamente renovado e provido, sendo dantes muito fraco, edificado sómente para recolhimento e defesa dos moradores dela no tempo das guerras de Portugal com Castela (...). Está toda ela muito bem situada, COM MUITAS RUAS LARGAS E CORDEADAS COM AS BOCAS AO MAR, que as fazem muito graciosas, COM UMA RUA MUI LARGA QUE AS ATRAVESSA E PARTE TODAS PELO MEIO DE UM CABO DA CIDADE ATÉ AO OUTRO." (FIG.99)

Cidade obrigatória no regresso das rotas marítimas, quer das Índias Ocidentais quer das Orientais, o seu crescimento assentou naturalmente numa dupla base comercial/mercantil, virada para o Atlântico, e agrária/fundiária, ligada à própria ilha: "No início do século XVI Angra já mantém uma actividade intensa de comércio externo: pelo porto saem cereais, pastel, urzela e gado, e é frequentado por frotas da Europa do Norte e pelas carreiras da Índia. Muralhas e fortes (como os de São Sebastião, começado em 1574, e de São Filipe, em 1591) asseguravam a sua defesa, pois sofria muitas vezes os ataques dos corsários (...)" (102)

Esta dupla base funcional está, quanto a nós, bem expressa na estrutura urbana de Angra, na qua se pode dizer que, mais do que noutra qualquer cidade luso-atlântica, duas "ruas Direitas" disputam entre si a primazia de serem as mais importantes: a antiga rua Direita (ou de Lisboa), claramente virada ao mar, ligando Praça Velha e porto/Alfândega; (FIG.100) e a longa rua da Sé/Galo, paralela à costa, conectando a cidade com o seu "hinterland" rural e atravessando toda a povoação, tal como a citava Frutuoso na passagem atrás transcrita (ver nota (101)). (ver FIGS. 98 e 99)

Igualmente em termos das principais edificações urbanas, a cidade era comparável ao Funchal, na sua articulação FUNCIONAL E ESTRUTURAL. Veja-se a localização das grandes construções na malha urbana, a sua relação com o porto, e a presença das ribeiras dentro do tecido da cidade, como as viu Gaspar Frutuoso, em fins do século XVI: "Tem casas sumptuosas, e delas de dois sobrados (...) reside o bispo, em seus paços (...) os quais estão defronte da Sé, que está quase no meio da cidade (...) Tem um sumptuoso mosteiro de São Francisco, da invocação de Nossa Senhora da Guia (...) situado no mais alto da cidade (...) Está também nesta cidade, sobre a baía do porto, um colégio dos padres da Companhia de Jesus, por entretanto, até se edificar outro novo (...) Saindo da porta do mar à rua Direita, principal, está uma fermosa casa da Misericórdia, de três naves e três portais, com seu hospital anexo (...) (FIG.101) Na entrada do porto está uma nobre casa da alfândega de el-rei, toda de cantaria lavrada (...) Afora a ribeira do Telhal, que corre pela parte do oriente, perto da freiguesia da Concepção, pelo meio desta cidade corre outra grossa ribeira de água, a qual vem ter ao porto, com que se regam muitos jardins que nela há e moem doze moinhos dentro, na cidade (...)".(103)

Assim, polarizada entre a área residencial e representativa (hoje diríamos "de prestígio") da Sé episcopal com seus solares envolventes, e o sector laborioso e cívico da praça da Câmara com a ribeira dos Moinhos, se pode inscrever a cidade de Angra no tipo urbano insular padronizado até agora

pelo Funchal. A presença dos religiosos (Franciscanos e Jesuítas), e do Hospital da Misericórdia e da Alfândega, estes dois naturalmente ligados ao e próximos do mar, acentua e confirma essa relação.

Porém, não ficará por aqui o sistema de relações com padrões urbanos a estabelecer com base em Angra; como do Funchal se fez em relação a Setúbal, na obra do autor atrás citada (ver nota (21)), procurou-se detalhar a proximidade entre Angra e o modelo regular representado pela cidade de Tomar: "Quais as 'pontes' as estabelecer entre dois núcleos urbanos aparentemente tão distintos entre si? Por um lado, factos históricos convergentes, entre os séculos XV e XVI; por outro, analogias formais e espaciais nas malhas urbanas respectivas, decorrentes ou não desses factos, no mesmo período (...)" (104).

Facto histórico relacionador é o de a Terceira ter sido "doada espiritualmente" em 1460 à Ordem de Cristo - que tinha sede em Tomar desde 1356 - doação confirmada em 1498 por D.Manuel; nesse âmbito, eram frequentes "as visitas ordenadas pelos mestres da referida Ordem ao arquipélago, até 1534, quando foi instituída diocese açoriana." (105). Ora é ao longo do século XV que Tomar vai ser urbanisticamente remodelada e ampliada - período durante o qual a ordem "representou um papel essencial nas descobertas marítimas..." (106). Nada mais natural pois do que admitir, a partir da tradição cultural Templária herdada pela Ordem de Cristo (que se sabe ter tido forte pendor fundacional e construtivo), UMA INTERFERÊNCIA OU INFLUÊNCIA DA ORDEM DE CRISTO NA CONCEPÇÃO URBANÍSTICA DE ANGRA, BEM COMO NA DE OUTRAS POVOAÇÕES AÇOREANAS. De facto, e durante mais de meio século, desde 1460 até ao primeiro quartel do século XVI, "As relações entre Terceira e Tomar, estabelecidas assim no plano religioso-espiritual referido (...) podem ter-se traduzido em influências no plano material, nomeadamente urbanístico (...)" (107).

Os aspectos formais e espaciais, comuns a Tomar e a Angra, que o estudo citado em (21) desenvolve, são relativos à malha regular, de retícula assinalavelmente rigorosa, mas sobretudo à sua dimensão e escala similares: (FIG.102, comparar com FIG.98) "...em cada cidade, dez ruas paralelas (em Tomar, no sentido Este-Oeste, desde a do Camarão até à da Graça; em Angra, no sentido Norte-Sul, desde a de Santo Espírito até à da Boa Nova), cortadas todas por uma rua 'directa' (em Tomar a dos Açougues/Direita da Várzea/Infantaria 15/Silva Magalhães; em Angra a da República/Sé/Galo); e a definição, no cruzamento com as duas ruas mais importantes e perpendiculares entre si, da praça cívica principal (em Tomar, a Praça de São João/República, no enfiamento das ruas Direita da Várzea/Silva Magalhães e Corredoura/Serpa Pinto; em Angra, a Praça Velha/Restauração, nos eixos das ruas da Sé/Galo, e da Lisboa/Direita)." (108)

Finalmente, em termos funcionais, a habitual bipolaridade entre lugar baixo-cívico-produtivo e lugar alto-residencial-senhoril permite detectar "...uma série de analogias locativas de equipamentos (...) entre as duas cidades: uma área de 'produção' antiga, ligada aos moinhos de água e geradora do primeiro centro cívico nas duas povoações, em área contígua (em Tomar, a Rua Direita dos Moinhos, junto à Levada, que a sul da povoação remata no Chão de Pombal/Paço/Celeiro, largo público onde D.Duarte instala um Paço dos Estaus, e ficam a Câmara, o pelourinho e o mercado; em Angra, o já referido eixo da Ribeira dos Moinhos, que remata também, na parte baixa da vila, na

Praça da Câmara - onde também se realizava o mercado (...); uma área de vocação mais residencial, afastada da primeira, desenvolvida em torno da igreja principal (...) (que em Tomar corresponde ao Largo e Igreja de São João Baptista, e ruas anexas, de São João, da Judiaria - rua 'Nova' no século XVI; e em Angra, às ruas envolventes da Sé); finalmente, os arruamentos mais largos, rectilíneos e 'modernos' - numa perspectiva do Quatrocentos - com vocação comercial e equipamental, de que sobressaiem em Tomar a Rua da Graça/Cândido Madureira, e a de Lisboa, em Angra, ambas com a Misericórdia local e igreja anexa." (109) (ver FIG.102)

Como já se referiu a propósito de outras cidades da Macaronésia, a estrutura urbana estava completamente "lançada" em fins do século XVI; assim, os dois séculos seguintes assistem apenas à "...consolidação da imagem urbana e arquitectónica da cidade, que desde então nos chegou quase intacta. A Sé de Angra, edificada entre 1570 e 1642, e o Colégio e a Igreja dos Jesuítas, chegados à cidade em 1570, concluídas as obras em 1658, indicam a fase mais próspera em termos construtivos. Também a nova Câmara Municipal, edificada em 1611, corresponde ao mesmo período de apogeu em Angra." (110). Isto, naturalmente, sem esquecer a remodelação e modernização que quase todos os edifícios civis e religiosos sofreram com a época setecentista do ouro brasileiro, bem como a remodelação do Colégio para Palácio dos Capitães-Generais, quando da criação deste cargo em 1766. Mas estas transformações, mais do foro arquitectural que do urbano, transcendem o objectivo deste trabalho.

Ponta Delgada - de vila a "capital" micaelense

A rivalidade com Angra, a sua evidente concepção urbanística de menor pendor erudito, bem como um razoável crescimento pelos séculos XVII e XVIII, caracterizam Ponta Delgada, diferenciando-a em parte dos restantes núcleos urbanos ilhéus.

Mesmo certos elementos comuns às cidades macaronésias adquirem em Ponta Delgada aspectos específicos: é o caso da dupla ligação ao mundo rural e ao campo mercantil, sendo que o primeiro vector está nesta cidade expresso de modo muito forte. Ponta Delgada "...desenvolve-se desde o início sob a dualidade de uma poderosa classe de terratenentes, ligados à importante produção agrícola (e dentro da organização senhorial da posse da terra, em função dos ricos espaços disponíveis a toda a volta da urbe); e por outro lado, sob o peso dos comerciantes e mercadores que exploram a dimensão do tráfego europeu e colonial. O seu espaço urbano reflecte ainda hoje essa dualidade: de um ponto de vista interior, A SUA ESTRUTURA ESPACIAL ENTRANHA-SE GLOBALMENTE NUMA RÍGIDA E ORGANIZADA MALHA RURAL, de marcada orientação N-S (FIG.103), e parte significativa da urbe orienta-se e dilui-se nesse sistema agrário (...) mas já A ZONA MAIS LITORAL APRESENTA CARACTERÍSTICAS URBANAS MUITO MARCADAS, LIGADAS ÀS NECESSIDADES PORTUÁRIAS E COMERCIAIS que o escoamento dos produtos exigiu, não deixando porém a linha costeira de apresentar certa 'introversão' e virar das construções com 'as costas' para o mar..." (111) (ver FIG.74)

Esta "ruralidade" espacial talvez se possa em parte explicar pela situação relativamente tardia em que a povoação veio a desempenhar papel preponderante na ilha.

Vila só em 1499, depois de Vila Franca do Campo, "...com estabelecimento de município. Gaspar Frutuoso, que no-lo transmite, acrescenta que, 'Rompendo-se depois o primeiro alvará de Vila, que trouxe Fernão Jorge, por ser passado em papel, madou o mesmo rei D. Manuel passar outro em pergaminho, feito na vila de Abrantes, onde então estava, aos vinte e oito dias de maio da era de mil e quinhentos e sete, com uma légua de termo ao redor...' (...)" (112). Cidade também só em 1546, doze anos depois da mesma condição atribuída a Angra: "...por carta real datada de Almeirim, 2 de Abril de 1546. Sem conter referências à criação de outra sede episcopal, todavia ficava explícito o reconhecimento da valorização da vila - o seu crescimento demográfico e de funções sublinhado numa carta dos cidadãos de Ponta Delgada: 'outrossim fazemos saber a V.A. com esta cidade vai em muito crescimento de moradores e muitos oficiais mecânicos e muitas outras coisas que pertencem ao ofício da almotaçaria' (...)" (113)

Como refere Nestor de Sousa, na obra citada, "Tal progresso deveu-se menos ao arrasamento da primeira capital da ilha, em consequência da catástrofe de 1522, do que às vantagens da localização e actividade dos moradores de Ponta Delgada, porque aquela vila 'tinha roim porto e pouco trato a este respeito (direitos reais), e o maior trato e tráfego que havia, acodia à Villa de Ponta delgada, por ter [m]elhor porto e aviamento pera se fazerem as descargas e carregações...' , como afirma Frei Diogo das Chagas a propósito da transferência da alfândega, ordenada por D. Manuel em 12 de Junho de 1518.(...) Nas razões que determinam D.João III a elevar Ponta Delgada à categoria de cidade, citam-se o aumento demográfico, os serviços recebidos dos moradores (e não só às armadas da Índia) e os que conta vir a receber mais desenvolvidamente. Ora, esse aumento populacional se foi causa também foi efeito, por Ponta Delgada se situar em zona particularmente favorável à produção cerealífera, especialmente de trigo, que antecede e depois coexiste (e subsistirá) com outra, esta de aplicação industrial - o pastel." (114).

O mesmo autor acentua depois o já referido aspecto misto da actividade urbana, referindo nomeadamente, em relação à nobreza fidalga que "...se a sua riqueza assentava, essencialmente, em bens fundiários e foros, deles, todavia, alguns acrescentavam bens imobiliários, pelo comércio a que se dedicavam ou, como acrescenta aquele cronista [Frutuoso], pelas 'inteligências que têm alguns com mercadores...' Neste aspecto, o hibridismo sócio-económico de Ponta Delgada corresponde à situação vivida no reino no decurso dos séculos XV e XVI." (115)

Como era então a estrutura urbana deste núcleo, elevado a funções e papel mais importantes que os inicialmente pensados? A sua área central, "Desenvolvendo-se linearmente no sentido da costa, com duas ruas principais formando um 'fuso' alongado (FIG.104), possui na parte central uma malha ir-radiante para norte, que durante o século XIX vai ser absorvida pela malha mais vasta dos 'novos forais', estabelecendo-se assim o aspecto da vasta rectícula que hoje apresenta. A rua principal da estrutura linear referida

atravessa toda a cidade, como 'RUA DIRECTA' que é: 'vindo de Santa Clara, passava pelo Cerco dos Frades, junto da Fortaleza, dividia o Corpo Santo da Trindade, atravessava a praceta onde a Casa da Câmara, as arcarias do Cais e a Igreja de S. Sebastião emprestavam nobreza e o pelourinho autoridade, galgava o arco da Alfândega abaixo da Misericórdia na artéria dos mercadores, contornava a ermida da Natividade, vencia a paroquial de São Pedro.' (...) Outra rua, paralela à primeira a norte (...) 'era a rua da gente aristocrática do tempo, que partindo dos lados de S. Pedro, passava por S. João, descia até um pouco antes da ermida de S. Braz (...) e ia perder-se no largo da Fonte Velha': é a actual rua do Mercado-rua Marquês da Praia. Uma terceira rua, mais acima (rua do Conde) como que delimitava a cidade, pontuada a meio pelo Colégio Jesuíta, cuja cerca 'abraçava' a urbe. As cinco ou seis ruas que, no sentido N-S, irradiam do largo da Câmara-Matriz, centro nuclear da cidade, estariam também já definidas no século XVI, segundo Frutuoso, e constituem possivelmente uma primeira expansão urbana planeada - contemporânea da do Bairro Alto de Lisboa - e como esta última, articulada com a edificação Jesuíta do século XVII." (116). (ver FIG.64)

De facto, este cronista refere sobre Ponta Delgada, em termos de descrição de conjunto: "...é assim chamada por estar situada junto de uma ponta de pedra de biscouto, delgada e não grossa como outras da ilha, quase rasa com o mar (...). Tem um quarto de légua de comprido, e de largo, no meio do corpo dela, um bom tiro de escopeta (...); e, posto que no princípio e fim tenha só uma rua, pelo meio tem três, quatro, cinco e seis, atravessadas de norte a sul, em sua largura, com mais de dezasseis notáveis ruas, afora muitas azinhagas e becos e outras ruas menos principais e cursadas." (117)

Pela sua descrição, vê-se com a cidade tinha já a extensão que hoje se reconhece na área mais antiga, bem como o aspecto fusiforme e alongado pela costa: no mapa de Michelotti, do início do século XIX, o mais antigo que se conhece da cidade (ver nota (18)), vê-se que o número de ruas indicado corresponderia aproximadamente à situação no tempo de Frutuoso. (ver FIG.74)

E onde se localizavam os principais edifícios e espaços urbanos? Neste aspecto, a cidade correspondia às outras já analisadas neste trabalho, com uma rua "directa" estruturante, ligando os terreiros conventuais da periferia aos largos centrais da matriz e do município: "O vasto terreiro frente a S. José, a S. Clara e à Fortaleza (FIG. 105), a poente da cidade (actual praça Cinco de Outubro), o cais, com o espaço central englobando a Igreja e a Câmara (actuais largos da Matriz e da República, FIG.106) e a rua dos mercadores constituíam assim os ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DE ARTICULAÇÃO URBANA." (118) A estes haveria que acrescentar o largo fronteiro ao Colégio Jesuíta, no extremo norte da malha urbana. (FIG.107)

Embora as referências de Gaspar Frutuoso à sua cidade natal não sejam muito detalhadas, podemos confirmar-se nelas a presença e localização dos habituais edifícios e espaços públicos que caracterizam o modelo litoral de cidade atlântica - embora neste caso com a praça municipal ligada directamente à da matriz e à alfândega, o que não sucede noutros núcleos analisados (119) - talvez de novo devido à génese de Ponta Delgada ter sido em contexto especialmente pouco ambicioso, e portanto com concentração dos edifícios principais num espaço restrito (os sublinhados são nossos): "Pouco espaço adiante, para a

parte do ocidente da sua Matriz, está a segunda freguesia em ordem, e primeira e mais principal em fábrica e edifícios e número de fregueses. É a IGREJA à advocação do mártir SÃO SEBASTIÃO, NA PRAÇA DA MESMA CIDADE, DEFRONTE DA CASA DA CÂMARA, JUNTO DO PORTO E ALFÂNDEGA (pág.74)(...) Há também nesta cidade (...) um rico mosteiro da advocação de Nossa Senhora da Conceção (...) da ordem de S.FRANCISCO (...) a qual também se enobrece e favorece com dois mosteiros de religiosas de SANTA CLARA (...) um da advocação de Nossa Senhora da ESPERANÇA (...) outro, da advocação de SANTO ANDRÉ (pág. 77)(...) E esta CASA DA MISERICÓRDIA é bóia que sustenta em peso toda esta ilha, para que se não vá ao fundo; (...) e para ser mais nobre, agora se vai edificando uma sumptuosa e custosa igreja da advocação do SPIRITO SANTO (pág. 78)(...) está situada esta FORTALEZA sobre o porto principal, com outro porto e forte cais o pé dela. Tem porto e ALFÂNDEGA, junto dele, que se mudou para ela depois de passada a subversão de Vila Franca do Campo." (pág. 79) (120)

Pelas citações pode mais uma vez confirmar-se a localização das instalações franciscanas (Concepção e Esperança) preferencialmente a poente da povoação, junto à saída para os arrabaldes - como sucedia no Funchal e como se verifica em inúmeras as urbes micalenses e açoreanas em geral (Ribeira Grande, Vila Franca do Campo, Horta).

Pode também notar-se a falta de referência aos Jesuítas, presentes em todas as grandes cidades luso-atlânticas (121), porque que de facto só começaram a instalar-se na cidade a partir de 1591 (provavelmente pouco depois de Frutuoso ter escrito o seu texto), iniciando a construção da primeira igreja (de Todos Os Santos) no local da actual (que só se construiu entre 1625 e 1666, com o edifício do Colégio) (122) (ver FIG.107). O local escolhido, num sítio desafogado e aberto sobre a cidade, do lado norte, periférico ao núcleo urbano (123), era "...bom, sadio, e livre de monte algum à roda, dentro ainda da cidade, mas da parte do Norte para a terra, e com boa vista vindo para o mar" (124).

É de notar ainda que os moinhos que produziam pão para a cidade são no século XVI os da Ribeira Grande (125) (FIG.108) ou de Água de Pau, e não outros existindo na própria Ponta Delgada, talvez pelo acanhado espaço urbano desta, ou pelo reduzido declive e consequente fraco caudal das ribeiras aí existentes - ao contrário do que vimos suceder no Funchal ou em Angra, onde as moagens eram indissociáveis dos espaços públicos centrais. Frei Agostinho de Monte Alverne, franciscano do século XVII, nota que "Sendo Ponta Delgada tão salutífera de ares, só lhe faltavam águas vivas e se remediavam com água de poços que cavaram..." (126). Diz também Gaspar Frutuoso a propósito: "...agora tem [Ponta Delgada] a serventia das moendas, trabalhosa e quase insofrível dos compridos caminhos até à Ribeira Grande e Água do Pau, onde estão os moinhos;"(127).

Outra curiosa e expressiva referência aos moinhos da Ribeira Grande surge no texto do mesmo Frei Agostinho de Monte Alverne, quando descreve os efeitos da erupção do Pico do Sapateiro sobre a vila, em 1563 (com os nossos sublinhados): "Foi tanta a quantidade de pedra pomes que este soberbo elemento por tantas bocas tirou das entranhas da Terra, junta com os troncos da madeira queimada, que impediu CORRER A RIBEIRA POR ONDE HOJE CORRE, PELO MEIO DA VILA, mês e meio, até que, com esta represa, se desatou em um grande dilúvio que,

com a pedra pomes e cinzeiros, que tudo levava diante de si, entrou pela vila e levou ao mar mais de duzentas casas sobradadas, as melhores que havia na vila, junto da mesma ribeira, que, em respeito da sua limpeza, todos junto dela queriam ter casa; ATÉ LEVOU OS MOINHOS QUE NELA NAQUELE TEMPO ESTAVAM, E POR ESTA RAZÃO OS MUDARAM PARA ONDE HOJE SE VÊM." (128)

De facto, presentemente a "rede" de moinhos existentes na Ribeira Grande, se bem que em sequência uns dos outros, agrupam-se sobretudo em ramais ou desvios do leito principal da ribeira "grande"; apenas alguns moinhos assentam directamente sobre esta; e a relativamente singnificativa área vazia de construções que envolve a ribeira maior tem justificação não numa ruralidade de raiz, mas num regresso forçado a ela depois dos cataclismos referidos no século XVI...(ver FIG.108)

Voltando a Ponta Delgada, outro aspecto a salientar é o de que, no envolvimento do seu perímetro, quase não se pode falar de panos de muralha contínuos, como os que chegaram a existir no Funchal, com a sua sequência de portas no enfiamento dos espaços internos da cidade (ver análise do Funchal feita atrás); em Ponta Delgada, como de resto em Angra - e talvez devido à época um pouco mais recente em que se deu o crescimento urbano das cidades açóricas (depois de iniciada a segunda metade do século XV, enquanto a capital madeirense se organizara ainda no segundo quartel do mesmo século) - a defesa está assente em fortalezas isoladas, complexas, prevendo entre si o fogo cruzado, numa aceitação "moderna" da pirotecnia e da balística.

Embora já seja forte na definição do ambiente urbano de Ponta Delgada a presença "ruralizante" das quintas dos arrabaldes no final do século XVI, com seus vastos terrenos ajardinados, estas vão ainda aumentar significativamente de importância até ao século XVIII. Em Frutuoso já encontramos de facto referências sintomáticas ao tema: "...mas é tão populosa cidade e de gente tão rica que com tudo pode (...) e a tem cercada ao redor de muitas quintas e pomares, afora os frescos jardins que dentro em si tem." (129)

Nestor de Sousa refere na obra citada inúmeras situações peri-urbanas que dão a medida deste crescimento arrabaldino e por vezes mesmo, imbricado com a malha mais central de Ponta Delgada: "No seu prolongamento [da rua da Madre de Deus] pela actual Margarida de Chaves (desde 1884), era o 'Caminho Novo', aberto no século XVII junto ao Convento de Santo André, seguindo-se-lhe a rua deste nome (...) que chegava ao Largo do Colégio... (pág.36) (...) Do lado nascente da cidade, a Rua do Negrão constitui o limite urbano até à abertura da Rua do Poço (...) por determinação da Câmara de 3-2-1779.(pág.37) (...) Para acesso ao dito Campo da Conceição ou do Paço, na vereação de 3-2-1779 decidiu-se que '...se fizesse a travessa que vai para o Paço junto a Rodrigo velho', ou seja, a actual rua Comandante Jaime de Sousa, porquanto aquele personagem era proprietário da casa que faz canto com esta artéria, a leste.(pág. 42)(...) Mas no mesmo sítio do Maranhão havia a leste da rua do Saco o chamado Beco do Maranhão, que a Câmara, por deliberação de 28-4-1624, decidiu melhorar como 'uma rua nova direita do sul para o norte...' através dos terrenos de um tal Manuel de Viveiros, com 'duas varas de 12 palmos de largo', do mesmo modo como 'vai a rua velha de baixo, até à de cima que vem das casas de Manuel de Viveiros e de Mel Ales Homem para a banda do ponente',

ou seja, idêntica à mencionada Rua do Saco. Em 31-10-1625, com o nome de Rua de S. Miguel, que conserva, e Nova de S. Miguel, estava completo o seu traçado 'até à canada q'vai para Santa Ana'. antiga rua do Beco e actual S. Francisco Xavier." (pág.43) (130).

Por estas referências se podem localizar as quatro artérias no mapa da cidade (FIG.109), verificando o seu sentido periférico em relação ao espaço urbano definido até finais de Quinhentos. As duas primeiras ruas, convergentes a nascente de Ponta Delgada; as duas últimas, aproximadamente paralelas, no sector poente. Note-se também a orientação sul-norte das artérias decididas em 1779, deixando entrever na época algum sentido regulador e geométrico de concepção - que aqui tendia a desenvolver a rede viária pré-existente, muito marcada por aquela orientação - em atitude inserível do espírito urbanístico do Pombalino.

6 - Ribeira Grande de Cabo Verde - uma implantação falhada

Ao contrário das outras cidades da Macaronésia, a fixação urbana da Ribeira Grande, na ilha de Santiago, não resultou a longo prazo: hoje só as ruínas dos edifícios maiores, fortes e igrejas, recordam a capital abandonada ao longo dos séculos XVII-XVIII.

Foi de facto à partida difícil o povoamento do arquipélago, como refere Amaral na sua síntese: "Terras sem gente, sem gado e sem plantas alimentares conhecidas, tudo se introduziu. As primeiras formas de exploração económica revestiram-se igualmente de actividades de recollecção, da urzela (desde 1469), da purgueira e de produtos do gado lançado pelas ilhas, especialmente o caprino, que se desenvolveu muito bem. Mas não foram muitos os que desejaram ir para essas paragens insulares, porquanto, a pedido de D. Fernando, que recebera a doação, seu irmão D. Afonso V, em 12 de Julho de 1466, assinava uma carta de privilégios concedidos aos moradores de Santiago, de 'mui grandes liberdades e franquezas'(...)" (131)

Estes privilégios haveriam de facilitar a importância da Ribeira Grande, quer como centro de tráfico de escravos africanos, sobretudo para o Brasil, quer como centro insular de povoamento e de geração de uma população local mestiça, colonizadora por sua vez de outras ilhas e territórios de África (São Tomé, Angola): "Entre os privilégios concedidos figurava a liberdade de comércio e resgate de escravos na costa da Guiné: estavam criadas as condições para o desenvolvimento de uma actividade que se tornaria o factor fundamental do progresso económico da Ribeira Grande (e, mais tarde, também determinante da sua decadência)." (132)

Com a habitual escolha de uma área abrigada do litoral, "Em breve o porto da Ribeira Grande teria grande movimento de barcos e mercadorias, como atestam diversos documentos. Assim, por exemplo, entre 1513 e 1515 o montante das transações de cerca de 2970 escravos foi de 11.092\$840 réis(...)" (133). O resultado foi um autêntico "boom" da população da cidade, que "...cresceu rapidamente, atingindo o seu máximo na transição do século XV para XVI. com cerca de 1500 a 2000 habitantes." (134).

Podemos sucintamente referir os principais marcos da fixação urbana na Ribeira Grande de então: em 1466 surgem os primeiros franciscanos na ilha; em 1497, a "primeira Câmara de que há notícia" (135); a povoação "...foi feita vila, com a sua Câmara, em 1512" (136), depois recebeu a "Carta de Vila" em 1530 (137); finalmente, em 1533, dá-se a "Criação da Diocese de Cabo Verde, com sede na Ribeira Grande, que é elevada a cidade" (138); cerca de 1556, dá-se o "início da construção da Sé" (concluída só em 1700)(139); a referência à "...igreja da Santa Casa da Misericórdia, que por volta de 1590 chegou a ser uma das mais privilegiadas confrarias das Conquistas" (140), insere-se na fase de início da decadência da cidade, insalubre e desprotegida, que é atacada com frequência por corsários, como em 1578, 83 e 85; cerca de 1593 é "Concluída a Fortaleza Real de S.Filipe" (141). (ver FIGS. 77 e 78)

No século XVII assiste-se ao lento mas gradual abandono da Ribeira Grande: "O clima, a localização pouco favorável, os ataques repetidos dos corsários e frotas inimigas, o abandono a que o arquipélago ficou votado durante a governação filipina, aceleraram a queda da cidade. Em 1612, um alvará real, com data de 14 de Agosto, dava-lhe o golpe de misericórdia: o governador e o bispo deveriam residir na Praia, os navios passariam a despachar neste porto;" (142). Já antes as secas, por efeito do clima difícil, tinham provocado fomes na ilha: "Destas, a primeira que se tem conhecimento sucedeu em 1580-82, mencionada brevemente numa carta do bispo D.Frei Pedro Brandão, de 11 de Julho de 1592 (...)(143). Em 1647, a cidade "...perde o monopólio oficial do tráfico negreiro." (144). Na viragem do meio século, "...em carta de 18 de Junho de 1664, o governador e capitão-general António Galvão mostrava a sua surpresa por que 'os antigos plantassem a cidade no lugar em que está, desacomodado em tudo para a vida e para o comércio: em um lugar muito baixo, muito doentio e pouco ou nada visitado dos ares salutíferos, com um porto muito pequeno, cheio de baixos e com muitos ruins surgidouros (...), quando a vila da Praia oferecia melhores condições'(...)" (145).

Finalmente, no século XVIII, dá-se o abandono definitivo: "Em 1689 estava a cidade em grande decadência; a partir de 1770 o governador e outras autoridades deixariam de residir permanentemente nela, trocando-a pela Praia."(146). Efectivamente, em 1769 "...a sede do governo é transferida para a Praia."(147), "...embora o Poder Judicial, a Câmara e o cabido continuassem na Cidade Velha. Mesmo assim, a planta de 1778 ainda lhe atribui 125 edifícios e 787 moradores (495 livres e 292 escravos)..."(148). E só em 1858, quando a Praia foi elevada a cidade, se consumou oficialmente a transferência total da capital (149). (FIG.110)

Estrutura muito "frágil", de reduzidíssimas dimensões - que noutros arquipélagos nunca passaria de núcleo secundário - a povoação da Ribeira Grande foi obviamente sobrevalorizada nos planos religioso e político-administrativo, devido à necessidade estratégica de possuir um entreposto autorizado nesta região atlântica. Mas essa mesma razão de ser ditou-lhe também uma instabilidade e precaridade como espaço urbano, acentuada fatalmente pelo contexto climático-natural.

Como foi implantada e que estrutura apresentava esta cidade? Ver-se-à como nestes aspectos ela seguiu o modelo geral atrás apresentado, prefigurando-se junto a uma ribeira litoral, frente à enseada, e desenvolvendo-se como organização linear, dentro de um dos tipos de estrutura referidos; ver-se-à ainda que - apesar da sua elementaridade - continha todos os elementos arquitectónico - funcionais e estruturantes que se constatarem existir nas cidades insulares antes analisadas.

Pelo que poderemos concluir, a partir desta cidade, que O MODELO DE CIDADE PORTUGUESA MACARONÉSIA NÃO DEPENDE TOTALMENTE DAS CONDICIONANTES GEOGRÁFICO-FUNCIONAIS OU DO SEU DIMENSIONAMENTO URBANO - ESSE MODELO SOBREPÕE-SE MESMO EM PARTE A ESTES ASPECTOS, impondo um comum modo de implantação, de estrutura, de conteúdos, de entendimento da paisagem.

Gaspar Frutuoso é de novo o autor do testemunho escrito mais antigo que refere a implantação da cidade (com o nosso sublinhado): "...a cidade se chama Santiago, e daí tomou o nome toda a ilha, ou a cidade tomou o nome da ilha. Será a cidade de duzentos vizinhos, PELO MEIO DA QUAL CORRE UMA RIBEIRA (...)" (150). O geógrafo Ilídio do Amaral, na obra citada, descreve esta mesma implantação, agora em ruínas: "O primeiro núcleo de povoamento do arquipélago foi instalado na boca de um desses vales de fundo plano e de vertentes abruptas rematadas por cornijas potentes, que cortam as achadas do Sul de Santiago. No vale corria uma ribeira que alimentava um manto de vegetação; a pequena reentrância litoral da sua terminação oferecia um ancoradouro razoável, e todos estes elementos atraíram certamente os primeiros colonos que aí se instalaram." (151). Também no artigo antes citado, João Fagundes sintetiza a implantação do povoado: "A disposição topográfica da cidade organiza-se em torno de alguns elementos essenciais: - uma pequena enseada, com boas condições de abrigo, - um vale alongado no sentido sul-norte, enquadrado por duas vertentes de declive acentuado que morrem a pequena distância da costa, - uma plataforma costeira baixa, que se estende para ambos os lados da desembocadura do vale.(...) Temos pois, como primeiro dado, uma urbanização profundamente dependente de condições topográficas." (152)

Que estrutura construída preenchia então este espaço? De novo Ilídio do Amaral nos esclarece (com os nossos sublinhados): "Com pedra da Metrópole se foi edificando uma aglomeração colonial, de estilo português, COM A SUA PRAÇA E PELOURINHO JUNTO AO MAR, RUA DIREITA, etc, protegida por uma linha de baluartes e muralhas.(...) Uma carta da Câmara da Ribeira Grande para o Reino, com data de 15 de Abril de 1626, dá uma descrição minuciosa da que já então era cidade: 'há nella três Bairros e DUAS RUAS PELO MEIO DELES, a saber, o de São Sebastião, o de São Braz, o de Sam Pedro, AS RUAS SÃO A DE SÃO PEDRO ATÉ AO PORTO ONDE SORGEM OS NAVIOS, E A OUTRA HE A DA RUA DA CARREIRA E A RUA DA BANANA onde a gente desta cidade se acomodam medianamente'(Arquivo Histórico Ultramarino, Cabo verde, Caixa 1, 1606 a 1638), elemento ainda representados, com bastante cuidado, nas plantas de 1769 e 1778." (153)

Por esta descrição seiscentista (complementada pela observação da planta de 1778, citada na nota (26), que é a mais informativa e legível, ver FIG.77), de grande clareza, se entende a existência de duas ruas "de baixa"

estruturando o núcleo no sentido longitudinal de norte para sul, sendo uma delas, por certo a principal e a mais comercial, ligando ao porto (sequência N-S: rua de São Pedro, Direita, da Misericórdia, do Calhau e do Porto); e a outra mais pequena, subdividida em troços separados (rua da Horta Velha, rua da Banana, rua da Carreira). Abrindo-se junto à desembocadura da ribeira, estava a praça principal da cidade, articulando perto da água (como nas outras cidades analisadas), Misericórdia e Hospital, Casa de Câmara e Cadeia, o Pelourinho e certamente, a Alfândega. À volta deste eixo, existiam os diversos núcleos residenciais e públicos: a noroeste, vê-se a concentração das instalações Franciscanas (convento), dos Jesuítas (Colégio) e do palácio do governador; a oeste, o bairro de São Brás; a nascente, do outro lado da ribeira, o bairro da Figueira de Portugal; finalmente, no extremo sudeste, a Sé e o Paço Episcopal, topejando o bairro mais sobranceiro (e por certo mais luxuoso) de São Sebastião.

Estes 4 núcleos de "bairros" parecem procurar, na sua implantação, ares mais frescos e saudáveis: como "alta", comparando com as das outras cidades analisadas, parecem muito fragmentados entre si, e de reduzidas dimensões - o que pode ser já efeito de adaptação às difíceis condições de vida no local, que assim parecia caminhar para uma "urbe retalhada", com assinaláveis descon- tinuidades espaciais. (FIG. 111)

João Fagundes sintetiza esta ocupação, que parece respeitar em termos locativos o modelo insular antes definido neste estudo, com a bipolaridade entre largo cívico-municipal (cerca do porto) e o núcleo religioso junto da igreja principal (na encosta), ou com a dinâmica entre "alta" e "baixa", ou ainda com a fixação periférica ou norteira de conventos e colégios: "A maior concentração urbanística e demográfica localizava-se ao longo do vale e no bairro de São Sebastião (dominado pela Sé e pelo Paço episcopal), enquanto o bairro periférico de São Brás era claramente menos urbanizado. Na zona central, em volta da Praça do Pelourinho e estendendo-se para norte, concentravam-se os edifícios de funções administrativas e sociais: Casa da Companhia, Misericórdia, Câmara, prisão. Finalmente, para o interior, acompanhando o vale, o casario prolongava-se até ao convento de São Francisco, com a sua vasta cerca." (154).

Era pois nestes moldes que funcionaria a cidade na sua curta fase de maior riqueza: "A Ribeira Grande teve o seu período áureo, com sé-catedral de plano ambicioso (...), paço episcopal, seminário, Misericórdia(...), Hospital, Casa de Câmara e prisão, igrejas e conventos, casas de boa construção e fortes bem artilhados." (155)

A rede de fortificação era de resto espectacular, comparada com a das outras cidades insulares: esse sistema "Era constituído por uma fortaleza elevada a nascente (a Fortaleza Real de São Filipe, ou Cidadela) e por seis fortes costeiros. A maior concentração de baluartes localizava-se junto do porto, defendido por uma muralha que ligava o Forte de S. Veríssimo ao de São Brás e protegia a porta do mar (junto ao Forte do Presídio), por onde se processava o despacho alfandegário." (156).

Tal rede não impediu, como vimos, o desmantelamento da cidade. Quando Amaral a visitou em meados do nosso século, podia apenas descrever ruínas: "A Sé semidemolida, de pedras extraídas para muros de casas e depósitos de água;

de um campo de pedras e milho levanta-se o que resta da torre sineira da igreja da Santa Casa da Misericórdia (...) mais além, as ruínas do Convento de S. Francisco ou da Igreja de S. Roque quase se confundem com os blocos caídos sobre a vertente; uma ou outra casa ainda de pé; um pano de muralha; a Fortaleza de S. Filipe em vias de restauro; o pelourinho de capitel lavrado ao gosto manuelino (...) numa praça frente ao mar, calçada e ornamentada de palmeiras (...) ajudam-nos a evocar o que teria sido essa cidade." (157)

Pela implantação topográfica, podemos comparar esta cidade de Cabo Verde à Povoação micalense, nos Açores: a mesma estrutura longilínea, no fundo do vale, entre encostas e acompanhando a ribeira; uma análoga estrutura, assente sobre duas ruas paralelas (ver FIG.54). Mas a vila açoreana, primeira fixação urbana em S. Miguel, que obviamente estava limitada nas suas possibilidades de expansão pelo próprio local escolhido - foi depressa substituída por outras "capitais" com mais futuro, e a sua estrutura urbana da época permanece muito elementar, limitando também as nossas possibilidades comparativas (apenas um largo da câmara, ligado ao da igreja principal por uma rua direita). O mesmo poderíamos dizer na analogia com a vila do Machico madeirense, também escassamente desenvolvida em termos urbanos, também formalmente similar à Ribeira Grande de Santiago.

Já mais interessante se revela a comparação com o tipo de estrutura de Vila do Porto (na ilha de Santa Maria, Açores), também longilínea e com idêntico desenvolvimento e funções urbanas, e cujo modelo já foi procurado em estudo anterior nas praças fortes do Continente (158). (ver FIG.55)

Embora Vila do Porto assente sobre uma cumeada - o que limita agora do ponto de vista topográfico as comparações possíveis - torna-se claro ao analisar a sua estrutura e organização funcional, as várias analogias possíveis com a cidade caboverdiana. Infelizmente não são conhecidas representações significativamente antigas da vila mariense, pelo que recorreremos aos textos da época e à leitura de reconstituição, a partir de fotografia aérea ou cartas recentes.

Gaspar Frutuoso dela refere, sobre a localização, estrutura e funções: "...em areia muito rasa, onde está um porto que foi o primeiro de que usaram os antigos habitantes da Vila, que AO LONGO DESTA RIBEIRA ESTÁ E DELE TOMOU O NOME DE VILA DO PORTO. (...) (pág.69) Tem esta Vila do Porto TRÊS RUAS COMPRIDAS, QUE CORREM DIREITAS (...) AO PORTO, AS QUAIS COMEÇAM NO ADRO DA IGREJA PRINCIPAL. A RUA DO MEIO, MUITO LARGA E FORMOSA E DE BOA CASARIA (...) (pág.70) Há mais duas igrejas nesta vila, muito boas casas: uma, nomeada ESPIRITO SANTO E MISERICÓRDIA, onde se fazem muitas obras de caridade; outra de Nossa Senhora da Conceição, que está sobre o porto, como já disse." (pág. 71)(159). Por sua vez, o já citado texto de Frei Agostinho de Monte Alverne complementa, referindo que Vila do Porto se encontra "...com quase quinhentos fogos e mil e seiscentas pessoas, com um CONVENTO DE SÃO FRANCISCO, um recolhimento de mulheres na Madalena, outro em Santo António, com Casa de Misericórdia e ALFÂNDEGA (...)" (160). (FIG.112)

Como se vê, entre fins dos séculos XVI e XVII, a vila possuía já a típica estrutura longilínea, paralela às ribeiras e normal ao mar, dividida numa rua directa com duas paralelas, ligando nos seus extremos o porto aos Franciscanos (actual Câmara). Essa via, passando pelos largos da Misericórdia e da Matriz

(não se conhece referência ao pelourinho e câmara, e que certamente estariam incluídos neste percurso) era estruturante do núcleo, como sucedia na cidade de Cabo Verde que estudámos, e ia desde a fortaleza da ponta sul, que se ligava à alfândega, até aos arrabaldes da cerca franciscana a norte.

A semelhança, formal e funcional, entre Vila do Porto e Ribeira Grande de Santiago, para além dos contrastes topográficos, é assim muito forte; apenas estão naturalmente ausentes funções que acompanhavam apenas as cidades, como a Sé Episcopal, o Colégio Jesuíta ou o Palácio do Governador. Constitui mais um elo para a compreensão do modelo português de cidade insular macaronésia, nas suas variantes formais.

C - Uma visão de conjunto - o modelo de Cidade Insular Portuguesa em síntese

"A expansão ultramarina portuguesa e a exploração de terras novas exigiram decisões e medidas adequadas, entre as quais têm de se incluir forçosamente as de fundação de formas de povoamento aglomerado, como lugares centrais de áreas de influência: aldeias, vilas e cidades, instituições que em Portugal ascendiam a um passado remoto. Pode-se dizer que os portugueses de finais de Quatrocentos e de Quinhentos transportaram consigo padrões genéticos e evolutivos de aglomerações que 'tiveram origem em colónias, fundadas com o propósito de fixarem população e de chamarem este remoto Oeste ao convívio da vida civilizada'..."

Ilídio do Amaral, in "Cidades Coloniais Portuguesas" (cit. de Orlando Ribeiro)

Como enumeração resumida dos temas principais abordados no subcapítulo anterior, podem destacar-se alguns aspectos de maior importância relativos às cidades estudadas:

- as relações significativas, de génese, de influência ou de paralelismo, da cidade do Funchal com as chamadas "vilas arrábidas litorais" de Setúbal e de Sesimbra, provadas quer pela referencia à fortificação sadina no Regimento Manuelino, quer pela presença de construtores sadinos na obra quinhentista do largo do Pelourinho no Funchal, quer ainda pelo autor comum dos planos de fortificações de Sesimbra e do Funchal, Mateus Fernandes, identificado e documentado a partir do arquivo do Rio de Janeiro. Finalmente, as hipóteses e relações estabelecidas entre as cidade madeirense e as vilas arrábidas socorrem-se e confirmam-se numa detalhada análise das similitudes das suas estruturas urbanas respectivas, estabelecendo-se Setúbal como pertencendo ao mesmo modelo-padrão, e Sesimbra como "irmã" gerada quase em simultâneo. O Funchal apresenta-se, de qualquer modo, como um exemplo ainda "tacteante" de transição entre medievalismo e sentido "moderno" na sua malha estruturante.

- Nos Açores, a filiação da extensão planeada de Angra no modelo urbano Medieval-Renascentista que encontrou aplicação similar e contemporânea no Bairro Alto de Lisboa é verificado conjuntamente com a relação institucional da cidade terceirense com Tomar, sendo ambos os núcleos confrontados em termos

funcionais e estruturais, sobre base de investigação anterior, realçando-se a aplicação da retícula como base urbana - de que Angra constitui o melhor exemplo atlântico.

Ponta Delgada é analisada como "segunda" cidade açoreana no período estudado, sendo-lhe reconhecidas características especiais dentro do modelo geral da urbe luso-insular, que se prendem com a sua "promoção" funcional pós-fundação, com a relação intensa que estabelece com o seu "hinterland" rural, e ainda com o desusado - embora relativo - crescimento urbano que manifestou até ao século XVIII.

- A Ribeira Grande de Santiago surgiu como um "caso extremo" na aplicação do modelo urbano insular, devido aos inúmeros condicionamentos climáticos, locativos, funcionais e topográficos - provando de certo modo a capacidade de "resistência" daquele modelo à transformação forçada, mas condenando-se por isso a um gradual desaparecimento enquanto estrutura colectiva viva. Representa de qualquer modo o mais significativo exemplo de estrutura linear urbana desenvolvida, com complexidade e diversidade funcional assinalável.

Realçadas as "diferenças" caracterizadoras de cada uma das cidades macaronésias, resta-nos agora realçar os pontos comuns entre estas:

1 - implantação litoral mas com malha "introvertida", ao modo tardo-medieval, em baía ou enseada abrigada, entre colinas, com a decorrente geração das ocupações em "alta" e em "baixa", definido respectivamente territórios para âmbitos ou preferenciais ocupações residenciais ou comerciais;

2 - ambivalência do sentido urbano entre uma expressão de ruralidade e uma imagem comercial / marítima (introversão / extroversão, interior / mar), entre uma atitude mais "estática", ligada à terra, e uma mais dinâmica, ligada à troca;

3 - bipolarização da urbe em dois espaços colectivos principais e com localização normalmente diferenciada, o "largo da igreja" (sé/matriz), de função religiosa, e o "largo da câmara" (com Misericórdia, cadeia), com objectivos cívico-assistenciais;

4 - estruturação de base essencialmente linear - assente na "rua direita", com tendência para desenvolvimento em retícula imperfeita - (com excepção da Ribeira Grande de Cabo Verde por incipiente crescimento);

5 - existência das funções de Misericórdia/Hospital e de alfândega, normalmente próximas, em articulação com o espaço portuário, e em conexão directa com o largo cívico - dada a importância da actividade marítima na vitalidade e funcionamento urbanos;

6 - existência de instalações de Franciscanos e de Jesuítas, os primeiros conventuais e arrabaldinos, sempre na periferia poente da cidade, os segundos, colegiais, situados numa área perto dos centros de poder mais significativos, no sector norte;

7 - sistema de fortificação com localizações pontuais, baseada em fortes de fogo cruzado, com eventuais muralhas apenas na linha costeira, sempre ligada ao porto;

Notas

- (1) In FERNANDES [154] - O Funchal e o Urbanismo de Raiz Portuguesa no Atlântico: Estudo Comparativo e de Enquadramento Histórico-Estrutural. Funchal. 1989, págs. 247-260. Obra já referida na nota (121) do capítulo I. A citação é das págs. 247-248. O método de abordagem seguido neste estudo serve de base ao desenvolvimento do presente capítulo
- (2) In obra citada na nota (1), pág. 250
- (3) In obra citada na nota (1), pág. 250
- (4) In obra citada na nota (1), pág. 250
- (5) In obra citada na nota (1), pág. 250
- (6) In obra citada na nota (1), pág. 251
- (7) In obra citada na nota (1), pág. 251
- (8) In obra citada na nota (1), pág. 251
- (9) In obra citada na nota (1), págs. 250-251
- (10) In obra citada na nota (1), pág. 251
- (11) In obra citada na nota (1), págs. 251-252
- (12) A vila sofreu um cataclismo natural em 1522, que a soterrou parcialmente, obrigando a reconstrução
- (13) In obra citada na nota (1), pág. 252
- (14) B.N.R.J. [Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro] cota CAM -4, 4 [atrib. a Mateus Fernandes]. Planta do Funchal.[ca. 1570]. Está integrada num conjunto com a cota CAM-4, 4, composto de 11 cartas referentes a outras localidades. É uma aguarela s/ papel, de tom róseo sobre os quarteirões, 930 x 655 mm. Escala gráfica 8,5 cm = 100 braças (cerca da escala 1/2.500). Atribuída por Rui Carita a Mateus Fernandes, e de cerca de 1570 (cf. obra citada na nota (15), e observação directa da mesma)
- (15) In CARITA, Rui; Centro de Apoio Universitário do Funchal [150] - A Planta do Funchal na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Funchal. 1984, págs. 47 a 73. Reprodução da planta extra-texto na pág.49. Anteriormente, a planta fora publicada na obra CORTESÃO, Armando; MOTA, Teixeira da - Portugaliae Monumenta Cartographica. Organização e notas por Armando Cortesão e Teixeira da Mota. Lisboa. 1960, volume V. Nela era atribuída à segunda metade do século XVII por Teixeira da Mota
- (16) "Descrição da Ilha da Madeira, Cidade do Funchal, Villas Lugares, Ribeiras, Portos e Emseadas e mais Secretos, feita por Bartolomeu inginh. della em tempo do Governador Bertolameu de Vasconcelos da Cunha, capitão geral desta Ilha no anno de 165(4)". Tela colorida com 146 x 223 cm; ilha c/ 68 x 138 cm; escala aproximada de 1/32.000. Proveniente da casa Francis Edwards Ltd., Londres, e da biblioteca dos Duques de Newcastle, hoje na colecção particular do sr. Paul Alexander Zino, Funchal (cf. obra de Rui Carita citada na nota (15), pág. 145

(17) "Plan of the Town of Funchal by Capt. Skinner, 1775". É um pormenor da carta "Geo Hydrographic Survey of the Isle of Madeira (...)". Papel litográfico com 584 x 1135 mm, por William Johnson Esqr., publicada por W.Faden, Londres, 1/1/1791 (cf. obra citada de Rui Carita na nota (15), pág. 146. Foi reproduzida in ARAGÃO, [148] - Para a História do Funchal: Pequenos Passos da Sua Memória. Funchal. 1979 (figura 49, extra texto)

(18) Planta da Cidade de Ponta Delgada, incompleta, tendo como limites extremos, na linha da costa, o castelo de São Brás (poente) e a calheta de Pero de Teve (nascente). Desenho com aguada por José Therezio Michelotti, General Engenheiro, 1814, existente na Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada. Cf. SOUSA [157] - A Arquitectura Religiosa de Ponta Delgada nos Séculos XVI a XVIII. Ponta Delgada. 1986. Nela se reproduz a planta, fig.1; esta apresenta no original suaves tonalidades de cor rosa, tendo sido este consultado e registado pelo autor do presente estudo

(19) "Planta da Cidade de Ponta Delgada", desenho com aguada por António Ferreira Garcia D'Andrade, Setembro de 1831, existente na Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada.(cf. obra citada na nota (18))

(20) Diz-se na obra SILVEIRA [216] - Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar. Lisboa. [s.d.], vol. I, pág. 98 : "Na planta perspectivada de Linschoten, de 1593-95, encontro a mais antiga gravura de Angra, aberta em cobre, bem desenvolvida quanto ao traçado das ruas e do porto (...)". O autor consultou uma das cópias da gravura, incluída na obra de Linschoten, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa

(21) In obra citada na nota (118) do capítulo I, pág. 30

(22) In obra citada na nota (118) do capítulo I, págs. 31-32. Segundo a obra citada na nota (20), pág. 100, a sua legenda é: "Plan de la Rade D'Angra, en L'île Tercère, d'après un Plan Espagnol levé en 1788 par Don Vicente Tofiño". Dimensões 265 x 383 mm. Escala milhas marítimas de 60 ao grau. Está incorporada no "Plan de la Rade de Fayal", publicado em 1791

(23) In obra citada na nota (118) do capítulo I, pág. 32, onde se reproduz a planta. Segundo a mesma obra, a planta encontra-se no arquivo do Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, Campo de Santa Clara, Lisboa (n. 123, cópia com o n. 286, armário 3/44/4) (cf. op.cit. na nota (118), nota 25, pág.82)

(24) Fazemos confiança nas indicações do autor, que as viu, por impossibilidade de uma consulta directa da fonte da nossa parte; são citadas por Luís Silveira na obra citada na nota (20): a "...estampa n.124, que reproduz aguarela com vista da cidade da Horta, aguarela que encontrei em Antuérpia, no Arquivo da Cidade, a ilustrar um dos códices manuscritos do núcleo da Companhia Austriaca das Índias Orientais. A legenda diz: 'Plan de la Bay de Faial' (Dimensão da mancha: 310 x 400 mm). Deverá ser do século XVIII." (págs. 111-112). E, além desta representação, perspectivada, "Na colecção, já citada, de cartas francesas feitas sobre o levantamento do espanhol Tofiño [1788], há um plano hidrográfico do Faial que inclui planta da Horta (...) Escala: milhas marítimas de 60 ao grau. Dimensão da mancha: 287 x 382 mm. (...) Cota: Sociedade de Geografia de Lisboa - pasta F, n.25." (pág.112)

A planta da Horta do início do século XIX, existente no arquivo do Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, Santa Clara, Lisboa, com o n.127 (cópia a P.B.), integra-se numa representação global da ilha e está designada deste modo: "Planta das Fortificações e Baías da Ilha do Faial a qual por Ordem da Real Junta da Fazenda destas Ilhas dos Açores tirou o Sargento Mor do Real Corpo de Engenheiros José Rodrigo D'Almeida em 1804"

(25) Diz Luís Silveira, na obra citada na nota (20), págs. 105-106: "...creio que será o mais antigo documento, com foros de rigor, acerca da disposição da cidade (Estampa 122). Litografia a preto, sobre papel. Escala: 300 braças. Dimensão da mancha: 262 x 571 mm. (...) Cota: Sociedade de Geografia de Lisboa - Pasta AA - 50. Legendas: 'Planta da acção de 11 de Agosto de 1829 na Villa da Praia da ilha Terceira copiada dos Alburns do general A.P. de Azevedo.'

A planta da Praia do início do século XIX existe no Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, Santa Clara, Lisboa, com o n.1144, e está datada de 1805

(26) In nota (26) do capítulo I. São estas as cartas:

"Planta da Cidade da Ribeira Grande da Ilha de Cabo Verde, com as suas Fortificações e o Estado delas e da Sua Artilharia", datada de 1769, e existente no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (reproduzida na figura 65 do livro citado; Luís Silveira dá mais alguma informação sobre a mesma carta, na obra citada na nota (20), volume II, pág.125: aguarela sobre papel. Escala 1/2.750. Dimensão da mancha: 408 x 316 mm. Cota: A.H.U. - Cabo Verde - Coleção cartográfica - Enc. IV, 71 (Cat.C.A.)).

"Planta da Cidade da Ribeira Grande da Ilha de Santiago de Cabo Verde em cuja Planta se ve Expressadas as Vocações dos Templos, nomes do Bairros, e Ruas, como também o Destino dos Principais Edifícios, e a quem pertenciam, tudo porém no Estado em que se Achava em 1778". (reproduzida na figura 66 do livro citado, pág.168; existente no Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, Santa Clara, Lisboa, com o n.1198)

(27) Na obra citada na nota (26) do capítulo I, pág. 327, Amaral refere uma dessas representações: "Numa gravura de 1589, atribuída a Jodocus Hondius (Nota, 265, pág.12), que deve corresponder à representação mais antiga da Ribeira Grande e da sua área (...). Analisamos na XVII Exposição Europeia de Arte e Cultura, em Lisboa (núcleo dos Jerónimos, 1983), o original, policromo, de uma representação do ataque à Ribeira Grande por Francis Drake, em 1585, que poderá ter servido de padrão para a gravura atrás citada. Vem referida in XVII EXPOSIÇÃO de Arte, Ciência e Cultura: Jerónimos I: 'Cumpru-se o Mar' [217] [catálogo da exposição]. Lisboa. 1983, pág. 148: "2.2 Cidades e Fortalezas / 156./ Baptista Boazio/ Plan view of the attack by sir Francis Drake on the islands of Santiago in the Cape Verde islands/ 1585, November 17/ Pergaminho, 69 x 78 cm/ Sir Francis Drake exhibition British Library, then to Boston, Massachusetts, USA, Oakland; California USA, and Exeter, GB/ Londres, BL, Egerton, ms.2579".

Outra carta representando a Ribeira Grande (erradamente identificada com a Praia por Luís Silveira), vem reproduzida na obra citada na nota (20), II volume, pág. 135: "Plan de la Ville et des Forts de St. Yago". Escala: 200 toesas. Dimensão da mancha: 227 x 145 mm. In "Historische Beschryving der Reizen..." Derde Deel, 1747, 's Gravenhage, a seguir à pág.186.

Sem data nem indicação de origem, deve ainda citar-se a "Planta da Cidade da Ribeira Grande, sita na Costa do S.O. da Ilha de Santiago de Cabo Verde e Capital de todas as mais Ilhas do mesmo Nome", reproduzida in AMARAL [158] - Cidades Coloniais Portuguesas: Notas Preliminares para uma Geografia Histórica. Lisboa. 1987, págs 208-209. Parece de qualquer modo muito idêntica à planta de 1778 já referida na nota (26)

(28) Embora fundada em 1515, não parece ter tido dimensão urbana até substituir a Ribeira Grande nos finais dos século XVIII, como capital das ilhas de Cabo Verde. E é desta época a representação mais antiga conhecida, também reproduzida por Amaral na obra citada na nota (26) do capítulo I:

"Planta da Vila da Praia de Sta. Maria, e da sua espaçosa Baía, sitas na Ponta do S.E. da Ilha de Santiago de Cabo V.", em 1778, existente no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (figura 96 da obra citada)

(29) "Planta do Porto da Vila da Praia da Ilha de S.Tiago de Cabo Verde", em 1821 (figura 97 da obra citada; Luís Silveira fornece mais alguns elementos sobre esta carta, na obra citada na nota (20), II volume, págs. 137-138: Dimensão da mancha: 223 x 360 mm. Assinado J. de Ch.. Lith. de Mel. Luis R.N. dos Mártires n. 12. In "Corografia Cabo-Verdeana", por José Conrado Carlos de Chelmicky, Tomo I, 1841, Lisboa, a seguir à pág. 74).

Luís Silveira, na mesma obra, reproduz também uma carta intermédia entre a de 1778 e a de 1821, na pág. 136: "Plan of Porto Praya, in the Island of St. Jago. One of the Cape Verd Islands by Lieut. S. Dickinson Royal Engre. 1812. Litografia sobre papel. Escala: 1/18.522 aprox. Dimensão da mancha: 448 x 290 mm

(30) In obra citada na nota (20), págs. 90-92. Ambos os desenhos parecem ter sido destinados ao estudo do melhoramento das defesas e fortificações das povoações, certamente, de novo, por força das guerras napoleónicas:

"Plano da Vila de Moxico, para nele se explicar os Fortes..." Aguarela sobre papel. Escala 1/1.571. Dimensão da mancha: 741 x 993 mm. Cota: J.I.U. - pasta 44, n.20.

"Plano da Vila de Santa Cruz, para nele se explicar os Fortes..." Aguada a nanquim, sobre papel. Escala: 1/1.571 aprox. Dimensão da mancha: 684 x 708 mm. Cota: J.I.U. - pasta 44, n.19.

Gaspar Frutuoso refere as duas vilas in FRUTUOSO [106] - Livro Primeiro das Saudades da Terra. Ponta Delgada. 1984, págs. 102 - Machico - e pág. 104 - Santa Cruz. Pela descrição pode adivinhar-se a fixidez da morfologia local, até hoje, desde a relação urbana "fusiforme" com a ribeira ou com a costa, até à presença da igreja: "Do Caniçal até à vila de Machico há duas léguas (...) a vila, que é à boca de uma formosa e mui crescida ribeira, ao longo da qual a mesma vila está situada.(...) Terá de quinhentos até seiscentos fogos e uma formosa igreja, muito bem ornada com ricos ornamentos (...) está a nobre e grande vila de Santa Cruz, a melhor de toda a ilha, situada em uma terra chã ao longo do mar, em que tem bom porto (...) Tem esta vila como oitocentos fogos, e rica igreja, e uma ribeira de água por meio dela (...)"

(31) Turriani trabalhou nas Canárias nos finais do século XVI, em fortificação e cartografia. Citado in MARTÍN RODRÍGUEZ [177] - Arquitectura Doméstica Canaria. Tenerife. 1978, 2.a edição, pág. 24

(32) In obra citada na nota (31), pág. 17

(33) In obra citada na nota (31), pág. 18

(34) In obra citada na nota (31), págs. 21-22. Gaspar Frutuoso também se refere à área da praça de Santana, ou de Santa Ana (in obra do autor citada na nota (30), pág.88): "...a cidade de Santa Ana, principal cabeça, que terá mais de três mil vizinhos, bem assentada e situada com uma igreja catedral, grande e rica e de obra e traça mui custosa; tem outras duas ou três paróquias e dois mosteiros de francisco e dominicos bem ornados. Está a igreja catedral situada em uma grande praça, onde há um formoso chafariz, servida com muitas dignidades e cônegos de grossas prebendas." De referir ainda a existência, na área mais antiga da Vegueta (Santa Ana) de Las Palmas, de uma "calle de los Portugueses" (e não, repare-se, "de Portugal"), a atestar vestígio da outrora importante comunidade lusa na capital da ilha

(35) In obra citada na nota (31), págs. 26 a 29

(36) In obra citada na nota (31), pág. 30

(37) In obra citada na nota (31), pág. 31

(38) In obra citada na nota (31), págs. 31 e 33

(39) In obra citada na nota (31), págs. 33 e 34. Gaspar Frutuoso refere a importância da presença portuguesa nesta ilha (in obra do autor citada na nota (30), pág.99): "Também a ilha de Tenerife enriquece não sómente a seus naturais, mas a estrangeiros portugueses, que nela moram, lavradores, e marcadores e oficiais, e a outros de diversas partes e reinos, que a ela vão."

(40) In obra citada na nota (31), pág. 24. Também a presença portuguesa na ilha de La Palma se pode ver pela referência de Gaspar Frutuoso (in obra do autor citada na nota (30), pág.104): "Foi-se engrossando a terra e com a notícia de sua fertilidade concorreram a ela flamengos e espanhóis, catalães, aragoneses, levantiscos, portugueses, franceses e ingleses com seus tratos, de que foi em tanto aumento que veio a ser a maior escala de Índias e de todas as outras ilhas."

(41) In obra citada na nota (31), pág. 19

(42) Cf. obra citada na nota (31), pág. 20

(43) Referida por Rui Carita na bibliografia da obra citada na nota (15): "Descrição e História das Ilhas do Mar Atlântico, com arbitrios sobre as suas fortificações de Leonardo Torriano Cremonense: Copiada fielmente do original translada em vulgar, e ordenadas, ou reduzidas a mais conveniente forma suas estampas e cartas por Fr. Francisco de Santo Tomás, dedicado 'Ao Duque Presidente e sócios da Real Academia das Ciências de Lisboa', s/data (1799), B.N. de Lisboa, Mss. códice 892."

(44) In obra citada na nota (15), pág. 73

(45) In obra citada na nota (18), pág. 32

(46) Obra de António Aragão citada na nota (17); a segunda edição, revista e aumentada, saiu em 1987

(47) Obra de Rui Carita citada na nota (15)

(48) In obra citada na nota (1), págs. 252 a 254. A citação é da pág. 252

(49) In obra citada na nota (15), págs. 26-27. A citação do regimento de D.Manuel aí contida foi retirada de "Arquivo Histórico da Madeira", volume XVI, por Luís Francisco Cardoso de Sousa Melo, Funchal, 1973, págs. 284-285, onde se refere a "Carta do duque em que manda que se faça cerca e muros nesta vila do Funchal", datada de 21 de Junho de 1493

(50) In obra citada na nota (1), págs. 252-253

(51) In obra citada na nota (1), pág. 253

(52) In SILVA [49] - Setúbal. Lisboa. 1990, págs. 12-14 e 24

(53) In obra citada na nota (52), pág. 14

(54) In obra citada na nota (52), pág. 31

(55) In 2a. edição da obra citada na nota (17), págs. 149 e 151

(56) In 2a. edição da obra citada na nota (17), pág.63

(57) In 2a. edição da obra citada na nota (17), pág.70

(58) In 2a. edição da obra citada na nota (17), págs. 73 e 74

(59) In SERRÃO, Eduardo da Cunha; SERRÃO, Vitor [47] - Sesimbra Monumental e Artística.[s.l.]. 1986, pág. 20 [com um apêndice por Rafael Moreira]

(60) In obra citada na nota (59), págs. 26, 35 e 44

(61) In obra citada na nota (59), pág. 40

(62) In obra citada na nota (59), pág. 128: "Descobrimo-la em 1983, de modo fortuito, na secção de 'Iconografia' (...) Consta de uma folha em papel grosso medindo 55 x 40 cms, aguarelada em aguada de várias cores, com o título 'A VILA DE SESIMBRA' entre ornatos florais maneiristas. É o fólio 53 de recolha de cartas, manuscritas e gravadas, que constitui o Atlas (...) 'Mapas do Reino de Portugal e suas conquistas com vistas das suas principais Cidades, coligidos por Diogo Barbosa Machado, Abade da Paroquial igreja de S. Adrião de Sever, e Académico Real', cota C.A.M. 4-2. Pertenceu à Real Biblioteca de D.José e D.Maria I - cujo carimbo ostenta (...) A marca de água 'em arbalista' (tipo Briquet, n.762: papel italiano de grandes dimensões, fabricado em Fabriano em 1540-60) certifica a sua data quinhentista que os restantes caracteres externos sugerem."

(63) In obra citada na nota (59), pág. 137

(64) In obra citada na nota (59), pág. 134. Na mesma passagem, Rafael Moreira conclui aqui da "...existência de uma genuína 'escola portuguesa de Arquitectura Militar', irradiando da corte para as províncias e para o ultramar, e da engenharia para o urbanismo..."

(65) In obra citada na nota (59), pág. 20

(66) In obra citada na nota (59), pág. 21

(67) In BERNARDO [30] - Monografia de Sesimbra: Estudo Geo-económico do Concelho. [s.l.]. 1941, pág. 17

(68) In obra citada na nota (1), pág. 253

(69) In 2a. edição da obra citada na nota (17), pág. 62, António Aragão refere esta partição da praça central em duas: "Duas áreas distintas definem-se no processo urbano que envolveu a cidade do Funchal (...) Uma situava-se entre as Ribeiras de João Gomes e Santa Luzia (...) e que corresponde, com várias alterações, ao ainda chamado Largo do Pelourinho (...) A outra área urbana que vai constituir o grande centro da futura cidade (...) surge no chamado Campo do Duque (...)". Este último espaço já não existe na totalidade, sendo parte dele o actual largo do Chafariz, e a restante embebida num quarteirão entre as ruas dos Ferreiros, do Sabão, a travessa do Cabido e a rua de João Gago

(70) In obra citada na nota (59), pág. 134, Rafael Moreira analisa esta aparente mudança de localização municipal, a partir da planta de 1570 (embora a sua análise entre em contradição com a referida construção da casa de câmara em 1540, indicada mais atrás, na mesma obra): "Note-se, pelo contrário, a ausência dos paços do Concelho - na extremidade da longa artéria rectilínea que coincide com a Rua da República - enquanto o pelourinho parece ser indicado por um dos dois pontos ao norte da praça onde os ribeiros se juntavam (Largo de Bombalides), levando a supor ser aí o coração da vila quinhentista e ter a câmara mudado posteriormente de sítio."

(71) In obra citada na nota (52), pág.31, diz o autor: "...sede do poder municipal e freguesia com uma igreja rica porque protegida pelos duques de Aveiro (que aqui tinham o seu paço), fixação da zona comercial por excelência, a Praça do Sapal afirmou-se como o coração de Setúbal."

(72) Sem com isto querer significar ter esse poder alguma relação, na sua força e autonomia, como a tradição municipalista da Europa centro-nórdica. Pelo contrário, os lugares de poder urbano das cidades insulares parecem dividir-se e confrontar-se constantemente, entre a intervenção real (Alfândega) e a local (Município) - em complexa rede que inclui as Misericórdias, os Franciscanos e Jesuítas, etc

(73) Veremos como do mesmo modo em Angra a "praça Velha" da Casa de Câmara e do Pelourinho assenta claramente na confluência da linhas de água (no caso, da "Ribeira dos Moinhos"), tendo ainda hoje na proximidade vestígios de muitos rodízios de produção de pão

(74) In obra citada na nota (1), pág. 253

(75) In obra citada na nota (52), pág. 31

(76) In obra de Rui Carita citada na nota (15), págs. 63 e 67. O autor acrescenta em nota (119), pág. 153, que "A Misericórdia deve ter começado a funcionar por volta de 1510 (...)"

- (77) In obra citada na nota (59), pág. 36
- (78) In obra citada na nota (1), págs. 253-254
- (79) Cf. 2. edição da obra citada na nota (17), págs. 62-63
- (80) Cf. obra citada na nota (52), págs 12 e 31
- (81) In obra citada na nota (1), pág. 254
- (82) Ordem que desempenhou papel preponderante e notável a colonização da Expansão Portuguesa, como Jaime Cortesão analisou desenvolvidamente na sua obra sobre "Os Descobrimentos Portugueses"
- (83) In obra citada na nota (52), pág. 55
- (84) In obra de Ilídio do Amaral já citada na nota (27). A citação é das págs. 199-200
- (85) In 2. edição da obra citada na nota (17), pág. 73
- (86) In 2. edição da obra citada na nota (17)
- (87) In 2. edição da obra citada na nota (17), págs. 62-63
- (88) Prova da importância continuada destes dois eixos urbanos é o facto de, já em pleno século XIX, um "boulevard" arborizado (avenida Manuel Arriaga) se ter substituído à rua dos Mercadores/Alfândega, paralelo e próximo (reforçado depois com a avenida do Mar, marginal); e de a avenida Fernão de Ornelas, entre o largos do Phelps e dos Lavradores, ter, nos anos de 1930-40, substituído por sua vez a rua Direita (a norte desta e sensivelmente paralela), com duas novas pontes que repetiram em "moderno" as duas antigas entretanto demolidas. Estes factos confirmam a forte "permanência" funcional dos lugares centrais funchalenses, bem como a sua capacidade de modernização
- (89) In FRUTUOSO [106] - Livro Segundo das Saudades da Terra. Ponta Delgada. 1979. Para a informação sobre o espaço urbano do Funchal, é importante sobretudo o capítulo décimo sexto, "Da descrição da nobre cidade do Funchal e do que há pela costa da igreja do Corpo Santo, onde ela começa, até à Praia Formosa, que está além dela" (págs. 109-117). Um relato mais vivo e intenso é o dos capítulos quadragésimo quarto e quadragésimo quinto, sobre a invasão do Funchal por "Corsarios franceses e luteranos", em 1566
- (90) In obra citada na nota (89), cf. páginas indicadas no texto
- (91) A sequência de fortificações estava ligada por muralhas; mais do que nas outras cidades insulares, o Funchal, com as suas "portas" na linha costeira e no interior, acusou uma espécie de "regressão" medievalista, contra a tradicional ideia de "cidade aberta" post-renascentista
- (92) In obra colectiva citada na nota (101) do capítulo I, págs. 56-57
- (93) In obra citada na nota (84), págs. 201-202. A datação da malha reticulada de Angra está ainda sujeita a controvérsia; no nosso trabalho, citado na nota (118) do capítulo I, defendemos ter sido provavelmente iniciada em fins do século XV (a parte junto à rua de Lisboa) e meados do XVI (a parte mais a poente, até S.Gonçalo) (págs. 38 e 39). Cf. CAMARA [149] - Urbanismo Angrense: da Fundação Quatrocentista à Cidade do Renascimento. Lisboa. 1989, págs. 108-116. Neste artigo a autora defende a possibilidade de pré-existência de uma anterior estrutura urbana, quatrocentista, que os sismos terão obrigado a reconstruir segundo o desenho

actualmente existente: "Considerando a cronologia da história do urbanismo europeu e português, as descrições da fundação de Angra, a toponímia local e esparsos achados arqueológicos recentemente trazidos à luz do dia por campanhas de obras públicas ou privadas, podemos talvez concluir que mesmo a Baixa de Angra, antes de ostentar a malha urbana reticulada, que a caracteriza como cidade renascentista, foi zona de traça ainda medieval (...) Parece certo, porém, que à data da visita de Pompeo Arditio a Angra [1567] já a cidade exibia o traçado moderno que perdurou até aos nossos dias." (págs. 110-111). Esta tese assenta porém em dados complexos, cujo análise deve ser aprofundada: 1 - os vestígios arqueológicos góticos podem ser reaproveitamentos providos doutros locais; 2 - a extensão da vila por toda a área da retícula actual seria improvável na época quatrocentista, em função do desenvolvimento geral; 3 - não estão documentados sismos desse período que realmente afectassem com ruína total a parte urbana em causa, obrigando a uma reconstrução radical, com traçado diverso; 4 - finalmente, há que fazer a distinção entre sistema urbano e proto-urbano, pois a existência de edifícios ou arruamentos isolados não significa sempre a sua inserção num espaço com características urbanas.

(94) O Bairro Alto de Lisboa, extensão urbana planeada, teve início também no primeiro quartel do século XVI, conforme estudo SAA [48] - Origens do Bairro Alto. Lisboa. 1929, seguido na obra CARITA [62] - Bairro Alto: Tipologias e Modos Arquitectónicos. Lisboa, 1990. Este foi já citado na lista da nota (3), capítulo II. Nesta última obra refere-se, na pág. 21: "É só em 1513, a 13 de Dezembro, que Lopo de Atouguia, filho de Luís, acorda com os aforadores Bartolomeu de Andrade e sua mulher Francisca Cordovil (filha de Filipe Gonçalves) o sub-aforamento das herdades em talhões para a construção de casas. (...) em fateota originando a formação da rua das Flores, as ruas do Cabo, do Castelo, as ruas Primeira, Segunda e Terceira e da Barroca do Mar. Estas ruas situam-se, na sua maioria, para Sul das portas de Santa Catarina."

Também a segunda fase do plano se pode localizar no tempo, correspondendo - como em Angra - à segunda metade do século XVI, sendo arquitectónicamente consolidada ao longo da centúria seguinte: "Da primeira fase do Bairro Alto ainda como parte integrante da Vila Nova de Andrade assistimos na segunda metade do século XVI e XVII a uma fase de urbanização polarizada pela acção cultural dos Jesuítas. Chegados a Portugal em 1540 e instalados em S. Roque a partir de 1553 (...) esta 2a. fase de urbanização vai estender-se nos terrenos mais próximos de S. Roque, terminando a Norte nos terrenos do desaparecido palácio dos Condes de Avintes, onde mais tarde foi erigido o Convento de São Pedro de Alcântara. A Rua da Rosa, nomeada desde o séc. XVI como Rosa das Partilhas, funcionara como fronteira com a zona mais afastada de S. Roque (...)" (in obra citada antes, pág. 25)

(95) In obra citada na nota (118) do capítulo I, pág. 27, e cf. referências in CAMPOS [113] - Sobre o Descobrimento e Povoamento dos Açores. Lisboa. [s.d.]

(96) In obra citada na nota (118) do capítulo I, pág. 27, onde se cita a obra DIAS [120] - Ilha Terceira: Estudo de Linguagem e Et-nografia. [s.l.]. 1982

(97) In obra citada na nota (118) do capítulo I, pág. 37

(98) In obra citada na nota (118) do capítulo I, pág. 37

(99) In artigo de MARTINS [129] - Os Açores nas Rotas das Américas e da Prata. In Actas do II Colóquio Internacional 'Os Açores e as Dinâmicas do Atlântico', in Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira. Angra. 1987, vol. XLV, tomo II, pág. 1315

(100) In obra citada na nota (118) do capítulo I, pág. 39. Constitui também uma fonte sistematizada de informação concreta e detalhada sobre o crescimento da cidade a obra de BRAZ [111] - Ruas da Cidade: Notas para a Toponímia da Cidade de Angra, da Ilha Terceira e Outros Escritos (1884-1984). Angra do Heroísmo. 1985

(101) In FRUTUOSO [106] - Livro Sexto das Saudades da Terra. Ponta Delgada. 1978, págs. 25 e 26 (citação com as frases sublinhadas por nós)

(102) In obra citada na nota (84), pág. 202

- (103) In obra citada na nota (101), págs. 26 a 29
- (104) In obra citada na nota (118) do capítulo I, pág. 45. O desenvolvimento destes dois aspectos é feito nas págs. 45 a 48 do mesmo trabalho
- (105) In obra citada na nota (118) do capítulo I, págs. 45/46. A dependência de Angra em relação à ordem de Tomar, mais exactamente, terá durado até à instauração do bispado do Funchal, em 1514, ficando então dependente deste
- (106) In obra citada na nota (118) do capítulo I, pág. 46
- (107) In obra citada na nota (118) do capítulo I, pág. 46
- (108) In obra citada na nota (118) do capítulo I, pág. 47
- (109) In obra citada na nota (118) do capítulo I, págs. 47/48
- (110) In obra citada na nota (118) do capítulo I, págs. 28/29
- (111) In obra colectiva citada na nota (101) do capítulo I, págs. 256-257. Esta interpretação tenta transpôr para o quadro urbano a leitura sócio-económica proposta em SANTOS [143] - Ponta Delgada: Nascimento e Primeira Infância de uma Cidade. In Revista de História Económica e Social. Lisboa. 1978
- (112) In obra citada na nota (18), pág. 19, na qual o autor segue e cita a obra de FRUTUOSO [106] - Livro Quarto das Saudades da Terra. Ponta Delgada. 1924, volume I, pág. 304
- (113) In obra citada na nota (84), págs. 201-202. O "almotacé" ou "almotacel", do árabe "almuktasib", é a designação do "antigo inspector de pesos e medidas que fixava o preço dos comestíveis" (in DICIONÁRIO [202]. Citado na nota (39) da Introdução Geral, pág. 51)
- (114) In obra citada na nota (18), pág. 20
- (115) In obra citada na nota (18), págs. 21-22
- (116) In obra colectiva citada na nota (101) do capítulo I, págs. 256-258. O texto baseia-se em e cita COSTA [119a] - Etnografia da Cidade: Ponta Delgada e a sua Formação Topográfica. In revista Insulana. (volume II, ns. 2-3, 1946, págs. 355-359)
- (117) In FRUTUOSO [106] - Livro Quarto das Saudades da Terra. Ponta Delgada. 1981, volume II, pág. 73
- (118) In obra colectiva citada na nota (101) do capítulo I, pág. 258
- (119) No Funchal a praça do pelourinho distancia-se consideravelmente do espaço da Sé, o que se compreende pelo acelerado desenvolvimento e alastramento da vila ao longo do século XV, na direcção poente (embora a casa de Câmara existisse num largo anexo à catedral); em Angra, a distância do largo da Sé ao da Câmara compreende-se numa perspectiva de planeamento do crescimento da urbe na primeira metade do século XVI: havia espaço para pensar numa desafogada localização da Sé quando o bispado de Angra foi criado em 1534
- (120) In obra citada na nota (117), cf. páginas indicadas no texto

(121) É importante frisar aqui a forte presença dos Jesuítas nos Açores, motivada por razões que Nestor de Sousa deduz como de certo modo ultrapassando o interesse pelas ilhas em si: "A rápida fixação dos jesuítas nos Açores, precedendo as regiões ultramarinas de África e a maior parte das localidades do Reino, é fácil de compreender e explicar, se atentarmos no contexto da vida nacional quinhentista após as grandes fases de expansão e de exploração oriental e, com o declínio desta, no que foi a sistemática colonização e exploração do filão brasileiro." (in obra citada na nota (18), pág. 153)

(122) Este tema foi detalhadamente analisado na obra citada na nota (18), págs. 151 a 183

(123) Como acontecia nas outras cidades analisadas: no Funchal e em Angra (como na Horta), os Colégios de Jesus foram implantados a norte das malhas urbanas existentes, embora na área dos eixos centrais da povoação. Se por um lado isso é compreensível pelo simples facto da sua chegada tardia, já adiantado o século XVI, por outro lado tal localização permite aferir uma intenção locativa ligada aos espaços de decisão e do poder local, compatível com o sentido activo e afirmativo da Ordem de Santo Inácio

(124) In obra citada na nota (18), págs. 159-160, onde o autor transcreve o padre jesuíta António Cordeiro (1641-1722), na sua "História Insulana", editada pela primeira vez em Lisboa, 1717 (cf. dados da introdução de FRUTUOSO [106] - Livro Primeiro das Saudades da Terra. Ponta Delgada. 1984, pág.XVI)

(125) A então vila da Ribeira Grande, excepção locativa nas urbes açoreanas - pois se situa na costa norte de São Miguel - foi já analisada pelo autor do presente estudo em FERNANDES [155] - Ribeira Grande: Do Urbanismo, da Arquitectura Civil, da Simbólica. In actas da "Semana do Barroco". Ribeira Grande. 1989 (em publicação), bem como na obra colectiva citada na nota (101) do capítulo I, págs. 254-5. Constitui uma original estrutura urbana, muito relacionada com o hinterland rural desenvolvido para sul, e marcada pela presença de uma autêntica "rede" de moinhos ligados à ribeira - a qual terá dado o nome à povoação - e que a atravessa bem na sua área central, junto à praça da Câmara. Os moinhos, implantados desde os arrabaldes rurais até à praia - e cuja capacidade produtiva foi certamente a razão de ser da importância do povoado desde cedo - eram muito provavelmente os que Frutuoso referia com abastecedores de Ponta Delgada (ver nota (127))

(126) In ALVERNE [104] - Crónicas da Província de S.João Evangelista das Ilhas dos Açores. Ponta Delgada. 1961, Volume II, Primeira Parte, Livro Segundo pág. 19 (sobre a ilha de São Miguel). O Livro Primeiro (incluído no I volume da mesma edição, 1986) refere-se a Santa Maria; o Livro Terceiro refere-se à ilha Terceira, o Quarto a Faial, Pico e Flores, e o Quinto a São Jorge e Graciosa (estes três últimos livros, formando a Segunda Parte, estão incluídos no III volume da mesma edição, 1962)

(127) In obra citada na nota (117), pág.81

(128) In obra citada na nota (126), pág.334

(129) In obra citada na nota (117), pág.81

(130) In obra citada na nota (18), cf. páginas indicadas no texto

(131) In obra citada na nota (84), pág.204

(132) In FAGUNDES [152] - Ribeira Grande: A Cidade Velha. In revista Oceanos. Novembro de 1990, n.5, pág. 78 (dedicada a "Sagres - Cabo Verde")

(133) In obra citada na nota (84), pág. 204

(134) In artigo citado na nota (132), pág.78

(135) In artigo citado na nota (132), pág. 83

(136) In obra citada na nota (84), pág.205

(137) In artigo citado na nota (132), pág.83

(138) In artigo citado na nota (132), pág.83

(139) In artigo citado na nota (132), pág.83

(140) In obra citada na nota (26) do capítulo I, pág.178

(141) In artigo citado na nota (132), pág.83

(142) In obra citada na nota (26) do capítulo I, págs.178-179. Por esse diploma real determinava-se "...a reedificação e fortificação da povoação da Praia de Santa Maria e o domicílio nela ora do bispo ora do governador (desde 1600 havia um governador e um capitão-general nomeado por três anos), a passagem dos barcos pela sua alfândega e a concessão de privilégios especiais aos moradores que aí se fixassem e construísem casas de pedra e cal, cobertas de telhas." (in obra do mesmo autor, citada na nota (84), pág.205)

(143) In obra citada na nota (84), pág.205

(144) In artigo citado na nota (132), pág.83

(145) In obra citada na nota (84), pág.205

(146) In obra citada na nota (84), pág.206

(147) In artigo citado na nota (132), pág.83

(148) In obra citada na nota (26) do capítulo I, págs. 176-177

(149) Cf. obra citada na nota (84), pág. 205. A decadência da Ribeira Grande em detrimento da Praia recorda, pelo período e causas de ocorrência, a da cidade de Velha Goa, situada na costa da Índia, substituída por Pangim. Certos aspectos do processo são de facto muito semelhantes: a extrema lentidão do processo de abandono, secular, bem como do seu reconhecimento oficial; a tentativa pomalina de o deter (Goa) ou pelo menos de o cartografar e objectivar; o desmantelamento material e construtivo da cidade abandonada, por evidente necessidade de aproveitamento das pedras, associada a uma "pauperização" ou "desclassificação" urbana e económico-social. Estes aspectos foram já abordados pelo autor deste trabalho, relativamente a Goa, no texto citado na nota (43) do capítulo II

(150) In obra de Gaspar Frutuoso citada na nota (30), pág.179

(151) In obra citada na nota (26) do capítulo I, pág.175

(152) In artigo citado na nota (132), pág.82. Nesta passagem, e na mesma página, o autor refere aspectos comuns com as outras ilhas, no que toca ao peso dos factores naturais no desencadear de catástrofes ou no dificultar da vida urbana: "Ao longo do vale corria uma ribeira, que sustentava alguma vegetação, suficiente para conferir a esta área o aspecto verdejante que ainda hoje con-

serva. Em tempo de chuvas, o seu caudal tornava-se impetuoso, provocando por vezes inundações e estragos.(...) No seu curso final formava-se uma laguna que se podia estender até perto do pelourinho, criando uma área naturalmente imprópria para a construção (onde ficou um logradouro amplo junto ao mar) e acentuando as condições de insalubridade."

(153) In obra citada na nota (26) do capítulo I, pág.176

(154) In artigo citado na nota (132), pág.83

(155) In obra de Ilídio do Amaral citada na nota (84), pág.206

(156) In artigo citado na nota (132), pág.83

(157) In obra citada na nota (26) do capítulo I, pág.178

(158) In obra colectiva citada na nota (101) do capítulo I, págs. 152 a 157, onde se estabelece a relação entre Vila do Porto e Monsarás, no Alentejo, em termos de estrutura, forma e localização das principais funções urbanas

(159) In FRUTUOSO [106] - Livro Terceiro das Saudades da Terra. Ponta Delgada. 1983, cf. páginas indicadas no texto

(160) In ALVERNE [104] - Crónicas da Província de S.João Evangelista das Ilhas dos Açores. Ponta Delgada. 1986, vol. I, págs.86-87

(161) Cf. obra do autor deste trabalho citada na nota (1), págs. 254-256

SEGUNDA PARTE

Da Arquitectura Doméstica

Introdução (1)

"...la condition humaine réside dans l'habitation, au sens du séjour sur terre des mortels."

Martin Heidegger, "Vorträge und Aufsätze"

O tema da casa familiar, ou do espaço de habitar "doméstico" (2) é um dos mais centrais para a caracterização de um património cultural construído. Por um lado pela quantidade significativa e pela tipificação que atingem os exemplos analisáveis, por outro porque é nessa área que se concentra e afirma muita da expressão "íntima" e do entendimento profundo do espaço arquitectónico pela comunidade - afinal o que nos permite entender como esse colectivo "sente" a adequada utilização do espaço, em articulação com um quotidiano.

Entendida aqui num conceito lato, como Martin Heidegger a define, a ideia de "habitar" assenta numa simplicidade e numa vivência global da comunidade humana: "...Etre homme veut dire: être sur terre comme mortel, c'est à dire: habiter (...) C'est seulement quand nous pouvons habiter que nous pouvons bâtir (...) Habiter est LE TRAIT FONDAMENTAL de l'être..." (3)

Deste modo, mais do que na abordagem aos outros programas de arquitectura, ou do que nas leituras com base estilística relativas à chamada arquitectura erudita, podem aqui - no "habitar" em sentido heideggeriano - encontrar-se características ou raízes tradicionais da arquitectura portuguesa, e, no caso específico, da produzida no contexto insular. Isto é válido sobretudo se tivermos presente que a afirmação dessas características se fortalece na preferência por espacialidades elementares e por expressões plásticas simplificadas - ou seja, de certo modo contra um entendimento "complexo" e "erudito" da construção (4).

Sobre o assunto, além das investigações relativas à época pré-nacional, elaboradas com base etnológica (Veiga de Oliveira e Outros) (5) ou arqueológica (Jorge de Alarcão) (6), desenvolvidas respectivamente para os períodos pré-romano e romano, que puseram em evidência a importância da casa de planta redonda e rectangular nos povoados castrejos, ou a caracterização detalhada da casa romana em algumas áreas de Portugal, há que referir os iniciadores das recolhas de campo, com uso do desenho e da fotografia, nos finais do século XIX (Rocha Peixoto (7) e Leite de Vasconcelos (8)), que tiveram seguidores ou investigadores equivalentes no contexto insular (Luís Bernardo Leite de Ataíde, nos Açores; ou, nas Canárias, José Pérez Vidal).

Desde o início do século actual, há que referir a obra de pesquisa e teorização levada a cabo por Raul Lino (9), relacionada com o movimento cultural da "Casa Portuguesa", que praticamente abrangeu todo o "olhar" sobre o tema no primeiro quartel do século, com cariz ideológico e pendor nacionalista, numa procura a-histórica dos "tipos regionais" na habitação tradicional do país.

Leitura sistemática e com visão mais actualizada foi encetada nos anos 50 pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos, por iniciativa de Keil Amaral, que produziu a obra "Arquitectura Popular em Portugal" (10), apesar de tudo diluindo em excesso a leitura tipológica e a análise da casa urbana (11); e, pouco depois, por Carlos de Azevedo, estudando sobretudo os solares nortenhos (12). Já nos anos 70, foi apenas iniciada por Nuno Teotónio Pereira uma leitura tipo-morfológica da evolução da habitação, mas só em Lisboa e de tipo pluri-familiar (13).

Pode dizer-se em conclusão que sobre o tema faltam estudos mais desenvolvidos e actualizados, que forneçam uma perspectiva geral e sistemática.

No capítulo inicial (o IV) desta segunda parte dedicada à habitação, procurar-se-á dar uma visão de conjunto das arquitecturas de habitação no espaço de Portugal Continental, desde que apresentando sentido ou expressão vernácula; bem como fazer uma leitura sintética da sua evolução no tempo e das suas características. Por razões de clareza e de metodologia, serão tratados de modo separado e sequencial os contextos urbano e rural, já que estes têm motivações diferentes e implantações distintas, embora também por vezes exibam pontos comuns ou coincidentes. O objectivo deste capítulo é o de fornecer um quadro de base que permita uma compreensão da possível origem e das relações dos modelos de casa insular com os do Continente.

Nos capítulos V e VI, que são por assim dizer o "coração" desta investigação, faz-se a análise sistemática e comparativa dos tipos e formas de casa, respectivamente urbana e rural, das ilhas, com especial incidência (como se justificou atrás), para a habitação dos Açores. Nos mesmos capítulos, a abordagem incide também sobre as séries de modelos arquitectónicos comuns ao Portugal Continental, bem como sobre as relações possíveis de estabelecer com a habitação noutras áreas da Diáspora.

Finalmente, o capítulo VII destina-se à enumeração das principais conclusões, quer respeitantes aos aspectos gerais da CASA MACARONÉSIA, quer aos aspectos mais originais da casa urbana e rural das ilhas.

(1) Retomam-se e desenvolvem-se nesta introdução e no capítulo IV os textos do autor "A Casa em Portugal: uma leitura evolutiva das tipologias de habitação", e "Arquitectura Popular: Uma Visão Regional e Tradicional do Espaço Português", in obra já citada na nota (1) do capítulo II: FERNANDES [67] - Arquitectura: Sínteses da Cultura Portuguesa. Lisboa. 1991

(2) Do latim "domesticus", relativo a casa ("domus", domicílio, morada)

(3) In HEIDEGGER [17] - Essais et Conférences. Paris. 1958, págs. 170-176, 177-178, 191-193 [tradução de Vorträge und Aufsätze]. Citado em CHOAY [8] - L'Urbanisme: Utopies et Realités. Paris. 1965, págs.430-435. A autora resume assim a perspectiva filosófica do pensador alemão Martin Heidegger (cuja obra marcante, "Sein und Zeit", publicada em 1927, foi traduzida em francês em 1964, com o título "L'Être et le Temps"): "Il s'agit d'élucider 'l'habiter'. Un moment destructif élimine l'apport artificiel du langage et de l'histoire (en particulier de l'ère industrielle); le moment constructif vient ensuite, fondé sur la recherche étymologique, et qui finit par révéler la richesse de l'habiter: occupation très simple et qui, cependant, pratiquée dans sa vérité, donne accès à l'être authentique. Comme toute activité vraie, habiter fonde l'être de l'homme." (pág.429)

(4) Ver a este propósito as observações de autores como Manuel Rio Carvalho ou Jorge Henrique Pais da Silva citadas no texto do autor FERNANDES [69] - Editorial: A Propósito de Um Livro. In revista Arquitectura. Lisboa. 1980, n.137, págs. 14-15

(5) In OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamin [93] - Construções Primitivas em Portugal. Lisboa. 1988

(6) In obra citada na nota (16) do capítulo II, sobre "O Domínio Romano em Portugal"

(7) In PEIXOTO [98] - Etnografia Portuguesa: Obra Etnográfica Completa. Lisboa. 1990. Ver também o artigo de CALLADO [86] - A Casa Portuguesa. In revista Cidade - Campo. Lisboa. 1978, n.1, págs. 84-100. Neste artigo o autor recorda os estudos de Gabriel Pereira (in revista "Arte Portuguesa", 1895) e de Henrique das Neves (com Gabriel Pereira, in revista "Ocidente", 1896) sobre a "Casa Portuguesa"

(8) In VASCONCELOS [102] e VASCONCELOS [103] - Etnografia Portuguesa. Obra máxima de Leite de Vasconcelos, adiante citada na bibliografia; este autor publicou artigos diversos sobre o assunto na revista "Lusitana" (1916)

(9) São várias as obras de Raul Lino sobre o tema, sendo a abordagem mais sistematizada contida in LINO [92] - L'Évolution de L'Architecture Domestique au Portugal. Lisboa. 1937

(10) AMARAL [et al.] [82] - Arquitectura Popular em Portugal. [1a. edição, do Sindicato Nacional dos Arquitectos, Lisboa, 1961; 2a. edição da Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1980]

(11) Como observa João Vieira Caldas em CALDAS [87] - A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no século XVIII. 1987- [dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa]

(12) In AZEVEDO [83] - Solares Portugueses. Lisboa. 1969

(13) In PEREIRA [97] - Evolução das Formas de Habitação Pluri-Familiar na Cidade de Lisboa. 1979- [policopiado]

Capítulo IV

A Casa no "Continente" - um Quadro de Referência

A - A Casa Urbana - da Idade Média ao século XVIII

"...ainda durante o século XV se importava madeira das ilhas do Atlântico para a construção, o que permitiu segundo Zurara 'grandes alturas das casas, que se vão ao céu que se fizeram e fazem em madeira daquelas partes'(...)"

Hélder Carita, in "O Bairro Alto, Tipologias e Modos Arquitectónicos"

É a partir dos finais da Idade Média, devido aos espécimes ainda existentes mais antigos remontarem a essa época e dada a falta de documentação relativa ao tema, que se torna possível um ensaio de entendimento da evolução da habitação urbana. Assim, com os condicionalismos expostos, partindo de uma análise sistemática sobre a organização do espaço interior e sobre a estrutura construtiva das habitações, será possível ensaiar a enumeração de séries tipológicas da arquitectura doméstica no Portugal Continental. Aqui far-se-ão apenas referências pontuais aos diversos aspectos estruturais, espaciais e morfológicos que envolvem a definição dessas tipologias, bem como à sua evolução no tempo - indicando e deixando em aberto problemas e aspectos ainda por investigar.

Admitindo com Jorge de Alarcão que a casa urbana se inicia no território português com a romanização, em "corte" com a tradição quando muito pré-urbana dos chamados castros (1), podem colocar-se duas questões: a da possível sobrevivência dos modelos castrejos adaptados ou influenciados pela Romanização, em núcleos mais recônditos do território; e a da relação tipológica e construtiva das "villae" e das "insulae" peninsulares com os modelos medievais que muito mais tarde surgirão (2).

1 - Os tipos de casa

Independentemente das difíceis respostas a estas questões, constata-se que os vestígios deixados pela Idade Média na habitação urbana, quer materiais quer em termos de persistências tipo-morfológicas, podem agrupar-se em três grandes tendências:

- a do edifício com telhado (ou telhados) de quatro águas, proporções atarracadas, poucos pisos - denunciando uma provável origem rural e/ou senhorial (e aqui surge uma articulação possível com a "villa" romana), que se foi gradualmente popularizando e simplificando (3); (FIG.113 e ver FIG.40)

- a do edifício estreito e alto, com cobertura de duas águas "com a fachada em bico", mas também surgindo em variantes de quatro águas, ou com as duas águas paralelas à fachada (sendo estes casos prováveis situações mistas ou de transição com o modelo antes referido) (4); (FIG.114)

- a do edifício com "andares de ressalto", de frente estreita ou não, cuja característica mais marcante é a da estrutura em madeira, envolvida por ligante (a "taipa" no Norte do país, o "frontal" do Sul) e assente em sólida base de pedra (o "perpianho"), o que torna possíveis as sucessivas sobreposições de vários níveis em consola (5). (FIG.115 e ver FIG.39)

Se o primeiro tipo de casa se relaciona com uma tradição agrária e senhorial, remota, enraizada e em processo de urbanização, já as duas restantes podem articular-se com o desenvolvimento do "burgo" medievo, ou seja, com as actividades comerciais, mercantis, e frequentemente portuárias da burguesia em ascensão (sem esquecer as dos artesãos, com produção assente neste tipo de casa) (6).

2 - Origens prováveis dos tipos de casa

Também a origem destes modelos é incerta, podendo sugerir-se a filiação dos primeiros dois na tradição construtiva meridional e mediterrânea da "pedra e cal", assentes em técnicas de alvenaria (pedra e massa) ou da "arquitectura de terra" (adobe, taipa), com base em espessas paredes portantes e escasso uso de madeira. Quanto às casas com "andares de ressalto", poderão filiar-se na "arquitectura de madeira", que exhibe este material em complexas estruturas cruzadas em fachadas e finas paredes resistentes internas, por todo o Centro e Norte da Europa, onde as florestas fornecedoras de boa madeira abundam - contrariamente ao que sucede no sul. (FIG.116)

Conhecendo o papel comercial intermediário desempenhado por Portugal na Baixa Idade Média, com contactos entre o Báltico, a Flandres e a Inglaterra por um lado, e a Itália e o "mundo mediterrâneo" em geral por outro; e considerando também o predomínio de uma tradição germânica cristianizada a Norte do Douro (por via dos povos bárbaros fixados desde os séculos V e VI), bem como a forte herança moçárabe do restante território português, pode entender-se por um lado a coexistência e implantação no território nacional

das várias (e tão diferentes) tipologias referidas, e por outro a predominância dos modelos "nórdicos" da "arquitetura de madeira", no Norte do país, bem como dos outros tipos no Centro e no Sul.

Porém, se bem que os prédios com "andares de ressalto" ocorram com uma significativa frequência sobretudo em centros urbanos nortenhos como o Porto, Lamego, Guimarães, Vila Real e Chaves, e as casas "com fachada em bico" sejam mais frequentes em Setúbal, Alcácer do Sal ou Lisboa, esta divisão só pode ter sentido se entendida em termos esquemáticos. De facto coexistem, por exemplo em Lisboa, quase "naturalmente", os vários modelos, que também se interpenetram mutuamente: há na capital casas com a "fachada em bico" que apresentam igualmente ressaltos nessa mesma fachada assentes em madeiramento; no Norte do país é frequente encontrar o assentamento da estrutura de madeira (a "gaiola") num piso térreo com paredes de perpianho (granito ou outra pedra resistente), mas há também por exemplo em Viana do Castelo várias "fachadas em bico" e casas atarracadas. Elementos complementares da construção, como os "rotulados" de madeira (entrancado de finas ripas), ou "rótulas", usados na protecção dos vãos, surgem generalizadamente por todo o país, em Tavira como em Chaves e em Lisboa... (FIG.117)

3 - Espaço urbano e espaço interno

Estas construções (e falamos sobretudo dos modelos relacionáveis com a "casa burguesa") inserem-se no espaço central e muralhado das pequenas cidades ou dos seus novos burgos (extensões da Baixa Idade Média), numa clara articulação urbanística com os sistemas de loteamento da época (o "lote Gótico") (7), ordenado e planeado como um todo - se bem que adaptativo e "deformado" sobre o terreno disponível, escolhido este habitualmente sobre os relevos mais defensáveis (colinas, morros). É a "cidade-edifício", com as típicas "paredes-meãs", comuns a cada dois lotes edificadas, logo materialmente indissociáveis e espacialmente solidários (8) - hoje um dos principais problemas postos à recuperação individualizada, "anti-medieval", dos centros históricos.

No interior a casa "gótica" possuía uma "loja" térrea destinada a abrigo de animais ou ao comércio (consoante a proximidade ou o distanciamento da vida rural), e nos pisos superiores compartimentos com alcovas (estas interiores, sem ventilação directa para a rua). A cozinha correspondia normalmente aos fundos da habitação, em ligação com o quintal e a eventual exploração agrícola de âmbito familiar. As ligações internas entre pisos eram feitas por uma espécie de "escadas-corredor", alongadas e frequentemente perpendiculares à fachada (9). (FIG.118) A predominante disposição alongada dos lotes e das suas construções podia sofrer porém eventuais adaptações ao contexto orográfico, como terá sucedido em Alfama, onde a planta aquadrada dos edifícios é corrente, possivelmente pela sua implantação em encosta declivosa.

A referida organização geral destas construções persistirá ao longo dos séculos XVII-XVIII, sendo entretanto acrescidas com mais pisos (exigência dos custos do solo urbano) e com gradual aperfeiçoamento tecnológico (atingirão por vezes os cinco-seis pisos).

A casa de tipo "senhorial" tinha pelo contrário uma organização interna "sobre o largo", com compartimentação disposta em paralelo com o arruamento fronteiro; a loja térrea incluía também uma escadaria de acesso ao "piso nobre", não possuindo o conjunto do edifício na maioria dos casos mais do que três pisos.

São complexas as relações deste tipo de casa por um lado com os exemplos rurais e suas possíveis origens (como se desenvolverá no capítulo seguinte); e por outro, com as influências e impregnações estilísticas por via erudita - tema ao qual este tipo se torna mais atreito - pela tendência expressa para definir uma maior importância individualizada da casa, por via social (10).

4 - A influência do Renascimento

Uma das vias de transformação erudita do modelo vai afirmar-se com os séculos XV e XVI, que assistem por toda a Europa à introdução gradual das "formas cultas" de influência renascentista italiana. Uma maior regularidade na colocação dos vãos nas fachadas, uma hierarquização mais "fina" dos tipos decorativos e dos elementos estilísticos aparentes, uma proporção geral do imóvel mais cuidada e regular, são já aspectos que a casa urbana da transição entre os dois séculos, a que se convencionou chamar de "manuelina", anuncia e explora.

Depois desta fase "experimental" há como que uma "estandardização" do modelo do pequeno solar urbano, divulgado e popularizado ao longo do período da chamada "arquitectura chã" (11), e estilisticamente assente na tipificação de formas básicas maneiristas e clássicas - tipificação que se prolongará no século XVIII com incorporação sucessiva de vocabulário barroco e "rocaille", nas épocas joanina, pombalina e mariana. A arquitectura insular terá enorme originalidade e dinamismo ao longo de todo este período, como se verá.

Podem destacar-se no país alguns tipos de habitação urbana dentro do modelo em apreciação, que localmente assumiram na época moderna uma especial qualidade: as habitações da primeira metade de Quinhentos em Viana do Castelo e sobretudo as de Évora (12) (FIG.120), as casas tomarenses com janelas de esquina de decoração renascença (13) (FIG.121), que tão bem retratam a primeira fase de "afinação" do tipo, a da sua regularização; as moduladas casas de Tavira com telhados múltiplos ou "de tesouro" (14) (FIG.122), ou as "pesadas" casas coimbrãs de "janela de avental" rectangular (15) (FIG.123), que ilustram com clareza a fase "chã" e seiscentista da arquitectura doméstica; finalmente, as casas portuenses com faixas verticais de pedra emoldurando os vãos (16) (FIG.124), que com a casa joanina-pombalina de Lisboa já correspondem à inovação trazida pelo prédio de "grande escala" setecentista. Todos eles terão exemplos análogos no contexto urbano insular.

5 - A época de Setecentos

É no século XVIII que se generaliza nas cidades portuguesas uma nova tipologia habitacional, em paralelo com uma série de inovações tecnológicas que aumentam o conforto doméstico. Trata-se do prédio em andares com escada de distribuição colectiva e dois fogos por piso (o "esquerdo-direito"), atingindo em média os quatro níveis. Este modelo, imposto definitivamente pelos meados do século (sobretudo com o Terramoto de 55), corresponde a uma notável síntese, com carácter modernizante, das anteriores formas de "habitat" urbano, quer na tipologia espacial, quer no que respeita aos sistemas construtivos utilizados. (FIG.125)

Assim, inovador no aspecto tecnológico, o prédio setecentista articula a construção tradicional assente em paredes mestras espessas de alvenaria com a tradicional "gaiola" (17) armada, em madeira, a qual para maior resistência anti-sísmica "trabalha" agora com autonomia - se as paredes de pedra ruírem, a estrutura de madeira permanecerá de pé...

Este modelo é inovador também como organização espacial, mantendo o prédio as regras de composição clássica na fachada, mas atingindo uma diferente expressão global como habitação colectiva. Um saguão interior ao quarteirão recebe os despejos. No térreo, a "loja" herdada da tipologia anterior permanece funcionalmente, agora urbana e por vezes estendida a um meio piso intermédio (a "sobre-loja"). O antigo "andar nobre" dos solares ainda persiste, embora apenas formalmente, pois as janelas do segundo piso são as únicas dotadas de sacada com guarda de ferro. Finalmente as "mansardas", cobertas com dois telhados de diferente inclinação (de provável influência centro-europeia, germânica) culminam a definição hierarquizada e renovadora deste tipo de casa, ligando-o a nova classe média urbana que desponta no país. (ver FIG.125)

O modelo afinado nesta época vai persistir por décadas, gradualmente simplificado na tecnologia e alterado nas formas que o compõem. Corresponde à casa popular urbana dos inícios do século XIX, térrea ou com dois/três pisos; influencia as alterações e reconstruções de casas mais antigas, às quais se acrescenta então a característica cobertura de duplo telhado e/ou a janela de mansarda; e servirá de base às primeiras inovações estilísticas com carácter romântico-revivalista, em situações que já transcendem o âmbito cronológico deste estudo.

B - A Casa Rural - distribuição geográfica e tipos

"...focar os principais aspectos da habitação rural no continente, dando a impressão geral do modo como o homem do campo se abriga para defesa das intempéries e para descanso do corpo."

E.A.Lima Basto, in "Inquérito à Habitação Rural"

A arquitectura popular, também chamada "vernácula" ou "regional" (18) estabelece as relações básicas entre as necessidades humanas e o espaço, ou "meio" onde elas se processam.

Interessa-nos aqui o estudo da casa, ou "habitat", sub-tema que pode situar-se entre os grandes grupos do "território", atrás analisado (sobre os tipos de povoamento, os tecidos e estrutura de conjuntos edificados) e os da "arquitectura da produção" (englobando espaços de armazenamento e de secagem, além dos ligados à exploração da terra, energias naturais e vida animal).

Definindo-a por oposição ou complementaridade ao "mundo urbano", a arquitectura popular pode referir-se aqui a um universo predominantemente "rural" (19), e destacado também das obras "eruditas", como atrás se justificou.

1 - As grandes regiões do país

Orlando Ribeiro foi o primeiro investigador a clarificar modernamente e na globalidade os modelos domésticos de ocupação do espaço rural português (20), apoiado na sua dupla formação histórico-geográfica. Assim, define uma "civilização do Granito" típica do Norte do país, articulada com valores de rudeza morfológica, climática e agro-pastoril, e com uma ocupação do território que oscila entre a forte aglomeração (em Trás-Os-Montes), e a total dispersão (no Minho); e refere uma "civilização do Barro" própria das áreas meridionais de sentido horizontal e planáltico, a sul do Tejo, com uma luminosidade ligada ao uso dos materiais terrosos e "macios", tratados a água (alvenarias) e fogo (a cal), feita em função de uma vida colectiva mais virada ao exterior, contida em povoações concentradas nos encontros de caminhos (Alentejo), ou espaiadas pelo litoral abrigado (Algarve).

Esta leitura, que remete para dois grandes universos geo-climáticos (21), o do "Atlântico" (Granito) e o do Mediterrâneo (Barro), mas também histórico-culturais (o Portugal "Celta", germanizado e "Cristão", e o Portugal romanizado e "Moçárabe"), completa-se e complexiza-se com várias leituras mais detalhadas:

- a que define a existência de uma terceira área geo-climática, de articulação com a chamada "Hispanidade", abrangendo todo o interior (de Trás-Os-Montes às Beiras e até em parte à Serra Algarvia);

- a que constata uma maior diversidade de materiais e de tecnologias de construção utilizados (o uso do xisto, que abrange áreas do Sul e do Norte; a aplicação da madeira, nas áreas de mais recente colonização do litoral, com os "palheiros");

- a que analisa pequenas áreas com características específicas, que determinam certos sub-tipos especiais de casa (as regiões da "Gândara", das casas circulares da Serra Algarvia e das construções de colmo na península de Setúbal), podendo porém algumas destas tipologias corresponder a épocas posteriores ao século XVIII (22);

- as que decorrem das investigações arqueológicas e antropológicas, as quais introduzem outros possíveis modelos ancestrais de "habitat", relacionados com áreas concretas do país (23).

2 - As sub-zonas principais da casa rural

Com o "Inquérito à Arquitectura Popular", levado a cabo entre 1956 e 1961 por equipas itinerantes de arquitectos, com exigências sistemáticas, aperfeiçoaram-se decisivamente os conhecimentos sobre as sub-regiões correspondentes áquele tipo de produção arquitectónica, que estavam até então confinados a uma visão "romântica", ou pelo menos parcial do problema, insistindo na existência de uma "Casa Portuguesa" com vocação unitária e nacionalista (24).

Apoiado na leitura e interpretação então recente de Orlando Ribeiro, o trabalho realizado acentuou as relações de contexto cultural e funcional, aparentando as áreas nortenhas e do interior respectivamente com as regiões vizinhas galegas e meséticas, ou o Alentejo com a Estremadura espanhola. Deste modo o "inquérito" articulou-se com uma leitura internacionalista, mais do que com uma visão "portuguesa" das arquitecturas regionais; tornou-se claro que elas se enquadravam nas do conjunto dos países meridionais (em função da área geo-cultural do Mediterrâneo), embora delas constituindo como que um "Finisterra de Charneira(s)" (25). Nessas arquitecturas predominava secularmente a construção baseada em materiais tirados da terra (pedra, barro), em volumes baixos, com coberturas de pouca inclinação, sem porém deixar de haver em paralelo uma penetração quer de factores aparentemente de raiz mais "oriental" e transatlântica (os "rotulados" de sabor islâmico aplicados nos vãos, os telhados de "tesoura"), quer supostamente mais "nórdicos" (as construções assentes em cantaria mas aplicando sobre esta estruturas em esqueleto de madeira).

Dividindo o país em zonas, caracterizaram-se uma série de tipos de casa rural diferenciados:

a - na área do noroeste, marcada por povoamento fortemente disperso, as habitações em granito, sobradadas, aproveitando as encostas com meios-pisos, tendo a "loja" com animais no térreo, amplos avarandados de madeira no superior e cobertura em telha solta. Este tipo de casa articula-se com a tradicional cultura do milho (que usa o "espigueiro") e com uma micropropriedade endémica (26);

b - no nordeste interior, com um povoamento muito concentrado em aldeias, casas mais elementares, usando o granito ou o xisto, normalmente em dois pisos sem rebocos exteriores, de ampla varanda, com cozinha simples sem chaminé, enquadrada num sentido mais comunitário de uso do território, numa prática agrária e pastoril (27); (FIG. 126)

c - no interior centro (as "Beiras"), as casas também utilizam a pedra à vista, de telha de meia-cana, com dois pisos e loja, havendo frequentemente alpendres em madeira com escada exterior conjugada, por vezes envidraçados para protecção do clima agreste (28); (FIG. 127)

d - na longa faixa litoral estremenha, de Aveiro a Setúbal, existência de grande variedade de materiais, técnicas e formas, expressas em habitações de diferentes tipos, como a casa "palheira" das dunas, com estrutura inteiramente em madeira (29) (FIG. 128), como a casa térrea com quintal e portão, feita em adobe ou taipa na zona da Gândara, ou como a casa da chamada "região saloia", construção em calcário e alvenaria caiada, com cozinha térrea e corpo torreado de dois pisos com telhado de quatro águas (30); (FIG. 129)

e - na área meridional, a casa do "monte" alentejano, descendendo provavelmente da "vila" da romanização (e com passagem pela "vila" renascentista), ou a casa de aldeia: ambas térreas (ou quando muito de dois pisos), caiadas e com uso de grandes chaminés, apresentam vãos de pequenas dimensões, moldurados por faixas de cor com pigmento terroso; incluem forno incorporado ou próximo da habitação e separação dos anexos para animais (31); (FIG. 130)

f - finalmente, na faixa meridional litoral, o Algarve, encontra-se igualmente a casa térrea e caiada mas de proporções e pormenores mais delicados ou elaborados, nas pequenas chaminés de rendilhados, nas faixas de cor e platibandas; surgem as "açoteias" ou terraços sobre abobadilha de tijoleira, abrangendo parte da cobertura, ou o encançado sob a telha vã (que também se usa no Alentejo) (32);

3 - A casa rural e os modelos eruditos

Não se pode ignorar a constante permeabilidade de influências entre a casa erudita edificada em meio rural e a construção menos elaborada e de programa mais simples do mesmo meio. Os fenómenos de difusão cultural, transportando modelos e experiências, entre norte e sul, interior e litoral, desde cedo devem ter actuado como processos de transformação de formas, de técnicas de construção, das expressões decorativas.

Podem apontar-se três situações históricas em que essa relação deverá ter tido especial significado, dentro do período aqui considerado: a da "casatorre" medieval (33) (FIG.131), a da casa de quinta seiscentista (34) e a do período pombalino (35).

Em obra já citada (36), o autor do presente trabalho procurou relacionar os tipos de construção das épocas referidas, de base erudita, com um tipo concreto de casa popular, a da chamada "região saloia". Efectivamente, o tipo de proporção alteada e torreada do tradicionalmente mais representativo casal agrícola da zona saloia remete para uma possível influência da "casatorre" medievla; as suas modulação e compartimentação relacionam-se claramente com as medidas e corpos do solar agrário seiscentista, numa gradação de sucessivas variantes, desde a estrutura mais simples à mais complexa; e finalmente, a sua elaborada e elegante cobertura de quatro águas poderá ter influenciado por sua vez a arquitectura setecentista mais erudita, na fase pombalina, a atestar pela volumetria e perfis de alguns dos seus exemplos marcantes.

Sem prejuízo de uma investigação mais ampla neste sector, que permita estabelecer outras relações entre tipologias "eruditas" e "populares", é de fazer ressaltar aqui a importância destas ligações, no quadro da habitação rural dos arredores de Lisboa, pois esta arquitectura vai ter comprovada influência no tipo de casa insular da época estudada, como se verá.

É sobre este quadro geral - que se presume em grande parte definido e estabilizado nos fins da Idade Média - e a partir dele, que desde o século XV vai desenvolver-se a Diáspora da Expansão, acompanhada de um povoamento de novas áreas geográficas que como se verá implicou um efectivo transporte de modelos espaciais, técnicas construtivas e tipos de casa, os quais nas ilhas atlânticas terão o seu primeiro processo de aplicação e de transformação, objecto do estudo do capítulo seguinte.

(1) Cf. obra cit. na nota (16) do capítulo II

(2) Relação idênticamente estabelecida anteriormente entre o padrão romano de cidade e os tipos medievais de estrutura urbana: a questão é afinal a de averiguar que continuidades conseguiram atravessar a Alta Idade Média, em termos de cultura construída

(3) As casas de 4 telhados eram dominantes na paisagem urbana da capital, ainda no século XVI - como se pode apreciar na sua área litoral representada na célebre "Panorâmica de Lisboa" quinhentista, existente na Biblioteca de Leyde, com desenho de expressão bastante realista; noutro desenho de meados do século XVIII, representando a mesma área vê-se a mesma dominância, e também os outros tipos de casa urbana referidos no texto ("Panorâmica de Lisboa", tinta da China, existente na Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa). No Brasil colonial encontra-se um tipo de casa análogo e provavelmente seu "descendente", que é referido em oposição à casa "estreita e alta" in OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando [192] - Casas Esguias do Porto e Sobrados do Recife. Recife. 1986: "Daí a casa portuguesa pesadona, de paredes grossas, feita com pedra, sugerir um barroco agrário...e o sobrado alto, esguio como um coqueiro (...) ter servido socialmente de casa burguesa, no seu significado mais mercantil" (pág. 21); e noutro passo da mesma obra, refere a relação deste modelo com o mundo rural: "...casas de rés-do-chão e andar, de linhas horizontais, 'pesadonas' e 'acaçapadas', com telhados de quatro águas, e com o aspecto atarracado das construções barrocas portuguesas; com paredes grossas de pedra, e esquinas, soleiras e ombreiras de cantaria, é a casa rural(...) de origem portuguesa" (pág. 22)

(4) Nuno Teotónio Pereira descreve este tipo de casa como "dos mais correntes na Lisboa anterior ao Terramoto, como o atestam as gravuras da época, juntamente com o de telhado de 4 águas, praticamente desaparecidos na cidade. Provável influência do norte da Europa, onde este tipo de cobertura é dominante, especialmente nas cidades portuárias que comerciavam com Lisboa" (cf. obra cit. na nota (11) da introdução a esta segunda parte, parágrafo 1.2). Na vila de Sesimbra puderam ser recentemente inventariados significativos exemplos de prédios com a "fachada em bico" e com cobertura de quatro águas, alguns deles provavelmente seiscentistas, ambos correspondendo ao lote estreito referido, mostrando assim a sobrevivência do modelo em núcleos mais pequenos e alheados do desenvolvimento moderno (in FERNANDES [et al.] [211] - Plano de Salvaguarda de Sesimbra. 1985- [policopiado para a Câmara Municipal de Sesimbra])

(5) Não confundir a "taipa" nortenha com a mesma designação meridional, pois esta refere-se antes a uma alvenaria executada entre taipaís de madeira, formando paredes espessas, em que "...o enchimento é feito com camadas alternativas de terra argilosa, adobes, tijolos ou britas." (in BRANCO [194] - Manual do Pedreiro. Lisboa. 1981, pág.65). Um bom exemplo do edifício "de resalto" é o da chamada "casa da Rua Nova", em Guimarães, recentemente recuperado: a sua construção "é de origem medieval, tendo sido quase totalmente reconstruída no século XVII (...) foram mantidas as paredes em granito do rés-do-chão e elevados os andares por meio de uma estrutura mista de madeira e tijolo, conhecida localmente por 'taipa de rodísio', usando-se, naturalmente, a madeira para guarnições de aberturas, caixilhos, guardas de varandas e pavimentos. Mantendo embora os ressaltos de origem medieval, a fachada apresenta uma composição de influência renascentista..." (in CASA da Rua Nova [161] - Guimarães. 1986 [folheto do G.T.L.]). Poderá considerar-se uma variante deste tipo a casa com andares salientes apoiados em pilares, como existiam na Baixa pré-Pombalina e ainda persistem pontualmente em Belém (rua Vieira Portuense). Ainda em relação a Lisboa, diz também Nuno Teotónio Pereira: "Este tipo de edifícios remonta à Idade Média e é de crer que se tenha construído até ao século XVII, encontrando-se ainda alguns raros exemplares nas zonas mais antigas da cidade, como Alfama e Mouraria. Trata-se de um modelo característico do norte da Península, que se encontra também noutras partes da Europa Central e que, descendo a Lisboa, ganha uma expressão própria ao contacto com uma tradição mediterrânica." (cf. obra cit. na nota (11) da introdução a esta segunda parte, parágrafo 1.1). Finalmente, e confirmando a continuidade entre este tipo de estrutura na fase medieval e na época moderna, é de pôr a hipótese deste modelo ter sido aperfeiçoado e incrementado ao longo de Seiscentos, como sucedia então pela Europa, nas casas com armação de madeira, que usavam uma "construção tipo esqueleto, na qual os contornos das molduras são barrotes de madeira, sendo os espaços (artesões ou

caixotões) por eles formados preenchidos com argila ou tijolo. Trata-se de um tipo de construção muito divulgado na Alemanha, França e Inglaterra a partir da primeira metade do século XVII" (in KOCH [204] - Estilos de Arquitectura II. Lisboa. 1985, pág. 144). A obra de carácter mais amplo sobre o tema das tipologias domésticas na História que consultámos é o trabalho de Norbert SCHOENHAUER [101] - 6.000 Years of Housing. Nova Iorque. 1981. Edição espanhola: 6.000 Años de Habitat. Barcelona. 1984

(6) Michel Jean Bertrand considera como os dois grandes grupos dentro da "habitação familiar" o da "casa senhorial" e o da "casa burguesa", conceitos que aqui adoptamos (in BERTRAND [85] - Architecture de l'Habitat Urbain: La Maison, le Quartier, la Ville. Paris. 1981). A funcionalidade da "casa burguesa" pode resumir-se na definição de Veiga de Oliveira e Fernando Galhano "...no seu significado mais mercantil, com a associação da morada, nos andares superiores, a utilização do térreo para estabelecimentos comerciais" (cf. obra cit. na nota (3)). Sobre a origem deste tipo de casa, para além da sua possível radicação num tipo de estrutura de propriedade caracterizador do sistema urbano medieval, são apontadas por Veiga de Oliveira e Fernando Galhano (na mesma obra), a relação com o espaço portuário e a exiguidade de áreas disponíveis nas cidades em geral, facto aliás agravado ao longo da época moderna (séculos XVII-XVIII), como também refere Lewis Mumford (em MUMFORD [77] - The Culture of Cities. Harcourt. 1938. Edição brasileira: A Cultura das Cidades. Belo Horizonte. 1961

(7) Estes sistemas de loteamento ou de parcelamento foram estudados no contexto das cidades medievais do País Basco por José Ignacio Linazasoro, que lhes refere a origem rural na Antiguidade: "...en el ejemplo de la casa romana, se puede observar cómo la primitiva casa aislada con 'peristilo' interior aparece en la ciudad separada de su contigua por un espacio intermedio: el 'ambitus'." (in obra citada na nota (33) do capítulo II, pág. 99). Com o crescente desenvolvimento urbano de Roma e a valorização dos terrenos, o "ambitus" desaparece gradualmente, e surge a nossa "parede mea": "Las casas se transformaron en contiguas y apareció el muro medianero o 'paries communis'. Por eso el tipo de proporciones cuadradas alrededor de un patio tendió a transformarse en alargado y sin patio - o muy pequeño - como la 'insula' romana y, posteriormente, la casa medieval." (in obra citada na nota (33) do capítulo II, pág.100)

(8) José Ignacio Linazasoro refere um censo pouco posterior a 1276, levado a cabo em Navarra, que faz ressaltar a importância de regulamentos com sentido colectivo e sistematizador na construção da cidade: "esta reglamentación expresa el carácter homogéneo y la dependencia funcional a nivel urbano de la casa gótica" (in obra cit. na nota (33) do capítulo II, pág.100)

(9) O tipo da casa "gótica" alongada e com andares deve ter persistido nas cidades portuguesas através da Idade Moderna, recebendo contributos parciais que a foram enriquecendo e alterando formalmente - é o caso da aplicação das "rótulas" (greijas de madeira) nos vãos das fachadas (ainda hoje há exemplos em Chaves ou Tavira), como sucederá igualmente nas ilhas atlânticas. A disposição interna típica destas habitações, referida no texto, bem como os ressaltos em madeira e a sequência das paredes-meias podem apreciar-se exemplarmente nos desenhos do "Mapa das Ruas de Braga", de 1750, existente na Câmara Municipal da cidade, bem como na "Casa das Rótulas", ainda de pé (elementos reproduzidos na obra citada na nota (10) da introdução ao presente capítulo, págs.16-17)

(10) Oliveira Marques, no contexto da Europa medieval, sugere um contraste ou oposição do espaço urbano entre a "cidade burguesa / do norte / de madeira ou barro" e a "cidade senhorial / do sul / de pedra", que contém valores interessantes em relação às arquitecturas respectivas. Resta provar a verdade da asserção, possivelmente apenas aceitável como esquema geral interpretativo (in obra citada na nota (16) do capítulo II, págs. 15-16). Note-se que a casa de 4 telhados (ou de 4 águas, mais exactamente) de expressão atarracada pode resumir-se, na sua expressão mais simples, ao tipo totalmente elementar da habitação térrea, de 2 janelas e uma porta central na fachada, permanecendo a sua estrutura ligada à utilização de alvenarias ou adobes, com paredes espessas - subtipo que surgindo em sequência nos espaços urbanos, tende a ganhar duas águas apenas, e se tornará bastante importante nas ilhas atlânticas como se verá.

(11) Designação inicialmente utilizada por Júlio de Castilho (in CASTILHO [33] - Lisboa Antiga: O Bairro Alto. Lisboa. 1954, I, pág.144), e adoptada por George Kubler para a arquitectura portuguesa produzida entre 1521-1706, querendo acentuar o seu carácter simplificado e estereotipado (e até certo ponto "desornamentado", como sugere a tradução "plain"), a partir dos cânones clássicos

(in KUBLER [91] - Portuguese Plain Architecture. Connecticut. 1972). George Kubler refere nesta obra (pág. 3): "Following Júlio de Castilho's idea of the 'estilo chão', I have called it 'plain' architecture. It differs from the 'estilo desornamentado' of Spain, as exemplified at the Escorial (1563-1584), by its freedom from academic rule and from Italianate forms. The Portuguese plain style is like a vernacular architecture, related to living dialect traditions more than to the great authors of the remote past." José Eduardo Horta Correia utiliza a mesma designação e interpretação de Kubler, embora prefira a expressão "estilo chão" a "arquitectura chã", pelo maior rigor que a primeira expressa (cf. CORREIA [88] - Arquitectura Portuguesa: Renascimento: Maneirismo: Estilo Chão. Lisboa. 1991). Em qualquer dos casos, é evidente o conteúdo vernáculo para que remete o termo, que por isso facilita a aproximação entre leituras mais "antropológicas" e outras mais "históricas" da evolução da arquitectura

(12) Em Viana do Castelo constituem exemplos: a casa dos Melo Alvim, na rua da Carreira, provavelmente de 1509-10, já apontada por Raul Lino (in obra citada na nota (7) da introdução a este capítulo), manuelina; a casa dos Costa Barros (inicialmente dos Pitas de Caminha), na rua de São Pedro, manuelina mas já com pontuais elementos italianizantes; e a casa dos Sá Sotomaior, de temática renascença, datável provavelmente dos anos 40 do século XVI (cf. CALDAS, João Vieira; GOMES, Paulo Varela [32] - Viana do Castelo. Lisboa. 1990. Em Évora, o mais importante núcleo de residência da corte no século XVI, ainda subsistem alguns exemplos notáveis da arquitectura doméstica dessa época; podem referir-se, listados por Túlio Espanca, vários edifícios com elementos manuelinos e renascentistas: o Palácio de D.Manuel, a par de São Francisco; o Palácio dos Duques de Cadaval; o Solar dos Condes de Basto; o Paço dos Condes de Portalegre; a Casa Cordovil; o Paço do Almirante Dom Vasco da Gama; e a Casa Soure. (in ESPANCA [39] - Évora: Arte e História. Évora. 1980, págs. 20 a 27)

(13) Como a situada na esquina da rua Pedro Dias com a Travessa do Arco, pertencente à casa de Os Velhos de Macedo, o qual apresenta também uma fachada deitando para a rua da Graça, com originais aventais semi-circulares do século XVI. In MELA [43] - Ruas de Tomar e a Sua Toponímia. In Boletim Cultural e Informativo da C.M. de Tomar. Tomar. 1981, N.1

(14) Coberturas de 4 águas individualizadas sobre cada compartimento principal da mesma construção; as casas com este tipo de cobertura, abundantes na cidade, mereceram a investigação de Orlando Ribeiro, que aventou a hipótese da sua origem ultramarina: "O 'telhado de tesouro' é de quatro águas, bastante inclinado, assente numa série de barrotes divergentes que sustentam a cumieira (madre), e cujo afastamento se mantém por meio de uma trave (nível ou aspa): ao conjunto dá-se geralmente o nome de 'asna' ou 'tesoura' (...) "a contraprova da origem oriental dos telhados múltiplos fica feita. Nada, nos velhos portos da expansão espanhola, se assemelha à estranha fisionomia do remate das casas de Tavira. Por um lado, eles não pertencem ao património de tradições muçulmanas tão bem conservado nas cidades espanholas do Sul. Por outro, a navegação com as Índias Ocidentais, sem tocar directamente a China ou a Índia, não podia ter trazido para os portos da metrópole elementos semelhantes aos que se encontram nos de Portugal" (in RIBEIRO [45] - Geografia e Civilização: Temas Portugueses. Lisboa. 1961. 2a. edição: Lisboa. 1979. Citações das págs. 96-97 e 115-116 da 2a. edição, respectivamente). O autor da presente dissertação pôde encontrar exemplos soltos destas coberturas em locais ribeirinhos ou portuários que corroboram a tese de Orlando Ribeiro: em Albufeira (no antigo convento da rua da Bateria, no bairro do Castelo, hoje muito alterado), em Lagos (em diversas casas da rua principal do centro histórico da cidade), em Mértola (no antigo e semi-arruinado convento a sul da vila, na confluência da ribeira de Oeiras com o Guadiana, rio que a ligava tradicionalmente à costa algarvia), em Sesimbra (na casa da rua Cândido dos Reis ns.45-51, alterada; e, embora num contexto isolado, nas casas do Santuário da Senhora do Cabo Espichel, reconstruídas), e naturalmente ainda, em diversas casas da área de Lisboa ("Quinta do Egipto", em Oeiras, solar em Alcântara-Alvito, Lisboa). Note-se porém, com mais rigor, que o telhado "múltiplo" e com estrutura de "tesoura" pode não apresentar a acentuada inclinação que se encontra em Tavira; e que uma cobertura em "tesoura" pode ser única (e portanto não "múltipla") num edifício - como sucede nas casas mais elementares dos arredores de Tavira (como na aldeia da Luz) - e como se irá encontrar correntemente nas ilhas atlânticas

(15) Como existiam ainda na "alta" da cidade, até aos anos 40 do século XX: por exemplo o prédio da "Farmácia do Castelo", no largo do Castelo (in ASSOCIAÇÃO [57] - A Velha Alta... Desaparecida. Coimbra. 1984)

(16) Como na sequência de construções da rua do Calvário, onde a aproximação entre os vãos é maior, aumentando o ritmo da sua seriação, bem marcado pelas cantarias verticais (in obra citada na nota (10) da introdução ao presente capítulo, pág.21)

(17) Do latim "caveola", significando "o madeiramento que forma o esqueleto de um edifício" (cf. DICIONÁRIO [202]. Citado na nota (39) da Introdução Geral, pág. 552); designação que se aplica especialmente à construção pombalina, mas que também abrange genericamente as estruturas de madeira das tipologias de inspiração medieval, com "andares de ressalto"

(18) Com menos propriedade e purismo também se diz "vernacular"; estas designações têm conteúdos diversos, pouco precisos e em parte complementares: "popular" remete para o sentido do programa social desta arquitectura; já "vernáculo" e "regional" apontam para uma área geográfica concreta com características originais, independentemente dos utilizadores do espaço. Também se usam as expressões "arquitectura sem arquitectos" e "arquitectura espontânea", que acentuam o carácter simples da sua concepção e execução.

(19) Na maior parte dos casos, julga-se implícita uma relação exclusiva entre a arquitectura popular e a do espaço rural - naturalmente pelo carácter tradicional daquela, ligada habitualmente a camadas de população de recursos limitados, enraizada nas suas terras de origem. Aceita-se aqui este sentido comum do termo, apenas por facilidade de exposição, sem deixar porém de o analisar criticamente - pois há evidentemente uma arquitectura "popular" ou "vernácula" de tipo urbano, como fica exposto neste capítulo

(20) Cf. obra citada na nota (14)

(21) Universos que Orlando Ribeiro caracteriza desenvolvidamente em RIBEIRO [46] - Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: Esboço de Relações Geográficas. Lisboa. 1986, 4a. edição

(22) Aspectos analisados em pormenor in OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando [94] - Arquitectura. In Arte Popular em Portugal. Lisboa. [s.d.], vol. I. Note-se que alguns destes modelos de casa popular já correspondem a fases mais recentes do povoamento, nomeadamente nas faixas litorais, (Ilhavo, península de Setúbal), dos séculos XIX mesmo XX; pode ser o caso das casas de colmo ou mesmo das famosas casas de açoteia em Olhão

(23) Eugeniusz Frankowsky, já no início do século, refere por exemplo uma antiquíssima "cultura lacustre e palafítica" com casas assentes em estacaria de madeira, sobrelevadas do solo pantanoso e húmido do Minho e da Galiza, que considera como possíveis antecedentes dos "sequeiros" e dos "espigueiros", e também das casas com "loja" assentes em pilares de granito. Ver: FRANKOWSKY, Eugeniusz - Hórreos y Palafitos de la Peninsula Iberica. Madrid. 1918. Citado por Veiga de Oliveira na obra referida na nota (22). As escavações de vestígios de antigos "castros" celtas como Briteiros têm avançado novos dados sobre a questão da presença da casa redonda na fase de povoamento pré-romano (conforme inúmeros estudos do professor Jorge Dias. Ver por ex.: DIAS, Jorge [89] - Las Construcciones Circulares del Noroeste de la Peninsula Iberica y las Citanias. Santiago de Compostela. 1946)

(24) Alguns estudos pioneiros são em todo o caso de destacar. Além do ensaio de Raul Lino e do inquérito referidos respectivamente nas notas (7) e (8) da introdução a este capítulo, pode citar-se o trabalho: BASTO, E.A. Lima; BARROS, Henrique de [84] - Inquérito à Habitação Rural: I volume: A Habitação Rural nas Províncias do Norte de Portugal. Lisboa. 1943, vol.I. De base económica e social, com levantamento criterioso, sistemático e detalhado, infelizmente incompletado. Para Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, na obra citada na nota (22), os dois grandes grupos de casa rural seriam a de dois pisos, "do Norte", e a térrea, "do Sul", distinção clara mas demasiado esquemática da realidade.

(25) Na expressão de Jorge Gaspar, in GASPAR [72] - Valorização Arquitectónica e Urbana de Lisboa. Lisboa. 1990 [catálogo de exposição]

(26) São de referir sobre a casa da região minhota, além da obra citada na nota (24), diversos estudos de Ernesto Veiga de Oliveira e de Fernando Galhano, entre os quais: OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando [95] - Alguns Elementos das Casas de Matosinhos, Maia e Vila do Conde. Matosinhos. 1957

(27) Sobre a casa transmontana há inúmeras monografias relativas a áreas específicas, podendo destacar-se os estudos: DIAS [37] - Vilarinho da Furna: Uma Aldeia Comunitária. Lisboa. 1981. LEMA [42] - Tourém: Uma Aldeia Raiana do Barroso. Lisboa. 1978. Ambas as obras têm desenhos e fotografias relativas às habitações locais

(28) Relativa à casa beirã pode citar-se a obra: DIAS [36] - Etnografia da Beira. Lisboa. 1953, vol. VII. Nela se ensaia uma sistematização do tema

(29) Os chamados "palheiros" foram estudados monograficamente na obra: BRITO [31] - Palheiros de Mira: Formação e Declínio de um Aglomerado de Pescadores. Lisboa. 1960. 2a. edição: Lisboa. 1981. Note-se que esta tipologia construtiva terá origem mais recente do que a época do âmbito deste estudo, ou pelo menos corresponderá cronologicamente à sua fase final (o povoamento destas faixas será já do início do século XIX, ou fins do anterior); mas foi aqui considerada dado contribuir para acentuar o carácter diversificado da casa estremenha, tendência que se julga mais antiga e enraizada

(30) A casa saloia foi caracterizada pelo autor no estudo: FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes [163] - Arquitectura da Região Saloia: Enquadramento na Área Atlântica. Lisboa. 1991

(31) A abordagem etnográfica à casa alentejana pode exemplificar-se com: ABELHO [25] - Roteiro Lírico do Alentejo: Os Montes. Lisboa. 1953

(32) A casa algarvia foi analisada em trabalhos como: VIANA [51] - Algarve: Alguns Traços Fisionómicos de uma Bela Província Portuguesa. Lisboa. 1953

(33) Designação utilizada por Carlos de Azevedo na obra citada na nota (10) da introdução a este capítulo; segundo este autor, um tipo concreto de "casa-torre", a "torre solarenga" tem exemplos conhecidos em Portugal desde o século XIV (em Gomariz), dando lugar depois a casas senhoriais mais complexas (com torre de ala residencial adossada - caso do Paço de Guela, já do século XV-XVI; com duas torres e corpo de ligação - caso do Solar dos Pinheiros, em Barcelos, de 1448; ou com torre em posição central, já em Quinhentos)

(34) Para a área rural de Lisboa, foi já estudada e detalhadamente exemplificada e classificada por João Vieira Caldas a clara relação entre casa popular e casa erudita, sobretudo nos aspectos comuns de modulação, das proporções, e de organização dos espaços internos - com incidência no século XVIII, mas por isso mesmo registando a consolidação dos modelos do século anterior (cf. obra citada na nota (9) da introdução a este capítulo)

(35) Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, falando da casa da "região saloia" referem-lhe o "nítido gosto pombalino" (in obra citada na nota (22))

(36) Conforme obra citada na nota (30): "E o marcante volume torreado, donde provém? O espaço estremenho, e mais em particular o dos arredores próximos da capital foi já aqui várias vezes referido como território onde se terão realizado sínteses entre culturas diferentes, e foi certamente privilegiado para a fusão de valores cristãos e muçulmanos, sendo ponto de encontro central em relação ao país em formação, albergando também o núcleo do poder principal. Assim, e aplicando este raciocínio ao campo da cultura arquitectónica, a tradição das construções com torres militares que as comunidades da Reconquista trouxeram certamente para o Sul (...) pode ter criado uma nova tradição de construção vernácula, e ter lançado modelos que de forma simplificada foram copiados pela população moçárabe dos arredores, dominada politicamente e sofrendo a natural influência cultural dos invasores" (pág.30). Noutra passagem da mesma obra, refere-se também: "Não obstante, é bem possível que a simples observação destas casas [saloijs] e a sua presença 'forte' na paisagem da região tenham em várias épocas influído na elaboração de novos modelos arquitectónicos cultos,

como os da 'arquitectura chã' dos séculos XVII-XVIII (na 'carrure' das proporções de solares e mesmo das igrejas), ou os do momento pombalino nos quais os sistemas de coberturas apresentam especiais analogias, tema aliás apontado por Veiga de Oliveira." (pág.25)

Capítulo V

A Casa Urbana nas Ilhas

"Desta rua dos Mercadores, além da rua Direita, sai outra, não tão comprida, de outros de menos trato, como é fruta, pano de linho e coisas de fancaria, que vêm de fora, no cabo da qual está um poço, pelo que se chama rua do Poço Novo, logo além está outra, que sai desta primeira dos Mercadores e se chama de João Esmeraldo, por ele ter ali seu aposento, antigo, mui rico, com casas de dois sobrados e pilares de mármore nas janelas, e em cima seus eirados com muitas frescuras (...)"

in "Livro Segundo das Saudades da Terra",
Gaspar Frutuoso, século XVI

Introdução

Considerar a casa isoladamente do seu contexto é uma abstracção necessária à análise de um dos temas fulcrais deste trabalho, o da habitação. Embora adoptando aqui, por comodidade de explanação, a divisão conceptual entre "casa urbana" e "casa rural", há que chamar de início a atenção para o facto de em termos muito gerais, se poder falar da existência neste período de uma "CASA INSULAR DA MACARONÉSIA", essencialmente caracterizada por um processo construtivo único, por um tipo de cobertura idêntico, e sobretudo pelo chamado sistema de forno/lareira doméstico comumente adoptado.

De facto, embora haja consideráveis diferenças regionais entre as casas dos diversos arquipélagos, e dentro destes mesmo de ilha para ilha e até no interior das ilhas maiores (como se detalhará nos capítulos seguintes); e embora também se possam assinalar divergências formais significativas entre as habitações rurais e as urbanas, há com evidência um fundo comum e original na casa insular, que resulta preponderante numa análise sistemática.

Assim, construtivamente, a "Casa Macaronésia" exprime por um lado uma relativa adaptação ao "novo meio" insular, apesentando por outro uma teimosa e arreigada ligação aos modelos exteriores e anteriores, transportados ou transpostos através da cultura e tradição das comunidades migrantes colonizadoras. Inscreve-se, genericamente falando, nos tipos de casa da área

Mediterrânea e da Europa Ocidental - que utilizam a pedra e a madeira - e que aqui se encontra caracterizada pela aplicação preponderante e inevitável da PEDRA VULCÂNICA.

Dentro deste quadro, as coberturas demonstram clara preferência pelo uso do telhado de QUATRO ÁGUAS, com aplicação da telha de meia cana; e dentro deste género de cobertura, são geralmente filiáveis num tipo especial, que apresenta pronunciado e elegante encurvamento na base, e que se poderia apelidar de "tipo português".

Para completar o conjunto, verifica-se uma sistemática individualização do uso do FORNO DOMÉSTICO, que praticamente todas as habitações apresentam, pobres ou ricas, em articulação de um modo ou de outro com o espaço da cozinha (o lar, a produção de alimentos, a saída de fumos).

A partir deste quadro comum, a casa madeirense poderá então parecer menos elaborada, ou de algum modo mais simplificada e uniforme nos detalhes; a açoreana, mais elaborada, diversificada e rica de soluções (no emolduramento dos vãos, na composição, no cromatismo); e a habitação canária, naturalmente mais miscigenada com valores e padrões hispânicos (uso do pátio interno, ou aplicação da madeira nas molduras das fenestranças, em vez da pedra). Também as respectivas casas urbanas poderão surgir como mais sofisticadas do que as rurais (nas dimensões e tipologia, no uso de torreões-mirantes, no trabalho decorativo em pedra e em madeira); mas em toda esta diversidade permanece uma noção clara de espírito comum, de padrão geral implícito, o qual será seguidamente analisado.

Morfologias - uma sistematização

Em termos globais verifica-se uma clara analogia entre os diversos tipos de casa urbana existentes nos arquipélagos analisados; e há também uma evidente semelhança - que aponta para uma filiação - entre esse mesmo conjunto de tipos de casa urbana insulares e os da casa urbana em Portugal Continental. Isto é válido para cada fase ou época estilística do período estudado, desde o século XV ao XVIII. Para abordar fundadamente o segundo aspecto, convém ter explicitado detalhadamente o primeiro.

Tal é o objectivo deste capítulo, que deverá apresentar ordenadamente as características mais significativas e marcantes da arquitectura doméstica urbana nos vários arquipélagos, nos planos morfológico e tipológico, organizando-se do seguinte modo:

- por enumeração das características morfológicas (aqui entendidas como os aspectos construtivos, formais e volumétricos) mais marcantes das casas, no seu conjunto inter-insular, com as respectivas exemplificações comparativas;
- por enumeração das características tipológicas (entendendo aqui tipologia como uma constante organização espacial e funcional) no mesmo conjunto, igualmente com as devidas exemplificações comparativas.

A referência e descrição, por cada arquipélago ou ilha, dos tipos de casa mais notáveis será o tema sequencial a abordar, na segunda parte do capítulo.

A - As Morfologias comuns à Macaronésia (1)

1 - Estrutura das paredes e fenestrações

As casas insulares são normalmente construídas em alvenaria de pedra (na quase totalidade dos exemplos, de origem vulcânica, com inúmeras variedades, como a do "tufo vermelho" madeirense)(2), com paredes espessas e volumetrias quadrangulares (simples ou acopladas, conforme a complexidade do programa) e caiação nas fachadas, deixando as pedras dos cunhais e das molduras dos vãos em pedra aparente, ou revestidas a faixa de cor com pigmento terroso.

Estas características, conjugadas com o tipo de cobertura em telha, como se verá, permitem o enquadramento da casa urbana insular no padrão geral da "casa meridional" das regiões mediterrâneas, que se definiu anteriormente (3), com alguma relação com o tipo europeu ocidental; a moldura de pedra nos cunhais e nos vãos e/ou a faixa de cor a emoldurar estes, porém, indica estarmos já perante um tipo mais restrito de casa, que encontrará provavelmente em Portugal Continental o seu modelo de origem ou referência (4).

Note-se que em relação aos três tipos básicos de casa urbana descritos no capítulo IV (5), que aliás parecem afirmar uma autonomia formal e espacial mesmo em relação ao tipo de casa de origem espanhola (6), só encontramos nas ilhas representantes dos dois primeiros, ou seja, do tipo atarracado e com poucos pisos, e do tipo alto e estreito; a aplicação de estruturas de madeira nas fachadas, com ou sem andares de ressalto (que corresponde ao terceiro tipo de casa existente no Continente) está assim praticamente excluída da casa urbana insular, o que não deixa de ser extremamente curioso de um ponto de vista geo-antropológico e no que respeita à resistência anti-sísmica dos imóveis (7). Pode pois afirmar-se que a "arquitetura da pedra" se impôs insularmente à "arquitetura da madeira" (para não falar da "arquitetura de terra", pouco viável nas ilhas), fenómeno que tem raízes históricas na tradição construtiva do mundo ocidental e meridional (8).

Exemplificações:

a - casa estreita e alta - na Madeira, casa com portadas sem caixilhos e vidraças, na rua da Queimada de Cima (FIG.132), e casa na rua Direita, com elementos manuelinos (referida na obra sobre a Madeira citada na nota (1), pág. 67), no Funchal (FIG.133); nos Açores, sequência de habitações avarandadas na rua de São Pedro, Angra do Heroísmo, Terceira (FIG.134); nas Canárias, casas em Santa Cruz de La Palma, com varandas cobertas ("balcones") na área da placeta del Borrero/calle General Mola, com traseiras para a avenida Marítima; (FIG.135)

b - casa atarracada e larga - na Madeira, casas ao longo da antiga rua de Santa Maria (referidas na obra sobre a Madeira citada na nota (1), pág. 59) (FIG.136) e na rua da Carreira, no Funchal (FIG.137); nos Açores, casas avarandadas na rua do Capitão-Mor, Lajes do Pico (FIG.138); nas Canárias, casa na calle Iriarte, em Puerto de la Cruz, Tenerife. (FIG.139)

2 - Coberturas e sanqueados

Os edifícios são usualmente cobertos com telhados de pequenas dimensões, quase sempre constituídos por quatro águas, embora também ocorra a solução de duas águas (sendo estas, duas ou quatro, revestidas com telha cerâmica de meia-cana), e tenha havido tectos em terraço (9). As coberturas fazem por regra um ângulo inferior a 45 graus com o plano horizontal (10). O sanqueado suavemente encurvado que remata no beiral é uma das características mais graciosas e originais deste tipo de cobertura (11).

Note-se que o telhado de quatro águas com a silhueta encurvada é um tema aparentemente desenvolvido com originalidade em Portugal e nas suas áreas de influência; as coberturas de 4 águas, mais raras nos contextos urbanos da Europa Ocidental e do Mediterrâneo (Espanha, Itália, França, norte de África), quando surgem não apresentam por regra o referido sanqueado, terminando normalmente, de forma quase abrupta, em linha recta oblíqua sobre a fachada.

De referir ainda o tipo de beiral, frequentemente com sub-beira, que na Madeira (Funchal) apresenta por vezes duas fiadas inferiores, ou seja, contando com a fiada do beiral, um verdadeiro "beiral triplo" (caso do "Palácio dos Cônsules", na esquina da rua Nova da Conceição com a rua da Figueira Preta)

3 - Telhados "múltiplos"

Esta característica, embora também presente na casa rural das ilhas (em quintas como em casas mais simples), é mais marcante nas construções urbanas, quer pela maior dimensão média que estas atingem, quer pela maior complexidade da compartimentação interna, que obriga a coberturas mais elaboradas. Por telhado "múltiplo" entendemos a cobertura com sistema de 4 águas individualizadas por cada compartimento da habitação, definido este normalmente por quatro paredes portantes, em alvenaria de pedra.

Correspondendo embora a um beiral contínuo e comum, e sendo pouco visíveis a partir dos arruamentos junto às fachadas, estes pequenos volumes piramidais adquirem considerável presença na imagem urbana de conjunto, contribuindo assinalavelmente, com o seu ritmo desigual e sequencial, para o pitoresco e a diversidade da paisagem construída das cidades insulares (12).

Ocorrem nos vários arquipélagos, em exemplos de influência erudita e em edifícios de expressão mais popular: com alguma raridade na Madeira (Funchal e Ribeira Brava), nas ilhas de povoamento mais antigo dos Açores (Vila do Porto, em Santa Maria; Ribeira Grande, em São Miguel) e também nas Canárias, onde surgem nas Ilhas de Lanzarote, Tenerife (Puerto de la Cruz) e La Palma (Los Llanos de Aridane).

Note-se que a individualização das coberturas de 4 águas pelos vários compartimentos da mesma habitação não se faz apenas por justaposição no mesmo nível horizontal; também é frequente a diferenciação "vertical", com uma ou

mais coberturas de 4 águas elevando-se acima da cota geral dos telhados da casa; nesse caso há como que uma transição para a característica "torre-mirante", a qual constitui um outro tema formal, que se analisará a seguir.

Exemplificações:

- Madeira (solar dos Ornelas, rua do Bispo, Funchal, FIG.140); casa com alpendre, à entrada da rua Direita, Ribeira Brava, FIG.141); Açores (solar na rua Frei Gonçalo Velho, com a capela de N.S. do Livramento, em Vila do Porto, Santa Maria, provavelmente ainda quinhentista) (ver FIG.288); solar na rua do Botelho, Ribeira Grande provavelmente setecentista) (ver FIG.185); Canárias (casas com coberturas caiadas nas localidades de Tegui e San Bartolomé, Lanzarote (FIG.142); casas térreas em Puerto de la Cruz, calle Teobaldo Power, Tenerife) (FIG.143)

4 - Torres, torreões e mirantes

Esta é talvez a morfologia construtiva que adquiriu feição mais expressiva na Madeira, por comparação com os outros dois arquipélagos. Muito correntes no Funchal - onde chegam a atingir vários pisos acima do volume principal da casa - e com dimensões mais reduzidas nos Açores (sobretudo em Ponta Delgada e Vila Franca do Campo, em São Miguel), tendo presença apenas ocasional nas Canárias (Garachico, em Tenerife).

É legítimo explicar a presença destes volumes (por vezes quase obsessiva) pelo desejo de quebrar o isolamento característico da vida insular, dada a relação que naturalmente permitem estabelecer com uma paisagem urbana de vistas mais amplas, mas sobretudo pela ligação visual com o oceano, meio de transporte e de ligação ao "exterior" fundamental na época analisada - serão assim sobretudo "torres de ver-o-mar", na Madeira (13) como nos Açores (14).

São várias as hipóteses da sua filiação enquanto modelo arquitectónico, desde as casas medievais aos "miradores" muçulmanos (15). Se a possibilidade da influência muçulmana tem toda a pertinência no caso das Canárias - dada a relação permanente da expansão hispânica com Sevilha e a Andaluzia em geral, já outras possibilidades são de encarar nos restantes arquipélagos. Por exemplo em relação à Madeira, onde a permanência de uma colónia de origem italiana desde os primeiros tempos da ocupação, com importante papel no comércio marítimo, naturalmente radicada no Funchal, faz remeter para a possibilidade de uma mais directa influência das casas com torre erguidas nas pequenas cidades italianas ao longo dos últimos séculos da Idade Média, e de que é exemplo extremo o da "cidade das mil torres", San Gimignano, nos arredores de Florença (16). (FIG.144)

Podemos considerar três grandes grupos de volumes, consoante a sua dimensão, forma e tipos de material utilizado:

- as "torres" propriamente ditas, volumes elevados (até dois ou três pisos acima do telhado da habitação), e frequentemente recuados em relação ao plano da fachada, os quais podem ser de alvenaria (com forma quadrangular ou

paralelipipédica), compactos ou com varadim aberto ou envidraçado, ou então apresentar estrutura de madeira aparente (então com menor número de pisos), sendo quase sempre cobertos com telhado de 4 águas;

- os "torreões", mais simples e de menores dimensões, cobertos com telhado de 3 ou 4 águas, tendo um piso apenas acima da cobertura, recuados ou no plano da fachada, por vezes no enfiamento de arruamentos fronteiros; dentro deste tipo, podemos considerar os "proto-torreões", que se sobreelevam apenas meio-piso acima da linha de cobertura do prédio, e que poderão representar uma procura tímida e primitiva de definição de um corpo torreado;

- as janelas de mansarda, "trapeiras" (ou "gateiras", como se chamam no Faial, Açores), pequenos volumes de cobertura simples em 2 águas, que por regra não ultrapassam a altura máxima da cobertura geral do edifício, e são normalmente construídos em madeira aparente (ou com a parte frontal em alvenaria, e as duas laterais em madeira).

Ainda se podem referir, relacionadas com estas formas, as "casas de prazer" (ou "casinhas de prazer" como se designam na Madeira), torreões abertos ou envidraçados, construídos normalmente em madeira, sobre os muros que delimitam os jardins das habitações com programa mais desenvolvido. Correspondem habitualmente a um corpo quadrangular sobre-elevado, fazendo esquina, junto ao cruzamento dos arruamentos envolventes (calçada de Santa Clara, solar, actual Casa-Museu Frederico de Freitas, Funchal). (FIG.145)

Em articulação com o campo da arquitectura religiosa, embora este esteja fora do âmbito do trabalho, é apesar de tudo de referir a presença das imponentes torres conventuais que também incluem rotulados na parte superior (garante de uma intimidade que permitia a observação sem se ser visto), em São Miguel (conventos femininos de Ponta Delgada [FIG.146] e de Vila Franca do Campo) e em Tenerife (La Laguna) (FIG.147), já que eles surgem em ilhas ou localidades que como vimos também têm torres domésticas, pelo que não é de rejeitar uma possível influência no lançar do modelo no meio urbano.

As raras "torres" revestidas a madeira constituem mesmo assim, em conjunto com os rotulados e balcões sobre os vãos analisados em seguida, as únicas partes da habitação urbana insular onde este material consegue adquirir expressão de vincado efeito plástico - como que um "refúgio" para uma tecnologia que na habitação urbana das áreas da Europa Ocidental - e até no norte de Portugal Continental, como vimos - teve mais importância e desenvolvimento (por exemplo, nos andares de ressalto). E note-se que tanto as "torres" como as rótulas e balcões são mero acessório da casa.

Isto pode corresponder a uma tendência em certo sentido "regressiva" da arquitectura doméstica das ilhas para o exclusivo uso exterior da pedra, numa "mediterraneização" das tecnologias utilizadas. E este facto poderá por sua vez ser exemplo da ideia mais geral de "fechamento" ou de isolamento face a novas experiências arquitectónicas, que parece ser uma atitude corrente do mundo insular na época analisada...

Exemplificações:

- "torres" : Funchal, solar dos Ornelas, rua do Bispo (ver FIG.140), e sequência na rua dos Ferreiros, junto à rua do Sabão; Ponta Delgada, solar na rua do Marquês da Praia, fronteiro ao jardim Sena de Freitas (a nascente), e

solar no largo da Matriz, esquina com o largo Vasco Bensaúde (FIG.148); Garachico, Tenerife, Canárias, solar na calle Esteban de Ponte (esta torre com cobertura em terraço) (FIG.149)

- "torreões" : inúmeros exemplos no Funchal (Madeira) (FIG.150), Ponta Delgada e Vila Franca do Campo (São Miguel, Açores) e Garachico (Tenerife, Canárias);

- trapeiras ou "gateiras": mais frequentes nos Açores, onde o tipo mais original e característico, de 2 águas pouco inclinadas com frente triangular em madeira pintada se encontra com frequência na Horta (ilha do Faial) (ver FIG.237); também é frequente o tipo de janela de mansarda mais vulgar em Lagoa e Atalhada, em casas térreas simples de janela-porta-janela (São Miguel).

5 - Emolduramento de vãos e decoração simbólica

Com trabalho executado sobretudo em cantaria lavrada, esta parte da casa foi a que permitiu uma maior riqueza expressiva por parte do artista ilhéu, num gosto insular pelo pormenor que sem ser requintado se tornou marcante e original. É também nesta parte da construção que maior relação com a evolução estilística erudita se veio a estabelecer, em programas domésticos mais elaborados que cedo exerceram influência na expressão das casas mais simples.

Podem considerar-se diversos tipos de vãos, consoante a função desempenhada, a forma e o estilo adoptado. Em termos funcionais, podemos dividir as aberturas em vãos de passagem (portais, portas), em vãos de representação e iluminação (janelas de sacada e janelas de peito) e em vãos de iluminação - basicamente os óculos (ou "ós de escada" como se designavam em São Miguel, Açores) (17).

Por sua vez, a evolução formal dos emolduramentos dos vãos foi sendo ditada pela adopção sucessiva dos diversos estilos arquitectónicos eruditos, podendo considerar-se três grandes fases, correspondentes grosso modo aos séculos XV-XVI, XVII e XVIII:

- vãos com elementos em ARCO DE TIPO CONOPIAL, que na Madeira e nos Açores apresentam desenho manuelino (por vezes mainelado), mais ou menos elaborado ou simplificado, em peças normalmente aplicadas de modo isolado e assimétrico nas fachadas, correspondendo a edifícios robustos e geralmente com um máximo de dois pisos, enquadráveis numa atitude medievo-renascentista. Esta fase pode também corresponder a vãos mais simples, de contornos rectilíneos, em casas de aspecto maciço, com aberturas pequenas e em número reduzido.

No Funchal encontravam-se vãos deste tipo em construções já demolidas na rua do Esmeraldo: na chamada "Casa de Colombo" - que pertenceu ao mercador João Esmeraldo e foi construída pelo pedreiro João Garcia em 1495 - havia uma janela com mainel (FIG.151); e noutro edifício de esquina, duas janelas simples de lintel manuelino (18) (FIG.152). Na casa da rua Direita n.68 há ainda um lintel de porta de desenho manuelino, referido na obra sobre a Madeira citada na nota (1).

Nos Açores subsistem ainda exemplos sobretudo nas ilhas de povoamento mais antigo: em Santa Maria, Vila do Porto, na rua de Gonçalo Velho, há três casas com lintéis manuelinos (duas térreas e uma de dois pisos), tendo mesmo uma das térreas, conhecida como "Casa do Capitão" e atribuída ao século XV (19), um vão arcaizante de tipo ogival em basalto. (FIG.153) Em São Miguel vamos encontrar vãos do mesmo tipo manuelino (com mainel) numa casa sobradada (e em parte modernizada) ao lado da Câmara Municipal da Ribeira Grande (rua da Praça). (FIG.154)

Uma outra "Casa do Capitão", na Terceira (Angra do Heroísmo, rua Vaz Corte Real), embora muito alterada através dos tempos, apresentava, segundo testemunho recente, elementos provavelmente atribuíveis à época manuelina (20).

Nas Canárias os arcos conopiais encontram-se como vestígios na zona antiga de Las Palmas de Gran Canaria (entre Triana e La Vegueta), como no edifício na esquina das calles Torres Clavel e Mayor de Triana (21), (FIG.155) ou no da calle Mendizabal n.27 (perto da calle Colón, antiga "calle de los Portugueses"), com lintel conopial na porta e na janela do piso superior, de nítida ressonância manuelina) (FIG.156). Na mesma ilha mas em Arucas, junto à plazoleta Manolo Ramos, existe outro edifício com este tipo de arco nos seus seis vãos. (FIG.157)

- vãos com elementos de FEIÇÃO CLASSIZANTE, em peças ordenadas ao longo da fachada de forma regular e equilibrada, procurando atingir proporções dentro das normas divulgadas a partir do Renascimento Italiano, embora de forma acentuadamente simplificada.

Os elementos construtivos mais marcantes dessa arquitectura são as "FACHAS" (22) em uma ou mais fiadas horizontais em pedra, a nível intermédio, para travamento do conjunto, os guarnecimentos dos vãos de peito com pesado "AVENTAL" em pedra (ou sacadas, por vezes também com guarda de pedra), e o "SOCO" ou emvasamento, saliente e denso. Nos exemplos mais aperfeiçoados, o alinhamento dos vãos superiores e inferiores (com ou sem varanda) produz uma continuidade vertical, nos emolduramentos em pedra, que se pode designar por "VÃO-PILAR", ou "VÃO-COLUNA".

No Funchal, onde este padrão é pouco expressivo, vê-se correntemente o prédio com um ou dois pisos acima do térreo, sendo os vãos superiores, todos de sacada, alinhados e ligados entre si por um avarandado contínuo, o qual se substitui deste modo à "facha" horizontal (caso do edifício na rua das Mercês, representado na pág. 24 da obra sobre a Madeira citada na nota (1)) (FIG.158). Os "aventais" estão assim ausentes, dada a utilização sistemática de varandas em vez de janelas de peito, embora o princípio do "vão-pilar" seja seguido. Também o "soco" é pouco empolado, resultando um modelo no seu conjunto mais próximo dos padrões continentais que dos insulares. Veja-se o solar na rua do Esmeraldo n.38, atribuído a fins do século XVII: já apresenta as sacadas com guarda individualizada - tendência setecentista - mas ainda dentro da expressão "chá" corrente na época de seiscentos (destruído em 1986, reproduzido na obra citada na nota (18)). (FIG.159)

seqüência na rua dos Ferreiros, junto à rua do Sabão; Ponta Delgada, solar na rua do Marquês da Praia, fronteiro ao Jardim São da Freitas (a nascente), e

Nos Açores, pelo contrário, encontra-se esta característica arquitectura, de feição arreigadamente insular: nas chamadas "ilhas do meio" há construções urbanas de feição seiscentista com AVENTAIS DE PEDRA quadrangulares (prédios na rua Walter Bensaúde, Horta, no Faial (FIG.160); antigo granel na rua do Santo Espírito, e solar na rua Duque de Palmela, demolido, no local dos actual edifício dos Correios, em Angra, Terceira), ou "EM BICO" trapezoidal (solar chamado de "D.Violante do Canto", rua da Sé, Angra, Terceira; solar na Madalena do Pico, junto ao cais) (FIG.161), e com o sistema de "VÃO-PILAR" (solar "tardio", datado de 1703, no lado nascente do largo da Sé, Angra, Terceira (FIG.162); prédios na rua do Capitão Mor, Lajes do Pico (ver FIG.138), e solar na Fajã Grande, ilha das Flores, no grupo ocidental); as "FACHAS" surgem também na Graciosa (casa em Santa Cruz), no Pico (solar no Carmo, arredores da Madalena, casa no largo da Prainha de Baixo), São Jorge (Câmara Municipal das Velas) (FIG.163) e Faial (Horta) (ver FIG.160). No grupo oriental, onde esta arquitectura tem uma expressão global diferente, há aventais quadrangulares em São Miguel e Santa Maria (Vila do Porto, "casa do Padre") (FIG.164), com as respectivas "fachas" e o sistema de "vão-pilar". Só porém em São Miguel este sistema formal se pode considerar completo, como se verá detalhadamente em seguida.

Nas Canárias, encontram-se também os "vãos-pilares", normalmente realçando com sentido monumental as entradas principais dos solares, em ligação com a janela superior. Há exemplos edificados na Gran Canaria (prédios nas calle Malteses e calle Pelegrina, entre Triana e Vegueta, em Las Palmas; edifício na calle Vega March, com data de 1742, em Arucas (FIG.165); edifício em Guia, muito semelhante aos da Ribeira Grande nos Açores (FIG.166); edifício em Teror, com um "balcón canario" sobreposto, de 1767-1801, junto à igreja de Piño (FIG.167), em Tenerife (calle Gen. Franco, em La Laguna) e em La Palma (calle Alvarez Arreo, em Santa Cruz) (FIG.168), cujas fachadas se aparentam deste modo com as açoreanas, embora a sua organização espacial interna divirja, dada a existência sistemática do pátio interior. Embora sem formarem os "vãos-pilares", há ainda uma tendência geral nas fachadas desta época para o engrossamento das cantarias nos emolduramentos dos vãos, a toda a sua volta.

Este tipo de elementos construtivos e compositivos, aliados aos vãos das fachadas, se bem que existentes no conjunto dos arquipélagos analisados, como se viu, contribuiu para a definição de um verdadeiro "estilo" sub-regional, original e coerente dentro da arquitectura doméstica, sobretudo nos Açores, e nesta ilhas marcadamente em São Miguel, com predominância na área urbana da Ribeira Grande, a norte da ilha.

Este facto talvez seja explicável pela necessidade premente, mais sentida nos Açores - e sobretudo em São Miguel, durante o século de Quinhentos - de produzir uma arquitectura resistente e eficaz face aos abalos sísmicos e às catástrofes decorrentes de um vulcanismo então muito activo (23).

Assim, e ao longo do século XVII, definiu-se e praticou-se nos Açores uma arquitectura urbana com marcada influência erudita, simplificada, correspondendo a construções baixas (máximo dois pisos) e maciças, de expressão rude, estruturalmente anti-sísmica e formalmente original. É enquadrável em linhas

gerais no tipo de solar de Portugal Continental da época, com gosto sóbrio e depurado nos elementos construtivos e decorativos, dentro das coordenadas da chamada "arquitECTURA chã" nacional. (ver FIG.122)

Essa arquitetura exprimiU-se, para além das molduras dos vãos, no cuidado aparelho de pedra nos encontros das empenas, e no característico enxadrezado da alvenaria, com a pedra bem talhada, de malha em diagonal. Aos conteúdos específicos de uma estética classizante (incorporadora de uma certa carga de racionalidade construtiva aliada a um conceito de "ordem"), há que aliar uma procura de adaptação às necessidades anti-sísmicas.

Na arquitetura micaelense da época seiscentista estes valores estão presentes e sofreram grande elaboração, contribuindo para o firmar de uma original linguagem arquitectónica em função da procura de um maior "peso" e estabilidade dos seus elementos constitutivos, e que terá tido o seu expoente no que Leite de Ataíde chamou de "ESTILO MICAELENSE" (24), que assentando nos valores formais expressos na fachada, alia notavelmente os aspectos estruturais, estilísticos e de carácter simbólico. É esta original produção que agora se analisa em pormenor.

Assim, neste tipo de arquitetura, e sobretudo nos exemplos mais apurados, o envasamento muito espesso e alto, em pedra, assegura o receber de todos os esforços dos pisos superiores, os quais, distribuídos primeiro pela cornija e "fachas" horizontais aos vãos e pilastras, vêem depois, graças à perfeita ligação e continuidade em pedra destes elementos, em transmissão vertical, diluir-se na base da construção (25). O sistema terá sido lento e gradualmente afinado, começando possivelmente pela aplicação dos enormes aventais de pedra (26), estabilizadores da janelas de peito, e pelas pesadas varandas em blocos trabalhados, ainda como peças isoladas no conjunto da fachada; mais tarde, esses elementos "soltos" ligaram-se entre si verticalmente, transformando-se no referido "vão-pilar", em simultâneo com o alteamento do "soco" e o engrossamento das "fachas". Quando na fase seguinte, a gramática erudita se modificou, aligeirando-se, outras soluções de travamento foram experimentadas, como se verá.

Embora casas enquadráveis neste estilo se encontrem em Ponta Delgada, Lagoa, Vila Franca do Campo e até, em exemplo isolado, em Vila do Porto (a referida "Casa do Padre") (ver FIG.164), em Santa Maria, é na então vila da Ribeira Grande que se concentram a maioria dos exemplos mais marcantes e completos. Note-se porém a dificuldade de datação dos exemplos existentes, já sentida por Leite de Ataíde (27), cuja leitura estilística aqui se segue em linhas gerais, apesar destas condicionantes.

O que realmente autonomiza o "estilo micaelense" da Ribeira Grande, dentro da arquitetura urbana desta época nas ilhas, é a forte vertente decorativo-simbólica que patenteia, associada aos elementos estruturais já referidos - basta dizer que é unicamente nesta vila que se encontra a "SUASTICA" (28), associada por sistema aos lintéis das fachadas domésticas, que também incluem os chamados "ROMBOS", "FUSOS" ou "PONTAS DE DIAMANTE" (FIG.169) - aparentemente formas rituais de protecção mágica integradas na cultura vernácula tradicional, que também encontramos enraizada no Continente (com relevo para o Algarve) e (menos) nas restantes ilhas, quer no contexto doméstico quer no religioso (29). Assim, em Portugal Continental podem

destacar-se "suásticas" (de tipo curvilíneo de seis braços) decorando o portal de um solar seiscentista em Tavira (largo da Corredoura) (FIGS.170, 171), na entrada de um solar manuelino em Serpa (frente às portas de São Paulo) (FIG.172), e ainda num avental de vão manuelino num solar da "baixa" de Lamego. (FIG.173)

Leite de Ataíde explica o uso quase obsessivo desta simbólica pela catástrofe de 1563, na qual erupções e avalanches destruíram grande parte da vila, semi-abandonada até final do século; a lenta reconstrução, já em Seiscentos, correspondeu assim a uma época geralmente sentida como de grande insegurança em termos político-religiosos, e profundamente marcada por um misticismo exacerbado; é possível que este contexto aliado ao receio dos fenómenos destruidores naturais tenha gerado e consolidado o emprego de uma tão original e específica decoração arquitectónica.

O autor referido descreve as fachadas da arquitectura urbana ribeirograndinense, acentuando os seus aspectos mais característicos (30): são "molduradas por pilastras de chaparia à vista" (dentro do tipo tradicional português da época), exibem a ornamentação superior das janelas "composta por painéis de boa lavra, de cujos fundos rectangulares se levantam fusos ou rombos" (a que se associam com frequência os "suástica") (ver FIG.169), janelas que assentam nos "aventais longos que muitas vezes estabelecem ligação entre elas e as vergas das portas do rés-do-chão" (constituindo assim o referido "vão-pilar") (FIG.174); completam o quadro as "altas sapatas de chaparia lisa, que sempre dão nobreza e distinção às construções", e em algumas dessas casas, "varandas cerradas de pedra rendilhada com estrelados abertos" (FIG.175). Poderíamos ainda apontar os óculos de escada (FIG.176), cujas aberturas de forma decorativa incluem por vezes a "suástica"; estes símbolos, quer aplicados nos lintéis das janelas e portas quer nos óculos, surgem quase sempre na forma curvilínea de seis braços (hexásceles), e foram também detalhadamente analisados por Leite de Ataíde (31).

Em síntese, a riqueza e variedade desta arquitectura é dada pelas diversas combinações de janelas de avental, de varandas decoradas com rotulados de madeira e de portas térreas, articuladas no seu conjunto por "fachas" e por pilastras, e pontuadas pelos óculos, os quais assumem as formas mais elaboradas na Ribeira Grande. Muito disseminada pelo espaço urbano da cidade, sobretudo na área da malha irradiante a norte do largo da Câmara, esta temática decorativa surge em construções encostadas empena a empena, de dois pisos ou térreas, das quais os exemplos aparentemente mais arcaizantes possuem óculos coroando a porta única exterior.

Uma variante interessante, dentro do "Estilo Micaelense", é a da construção em gaveto, na qual a varanda dos dois vãos do andar superior junto á esquina se prolonga, contornando-a e formando uma peça contínua - no que parece ser a procura de um efeito urbano, muito dentro do "sentido barroco" da época (32) - e que corresponde no interior da casa ao salão principal, de "representação" social (FIG.177); tal solução foi encontrada igualmente, embora num contexto distante e diverso, em edificios também do século XVII, na arquitectura urbana de Havana, Cuba, nas Indias Ocidentais (FIGS.178, 179). Tal analogia, sem autorizar o estabelecimento de relações directas de influência arquitectónica, deve mesmo assim contar com a forte migração de

açoreanos e madeirenses para as Canárias (sobretudo nos séculos XVI e XVII), e destas para as Índias Ocidentais espanholas, como foi já estudado pelo autor (33).

Fora da cidade, são mais pontuais e incompletos os exemplos do "estilo micalense": em Ponta Delgada, os poucos edifícios com "rombos" decorativos não incluem "suásticas" (tal como o caso único de "micalense" em Santa Maria, a "casa do Padre", já referida) (ver FIG.164); nas Calhetas, perto da Ribeira Grande, a única casa existente dentro do estilo apresenta em contrapartida as "suásticas" sem "rombos".

Exemplificações do "Estilo Micalense" na Ribeira Grande: esquina na rua da Praça (com janela de avental quadrangular e lintéis com dois "rombos" e três "suásticas"); gaveto nordeste da rua Conde Jácome Correia com a rua Sousa Silva (ver FIG.177); e largo de Nossa Senhora das Dores (com varanda dobrando a esquina, dois "rombos" nos lintéis e "vãos-pilares") (ver FIG.174); rua Sousa Silva n.67 (com varanda de pedra trabalhada e óculo sobre a porta) (FIG.180); rua de Santa Luzia n.15 (com janelas de avental quadrangular e óculo sobre a porta) (FIG.181); rua do Passal (lintéis com três "rombos" cada); rua de São Francisco (com janelas de avental quadrangular e óculo com "suásticas".

Exemplos em Ponta Delgada: rua Joaquim N. da Silva n.39 (com "vão-pilar" e janela de avental quadrangular); rua dos Mercadores n.90 (pares de "rombos" nos lintéis e frisos de "rombos" nas "fachas") (FIG.182); rua Ernesto do Canto (com vãos-pilares", embasamento bojudo e óculos); largo da Palmeira ou Pracinha de São Pedro (com lintéis com pares de "rombos" e "facha" horizontal).

- vãos com expressão mais densa e de sensibilidade "QUASE-BARROCA" nos emolduramentos, ou com contorno curvilíneo nos lintéis, por vezes interligados por faixas de pedra verticais e com aventais ornamentais, enquadráveis genericamente nos temas do século XVIII, nos períodos Joanino, Pombalino e Mariano.

É de novo nos Açores que surgem as exemplificações mais interessantes e originais, embora haja casos isolados a registar na Madeira. Em relação às Canárias, onde a arquitectura urbana da época marca também assinalável presença, teria um significado muito relativo a procura de temas de raiz ou influência portuguesa, dada a distanciação que desde a Restauração da independência de 1640 se foi acentuando, e que já estava consumada em Setecentos (34).

No Funchal os modelos de casa urbana atribuíveis ao século XVIII seguem de muito perto os padrões do Continente, com a comum procura de uma opulência expressiva em termos formais, o que os distingue da austeridade dos exemplos do século anterior; apresentam a tradicional seriação dos vãos de sacada nos andar nobre, individualizados por cornija (esta muito trabalhada) em cada lintel, inscritos no pano de fachada limitado também por cornija densa e ampla, e moldurados pelas duas pilastras de cada um dos lados. O prolongamento das ombreiras de pedra, em faixas verticais, está patente do edifício da rua dos Ferreiros que pertenceu a J.Tomaszewsky (35), de requintado pormenor no desenho das peças de pedra (FIG.183); no antigo Paço Episcopal, são utilizados

os lintéis curvos nos vãos de sacada, em contorno muito característico da fase Joanina: mas o mais original desenho de emolduramentos é o do chamado "Palácio dos Cônsules", à rua Nova da Conceição, esquina com a rua da Figueira Preta, no qual todos os vãos do "andar nobre" são sobrepujados por frontão formado por dois elementos curvos (um "frontão côncavo"), em cujo encontro uma esfera de pedra serve de remate, e cujas janelas de sobreloja apresentam lintel trilobado. (FIG.184)

Nos Açores estes tipos de emolduramentos estão relacionados com uma estilística que procura maior refinamento na construção e nos acabamentos, ou através de uma densificação expressiva dos elementos de pedra da fachada, ou pela procura de maior ligeireza no desenho desses mesmos elementos - opções que segundo Leite de Ataíde devem corresponder respectivamente a uma fase inicial ligada ao Joanino e a outra mais relacionada com o período Pombalino-Mariano.

Os edifícios, que por vezes já atingem três pisos, exibem assim fortes envasamentos de perfil clássico (existentes sobretudo em São Miguel), ou as elegantes faixas verticais de pedra e os lintéis curvos (mais na Terceira, Graciosa e São Jorge). Leite de Ataíde, falando do contexto micaelense, refere as alterações introduzidas pelo gosto setecentista: "as sapatas lisas tendem a tornar-se volumosas, bojudas e salientes, rematadas sempre por grosso cordão; o chanfro das arestas interiores das jambagens fixa-se em quarto de cordão com ressaltos em bico, a quarenta centímetros da extremidade inferior; as bases da cornija e as cintas médias, de marcação dos pavimentos, são mantidas, mas o lugar dos antigos rombos é agora tomado, em geral, por toros lisos ou torcidos; o boleamento das cimalthas e taças deixa a forma de ducina direita para seguir a de caveto direito, entre estrias e caneluras" (36) (FIG.185). Densidade e complexidade é portanto o sentido imprimido à construção nesta fase, tendência já pressentida nos solares da rua de Santa Luzia, em Ponta Delgada, os quais embora ainda sem os envasamentos bojudos, apresentam os lintéis dos vãos muito elaborados, e que já está claramente expressa no edifício solarengo do largo 5 de Outubro, onde motivos exóticos acentuam as entradas ou as varandas principais. (FIG.186)

Outros exemplos em São Miguel com envasamento pronunciado ou com lintel muito trabalhado situam-se na rua do Peru e na rua Conselheiro Luís Bettencourt, e na rua do Melo, com o notável exemplo de solar com portais decorados (Ponta Delgada) (FIG.187), e também em solares urbanos em Vila Franca do Campo e Água de Pau. Na Terceira pode referir-se o palácio Bettencourt, a sul da Sé (Angra). (FIG.188)

Mas o tipo de vãos que teve enorme difusão nos Açores nesta fase foi o que apresenta vergas com desenho suavemente curvo em pedra, com prolongamentos verticais nos casos mais elaborados. Efectivamente, na segunda metade do século "a moda parece exigir alívio das lavours, e a decoração arquitectónica simplifica-se. Os dintéis das janelas e portas apresentam superfície lisa e alteando-se, terminam em cordão simples de delineamento côncavo, a meio, e horizontal nos lados; desaparecem os antigos painéis; as jambagens tendem a estreitar e, assim, as construções, com propensão para se altearem, vão-se vulgarizando" (37).

Esta solução, que deve poder relacionar-se com o contexto social e económico da segunda metade do século (38), como que procura "redimir" a construção da secura formal e da austeridade decorativa que a invadem, por meio de um remate repetitivo mais gracioso. A sequência de vãos com lintel curvo surge assim um pouco por todo o arquipélago, com destaque para a arquitectura solarenga de São Miguel, onde continuam a utilizar-se os "socos" bojudos: em Ponta Delgada (solar na rua do Mercado, frente ao largo de São João (FIG.189); solar no largo da Matriz), na Ribeira Grande (solares na rua da Conceição [FIG. 190] e na rua João da Horta, este com faixas verticais prolongando os vãos) e ainda em Água de Pau.

Nas "ilhas do meio", e sobretudo na ilha Terceira, esta solução formal aparece muito associada à divulgação da "casa esguia", tipicamente urbana, de expressão mais simples, que já foi estudada pelo autor no caso mais interessante, o de Angra do Heroísmo (39). Assim, podem citar-se inúmeros exemplos (que frequentemente formam conjuntos sequenciais) nas ruas principais desta cidade (do Galo, da Sé, de Lisboa e de São João [FIG.191]) e também na Praia da Vitória.

Nas mesmas ilhas surgem também casas de feição mais erudita, por vezes solares, onde se utiliza o mesmo tipo de lintel curvo sobre os vãos, mas com faixas de pedra em prolongamento vertical, ou vertical e horizontal: na Terceira ("casa do Contratador Prudência", com varandas onduladas e rica ornamentação, na rua de Lisboa (FIG.192); casa com aventais em pedra, largo da Sé, lado poente, ambos em Angra), na Graciosa (Santa Cruz, onde a casa Francisco Bettencourt Barcelos é a solução mais elaborada e elegante de todo o arquipélago, conjugando em três pisos o prolongamento horizontal dos lintéis, o vertical das ombreiras e os aventais ornamentais) (40) (FIG.193), e em São Jorge (solar de Cunha da Silveira, nas Velas, com varanda contornando a esquina, como na Ribeira Grande micalense) (FIG.194). Isolado, um exemplo em Santa Cruz das Flores (com dois pisos e vãos de lintel curvo sem faixas) mostra a rarefacção desta forma nas ilhas ocidentais e a sua inexistência virtual no Faial e Pico. Poderá mesmo falar-se, a propósito do prédio com vão de lintel curvo, faixa e avental ornamental, de uma solução formal característica da Terceira e da sua área de influência mais directa (Graciosa e São Jorge), de cariz setecentista, e tão notável pela sua originalidade como o terá sido outro gosto sub-regional, o já descrito "estilo Micalense" seiscentista.

A utilização de óculos nas fachadas apresenta certa autonomia em relação às três fases atrás descritas, já que existem exemplos que "atravessam" os vários "estilos" formais. Sem deixar de referir os óculos típicos do Funchal, quadrilobados e próprios dos exemplos setecentistas (como nos citados "Palácio dos Cônsules" e antigo Paço Episcopal), há que acentuar a diversidade e originalidade dos exemplos açoreanos, nomeadamente os micalenses (decorados com elementos em relevo, e normalmente lavrados numa base quadrangular de pedra) e existentes em edifícios de Ponta Delgada, Ribeira Grande, Lagoa, Vila Franca do Campo (FIG.195), sendo mais raros em Santa Maria (Vila do Porto). Quase ausentes ou pouco interessantes nas "ilhas do meio", pode referir-se apesar disso o óculo losangonal da Horta (Faial) e das Flores (Ponta Delgada e Fajã Grande) e o "estrelado" de quatro pontas (só na Ponta da Fajã, Flores),

em ambos os casos moldurados por faixa de cor. Igualmente nesta ilha surgem os postigos gradeados, quadrangulares, alternando com as portas das "lojas" térreas, nas casas urbanas mais elaboradas (Ponta Delgada e Fajã Grande), obedecendo a prováveis intuítos de defesa, contra os frequentes assaltos de pirataria às ilhas.

Para concluir o vasto tema dos emolduramentos dos vãos, pode dizer-se que ele contribui, sem dúvida decisivamente, para a caracterização original da casa urbana açórica, como já afirmámos antes:

"Estudos anteriores chamam a atenção para a evolução formal do lintel, como 'peça modular' por assim dizer, desta arquitectura civil, que permitiria acompanhar a sua evolução geral.

Bottineau interroga-se sobre a existência de uma arquitectura de habitação característica de uma vasta área geográfica, o 'MEDITERRÂNEO ATLÂNTICO', pois 'certas casas das Canárias, pelo menos em Tenerife, impressionam pelas suas semelhanças (...) com as da civilização lusitana', perguntando se essa evolução do lintel será particular aos Açores, ou 'reproduz simplesmente a de Portugal, da Madeira e do Brasil'.

De qualquer forma, podemos com este autor concluir que a individualização de uma 'arquitectura sísmica' (mais 'atarracada' e densa de travamentos) e plásticamente definida pelo emprego exclusivo de pedra vulcânica escura sobre o fundo caiado, contribui sem dúvida para a individualização da arquitectura açoriana..." (41)

O tema dos emolduramentos, alargando o leque dos tipos de pedra utilizados aos de tons avermelhados que surgem na Madeira e Canárias, pode assim ser elemento de identificação de uma "ARQUITECTURA URBANA MACARONÉSIA".

6 - Preenchimento de vãos com elementos em madeira

O "mucharabi", ou "muxarabi"(42), caixa de "treliça", "adufa" ou "rótulas" em madeira, com as suas variantes incompletas, é o elemento de protecção de janelas e postigos mais corrente na casa urbana das ilhas.

De uso muito comum pela mesma época na área de influência portuguesa (Continente, Brasil) (43), e no mundo mediterrâneo em geral, os rotulados aplicados em sacadas (e mais raramente em janelas de peito) serão por certo vestígio de modos mais intimidantes de encarar o espaço doméstico, talvez descendentes simplificados ou incompletos da caixa totalmente fechada, construída em entrançado de madeira, usada no mundo árabe.

Os rotulados de madeira foram muito utilizados como guardas de varanda, tendo caído em desuso desde o início do século XIX, quando chegou a haver prescrições oficiais para a sua demolição, como sucedeu no Brasil, por inestéticos e anti-higiénicos (44).

As duas origens mais citadas para estas pequenas estruturas são por um lado as já referidas, do mundo muçulmano e oriental em geral (norte de África, Arábia, Egipto), onde constituíam caixas completamente fechadas, transpostas depois pela tradição peninsular mudéjar ao mundo hispano-americano (por

exemplo, constituindo a totalidade do avarandado da quinhentista "Casa de Velasquez", em Santiago de Cuba), e, por outro lado, norte-europeias, com exemplificações em Inglaterra (45).

Assim, sem ser um tema original das ilhas atlânticas, os rotulados surgem razoavelmente exemplificados nos vários arquipélagos. Na Madeira quase não se encontram actualmente vestígios do seu uso (a não ser como protecção das "casas de prazer", como sucede no Funchal, junto ao jardim de São Francisco, na rua Ivens), sendo necessário recorrer a gravuras oitocentistas para confirmar a sua anterior ocorrência (46). Foram sendo substituídas, possivelmente devido à crescente influência britânica desde fins do século XVIII, por outros tipos de protecção, como as "gelosias" ou "persianas", de tipo maleável, que presas apenas superiormente ao lintel do vão, se colocam por sobre o corrimão da varanda, com gracioso encurvamento (FIG.196), ou como as portadas, com ripas horizontais de madeira, travadas com esquadros metálicos, e quase sempre pintadas de verde - ambas soluções já certamente modernizantes.

Nos Açores porém, há ainda hoje alguma persistência dos rotulados, em guardas de janelas de sacada, com exemplos pontuais em Santa Maria (Vila do Porto, com padrão losangonal), São Miguel (solar setecentista em Água de Pau) e Flores (Santa Cruz, com ripado horizontal), existindo os mais significativos casos - pela originalidade e quantidade - na Terceira (Angra e Praia da Vitória, esta com sacadas "corridas") (FIG.197) e no Faial (Horta). Em Angra há ainda casos de sacadas com portinholas móveis (fachada da actual C.G.Depósitos, na Praça Velha; casas da rua Direita [FIG.198]), bem como na Horta (rua Serpa Pinto) (FIG.199), cidade onde é muito frequente também o uso da "persiana" de ripas horizontais, que já referimos a propósito do Funchal (47). De referir ainda as guardas de varandas em madeira, tradição de carácter mais simples, visível por exemplo no Pico (Prainha de Baixo e Santa Luzia)

Nas Canárias é ainda mais forte a tradição dos rotulados, havendo quase verdadeiros "muxarabis". O tipo mais corrente baseia-se no revestimento da guarda do tradicional "balcón", espécie de avarandado em madeira - com possível origem no norte peninsular - com painéis de rótulas (48).

Foram encontrados exemplos em: Gran Canaria (na Vegueta de Las Palmas, na calle Pelegrina, datado de 1790 [FIG.200], e na calle Chil, esta com varanda dobrando a esquina, estabelecendo um vínculo com idênticos casos na Ribeira Grande e em Havana [FIG.201]; em Telde, praça S.Juan, edifício com rotulado em guarda de sacada, e outro com guarda alteada e coberto com beiral [FIG.202]; em Guia, na plaza Gen. Franco, elemento do tipo "balcón canario", com coberto, pilares de madeira e guarda [FIG.203]); em Tenerife (La Laguna, calle Gen. Franco, dois edifícios com "balcón" corrido sobre vários vãos, no andar superior) (FIG.204); e em La Palma (Santa Cruz, na calle O'Daly/Real, um edifício com caixas de sacada com portinholas - a fazer lembrar as da Horta do Faial (FIG.205); outro com frentes para as calle Real/O'Daly n.27, calle Alvarez de Abreu e calle Blas Simon, apresentando uma pequena janela de peito coberta por uma caixa de madeira totalmente fechada, também com portinholas de rótula - e constituindo o exemplo mais completo encontrado). (FIG.206)

Há ainda que referir a tradição dos balcões envidraçados apostos às fachadas, evolução estética e tecnológica "natural" dos balcões abertos, que possivelmente a partir da segunda metade do século XVIII foram sendo aplicados

nas ilhas, em conjugação com a recém aperfeiçoada janela de guilhotina. Mas esta solução surge sobretudo nas Canárias; na Madeira e Açores a janela de guilhotina tem ampla divulgação, nesta época, apenas na sua aplicação em janelas de peito no plano das fachadas (49).

Assim nas Canárias, ao contrário dos outros arquipélagos, a importância do uso da madeira na construção de elementos exteriores na arquitectura doméstica permitiu a sugestão de um tipo geral e original, a que alguns autores espanhóis chamam "ESTILO CANARIO", outros "arquitectura canaria propia", com abundante utilização daquele material, e sobretudo caracterizada pelo uso de balcões e janelas com guarnecimento em trabalho de carpintaria, para além do seu emprego em pátios, corredores, coberturas de telha e "destiladeras" (50).

Esta característica porém, a nosso ver, não se sobrepõe ao sentido geral da arquitectura doméstica macaronésia, dada pela estrutura-base das construções, onde o uso da pedra é dominante, como já foi referido atrás - antes o enriquece e "acrescenta" formal e construtivamente com alguns elementos de tipo ligeiro, onde o pormenor mais pode ser realçado, e se confirma o gosto ilhéu pelo detalhe precioso. Mais uma vez, a dualidade da "arquitectura da pedra" e da "arquitectura da madeira", característica transposta da Europa Ocidental para as ilhas, está aqui presente, mas com a dominância da pedra, em sentido mediterrâneo (51).

7 - Sistema de forno-lareira doméstico

Este aspecto ultrapassa a expressão meramente morfológica, constitutindo-se como tema de articulação com as tipologias, ou se quisermos, um tema singular, "MORFO-TIPOLOGICO", na medida em que também condiciona e caracteriza a estrutura dos diversos tipos de espaço doméstico. Efectivamente, a presença quase sistemática do forno de cozer pão no interior da cozinha das casas macaronésias, em conjugação construtiva, formal e funcional com a lareira, espaço de preparação de alimentos, e com a chaminé (quando a haja) ou outros processos de saída de fumos, constitui um verdadeiro sistema, com elementos fixos e variantes identificáveis. Sistema que assinala, neste caso, a prevalência da forma na classificação tipológica.

Assumindo porém mais importância no contexto da arquitectura rural, é nesse capítulo que será mais desenvolvida a sua abordagem e caracterização. Aqui ficar-se-á apenas por uma referência aos aspectos mais destacados da presença do forno na casa urbana.

A sua ocorrência é actualmente mais frequente nos Açores que na Madeira ou nas Canárias, talvez devido a uma maior preservação das características do mundo rural naquele arquipélago, em comparação com os outros - nos quais o turismo e a evolução urbana modernizaram por certo mais rapidamente os modos de vida. Assim, no meio urbano só se encontram fornos na Madeira e nas Canárias como vestígios pontuais, ou mesmo só como memória de terem existido (52).

Isto não invalida que no período histórico analisado houvesse por regra (Açores) ou pelo menos com alguma frequência (Madeira, Canárias), fornos nas cozinhas das casas insulares, parecendo aliás que o forno se adaptou melhor à casa insular portuguesa que à de expressão hispânica (53); de resto também, este sistema transcendeu desde cedo a arquitectura de habitação, pois era também aplicado por exemplo nas cozinhas dos edifícios religiosos urbanos. Exemplo disso é a colocação de diversos fornos no Recolhimento de Santa Bárbara (rua dos Manaias, em Ponta Delgada, São Miguel) (FIG.207). Neste edifício, que deve ter sofrido ampliações sucessivas ao longo do tempo, há ainda no piso térreo seis pequenos fornos que deviam funcionar em relação com cada uma das celas a que estão anexos. Em conventos e mosteiros, a solução da cozinha principal devia englobar um forno maior e de serviço colectivo (caso do enorme forno e chaminé da cozinha do antigo Colégio dos Jesuítas em Ponta Delgada, São Miguel). (FIG.208)

Nas casas de programa mais vasto, ou em solares, era frequente a existência de duas lareiras em paralelo, com os volumes dos dois fornos correspondentes paralelamente dispostos também (solar na Ribeira Quente, São Miguel).

Em termos morfológicos e construtivos, a solução mais original nas ilhas é sem dúvida a da colocação dos fornos "pendurados", isto é, do volume do forno, habitualmente em forma de tronco de cilindro ou tronco-cónica, coberto com telha na face superior, aposto à fachada ou à empena lateral, assente em consola de pedra ou em vigas de madeira. Este modo de colocação justifica-se precisamente pela adaptação do forno ao contexto urbano, onde a cozinha se situa habitualmente no piso sobre o térreo; para não ocupar o espaço público com o apoio do forno, que seria uma caixa maciça desde o pavimento, cria-se essa saliência a meia altura da parede, deixando o espaço livre por baixo (54). Como foi dito, esta solução surge apenas como vestígio nos diversos arquipélagos: na Madeira (Funchal, no largo do Corpo Santo, junto à capela do mesmo nome, com dois fornos encostados lado a lado, correspondendo a dois edifícios [FIG.209]; e no pequeno edifício de dois pisos, entre a rua da Alfândega e a rampa do Cidrão, com um pequeno forno "suspenso" na empena lateral [FIG.210]); nos Açores (Fazenda das Lages, ilha das Flores, em edifício na rua principal com forno na empena lateral - aqui aliás em contexto proto-urbano); e nas Canárias, curiosamente na cidade que já se referiu ter sido reconstruída "ao modo português", Santa Cruz de La Palma (num edifício com frente para a calle General Mola e traseiras para a avenida marginal/ Blas Perez Gonzalez, na empena que deita para o calejón de Los Reyes [FIG.211]; e na calle Cabrera Pinto, num edifício alongado de dois pisos, com forno "pendurado" na empena lateral).(FIG.212, e ver fig.231)

B - Tipologias - uma sistematização

Introdução - conceitos

Entende-se aqui "tipologia" como o estudo da organização espacial interna das habitações, com a sua catalogação, ordenamento em grupos afins e comparação das variantes.

Como já foi dito, esta abordagem justifica-se no âmbito da História da Arquitectura, como processo de conhecimento complementar do da interpretação cronológica, dado que permite conhecer a "família de objectos" em si, pelos valores próprios da linguagem espacial; e a sua utilidade reforça-se sobretudo no campo da arquitectura doméstica vernácula, no qual é exígua ou mesmo inexistente a documentação identificadora de data de construção, encomendador, contexto de produção, etc. Neste caso a investigação comparativa e de observação dos objectos construídos pode e deve mesmo fornecer-nos dados que permitam, embora sempre por aproximação e com um grau de rigor variável, apontar uma faixa de datação provável ou uma inserção estilística ou construtiva, para as séries de objectos elaboradas.

Há em primeiro lugar que expôr alguns factores ou indicadores de análise da casa urbana, enquanto espaço interno. São eles:

a - o grau de COMPLEXIDADE ESPACIAL, ou seja o número, organização, disposição, forma e função dos diversos compartimentos, sendo que no caso da arquitectura urbana insular, esses aspectos são determinados sobretudo pela relação que o espaço de preparação de alimentos (cozinha, forno-lareira) estabelece com o corpo restante da casa, bem como pela gradação de exemplos entre o simples modelo de casa térrea com corredor central ou lateral e os tipos de dois ou mais pisos com escada alongada ou central;

b - a "EXPRESSÃO GERAL" da casa, dada pela combinação dos diversos elementos morfológicos atrás estudados (paredes e fenestrações, coberturas, torres, molduras de vãos, elementos de madeira, forno), que permite aferir uma época de construção possível, confirmadora ou não dos dados provindos da análise espacial da casa.

É nesta análise múltipla que se podem alicerçar os chamados tipos de "casa ELEMENTAR", ou "simples" e de "casa COMPLEXA" (sobretudo quanto à compartimentação interna); de "casa ESGUIA", habitualmente "alta e esguia", e de "casa LARGA", geralmente "larga e baixa", (relativas às proporções gerais e à colocação da escada); e ainda de "casa ANTIGA" e de "casa MODERNA" (em função da "expressão" de conjunto). Estas designações, que são obviamente limitadas no rigor relativo dos conceitos expressos, permitem mesmo assim uma compreensão global da evolução do tipo de casa, nos seus aspectos concretos e materiais (55).

Note-se que, embora aqui situada, esta classificação pode transpôr-se parcialmente, como instrumento de análise, para o espaço da arquitectura rural, como se fará no capítulo seguinte, no caso do primeiro agrupamento

(elementar / complexo). Também em relação à dimensão "erudita" ou "vernácula" desta arquitectura, (quer urbana quer em meio rural), é difícil e inútil tentar estabelecer uma fronteira rígida, pois a impregnação ou interpenetração dos dois conceitos é muito frequente, e em muitos casos é exactamente essa "mistura" que "dá o tom" à arquitectura doméstica insular. Como exemplo, tal é o caso da arquitectura da ilha Terceira em geral. Para terminar, é corrente surgirem nas habitações em meio urbano certos valores de ruralidade, sobretudo nos casos da Madeira e dos Açores. O quintal, os anexos, a rudeza dos acabamentos, o casticismo dos volumes e formas, que ocorrem por vezes na cidade, não permitem também fazer fronteira total entre "casa rural" e "casa urbana", o que constitui outro dos valores identificativos da casa insular.

Definidos os parâmetros de análise, podem referir-se agora vários grupos de casas, exemplificativos em dois ou mais arquipélagos, das semelhanças e das diferenças entre as habitações; sem preocupação de ser exaustivo, pretende-se definir um quadro representativo da riqueza e diversidade dos espaços domésticos das cidades destas ilhas.

1 - CASA ELEMENTAR TÉRREA, ou de "janela-porta-janela"

O que caracteriza este tipo de casa, no seu padrão mais corrente, é a existência de um corpo de planta rectangular ou quadrada, definido por quatro paredes resistentes e dividido internamente por tabiques. A frente urbana desse corpo apresenta duas janelas e uma porta central, correspondendo esta ao corredor de distribuição, perpendicular à fachada, e as duas janelas aos compartimentos de cada lado. Podem ter medidas muito variáveis, com frente geralmente entre 6 e 9 metros. Na parte traseira podem acrescentar-se outros corpos de paredes resistentes, dependendo do crescimento do agregado familiar.

Este tipo não é muito característico da Madeira, nomeadamente no Funchal, onde a casa urbana, mesmo que de reduzidas dimensões, surge muitas vezes com dois pisos (rua de Santa Maria, Funchal); nos exemplos apresentados, os casos açoreanos (casa na rua dos Canos Verdes, Angra, Terceira [FIG.213], e casa com trapeira, na travessa da Lage, Lagoa, São Miguel [FIG.214]) apresentam ambos uma planta "contida" e "integrada", enquanto o exemplo das Canárias (calle Teobaldo Power, Puerto de la Cruz, Tenerife [FIG.215]) mantém uma certa fragmentação volumétrica, procurando com evidência, na estreiteza do lote, a definição de um pátio organizador do conjunto. Assim, as habitações açoreanas articulam-se claramente com o quintal ainda ruralizado, enquanto as das Canárias excluem totalmente esse tipo de vivência, substituída pelo pátio interiorizado.

As coberturas em telha, com beirais simples ou de cornija, constituem além das fenestraçãoes, outro elemento comum deste tipo de construção; mas o caso canário apresenta por regra a cobertura em telhados "múltiplos" de quatro águas (conjugados com terraços mais recentes), numa aparente persistência do modelo rural, enquanto os exemplos açoreanos abandonam esse tipo de cobertura pelo de duas águas. Como o tipo de coberturas múltiplas é usualmente aproveitado para recolha das escassas águas pluviais nas Canárias (56) (ver

FIG.143), não existindo esta tradição tão divulgada no meio urbano dos Açores (onde a pluviosidade é muito maior), é possível que isso tenha causado gradual abandono da solução de 4 telhados, substituída pela de duas águas, mais adequada à situação das empenas encostadas lote a lote.

No interior, as casa açoreanas apresentam a cozinha incorporada no corpo principal, ou directamente a ele ligado, com o sistema de forno-lareira alta completado pela ampla chaminé; no exemplo de Lagoa, há ainda uma escada de acesso ao sótão, espaço para habitação dos filhos, muito frequente em São Miguel, e chamado de "falsa" - outra razão, comum à casa rural, que justificará o uso de duas águas na cobertura, por permitir um melhor aproveitamento do espaço interno - e que neste exemplo inclui até uma mansarda de iluminação e arejamento. A cozinha do exemplo canário, pelo contrário, não inclui forno na cozinha, que apresenta uma relação mais indirecta com o corpo principal, através do "pátio-corredor. A chaminé é também de dimensões mínimas.

O exemplo de Lagoa representa igualmente uma variante, de espaço aquadrado dividido em quatro compartimentos, chamada nos Açores de "casa dobrada". A casa dos Açores, com a da Madeira, parece assim tender ao aproveitamento de espaços dentro do seu perímetro "contido" ("falsa", sótão, segundo piso), enquanto a canária o faz de forma espraiada e térrea, por ocupação sequencial do espaço total do lote.

Uma variante, mais elementar ainda, resume-se a uma porta e a uma janela na fachada, com corredor lateral interno de distribuição e cozinha nos fundos, que resulta necessariamente numa planta alongada e estreita (frentes entre 4,5 e 7 metros). São exemplos: a casa junto ao antigo "arco das Portas da Vila", na rua do Livramento, em Vila do Porto, Santa Maria (de expressão algo ruralizante, com cobertura de 4 águas, planta paralela ao arruamento e sem corredor [ver FIG.223, dir.]); a casa na mesma localidade, na rua José Inácio de Andrade, com 2 "telhados múltiplos", de 4 e de 2 águas (FIG.216); a casa na rua Nova, ao largo do Cruzeiro, Angra, Terceira (com aproveitamento de sótão) (FIG.217); a casa na Ribeira Seca, São Miguel (de lote com forma irregular, e típica "cancela" na porta) (FIG.218); e casa na calle San Miguel, em Santa Cruz de La Palma (com a ocupação "em comboio" do lote, e o característico pátio nos fundos, tendo porém duas janelas na fachada). (FIG.219)

Outra variante, mais rara e original, parecendo querer "nobilitar" uma moradia basicamente simples, exhibe as duas janelas da frente alteadas em relação à porta, o que só encontramos em São Miguel, na Ribeira Seca e no Pico da Pedra (esta na rua Barão de Fonte Bela [FIG.220]); e, no Continente, no Algarve (em Albufeira, rua Alves Correia ns. 109 e 113) (FIG.221). No caso açoreano, tal efeito é conseguido por distribuição de sucessivos degraus interiores (na entrada, no corredor, na "conversadeira" junto à janela).

2 - CASA ELEMENTAR "TORREADA"

São construções em parte com dois pisos, e em parte com um, comuns em todas as ilhas; mas em relação às casas de dois pisos representam uma variante com certa originalidade, na qual um dos corpos construtivos possui cobertura

de quatro águas sobreelevada em relação às restantes, o que dá à casa uma expressão geral mais animada e equilibrada, no contraponto entre volume torreado e corpo térreo.

Este é um tema tipológico que se encontra também no meio rural, como se verá no capítulo seguinte, e que de certo modo nunca perdeu a relação com esse meio, pelo que pode dizer-se que a casa "torreada", sempre volumetricamente tendente a individualizar-se - logo resistente a uma serialização própria da rua citadina - se define numa inserção de tipo "proto-urbano".

Na "casa dita de Colombo", em Vila Baleira, Porto Santo, arquipélago da Madeira, a norte da igreja da Senhora da Piedade (57) (FIG.222), embora se trate de um "grau extremo" desta tipologia, em que todos os corpos existentes têm já dois pisos, um deles está ainda destacado em relação aos restantes (mais visível no alçado poente), dado ter a soleira a cota superior; note-se a composição de tipo "celular", com os diversos corpos de quatro paredes portantes justapostos, e o volume autónomo da cozinha com forno, o qual, em conjunto com o corpo a nascente parece ter sido ampliação posterior à parte restante da casa (58).

A modulação "celular" é mais rigorosa e evidente ainda no caso da habitação "torreada" na rua do Livramento, em Vila do Porto, Santa Maria (encostada à casa térrea antes referida) (FIG.223, esq.), onde assentava o "arco das portas da vila". Três corpos quadrangulares com perto de 5 metros de lado compõem a habitação, tendo a cozinha com forno, na traseira, em articulação com o quintal (como sucedia no caso de Porto Santo), e o volume de quatro águas "solto", do lado sul. Nesta habitação, e devido ao declive da rua, esse volume situa-se apenas meio-piso acima do contíguo, pelo que o seu beiral só sobressai ligeiramente (cerca 0.80 m).

Nas Canárias, o exemplo com maior analogia situa-se em Puerto de la Cruz, Tenerife (calle La Hoya), numa casa com o torreão frontal de dois pisos e quatro águas de cobertura ao lado do corpo térreo, e o habitual desenvolvimento da planta em "corredor-pátio", com a cozinha no extremo, sem forno (FIG.224); note-se também o tratamento profuso em madeira nos vãos (sem guarnecimento de pedra aparente), tema corrente nas Canárias, como se disse na análise morfológica. Outro exemplo, em Santa Cruz de La Palma (plaza del Tanquito) (FIG.225) apresenta uma casa com dois volumes bem demarcados, cada um com a sua cobertura de 4 águas, embora o corpo de dois pisos tenha apenas a parede frontal em pedra, sendo as restantes em tabique. Aqui o pátio está reduzido a um espaço quase simbólico, de saguão (com a tradicional "pila", caixa para guardar a água fresca); de notar a cozinha, cujo antigo forno, demolido, deu área para um novo anexo (sanitários).

Uma variante desta tipologia, também original, possui o volume "torreado" recuado em relação ao arruamento, com o lado mais alongado disposto paralelamente àquele. Tal é o caso da chamada "Casa do Padre", em Vila do Porto, Santa Maria, cuja planta mostra a mesma rigorosa esquadria e modulação (aprox. 5 x 5 metros) de outros exemplos locais (FIG.226 e ver FIG.164); tal é também o caso da habitação em Santa Cruz de Tenerife (na calle Antonio Domingos Alfonso n.23) (FIG.227), que corresponde afinal a uma típica casa térrea canária à qual foi aposta uma galeria exterior de acesso a segundo nível. Note-se que no

exemplo açoreano o acesso ao piso superior se faz contrariamente, pelo interior - dentro da ideia de espaço doméstico "contido" que temos vindo a caracterizar como de raiz lusa.

3 - CASA "DE TIPO ANTIGO", MEDIEVO-RENASCENTISTA

Mais próximas de modelos eruditos, e correspondendo a programas mais extensos, de vocação solarenga, estas casas possuem uma expressão geral de certa rudeza, patente na irregularidade de distribuição dos vãos na fachada, ou no desenho das cantarias e de outros elementos construtivos, bem na articulação geral dos volumes. Mas está também já presente uma procura de proporção, ainda que incipiente, que prenuncia valores modernos.

Os dois exemplos aqui apresentados, já estudados pelo autor em trabalho anterior (59), situam-se em Vila do Porto, Santa Maria (rua Frei Gonçalo Velho n.14, solar incluindo a Capela de N.S. do Livramento) (FIG.228) e em Santa Cruz de La Palma (calle Real/O'Daly n.27, tornejando para as calle Alvarez de Abreu e calle Blas Simon) (FIG.229). Da análise comparativa então efectuada, resalta "a coincidência de inúmeros aspectos morfológicos (telhados torreados de quatro águas, o forno de cozinha, a colocação dos vãos na fachada), e até tipológicos (a escala do edificado e o tipo de compartimentação); mas já a relação interior-exterior, ou entre espaço público e privado é diferente e até certo ponto contrastante: em Santa Cruz é clara a estruturação simétrica da planta, com o conjunto dos espaços internos organizados à volta do pátio (espaço CERRADO, claustral), totalmente oculto da rua, enquanto em Vila do Porto o quintal (espécie de "pátio" informal) transparece para a rua, mistura-se de forma confusa com a construção. Num caso temos definição, distinção nítida entre cheios e vazios, entre funções privadas e públicas; noutro, sente-se indefinição, mistura de sentido utilitário com necessidade representativa." Isto, note-se, independentemente de ampliações e alterações que o edifício de Santa Cruz terá certamente sofrido.

Como a casa de Vila do Porto referida, também a casa conhecida como "Casa de Colombo", na rua do Esmeraldo, no Funchal, construída ou profundamente transformada cerca de 1495 (e demolida no final do século XIX), apresentava uma estrutura volumétrica irregular, aceitando a presença nas traseiras do quintal com poço, como recentes escavações arqueológicas puderam confirmar (ver bibliografia citada de Rui Carita na nota (18) deste capítulo).

4 - CASA "LARGA" DE EXPRESSÃO SEISCENTISTA, "chã" ou classizante

Este tipo de casa apresenta uma grande regularidade de proporções, bem como uma correspondência clara na colocação dos vãos dos seus dois pisos, abertos a espaços iguais ao longo da fachada. Os nembos entre vãos são por regra mais largos que as aberturas.

Casa de planta LINEAR - uma primeira variante deste tipo de construção, adaptada a lotes de frente ampla mas pouco profunda, permite fazer umas das analogias de casa urbana mais impressionantes no âmbito insular, pois os dois exemplos apresentados não se limitam a uma coincidência de factores morfo-tipológicos; estendem-se à própria dimensão da casa e dos seus compartimentos, e dir-se-ia estarmos perante uma casa decalcada de outra, não fora a discreta diferença provocada pela presença do corredor de distribuição interiorizado (na casa de Angra), ou exterior à "caixa" da habitação (em Santa Cruz). (60)

Assim, tanto a casa na rua do Cruzeiro, em Angra, Terceira (FIG.230), como a de Santa Cruz de La Palma (na calle Cabrera Pinto) (FIG.231 e ver FIG.212) correspondem a habitações de planta alongada, paralelamente à rua, com distribuição "em linha" dos compartimentos, estando a cozinha munida de sistema "forno-chaminé alta", no extremo oposto ao da entrada. São casas desenvolvidas em dois pisos, com loja térrea e quartos e cozinha no nível superior, da qual se sai para o quintal.

Apenas no caso açoreano esse quintal está no plano do piso superior - pelo que os volumes do forno e da chaminé "de mãos postas" (depois do sismo de 1980 interiormente transformados em WC) estão assentes no terreno, enquanto na casa canária o forno, sem ser encabeçado por chaminé marcante, está "suspense", pois o quintal situa-se no plano inferior.

Casa de planta "DOBRADA" - igualmente com dois pisos, tendo os quartos e cozinha no piso de cima, estas construções apresentam duas séries de compartimentos assentes em paredes portantes: um grupo com frente para a rua, outro para as traseiras, com a cozinha nos fundos, ligada ao quintal (Açores) ou ao pátio (Canárias).

Apresentam-se aqui exemplos integrados em lote - de que as casas da Ribeira Grande, em São Miguel, inscritas no já referido "estilo micalense", constituem paradigma; e casos de edifícios dispostos em gaveto, com a varanda tornejando a esquina, também já referidos atrás.

Assim, a casa na rua Direita de São Francisco, provavelmente ampliada posteriormente (com óculo de escada ornado de "suásticas") (FIG.232), ou a casa na rua do Passal, com "rombos" decorativos e sacada de pedra) (FIG.233 e ver FIGS.175 E 176), ou ainda a casa de gaveto nordeste das ruas Conde Jácome Correia e Sousa e Silva (com o sistema de "vão-pilar") (FIG.234 e ver FIG.175), todas sitas na Ribeira Grande de São Miguel, podem comparar-se, nas proporções gerais, no tipo decorativo "rude" e no alinhamento vertical dos vãos, com a casa equivalente, tipicamente canária, exemplificada em Guia de Gran Canaria (FIG.235). Nesta, um pátio interior serve e relaciona todos os compartimentos; naquelas, um quintal, por vezes ligado à casa através de um balcão (na casa de gaveto) ou de um terraço/varanda (nas outras duas) demarca a construção do espaço das "hortas".

Outros contrastes são assinaláveis entre os dois grupos: nos casos açoreanos, as escadas estão colocadas centralmente, e incluídas com corpo compacto da construção; no caso de Guia, a escada surge ligada ao pátio, e à galeria que o circunda, aberta ao exterior. No exemplo canário uma cobertura em terraço, sem telhas, é o sinal da maior influência andaluza ou espanhola que se faz sentir na ilha, por comparação com as restantes (em Tenerife ou La

Palma é sistemática a cobertura com telhados, como se viu nos exemplos anteriores). Também a ausência do forno na cozinha, no caso de Guia, será sinal de uma menor tradição no seu uso; ao contrário, ele está presente nos três casos açoreanos.

Recorde-se ainda a relação da variante açoreana de gaveto com exemplos em Las Palmas de Gran Canaria (na Vegueta, numa casa com sistema de "vão-pilar" e varanda tornejando a esquina, na calle Chil) (61) (ver FIG.201), e até com edifícios do outro lado do Atlântico (62), em Havana (ver FIG.178); ou a assinalável semelhança da casa brasonada, sita em Tavira (no Largo da Corredoura/rua Marcelino Franco n.32/36, já citada) (63) (ver FIG.170), com a da Ribeira Grande (rua do Passal [ver FIGS.176,233]), nas proporções, no desenho dos vãos e até no pormenor do lintél com baixo-relevo decorativo, exibindo "suásticas" de seis braços e "rombos"!

Para finalizar, apetece ainda recordar um certo tipo de casa urbana com dois pisos, "aquadrada", ou mesmo atarracada nas dimensões da fachada, muito semelhante ao exemplo da Ribeira Grande (rua do Passal [ver FIGS.176,233]), e que se encontra com frequência nas ruas do Funchal, com também nas vilas ribeirinhas e nas áreas estremenhas do Continente - de que é exemplo a casa em Sesimbra (rua Cândido dos Reis, frente ao largo dos Duques de Palmela, com interior reconstruído em 1990) (FIG.236), que tinha os dois telhados independentes. Os seus alçados podem inscrever-se ambos num quadrado duplo ou raiz de 4.

Uma variante simplificada, mais popular e pobre - e possivelmente modernizada - deste modelo "dobrado", encontra-se também nas povoações açoreanas, e apresenta os mesmos dois pisos contidos num único corpo de paredes resistentes, estando os compartimentos da frente separados dos das traseiras apenas por tabiques; a cozinha com lareira (mas "urbanizada", já sem forno), está como sempre, num apêndice no lado posterior (casa na Horta, Faial, com trapeira, ali chamada "gateira").(64) (FIG.237)

5 - CASA "ESGUIA E ALTA"

Este tipo de habitação, já estudado pelo autor a propósito de Angra (65), onde é muito corrente, caracteriza-se por uma proporção de fachada alta e estreita, podendo atingir os três pisos facilmente; a fachada apresenta os nembos mais estreitos que as aberturas. Já se referiram atrás as prováveis origens deste tipo de casa, possivelmente do norte do Continente e a que nas Canárias se chamou de "tipo português".

Dos exemplos apresentados, situados naquela cidade da Terceira, o da rua do Galo (reconstruído depois do sismo de 1980) (FIG.238) pode considerar-se de transição entre o modelo de casa larga e o da casa esguia, já que com apenas dois pisos, apresentando um interior "dobrado", com escada central e a cozinha no extremo traseiro, resulta no conjunto muito semelhante aos tipos "largos" antes analisados - dos quais afinal apenas difere na composição da fachada. Já o edifício da rua de Miragaia, ns.4/6/8 (FIG.239), será um caso terminal da sua evolução, pois na fachada os nembos entre vãos são reduzidos ao mínimo possível, apresentando três pisos e sótão.

Este tipo de casa parece ser muito próprio desta ilha, já que dificilmente se encontra noutras dos Açores, e menos ainda na Madeira e Canárias. Na Macaronésia, as suas proporções só se repetem, embora com as densas "balconajes" e rótulas sobrepostas, na cidade de Santa Cruz de La Palma, na frente marginal, surgimento por certo relacionado com a presença portuguesa, como atrás se assinalou (66). Será necessário percorrer o espaço urbano do Brasil colonial, de Recife a Ouro Preto, ou ir ao Porto e a Lamego, para reencontrar as casas "esguias e altas" em número assinalável.

Notas

(1) Exclui-se a referência a Cabo Verde, não analisado neste aspecto concreto - já que o espaço urbano mais representativo, a Ribeira Grande de Santiago, se encontra em ruínas, dificultando assim a reconstituição e possível leitura da sua habitação doméstica.

A metodologia classificativa utilizada para a abordagem ao tema resulta do desenvolvimento do texto do autor: FERNANDES [168] - *Arquitectura Vernácula e Estruturas Urbanas nos Arquipélagos da Macaronésia (Madeira, Açores, Canárias): Similitudes e Contrastes: Séculos XV-XVIII*. In *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*. Funchal. 1990, págs.715-725. Nos aspectos formais e tipológicos da casa urbana servem de base os seguintes trabalhos.

- Para a Madeira a obra: GOMES [175] - *Casas Madeirenses*. Funchal. 1937 [com ilustrações do arquitecto Edmundo Tavares]. O texto é intuitivo mas muito acertado.

- Para os Açores, o texto do autor escrito para a obra FERNANDES [et al.] [167] - *Arquitectura Popular dos Açores*. 1985- (inédito; já citado na nota (101) do capítulo I).

- Para as Canárias (embora salvaguardando o facto de a influência da casa urbana portuguesa ser aí muito restrita, e sobretudo miscigenada com a influência espanhola), o trabalho de levantamento e de investigação do autor como bolseiro do "Ministerio de Asuntos Exteriores" de Espanha: FERNANDES [213] - *Arquitectura Popular de Influência Portuguesa nas Canárias*. 1986- (inédito)

(2) Na obra madeirense citada na nota anterior refere-se o autor aos diversos tipos de pedra utilizados na arquitectura urbana: "As nossas mais vetustas cantarias eram dum tufo vermelho ou escuro, algum ligeiramente laivado de amarelo - a 'pedra-mole', - fácil de trabalhar e de tons gratos: ainda são, para nós, as de mais belo cunho madeirense. Apresentam-se, como mais recentes (meados do século XVIII) as de basalto esponjoso, dum cinzento escuro de ardósia, por certo mais duradouras, visto serem mais compactas." (pág.25)

(3) Ver o tema "Origens Prováveis dos Tipos de Casa", no capítulo IV. Sem aceitar o determinismo dos materiais sobre a arquitectura praticada nos locais de origem daqueles, há que recordar a importância da relação entre a pedra e o mundo mediterrâneo: "Em nenhuma parte a arquitectura da pedra dispôs de um mais belo domínio, nem de tal tirou melhor partido do que à volta do Mediterrâneo.(...) Por toda a parte, excepto onde as aluviões deltaicas acumularam poderosas camadas de húmus, a rocha aflora" (in BLACHE [2] - *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa. 1954, pág.223. Tradução de: *Principes de Géographie Humaine*. Paris. 1921)

(4) Marqués de Lozoya apontou no que respeita às ilhas Canárias a relação da casa local com o modelo português de casa: "La casa canaria con sus grandes paramentos tendidos de cal, con el empleo de la piedra gris en las cadenas de los ángulos y en la guarnición de puertas e ventanas, con sus filas de ventanas iguales, de traza rectangular, nada tiene que ver con la pintoresca mezcolanza de las casas españolas"(...) (in MARQUÉS DE LOZOYA [176] - *La Huella Portuguesa en el Arte de las Islas Canarias*. In revista *Colóquio Artes e Letras*. Lisboa. 1970, n. 57, pág. 9 (conferência proferida em 22/1/1970). Embora referindo-se à "arquitectura culta", Raul Lino caracterizou claramente um tipo de silhueta típica da arquitectura portuguesa, extensível quanto a nós à generalidade das casas urbanas (exceptuando o portal), e onde refere exactamente os mesmos aspectos da caiação, do emolduramento das fachadas nos cunhais e da seriação monótona dos vãos: "C'est au cours de la première étape qui ne dépasse pas la fin du premier quart du XVIIe siècle, que les extérieurs adoptent la formule que l'architecture portugaise ne devait plus jamais abandonner. A chaque extrémité de la façade, des pilastres d'angle supportent la corniche surmonté d'une avancée du toit, tandis qu'au centre l'ample portail est dominé par la fenêtre-maitresse, celle-ci flaquée de part et d'autre de fenêtres uniformes (...) il n'est aucune maison vraiment portugaise, si modeste soit-elle, qui ne présente au moins des pseudo-pilastres d'angle indiqués, faute de mieux, à l'aide de simples bandes dessinées à la chaux (...) (in obra citada na nota (7) da introdução ao capítulo IV, pág. 12)

(5) Ver o tema "Os Tipos de Casa", no capítulo IV.

(6) Sobre o tipo de casa urbana estreita e alta, nas Canárias, e a sua presumível influência portuguesa, refere Marqués de Lozoya: "A mediados del siglo XVI el pirata 'Pié de Palo' destruye la bella ciudad de Santa Cruz, en la isla de La Palma. Las casas eran de tipo andaluz, bajas e con un patio central. Al reconstruirlas se acude al tipo portugués. Pocos años mas tarde el ingeniero italiano Leonardo Torriani, que, encargado por Felipe II de fortificar la isla, permaneció en ella de 1584 a 1587, escribe: 'Las casas son blancas, fabricadas a la manera portuguesa, estrechas por dentro y, en general, sin pozos ni patios: sin embargo, son más altas y más alegres que las de las demás islas'. Pérez Vidal estima que los pedreros portugueses que construyeron estas casas tomaron como modelo las casas construidas en aglomeraciones portuarias, como Oporto y Lisboa" (in obra citada na nota (4), pág. 9). Na terá sido facto isolado esta influência portuguesa na casa das Canárias, como se verá, aqui apenas acentuada pelo período de União Ibérica que então se vivia.

(7) A flexibilidade da estrutura de madeira deveria ter aconselhado a adopção deste material em vez do uso generalizado da pedra, se pensarmos na frequência dos fenómenos sísmicos e vulcânicos, dos quais desde cedo houve manifestações; mas aqui actuaram e dominaram certamente os factores idiossincráticos de tipo cultural, o que terá levado a um transporte das técnicas de construção peninsular mais identificadas com os modelos em pedra para as ilhas. Este facto poderá ser sinal do relativo predomínio das comunidades do centro e sul do país na colonização insular, bem como da articulação preferencial dos povoadores com o mundo rural e agrário, em detrimento dos temas urbanos e das vocações comerciais. Vidal de La Blache refere a existência de uma tradição antiga de uso da pedra vulcânica na casa meridional europeia, apesar do predomínio do calcário: "É preciso considerar também outros materiais rochosos de que o trabalho do homem tirou grande contribuição, e nomeadamente aqueles que o activo vulcanismo do Mediterrâneo forneceu sob a forma de lavas, lajes e tufos" (in obra citada na nota (3), pág.224)

(8) Vidal de La Blache considerou quatro tipos predominantes de técnicas de construção na área europeia, em relação às grandes áreas geográficas do Velho Continente: a terra na zona árida, a pedra na região mediterrânea, a madeira e pedra na Europa Central e Ocidental - sendo esta uma área "de mistura tecnológica" onde se poderá inscrever a tradição construtiva portuguesa - e a madeira na Europa Setentrional. Este autor refere que, partindo de um inicial domínio das técnicas de construção em madeira, desde fins da Pré-História (as ferramentas surgiram no Mesolítico), a pedra veio a suplantar-la progressivamente, nomeadamente a sul e ocidente: "Não faltam em redor do Mediterrâneo madeiras duras e resistentes capazes de fornecer bons materiais de construção (...) o clássico templo grego, com frontões e colunas, não deixa de oferecer reminiscências desse tipo de construção. Contudo, a pedra suplantou a madeira (...) As conquistas da pedra sobre a madeira caminharam a par com os progressos da civilização. Os séculos XII e XIII, que viram renascer a ordem e a segurança na Europa, foram, também, as épocas do triunfo da pedra. É então que se erguem as catedrais, e que, sobre o Sena, em Paris, sobre o Tamisa, em Londres, e noutras partes, pontes de pedra substituem as pontes de madeira primitivas." (in obra citada na nota (3), págs. 224, 224 e 235, respectivamente)

(9) A telha de "meia-cana", arredondada "é o 'imbrex' romano que cobria a união entre duas grandes telhas com rebordo, as 'tegulae'. As 'tegulae' desapareceram na Idade Média, excepto nas regiões de Roma e Florença, onde ainda subsistem. No restante mundo romano, em lugar da 'tegulae', passou a utilizar-se um 'imbrex' colocado ao contrário. Estas telhas côncavas assentam numa armação com pequena inclinação (nunca mais de 30 graus)" (in DERRUAU [35] - Geografia Humana. Lisboa. 1982. Tradução do original: Précis de Géographie Humaine. Paris. 1961, pág.484). Note-se que, à uniformidade actual das coberturas em telha, há que juntar a provável existência de coberturas planas ou em terraço, em alguns edifícios urbanos, pelo menos nos finais do século XVI, no Funchal, como refere Gaspar Frutuoso no seu Livro Segundo - em fenómeno aqui interpretado como devido à influência muçulmana por Eduardo Clemente Nunes Pereira: "O eirado oriental, deixado pelos árabes no Algarve, teve também reflexão nas nossas habitações. Em 1590, na Rua de João Esmeraldo, havia 'casas de dois sobrados e pilares de mármore nas janelas, e em cima seus eirados" (in: PEREIRA [135] - Ilhas de Zargo. 2a. edição. Funchal. 1956, vol. I, pág.409). Nas Canárias, José Pérez Vidal refere razões climáticas e materiais para o uso da cobertura plana: "En Gran Canaria, seguramente por la menor abundancia de lluvia y de madera, en lugar de predominar la cubierta de tejado en las casas terreras, predomina la de azotea." (pág. 63 da obra citada na nota (23))

(10) Só nas coberturas em "tesoura" do sul de Portugal continental, nomeadamente em Tavira, se encontram águas com inclinações perto dos 45 graus; nas ilhas da Macaronésia não se encontra tal situação como regra

(11) Como Raul Lino já chamara a atenção, referindo-se à arquitectura de habitação seiscentista no Continente : "C'est alors aussi que les toits, aux angles desquels se dressèrent des obélisques, se mirent à décrire une courbe suave avant de reposer sur la corniche et de se terminer par l'avancée que nous avons déjà signalée. Ce dernier détail est de grande importance, car il constitue un trait caractéristique de la maison portugaise: nulle part ailleurs, dans la couverture de la construction, on n'eut, aussi exclusivement qu'au Portugal, recours à ce profil qui donne au toit, dont les tuiles sont noyées dans le mortier selon le procédé 'mourisque', l'apparence d'une bâche tendue entre le faitage et le rebord et fait fort peu songer à sa structure imbriquée. A cette disposition est due, en grande partie, la grâce que présente la silhouette de la maison portugaise de cet temps." (in obra citada na nota (7) da introdução ao capítulo IV, pág. 14). É frequente o remate dos telhados apresentar "pombinhas", ou seja, peças decorativas cerâmicas rematando o encontro de dois beirais, sobretudo na Madeira e nos Açores, como se verá no capítulo da arquitectura rural

(12) Já que o ponto mais alto da cada telhado de quatro águas, bem como o volume piramidal que define, depende das dimensões do compartimento que cobre; como uma mesma habitação varia nas medidas do seus vários quartos, resulta que cada casa pode apresentar dois ou mais telhados em sequência, tendo estes diversas alturas, o que só enriquece a sua expressão plástica

(13) Na obra sobre a Madeira citada na nota (1), no capítulo "Existe uma Casa Madeirense", o autor refere presença da "torre" como uma das características da arquitectura doméstica da ilha: "o último andar dos grandes prédios, recuado em relação à frente e elevado, denomina-se 'torre', apresentando um alpendre, em geral, para o lado do oceano. A 'torre', munida de óculo, era, antes do vapor e do telégrafo, o observatório da chegada dos navios, às vezes tão longamente esperada, mensageiros de notícias, portadores de mercancias, ou que deviam carregar vinho e mais produtos para os mercados de consumo, nacionais ou estrangeiros. A tradição das 'torres' conservou-se com a função de miradouros cobertos, no alto; e, abaixo destes, constituindo alguns andares de planta reduzida, cheios de luz e arejados." (nota das págs. 23 e 24). Os outros aspectos característicos da arquitectura que refere são o "alpendre e beirais de telha curva, pontegudos nos ângulos" (pág. 19), o "uso dos nichos nas paredes" (pág. 19 - pensamos que deve referir-se imprópriamente aos volumes dos fornos "pendurados"), as cimalthas, avarandados e soleiras "apanhando toda a extensão da fachada" (pág. 20), e ainda as "gelosias, persianas ou venezianas" (pág. 21) - tudo elementos que foram ou serão analisados neste capítulo.

(14) Em relação aos Açores, o estudo colectivo sobre o arquipélago citado na nota (1) refere a "torre" como um dos elementos que caracteriza a "Originalidade da Casa Micaelense", em conjunto com uma "estética telúrico-simbólica" (ver págs. 362/363)

(15) Conforme o estudo colectivo sobre os Açores citado na nota (1): "A 'torre-mirante', sempre virada ao mar, ocorre (nos Açores) unicamente, por sistema, em São Miguel; mas no Funchal tem uma presença ainda mais forte, talvez mercê de uma noção de isolamento ainda mais intensa. Este tipo de construção pode filiar-se em dois temas distintos: na 'torre-solarenga', depois 'casa-torre' medieval do norte do Continente, que segundo Carlos de Azevedo foi o modelo, para aquela área do país, dos futuros solares de seiscentos e de setecentos, por transformação gradual de uma vocação militar e defensiva em dominial e residencial (...) Outra interpretação relaciona a 'torre-mirante' com a tradição árabe na Península, depois transportada para meios insulares e coloniais, visível ainda em locais tão distantes como as índias Ocidentais" (págs. 362-363). De facto, deve consultar-se a obra WEISS [193] - La Arquitectura Colonial Cubana: Siglos XVI-XVII. La Habana. 1979. Nela se refere a propósito da casa dos Justiz, na esquina noroeste das ruas Justiz e Baratillo, em Havana, existente pelo menos desde 1680: "el cuerpo de cuatro pisos es una torre-mirador que evoca los de las casas moriscas" (ref. às figs. 59 e 60)

(16) Cidade-estado da Toscana, com governo comunal autónomo desde o século XII, ligada a Florença no século XIV, integrada na fase áurea do Primeiro Renascimento em Quatrocentos, referida in BENEVOLO [59] - El arte y la Ciudad Medieval. In Diseño de la Ciudad-3. Mexico D.F. 1978

(17) Na obra ATAÍDE [110] - Etnografia, Arte e Vida Antiga dos Açores. Coimbra. 1973, vol.I. Nela o autor analisa os "OO de escada" em São Miguel, conjuntamente com outros temas de simbologia regional: a "roseta sexifólia", as "pombinhas", a (ou "o") "suástica", a "cruz", a "lança de Longinus", o "signo-samão" e "a estrela de oito bicos" (no capítulo "Alguns motivos da arte rústica micalense")

(18) A casa de esquina é citada, e a chamada "Casa de Colombo" é estudada in: ARAGÃO [148] - Para a História do Funchal: Pequenos Passos da Sua Memória. Funchal. 1987 (2.edição revista e aumentada, cf. notas (17) e (46) do capítulo III). A mesma "Casa de Colombo" foi objecto, mais recentemente, de uma investigação monográfica, in CARITA [et al.] [165] - Escavações nas Casas de João Esmeraldo-Cristóvão Colombo. Funchal. 1989 [catálogo de exposição, com a participação de Rosa Varela Gomes, Miguel Telles Antunes, Mário Varela Gomes, João Pais, Carlos Tavares da Silva]

(19) Segundo a obra de FIGUEIREDO [124] - Ilha de Gonçalo Velho. Lisboa. 1954

(20) Segundo MARTINS [178] - Arquitectura dos Açores: Subsídios para o seu Estudo. Horta. 1983, "...ainda encontramos arcos amuriscados, na fachada sul-nascente, virada para o pátio de entrada e do lado da escadaria principal..." (pág. 29)

(21) O arco conopial, canopial, de carena ou contracurvado é composto por curva e contracurva iguais e opostas em cada secção (cf. TEIXEIRA [205] - Dicionário Ilustrado de Belas Artes. Citado na nota (51) da Introdução Geral, pág.27). Nas Canárias também é conhecido por "gótico florentino", e está atribuído à primeira metade do século XVI

(22) "As fachas servem para separar os diversos pisos e evitar a queda de água da chuva pela parede abaixo, para o que têm o preciso balanço (...) em construções modestas, reduzem-se a uma simples superfície lisa ou 'facha' propriamente dita, fazendo um pequeno ressalto sobre a fachada" (in SEGURADO [197] - Edificações: Biblioteca de Instrução Profissional. Lisboa-Paris. [s.d.], págs. 136 e 137-138); usamos essa designação para referir as peças de travamento horizontal, e o termo "faixa" para os elementos em colocação vertical, embora actualmente o uso dos dois termos como sinónimos seja corrente

(23) Refira-se o desastre natural que em 1522 destruiu grande parte de Vila Franca do Campo, principal aglomerado urbano de São Miguel; também em 1563 uma erupção vulcânica danificou seriamente a Ribeira Grande, obrigando a um intenso trabalho de reconstrução. Em todo o caso, também nas Canárias surgem nesta época elementos relacionados com a maior solidez das construções, como o "vão-pilar", associados aos tipos de casa mais antigos, como refere Marqués de Lozoya, nos quais "bloques rectangulares de sillería unen en un mismo sistema los huecos (ingresso y ventanas) de la planta baja con los de la principal" (citado por PÉREZ VIDAL [185] - La Vivienda Canaria: Datos para su Estudio. In Anuario de Estudios Atlánticos. Madrid-Las Palmas. 1967, n.13, págs. 89-90)

(24) In ATAÍDE [110a] - Etnografia, Arte e Vida Antiga do Açores. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1976, vol. IV (capítulo "Ribeira Grande sua arquitectura antiga")

(25) Aspectos estudados relativamente à Ribeira Grande in NOGUEZ [156] - La Ville D'Ys N'Est Pas Engloutie. [s.l., s.d.] [policopiado, Michel Lugnier UPA 6, ed. em França]

(26) Aventais análogos aos de certas construções do Continente, nomeadamente da Beira Litoral, onde existiam por exemplo na arquitectura urbana da Alta de Coimbra (reproduzida na obra citada na nota (15) do capítulo IV)

(27) Na obra citada na nota (24) Leite de Ataíde confessa a sua dificuldade de catalogação por épocas destes edifícios, "...pela razão de aparecerem, por exemplo, edifícios no gosto do século XVII, construídos no imediato..." (pág. 118)

(28) A "suástica", forma que sugere um movimento circular, pode ter "...o aspecto de quatro gamas maiúsculas do alfabeto grego, ligados entre si pelas bases, e todos dirigidos no mesmo sentido (...) Muitas vezes, porém, tem o feitio de uma roda de três ou quatro raios ou braços curvilíneos (...) chamando-se-lhe então 'tríceles' ou triquero, 'tetrásceles', etc, pois que outras vezes também contém 6, 9 e 12 ou mais braços, tomando então a aparência de uma verdadeira rosácea ou de flor estilizada, com numerosas pétalas, sendo lícito, por esse aspecto, chamar-se-lhe 'suástica flamejante'(...), no sentido rotativo da direita para a esquerda, ou seja, 'sinistrorsum', ou no sentido contrário, 'dextrorsum'(...) o que leva a maior parte dos cientistas a considerarem esta figuração simbólica como a representação, emblema ou atributo de um culto astral, a imagem do sol (...) diagrama místico significando ou exprimindo votos de 'bom agouro' ou fórmula de saudação, desejo de boa sorte..." (in CARDOZO [160] - Especímenes de Suásticas do Museu Arqueológico de 'Martins Sarmiento' em Guimarães. Guimarães. 1980, págs. 5 e 6). No mundo islâmico a "suástica" também está presente, nomeadamente em Marrocos, em motivos geométricos correntes na decoração azulejar: o "refraf" ("que se agita") corresponde à suástica curvilínea de seis braços (também combinada com a estrela de David); o "idu fiyad khu" (a mão na mão do seu irmão) é a suástica quebrada de quatro braços em posição oblíqua (também combinada com a estrela de oito pontas); finalmente, o "qāim u naīm" ("sobe e desce"), motivo idêntico ao anterior mas com os 4 braços dispostos horizontal e verticalmente (in PACCARD [96] - Traditional Islamic Craft in Moroccan Architecture. [s.l., edição francesa]. 1980, vol I, págs. 181-185, no qual se refere em relação ao último: "this is a very ancient use of the magic square and the design also belongs to the swastika of India")

(29) Símbolo de origem incerta e propagação misteriosa, a "suástica", palavra de origem sânscrita, relaciona-se com a cultura indutânica e a dos povos celtas, enraizado portanto na tradição pré-nacional hispânica; encontra-se em conjugação com outro símbolo da mesma "família solar", o da "roseta sexifólia", na decoração da arquitectura religiosa e tumular da Península, deste o período pré-romano, da Galiza (casa em Trandeiras, Ourense) à Andaluzia (Granada).

Em Portugal Continental vejam-se por exemplo: a "Pedra Formosa II" (com dois tríceles) e inúmeros outros achados da Citânia de Briteiros; diversos mosaicos nos pavimentos de Conimbriga (com a variante gamada e o tetrásceles); o aximez com decorações alternadas de rosetas e "suásticas", de origem moçárabe, na igreja de São Torquato, em Guimarães, ou a variante hexásceles no portal da matriz de Barcelos (in ALMEIDA [53] e [54]. In História da Arte em Portugal [volumes 2 e 3, respectivamente] Lisboa. 1986); são ainda de referir as monumentais e "dissimuladas" representações de "suásticas" hexásceles no período do Gótico Final, com exemplos marcantes no claustro do convento de Santo António de Serpa, mas sobretudo na rosácea da fachada principal no Mosteiro da Batalha e no óculo sobre a janela da Sala do Capítulo do Convento de Cristo em Tomar. Na arquitectura doméstica, surgem rosetas num lintel da rua da Guia n.9, na Mouraria, e na fonte do palácio dos Almadas (Lisboa), ou na base de uma janela mainelada manuelina em Lamego (Casa do Paço ou do Poço, rua dos Loureiros, aqui em conjugação com a "suástica" hexásceles).

No Algarve encontra-se esta simbologia, ora ligada à arquitectura doméstica vernácula (em platibandas de casas térreas nas áreas de Tavira e de Salir-Loulé, com rosetas, ou em Alcoutim e zona de Faro, com "suásticas" e "rombos"; e num solar em Tavira no largo da Corredoura-rua Marcelino Franco n.32/36 (lado norte, com losangos e hexásceles no lintel do portal), ora à arquitectura religiosa (capela em Alte, com um tetrásceles).

Nos Açores encontram-se também estes elementos incluídos na arquitectura religiosa: em fachadas de "impérios" (Terceira) e em torres de igrejas (Urzelina, São Jorge) com rosetas; em portais de capelas (quinta da Gorreana, São Miguel) e de igrejas (S. Roque do Pico, Matriz da Ribeira Grande, "Conventinho" de Belém, Ponta Delgada), todos com "suásticas" hexásceles, e ainda em interiores (púlpito do convento da Caloura, São Miguel, com "suásticas", e capela lateral da Sé de Angra, com losangos e rosetas); aparecem igualmente na arquitectura doméstica popular (rosetas gravadas nas soleiras das entradas, São Miguel, ou em janelas de sótãos, Terceira), e solarenga (no palácio Bettencourt, actual biblioteca municipal de Angra, onde a "suástica" encabeça almofadas rombóides nas portas interiores).

Na Madeira e Canárias é bastante mais rara a sua ocorrência, surgindo nomeadamente a decoração rombóide na fachada da capela da rua do Bispo (Funchal), e os frisos de rosetas numa casa em Hoyo de Mazo, na ilha de La Palma - o que confirma a possível relação desta simbólica com a necessidade de protecção icónico-mágica, mais sentida nos Açores que nas restantes ilhas

(30) Conforme obra citada na nota (24)

(31) No artigo "Ermidas Micaelenses", publicado na obra citada na nota (24), diz Ataíde sobre o significado e origem desta sugestiva simbologia nos Açores: "O Suástica quase sempre de seis raios giratórios, para a direita - o bom agouro - o sol nascente e criador que vem dissipar as sombras da noite, foi muito usado tanto na talha como lavra de pedra, disseminadas pelas arquitecturas civil e religiosa dos séculos XVII e XVIII. (...) (pág. 241). "Da figuração riscada do losango de tão longa existência e de tão remota origem na arte rústica dos povos, evoluiu-se para a relevada, o que determinou o fuso ou seja a pirâmide quadrangular. (...) Sobre a proveniência deste ornato, direi ter o ilustre crítico e historiador de arte (...) José de Figueiredo, manifestado a opinião de ser um motivo característico do estilo barroco da Flandres, aqui usado com grande frequência, ao contrário do que aconteceu no Continente, onde raramente aparece. (...) (pág. 246). "Consultados vários entalhadores, lavrantes e pedreiros sobre a sua significação, colhi sómente, de um canteiro de Rabo de Peixe, Homem de avançada idade, inteligente, conservador da tradição técnica da sua arte, que muito prezava e com valor exercia, o seguinte: - ter sempre ouvido dizer aos antigos, 'ser bom levantar aqueles ornatos' nas lavours das casas, sublinhando as suas palavras com um sorriso de incredulidade." (pág. 256)

Sobre a datação possível desta arquitectura, refere o mesmo autor na obra citada na nota (24): "A mais íntima ligação que pude estabelecer entre a arquitectura civil destes dois séculos (XVII e XVIII), estava na chamada casa de Santa Luzia, na rua deste nome, há pouco expropriada e demolida (...), pertencera à família Borges de Bettencourt, com a data de 1630 gravada em uma pedra, no frontispício da ermida anexa, e nela integrada, e confirmada por documento da família que conservo. Esta construção tinha um só andar e rés-do-chão, com oito varandas corridas de frente, sendo as ombreiras, dintéis, taça e cornija em ducina directa, bem lavradas, com painéis sobre as vergas onde se levantavam dois rombos unidos, com remate terminal de grosso cordão" (pág. 106) "A Ermida do Pópulo é a mais antiga construção datada onde encontrei rombos, vinda do ano de 1616 (pág. 109) "...o que se pode afirmar é terem vindo os rombos, ou fusos, logo nos começos de seiscentos, e haver todas as probabilidades de já serem empregados em fins de quinhentos." (pág. 112)

(32) O "sentido barroco" da arquitectura urbana na Ribeira Grande foi objecto de análise pelo autor in FERNANDES [155] - Ribeira Grande: do Urbanismo, da Arquitectura Civil, da Simbólica. Citado na nota (125) do capítulo III; também apresentada no IV Congreso Iberoamericano de Urbanismo, Santiago de Cuba, 4/1990

(33) In FERNANDES [169] - Algumas Considerações sobre a Casa Urbana nas Ilhas do Atlântico: Madeira, Açores, Canárias, Cuba (Séculos XVI-XVIII)

(34) José Pérez Vidal considera na "historia de la acción lusa en las islas Canarias" uma "época en que la cultura tradicional portuguesa se injerta en las raíces mismas de la naciente cultura hispanocanaria", subdividida em dois períodos, "uno, de apogeo, desde la paz de Alcáçovas (1479) a 1640, fecha en que se inicia el movimiento portugués de separación de España, y otro, de lenta decadencia, desde esta fecha hasta la segunda mitad del siglo XVIII" (in PÉREZ VIDAL [136] - Esbozo de un Estudio de la Influencia Portuguesa en la Cultura Tradicional Canaria. Citado na nota (96) do capítulo I, pág.372)

(35) Reproduzido na obra sobre a Madeira citada na nota (1), pág.20

(36) In obra citada na nota (24), págs. 111-112

(37) In obra citada na nota (24), págs. 116-117

(38) A época pombalina corresponde à forte diminuição da exploração do ouro no Brasil, facto que deve naturalmente ter-se reflectido no arquipélago; o período seguinte, no último quartel do século XVIII, é de retracção e crise política; na arquitectura assiste-se ao lento abandono dos temas "Rocaille" e à procura de um formulário austero de tipo neo-clássico

(39) No capítulo "A Arquitectura Vernácula da Cidade" do livro citado na nota (118) do capítulo I

(40) Conforme trabalho colectivo sobre os Açores citado na nota (1); os prédios no Porto, na rua do Calvário, já citados no capítulo IV, nota (16), constituem um modelo extremamente semelhante, com os mesmos três pisos e as faixas verticais e horizontais em granito; apenas não apresentam aventais em pedra; também há edifícios semelhantes no quarteirão poente da praça da Ribeira, frente ao Douro, na mesma cidade nortenha. Na obra DESENHO [162], o autor, Fernando Galhano, apresenta também desenhos de duas fachadas portuenses com clara analogia com os exemplos açoreanos referidos: em prédios de três pisos, as mesmas faixas verticais e horizontais com lintél curvo (Rua de Belmonte, n.27); idêntica continuidade vertical da cantaria entre os vãos de sacada (rua Cimo de Vila, n.16) (respectivamente gravuras ns.61 e 62 da obra referida). Ainda se podem ver, na mesma página, exemplos de óculos moldurados com cantaria que remetem igualmente para os das fachadas açoreanas (exemplo 1 e 4 da gravura n.60)

(41) In obra sobre Angra do Heroísmo (cit. na nota (118) do capítulo I), onde é citado o artigo BOTTINEAU [164] - L'Architecture aux Açores du Manuelin ao Baroque. In revista Colóquio Artes. Lisboa. 1977, Dezembro, n.35, p.53-67

(42) "Mucharabi" é uma "espécie de adufa árabe, donde se pode ver sem ser visto", segundo o DICIONÁRIO [205] (citado na nota (39) da Introdução Geral, pág.798). Com outra grafia, "muxarabi" ou "muxarabiê", é uma "espécie de treliça", "balcão mourisco protegido, donde se pode ver sem ser visto", segundo CUNHA [199] - Dicionário Etimológico (citado na nota (54) da Introdução Geral, pág.542). In TEIXEIRA [205] - Dicionário Ilustrado... (já atrás citado, na nota (51) da Introdução Geral, pág.161), uma definição mais completa refere-o como "balcão mourisco protegido em toda a altura por rótulas, para evitar a devassa da vista. Corrente em Portugal estendeu-se à arquitectura insular e brasileira."

(43) Em Portugal Continental, Açores e Canárias, e sob o ponto de vista da etnografia tradicional, os rotulados foram estudados por Wilhelm Giese, que publicou os artigos GIESE [173] - Algumas Palavras sobre Janelas e Ralos nos Açores. E GIESE [174] - A Respeito de Rótulas Portuguesas. Neles o autor propõe uma classificação das varandas de rótula, e refere exemplos (no Continente) em Chaves e Vila Real de Trás-Os-Montes. Giese registou designações muito diversas para estes elementos, como "adufas", "ralos", "grades", "tabuinhas", "gelosias". Actualmente ainda existem escassos exemplos de rotulados em pontos extremos do país, como na "casa das rótulas", em Braga, na cidade de Chaves (junto à praça da câmara municipal, em estado ruinoso em 1985) e em Tavira (área central da cidade)

(44) Ainda persistem porém alguns exemplos dispersos no Brasil, como nas cidades de Olinda (Pernambuco) e Mariana (Minas Gerais), preservados com alguma perspectiva cultural

(45) Como refere Wilhelm Giese, nos artigos citados na nota (43)

(46) Ocorrências de qualquer forma pontuais, como se reproduz na página 74 da obra citada na nota (18). As chamadas "Casinhas de Prazer" madeirenses mereceram uma interessante reflexão sobre a sua possível origem oriental no artigo com o mesmo nome, in FREITAS [172], págs. 87-88

(47) Também na Horta é reconhecida a mesma influência de uma activa colónia de origem inglesa, ligada ao comércio marítimo, desde fins do século XVIII - e a introdução das persianas costuma relacionar-se com essa influência. Na ilha açoreana de São Miguel, sobretudo nos arredores de Ponta Delgada (Fajã de Cima), é ainda hoje frequente o uso da cancelas de madeira, com motivos decorativos por vezes muito delicados, nas portas de fachadas de casas térreas urbanas. De novo a relação possível com a "arte da madeira" nortenha pode ser alvitada, pois as suas analogias com cancelas em casas do Porto são consideráveis (ver gravura n.63 da obra citada na nota (40), por Fernando Galhano)

(48) Na obra citada na nota (23), José Pérez Vidal relaciona o balcão canário com a arquitectura muçulmana: "El balcón canario no es otro que el típico balcón árabe, el 'mucharabyeh', en forma de cajón volado. El origen que atribuyen a este balcón conspicuos historiadores de la cultura árabe conviene ser recordado en el presente lugar. El 'mucharabyeh', al principio y conforme asegura Prisse d'Avennes, consistía simplemente en un hueco abierto en la pared de la casa, que se destinaba a colocar vasijas de barro poroso llenas de agua; al exterior, el hueco se hallaba cerrado por una celosía fija de madera, que en alguns casos, según Gayet,

sobresalía y presentaba la forma de torrecilla. El aire, que circulaba libremente por esta especie de ventana, mantenía fresca no sólo el agua de las vasijas, sino la temperatura del ambiente interior. El 'mucharabyeh' resultaba, pues, un lugar agradable: servía para matar la sed, tomar el fresco y, además, para ver la calle sin temor a las miradas indiscretas." (...) (págs. 90-91). La etimología misma de 'mucharabyeh' confirma esta evolución. Prisse d'Avennes dice que "moucharabyeh" vient de 'charaba', boire, et signifie place pour boire". Gayet es de igual opinión. Y, por último, Guerrero Lobillo añade que efectivamente la palabra se deriva de la raíz 'srb', 'beber', y que la voz árabe 'masrabiyya', pl. 'masaribi' correspondiente a la dicha raíz, significa ventana salediza enrejada, lo cual concierne con las ventanas salientes o balcones que se vienen describiendo." (pág.91).

Já na obra citada na nota (4) do capítulo I, por Luis Feduchi, se estabelece relação entre o "balcón canario" e a tradição do uso de madeiras no norte peninsular, sugerindo-se uma relação com a arquitectura naval: "Podemos observar, en regiones costeras y isleñas, una riqueza de diseño en la carpintería, y especialmente en su ornato, que no suele darse en otras no marítimas. Es visible esta circunstancia en las regiones norteñas españolas, de modo especial en la gallega, y constatable también en las islas británicas por ejemplo. Hasta qué punto en la finura y elaboración de la carpintería de estas regiones, y concretamente en la canaria, pudo tener influencia el carpintero de ribera dedicado a la construcción de barcos..." (págs.43-44)

F.G.Martín Rodríguez refere, na obra citada na nota (31) do capítulo III, uma comparação entre as aplicações de rotulados nas janelas em duas cidades dos arquipélagos macaronésios: "Debary - que asemeja las casas de Santa Cruz [de Tenerife] a las de Funchal - se detiene en la descripción de las curiosas ventanas de cuarterones con postigos..." (pág.34)

(49) A janela de guilhotina relaciona-se com a divulgação do uso do vidro em substituição dos postigos de madeira; o seu fabrico em quantidade e qualidade articula-se com a nascente revolução industrial europeia, sobretudo em Inglaterra. Na obra citada na nota anterior, Luis Feduchi refere sobre os balcões envidraçados: "En ese sentido, las ventanas que observamos en las calles de Vilaflor, en Tenerife, de Santa Cruz, en La Palma o de Tegui y Arrecife, en Lanzarote, serían una transposición plana de los miradores, transposición en que se repite la compartimentación y diseño característico de su carpintería. José Pérez Vidal, en su repetidamente citado estudio, amplía el campo de observación a la posible influencia de la ventana de guillotina, que pasa de Holanda a Inglaterra en el siglo XVII, de Inglaterra a Portugal a principios del XVIII y que posiblemente da el salto con los portugueses a las islas Canarias. Frente a la celosía, que proporciona penumbra y circulación de aire, la ventana de guillotina ofrece las opuestas ventajas de permitir el paso de la luz e impedir el del viento, ventajas muy apreciables también dadas las características climatológicas canarias." (pág.44)

(50) Na obra citada na nota (31) do capítulo III, F.G.Martín Rodríguez sugere uma terminologia apropriada para esta arquitectura: "En absoluto estamos de acuerdo con la equivocada noción de 'estilo canario', aducida por Zuazo, Pérez Vidal y algún otro, nomenclatura que resulta demasiado ancha a la arquitectura de Canarias. La transformación que sufre aquí la construcción obedece a los condicionantes antes expuestos, que llegan a mediatizarla por completo, y producen una edificación diferenciada, distintiva. Por todo esto utilizamos la denominación de 'arquitectura canaria propia' para aquellas viviendas que más definen y tipifican un 'modo canario' (...)" (pág.40)

(51) Como se refere e enquadra na nota (8) deste capítulo

(52) Por exemplo, em Angra do Heroísmo, nos Açores, o fenómeno do desaparecimento do forno doméstico no meio urbano acentuou-se enormemente com a reconstrução das habitações que se seguiu ao sismo de 1980, o qual abalara a maior parte da cidade; ao serem refeitas as casas, usando a estrutura de betão armado no seu interior, a parte da cozinha que ruíra foi frequentemente reconstruída no mesmo local e aproveitando até as paredes antigas - mas na área do forno, no desejo de aproveitamento do espaço, ou porque aquele objecto já era escassamente utilizado, edificaram-se espaços de apoio como arrecadações ou sanitários, perdendo-se deste modo a tradição; por processos mais graduais mas igualmente por razões civilizacionais, o mesmo aconteceu há anos em cidades como o Funchal ou Las Palmas

(53) José Pérez Vidal, na obra citada na nota (23), aponta algumas outras razões para a menor divulgação do sistema de forno-lareira nas Canárias: "La agrupación hogar y horno no resulta muy molesta en Canarias (...) La tradicional afición al 'gofio' ha mantenido en muy bajo nivel el consumo del pan (...) En las casas urbanas, el horno combinado con la cocina no es frecuente. En

ellas tropieza con una grave dificultad arquitectónica. El cuerpo del mismo, que, como es sabido, ha que sobresalir al exterior de la cocina, no puede aparecer, como un horrible quiste, en algún muro noble de la vivienda." (pág. 110). De facto, se o argumento do regime alimentar é pertinente (mas com alcance a averiguar - e eventualmente relacionando-o com uma tradição alimentar de origem portuguesa ligada a um consumo mais intenso do pão), já o do forno não ter utilização na casa urbana por razões estéticas é mais discutível, pois uma forma mais antiga do sistema de forno-lareira (sem chaminé) podia incluir o seu volume totalmente dentro do espaço da cozinha. O que se passa é que a casa urbana de tipo espanhol com pátio, que surge nas Canárias, como que exclui à partida, funcional e conceptualmente, a presença de volumes irregulares como o do forno: nela não há quintal de relação com o espaço rural, pois não existe alçado traseiro; e a clara geometria rectangular do pátio rejeita-o

(54) Nas traseiras das casas açoreanas e madeirenses, onde a ocupação do quintal não constitui problema, já aparece o volume do forno apoiado sobre forte volume prismático, desde o chão - como no caso já citado do forno da cozinha do Colégio Jesuíta de Ponta Delgada, São Miguel. Mas nas Canárias, o entendimento mais geométrico da cidade através da cultura hispânica não aceita facilmente a aparência "castiça" do volume do forno, mais "natural" no espaço urbano irregular de tipo português, e por isso esconde-o onde pode, como se depreende destas palavras de Vidal: "todos los hornos que conozco con dicha disposición en Santa Cruz de La Palma sacan el cuerpo por la trasera o por una pared lateral de la casa hacia algún calejón estrecho de ínfima categoría urbana" (na obra citada na nota (23), pág.110)

(55) O autor pôde já afinar e aplicar estes grupos classificativos na abordagem à arquitectura doméstica de Angra do Heroísmo (na obra citada na nota (118) do capítulo I), pelo que aqui se ensaia a sua generalização ao conjunto macaronésio

(56) Recorde-se o mesmo tipo de aproveitamento, para o mesmo tipo de coberturas, que poderia ser plausível em Tavira, no Algarve - onde no entanto não é usado tradicionalmente, segundo Orlando Ribeiro (obra citada na nota (14) do capítulo IV)

(57) Levantamento efectuado pela Direcção Regional dos Assuntos Culturais do Governo Regional da Madeira

(58) A qual seria constituída inicialmente apenas pelo volume com arcos ogivais e pelo corpo mais alto - presumível cozinha antiga, pois possui restos de um forno entulhado. O estudo arqueológico desta habitação está a ser levado a cabo pelas entidades locais, e só em função dessa monografia se poderão tirar conclusões mais definitivas

(59) Em O Lugar da Cidade Portuguesa, obra citada na nota (1) do capítulo II

(60) Em todo o caso, como a casa de Angra foi reconstruída interiormente depois do sismo de 1980, há que confirmar essa diferença

(61) Da qual se não apresenta levantamento

(62) In texto citado na nota (33): "Mais próximo da escala delicada das habitações açoreanas será o prédio da esquina sudeste das ruas Obrapia e Ofícios, actualmente recuperado como 'hostal', e cuja sala avarandada tem apenas três vãos, dois dos quais deitam para o balcão que contorna a esquina..." (pág. 8)

(63) Ver nota (29) do presente capítulo

(64) Conforme levantamento realizado por João Vieira Caldas e Victor Mestre, no âmbito do trabalho colectivo sobre os Açores citado na nota (1)

(65) Conforme obra do autor desta investigação, citada na nota (118) do capítulo I

(66) Conforme notas (4) e (6) deste capítulo

Capítulo VI

A Casa Rural das Ilhas

Está claro que nisto de habitação, como noutros casos de etnografia, não devemos contar só com a tradição; as circunstâncias locais, como já disse, motivam necessidades, que se reflectem em tudo, tudo alterando.

in "Mês de Sonho",
por Joaquim Leite de Vasconcelos

Introdução

É no espaço rural que a casa macaronésia apresenta uma maior homogeneidade morfo-tipológica, se analisados e confrontados os diversos arquipélagos envolvidos. Efectivamente, as características referidas na introdução à casa urbana como próprias da habitação insular - o uso predominante da pedra vulcânica, da cobertura de quatro águas e a presença do sistema "forno-lareira alta" em cada célula familiar - atingem nas áreas rurais uma sistemática aplicação.

Necessário se torna chamar a atenção para o facto de a arquitectura vernácula rural, como sucede aliás com os tipos urbanos, ter um processo de evolução e transformação de modelos, apenas que de ritmo mais lento que no contexto da cidade; pelo que uma análise sistemática do tema encontrará sempre tipos de casa em desaparecimento, ou já "extintos", ou outros em vias de formação e de consolidação. A uns e outros há que fazer referência, no sentido de um mais completo conhecimento e compreensão das formas de habitar, para além dos tipos que agora surgem como "fixos" - embora seja dado mais relevo a estes.

Assim por exemplo, se na Madeira e Porto Santo ainda ocorre com algum significado a casa com cobertura de palha, ou as que dela descendem - julgadas ainda emblemáticas como signo cultural ou turístico - esse tipo de casa está reduzido a casos esporádicos nos Açores, e relegada para usos complementares nas Canárias.

Por outro lado, permanece como característica dos Açores uma grande diversidade de tipos de casa, que é mais restrita naturalmente no caso madeirense - pelo que será a metodologia aperfeiçoada no estudo das ilhas "atlântidas" açoreanas, mais ampla, que servirá de base à presente abordagem temática no conjunto dos vários arquipélagos.

Mais uma vez, a abordagem às Canárias será feita sob o ponto de vista estrito da possível influência portuguesa, e não da análise geral da habitação rural, o que levará apenas ao estudo dos tipos com isso relacionáveis - embora em termos morfológicos, se possa dizer que a influência e persistência dos modelos de presumível origem lusa é aqui grande, ditada talvez por um certo "espírito ruralista" próprio da casa portuguesa, que de algum modo "se impôs" e singrou nas Canárias, sedimentada na lentidão de transformação dos modelos arquitectónicos, típica do meio rural.

Ainda em relação à casa de Cabo Verde, aqui abordada apenas genericamente, ela deve ser entendida no contexto da influência mista europeia e africana, o que lhe dá características muito especiais no quadro macaronésio, onde constitui um "irmão afastado".

classe, motivos necessários, que se reflectem em tudo, tudo aliado.

in "Mão de Sombra",

por Joaquim Leite de Vasconcelos

Introdução

É no espaço rural que a casa macaronésia apresenta uma maior

homogeneidade morfo-típica, as análises e confrontos de diversos

arquipélagos envolvidos. Efectivamente, as características referidas na

introdução à casa urbana como próprias da habitação insular - o uso

predominante da pedra vulcânica, da cobertura de quatro águas e a presença do

sistema "forno-lareira alta" em cada célula familiar - atingem nas áreas

rurais uma sistematização aplicável.

Necessário se torna chamar a atenção para o facto de a arquitectura

vernacular rural, como sucede aliás com os tipos urbanos, ter um processo de

evolução e transformação de modelos, apenas que de ritmo mais lento que no

contexto da cidade; pelo que uma análise sistematizada do tema encontrará sempre

tipos de casa em desaparecimento, ou já "extintos", ou outros em vias de

formação e de consolidação. A uns e outros há que fazer referência, no sentido

de um mais completo conhecimento e compreensão das formas de habitat, para

além dos tipos que agora surjam como "fixos" - embora seja dado mais relevo a

estas.

Assim por exemplo, se na Madeira e Porto Santo ainda ocorre com algum

significado a casa com cobertura de palha, ou as que dela descendem - julgadas

ainda emblemáticas como signo cultural ou turístico - esse tipo de casa está

reduzido a casos esporádicos nos Açores, e relegada para usos complementares

nas Canárias.

Por outro lado, permanece como características dos Açores uma grande

diversidade de tipos de casa, que é mais restrita naturalmente no caso

madeirense - pelo que será a metodologia adoptada no estudo das linhas

"atlânticas" açorianas, mais ampla, que servirá de base à presente abordagem

família no conjunto dos vários arquipélagos.

A - Aspectos morfológicos gerais (1)

Introdução

Pode dizer-se que a casa rural tem aspectos formais ou morfológicos em geral muito simplificados, por comparação com a habitação de contexto urbano: assim, os elementos decorativos ou acessórios aplicados no guarnecimento ou no preenchimento dos vãos praticamente não existem, ou estão muito simplificados; e volumetrias como as torres e torreões perdem naturalmente o sentido fora do espaço da cidade. Por isto, a abordagem à casa rural será logicamente mais exercitada e desenvolvida no campo morfo-tipológico e tipológico, pois é nas combinações "celulares" dos corpos construtivos que se patenteia uma criatividade espacial e compositiva.

1 - O exterior; estrutura, paredes e coberturas.

Dentro da "casa de pedra" do mundo europeu mediterrâneo-ocidental, a casa macaronésia mais corrente, como se verá neste capítulo, exprime por um lado certa CAPACIDADE DE ADAPTAÇÃO E DE RECRIAÇÃO INVENTIVA no contexto insular, por outro a PERSISTÊNCIA DE MODELOS EXTERIORES TRANSPORTADOS pela cultura das comunidades migrantes.

Assim, é mais correcto falar-se de uma casa macaronésia, com variantes e influências, e não de uma "casa do Algarve" ou "do Minho", ou até "da Andaluzia" nas ilhas, em relação à habitação rural; igualmente, como se viu, embora de forma mais complexa, em relação à urbana.

A planta, formada por um ou mais corpos rectangulares, corresponde a uma estrutura em blocos de pedra vulcânica, ou a uma alvenaria com utilização desse material, ou ainda a simples pedra solta, conforme o grau de acabamento pretendido e as posses do agregado respectivo. (2)

Há que referir porém o caso de certas ilhas da Macaronésia com formação geológica mais variada, que excepcionalmente permitem a exploração e o uso de outros tipos de pedra para além da vulcânica e basáltica, nomeadamente as de Porto Santo e de Santa Maria (3).

Utilização de outros materiais

Se a supremacia do uso da pedra nas paredes exteriores e da madeira na estrutura interna é patente na casa rural macaronésia, outros tipos de estrutura e de materiais foram utilizados, provavelmente desde os primórdios da ocupação das ilhas. No meio rural podem ainda hoje ver-se vestígios desses usos, os quais no meio urbano já desapareceram há muito, dispondo-se apenas de testemunhos escritos (por exemplo, sobre as casas com cobertura de palha que inicialmente eram correntes nas cidades)(4).

Em relação ao tipo geral de casa, no quadro europeu-mediterrâneo, estas construções podem assim considerar-se como representantes de uma "arquitectura da terra", mais ligadas de algum modo a influências norte-africanas ou meridionais (as habitações escavadas, e as com cobertura de terra e barro, na Madeira e Canárias), ou à "arquitectura de madeira" de tradição centro e norte-europeia (as casas de Santana, Madeira). Mas ao mesmo tempo, mostram a restrita influência que esses modelos atingiram nas ilhas (existindo apenas em algumas sub-regiões insulares ou em pequenas ilhas), e a possibilidade, sobretudo em relação às casas de Santana, de se estar perante modelos endógenos, sem directa relação com temas exteriores.

São compreensíveis estas diversas formas de "habitat" não urbano, e a sua coexistência prolongada no tempo, se pensarmos no quadro inicial do povoamento, onde era preciso começar subitamente, partindo do "grau zero"; então, as soluções expeditas eram necessárias (as grutas escavadas, como que num regresso "instintivo" e quase "uterino" às formas mais primitivas de habitação), e as formas mais ou menos espontâneas e de "geração local" eram inevitáveis (as "casas vegetais", de madeira e folhagem); mas a longo prazo, o peso maior da tradição das terras de origem acabou por vingar (a "casa de pedra"), tornando-se o modelo dominante de casa.

Podem referir-se, como formas de "habitat" utilizando materiais distintos dos que vieram a dominar no período analisado:

- as escavadas na rocha, ou que aproveitam grutas e outros espaços naturais, chamadas de "furnas" na Madeira e de "cuevas" nas Canárias, e das quais há notícia de terem existido nos Açores;

- as cabanas, que utilizam total ou parcialmente madeira nas suas paredes exteriores, com cobertura de colmo, ainda bastante significativas na Madeira, chamadas de "chozas" nas Canárias;

- as casas com cobertura de palha (chamada "casa pajiza" nas Canárias) que existem, embora pontualmente, nos vários arquipélagos referidos, e também em Cabo Verde, associadas aqui a planta redonda ou rectangular;

- as casas com cobertura de terra argilosa, existentes apenas em Porto Santo e nas Canárias;

- as casas com utilização parcial de madeira nas paredes exteriores, mas com cobertura de telha, que existem pelo menos nos Açores;

Embora sendo problemática a localização destes vários tipos de habitação, num processo evolutivo, em relação à casa mais corrente de pedra e telha, a sua origem é naturalmente mais associada à habitação na época inicial de ocupação das ilhas (5), ou é relacionável com condicionamentos sub-regionais (como a falta de pedra de qualidade suficiente para construção, ligada à abundância de boas madeiras) (6), ou ainda com os agregados mais pobres e rudimentares do meio rural (7). De notar ainda que com a alteração das condições sociais e económicas de cada região insular, houve mudanças de usos que relegaram tendencialmente estes tipos de casa para utilizações mais desqualificadas, como anexos, palheiros e outros usos secundários; pelo que é por vezes difícil distinguir entre construções feitas de raiz para habitação mas actualmente com outros usos, e as que, utilizando materiais idênticos ou sendo formalmente análogas, foram logo à partida executadas para outros fins.

As habitações escavadas

As grutas, "furnas" na Madeira e nos Açores, ainda se podem encontrar naquela ilha, vindo referidas em estudos e levantamentos recentes (8), embora já com utilização decadente ou alterada. Nos Açores apenas se conhece como tradição desaparecida há muito (9). Nas Canárias, onde ainda abundam, Perez Vidal refere o seu tipo espacial e funcional, referindo as possíveis relações com as "cuevas" do sul de Espanha e as da vizinha Madeira, mas assinalando que só nas das ilhas a cozinha se encontra sempre separada no exterior, para o que aventa razões climáticas (10).

As casas de madeira e palha

As cabanas, "choupanas", ou "palhotas" (Madeira) e "cabañas" ou "chozas" (Canárias) apresentam inúmeras variantes no caso madeirense, podendo referir-se (11):

- um tipo mais simples, térreo, com uma só fachada, que se reduz a um tecto de três águas bastante inclinadas com estrutura de madeira e cobertura de colmo, assentes directamente no solo - a que podemos chamar "casa chã";

(FIG.240)

- um tipo idêntico mas aproveitando o declive do terreno para uma "loja" de animais, escavada e com uma única parede exterior, de pedra (e pequeno sótão no interior) - ou seja, uma "casa chã" com loja escavada; (FIG.241)

- e um tipo já com paredes verticais de madeira, quatro águas também com bastante inclinação cobertas com colmo, apresentando dois ou três quartos no seu interior, e que pode ter igualmente loja escavada com paredes de pedra - a que se chama localmente "casa de meio-fio". (FIG.242)

De notar que na Madeira todas estas casas apresentam cozinha com sistema de "forno-lareira alta", separada do conjunto descrito, em corpo térreo autónomo, com quatro paredes de pedra e cobertura preferencialmente em telha (embora também as haja com cobertura de colmo), encostado ou fronteiro ao volume dos quartos - aspecto que será enquadrado na análise tipológica.

As casas com cobertura de palha

As casas com paredes inteiramente de pedra, mas com cobertura de palha (usando o colmo, de centeio, de trigo), encontram-se nos vários arquipélagos, e na Madeira (Santana) apresentam muitos aspectos comuns com as de paredes de madeira (têm quatro águas inclinadas, e a mesma cozinha destacada em anexo).

Nos Açores surgem muito esporadicamente, reconhecíveis pela acentuada inclinação da cobertura, e com o mesmo sistema de "forno-lareira alta" da Madeira mas aqui incluso no corpo único (em São Miguel: na Candelaria, com três águas [FIG.243]; nos Mosteiros, em ruínas, com duas águas), podendo considerar-se o seu uso para habitação em extinção ou mesmo extinto (12). Como

se refere na obra citada sobre os Açores (nota (1) do capítulo V), "Este tipo de casa persiste como uma das incógnitas desta investigação, quer quanto à origem, quer quanto à sua hipotética distribuição inicial pelas ilhas. Terá sido um modelo enraizado no primeiro povoamento (as crónicas de então referem 'casas palhaças', mas nada garante terem uma relação directa com as actuais), ou de época mais recente, talvez habitação para famílias pobres que migraram nas ilhas mais populosas, no século passado, para novos locais, construindo então como puderam, com menores recursos?

Será um modelo autónomo, com razões especiais, ou apenas paralelo e dependente dos casos mais aperfeiçoados que desde os primórdios ocupavam as cidades insulares, cobertos já com telha? (...) Também o facto de uma das áreas de ocorrência destas casas se denominar 'Bretanha' levou a românticas conjecturas sobre a sua possível origem a partir daquela região francesa, através da colonização chefiada pelo refugiado rei Capeto, ou, menos irreais, através dos cruzados fixados na região de Lisboa depois da Reconquista, e que teriam transmitido o modelo séculos depois, em plena Expansão marítima.

A ocorrência da casa com cobertura de palha nas diversas ilhas é também variável: S.Maria pode não ter sequer conhecido o modelo, pois dispõe de produção local de barros para telhas; em S.Miguel e Terceira deverá ter coexistido em várias épocas, com as casas telhadas; nas restantes ignora-se por completo provas da sua existência, sendo habituais as referências dos autores a que no princípio as casas seriam cobertas de palha. Uma interpretação exclusivamente evolucionista parece de qualquer modo condenada à partida".

Nas Canárias, a "casa pajiza" também se encontra apenas como vestígio, tendo Perez Vidal referido como exemplos mais significativos os das casas com paredes de pedra e cobertura de duas águas, existentes na ilha de Hierro, a qual pelo seu isolamento geográfico mais tempo preservou esta técnica construtiva (13).

Este tipo de casa não é original das ilhas, existindo na Andaluzia, Leão, Galiza, Astúrias e Pirinéus, e em Portugal (por exemplo, em Montalegre, Pitões das Júnias [FIG.244]), como também refere José Pérez Vidal na obra já citada (nota (23) do capítulo V).

Em Cabo Verde, a sua situação muito próxima de África, bem como o tipo de colonização efectuado (com intensa participação de elementos de raça preta (da Guiné e Senegâmbia) e branca (do Continente e das ilhas, como a da Madeira) faz coexistir respectivamente dois tipos bem distintos de casa com cobertura de palha: o de planta circular e o de planta rectangular.

A casa circular (na ilha de Santiago), "hoje circunscrita a certas regiões, é um modelo de habitação com paredes baixas, geralmente de pedra-solta, cobertura cónica de colmo, uma porta, ou no máximo duas no mesmo enfiamento e constituída por uma única divisão" (14) (FIG.245). Segundo a obra citada de João Lopes Filho sobre aquela ilha (na nota (1)), o modelo parece ter tido origem mais provável no "funco", habitação de tipo circular africano, e não no tipo de abrigos pastoris, formalmente análogos, que existem em Portugal desde a Idade do Ferro (FIG.246); mas já segundo a obra de Pourbaix citada em (1), que analisa atentamente a "hipótese africana" e a "hipótese portuguesa", a possibilidade da origem castreja e lusa do "funco" é bastante

defensável: porque não teria sido fácil aos escravos africanos e seus descendentes desenraizados nas ilhas a reconstituição dos modelos de "habitat" originais, num espaço de vida muito diferente; porque os modelos de casa redonda existentes hoje na África Ocidental não são idênticos ao "funco", enquanto as "choças" portuguesas o são; e porque a estrutura da "choça" é em pedra, enquanto na Guiné utiliza materiais vegetais.

A hipótese do "funco" caboverdiano ser um modelo de síntese (tendência insular que se defendeu no início deste capítulo), é mais uma vez viável, como diz Pourbaix, concluindo na obra citada em (1): "Enfin, on peut imaginer que des 'funcos' des deux origines ont pu apparaître simultanément ou à des moments différents et que des Portugais et des Africains aient bien bâti des constructions circulaires qui ne pouvaient que se ressembler vu la contrainte des matériaux disponibles localement (pierre, petits arbres, maïs, coco) et que 'funco' et 'casa de fumo' se soient confondus... En tout état de cause, la question reste ouverte".

Embora sendo um tipo em desaparecimento, estas casas ocorrem sobretudo em Santiago e ainda na ilha de Maio, aquelas onde a percentagem de população mulata e negra é mais elevada no arquipélago, o que vem ajudar a confirmar a sua possível origem africana.

Seguindo a mesma obra, as casas de planta rectangular têm habitualmente duas divisões, contidas em paredes de pedra e barro, com coberturas de duas águas preferencialmente a quatro, embora ocorram dos dois tipos (15); para além das que apresentam cobertura de telha, há as que utilizam folhas secas de cana sacarina, folhas de palmeiras, palha branca e colmo. A sua origem portuguesa é aceite pelo autor como certa, e provavelmente de influência madeirense mais directa, dada a colonização efectuada desde os primórdios contar com colonos dessa ilha (16).

Interessante como evolução funcional, é a utilização dos "funcos" circulares para cozinhas exteriores das casas de planta rectangular, assegurando assim a transição tipológica para o tipo dominante, sem rotura com o tipo em extinção (17).

Note-se ainda que a inclinação das coberturas é de dois tipos: a mais inclinada, que se vê também nas casas "palhaças" dos Açores e da Madeira, e a de menor inclinação, que faz supor uma menor pluviosidade local (a inclinação menor nas coberturas com telha só existe nos outros arquipélagos).

As casas com cobertura de barro

Quanto às casas com paredes de pedra utilizando como cobertura o barro, encontram-se de forma mais localizada, na ilha de Porto Santo e em algumas das Canárias. Em Porto Santo, onde se emprega nas habitações mais simples, "a armação do tecto é formada por vigas a 'mãos dadas' com travetas de ligação, tapadas de tábuas onde poisa uma espessa camada de terra de 'salão', argilosa, gorda, acamada com ligeiro declive, corrida nas abas sobre lascas esguias de pedra que formam o beiral da casa." (18). (FIG.247)

A chamada "cobertura de salão", dadas as características da terra argilosa utilizada, responde bem ao tipo de clima da ilha e é de fácil reparação; parece poder ter tido origem em idêntico sistema de cobertura usado na Beira interior; como todas as técnicas tradicionais, está hoje em extinção, tendo sido muito usada pelo menos até inícios do século XIX (19).

No grupo oriental das Canárias (Gran Canaria, Lanzarote e Fuerteventura) encontram-se técnica análogas, que foram estudadas em comparação com a das "casas de salão" de Porto Santo por Victor Mestre (20): "Na ilha de Gran Canaria (...) temos para uma cobertura de duas águas uma estrutura de toros de madeira, sobre os quais se pregam no sentido perpendicular tábuas com tamanho variável e finalmente sobre estas, espalha-se o barro" (ver FIG.247). Na ilha de Fuerteventura, segundo o mesmo levantamento, podem usar-se folhas de palmeira em vez de tábuas. Em Lanzarote, chama-se "tegue" ao processo de mistura do barro com o "gransón" (palha de trigo) - que também é usado em coberturas planas, como refere o mesmo autor.

Casas com paredes de madeira e pedra, com telhado

São ainda de referir as casas com paredes parcialmente construídas em madeira (os quartos, erguidos sobre "loja" de paredes de pedra), e parte em pedra (o corpo da cozinha, assente no terreno ao nível dos quartos) mas já com cobertura de telha, portanto a caminho de uma integração no tipo mais corrente de construção. Surgem muito pontualmente nos Açores (Lomba, Faial; Ribeira Quente, São Miguel). (FIG.248)

2 - Telhados de "tesoura" e "múltiplos"; beirais e "pombinhas".

A casa rural das ilhas, no seu padrão mais corrente, é coberta geralmente por uma armação de madeira de tipo mais ou menos elementar, pouco inclinada e revestida exteriormente por telha de meia-cana.

Esta cobertura é geralmente conhecida como "de tesoura" (21) no Continente e nos Açores, e descrita nas Canárias como incluindo a "tiserá" na sua estrutura. A expressão "tesouras da casa" é usada na Madeira, embora referida às coberturas de palha (22).

Comparemos agora as descrições respectivas, realçando as designações comuns dos elementos constitutivos, para confirmar a coincidência do tipo de estrutura, prova da sua origem portuguesa.

Em Portugal Continental, e referindo-se a Tavira, Orlando Ribeiro diz que "o telhado de tesouro é de quatro águas (...) assente numa série de barrotes divergentes que sustentam a cumieira ('madre'), e cujo afastamento se mantém por meio de uma trave ('NIVEL' ou 'aspa')": ao conjunto dá-se geralmente o nome de 'asna' ou 'TESOURA'; quando as dimensões do telhado são muito pequenas, a aspa pode ser suprimida." (23) (FIG.249)

Estudando a casa rural da Terceira, nos Açores, Maria Alice Borba Lopes Dias diz que "neste tecto os tirantes em número de dois amarram as paredes e marcam as divisões internas. Por cima dos tirantes, segue em todo o com-

primento o FRECHAL; que por sua vez suporta as 'TESOURAS', ou sejam dois barrotes em frente um do outro, desde a cumieira até o frechal, onde assentam por meio de um entalhe em forma de dente, na sua quina interna. Cerca de meio metro abaixo da cumieira, há, em sentido horizontal um outro barrote que liga as duas tesouras entre si e ao qual dão o nome de NÍVEL." (24) (FIG.250 e ver FIG.312)

Finalmente, José Pérez Vidal, falando da "casa terrera" do meio rural das Canárias, descreve o seu tipo de cobertura com designações coincidentes com as portuguesas, e chama a atenção para a sua antiguidade, citando documentos do início do século XVI (25) : "El tejado (...) es de teja curva y cae con poca inclinación en dos anchas vertientes y dos reducidos faldones laterales (...) La armadura del tejado está compuesta de vigas de tea bien escuadradas. Consta de quatro 'FRECHALES' o 'flechares' 'soleras', que, asentados horizontalmente sobre los muros forman un rectángulo, del que se elevan las TISERAS hasta la cumbrera. Desde las esquinas del rectángulo hasta los extremos de la cumbrera se alzan los 'espigones', que marcan el límite de los faldones laterales. Para que el tejado no cargue hacia fuera, los frechales paralelos a la fachada se hallan sujetos uno a otro en su punto medio por un fuerte 'tirante', y todos enlazados en los ángulos por 'cuadrantes' muy firmes." (FIG.251) Note-se que os "quadrantes" também se usam nas coberturas portuguesas, enquanto que os "níveis" (que não são referidos nas Canárias), parecem substituir o "tirante" entre nós.

A inclinação das águas das coberturas, que é geralmente reduzida, tem na Madeira - e principalmente nas casas elementares térreas - uma excepção, pois estas apresentam quatro águas de acentuado ângulo com o plano horizontal, idêntico ao que as casas antigas de cobertura de palha exibiam. Parece evidente portanto a sua origem neste tipo palheiro, que terá evoluído em função de um progresso económico e social. Já em 1949 Orlando Ribeiro o notava (26), e desde então o fenómeno generalizou-se completamente. (FIG.252)

Embora transcendendo temporalmente o âmbito deste estudo, o original tipo de casa que resulta daquela transformação (pequena, térrea e isolada, com 4 águas muito inclinadas) - uma estranha mistura de casa "à maneira do norte europeu" que mantém alguma expressão meridional e islenha - tem afinal origem num modelo bem mais antigo, que é a casa de palha já referida.

Nos restantes arquipélagos, ao contrário do que sucede na Madeira, não se encontram vestígios deste tipo de evolução (havendo em Cabo Verde referências às coberturas de 2 ou 4 águas com armação do tipo "tesoura" com "nível") (27); assim, ou se encontram casas cobertas de telha com águas de pequena inclinação, ou, mais raramente como atrás se justificou, construções palheiras com águas muito inclinadas - não parecendo haver entre ambas traços evolutivos. Talvez a presença de factores como o acentuado isolamento da Madeira, ditado pela sua condição de "ilha grande e só" (Porto Santo não chega para "fazer um arquipélago"), ou como uma vinculação local à micropropriedade da terra em contexto geomorfológico muito acidentado, tenham ditado em conjunto um enquistamento de certos tipos construtivos.

Os chamados "telhados múltiplos" têm implantação nos três arquipélagos, correspondendo normalmente à duplicação ou multiplicação da compartimentação interna, na qual dois ou mais corpos de planta rectangular são cobertos por

outros tantos telhados independentes (normalmente com quatro águas cada, ou mais raramente com duas águas), todos ao mesmo nível. Esta solução encontra-se tanto em habitações térreas simples como nas grandes casas de quinta (sem esquecer paralelamente a sua ocorrência no espaço urbano, como já se viu. (FIG.253)

Na Madeira, podem citar-se exemplos nos arredores do Funchal ("casa com telhados paralelos, planta de casa linear dobrada", com loja inferior, citada no estudo de Victor Mestre sobre a ilha referido na nota (1); a chamada "casa do Bispo do Hawai", na rua do mesmo nome, em Vila Baleira, Porto Santo (ver FIG.345), com dois volumes térreos e paralelos, justapostos; e a chamada Quinta do Esmeraldo, nos arredores da capital). Nos Açores, surgem coberturas deste tipo na casa rural mariense ("casa dobrada" na Chã de São Tomé, conforme obra sobre os Açores citada na nota (1) do capítulo V) (FIG.254 e ver FIG.346), e no nordeste micalense - aqui em habitações térreas com dois corpos de duas águas cada, sendo estas paralelas entre si (Achada) ou perpendiculares (Feteira Pequena, Santana) (ver FIG.348). Nas Canárias é mais corrente a disposição sequencial das coberturas múltiplas na casa rural, do que a sua organização em corpos paralelos, o que se relaciona com a "quadratez" frequente da planta dos volumes construtivos. Há exemplos em Lanzarote (Yaiza, casa torreada "em L", actual centro de exposições) e em La Palma (casa linear simples em Puntallana, com 3 telhados "em linha") (FIG.255 e ver FIG.333). Em Cabo Verde não temos informação detalhada sobre a sua ocorrência, mas é provável a existência de estruturas de tipo análogo, que decorrem de uma tradição construtiva comum e generalizada. (ver FIG.341)

Os beirais

O tradicional beirado português, simples, com "beira" e "subeira", mais raramente com três fiadas de telhas de remate (uma "beira" e duas "subeiras") - ou exibindo uma cornija de recorte clássico nos casos mais eruditos - é elemento comum à casa rural dos vários arquipélagos, pormenor fundamental na articulação do suave encurvamento final da cobertura com as paredes caídas ou de pedra.

No encontro das águas, o remate do telhado apresenta em muitos casos uma telha especial, ornamental, por vezes com desenho ou recorte original e único. São as chamadas "pombinhas do telhado" (FIG.256), elemento cuja carga simbólica já foi analisada no Continente por Leite de Vasconcelos, ou, no caso insular, por Eduardo Pereira (na Madeira) ou Leite de Ataíde (nos Açores).

Leite de Vasconcelos refere a existência destes ornatos nos Açores relacionando-os com os do Continente: "Elemento curioso dos ângulos do telhado, nos Açores, é a "pombinha" (...) Este ornato já se encontrou no continente, por exemplo, no distrito de Leiria. Em algumas localidades da Beira não passa de mero bico, de folha ou telha. Ele relaciona-se provavelmente com os antefixos dos Romanos, destinados, na origem, a afastar das casas acção maléfica de seres sobrenaturais." (28)

Referindo-se à Madeira, Eduardo Pereira caracteriza as suas formas e variantes, assinalando a propagação do tema no Brasil, por influência conjunta da colonização açóric-madeirense, e refere ainda a sua substituição gradual e recente, por peças cerâmicas representando cabeças, que considera desqualificadoras da tradição (29).

Nos Açores, Leite de Ataíde discute a hipotética origem das "pombinhas" em mitos fálicos da Antiguidade ou no culto do Espírito Santo, referindo também a sua relação com a influência açoreana no Brasil (no Pernambuco, onde se usa a expressão "pomba fêmea"). Traça uma hipótese sugestiva de evolução formal da peça, desde a estilização da pomba ao simples contorno lanceolado, e refere a sua implantação na arquitectura urbana (30). **(FIG. 257)**

Pode acrescentar-se que o tema se encontra implantado um pouco por todo o arquipélago, à excepção de Santa Maria, ilha onde por regra as casas rurais não têm telha ou "pombinha" no encontro dos beirais, sendo o próprio cunhal das paredes, sobreelevado, a fazer o remate superior (o chamado "canto sem beira"). **(FIG. 258)**

Nas Canárias também não se assinala especial presença deste ornato, sendo os remates dos encontros dos beirais simplesmente executados com a telha corrente.

3 - Organização interna das habitações; divisórias, pavimentos, salas.

A casa rural insular apresenta por regra, interiormente, o forno integrado na cozinha (ou só a lareira alta, quando o forno não existe), sendo o seu volume saliente para o exterior, ou ocupando parte do espaço interior (com ou sem chaminé). A cozinha pode formar um corpo isolado ou estar integrada no conjunto da casa.

As divisórias internas (quando não correspondem a paredes resistentes de alvenaria) são correntemente construídas em tabique ou "taipa" de madeira (designação no norte do Continente para um tipo de tabique) (31), revestido a tábuas (o "enxamel" ou "enxaimel") ou argamassado e caiado. Também se usam, mas menos, os encançados e as massas de barro. As divisórias não ultrapassam na maioria dos casos a altura aproximada de dois metros, pelo que a cobertura interior aparente, sobretudo nas casas mais simples, é vista no seu conjunto, por cima daquelas. **(FIG. 259)**

Os pavimentos são de terra batida (por vezes coberta com um manto vegetal), nalguns casos com tabuado no compartimento principal ou, nas casas mais elaboradas, lageados no térreo e, no piso superior, assoalhados com madeira, constituindo os chamados "sobrados" (32).

Nos Açores, na ilha Terceira, no interior da casa rural, "As divisões marcadas pelos tirantes, vão até à altura destes e são feitas de tábuas de forro sobrepostas nas extremidades e assentes verticalmente sobre uma armação de barrotes ou de tábuas de meio soalho: 'forro de capa e camisa'. Estas divisões, chamadas 'frontais', são caiadas de branco assim como toda a armação interna do tecto incluindo o forro." (33)

Nas Canárias Pérez Vidal assinala que no espaço interior as "casas terreras", mais correntes (34), "...se hallan divididas por tabiques de diversas clases: de entramado relleno de barro y piedras menudas; de cañizo y yeso; de madera, de tela. Los tabiques de las dos primeras clases suelen ser los contruidos con la casa; la madera y la tela se han empleado para divisiones posteriores de los cuartos" (35).

A divisão interior da casa térrea, muito simples, correspondem certas designações tradicionais, entre as quais sobressaiem, nos Açores, a do "meio da casa" (Terceira) (FIG.260), quarto "sacralizado" com mobiliário como o "trabanaco" (estrado baixo), o "orató" (oratório) e os "nicótices" (reliquias) (36); a do "quarto de estado" (São Miguel), de função simbólica (37); e a da "falsa" (em São Miguel e Terceira; nas outras ilhas é o "sótio", o sótão), aproveitamento superior destinado aos filhos, talvez com origem no "falso" poveiro do Continente (38). (FIG.261)

A casa insular, rural e térrea - sobretudo a açoreana, pelas características especialmente cuidadas da sua estruturação interna e pelas funções específicas dos compartimentos - parece aproximar-se da REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA DO ESPAÇO LITÚRGICO transposto para o agregado doméstico-familiar. Assim, a casa adapta-se facilmente aos rituais festivos e religiosos, e como que os "instala" potencialmente no seu interior, criando para isso quartos próprios, ligados simultaneamente ao sagrado e ao quotidiano. (FIG.262)

O lar é entendido como um prolongamento "natural" dos espaços colectivos (do "império", da igreja) (39) para representação dos rituais, nestes participando nos seus dias próprios: sob um telhado de 4 cantos "protegido" pelas 4 "pombinhas" do Espírito Santo, um compartimento principal (central na sua localização mais "pura", a "casa do meio") possui um estrado (o "trabanacle") (40) onde toda a família repousa e trabalha, com um nicho (a "copeira", qual "mirhab") (FIG.263) na parede fronteira onde se guardam os seus objectos mais queridos. É o "templo em casa", uso ainda hoje praticado, como se pode exemplificar nas festas do "imperador" (em Santa Maria, onde um dos quartos da habitação recebia ainda em 1983 o "trono" das oferendas, donde partia o cortejo para a igreja e o "império") (FIG.264), ou nas do dia de Reis, "quando os vizinhos e amigos em grande grupo visitam a casa cantando: 'Entrai ò pastores / entrai por este portal sagrado / vinde adorar o menino / numas palhinhas deitado / Porta prá copeira'. Nesta ordem final abre-se a porta deixando ver a copeira, bem na frente, com seus pratos, seus santinhos e fotografias, pequenas relíquias de toda a família." (41)

Para além destes possíveis atributos simbólicos, os tipos de "habitat" insulares mais elementares, numa visão simplificante e esquemática, têm servido para basear a descrição, genérica e globalizante, do interior da suposta "casa tradicional" tipo. São visões nem sempre rigorosas, que desejam exprimir uma ideia unificadora e clara, o que não é possível sem uma análise mais aprofundada, como a que este estudo pretende levar a cabo. É exemplo desse "desejo de síntese" a observação de Leite de Vasconcelos, falando da habitação açoreana no seu conjunto: "A casa popular e vulgar dos Açores ou é construída baixa ou de um andar. A casa baixa, terrestre ou de sobrado, tem portas de postigo de vidro, como no Sul do continente; às vezes uma cancela, como no Minho." (42)

Podem considerar-se como formas mais simples as casas com um, dois (43) e três compartimentos, dentro de uma planta rectangular. A casa de três compartimentos "em linha", referida pelos investigadores na Terceira e em La Palma apresenta semelhanças assinaláveis, que remetem para uma possível implantação do modelo nas Canárias por via portuguesa (44).

4 - Elementos justapostos: escadas e anexos.

Os acessos verticais eram em muitos casos colocados no exterior, tradição que hoje parece tender a desaparecer. Com efeito, na Madeira "O acesso ao primeiro pavimento das habitações primitivas, geralmente rurais, fazia-se por uma escada exterior de pedra, à antiga portuguesa, mas lateral com um só patim e sem alpendre." Eduardo Pereira, que assim referia esta tradição construtiva, assinalava também que os últimos exemplos ainda visíveis (por 1940) se encontravam no Funchal, no Caniço e em Vila Baleira (45); neste último caso, em contexto proto-urbano. (FIG.265 e ver FIG.222)

Nos Açores, Leite de Vasconcelos referia no início do século que "Quando a casa tem um andar, sobe-se para ele naturalmente por escada interior ou exterior; a casa de escada exterior chama-se 'casa de balcão'; este pode ser coberto ('balcão de sombra', expressão que ouvi em São Jorge), ou descoberto." (46). Ainda hoje é corrente a presença da escada de pedra nos acessos ao piso superior, nomeadamente em Santa Maria (a "casa de balcão"), em São Miguel (Relva, Nordeste), Pico (onde é corrente a casa de dois lances separados) e Flores, entre outras. (FIG.266)

Nas Canárias, Pérez Vidal refere uma casa rural da ilha de Hierro (onde a influência portuguesa é tradicionalmente forte) com características de recordam a descrição madeirense atrás feita: "Es una casa a cuyo cuerpo principal, rectangular, se le une otro por un extremo, de modo que el conjunto forma una escuadra. En el ángulo interior se construye la escalera y la galería de acceso a la planta alta. La cubierta del martillo o cuerpo adicional suele ser de una sola vertiente o 'lance', como dicen en la isla." (47) Vidal também refere o "alpendre" canario, embora o termo seja aplicado independentemente de cobrir patins ou balcões de escadas: "...son las diversas clases de cobertizos que reciben el nombre de 'alpende', 'alpendre' o 'alprende'. En La Palma se entiende por tal la cubierta voladiza de una casa, especialmente la sostenida por postes, a manera de pórtico." (48). Na mesma obra (pág.81), Vidal refere as variantes de escada na casa de dois pisos com "lonja" (a "loja" portuguesa) térrea: "Esta puede ser de un tramo o de dos, y puede acabar en una simple puerta o en un descansillo descubierto o cerrado; en el mejor de los casos, en una solana o galería de antepecho ciego, construido de entramado relleno de guijas y barro. Esta galería, sobre la qual se prolonga a veces el tejado, suele constituir el centro de reunión familiar." A casa de dois pisos, com escada e balcão coberto de madeira, ainda se encontra actualmente, por exemplo na ilha de Lanzarote (San Bartolomé). (FIG.267)

Em Cabo Verde, na ilha do Fogo, a escada exterior também é referida, correspondendo à casa rural mais abastada, de dois pisos: "O acesso ao andar faz-se por uma escadaria, que às vezes é exterior e abre para a varanda. Os baixos servem de arrecadação, celeiro, etc, e raras vezes de morada." (49)

Pátios e anexos

Habitual na casa térrea, é o espaço fronteiro à construção, a toda a largura da frente, revestido de terra batida, ladrilhado ou lageado, e delimitado por um muro baixo e caiado. Serve muitas vezes como local de estar, assumindo designações diversas: na Madeira, onde este tipo de casa tem "um pequeno 'terreiro' - 'terrâiro' - de cerca de dois metros de largo, circundado por bancos de pedra e coberto por uma 'latada'(...)" (50); nos Açores ("balcão" em Santa Maria) (FIG.268); ou nas Canárias ("terrero", segundo Vidal, que também assinala o uso da "latada" nestes espaços, com a designação portuguesa) (51).

Embora não sejam analisadas em pormenor, pois entram no domínio específico da arquitectura ligada à produção, as construções anexas à casa rural merecem aqui uma referência, já que contribuem para a definição global do agregado, nos aspectos materiais e espaciais.

Os palheiros ("pajeros" na Canárias) são construções de planta rectangular, paredes de pedra e cobertura de colmo ou telha, que servem para armazém de animais, cereais e utensílios, com um ou dois pisos; nos Açores podem abrigar as "atafonas" (moinhos de tracção animal) no térreo, surgindo até casos com inclusão de cisterna. No mesmo arquipélago, as pequenas "casinhas do carro", palheiros térreos, albergam o transporte rural, isolados ou adossados ao palheiro principal ou à casa. Uma designação comum aos Açores e Canárias, para as arrecadações anexas à casa, é a de "casa de despejo" (FIG.269), usada na ilha de La Palma, como Pérez Vidal assinala (52). Nos Açores também se chamam "cafuas" e "cafuões" aos palheiros com duas águas de colmo de acentuada inclinação, e em São Miguel nomeia-se o palheiro grande por "arribana".

Mais pequenos, os "sequeiros" de cereal são pequenas estruturas ligeiras, com armação de madeira, que recordam os espigueiros do norte do Continente; apresentam imensas variedades e designações nos Açores (53). (FIG.270)

Sobretudo nos Açores e Canárias, a cisterna ("aljibe" nas últimas) é uma construção frequente: são de destacar as peças rectangulares, rasas com o chão e caiadas do Faial (com especiais semelhanças com as canárias de La Palma), as enormes e negras construções do Pico (FIG.271), e as da Terceira e Corvo, por vezes adossadas à própria casa. Poderão ter substituído outras mais antigas, feitas em madeira, com a divulgação da cal nas ilhas, que permitiu a sua construção em estrutura de alvenaria de pedra (54).

B - Elementos morfo-tipológicos - o forno e a cozinha

1 - O sistema de lareira alta - forno interior e a casa

Definição e originalidade

O forno caseiro, para cozer o pão, é uma forma fundamental na casa rural da Macaronésia, sobretudo nos Açores e Madeira, em menor grau nas Canárias, e tendo apenas expressão potencial em Cabo Verde; a sua maior ou menor importância relaciona-se com os regimes alimentares tradicionais, que nos dois primeiros arquipélagos elegem o pão, mas nos outros já aceitam outros regimes, como o "gofio" (mistura tostada de trigo, milho e cevada) canário.

O forno, como se disse na abordagem à casa urbana, é um elemento "misto", de carácter morfo-tipológico. Com esta expressão quer significar-se que ele não só caracteriza formalmente a casa, mas também contribui para a definição das várias tipologias, pela associação que estabelece com o espaço fulcral do "habitat", a cozinha - podendo assinalar-se neste caso uma situação de prevalência da forma na classificação tipológica.

Além de frequente e determinante, o forno tem uma colocação original na cozinha (quer esta esteja separada ou incluída no conjunto da casa), pois combina-se sempre com a lareira alta (o "lar" açoreano, o "hogar" canário) e, quando esta existe, com a chaminé superior - constituindo o que designamos por "sistema forno-lareira" ou sub-sistema "forno-lareira-chaminé" (FIG.272). Esta originalidade, que se encontra raramente noutros locais do mundo, como a "região saloia", envolvente de Lisboa (55), provocou a admiração dos investigadores: Pérez Vidal observa que "...en algunas de estas cocinas sencillas y frescas se halla un elemento impropio de ellas: el horno con su boca abierta sobre el poyo. No resulta raro en la cocina rural canaria, porque ésta se halla separada de la vivienda. Sorprende sólo encontrarlo en cocinas situadas dentro de la casa.(...) La agrupación sorprendente es, vuelvo a repetir, la de la cocina alta y el horno dentro de la vivienda. El hogar alto, propio de los climas benignos, y a su lado, en estrecha hermandad, igual que en las cocinas bajas de los países frios, el horno." (56). Outro investigador, Fritz Krüger, citado por Vidal (referindo-se apenas à Madeira e Açores), conclui que "La forma descrita (...) parece representar (...) un caso único en la Romania" (57).

Uma geografia

Este sistema "forno-lareira" parece de facto surgir de forma corrente apenas nos três arquipélagos referidos, como de novo Pérez Vidal nos confirma: "Fuera de Canarias, esta combinación de hogar alto y horno dentro de la casa únicamente existe, según parece, en las islas de Madera y de los Azores." (58) Wilhelm Giese, citado por Vidal, acentua o "foco gerador" deste sistema nas

ilhas portuguesas (como Krüger tinha sugerido também), explicitando o sub-sistema "forno-lareira-chaminé" : "A combinação da lareira com o forno, utilizando uma chaminé comum, será uma evolução efectuada nas ilhas dos Açores, na Madeira e no Porto Santo." (59) (FIG.273)

Origens

Com explicar a existência, aperfeiçoamento e implantação de um sistema tão original ? Pérez Vidal aponta-o como mais um exemplo de mistura de valores culturais provindos de áreas diversas, processo em que as ilhas macaronésias são pródigas: "No parece sino uno de tantos casos de cruce o contaminación cultural que se dan en los tres archipiélagos atlánticos - Azores, Madera y Canarias - en que cocina de poyo y horno se encuentran. En todos estos grupos de islas se entrecruzaron y remansaron avenidas culturales de muy diversas procedencias. A elas llegó la cocina baja, patriarcal, de las tierras del Norte, y, por otro lado, la cocina de hogar alto de las tierras bajas y cálidas del Sur. Y como resultado de este encuentro y de la acción del clima debió de surgir el tipo híbrido tan característico de las mismas" (60) (FIG.274).

Fritz Krüger e Pérez Vidal defendem a síntese do "sistema forno-lareira" como gerada a partir da presença do forno e da lareira baixa; o primeiro aponta motivos funcionais para a sua evolução até ao "lar alto" - a presença do forno com a sua mesa, tendo esta sido gradualmente aproveitada para "lar", por permitir mais facilmente a utilização conjunta no preparo dos alimentos (61); o segundo, pensando só nas Canárias, refere possíveis razões climáticas e de colonização cultural por outros povos - os algarvios ou andaluzes que poderiam ter trazido para as ilhas o novo tipo de "lar alto", influenciando os existentes, de tipo baixo, desajustados por produzirem excessivo calor para o tipo de clima canário (62). Estas hipóteses evolucionistas carecem no entanto de melhor prova, pelo menos para os Açores, onde não se conhece a presença da lareira baixa em nenhum tempo histórico.

Carlos Lemos, falando da cozinha luso-brasileira a propósito da chaminé e do forno, introduz no tema a noção de que as misturas culturais já se teriam iniciado no próprio território português, antes mesmo da Expansão marítima, dentro da dialéctica das opostas tradições do Norte e do Sul do país, que foi abordada no capítulo IV: "Durante muito tempo as cozinhas daquela região (Sul de Portugal) permaneceram com amplas comunicações com o exterior - até mesmo fora de casa, como ordenavam certos costumes árabes. Daí, hábitos até agora conservados como aquele encontrável nas casas alentejanas, que mantêm o forno de pão ao ar livre, o que também acontece na casa algarvia e ao contrário do que sucede sistematicamente nas moradas do Centro e Norte portugueses. Houve uma época porém, em que fortes influências estrangeiras, renascentistas principalmente, trouxeram justamente para o sul lusitano o tradicional fogão provido de chaminé de tiragem que hoje chamamos lareira, solução típica dos países nórdicos em que o lume era aceso sob um tubo aspirador, impedindo, assim, de lançar fumaça dentro de casa e de pretejar o madeiramento dos telhados baixos. A cozinha meridional portuguesa tomou, então, características formais

e funcionais alienígenas." (63) Lemos refere ainda a presença de fornos na casa rural paulista do Brasil, embora com raridade, dentro das cozinhas - sem especificar porém se associados ou não à lareira e chaminé (64).

Em relação aos Açores, em estudo antes citado (65), aventámos uma hipótese para explicação da origem do uso doméstico do forno (independentemente da sua associação ou não à lareira e à chaminé): "...é antes a sua utilização tão individualizada que sobressai, já que no Continente, por exemplo, ele surge ou com uso colectivo, nas aldeias do norte, ou fora da casa (pelo menos da sua cozinha) no sul; mais rara é a sua construção dentro da cozinha, que surge em regiões localizadas, ao longo da faixa litoral (Gândara), nos arredores de Viseu e Coimbra e na zona saloia de Lisboa. Assim, ou se considera possível influência de colonos das áreas referidas nas ilhas, ou se aventa a hipótese de a INDIVIDUALIZAÇÃO DO FORNO DO PÃO POR CADA AGREGADO FAMILIAR SER UMA CONSEQUÊNCIA TIPOLÓGICA E FUNCIONAL DO DESENRAIZAMENTO DAS COMUNIDADES MIGRADAS, e da sua tendência para um isolamento e autonomia na organização das actividades no espaço insular; assim pode ter sucedido com áreas de colonização recente do Continente (Palheiros, Gândara) que apresentam semelhantes características, assim pode ter sucedido nas ilhas.

Perdido o vínculo comunitário, que intensificava as relações de vizinhança, cada célula familiar ter-se-à isolado, garantindo apenas o sustento próprio; e a tradução construtiva dessa atitude terá sido o virar do forno para o interior das casas. (FIG.275) Parece portanto plausível que este dado seja original do povoamento inicial; mas, sendo-o ou não, sofreu com os tempos uma evolução profunda, diferente de ilha para ilha, e que parece indissociável do tipo de cozinhas das casas e da sua forma de integração no restante volume do 'habitat'.

Na Madeira, outra explicação para o uso doméstico do forno foi avançada por Eduardo Pereira; pensamos que pode ser extensível pelo menos aos Açores, pois relaciona-se com a tradição histórica dos direitos de produção do pão pelos Capitães dos Donatários: "Uma parte importante da população rural fabrica em casa o pão necessário à sua sustentação, às fornadas semanais, recolhendo geralmente o sábado para essa tarefa. Para esse fim, todas as habitações antigas eram dotadas de um forno que ainda hoje de vê como uma excrescência na parte posterior ou lateral do edifício. (...) Fornos lhes chamamos nós, mas nos 'Capítulos' enviados em 1461 ao Duque D. Fernando, sucessor do Infante Dom Henrique no Mestrado de Cristo, pediu-se, entre outras isenções, que não fosse permitido o uso de forno em casa particular, 'salvo fornalha para um alqueire de pão'. A observância dessa isenção limitou a capacidade geral do forno madeirense até aos nossos dias..." (66). Se tal sucedeu nos outros arquipélagos, tanto o dimensionamento fixo que os fornos apresentam como a distribuição sistemática das "fornalhas" pelas casas estariam explicadas - são o resultado possível da vontade de controlar a produção do pão por parte dos "capitães monopolistas do pão dos moinhos"

Descrições e evoluções

Na Madeira, o sub-sistema de "forno-lareira-chaminé" é reconhecível nas descrições de Eduardo Pereira: "O forno é também um elemento característico e inseparável do tipo clássico da casa regional, porque antigamente todas as famílias fabricavam, semanalmente, o seu pão de uso diário (...) Por isso, as habitações antigas são acrescidas dum forno visível exteriormente, construído na base da chaminé (...) Estes fornos, que comportam uma amassadura de um a dois alqueires de farinha, são construídos de pedra de tufo cinzento, afetando forma semi-circular de abóbada troncada. O aquecimento é feito com feixes de giesta ou ramagens secas." (67) (FIG.276)

O mesmo autor também descreve a chaminé da ilha, que tem uma expressão bem mais fraca, volumétrica e plásticamente, do que a açoreana: "Antigamente, na Madeira, subia de dentro do edifício em forma de pirâmide rectangular para cima do telhado com remate ornamental. Era a chaminé aparentada com a do Sul de Portugal" (68).

Em Porto Santo também existia idêntico sistema de "forno-lareira-chaminé", embora de expressão mais rude, em construções térreas de pedra à vista: Eduardo Pereira refere-o, bem com o seu desaparecimento gradual, por meados do presente século: "A cozinha é geralmente separada da habitação com lareira de pedra, vendo-se por fora a gibosidade do forno.(...) As chaminés primitivas (...) são baixas e quadrilongas, de pedra solta umas e outras aragamassada, arrematadas por quatro lages cortadas em ângulo agudo, truncado ou inteiro (...)" (69).(FIG.277)

Nos Açores, a riqueza e diversidade das soluções dos fornos em conjugação com as lareiras e as chaminés, permite uma análise classificativa global dos principais tipos, que também pode ser lida como graus sucessivos de uma evolução - possível mas não provada (70):

"a - FORNO INTERIOR SEM CHAMINÉ - tem o seu volume dentro da cozinha estando encostado a um dos seus cantos, com a boca a igual distância das duas paredes que o delimitam; lateralmente uma bancada de pedra, baixa, prolonga-o, contendo o "tijolo", espécie de braseiro para aquecer os alimentos: frequente nas ilhas centrais e ocidentais, é raro na Graciosa, Terceira e São Miguel, e inexistente em Santa Maria; (FIG.278 e ver FIG.312)

b - FORNO SALIENTE NO EXTERIOR, SEM CHAMINÉ - o seu volume sobressai da parede exterior, como um tronco de cilindro adjacente, mantendo a "boca" aberta para a cozinha; esta ganha mais espaço e o fumo, embora ainda sem chaminé, sai mais facilmente, rasando a parede interna; aparece nas Flores, São Jorge, Faial (FIG.279) e Pico;

c - FORNO INTERIOR OU SALIENTE COM CHAMINÉ - com colocação e dimensões muito diversificadas, tanto o forno como a chaminé; corresponde a casos de adaptação a esta última, construída provavelmente depois do forno, e por influência de modelos entretanto conhecidos: surgem em muitas variantes no Faial, Pico (FIG.280, 281), Flores e Corvo;" (71)

Este tipo corresponde a inúmeras combinações, especialmente nas ilhas do Faial e Flores, conforme a colocação do forno, do "lar" e das várias chaminés possíveis. No Faial, "...a introdução do uso da chaminé, aplicável tanto ao forno como ao lar, obrigou à sua utilização em duplicado para cada cozinha." (72). De facto, duas chaminés independentes, uma com "saia" sobre o "lar", outra sobre a "boca" do forno, constituem uma das variantes; outra modalidade tem "...uma única chaminé comum ao forno e ao lar, cujas aberturas, colocadas lado a lado ou perpendicularmente entre si, se aproximam tanto quanto possível. Mais sintético, mas não necessariamente mais evoluído, um quarto tipo faz sair a boca do forno sobre a prateleira do lar de modo que ambas fiquem sob a saia da chaminé comum. Os mesmos quatro tipos que pode apresentar o forno interior, inclusive sem chaminé, são paralelamente adaptáveis ao forno exterior" (73). Nas Flores a diversidade de tipos é idêntica: "...pode aparecer o volume exterior ou interior correspondente ao forno, sem chaminé própria e, um pouco afastada, a pequena chaminé do fogão, este apoiado na bancada da cozinha (exemplo dos Cedros); ou então o forno, construído na espessura da lareira, igualmente sem chaminé própria, que existe porém para a lareira (exemplo de Ponta Delgada) (FIG.282). Seguem-se os casos das habitações com duas ou mais chaminés na cozinha (em certas casas abastadas de Santa Cruz chegou a haver três - uma para o forno, outra para a lareira e outra ainda para o grande fogão de lenha). Nestas o forno interior com chaminé tem a lado o 'lar' (ou já uma lareira de 'caixa' fechada) que tem também uma chaminé, independente da outra. As chaminés são de dimensões muito variáveis, provando assim a sua LENTA E INDIVIDUALIZADA APLICAÇÃO nas casas da ilha." (74). No exterior, o resultado é uma proliferação insólita e original de pequenas chaminés de alvenaria, próximas umas das outras, sobre o telhado uniforme da mesma casa. (FIG.283)

Assim, pode dizer-se que sobretudo no Faial e nas Flores, a ARTICULAÇÃO E EVOLUÇÃO DO FORNO, LAR E CHAMINÉ constitui traço definidor do tipo de casa rural, que se sobrepõe e é independente da relação cozinha-casa, e das próprias tipologias da habitação.

"d - FORNO-CHAMINÉ SALIENTE E DIFERENCIADO - o volume saliente do forno está internamente articulado com o "lar", e a chaminé, por cima deste, situa-se no topo do telhado: é o caso mais corrente de modernização destes elementos, surgindo no Pico, Faial, Flores, Corvo, Graciosa (FIG.284 e ver FIG.310), Terceira; a única diferença em relação ao sistema de São Miguel e de Santa Maria (além do aspecto formal da chaminé) é o facto de o volume correspondente ao "lar" estar completamente diferenciado do corpo do forno nestas últimas ilhas." (75) (FIG.285)

Há assim um contraste assinalável entre os casos (a-,b-,c-), mais correntes nos grupos de ilhas centrais e ocidentais, e os (d-), sistemáticos nas três ilhas orientais; isto reflecte-se nas formas das chaminés: a diversidade e debilidade formal dos tipos de chaminés dos primeiros grupos (76) (relacionados também com as casas de cozinha separada) opõe-se à fixidez dos modelos das ilhas mais orientais (ligados às cozinhas integradas na casa) -

onde até se usam designações típicas (a chaminé "a vapor" [FIG.286] e à "moda antiga" [FIG.287], em Santa Maria; a chaminé "de mãos postas", na Terceira [FIG.288]).

O sub-sistema de "forno-lareira-chaminé" é portanto exclusivo em Santa Maria, sendo o mais frequente em São Miguel e ocorrendo medianamente na Graciosa e Terceira, estando ausente nas restantes. Os seus três elementos constitutivos têm uma RELAÇÃO FORMAL CONSTANTE ENTRE SI E ESTÃO DESTACADOS DO RESTANTE VOLUME DA CASA - como um "espaço especializado" de manufatura dos alimentos: daí a importância visual das chaminés nestas ilhas. Deste modo, e particularmente em Santa Maria, é difícil de colocar qualquer hipótese evolutiva para o sistema, dada a "força", constância e fixidez do modelo. (FIG.289 e ver FIG.285)

Uma cozinha clara, pela caiação, e mais ampla, porque participa do espaço da casa onde está incluída; os fumos que saem controlados pela chaminé larga; uma luminosidade maior, permitida até pela janelinha que se abre no espaço da lareira; tudo isto evoca um modo de vida meridional, se comparado com o ambiente escuro e sujo da cozinha separada da casa, sem chaminé e com o forno no seu interior.

Nas Canárias, embora menos sistemático, o uso do forno doméstico dentro do sistema "forno-lareira" também é sublinhado pelos investigadores, como refere Pérez Vidal: "En las cocinas en que existe horno, éste se halla, por lo general, en la misma pared del fondo, con la boca abierta sobre el poyo, y el cuerpo hacia el exterior de la casa (La Palma, Lanzarote, Gran Canaria). En Lanzarote, se compone de un cuerpo inferior, de mampostería, macizo, sobre el que va el horno propiamente tal: una bóveda de un cuarto de esfera aproximadamente, adosada a la pared y construida de una piedra especial, 'piedra hornera" (77). Na obra citada, Vidal também refere o uso do forno separado da casa (em Tejeda, Gran Canaria); Victor Mestre indica o mesmo uso na ilha de Lanzarote, além de referir o sistema de "forno-lareira", com e sem chaminé incorporada, utilizado nas ilhas de Gran Canaria, Tenerife, Lanzarote e Fuerteventura (78). Pessoalmente, pudemos confirmar o seu uso ainda corrente, no sistema "forno-lareira", embora em fase de abandono, nas áreas rurais de La Palma, em 1986. (FIG.290)

2 - A cozinha e a casa

Razões e Tipos

A variação da relação da cozinha com o restante espaço da casa sempre foi assunto caracterizador do "habitat", que os autores normalmente explicam por via de razões climáticas, culturais ou civilizacionais. Carlos Lemos procurou relacionar essa variação, em Portugal, com as diferentes condições ambientais no norte e no sul do país (79). Outra explicação comum recorre a argumentos funcionais e sociais; Eduardo Pereira refere o perigo dos incêndios, na Madeira (80), e Pérez Vidal refere-os, em conjunto com outras razões, a propósito do tema em Espanha e nas ilhas (81), confirmando também a antiguidade desta tradição (82).

Podem sintetizar-se as diversas explicações normalmente aduzidas para a existência da cozinha dissociada da casa em argumentos de tipo diverso:

- funcional (o perigo dos incêndios, acentuado no caso da cobertura ser de palha; a adequação ao modo de vida rural, ligado ao pequeno quintal promíscuo, que assim suja apenas o circuito da habitação ligado ao preparo dos alimentos);
- social (a cozinha é a área de serviço e trabalho da criadagem, separada da dos proprietários nas casas mais ricas; a extrema pobreza pode tornar a casa muito elementar, com um espaço único);
- climático (zonas geográficas quentes favorecem o afastamento da cozinha, pois o fogo torna-se mais incomodativo);
- e cultural (os padrões tradicionais da "casa do Norte" ou da "casa do Sul" europeus influenciam ou influenciaram os povoadores, os quais a partir das suas origens terão transportado modelos concretos para as ilhas).

Há que acentuar porém que nenhuma destas explicações resulta totalmente satisfatória, encarada isoladamente; antes a combinação de várias delas será, em cada caso concreto, a base explicativa mais ajustada. Assim, por exemplo, quando a telha substitui a palha nas coberturas, nem sempre a cozinha se "junta" à restante casa - persistência da tradição e dos valores da cultura, dirão alguns, sobre os aspectos funcionais - mas também é verdade que a ligação da cozinha à casa possui uma vertente modernizante que tende a superar essa força tradicional, acabando por a "vencer" ; assim sendo, qual o peso e valor real das duas justificações aduzidas?

Também as teses "autonomistas" tenderão a valorizar aspectos da criatividade insular; teses "influencialistas", pelo contrário, preferem acentuar argumentos de dependência em relação aos focos ibéricos e europeus da colonização insular. Há que pesar as duas tendências, em cada área concreta, para mais rigor num avanço do conhecimento sobre o tema.

São habitualmente definidos dois grandes grupos de casas: as que têm a cozinha destacada, fisicamente separada dos "quartos"; e as que a integram constituindo um único corpo global. Nas ilhas macaronésias ocorrem exemplos de ambos os grupos, com distribuição geográfica diversificada, como se verá.

Exemplificações e Evoluções

Na Madeira a casa palheira ainda hoje usa com frequência a cozinha separada, como se confirma no levantamento de Victor Mestre já citado (83): os tipos 2,4, e 5 desse registo indicam aliás a existência de cozinhas também cobertas com palha (o que contraria a explicação tradicional baseada nos perigos de incêndio), enquanto os tipos 3 e 6 apresentam o corpo dos quartos com cobertura de palha e os das cozinhas com telhado. O mesmo artigo citado indica também outros tipos de habitação, todos com telhados: com cozinha totalmente separada (tipos 8,12); com cozinha encostada ou em posição perpendicular (tipos 7,10,14,15); e ainda com cozinha integrada no corpo único da casa (tipos 11, 16,17,18,19,22). A distribuição geográfica destes tipos na ilha é diversificada, sendo de destacar os exemplos ainda existentes na área de Santana e no Caniçal (para os tipos palheiros e térreos), e em Gaula, para

os tipos com dois pisos no corpo dos quartos. Em Porto Santo também se encontram as casas térreas com cozinha encostada, de que é exemplo a "casa do Bispo do Hawai", nos arredores de Vila Baleira. Eduardo Pereira, na obra citada (84), também se refere à cozinha separada como corrente nesta ilha.

Nos Açores, nomeadamente nas habitações das ilhas do Faial, Pico e São Jorge, bem como nas Flores e Corvo, é ainda comum a existência de cozinhas com forno sem chaminé, saindo o fumo por entre as telhas, ou por uma abertura no forro do telhado. Assim, a cozinha "fuma" toda ela, e ao conjunto poderia chamar-se "cozinha-chaminé". Com as características referidas, esta cozinha tende a implantar-se DISSOCIADA do resto da casa.

A ilha onde a cozinha dissociada mais importância assume é sem dúvida a do Pico: "Enquanto noutras ilhas, como a Graciosa ou Santa Maria, a habitação num ápice se identifica ao olhar pela forma e localização do forno e respectiva chaminé, no Pico é a relevante presença da cozinha que lhe dá a personalidade. Ocupando posições diversas e variando os modos de união ao resto da casa, é ela o principal elemento de ligação das tipologias rurais entre si e destas com as eruditas e urbanas. É, aliás, o seu aparecimento como edifício separado do corpo dos quartos (primeiro), ligado a estes por uma precária construção em madeira (mais tarde) ou por uma definitiva em pedra, encostado ou integrado (finalmente) no conjunto construtivo, que permite, nesta ilha, reconhecer e reconstituir um hipotético e genérico percurso evolutivo da casa rural açoreana. Nalgumas ilhas, as fases primitiva e intermédia teriam já desaparecido ou não teriam chegado a existir devido à marcada e diferente origem dos seus povoadores ou ao seu povoamento tardio. No Pico, o forte isolamento em que alguns aglomerados se mantiveram até ao princípio do nosso século (como a Prainha) permitiu a manutenção e estratificação das tipologias mais antigas." (85)

Destacado o significado particular da ilha do Pico (pela riqueza e diversidade que a relação cozinha-casa aí assume), pode uma análise global do arquipélago - dada a riqueza das combinações espaciais e volumétricas existentes na arquitectura rural açoreana, na articulação estabelecida entre corpo de cozinha e corpo de quartos - servir de base para a sistematização da RELAÇÃO COZINHA-CASA, podendo considerar-se cinco tipos principais:

a - A COZINHA SEPARADA: o corpo da cozinha está mesmo dissociado do dos "quartos", como um elemento construtiva e funcionalmente autónomo, e distando daquele uns quantos metros. No estudo citado na nota (1) do capítulo V foram registadas entre 1982 e 83 diversos casos deste tipo ainda existentes na ilha do Pico (Prainha de Baixo, Silveira) (86) (FIG.291 e ver FIG.302), e, mais raros, em São Miguel (Nordeste). A tradição destas construções parece também remontar a tempos recuados, pois nos inícios do século XIX um viajante inglês descrevia-as nestas ilhas (87).

Especialmente interessante, ainda no Pico, é o exemplo da habitação na Canada do Mistério, em Terra do Pão (registada igualmente no inquérito atrás citado) (ver FIG.304), a qual apresentando ainda uma velha cozinha separada do corpo dos quartos e já desactivada (o forno interior tinha sido demolido), incluía a nova cozinha num corpo encostado ao dos quartos (também com forno

interior), constituindo assim um "caso de transição", exemplar da provável evolução desde o tipo de casa com cozinha separada até ao tipo com cozinha encostada.

b - A COZINHA COM "MEIA-ÁGUA": entre os dois volumes surge uma pequena e estreita ligação de tipo ligeiro, com frequência em madeira, a "meia-água", abrigando a passagem, anteriormente exposta ao ar livre, entre cozinha e quartos e unindo estes formalmente. No Pico (única ilha onde o inquérito referido a detectou), aquela ligação é por regra fechada (Prainha de Cima) (FIG.292 e ver FIG.305), e por vezes já incluída numa cobertura comum com a da cozinha (São Vicente) (88).

c - A COZINHA ENCOSTADA: sem ligação interna, mas constituindo já um corpo comum com o dos quartos - mantendo porém uma cobertura distinta. De novo se encontram exemplos no Pico e em São Miguel. Nesta última ilha, um exemplo na povoação de Água Retorta apresentava (no inquérito citado) um telheiro de protecção à passagem única, exterior, entre a porta da cozinha e a dos quartos, solução corrente neste sub-tipo. (ver FIG.312)

d - A COZINHA COM LIGAÇÃO INTERNA à restante casa: ainda se destaca do corpo dos quartos em termos volumétricos, dispondo-se habitualmente em posição perpendicular em relação àquele. Este é o sub-tipo mais corrente nas ilhas, chamado de COZINHA PERPENDICULAR, relacionado naturalmente com a "casa em L". Surgiu frequentemente, no inquérito referido, nas ilhas do grupo central e ocidental, ocorrendo menos na Terceira, São Miguel e Santa Maria.

Sendo habitações com pouca homogeneidade na forma e nas dimensões (pelas inúmeras variantes possíveis da relação cozinha-quartos), podem citar-se ainda assim exemplos em várias ilhas: Lomba da Pedreira (São Miguel), Carapacho (Graciosa) (ver FIGS.284 e 310), Norte Grande (São Jorge), São Vicente (Pico), Ramada (Faial), Mosteiro (Flores) (ver FIG.321). Nas três primeiras ilhas este sub-tipo surge com dimensões relativamente pequenas, sendo frequentemente térreo; na primeira é mais corrente na área oriental, de maior isolamento; em São Jorge ocorre com a planta "em T". Mas é no Pico, Faial e Flores que este sub-tipo se torna dominante, em construções maiores e com medidas mais constantes. Nestas ilhas a "loja" térrea acompanha o corpo dos quartos, num volume de dois pisos (FIG.293); o forno persiste em muitos casos no interior da cozinha, a qual assenta sobre o terreno, mas sempre ao nível do piso superior, o dos quartos, com os quais comunica (exceptuando as casas da ilha do Corvo, tipo especial no qual a cozinha térrea encosta e comunica com a "loja").

Há ainda que referir o tipo mais elaborado de habitação rural, solarengo, que apresenta a cozinha destacada, num dos dois braços perpendiculares, definido assim uma planta "em U". São casas que apresentam relações estilísticas e formais com as habitações urbanas de influência classizante referidas no capítulo V, e de que os exemplos mais nítidos (embora com casos em São Miguel ou na Terceira) surgem também no Pico: "São quase sempre casas grandes, baixas, de aspecto atarracado, com cunhais mais ou menos salientes e paredes brancas esquarteladas por faixas horizontais e verticais em pedra à vista. As verticais são por vezes substituídas ou reforçadas pelas ombreiras das portas e janelas que vão de piso a piso ou descem pelos aventais.(...) a cozinha surge como um corpo destacável do mesmo modo que nas casinhas rurais

(...) tanto pode constituir um edifício separado como estar encostada ao corpo principal com ou sem alteamento do telhado. Porém, quando a casa não apresenta carácter urbano, tem tendência a formar um U no qual a cozinha ocupa a totalidade ou o extremo de um dos braços." (89) (FIG.294)

e - A COZINHA NA CONTINUIDADE LINEAR da casa: distinguindo-se ainda, por vezes, pelo altear ou rebaixar da sua cobertura em relação à dos quartos, corresponde à chamada "casa linear". Com planta rectangular alongada, tem sempre duas entradas no alçado, correspondentes à cozinha e quartos. No Pico, mais uma vez, surgem variantes deste sub-tipo com marcada originalidade: "Do choque da 'casa linear' com as várias tipologias vernáculas [tradicionais da ilha] (...) terão nascido as duas variantes da CASA DE COZINHA ALTEADA. A primeira, não detectável em planta, tem o telhado correspondente à cozinha, ou parte dele, ligeiramente acima do resto do telhado acompanhado pela subida das respectivas paredes exteriores. O ressalto entre ambos é tapado com peças de costaneira dispostas em escama que, à semelhança de alguns casos de cozinha perpendicular, ajudam a libertar o fumo (a estes elementos chamam os picarotos 'enxamez' ou 'enxamelho', talvez por aliteração de 'enxaimel', vocábulo que designa uma ou o conjunto de tábuas que entram na formação de uma taipa. [FIG. 295](...) Já na segunda variante não é rara uma pequena alteração, se bem que não obrigatória: a cozinha pode ser ligeiramente saliente no tardo sem que perca a frontalidade das aberturas comum a todas as casas lineares. Porém, o que verdadeiramente as individualiza é a perpendicularidade das águas de cobertura da cozinha em relação às do corpo dos quartos (FIG.296). É ainda comum às duas variantes a preponderância dos balcões e das duas escadas." (90) Esta última variante surge unicamente, no inquérito referido, na ponta leste do Pico (de Terra Alta até às Pedras Negras, sobretudo na Calheta do Nesquim), área mais isolada da ilha; enquanto a primeira variante se encontra distribuída por toda ela, exceptuando precisamente a ponta referida.

Relacionável com o tema da cozinha alteada, e constituindo outra forma de articulação da cozinha com a grande chaminé, aquilo que poderíamos designar por "cozinha-chaminé" existe na Graciosa e nas Flores, embora apenas com um exemplo isolado nesta última (em Ponta Delgada), que aqui se descreve: "o corpo da cozinha é alteado em toda a sua largura, por largo volume prismático, em pedra à vista, rematado superiormente por um breve telhado de duas estreitas águas". (91) (ver FIG.284)

Concluindo, o sub-tipo da cozinha na continuidade linear da casa define-se assim como de transição entre o modelo de habitação com a cozinha totalmente integrada num único corpo construtivo e os anteriormente referidos, existindo exemplos em todas as ilhas do grupo central e ocidental, sendo raro em São Miguel e inexistente em Santa Maria. (FIG.297)

A COZINHA INTEGRADA na habitação já não se define aqui como um sub-tipo autónomo, pois por definição corresponde a "casa integrada", e o seu estudo só tem cabimento na análise tipológica desta, que se abordará adiante.

Nas Canárias, é novamente Pérez Vidal que nos descreve a cozinha separada - ou encostada, que também abunda no mundo rural. Descrevendo-a relacionada com o tipo de casa linear, compara depois a sua ocorrência com a da congénere madeirense: "La cocina, en cambio, difiere, aunque más por su situación que

por su disposición interior. La cocina construida aparte se da más bien en las casas de una sola habitación. En las de dos o más habitaciones, se halla, por lo general, bajo el mismo techo, a la izquierda de la casa, y con salida directa al 'terreiro'. (...) (FIG.298 e ver FIG.315) En Canarias (...) ha predominado la cocina en cuerpo aparte; en la Madera, en cambio, si bien en este tipo de casa predomina la cocina bajo el mismo techo, no falta la cocina separada." (92)

Pelo seu relato, de tipo genérico, pode concluir-se que este tipo de cozinha é bastante simplificado em relação aos casos mais elaborados da açoreana (acabamentos grosseiros, ausência de chaminé e por vezes do próprio forno), aproximando-se mais da madeirense ou mesmo da de Cabo Verde (como se verá): "En los campos isleños, la cocina se halla a uno de los lados de la casa, en el más protegido del viento (el extremo sur) y, como se acaba de decir, separada de ella. Su construcción se ofrece, por lo común, bastante descuidada; paredes de piedra seca o mal revestidas de argamasa; techumbre de teja vana y piso de tierra apisonada o de 'bosta'. Carece de chimenea. El humo escapa por la puerta y por el hueco de tres tejas levantadas en forma de pirámide.

Junto al muro del fondo, se levanta el poyo, de piedras y barro, sobre el que se enciende el hogar. Este no puede ser más simple y primitivo: tres piedras de tamaño conveniente, a las que se da el nombre de 'teniques', 'tiniques', 'tínquenes' o 'chiniques'. (...) Esta cocina (...) no constituye el amplio y cálido centro de la vida familiar, como en las regiones frías. Igual que casi todas las cocinas rurales de las Islas, es pequeña; no suele tener más que dos o tres metros cuadrados. Por lo común, la cocina rural isleña tiene casi como única finalidad, ofrecer un recinto en el que, al abrigo del viento y de la lluvia, se tenga instalado el hogar.

En las casas más humildes, la cocina no es, por esto, más que un sencillito cobertizo, adosado a alguna pared próxima. Excepcionalmente existen cocinas amplias, que también sirven de comedor." (93)

Esta última observação de Vidal sobre as cozinhas mais elementares remete-nos para Cabo Verde, onde a mesma elementaridade é referida, na ilha de Santiago: "Dadas as condições climáticas do arquipélago, neste tipo de casas pode não existir uma cozinha no verdadeiro sentido da palavra. Os mais abastados utilizam para tal um 'funco', mas, na maior parte das vezes, trata-se apenas de um simples guarda-vento, feito de pedra solta e coberto com folhas de piteira ou chapa de bidon. A lareira é armada no chão, com as panelas assentes sobre três pedras entre as quais arde a lenha." (94)

Origens

Quais as possíveis origens dos modelos de cozinha dissociada que vimos referindo? Há que as procurar naturalmente na Península Ibérica, quer em Portugal quer em Espanha.

Veiga de Oliveira e Fernando Galhano referem a cozinha da casa do Norte litoral português, que se adivinha com relativa autonomia construtiva: "...nos concelhos de Matosinhos e Vila do Conde, e nas casas da Maia atrás descritas, por exemplo, grandes casas rurais, algumas mesmo de feição burguesa, mostram a cozinha num anexo térreo, e não têm chaminé" (95)

A Galiza, cujas relações com o Minho são inúmeras, é outra área onde a cozinha dissociada se encontra desde época recuada em meio rural: "...na Alta Idade Media a cociña tiña moita importancia na vivenda rural galaico-portuguesa: esta podía estar incluída no edificio habitabel ou ben estar arredada deste formando un edificio aillado, tratándose quizais nestes casos de casas economicamente fortes" (96).

Continuando para Sul, na área das Beiras e arred. de Coimbra ainda hoje se podem encontrar no meio rural casas de dois pisos, com dimensão média, apresentando o corpo perpendicular da cozinha, ou mesmo a sua construção separada (97). A própria "casa saloia", que já foi aqui referida pelo sistema de "lareira-forno-chaminé" que utiliza, pode citar-se também como exemplo de habitação com cozinha térrea, justaposta ao corpo da sala e quartos.

Pérez Vidal refere por sua vez outras áreas de Espanha onde a cozinha separada existe, embora em situações muito específicas: na área de Cebrero (Lugo), com a lareira no centro da construção, como defesa contra o frio; na "huerta" da área cálida de Valência, em pequenas barracas isoladas, por medo dos incêndios; nos "pueblos serranos" de Gredos, em casas com duas cozinhas, uma "de Inverno" no interior da habitação, outra "de Verão", nos pátios e nas ruas. Refere ainda o hábito "da cozinha ao ar livre" no sul da Catalunha, Múrcia, Andaluzia e na Mancha (98).

Carlos Lemos fala, relativamente ao Brasil, da tendência dos portugueses para uma aclimação que passou pelo afastamento do fogo doméstico, com a cozinha construída num "puxado" (corpo destacado da restante casa) : "No trópico (...) logo esqueceu-se do fogo interno para aquecimento e aproveitou a fogueira externa do índio - pois aqui o fogo entre quatro paredes lhe era insuportável. E como o serviço culinário e actividades correlatas estavam afectos ao elemento servil, o lugar certo da cozinha era mesmo o mais afastado possível da zona de habitação" (99)

A evolução desde a cozinha separada para a sua integração plena no corpo da casa é um processo "natural" decorrente de crescentes noções de conforto, que a maior diversidade dos materiais facilitou. Quase todos os autores referem, em diversos contextos, o aparecimento da telha como base para essa aproximação, que não se fez porém de modo linear, como vimos. Já foi referido também o papel primordial que a chaminé tomou, na obtenção de um ambiente mais habitável na cozinha.

Neste lento processo de aproximação volumétrica e de sofisticação construtiva, uma referência pode ainda ser feita a uma das tentativas de construir o que poderíamos designar por "chaminé primitiva", o "fumeiro", tema conhecido no continente e de que se encontrou um exemplar nos Açores. Consiste numa espécie de chaminé de madeira, de forma tronco-piramidal, cuja armação é aplicada na cobertura, do lado exterior, por cima do forno, não existindo porém internamente nenhuma ligação ou "saia" sobre o lar ou o forno. (100) (FIG. 299)

C - Tipologias: uma sistematização

1 - Origens, influências, contributos locais

O imbróglgio das origens e a "miragem" das influências relativamente aos modelos arquitectónicos são questões que colocam desde logo problemas de interpretação, acentuados pela escassez e irregularidade da informação disponível sobre os vários séculos de ocupação das ilhas.

Como vimos em Gaspar Frutuoso (101), a maioria dos lugares e povoações hoje existentes encontrava-se já definida nos finais do século XVI, pelo menos no que respeita à Madeira e Açores, o que implica portanto que a ESTRUTURA-BASE DA OCUPAÇÃO MATERIAL DAS ILHAS FOI FIXADA DESDE MUITO CEDO. Mas não se sabe ao certo se desde então e até ao século XIX, terá havido novos e significativos surtos de migrantes colonizadores, e a existirem, desde que locais, e com que sentidos dominantes, entre os arquipélagos, de e para a Península, América, Brasil. Não se pode por isso aferir com rigor o peso que a evolução da ocupação humana da Macaronésia terá tido na definição ou na alteração dos tipos arquitectónicos, no período estudado.

Nomeadamente nos Açores, entre o início da ocupação humana em Santa Maria e no Corvo mediu cerca de um século (102), período ao longo do qual se poderão ter desenvolvido SITUAÇÕES DE ELABORAÇÃO CONCRETA do "habitat" adaptadas ao meio insular, nas primeiras ilhas; e estas poderiam ter fornecido povoadores para as seguintes, já com o domínio desses modelos entretanto definidos. Também a ausência de informação relativa aos séculos XVII e XVIII pode corresponder a um "tempo de esquecimento" nos arquipélagos referidos, como em Cabo Verde, perdida entretanto parte do seu papel de "frente experimental" e avançada da Expansão portuguesa. Tempo que terá encorajado uma elaboração AUTÓNOMA dos padrões arquitectónicos lançados no terreno.

Assim, somos levados a uma posição conjectural na procura de um ponto de vista global sobre o tema: pela situação específica da insularidade, pelas vicissitudes da História, a Macaronésia deve ter-se constituído num SISTEMA SEMI-FECHADO DE INTERACÇÕES CULTURAIS COM VALOR AUTÓNOMO. Isto em relação ao continente e à "pátria-mãe", num primeiro nível; mas também dentro de cada arquipélago, e, neste, até dentro de cada ilha. Deste modo as comunidades sucessivamente participantes na ocupação das ilhas influenciaram-se entre si, interpenetrando os seus valores, mas num plano local, constituindo como que "grupos culturais" com assinalável autonomia em cada ilha e arquipélago.

Com o tempo, essas comunidades adquiriram características próprias, originalidade, em aspectos pontuais assemelháveis às da região de origem, mas na realidade "caleidoscopicamente" reinventadas pela mistura dos seus elementos num todo de expressão nova.

No que respeita ao reflexo destes valores novos nas construções vernáculas, será por isso IMPOSSÍVEL DISTINGUIR INFLUÊNCIAS DIRECTAS DOS MODELOS ARQUITECTÓNICOS DE ORIGEM (Península Ibérica, América) SOBRE OS INSULARES, ao contrário do que os estudos geográficos em geral referem. (103)

Assim, as teses e interpretações de tipo INFLUENCIALISTA (como as dos estudos referidos, muito assentes sobretudo nos relatos históricos e coevos sobre os locais de origem dos primeiros povoadores, e numa observação muito genérica da arquitectura rural existente) tendem a dar lugar, mais recentemente, a análises com carácter mais AUTONOMISTA, que se tornam possíveis porque já vão existindo investigações mais detalhadas e aprofundadas, sobre os tipos materiais existentes nas ilhas, do ponto de vista arqueológico e arquitectónico.(104)

Esta última perspectiva admite a capacidade das ilhas para gerarem modelos arquitectónicos próprios, por aperfeiçoamento ou alteração gradual dos seus padrões de origem. (105)

Uma visão mais completa integrará naturalmente as duas visões ou tendências interpretativas que referimos: por um lado o processo artificial de transporte de famílias de colonos, em número significativo e num tempo curto, como o da ocupação inicial das ilhas, gerou na nova comunidade um desenraizamento imediato e necessidades urgentes que só puderam ser satisfeitas no plano construtivo com recurso aos modelos conhecidos - naturalmente os dos locais de origem dos povoadores - e nesse sentido as actuações "fundacionais" terão sido marcantes para a futura fisionomia dos espaços e "habitat"; por outro lado, dados culturais que tinham um sentido na região de origem, num certo contexto, foram também de forma acelerada redistribuídos noutra ambiente, o que terá conduzido a associações de dados inovadoras, gerando novas soluções, ou pelo menos diferentes combinações dos elementos existentes, génese de uma personalidade própria da arquitectura macaronésia.

Estudos precursores

Já com Leite de Vasconcelos se tinha iniciado a análise descritiva da habitação insular, numa perspectiva etnográfica de início do século, com a representação esquemática de plantas de casas açoreanas.(106)

Com Orlando Ribeiro, a escola de geografia de Lisboa vai iniciar uma série de estudos monográficos sobre as ilhas, ao longo dos anos 40, 50 e 60. Além dos estudos sobre a Madeira e as ilhas do Fogo e de Santiago, em Cabo Verde, foram elaborados trabalhos sobre as ilhas açoreanas de São Miguel, Graciosa e Corvo, os quais propõem pela primeira vez classificações tipológicas para a habitação rural, com os respectivos esquemas gráficos.(107)

A partir do levantamento sistemático realizado nos Açores (cf. nota (1) do capítulo V), que detectou, desenhou e analisou os tipos de casa rural existentes naquele território no início dos anos 80, bem como dos exemplos recolhidos pelo autor na Madeira e Canárias, pretende-se agora organizar uma análise comparativa dos tipos mais significativos de habitação, comuns a um ou mais arquipélagos macaronésios. Cabo Verde, pelos poucos levantamentos concretos disponíveis (retirados da obra de Pourbaix citada na nota (1)), será presença mais pontual nesta sistematização.

2 - Os três grandes grupos de casas elementares

As habitações mais simples do meio rural insular caracterizam-se por uma CONSTANTE GEOMETRIA NA ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS INTERNOS, que mais ressalta se comparada com os equivalentes exemplos do continente. De facto, como se vê pelas plantas das habitações levantadas, quase todas as casas possuem as paredes perpendiculares e paralelas entre si, os vãos simétricamente dispostos ou pelo menos com medidas sensivelmente repetitivas.

Esta dominante dever-se-à, uma vez mais, à expressão individualista da ocupação do território, em função de um povoamento "moderno", que favorece e torna mesmo sistemática a construção isolada, correspondente a um núcleo familiar - em contraste com o extremo oposto, o da aldeia comunitária do continente, onde as casas se apertam umas contra as outras, deformando os seus contornos mutuamente. Pelo contrário, nas ilhas, um povoamento mais "livre" de condicionamentos gerou a tendência quase total para a construção do agregado isolado, fragmentado em pequenas construções de planta rectangular ou quadrada, quando muito formadas por dois volumes paralelepípedicos próximos ou justapostos, em "L".

Estas construções, pequenas casas que designaremos por ELEMENTARES (108), têm mesmo assim alguma variação de escala, desde as minúsculas casas palheiras da Madeira e São Miguel (com apenas 7 x 4 metros em planta) até às longas casas Terceirenses ou Picoenses, com dois pisos, que pode atingir os 14 x 6 metros. Mas têm sempre poucos compartimentos internos estruturais (2 ou 3), e apenas algumas divisórias secundárias.

Considerando estritamente a parte exclusivamente habitacional da casa, ou seja, ignorando os anexos que compõem o agregado rural - e cuja análise desenvolvida não cabe no âmbito deste estudo - podemos classificá-la em vários tipos fundamentais, decorrentes da relação com a cozinha atrás estudada. As diversas variantes apresentadas também pretendem dar uma ideia geral da riqueza de combinações existentes, nos três arquipélagos considerados; procurar-se-à exemplificar com casos de todas as ilhas portuguesas, e nas Canárias, das que tenham uma maior tradição de influência portuguesa.

CASA COM COZINHA DISSOCIADA

- apresentam-se exemplos dos três grandes grupos que a constituem: a casa com cozinha separada, a casa com cozinha encostada e a casa com cozinha perpendicular.

A casa de cozinha SEPARADA tem sempre dois corpos construtivamente distintos, afastados um do outro. Nos casos apresentados aqui, o corpo dos quartos tem sempre loja no piso térreo.

Os dois exemplos da Madeira mostram a evolução certamente processada: a casa de Santana tem o corpo dos quartos (com aprox. 6 x 4 metros) coberto com palha, "sem alçado", subdividido em dois compartimentos, com entrada directa pelo exterior, separada do acesso à loja. (FIG.300) A cozinha, térrea, com um simples forno raso à parede exterior, está afastada cerca de dois metros, e já

tem cobertura de telha. No caso de Gaula, a sudeste da ilha, o corpo dos quartos, com expressão de "casa meridional" em alçado, já tem cobertura de quatro águas com telha; e a cozinha já inclui o moderno sistema de "lareira-forno-chaminé" (FIG.301); mas as dimensões do corpo dos quartos, o seu acesso independente da loja térrea e a relação que estabelece com a cozinha próxima são em tudo idênticas às características do exemplo de Santana. Um tipo certamente intermédio nesta evolução apresentaria, para iguais dimensões, volumes e funções, uma cobertura telhada também de 4 águas mas ainda muito inclinadas, traíndo a sua filiação directa na anterior cobertura palheira.

Nos Açores, o exemplo na Silveira, na costa sul da ilha do Pico, mostra uma outra escala em relação à da Madeira (que tem algo de miniatural), certamente correspondendo também a uma outra dimensão de propriedade fundiária, e do modo de ocupação da terra (FIG.302). A cozinha, também térrea, tem cerca de 6 x 4 metros, que era a medida do corpo dos quartos madeirenses; enquanto estes, também com loja de acesso independente por baixo, têm sensivelmente mais (9 x 5 metros aprox.). Também difere na expressão, mais rude, com cobertura simples de duas águas nos dois corpos, forno interior sem chaminé e paredes exteriores apenas caiadas junto aos vãos. Os quartos têm igualmente dois compartimentos.

São apresentados igualmente três exemplos de transição entre os tipos de cozinha separada e de cozinha encostada, sitos nos Açores: o de Nordeste, em São Miguel, exhibe duas casas independentes mas formando o mesmo corpo construtivo. Uma tem cozinha separada, com forno saliente, enquanto a outra, que a deve ter tido também, apresenta a cozinha encostada (com forno interior sem chaminé), possivelmente por extensão posterior do corpo dos quartos que a ela se ligou (FIG.303). No Pico, em Terra do Pão (Canada do Mistério), a cozinha separada foi desactivada (demolido o forno, "despromovida" a anexo de alfaías), sendo a nova edificada em linha com os quartos, constituindo um caso de "casa linear com cozinha alteada" como se exemplificará adiante (FIG.304). O exemplo da Prainha de Cima tem a já referida "meia-água" a ligar quartos e cozinha (FIG.305). Note-se neste último caso a expressão francamente rural do conjunto (com o "curral de porco" encostado à cozinha, a cisterna justaposta aos quartos, o "balcão" articulando a casa com o caminho) - um agregado muito característico do Pico. Note-se também, nos três casos citados, a homogeneidade de dimensões, muito "açoreana" (sempre corpos aquadrados com 4/5 metros de lado), o tipo de coberturas de duas águas, a caiação elementar.

O exemplo de Cabo Verde, no Barreiro, ilha de Maio (levantamento de Pourbaix citado na nota (1), pág.77) (FIG.306), mostra o já referido "funco" - excepção "redonda" à casa insular mais corrente - com a referida cozinha muito elementar; note-se que apesar da forma, as dimensões (4,60 de diâmetro interno, 0,50 de espessura de parede de pedra) são idênticas às dos compartimentos aquadrados das casas que vimos descrevendo (os 4/5 metros). Já mais pequeno é o exemplo de transição para a casa rectangular (Chã, na ilha do Fogo, do levantamento de Pourbaix citado na nota (1), pág.102), com o corpo principal com cerca de 6 x 3 metros, e o da cozinha ainda redondo. (FIG.307)

A casa com cozinha ENCOSTADA, formando embora uma construção contínua, exclui qualquer ligação interna entre quartos e cozinha. Apresenta grande diversidade de situações, talvez porque se constitui como um sub-tipo "à procura" de uma definição clara - que ainda não consegue - na ligação da cozinha com a restante casa.

O dois exemplos mais claros situam-se na ilha de La Palma, Canárias. Em Horno de Mazo, a cozinha térrea, com cobertura de quatro águas independente da dos quartos, tem forno saliente, sem chaminé, e lar ("poyo") separado da bancada do forno (FIG.308). Encosta ao volume dos quartos (que tem loja térrea), com acessos ao mesmo nível, distando estes cerca de três metros. Em Puntallana, uma casa térrea, igualmente com coberturas independentes para a cozinha e os quartos, mostra as entradas destas formando um ângulo recto, quase encostadas. A cozinha, já sem forno, tem chaminé de construção recente. (FIG.309)

A casa do Carapacho, na ilha Graciosa, Açores, é na sua implantação muito semelhante à de Puntallana: as paredes da cozinha encostada não estão alinhadas com as dos quartos, traíndo uma concepção ainda dissociada dos dois volumes; igualmente térrea, mas com larga chaminé, lar e forno, tem as duas entradas também encostadas em ângulo recto (foi feita uma ligação interna posteriormente). Constitui exemplo da característica "CASA DE EMPENA ALONGADA", virada à rua, obtida por prolongamento de uma das águas (a "meia-água"), cobrindo um espaço de arrumos (FIG.310). Este tipo de empena, registado também nas Flores, foi observado no sul do Brasil, em área de colonização setecentista açoreana (em Ribeirão da Ilha, na casa ao lado do "império" e na actual casa-museu, ambas com cobertura alongada sobre a "peça de serviço" - espécie de copa - e a cozinha). (109) (FIG.311)

Os dois casos seguintes, açoreanos, constituem exemplo de transição para a casa de cozinha perpendicular. Na habitação de Água Retorta, na ilha de São Miguel, em contexto francamente rústico, a ligação, exterior, entre cozinha e quartos (cujas entradas formam o habitual ângulo recto), está protegida por um esboço de "alpendre" (FIG.312). Deste modo, o acesso faz-se "abrigado por um pequeno telheiro de forma triangular (por vezes simples prolongamento de uma das águas do telhado) (...) a casa, muito estreita, mantém ainda o forno interior, assente num envasamento de pedra na 'loja' dos animais (que aqui se estende sob os quartos). O corpo de cozinha prolonga-se ainda pela 'casa de despejo' e está rematado pelo 'curral do porco' (110). A casa da ilha do Corvo é exemplo típico da excepção que a habitação corvina constitui no quadro açoreano e até macaronésio: a cozinha NÃO SE SITUA AO NÍVEL DOS QUARTOS MAS SIM DA 'LOJA' TÉRREA (FIG.313). No exemplo concreto, uma construção antiga, já abandonada, sita no alto da única povoação da ilha, a cozinha e "loja", ambas com portas para o quintal, comunicam entre si interiormente; a ligação com os quartos é porém apenas feita por fora, através das escadas. A cobertura alçada da cozinha, que ainda tem o forno interior, destinar-se-ia a um melhor escoamento dos fumos.

A casa com cozinha PERPENDICULAR forma sempre um corpo conjunto "em L", permitindo a ligação interna entre cozinha e restante casa.

Nos exemplos térreos aqui apresentados pode ver-se a característica CASA COM "FALSA" de São Miguel (na Canada do Porto, em Feteiras, área da Bretanha, de janela-porta-janela na fachada, com escada interior de acesso ao pequeno sótão - a chamada "falsa", com a janelinha na empena - onde dormem os filhos do casal e o aperfeiçoado sistema de "lareira-forno-chaminé") (FIG.314); a típica "CASA DE ESQUADRO" das Flores (em Ponta Delgada, com vestígios das "camaretas" - estudadas adiante - nos quartos e a cozinha com forno interno e lar separado com chaminé) (ver FIG.282); a casa das Canárias, com os frequentes "TELHADOS MULTIPLOS" de quatro águas (em El Paso, La Palma, com ligação interna adaptada, cozinha já sem forno, e os compartimentos deitando para um pátio comum) (FIG.315); finalmente, em Cabo Verde (Barreiro, ilha de Maio, da obra de Pourbaix citada na nota (1), pág.100), uma casa com "dulpo L", sem forno (que naquele arquipélago sub-tropical foi abandonado), também com coberturas múltiplas de 4 águas. (FIG.316)

Um tipo de casa com filiação provável em modelos do continente é o da CASA COM PASSAGEM EM ARCO para o pátio, sub-tipo muito corrente na área das Lombas da Povoação, em São Miguel (FIG.317): "Em cada agregado, o quintal das traseiras forma como que um pátio, enquadrado pelos volumes das sucessivas cozinhas. Sobre esta passagem, sobradada, situa-se um quarto que é prolongamento da habitação, ou um espaço de arrumos, marcados pela janelinha habitual. O interior da própria passagem é também aproveitado para guardar alfaias e utensílios domésticos (...)" (111). As casas térreas da região da Gândara, na Beira Litoral, caracterizadas por Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, embora correspondendo a uma área de povoamento não muito antigo, são muito semelhantes a estas. (112) (FIG.318)

Os exemplos com cozinha perpendicular e "loja" térrea aqui apresentados, todos já sem parede estrutural a separar cozinha e quartos, são: em São Jorge, a CASA "EM T" (com a cozinha encastrada a eixo do corpo dos quartos, exemplo raro sem forno na cozinha) (FIG.319); no Faial, a casa "em L" (com a parte dos quartos em estrutura de madeira e a cozinha em pedra, situação mista também rara no arquipélago) (FIG.320); nas Flores outra casa "em L" (no Mosteiro, variante com entrada em arco redondo para a "loja" e sistema "Lareira-forno-chaminé") (FIG.321); finalmente, a casa do Corvo "em L", que representa uma evolução a partir do exemplo atrás referido (com cozinha encostada), pois mantendo-a embora no térreo, ligada às "lojas", estabelece já uma ligação interna por escada com o piso superior dos quartos, do que resulta que a "caixa" do canal de escoamento de fumos da lareira rouba espaço ao quarto construído por cima da cozinha, além de se distanciar chaminé e "cu" do forno, salientes no telhado e junto ao chão, respectivamente. (FIG.322)

Um caso especial, mas que merece destaque, é o da CASA COM "CAMAROTES", existente na Fajãzinha, na ilha das Flores (FIG.323), com um sistema de mobiliário que remete para possíveis filiações no Continente, análogo ao da casa poveira (113) (FIG.324): "...embora adulterado por transformações recentes (construção de um forno adossado ao corpo dos quartos) e descaracterizado pelo abandono, apresenta vestígios da cozinha original no volume destacado e com cobertura diferenciada. Desta passava-se para a sala-quarto por uma ligação interior, e deste conjunto de espaços por sua vez, para a loja térrea cujo piso inferior aproveita um declive do terreno. Mas o mais notável

desta construção é o conjunto dos 'camarotes', designação local para a estrutura de madeira destinada às camas e ao armário do quarto, que é referida frequentemente na ilha como a forma mais antiga e tradicional das habitações, hoje quase desaparecida (...) Com o seu 'salão'-quarto servido por uma fachada de 'janela-porta-janela' e uma cozinha dissociada, esta casa pode representar assim um modo de vida e de 'habitat' generalizado na ilha há cerca de duzentos anos." (114)

CASA LINEAR

- é constituída por uma sequência de compartimentos "em linha", com a cozinha num dos extremos. A planta é pois, em regra, rectangular, e o alçado único inclui quase sempre duas portas, para a cozinha e quartos. É com frequência uma casa térrea, com medidas mais ou menos constantes de fundo (4/5 metros).

Representa naturalmente o tipo de transição da casa com cozinha dissociada para o de cozinha integrada, e talvez por isso está disseminado por toda a ilha da Madeira e praticamente por todas as dos Açores (rara em Santa Maria e menos frequente em São Miguel). Em La Palma também tem alguma expressão. De referir ainda a chamada casa com "tecto de salão", típica de Porto Santo, exemplo simplificado dentro desta tipologia. (FIG.325)

Na variante "curta", com um máximo de três compartimentos internos, podem referir-se exemplos nos Açores, muito ricos deste tipo. Nos Arrifes, em São Miguel, arredores rurais da capital, há um tipo muito localizado de casa (115). A CASA DOS ARRIFES corresponde a um povoamento específico, com o qual se identifica: "Com extensas ruas de casas iguais (prolongamento a noroeste de um importante eixo de expansão a partir de Ponta Delgada), marcadas por um ritmo alternado de pátio e construção, dispendo-se as habitações perpendiculares à rua, virando-lhe a empena lateral. (...) As casas têm o seu acesso através de um pátio (sempre ligado às actividades rurais) separado da rua por um portão alto. Nele se encontram o 'granel', o 'estaleiro de milho', o 'curral do porco', que formam com a casa um agregado característico e individualizado." (116)

No exemplo escolhido, a "meia-falsa" cobre apenas a cozinha, marcada pela janelinha sobre a porta; a cobertura, de três águas, é contínua, sem ressal-tos, embora haja variantes com a "falsa" alteada, recordando o perfil da casa linear do Pico. A água triangular remata a empena que deita para a rua, que tem uma janela centrada; no outro topo da casa, o sistema "lareira-forno-chaminé" equilibra o conjunto. (FIG.326)

Na Terceira, em Porto Judeu, a casa linear (com uma só porta) apresenta as tradicionais três divisões da habitação mais simples da ilha: cozinha (com a chaminé "de mãos postas" no topo e a janelinha minúscula na fachada), "casa do meio" e quarto, tendo medidas muito próximas da dos Arrifes (5 x 10 metros aprox.) (FIG.327). O mesmo sucede com a casa de Chão Frio, no Faial, na qual a cozinha sem chaminé tem o forno saliente para trás (e não no topo) e lar separado, mantendo também os três compartimentos internos. (FIG.328)

Um pouco mais alongadas (12 x 5 metros) são as casas das Lajes, na ilha das Flores, estando uma delas, conhecida na tradição local como "do Capitão", datada de 1723 (e foi a única casa de tipo elementar com datação inscrita, registada no levantamento citado sobre estas ilhas, realizado em 1983) (117) (FIG.329). Com dois compartimentos estruturais, embora sem forno, esta construção apresentava alguma preocupação de erudição (com cornija lavrada em pedra, e uma "copeira" - espécie de armário - embutida na parede).(118)

A variante alongada encontra-se nos Açores e nas Canárias. As casas do Pico, com "COZINHA ALTEADA" (já referidas atrás), quer com águas paralelas (Almagreira) (FIG.330), quer com águas perpendiculares (Calheta do Nesquim) (FIG.331), têm já entre 13 e 14 metros de extensão, "loja" térrea e expressivos balcões aos quais se ascende por escadas duplas, até às duas portas da fachada superior.

Com cobertura de quatro águas sem ressaltos, forno saliente e chaminé "de mãos postas" é a casa em São Brás, na Terceira (FIG.332). Tem cerca de 18 metros de comprimento, e quatro compartimentos internos; mas mantém o fundo constante destas habitações (cerca de 4/5 metros), apresentando o cuidado desenho dos vãos exteriores que caracteriza a casa desta ilha (janelas de guilhotina com lintél curvo, debruados a faixa de cor caiada; moldura caiada nos cunhais e soco).

Em La Palma, no povoado de Puntallana, outra casa linear, também muito extensa, mostra mais rudeza e simplificação nos elementos construtivos (FIG.333). Tem igualmente cerca de 18 metros de comprimento, divididos por três módulos de paredes portantes, a que há que juntar o corpo da antiga cozinha, ligeiramente recuada do plano da fachada. Os telhados múltiplos, correntes nas Canárias, formam aqui três peças com quatro águas cada uma.

CASA COM COZINHA INTEGRADA

- com um corpo único, coerente, corresponde a uma estruturação mais elaborada da habitação, na qual a cozinha é apenas um dos seus compartimentos, perfeitamente absorvido no conjunto. Assim, a cozinha inclui sempre, naturalmente, um sistema de "lareira-forno-chaminé" que escoar os fumos para o exterior - abandonado em definitivo o tipo de forno interior sem chaminé. As fachadas são também mais elaboradas, habitualmente com o motivo simétrico da "janela-porta-janela".

A partir deste tipo, a casa rural pode complexizar a distribuição interna, "dobrando" ou multiplicando os compartimentos, acrescentando corredores de distribuição, etc. Está aberto o caminho para a sofisticação funcional que permite a "urbanização" da casa.

A CASA DO TIPO DA REGIÃO SALOIA, habitação desenvolvida em dois pisos, foi já estudada pelo autor (119), e define um tipo especial de casa elementar integrada, de grande originalidade, em que cozinha e sala se definem no piso térreo, enquanto um ou mais quartos no nível superior têm acesso por escada, interna à sala ou exterior, adossada. Os seus anexos rurais estão rigorosamente separados.

Esta tipologia, cuja possível vinculação à cultura moçárabe foi salientada no referido estudo, parece característica da área dos arredores de Lisboa (120), onde se encontram ainda exemplares na margem norte e sul, de Sintra a Sesimbra. Com o característico e elegante volume "torreado" com telhado de quatro águas, internamente inclui sempre o sistema de "lareira-forno-chaminé", no que também se distingue dos restantes modelos do continente, e aproxima das ilhas. Nestas pode encontrar-se, embora com certa raridade, na Madeira (nomeadamente em Porto Santo), nos Açores (Santana, em Santa Maria, onde constitui um raro exemplo de modelo directamente transposto, sem alterações - e muito relacionado com as tipologias propriamente locais) e até nas ilhas mais orientais das Canárias (San Bartolomé, Lanzarote).

Vale aqui a pena reforçar a possível vinculação deste tipo de casa com a sua origem - a área de Lisboa - mostrando assim a possível influência desta no processo da colonização insular. Isto já pelo carácter e função agregadora (ou de síntese) que esta zona do continente estabeleceu sempre com (e sobre) os diversos tipos de casa provindos de norte e sul, trazidos pelos migrantes respectivos, já porque se vem referindo neste estudo a contribuição de povos e modos de construir nortenhos e meridionais do Continente na casa macaronésia, quando afinal Lisboa, como área de centralidade e de decisão no processo da Expansão, deve ter exercido naturalmente uma influência directa na definição material do mesmo.

De facto, e a título de exemplo, num estudo demográfico recente (121), baseado nos registos paroquiais quinhentistas da Madeira (entre 1539 e 1600), pode ver-se que, se a migração para a ilha era inicialmente reduzida desde Lisboa, com predomínio de colonos nortenhos e minhotos, já com o final do século XVI a presença de povoadores da área da capital portuguesa foi aumentando significativamente, chegando a 14,9% do total calculado, entre 1590 e 1600. Como se refere no citado trabalho, "...a ponderação das tendências constatadas permite considerar globalmente o período observado como de charneira, durante o qual se processa a ascensão de fontes migratórias até então sem importância - os distritos de Lisboa, sobretudo, e ainda o de Setúbal..." (122). Sabemos também como foi importante precisamente nesta época a migração desde a Madeira para as Canárias (123). Por outro lado, e numa perspectiva de divulgação dos modelos continentais por via da Madeira para Canárias e Açores, há que referir que também no mesmo estudo se foca a importância da chegada à Madeira de Canários e Açorianos, na mesma fase (124).

A partir do conjunto de dados referidos, pode portanto aventar-se sólidamente a hipótese dos modelos de arquitectura vernácula da área de Lisboa terem desde época recuada entrado do "painel tipológico" da habitação macaronésia, transpostos nos vários sentidos das correntes migratórias inter-arquipélagos.

Dada a investigação do autor, atrás citada (nota 119), ter já desenvolvido a análise dos variantes deste tipo de casa, apresentar-se-à apenas aqui, como referência, um exemplo de cada arquipélago: em Vila Baleira, ilha de Porto Santo (casa datada de 1877, mas construída segundo o tipo tradicional; tem dois quartos no piso superior, com escada interna central à sala de entrada) (FIG.334); em Santana, ilha de Santa Maria (casa com medidas tradicionais, com dois quartos no piso superior e escada interna no espaço de

entrada) (FIG.335); em San Bartolomé, ilha de Lanzarote (casa com medidas tradicionais, embora já sem a antiga cozinha; tem um só quarto no piso superior, com escada exterior e "balcon" coberto) (FIG.336). Os exemplos citados podem comparar-se com um exemplo do Continente, a casa torreada da área de Sintra (Lourel), idêntica na maior dimensão à de Porto Santo, nas medidas e modulação à dos Açores, e no tipo de volume torreado à das Canárias. (FIG.337)

A CASA "SIMPLES" integrada, com poucos compartimentos num diminuto volume de planta rectangular, tem nos Açores os melhores exemplos, quer pelo gosto do pormenor que evidenciam, quer pela qualidade dos acabamentos. A CASA MARIENSE típica, de que se apresenta um levantamento no Arrebentão - forma exemplar da casinha rural integrada - "é uma tipologia generalizada a toda a ilha, e um modelo original e de síntese: isto porque, sendo esta casa 'um produto da ilha' que o tempo e a ligação ao meio foram aperfeiçoando, apresenta relações directas com os modelos anteriormente apresentados (FIG.338). Relações com as mais antigas, em Vila do Porto, pela modulação semelhante (...) [ver capítulo V, "Tipologias- uma sistematização", pág.21]; com a casa de tipo 'saloio' porque, embora com diversa organização dos espaços interiores, apresenta certas características comuns, nas coberturas, nos materiais, na mesma presença individualizada no território. (...) Este modelo, de dimensões constantes, tem a cozinha sempre integrada, telhado de quatro águas assente nas paredes exteriores de pedra e fachada simples de janela-porta-janela. O seu interior, dividido por tabiques, tem, além do pequeno espaço de entrada geralmente florido, de um lado o quarto único e do outro e a sala ou só a cozinha. A semelhança que apresenta com os depurados interiores algarvios é assinalável.(...) é-lhes sempre comum um pequeno espaço que marca a entrada, o 'balcão', cimentado e frequentemente definido por um muro baixinho, como também sucede nas habitações da Serra algarvia. Nas casas com 'meia-loja', este muro, mais alto, incorpora a escada, constituindo um volume que com os contornos marcados a cor, é característico da paisagem. As casas, aproveitando ou até 'inventando' desníveis no terreno, têm sempre a cozinha chã, assente em sítio alto, para suporte do forno." (125)

A casa COM COBERTURA DE PALHA, característica da área da Bretanha de São Miguel (e da qual só havia vestígios em 1982), tem dimensões ainda mais reduzidas (aprox. 4 x 7 metros em planta), sendo possivelmente o tipo primitivo do da casa DE EMPENA-FACHADA, actualmente abundante na mesma área daquela ilha açoreana. De facto, a mesma escala, o mesmo aproveitamento do sótão (a "falsa", com a janelinha de decorativa guarda em madeira) para quarto dos filhos, com acesso desde a diminuta cozinha, aproximam as duas soluções, aqui exemplificadas com uma casa com cobertura de palha nos Mosteiros (FIG.339) e outra, de telhados perpendiculares à fachada, nas Sete Cidades, junto à famosa Lagoa. (FIG.340)

A transição de um modelo para outro - que recorda claramente idêntica transição nos exemplos da Madeira atrás referidos (da casa de palha para a de telha, ambas com cozinha separada), deve ter sido efeito da introdução dos novos materiais, acompanhada pela divulgação (oitocentista?) de modelos mais modernos de "habitat" (o "chalet", com as duas águas muito pronunciadas, por exemplo). De facto, as casas de "empena-fachada" mostram melhor aproveitamento

do meio-piso superior, pela diferente colocação das águas da cobertura, e surge com mais incidência exactamente na área onde a casa de cobertura de palha surgia: "pouco profundas, quase sempre sem aberturas laterais, com todas as janelas abertas para a fachada, parecem, pela sua escala e proporções, como que 'casas de bonecas'(126).

Em termos de dimensões, deve referir-se aqui o modelo rectangular de Cabo Verde (casa na Praia, em Santiago, da obra de Pourbaix citada na nota (1), pág. 88) (FIG.341), o qual, embora não tenha cozinha no seu interior, também não a assume no exterior (onde se resume a um "lar" rudimentar ao ar livre), apresentando em contrapartida medidas próximas das da pequena casa micalense, e fachada de janela-porta-janela.

A casa integrada da Terceira, geralmente de maiores dimensões (porque ligada à média propriedade agrícola), exhibe igualmente uma cuidada elaboração nos pormenores decorativos (molduras dos vãos, balcões, chaminés de "mãos postas"). O exemplo da "casa dos irmãos", em São Sebastião, levantado no estudo de 1982 já citado (127), mostra uma sequência de casas deste tipo, com e sem "loja" (FIG.342); a habitação à esquerda, com dois quartos e uma cozinha deitando para a "casa do meio" (já analisada atrás), recorda, pela organização interna, as casas da Serra de Monchique, no Algarve, nas quais a sala comunica também o exterior com os quartos e a cozinha (exemplo em Casais, na rua de Cima, com forno interior (FIG.343); exemplo na estrada das Termas, sem forno, mas com as mesmos emolduramentos curvos nos lintéis dos vãos que os do exemplo terceirense). (FIG.344)

A CASA "DOBRADA" é uma designação açoreana para o modelo da habitação com quatro quartos, que assim viu duplicar o espaço interno, em relação à casa mais simples antes descrita. A cobertura "dissociada" é um sub-tipo formalmente resultante dessa "dobragem", que corresponde a plantas aquadradas.

Na Madeira e nos Açores encontramos exemplos desta solução, em casas térreas de desenho simples: na chamada "casa do Bispo do Hawai", em Vila Baleira, Porto Santo (em ruínas em 1989; de aspecto bastante antigo, com dois telhados de duas águas cada, um sobre a sala única e outro sobre a cozinha, que inclui o inevitável sistema de "lareira-forno-chaminé") (FIG.345); na casa de Chã de São Tomé, em Santa Maria (duas coberturas de quatro águas cada, como é corrente nesta ilha, igualmente cobrindo separadamente cozinha e quartos) (FIG.346); e no Nordeste de São Miguel (casa na Achada, com dois telhados de duas águas paralelas (FIG.347); casa em Feteira Pequena, Santana, com dois telhados de duas águas, mas estando o que cobre a cozinha perpendicular ao que cobre os quartos, do que resulta o aparecimento exterior da empena respectiva - um efeito original próprio desta variante). (FIG.348)

Os exemplos de "casa dobrada" podem multiplicar a compartimentação interna, tornando-se gradualmente mais complexos; mas em geral, correspondem à justaposição de dois corpos de planta rectangular, com quatro paredes resistentes cada, e sub-divisão interna por tabiques. Diferentes soluções de cobertura podem também garantir aproveitamentos de "meios pisos" que recordam a "falsa" açoreana mas com maiores dimensões. Tal é o caso da casa nas Canárias, em Tacoronte, ilha de Tenerife, na qual a escada desde a cozinha liga aos quartos superiores, com duas janelas na fachada, motivo também corrente em São

Miguel (**FIG.349**); idêntica solução é utilizada na casa em Montes Novos, na Serra algarvia, perto de Barranco do Velho (**FIG.350**), onde a escada, que sai da sala de entrada, leva também aos quartos superiores, também com duas janelinhas da fachada - confirmando uma vez mais as analogias, no campo da arquitectura vernácula, entre o arquipélago espanhol, o português e a Península. (Também no Faial a casa com sótão e duas janelas na fachada permite uma analogia com a casa algarvia considerada, embora normalmente surja associada apenas à casa linear).

Na sequência desta abordagem, deveria referir-se ainda, embora de modo genérico, a importância do estudo tipológico da casa rural senhorial. De facto, se os elementos morfológicos caracterizadores deste tipo são em muitos casos análogos aos da casa urbana (já analisados no capítulo anterior: grupos estilísticos, emolduramento de vãos, coberturas), já os seus padrões de espaço e tipo merecem uma análise autónoma, necessariamente complexa, que aqui não será desenvolvida de modo detalhado, dados os objectivos globalizantes do trabalho. Essa análise deveria partir, quanto a nós, do estudo de Vieira Caldas citado (na nota (9) da Introdução à Arquitectura Doméstica). O tema da casa senhorial insular, de resto, está presentemente a ser objecto de investigações autónomas).

Sobre o assunto não devem de qualquer modo deixar de destacar-se, a título exemplificativo, casos concretos que constituem paradigmas de casa rural senhorial macaronésia. Na Madeira, sem dúvida o conjunto da Quinta do Esmeraldo, nos arredores do Funchal, com a modulação de corpos acusada pelas coberturas múltiplas, é o exemplo mais marcante; nos Açores, o chamado Solar das Necessidades, obra setecentista dos arredores de Ponta Delgada (Livramento), constitui a obra mais elaborada, sem esquecer as casas dos arredores de Angra, ou, num registo menor, as casas em "U" de São Roque do Pico (já referidas no tema das cozinhas perpendiculares) (**ver FIG.294**). Passando "por cima" das Canárias - onde o tema teria de ser cruzado com a influência dos padrões castelhanos - resta citar a Casa-Grande de São Martinho (arredores da Praia, em Cabo Verde, citado na obra de Pourbaix citada na nota (1), pág. 105, com idêntica planta em "U")(128).

Notas

(1) Para a abordagem a este tema e também ao das tipologias, servem de base os trabalhos e obras referidos na nota (1) do capítulo V (dedicado à casa urbana das ilhas), e também, para o arquipélago da Madeira, os artigos de Victor Mestre publicados no "Jornal dos Arquitectos", Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, em 1985 : MESTRE [179] - Subsídios para o Levantamento da Arquitectura Popular da Ilha da Madeira; MESTRE [180] - As Coberturas de Barro: Ilha de Porto Santo; MESTRE [181] - Relações entre as Construções da Ilha do Porto Santo e das Ilhas Canárias; MESTRE [182] - Os Fornos Domésticos: Algumas Relações entre os Arquipélagos da Madeira e Canárias. Para as Canárias, serve de referência permanente o estudo de José Pérez Vidal citado na nota (23) do capítulo V.

Em relação a Cabo Verde, onde o autor do presente trabalho não fez levantamento de campo, constituem referência principal três estudos:

FILHO [171] - Contribuição para o Estudo da Habitação Rural em Santiago de Cabo Verde. In Cabo Verde: Apontamentos Etnográficos. Lisboa. 1976, págs. 13-40.

RIBEIRO [140] - A Ilha do Fogo e as suas Erupções. Lisboa. 1960 (1a. edição 1954, cit. na nota (9) do capítulo I).

POURBAIX [186] - Culture et Architecture Appropriée: le Cas de l'Habitat Populaire dans l'Archipel du Cap-Vert" (policopiado, tese de curso de arquitectura).

Há ainda que relembrar a obra de Ilídio do Amaral, já citada na nota (26) do capítulo I, sobre a ilha de Santiago

(2) As paredes de pedra solta, de alvenaria de pedra e massa ou constituídas por blocos cortados e bem aparelhados, são constantes nos vários arquipélagos, podendo exemplificar-se com esta citação do caso madeirense: "as casas rurais, mais pobres e primitivas, sobretudo as serranas, são destes dois tipos: formato de cabana, armada de pedra solta, coberta de colmo, com uma porta e uma janela, idênticas às do litoral algarvio, habitadas por pescadores; outras construídas de pedra de basalto, ligada por terra amassada, como as das regiões graníticas do Continente português." (in obra citada na nota (9) do capítulo V, pág. 391). Pérez Vidal, na obra citada na nota (23) do capítulo V, pág. 52, refere também a supremacia do basalto e das rochas vulcânicas na construção: "Sin embargo, ni la tapia ni el ladrillo, tan usados en Andalucía, habrían de constituir elementos muy importantes de la vivienda canaria, como vamos a ver. En los terrenos volcánicos, quemados, de las islas, la arcilla no abunda, y la poca que hay no es de buena calidad. Hasta para la fabricación de tejas, se va a tropezar con serios inconvenientes. Los mismos terrenos volcánicos, en cambio, han proporcionado piedras blandas y ligeras que han sustituido al ladrillo en muchas de sus aplicaciones."

(3) Em Porto Santo, segundo a mesma obra sobre a ilha da Madeira citada na nota (9) do capítulo V, usavam-se a "pedra de areia" (arenito), macia e fácil de cortar; a "pedra de cantaria", de tipo calcáreo, boa para trabalhar; e a "pedra ferrenha", o basalto escuro, muito rija. Em Santa Maria - que tem uma parte do seu território com formação calcária - fez-se extracção de barro para produção de telhas nas chamadas "barreiras" (barro de que se fez também boa telha e tijolo em Porto Santo, cf. obra citada)

(4) Desde muito cedo que as casas urbanas com cobertura de palha, ou mais exactamente de colmo, tenderam a ser substituídas pelas de telha cerâmica, embora com dificuldade acrescida pela falta de barros com qualidade nas ilhas. Por exemplo em relação ao Funchal, diz-se na obra sobre a ilha da Madeira citada na nota (9) do capítulo V, pág. 401: "Data de meados do século XV o fabrico de telha na Madeira, trabalhada segundo o processo mourisco, sendo ordenado em 1472 pelo Senado do Funchal a cobertura a telha de todas as casas que fossem a colmo dentro da Vila."

(5) "En Canarias, la 'cueva natural' (...) abunda sobre todo en las zonas costeras de las islas occidentales, mucho más montuosas. En las islas del grupo oriental no falta, pero predomina en proporción altísima la 'cueva labrada' en la toba; en Gran Canaria, mayormente, existe una extraordinaria cantidad de estas cuevas excavadas. Ambos tipos de cuevas ya fueron utilizados por los aborígenes como habitación." (cf. PÉREZ VIDAL [185]. Obra citada na nota (23) do capítulo V, pág. 44)

(6) Refere por exemplo Orlando Ribeiro, sobre a casa rural numa zona específica da ilha da Madeira: "Na região de Santana, onde falta a pedra devido à alteração profunda do terreno, as construções são de madeira." (in obra citada na nota (3) do capítulo I, pág.117). Em relação à origem deste tipo de casa, diz também o mesmo autor (na obra citada, pág. 118), que "...não existe em Portugal e sugere uma evolução local, a partir das cabanas de ramagens. O seu uso persiste, com materiais rudimentares (madeira, pedra solta, colmo), mas não deu lugar a formas mais evoluídas."

(7) Sobre as "furnas" refere-se na obra sobre a ilha da Madeira citada na nota (9) do capítulo V, pág. 409: "Outro sistema de habitação é o de cavernas ('furnas') que se encontram nos campos da Madeira e até nos arredores do Funchal, semelhantes às da idade neolítica, escavadas em rochas e montes, isoladas ou em grupos, onde se abrigam pobres e miseráveis."

(8) No artigo de Victor Mestre sobre a Madeira, citado na nota (1) deste capítulo, pág.6, são referidas "furnas de viver ainda em uso", em locais como os arredores do Funchal e do machico; o autor do presente trabalho encontrou em Câmara de Lobos, em 1984, algumas "furnas" de gente pobre, acabadas de desocupar

(9) Como se assinala na obra colectiva sobre o arquipélago citada na nota (1) do capítulo V, pág. 786: "A tradição ligada à ilha (das Flores) refere de facto a existência de 'furnas', grutas no litoral próximo da Ribeira dos Barqueiros (Fajã do Conde?), povoado entre Santa Cruz e Caveira, próximo de uma enseada abrigada (a da Ribeira da Cruz), que teriam sido habitadas, e associa esse dado à ocupação pelos flamengos." Assim o refere Frei Diogo das Chagas, a propósito do "descobrimento da ilha das Flores": "que seu primeiro descobridor foi Guilherme de Brandrath framengo de nação e pessoa mui ilustre (...) foi dar nesta Ilha das Flores, e nella desembarcou a parte do Leste perto aonde está agora a Villa de Santa Cruz, aonde se diz a Ribeira da Cruz, aonde fez morada, e assento em furnas que fez na rocha, que he por aquela parte de tufo, a modo de salas, e cazas muito grandes, aonde habitou passante de 10 annos. Estas furnas, ou cazas ui eu sendo razaz, e dellas leuaua alguns pedaços de pao de Brasil muitos compridos e muito uermelho, que dava muito boa tinta, e perguntando a minha auó (ainda que minino) que era molher muito pratica, quem fizera aquellas furnas, donde eu achara aquelle pao, que tam grandes, e fermosas erão, ella me respondeu, que aquillo forão cazas em que moraram os framengos quando descobrirão a Ilha." (in CHAGAS [105] - Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores. [S.L.,Açores].1989, págs. 533-34. A obra foi escrita por Frei Diogo das Chagas provavelmente entre 1646 e 1654)

(10) Diz José Pérez Vidal, na obra citada na nota (23) do capítulo V, pág.47: "...la elemental cocina de las cuevas canarias, tanto de las naturales como de las excavadas, y tanto en los tiempos prehistóricos como en los modernos, ha estado siempre situada en el exterior. La misma situación presenta en las cuevas habitadas del vecino archipiélago de la Madera. Talvez, consecuencia del buen clima, que invita a hacer la vida al aire libre. Por el contrario, en la Península es frecuente hallar la cocina dentro de la cueva, y no sólo en zonas de inviernos crudos (...), sino en áreas de clima templado, como las de Granada, Almería, Valencia; algunas cuevas tienen incluso una bonita chimenea que sobresale de la colina en que se encuentran alojadas."

(11) A classificação deste tipo de casa madeirense foi estudada por Orlando Ribeiro (na obra citada na nota (6)) e por Eduardo Pereira (na obra citada na nota (9) do capítulo V); nesta última, o autor (pág. 406) ressalta "as habitações rústicas de Santana, que são das mais típicas pela originalidade de um sobrado com escada de madeira exterior e patamar de balaustrada"); a classificação foi ainda tentada por Victor Mestre (no artigo sobre a ilha citado na nota (1), onde regista cinco variantes desenhadas); de todas estas análises se procurou fazer aqui uma síntese

(12) As casas referidas em São Miguel foram levantadas em 1982, no âmbito do trabalho sobre o arquipélago citado na nota (1) do capítulo V, e estavam já em ruína ou em uso degradado. A maioria das construções com este tipo de cobertura serviam já para anexos, "casas de despejo", junto à casa nova erguida ao lado. No livro citado na nota (96) do capítulo III, a autora refere uma casa de palha na Terceira. Outra casa deste tipo vem referida no artigo LOPES [128] - A Ilha Terceira: Vida Sócio-económica do seu Povo. In revista Geographica. Lisboa. 1972, n.31, págs.4-24

(13) Na obra citada na nota (23) do capítulo V, pág. 56, refere José Pérez Vidal: "Existían, más por las dimensiones y grado de perfección que por las diferencias de traza, dos clases de casas herreñas de cubierta de paja: una pequeña y construída con poco cuidado, que recibía el nombre de 'pajero', y otra más amplia y confortable, que mi informador llama 'antigua o tradicional'. Las casas de una y otra clase tenían la planta rectangular, y sus cuatro paredes, de piedra seca o de mampostería de barro, constituían un cuerpo único, aislado o independente."

(14) In obra sobre Santiago de Cabo Verde, por João Lopes Filho, citada na nota (1), págs. 15-16

(15) "O sistema de 'empenas' domina, de uma maneira geral, o conjunto de tipos de armação de telhados. A facilidade com que constroem as empenas, aliadas à escassez de madeiras para o varedo (em que o tipo de quatro águas exige maiores quantidades) e a débil economia dos habitantes, explicam a preferência pelo tipo de telhado em duas águas..." (in obra sobre Santiago de Cabo Verde citada na nota (1), por João Lopes Filho, pág. 20)

(16) "As mais significativas construções de planta rectangular apresentam, na maior parte dos casos, um único processo de cobertura com colmo, idêntico ao método empregado nos Açores e principalmente na Madeira. Por isso, pode-se admitir que a sua difusão na ilha deve-se aos colonizadores madeirenses, nos primórdios da ocupação." (in obra sobre Santiago de Cabo Verde citada na nota (1), por João Lopes Filho, pág. 21)

(17) "Assim, dado o domínio da casa rectangular, hoje encontra-se o funco apenas em áreas rurais de mais difícil acesso, em número escasso, construído pelas camadas mais pobres da população e desempenhando funções de habitação, arrecadação de gado e também servindo de palheiro. Existe ainda a variante da sua construção como anexo do edifício principal, para servir de cozinha." (in obra sobre Santiago de Cabo Verde citada na nota (1), por João Lopes Filho, pág. 24)

(18) In obra sobre o arquipélago da Madeira citada na nota (9) do capítulo V, pág. 412

(19) Refere o autor da obra sobre o arquipélago da Madeira, citado na nota (9) do capítulo V, págs. 412-413: "Greta esta cobertura no verão...porém, ao cair das primeiras chuvas, logo destorra, embebe cerrando as fendas e assim escorre a água que não penetra para o interior. (...) A cobertura de barro das habitações desta ilha é semelhante à das povoações das proximidades de Castelo Branco (...) O colmo foi banido desta aplicação pela necessidade de ser utilizado na alimentação do gado. Em 1816 existiam apenas seis casas cobertas de palha no Porto Santo, a par de 349 de barro e 38 de telha."

(20) In artigo de WESTRE [181], sobre as construções do Porto Santo e as das Canárias, citado na nota (1), pág.5

(21) Designação pouco exacta; Orlando Ribeiro, como se viu no capítulo IV, na obra citada na nota (14), fala de "telhados múltiplos ou 'de tesouro", que como já se viu, são coisas distintas (embora relacionadas no caso de Tavira), e refere também a "asna ou tesoura", peça desse sistema de cobertura; enquanto que, na obra dedicada à Terceira citada na nota (96) do capítulo III, a autora se refere ao "tecto de tesoura", e à peça chamada "tesoura", e José Pérez Vidal, na obra citada na nota (23) do capítulo V, embora sem designar o telhado canário como de "tesoura", refere na sua descrição as "tiseras", peças que em Portugal deram o nome ao sistema de cobertura

(22) Na Madeira a expressão "tesoura" aparece referida às coberturas de colmo: "Na parte superior dos ditos pontões são pregadas as vigas mestras e sobre elas assentam as asnas que, para não abrirem nem dar de si, se prendem por uns barrotes a que o povo chama as 'tesouras da casa'. Sobre as asnas pregam-se umas fasquias ou ripas desde o beiral até à cumieira, como se fosse para levar telha, e sobre elas é posto o restolho às camadas, começando pela beira com o troço ou raízes para baixo..." (in VAZ, Fernando Carlos de Meneses - Santana e as Palhotas. In Das Artes e da História da Madeira. Funchal. 1953, volume III, n.14. Citado na obra sobre a Madeira referida na nota (9) do capítulo V, págs. 407-408)

(23) In obra citada na nota (14) do capítulo IV, págs. 96-97

(24) In obra da autora citada na nota (96) do capítulo III, pág. 54

(25) In obra citada na nota (23) do capítulo V, pág. 62; neste texto José Pérez Vidal prova a tradição antiga deste tipo de coberturas: "En un contrato en el que dos carpinteros se obligan en 1510 a enmaderar y cubrir una casa en La Laguna, se dice: 'pondrán los tirantes...blanqueados de plana, los cuales han de ir de esquina viva, y asimismo las tijeras'. 'Protocolos', art. 1.309. (...) 'Frechal' es voz que aparece usada también en Tenerife, desde muy pronto. 'Alonso Velásquez pide diez tozas para tijeras, tirantes y frechales...' 'Acuerdos', II, pág. 101, del 28 de Abril de 1511. Igual en gall. y port." (notas na pág. 62)

(26) Na obra citada na nota (6), págs. 118-119, onde afirma: "Na encosta sul da ilha, entre Santa Cruz e Ponta do Sol, o colmo já não é empregue senão na cobertura de estábulos. Os pequenos proprietários, os vilões abastados, os emigrantes regressados à terra natal e que dispõem de algum dinheiro, modificam o aspecto das suas casas. As facilidades de transporte, resultantes da abertura de estradas, contribuíram muito para estes arranjos. As paredes são cobertas de estuque e caídas, as telhas substituem a antiga cobertura de colmo, que frequentemente necessitava de ser refeita e, em boa verdade, não ficava mais económica. A aparência muda; o tipo no entanto permanece, porquanto a estrutura, a planta, as funções, em nada se modificam. O telhado de quatro águas é coberto de telha."

(27) Em Cabo Verde deve assinalar-se em todo o caso não haver uma fronteira tão nítida entre as inclinações nas casas com cobertura de palha e as com telhado, se comparadas às situações análogas nos Açores e Canárias. Na obra de Pourbaix referida na nota (1), pág. 89, descreve-se o tipo mais corrente de cobertura caboverdiana: "La charpente est constituée de simples chevrons s'appuyant directement sur les murs et se rejoignant au faite. Ils sont triangulés par un petit faux-entrait."

(28) In VASCONCELOS [102] - Etnografia Portuguesa: Tentame de Sistematização. Lisboa. 1975, vol. VI, págs. 306 e 308

(29) Esta forma abastardada ou "moderna" de "pombinhas" generalizou-se desde então (anos 40), sendo actualmente dominante, assente numa produção em moldes, de tipo industrial. Diz Eduardo C.N. Pereira, na obra citada na nota (9) do capítulo V, pág. 400: "Os ângulos da ordem superior rematam num motivo caracteristicamente português feito de meia telha cortada sobre o comprido em ponta de lança, preenchida a parte côncava inferior de reboco caiado, simulando um perfil de pomba prestes a desferir voo. A esta pitoresca decoração se deu o nome de 'pombinhas do telhado', já usadas antes da emigração madeirense para Santa Catarina para onde as levaram os primeiros colonizadores da América do Sul e de cuja ilha a propagaram a todo o Brasil juntamente com colonos açoreanos. É uma decoração tipicamente portuguesa porque se encontra em povoados da Beira e Estremadura cistagana, filiando o etnógrafo Leite de Vasconcelos, neste ornato, uma superstição de culto pagão."

(30) Diz Luís Bernardo Leite de Ataíde, na obra citada na nota (17) do capítulo V, págs. 30-31: "A chamada 'pombinha' que termina o beirado numa saliência lanceolada, já atribuímos, embora com reservas, uma origem nas tradicionais festas do Espírito Santo a quem o nosso povo dedica grande devoção e do qual a pomba voando é o símbolo (...) Esses exemplares mais antigos, pelo seu delineamento talvez constituam um vestígio do culto fálico, ao que parece já quase desaparecido no continente (...) A evolução por que passou este remate pode reconstituir-se, como nos fez notar também o sr. Dr. Bensaúde, da maneira seguinte: na forma primitiva semelhante à do culto antigo, na de uma pomba confusamente delineada, na de uma pomba já definida, em alguns casos com um ramo de oliveira atravessado no bico, na de uma pomba com asas atrofiadas, na de uma simples saliência lanceolada e modernamente na de um pequeno ângulo agudo ou obtuso. Se a ideia primitiva fosse a representação do símbolo do Espírito Santo teria naturalmente aparecido sempre sob a mesma forma, embora com ligeiras variantes; este caso porém não se deu e, assim, julgamos muito aceitável um vestígio pagão que se conservou provavelmente puro até os meados do século XVII, variando depois para a pomba quando o capitão donatário D.Manuel da Câmara fez reviver os antigos impérios em 1666 (...)"

(31) "Tabique" (do árabe "tabik") é uma "espécie de parede delgada, feita de tábuas, guarnecidas de tijolo e argamassa, e rebocadas, que serve para dividir os quartos nas casas de habitação" (cf. obra citada na nota (17) do capítulo IV, pág. 1140). A "taipa" (do castelhano "tapia"), na sua acepção restrita (a outra é a parede grossa feita de barro ou de terra e água), é uma

"parede feita sobre uma estrutura de varas revestida com barro mole também chamada 'taipa de sebe', 'taipa de pau-a-pique' ou 'taipa de mão'; chama-se "enxaimel" a "cada uma das tábuas que entram na armação de uma 'taipa" (cf. obra citada na nota (21) do capítulo V, respectivamente págs. 201 e 94). As duas técnicas são utilizadas na casa rural macaronésia

(32) Na casa térrea de Porto Santo "o solo é batido, acalcado em cru, dispensando o soalho" (in obra citada na nota (9) do capítulo V, sobre a Madeira, pág. 412); "A contrastar com esta brancura, sobressai 'o chão da casa', feito da própria terra sobre que assenta, endurecida à força de maço e de uma pá para alisar. A estas casas, chama o povo casas 'terreiras" (in obra citada na nota (96) do capítulo III, sobre a ilha Terceira, Açores, pág. 58); em Cabo Verde, "o modelo mais simples de casa rural de planta rectangular é constituído por uma única divisão (...) com o pavimento de terra batida" (in obra citada na nota (1) sobre a ilha de Santiago, por João Lopes Filho, pág. 19).

A casa rural assoalhada, com dois pisos, também é tipo comum à Macaronésia, como se vê pelos relatos: "El área de esta casa de dos pisos más próxima a Canarias es la de la isla de Madera (...) El segundo piso de las pocas casas rurales de Lanzarote que lo tienen se reduce a uno o dos cuartos o habitaciones, recibe el nombre de 'sobrado'(...)" (in obra citada na nota (23) do capítulo V, págs. 81-82); "As primeiras - conhecidas por 'sobrados' - são edifícios de dois pisos, rés-do-chão e primeiro andar." (em Santiago de Cabo Verde, in obra sobre a ilha referida nesta nota, pág. 26); "Habitam em sobrados de um andar..." (Orlando Ribeiro, citado na mesma obra (pág. 27), referindo a casa senhorial rural na ilha do Fogo, em Cabo Verde)

(33) In obra sobre a Terceira citada na nota (96) do capítulo III, págs.57-58

(34) Sobre a ocorrência tradicional das casas canárias de um e dois pisos, no mundo rural como no urbano, Pérez Vidal refere, na obra citada na nota (23) do capítulo V, págs. 59-60: "(la casa terrera) Ha sido la clase de casa predominante. En las islas existían en 1950, según el censo, 117.040 casas terreras. De dos pisos, en cambio, sólo se registraron 21.770. Las casas de tres o más pisos pueden considerarse totalmente urbanas y modernas."

(35) In obra citada na nota (23) do capítulo V, pág. 63

(36) Na Terceira, "O 'meio da casa' é a sala de recepção, de jantar e de costura. O seu mobiliário é simples: junto à janela do meio da casa, em cujo vão se entalha até alguns centímetros abaixo do peitoril, ergue-se o 'trabanaco', estrado de madeira com 5 a 6 metros quadrados de superfície apoiado sobre espeques de 50 a 60 centímetros de altura. É, possivelmente, a peça mais importante da casa pelos serviços que presta. Ali descansa o chefe da família, quando 'à boquinha da noite', chega do trabalho das terras; ali se encruza a dona da casa com as filhas para dobar, costurar, fiar, cardar, passar a roupa a ferro; ali se coloca o 'berço do nosso menino', enquanto dorme (...)" (in obra citada na nota (96) do capítulo III, sobre a Terceira, pág. 58). Um estudioso brasileiro, Francisco Riopardense de Macedo, dá dela uma imagem análoga: "O visitante sempre entrará pelo 'meio da casa', espécie de sala-de-estar, às vezes com piso de madeira e sempre com um tablado ligado à janela principal, onde duas ou três moças ou senhoras sentam-se para olhar a rua, bordar, tagarelar e costurar as peças do vestuário. (...) Na mesma peça haverá mesa e, numa das paredes, a copeira: cavidade com prateleiras para guardar louças e as mais preciosas lembranças da família" (in MACEDO [191] - Arquitetura Luso-Brasileira. In Arquitectura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1983, pág. 67)

(37) Em São Miguel, "Antigamente existia o 'quarto de estado'; era um quarto simbólico, com a melhor mobília que os noivos podiam comprar ou os pais oferecer como presente de noivado, mas no qual nunca dormiam para o não estragar; ou iam dormir para outro quarto, de mobília mais velha, às vezes só com a cama e uma cadeira; na falta deste, dormiam na falsa. Assim havia senpre um quarto apresentável para, em caso de doença ou de morte, a família 'não se envergonhar' perante o médico ou o padre." (in BRITO [112] - A Ilha de São Miguel. Citada na nota (31) do capítulo I, pág. 184)

(38) "O espaço compreendido entre esta cobertura de tabuado e o forro do tecto, fica a 'falsa' ou 'sótio', destinada à arrumação e até a quarto de cama dos filhos mais crescidos do casal." (in obra citada na nota (96) do capítulo III, sobre a ilha Terceira, Açores, pág. 58). Em São Miguel, onde a "falsa" é quase sistemática, a sua presença deve explicar-se pelos "contrastes marcados entre riqueza e pobreza (...), onde esta última pode ligar-se à pequenez da casa, muitas vezes ligada também a numerosa família,

contribuindo para criar uma tradição de MINUCIOSO APROVEITAMENTO DO ESPAÇO, nomeadamente no que respeita à 'falsa' e ao TRATAMENTO PORMENORIZADO dos pequenos elementos, como escadinhas e armários, caixilharias e guardas de janelas.(...) encontra-se associada aos mais diversos tipos de habitação (isolada ou encostada empena a empena) sempre marcada a sua existência pela abertura das JANELINHAS (...) à 'falsa' tem-se sempre acesso por uma escadinha de madeira, surgindo, com elaborados entalhes de carpintaria, pequenos armários que aproveitam o seu espaço inferior. Este falso andar sobradado pode cobrir a área total da casa, ou, apenas parcial, deixar a cozinha com uma altura dupla (...) (in obra sobre os Açores citada na nota (1) do capítulo V, págs. 304 e 307).

No Continente, Veiga de Oliveira e Fernando Galhano estudaram situações relacionáveis com a da "falsa", no "tipo primitivo" da casa da Póvoa do Varzim, referindo uma possível origem do sótão habitável e de baixa altura a partir das "camaretas", aramções destinadas a cama e a armário, que tinha por cima um tejadilho: "Entre esse tejadilho e o travejamento do telhado, com a altura maior no cimo da empena, medeava um desvão à vista da sala, à guisa de sótão aberto, onde se arrumavam redes, cestos, lenha, e, quando a família era numerosa, aí dormiam os filhos (...) Progressivamente as 'camaretas' tornam-se cubículos fechados, e o vão entre o seu tejadilho e o telhado, soalhado e vedado, transforma-se num verdadeiro sótão, o 'FALSO', de entrada baixa e sem janelas, seguidamente alteado e com janelas para as traseiras, mostrando uma frontaria elevada e cega sobre a rua, onde depois se abrem postigos, e mais tarde trapeiras ou mirantes; e finalmente, surge a casa de rés-do-chão e andar, em que as características originárias se diluem consideravelmente." (in obra citada na nota (22) do capítulo IV, págs. 65 e 66)

(39) Em certas ilhas, como nas Flores e Corvo, a própria construção que alberga o "império" é idêntica às vulgares casas térreas, confirmando assim esta miscigenação ou identidade entre espaços sagrados e profanos

(40) Cf. SIMÕES [146] - Roteiro Lexical do Culto e Festas do Espírito Santo nos Açores. Lisboa. 1987, págs. 174-175

(41) In obra brasileira citada na nota (36), pág.67

(42) In obra citada na nota (28), pág. 302

(43) Em Porto Santo, "A tipologia habitacional corrente é térrea, elementar, com a cozinha integrada (...) As restantes divisões comunicam entre si, e variam entre dois ou mais compartimentos" (in texto de Victor Mestre citado na nota (1) sobre as coberturas de barro de Porto Santo, pág. 6). Em Cabo Verde, "A planta mais característica é a casa de duas divisões, separadas por uma parede, tabique ou esteira, com uma porta de ligação." (in obra sobre a ilha de Santiago citada na nota (1), por João Lopes Filho, pág.19)

(44) Na Madeira, "são as casas construídas com pedra e cal...Tem em regra três quartos, dois de dormir, um de jantar e cozinha, e tem um só andar" (in obra de José Pérez Vidal citada na nota (23) do capítulo V, pág. 75, falando da casa "terreira", e citando a obra PESTANA, E.A. - Casa Portuguesa. Em RL,XIX).

Nos Açores, "Salvo raras exceções, a casa rural divide-se em três compartimentos: cozinha, 'meio da casa' e quarto de cama. Em muitas casas é este o único quarto assobradado e que leva tecto (...) (in obra citada na nota (96) do capítulo III, sobre a ilha Terceira, Açores, pág. 58). Nas Canárias, Pérez Vidal refere um tipo idêntico de compartimentação na ilha de maior tradição de influência portuguesa: "Uno de los tipos más corrientes de casa terrera campesina, al menos en la isla de La Palma, es el formado por tres habitaciones alineadas a todo lo ancho de la fachada. La habitación central suele servir de comedor e sala; las laterales, de dormitorios. La sala tiene la única puerta y la única ventana verdadera de la casa; (...) Las ventanas ofrecen, en casi todas las casas, los dos asientos fijos tan corrientes en las ventanas canarias: asientos de mampostería en forma de cuarto de cilindro puesto de cabeza, recubierto por encima de recio tablón de madera, que sobresale un poco a modo de bocel." (in obra citada na nota (23) do capítulo V, pág. 60)

(45) In obra sobre a Madeira citada na nota (9) do capítulo V, pág.398

(46) In obra citada na nota (28), pág.302

- (47) In obra citada na nota (23) do capítulo V, pág.82
- (48) In obra citada na nota (23) do capítulo V, pág. 84
- (49) In obra de Orlando Ribeiro citada na nota (1), referida na obra sobre Santiago, por João Lopes Filho, citada na mesma nota, pág. 27
- (50) In obra citada na nota (23) do capítulo V, pág.75 , onde José Pérez Vidal cita o texto de: BRÜDT, Käte - Madeira: Estudo Linguístico-etnográfico. In Boletim de Filologia. Lisboa. 1937-38, vol.V
- (51) Cf. obra citada na nota (23) do capítulo V, pág.72
- (52) Cf. obra citada na nota (23) do capítulo V
- (53) Como se refere in obra colectiva sobre os Açores citada na nota (1) do capítulo V, págs. 130-131 : "...apresentam na forma mais simples uma armação de varas em forma piramidal, que assenta directamente no solo ('sequeiros de varas'); mais aperfeiçoados, os 'sequeiros de pés', de forma prismática, dispõem as varas longitudinalmente e assentes sobre peças de pedra; finalmente o 'sequeiro telhado', com 4 paredes verticais é coberto com duas águas telhadas, em analogia com os 'espigueiros' do norte do Continente. Variando de designação de ilha para ilha ('burras' em Santa Maria, 'toldas' no Faial, 'barracas' em São Miguel, 'estaleiros' nas Flores), estes pequenos armazéns de massaroca ventitam e secam o cereal, colocando-o em camadas, protegendo-o também dos bichos; estão directamente relacionados com a difusão da cultura do milho, desde os séculos XVIII-XIX. A 'tulha' ou 'granel', quase exclusiva de São Miguel, tem a particularidade de ter as 4 paredes fechadas com escamado de madeira, relembrando minúsculos 'chalets' (...)"
- (54) Cf. obra citada na nota (23) do capítulo V
- (55) Cf. obra sobre a "casa salaia" citada na nota (30) do capítulo IV. Note-se que a presença de forno nas cozinhas, sem formar o sistema referido, é bastante frequente na Península, nomeadamente na Galiza, como refere Begoña Bas: "O forno é outro elemento que em muitos casos se acha na cozinha; pode estar incluído na lareira ou ben fóra dela pro na mesma cozinha; é bastante común en Galicia que vaia encravado da parede sobresaíndo por fóra desta." (in BAS [189] - As Construcións Populares: Un Tema de Etnografía en Galicia. A Coruña. 1983)
- (56) In obra citada na nota (23) do capítulo V, págs. 107 e 108
- (57) In KRÜGER, Fritz - El Hogar y el Mobiliario Popular da Ilha Terceira. In separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira. Angra do Heroísmo: I.H.I.T., 1957. Citado na obra referida na nota (23) do capítulo V, pág. 108
- (58) In obra citada na nota (23) do capítulo V, pág. 107
- (59) In GIESE, Wilhelm - A Casa Rural da Ilha do Faial. In Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira. Angra do Heroísmo: I.H.I.T., 1958, XVI. Citado na obra referida na nota (23) do capítulo V, pág. 108, nota 153
- (60) In obra citada na nota (23) do capítulo V, pág. 109

(61) Cf. obra citada na nota (57), analisada por José Pérez Vidal (in obra citada na nota (23) do capítulo V, pág. 109) : "El lar - dice Krüger - originariamente se encontraba en las Azores a ras del suelo' (...) El mismo admirado professor cree que el hecho de la cocina en las Azores se haya separado del suelo, elevándose a una altura apropiada, se debe seguramente al horno próximo con su espacioso poyo (en ciertas regiones portuguesas, 'mesa'). 'Al agregársele la lareira en la misma altura se daba mayor comodidad a la casera, tanto en sus trabajos del horno como en el servicio regular de la cocina."

(62) In obra citada na nota (23) do capítulo V, pág. 109 : "Si el hogar bajo resultava molesto, por su excesivo calor, en islas de clima benigno, y pobladores procedentes del Algarbe, por ejemplo, introdujeron el hogar alto, es de suponer que la disposición de éste contribuyese también a que se elevase el hogar de las cocinas bajas sin eliminar el horno.". Mas Vidal também diz que nas Canárias o incómodo do calor provocado pelo forno seria relativo, dado que o uso do forno se reduziria aos dias festivos, pois a dieta quotidiana, baseada no "gofio", o não utilizava.

(63) In LEMOS [190] - Cozinhas & Etc. São Paulo. 1978, págs. 29-30

(64) In obra citada na nota (63), pág. 34 : "É na cozinha da roça que ainda vamos encontrar o forno, de origens tão remotas - às vezes ao ar livre, como no Sul português - outras vezes nos telheiros, ou mesmo dentro da própria cozinha."

(65) In obra colectiva sobre os Açores citada na nota (1) do capítulo V, págs. 101-102

(66) In obra sobre a Madeira citada na nota (9) do capítulo V, vol.I, págs.552-553

(67) In obra sobre a Madeira citada na nota (9) do capítulo V, pág. 398; o mesmo autor também refere os fornos de maiores dimensões, nas casas rurais de tradição senhorial: "Nalgumas casas solarengas, como na do morgado Ferreira, existia no Lombo do Doutor, freguesia da Calheta, mais dum forno de capacidade e proporções avantajadas, já abatidos. O consumo do pão diário com a família, colonos, serviçais e escravos das casas fidalgas e sesmeiras assim o justificava. O fidalgo António Carvalho, de Ponta Delgada, amassava em sua casa 'cada ano trinta moios de trigo' (pág. 399). Eduardo Pereira também refere casas mais simples com o forno totalmente interior à cozinha: "As habitações antigas das Achadas da Cruz, na serra do Porto de Moniz, região das mais frias da Madeira, têm o forno inteiramente dentro da cozinha para servir de braseira."(pág. 399)

(68) In obra citada na nota (9) do capítulo V, pág.399

(69) In obra citada na nota (9) do capítulo V, pág.414

(70) In obra colectiva sobre os Açores citada na nota (1) do capítulo V (texto das págs. 684-685, por João Vieira Caldas, obra inédita), considera-se, a partir do estudo do Faial e do Pico: "Não obstante, se a passagem do forno para o exterior da casa pode libertar espaço útil à cozinha; se não há dúvidas que a utilização das chaminés constitui uma melhoria do modo e qualidade de vida; se é legítimo considerar o uso de uma só chaminé para forno e lar diferenciados como uma racionalização e simplificação construtiva; se é certo que há um nítido progresso do forno interior sem chaminé até ao forno exterior com chaminé comum a forno e lar independentes; nada garante que o forno exterior a abrir para o lar sob uma única chaminé seja o ponto de chegada de uma evolução de que os restantes sete tipos constituíssem fases sucessivas. De facto não só nada adianta em termos formais ou funcionais, antes pelo contrário, sobre o que seria a fase antecedente (exterior com lar independente e chaminé comum), já pelo funcionamento independente que esta permite [do lar em relação ao forno], já pelo cuidado posto no acabamento e apresentação para a cozinha dos exemplares estudados, como a existência das soluções correspondentes para as duas séries de fornos (interior e exterior à casa) não é compatível com uma progressão linear de tipos mas sim com uma constante interpenetração e influência mútua. Os dois casos de forno e lar acoplados sob a mesma chaminé resultarão antes de adaptações de espécies de outras ilhas o que justificaria o ar mais grosseiro de materiais e acabamentos."

(71) In obra colectiva sobre os Açores citada na nota (1) do capítulo V, págs.105 a 107

(72) In texto citado na nota (70), págs.682-683

(73) In texto citado na nota (70), págs.682 a 685

(74) In obra colectiva sobre os Açores citada na nota (1) do capítulo V, págs.802-804

(75) In obra colectiva sobre os Açores citada na nota (1) do capítulo V, págs.105 a 107

(76) É provavelmente muito recente a implantação das chaminés nas ilhas ocidentais e centrais, tradicionalmente mais isoladas em relação a influências modernizantes. Carlos Alberto Medeiros refere que na ilha do Corvo o uso da chaminé deve ter surgido já no século XIX, adaptando-se portanto às tipologias de habitação antigas existentes (cf. MEDEIROS [131] - A Ilha do Corvo. Obra citada na nota (1) do capítulo I)

(77) In obra citada na nota (23) do capítulo V, pág.67

(78) Cf. texto de Victor Mestre sobre os fornos domésticos da Madeira e Canárias citado na nota (1), pág.4

(79) Como refere Carlos Lemos, na obra citada na nota (63), págs.28-29: "Nos climas temperados, em civilizações já evoluídas, encontramos a cozinha fazendo parte da construção da casa, como local específico de preparo de alimentos, mas sempre vinculada ao exterior, como se estivesse arrependida de ter penetrado onde não devia, querendo não perder a antiga liberdade e a primitiva mobilidade. Na maioria destas ocasiões, a cozinha está participando de um pátio, como na casa grega, na romana, etc.(...) Em Portugal, particularmente, de início, podemos ver diferenças entre cozinhas do Sul, onde as condições meteorológicas eram e são as mais favoráveis, e as cozinhas das serras frias do Norte. Nas regiões nortistas da Beira, do Minho e de Trás-Os-Montes, o fogo sempre foi aceso, como era natural, dentro de casa, na sala ou na dependência única da morada pastoril, sobre uma pedra chata rebaixada no chão, chamada lar ou lareira. (...) No Sul português, no entanto, é que vemos a cozinha tomar aspectos incoerentes com o clima brando."

(80) Eduardo Pereira justifica assim a cozinha separada na Madeira: "A cozinha, por causa do lume, foi sempre separada da habitação." (in obra citada na nota (9) do capítulo V, pág. 407).

(81) Argumentos vários são utilizados por José Pérez Vidal, na obra citada na nota (23) do capítulo V, págs. 64/65, falando das ilhas Canárias: "La cocina pocas veces se halla dentro de casa. Esta situación es resultado, al parecer, de varios factores. En las cuevas con señales de haber sido habitadas por los indígenas de las islas, ya aparece la cocina en el exterior (...) Las molestias del humo deben de haber constituido entonces la principal causa de este alejamiento. Después, en la época de las casas pajizas, fue, sin duda, el peligro de incendios el que determinó la separación. Y más tarde, hasta nuestros días, a pesar de la desaparición de las cubiertas de paja, el emplazamiento se ha conservado por la fuerza del costumbre... Además, en todo tiempo ha influido en este punto, como en otros muchos, un factor muy decisivo: la bondad del clima (...) Mas en este uso, que también es corriente en La Madera y Canarias, influye, con el clima, la escasez de recursos."

(82) Cf. nota de José Pérez Vidal, na obra citada na nota (23) do capítulo V, pág. 64: "La separación de la cocina se halla claramente reflejada en una escritura otorgada en La Palma por Francisco Hernández el año 1674: entre los inmuebles que se dan en ella a tributo, figuran 'una casa nueva de tea, cocina e alpendre', las tres partes fundamentales de buen número de viviendas rurales canarias."

(83) Cf. artigo de Victor Mestre sobre as ilhas da Madeira citado na nota (1), pág. 6

(84) In obra sobre a Madeira citada na nota (9) do capítulo V, pág. 412: "A cozinha é geralmente separada da habitação com lareira de pedra..."

(85) In obra colectiva sobre os Açores citada na nota (1) do capítulo V, s/n. de pág. (texto de João Vieira Caldas, inédito)

(86) Cf. texto ref. na nota (85): "A casa com cozinha separada foi detectada numa larga faixa central que vai, a Norte, de Santa Luzia à Prainha (com especial incidência nesta última) e, a Sul, da Terra do Pão às Pontas Negras (com especial incidência na Silveira). Está ausente, portanto, da zona Oeste (de São Caetano às Bandeiras, passando pela Madalena), de ocupação mais recente e onde as tipologias habitacionais sofrem maior influência do Faial..."

(87) Conforme referido por WEBSTER [188] - A Ilha de São Miguel em 1821. In Arquivo dos Açores. Ponta Delgada. 1920, volume XIII, pág. 38 e seguintes. E como é recordado por RODRIGUES [187] - Açores. In A Arte Popular em Portugal: Ilhas Adjacentes e Ultramar. Lisboa. 1968. Citando esta última obra: "...atrás desta casa construía-se uma outra igual, à distância de 5 metros, destinada apenas à cozinha. O fumo saía por uma abertura no tecto e era muito apreciado para curar morcelas, chouriços e outros enchidos de porco; algumas tinham um pequeno forno para pão dentro das suas 4 paredes, o qual, por ser assim resguardado, com pouca lenha se aguentava."(pág.142)

(88) Cf. texto citado na nota (85): "Uma memória da 'meia-água' é frequente no lado Sul da ilha em habitações mais modernas (...) deve estar na origem dos corpos de ligação maiores que os primitivos, e já construídos nos mesmos materiais da cozinha e do corpo dos quartos e com os mesmos acabamentos. Raramente assinaláveis em planta, são, no entanto, facilmente reconhecíveis exteriormente devido à diferenciação dos telhados e aproveitados como vestíbulo, uma pequena casa de jantar ou de costura."

(89) Cf. texto citado na nota (85)

(90) Cf. texto citado na nota (85), que se refere ainda à relação entre cozinha e forno na casa linear com cozinha alteada de águas paralelas: "Quando as cozinhas não possuem chaminé, estas peças [o 'enxamez'] chegam a ser providas de furos ou pequenas aberturas; quando entre os dois blocos construtivos há uma parede de pedra é esta que se prolonga até ao telhado mais alto sendo a exaustão dos gases dirigida para a indispensável chaminé". Como o forno, com o volume no interior da cozinha, se encontra ao lado da lareira, separado desta, surge frequentemente um dispositivo original, plásticamente muito expressivo, que conduz os fumos da boca do forno para a chaminé da lareira. É normalmente um tubo oblíquo de alvenaria, caiado e com faixas de cor tal como os restantes elementos, que faz a ligação entre os dois grandes corpos (forno e apanha-fumos da lareira). Tal dispositivo também se encontrou no Faial.

(91) In obra colectiva citada na nota (1) do capítulo V, págs.806,807

(92) In obra citada na nota (23) do capítulo V, pág.76

(93) In obra citada na nota (23) do capítulo V, págs.65 a 67

(94) In obra sobre Santiago de Cabo Verde, por João Lopes Filho, citada na nota (1), pág.29

(95) In obra citada na nota (22) do capítulo IV, pág.48

(96) In obra sobre a Galiza citada na nota (55), pág.55

(97) Como um levantamento feito pelo autor, realizado em 1985, pôde detectar nos arredores da Lousã, de Viseu, e de Oliveira do Hospital, Seia e Melas. As casas são na sua maioria do século XIX, talvez de finais do anterior, tendo-se detectado porém a continuidade ou persistência deste uso em moradias já edificadas nas últimas décadas. Em zonas de povoamento mais recente, na Beira Litoral, as casas térreas (zona da Gândara) ou em madeira (Palheiros de Mira) também apresentam ainda cozinhas perpendiculares e separadas, respectivamente

(98) In obra citada na nota (23) do capítulo V, pág.65

(99) In obra citada na nota (63), págs.51-52

(100) Foi encontrado um "fumeiro" sobre uma cozinha perpendicular de uma casa na Lomba do Botão, Povoação, na ilha de São Miguel, no levantamento referido, efectuado em 1982; no continente, foi encontrado outro, muito semelhante, na aldeia de Covas, no litoral perto da Figueira da Foz, em 1984

(101) Cf. obra de FRUTUOSO [106] - Saudades da Terra. Citada ao longo deste trabalho, mas referida de forma sistemática e analítica na nota (107) do capítulo I

(102) Na obra sobre a ilha do Corvo citada na nota (1) do capítulo I, Carlos Albero Medeiros refere o início do povoamento de Santa Maria por volta de 1443 ou 1445, seguindo Amaro Guerreiro ou Zurara, respectivamente, enquanto para o Corvo diz que a ocupação só se efectiva depois de 1548, segundo Diogo das Chagas

(103) Orlando Ribeiro fez (em RIBEIRO [141] - Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa. Lisboa. 1962), uma leitura de tipo influenciada, baseada nas fontes coevas do primeiro povoamento e também na observação directa da casa rural. Essa leitura depois foi seguida e retomada por outros geógrafos: "É natural pensar com Orlando Ribeiro que a primeira gente que partiu para o descobrimento e para a colonização era oriunda do Algarve, companheiros e criados do Infante; a seguir, foi para os Açores gente do Alentejo, talvez por uma razão de proximidade. Só mais tarde o Norte forneceu contingentes importantes e, porque já então a população aí era mais densa do que no resto do país, por certo que a sua acção foi mais ampla e, nalguns casos, mais persistente do que a da gente do Sul." (in obra de Raquel Soeiro de Brito, citada na nota (31) do capítulo I, pág.187).

Também em MEDEIROS [132] - Acerca da Ocupação Humana das Ilhas Portuguesas do Atlântico (artigo citado na nota (17) do capítulo I, pág. 103), se reflecte a visão do mesmo autor: "Na fisionomia das ilhas açorianas encontra também Ribeiro um apoio, porventura mais sólido e sem dúvida mais sugestivo, para a concepção indicada. É Santa Maria, com a sua feição algarvia, as complicadas chaminés das casas rurais, os povoados dispersos, tão diferentes da disposição linear da maioria das outras ilhas; é São Miguel, onde esta disposição faz lembrar a Estremadura, onde há outros traços do Centro, onde certos aspectos da casa rural reproduzem os do Alentejo (sirva de exemplo a pesada e ampla chaminé, que tanto contrasta com a da ilha vizinha); são as outras ilhas, onde, avançando para oeste, acaba por ganhar o predomínio uma casa de andar, semelhante à do Norte, onde o povoamento extremamente cercado do Corvo (caso único nos Açores) faz lembrar o das montanhas que separam o Minho e Trás-os-Montes"

(104) São de destacar, como exemplos de aprofundamento recente do tema no quadro insular, as investigações levadas a cabo por Rui Carita e outros, sobre a chamada "Casa de Colombo" no Funchal (ver catálogo citado na nota (18) do capítulo V), a investigação e estudo colectivos sobre a arquitectura popular dos Açores (ver nota (1) do capítulo V) e a obra de Rodriguez (citada na nota (50) do capítulo V) sobre a arquitectura Canária

(105) Por exemplo, e em relação à possível autonomia ou dependência da arquitectura rural dos Açores, podem referir-se certos aspectos resultantes de uma investigação aprofundada (in obra colectiva sobre os Açores citada na nota (1) do capítulo V, pág. 34): "Se das observações de Ribeiro permanece como generalidade a constatação de uma maior incidência de casas de dois pisos nas ilhas ocidentais em relação às de Nascente (...) todos os aspectos de pormenor são de relação duvidosa com os do Continente: as chaminés ditas algarvias eram quase inexistentes há 80 anos em Santa Maria (...) a chaminé 'alentejana' de São Miguel coexiste com

muitos outros tipos, e existe também em Santa Maria como modelo antigo, parecida aliás com as da região saloia do Continente.(...) com excepção da casa do tipo da da região saloia detectada em Santa Maria, NÃO SE DESCOBRIU COM O PRESENTE ESTUDO MAIS NENHUM EXEMPLO ARQUITECTÓNICO INTEGRALMENTE IDÊNTICO AOS IBÉRICOS, embora as similitudes parciais sejam inúmeras."

(106) Cf. obra citada na nota (28)

(107) Os trabalhos de Orlando Ribeiro foram citados na nota (3) do capítulo I (RIBEIRO [139] - Madeira...1949) e (9) do mesmo capítulo (RIBEIRO [140] - Fogo...1954). O trabalho sobre São Miguel (BRITO [112] São Miguel..1955) foi citado na nota (31) do capítulo I, e o relativo ao Corvo (MEDEIROS [131] - Corvo...1967) na nota (1) do mesmo capítulo. Há ainda que referir a obra de AMARAL [108] - Santiago de Cabo Verde: A Terra e os Homens. Lisboa. 1964 (cit. na nota (1) deste capítulo) e o trabalho de FERREIRA [123] - A Ilha Graciosa. Lisboa. 1968

(108) A definição mais rigorosa de "casa elementar" corresponde à construção com um único compartimento estrutural e de reduzida dimensão global (cf. obra de Max Derruau citada na nota (9) do capítulo V)

(109) Ribeirão da Ilha, pequena povoação nos arredores de Florianópolis (antiga Desterro) na ilha de Santa Catarina, estado de Santa Catarina, Brasil. A área foi estudada pelo autor e por Maria de Lurdes Janeiro, em 1986 e 1987, que analisaram as possíveis relações da arquitectura vernácula local com a açoreana: "Estas características remetem para construções idênticas existentes nas ilhas dos Açores (nos Arrifes de São Miguel, na Graciosa ou nas Flores): se nelas o forno e a chaminé, para além da expressão geral, distanciam dos exemplos catarinenses indicados, já a mesma disposição da cozinha nas traseiras (opostas à estrada), ocupando parte ou a totalidade da largura do lote, já o análogo sistema de duas ou três águas do telhado, e o próprio perfil da cobertura do lado maior (perpendicular à rua, de silhueta alongada e ligeiramente encurvada, pela existência da "meia-água"), aproximam de novo." (in FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes [170] - Um Percurso da Arquitectura Açoreana: Do Arquipélago ao Brasil. In Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira. Angra do Heroísmo. 1988, vol. XLV, pág.386)

(110) In obra colectiva sobre os Açores citada na nota (1) do capítulo V, pág.342

(111) In obra colectiva sobre os Açores citada na nota (1) do capítulo V, pág 348

(112) Na obra colectiva sobre os Açores citada na nota (1) do capítulo V, pág. 349, refere-se: "Há no Continente um tipo de agregado muito parecido com o da casa de passagem em arco e cozinha perpendicular: é a CASA GANDARESA, da região da Gândara (Mira, Tocha) (...) Com a mesma disposição de volumes, fachada de 'janela-porta-janela' e um largo portão lateral, que fecha a passagem que conduz ao quintal. Também a cozinha é aqui perpendicular ao restante volume e tem a cobertura individualizada, como 'forno-chaminé' no seu topo. As diferenças são as do tratamento formal (o volume do forno raramente tem expressão exterior) e as construtivas (estrutura de adobe ou taipa), se se exceptuar a inexistência do pequeno espaço sobradado com janelinha por cima da passagem, que existe em São Miguel."

Na obra citada na nota (22) do capítulo IV, págs.87-88, Veiga de Oliveira e Fernando Galhano referem: "A casa gandaresa apresenta-se com uma feição original, em que coexistem os caracteres das casas de pátio e das casas de fachada. De facto, todos os edifícios que a compõem dispõem-se de maneira a formarem um pátio interior fechado, onde se empilham os produtos com que se prepara a grande massa de estrumes indispensável à agricultura das areias; por outro lado, na sua forma mais típica, ela possui sempre uma frontaria que se distingue pelo esmero do seu acabamento (...) uma fachada frontal composta de um motivo típico de janela-porta-janela, e um celeiro com postigos, que ora se situam a seguir a esse conjunto ora sobre este."

(113) Identificado por Veiga de Oliveira e Fernando Galhano na obra citada na nota (22) do capítulo IV, pág. 65, quando refere as casas dos pescadores da Póvoa do Varzim: "O elemento característico e verdadeiramente original destas casas era a armação das 'camaretas', por vezes com o 'camarote' a meio, ocupando de lés-a-lés a parede lateral da sala, sob uma das empenas. As 'camateras' são duas alcovas-armação, abertas, com a largura precisa para armar os bancos e sobre eles o colchão e o travesseiro. No camarote do centro, fechado, guardava o poveiro a sua melhor roupa, redes, aprestos de pesca e outros objectos. A armação das

'camaretas' era toda ela em madeira, de tábuas à vista macheadas e pintadas ou, por vezes em tabique caiado (...). Na obra "Desenho Etnográfico de Fernando Galhano" (citada na nota (40) do capítulo V), o desenho n.67 intitulado "Póvoa do Varzim - Camareta" apresenta evidentes analogias com os "camarotes" desta casa das Flores

(114) In obra colectiva sobre os Açores citada na nota (1) do capítulo V, pág. 798,799

(115) Identificada por Armando Cortes Rodrigues, na obra citada na nota (87), pág. 152 : "Neste bairro, que consta de uma rua cortada por várias canadas, as moradias de pedra crua, sem rebocos nem arrebiques, de beiral curto com bicos revirados nos ângulos, apenas debruada a basalto ou cal branca a orla das janelas, são construídas perpendicularmente à rua, para a qual espreita apenas uma janela."

(116) In obra colectiva sobre os Açores citada na nota (1) do capítulo V, pág.334

(117) A data da casa, inscrita no lintél de um das portas, já tinha desaparecido em 1984. Está referida na obra colectiva sobre os Açores citada na nota (1) do capítulo V, pág.800: "As construções das Lages permitem um outro tipo de referência, às casas de tipo 'linear', muito vulgares na actualidade florentina, da qual serão modelos antecedentes. Adiante do caminho da igreja, depois de passar a ponte e frente ao cemitério, encontra-se a 'casa do capitão', actualmente um palheiro, e que se pode considerar a base destas conjecturas: o lintél, gravado com a data de 1723, localiza-a sem dúvida;"

(118) A "copeira" é um nicho-armário, aberto ou fechado, escavado na parede, com um desenho aquadrado e rematado superiormente por uma reentrância em arco. Tem habitualmente uma prateleira de pedra intermédia. Foi identificado nos Açores (na Terceira) por Leite de Vasconcelos, na obra citada na nota (28), págs.305,306

(119) Cf. obra citada na nota (30) do capítulo IV

(120) In obra citada na nota (30) do capítulo IV, pág. 49, analisa-se esta relação do povoamento atlântico insular com a área de Lisboa: "Emblemática da relação entre o povoamento das ilhas e o dos arredores de Lisboa é o conjunto da 'rua dos Ilhéus', na Picanceira, série modulada de habitações com forno saliente construída nos arredores de Mafra que, sendo obra original (nem representa tipologias exactamente açorianas nem precisamente saloias), não deixa de chamar a atenção para duas áreas geográficas entre as quais o processo dos Descobrimentos ditou naturais ligações.

Orlando Ribeiro e outros geógrafos referiram já o papel preponderante que os povos do Sul e Centro de Portugal terão desempenhado nos primeiros tempos do povoamento insular. A eles corresponde, como se sabe, a ocupação sucessiva de Porto Santo, Madeira, Santa Maria e São Miguel, ao longo da primeira metade do século XV, sem esquecer a contemporânea contribuição para a população das Canárias, embora sob hegemonia castelhana.

É discutível e problemático procurar estabelecer relações directas entre povoadores de época tão longínqua e as casas rurais que actualmente se podem encontrar nessas ilhas, como o seu estudo sistemático recente procurou salientar - isto pela interacção de influências entre ilhas, independentemente da metrópole, ou pela capacidade de formação de modelos de 'habitat' autónomos ou mesmo originais num longo isolamento de séculos. Porém, não deixa de ser muito provável que certos tipos de casas possam ter sido efectivamente transpostos para esses territórios em data mais ou menos remota."

(121) Cf. MELO [133] - O Problema da Origem Geográfica do Povoamento. In revista Islenha. Funchal. 1988, Julho-Dezembro, n.3

(122) In obra citada na nota (121), pág. 29

(123) Conforme o estudo citado na nota (30) do capítulo IV analisa, e a obra de Pérez Vidal citada na nota (23) do capítulo V também refere. Recentemente outros trabalhos por autores canários têm vindo a analisar e salientar a importância dos povoadores e migrantes Madeirenses e Açoreanos na colonização das Canárias na Idade Moderna; assim, podemos referir:

- LOBO CABRERA, Manuel; MARÍN SOCAS, Margarita I.; [126] - Emigración y Comercio entre Madeira y Canarias en el Siglo XVI. In separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira. Angra: I.H.I.T., 1983, vol XLI;
- FAJARDO SPÍNOLA, Francisco; ANAYA HERNANDEZ, Luis Alberto; [121] - Relaciones de los Archipiélagos de Azores y Madera con Canarias, segun Fuentes Inquisitoriales (Siglos XVI y XVII). In Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira 1986. Funchal: Governo Regional da Madeira, 1989, vol.II, págs.846-877;
- LOBO CABRERA [127] - Imigrantes Azoreanos en Gran Canaria durante el Periodo Filipino. In Os Açores e as Dinâmicas do Atlântico: Do Descobrimento à II Guerra Mundial. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1989, págs.1207-1222 (actas do colóquio realizado em 1987);
- FAJARDO SPÍNOLA [122] - Azores y Madera en el Archivo de la Inquisición Canaria (Nuevas Aportaciones). In Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira. Funchal: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989, Setembro, págs. 663-684;
- ANAYA HERNANDEZ [109] - Una Comunidad Judeoconversa de Origen Portugues a Comienzos del Siglo XVI, en la Isla de La Palma. In Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira. Funchal: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989, Setembro, págs. 685-700

(124) Para o período total de 1539-1600, a percentagem de migrados deste Espanha e outros países (com largo peso dos Canários) é de 12,8%; a de Açoreanos é de 9,2%; a de Lisboa e de 5,5%. Mas para o decénio final do século XVI (1590-1600), as mesmas percentagens já subiram para 27,2% (só Espanha com Canárias), para 11,6% (Açores) e para 14,9 (Lisboa e Setúbal)

(125) In obra colectiva sobre os Açores citada na nota (1) do capítulo V, págs.196,197

(126) In obra colectiva sobre os Açores citada na nota (1) do capítulo V, págs.318,319

(127) O estudo sobre os Açores que vimos referindo, citado na nota (1) do capítulo V

(128) Exemplo retirado da obra CARREIRA [117] - Cabo Verde: Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1850). Mem Martins. 1983

TERCEIRA PARTE

Capítulo VII

Conclusões

Introdução

Procurar-se-à aqui sintetizar uma visão geral da arquitectura doméstica da Macaronésia (rural e urbana), com cariz popular, da época analisada, em função dos estudos e interpretações expostos nos capítulos anteriores. Inicialmente serão referidos os aspectos globais mais assinaláveis (valores de originalidade; síntese de temas do norte e do sul da Europa; sentido ruralista; presença significativa da temática portuguesa; capacidade recreativa de modelos; dialéctica entre tradição e inovação; importância dos "morfo-tipos", forno e cozinha; personalidade sub-regional e local), sendo depois abordados diferenciadamente os temas mais vinculados respectivamente ao universo urbano e ao espaço rural.

Finalmente, uma referência final será feita às relações estabelecidas entre esta arquitectura e os espaços exteriores à Macaronésia, nos continentes e outras áreas insulares, no sentido de definir um "mapa de influências" que dê a verdadeira dimensão ao fenómeno da casa insular norte-Atlântica.

Uma síntese final procurará ainda articular em conjunto as conclusões dos campos urbanístico e arquitectónico.

1 - Presença portuguesa

Estas casas representam uma CLARA E DOMINANTE INFLUÊNCIA DA HABITAÇÃO DO PORTUGAL CONTINENTAL - donde inicialmente partiu a colonização insular - de forma total para a Madeira e os Açores, e de modo parcial para as Canárias (onde a influência tipológica espanhola vingou, mas se mantinha portuguesa a nível morfológico) e para Cabo Verde (onde uma ocupação de difícil consolidação contou também possivelmente com modelos africanos).

2 - Capacidade de combinação e de recriação

A influência dos modelos de casa do Continente não parou - sendo inicial ou excepcionalmente - tipos directamente transportados ou copiados, mas antes COMBINAÇÕES E RECRIAÇÕES dos vários tipos, providos das mais diversas sub-regiões da Península, que se combinaram (entre ilhas e entre arquitectos) num

A - Aspectos Globais

1 - Originalidade

A casa macaronésia dos séculos XV a XVIII patenteia no seu conjunto uma ORIGINALIDADE MORFOLÓGICA E TIPOLÓGICA assinalável, que advém da capacidade que demonstrou para sintetizar modelos e formas providas das mais diversos origens;

2 - Síntese, de dominante meridional, dos temas Norte-Sul

Os temas que foram desenvolvidos nesta época e neste espaço oceânico inscrevem-se na área mais geral da casa da Europa Ocidental, com cruzamento ou síntese de características do "habitat" mediterrâneo com as do "habitat" norte-europeu - visível no "SISTEMA DE LAREIRA ALTA-FORNO INTERIOR", mas com CLARA PREDOMINÂNCIA DA VERTENTE MERIDIONAL;

3 - Sentido ruralista

Esta vertente traduz-se na presença sistemática de uma "CASA DE PEDRA" originária do mundo mediterrâneo, a qual resulta, pela rudeza dos materiais e a sua ligação à terra, impregnada com forte sentido RURALISTA, independentemente da sua localização em contexto urbano ou agrário;

4 - Presença portuguesa

Estes temas representam uma CLARA E DOMINANTE INFLUÊNCIA DA HABITAÇÃO DO PORTUGAL CONTINENTAL - donde inicialmente partiu a colonização insular - de forma total para a Madeira e os Açores, e de modo parcial para as Canárias (onde a influência tipológica espanhola vingou, mas se manteve portuguesa a nível morfológico) e para Cabo Verde (onde uma ocupação de difícil consolidação contou também possivelmente com modelos africanos);

5 - Capacidade de combinação e de recriação

A influência dos modelos de casa do Continente não gerou - senão inicial ou excepcionalmente - tipos directamente transpostos ou copiados, mas antes COMBINAÇÕES E RECRIAÇÕES dos vários tipos, providos das mais diversas sub-regiões da Península, que se combinaram (entre ilhas e entre arquipélagos) num

"melting pot" inovador, dando consistência ao que se pode denominar por CASA INSULAR MACARONÉSIA - inscrita na chamada ARQUITECTURA DO MEDITERRÂNEO ATLÂNTICO (seg. Yves Bottineau);

6 - Dialéctica tradição-inovação

Esta recriação foi assim sistemática, numa tensão equilibrada entre a CAPACIDADE DE ADAPTAÇÃO OU RECRIAÇÃO insular sobre os modelos arquitectónicos e a tendência para a PERSISTÊNCIA DESSES MODELOS, PROVINDOS DO EXTERIOR - podendo falar-se da casa da Macaronésia como enquadrada na tradição da "casa do Sul" europeu, MAS CONSTITUINDO O SEU PROLONGAMENTO RENOVADO no território VULCÂNICO e no espaço ATLÂNTICO;

7 - Importância dos morfo-tipos : forno e cozinha

O que mais caracteriza e enriquece este "habitat", gerando inúmeras variantes - para além do uso "forçado" da pedra vulcânica e do gosto pelos pequenos volumes com coberturas de 4 águas - é o uso do FORNO INSCRITO NA COZINHA, bem como a RELAÇÃO CASA-COZINHA - aspectos que, se são morfológicos pela constante volumétrica e funcional que patenteiam, também têm um valor de tipo pelas implicações na articulação interna da casa;

8 - Personalidade temática dentro de cada arquipélago

Finalmente, cada conjunto de ilhas revelou nesta época possuir um "habitat" com características muito próprias, embora inseríveis no quadro mais geral do norte-Atlântico ocidental, e com articulações inter-arquipélagos ou inter-ilhas que convém assinalar.

Os AÇORES, arquipélago "europeu", ou "euro-americano", com a maior riqueza e diversidade de tipos de casa de origem portuguesa e uso sistemático do forno em todas as casas; a MADEIRA - como que fazendo a "ponte" entre os Açores e as Canárias - com os originais sub-tipos da "casa de salão" (Porto Santo), idênticos aos que surgem nas Canárias, e da "casa de palha" (Madeira), análogos aos que aparecem nos Açores, além da utilização quase sistemática do forno; as CANÁRIAS, articuladas com a Sulamérica e a África, e (no que concerne à influência portuguesa), fazendo por sua vez sinal de transição para Cabo Verde - pois apresenta menor uso do forno e maior tendência para a implantação da cozinha fora da casa; finalmente, CABO VERDE, caso terminal da macaronésia, mais próximo do trópico, sem uso de forno e com a cozinha rudimentar no exterior - o mais "africano" dos quatro conjuntos.

B - Originalidade da casa urbana

1 - Aspectos morfológicos:

- exacerbação de um gosto (já constante da arquitectura portuguesa continental) pela ELABORAÇÃO DE ELEMENTOS FORMAIS DE PORMENOR (formas acessórias, decorativas, mas também funcionais ou representativas), onde se reflecte a citada mistura de influências mediterrâneas e nórdicas;
- desenvolvido uso das "TORRES" e "MIRANTES" (sobretudo no Funchal e na ilha de São Miguel) como forma de contacto visual com o espaço marítimo, expressão de uma necessidade tipicamente insular;
- riqueza e inventiva das aplicações de pedra lavrada ou de caiação nos EMOLDURAMENTOS DOS VÃOS, sobretudo naos Açores (o "ESTILO MICAELENSE" de Ribeira Grande e as fachadas de "FAIXA E AVENTAL" da Graciosa e da Terceira), mas também nas Canárias e Madeira;
- afirmação marcadamente MORFOLÓGICA da influência portuguesa nas Canárias, traduzida na expressão das caiações com faixas de cor, nos sanqueados das coberturas múltiplas com 4 águas, e no "sistema de lareira-forno" (enquanto a marca espanhola é decididamente TIPOLÓGICA);
- presença de elementos DE REVESTIMENTO (janela de guilhotina) ou PROTECÇÃO DOS VÃOS COM USO DA MADEIRA (rotulados, reixas, persianas), em tradições respectivamente de origem norte-europeia (Inglaterra/Holanda) e de base muçulmana ou norte-peninsular - sendo esta última tradição indiferenciadamente patente nas áreas insulares de influência portuguesa ou castelhana (Horta, Funchal, Las Palmas), mas com mais forte expressão nas Canárias, onde se chega a referir mesmo um "ESTILO CANÁRIO" (os balcões cobertos);

2 - Aspectos morfo-tipológicos:

- presença original e caracterizadora do chamado "sistema de LAREIRA ALTA-FORNO INTERIOR" (com sub-sistemas ou variantes), o qual como se disse atrás é sistemático nos Açores, frequente na Madeira, ocasional nas Canárias e inexistente em Cabo Verde - e em relação ao qual, no contexto urbano, se deve destacar a solução do chamado "FORNO PENDURADO" (Funchal, Lages das Flores e La Palma);

3 - Aspectos tipológicos:

- padrão sistemático da casa ELEMENTAR TÉRREA COM FACHADA DE "JANELA-PORTA-JANELA", como forma preferencial de processar a "urbanização" da casa rural;

- presença da "CASA TORREADA" com volume saliente aquadrado, coberto com 4 águas (Vila do Porto, Puerto de La Cruz), como tipo de transição da casa térrea para a de dois pisos;

- presença da CASA "LARGA" COM DOIS PISOS, de articulação entre elementos eruditos e vernáculos: quer na sua versão medievo-renascentista, ou quinhentista (arcos manuelinos, conopieais), quer na sua versão seiscentista, com elementos classizantes, nos quais sobressai um gosto pela expressão densa e pesada (o "VÃO-PILAR", o envasamento "gordo"), conotável com a função anti-sísmica (só nos Açores e Canárias) - e a definição de uma original "ESTÉTICA TELÚRICA";

- presença, embora minoritária, da CASA "ESGUIA", de origem medieva, de vários pisos, com especial relevo para algumas cidades portuárias (Funchal, Angra).

C - Originalidade da casa rural

1 - Aspectos morfológicos:

- proliferação "experimental" de soluções utilizando materiais diversos, numa fase inicial da ocupação, apresentando por vezes persistências até ao século actual: desde as "furnas" e "cuevas" (tema troglodita), passando pelas casas de madeira e palha (tema da casa euro-setentrional), pela casa com cobertura de barro (tema mediterrâneo especial, da "arquitectura da terra"), até à casa de pedra e telha (tema meridional característico); esta simultaneidade gerou formas combinatórias, como a da casa com paredes de pedra e cobertura de palha, ou a da habitação com paredes de pedra e madeira, coberta com telha;

- elementaridade das coberturas de 4 águas telhadas, de pequenas dimensões, generalizadas gradualmente pela Macaronésia, que utilizam armação de madeira EM TESOURA (sem travamento nas entregas) e têm tendência para a repetição modulada sobre a mesma casa, mantendo as características de simplicidade - os chamados "TELHADOS MÚLTIPLOS";

- tendência para a dominância da CASA TÉRREA, (ou de "LOJA" chã), com a correspondente simplificação e DEPURAÇÃO FORMAL dos elementos construtivos, quer na organização interna (onde os tabiques, estrados e escadas, formado meios pisos e sótãos, são frequentes), quer na expressão exterior dos vãos (com as detalhadas "JANELINHAS DE FALSA" em São Miguel e as requintadas JANELAS DE PEITO BAIXO EM MADEIRA nas Canárias), e dos elementos acessórios (alpendres, escadas externas, pátios e balcões);

- tendência para a definição de formas de "habitat" de tipo FRAGMENTADO, distribuído entre o corpo da casa (muitas vezes também ela dividida em cozinha e quartos) e os anexos de serviço rural (palheiros, atafonas, cisternas, arrumos, etc.), num conjunto de IMPLANTAÇÃO INFORMAL e com SENTIDO DA PAISAGEM;

- articulação frequente da casa com simbologias sagradas ou rituais, especialmente nos Açores, onde a influência do Culto do Espírito Santo é assinalável, no antigo uso do "MEIO DA CASA" (Terceira), ou do "QUARTO DE ESTADO" (São Miguel);

2 - Aspectos morfo-tipológicos:

- originalidade e forte implantação do "SISTEMA DE LAREIRA ALTA-FORNO INTERIOR" - nos Açores, Madeira e Canárias - o qual apresenta grande riqueza combinatória e inúmeras variantes, quer no espaço da cozinha (combinando o corpo do forno, do lar e das tubagens de escoamento de fumos), quer no conjunto "lareira-forno-chaminé", adossado à cozinha no seu exterior (com assinalável expressividade volumétrica);

- progressiva "TROPICALIZAÇÃO" DA COZINHA - e, com esta, do próprio "habitat" - identificável num percurso desde os Açores a Cabo Verde: ela encontra-se maioritariamente integrada na habitação, e em alguns casos separada, nos Açores; na Madeira, já é maior a percentagem de cozinhas dissociadas, embora ainda seja dominante a casa com cozinha integrada; nas Canárias, já o peso da cozinha separada se faz sentir mais do que a presença da integrada; finalmente, em Cabo Verde, a cozinha, quase sempre exterior à casa, está muito simplificada, podendo resumir-se a um alpendre ao ar livre.

3 - Aspectos tipológicos:

- tendência para uma constante GEOMETRIA DA FORMA CONSTRUTIVA E NA ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS INTERNOS, que se pode articular com a tradição individualista na implantação de um povoamento recente, instalando famílias desenraizadas;

- definição de três grandes grupos quanto à casa elementar, em função da RELAÇÃO CASA-COZINHA - DISSOCIADA, LINEAR E INTEGRADA, relação espacial e funcional que permite uma leitura compreensiva global da habitação rural;

- estes três grupos apresentam grande número de variantes sub-regionais: desde a casa REDONDA de Cabo Verde, ou da casa de MADEIRA E PALHA de Santana (Madeira) à do Pico, com "MEIA-ÁGUA" de ligação - todas com cozinha separada; desde a casa COM "FALSA" E ARCO de São Miguel à casa "DE ESQUADRO E CAMAROTES" das Flores, ambas com cozinha perpendicular; até às casas lineares DE CISTERNA (Faial), de COZINHA ALTEADA (Pico), ALONGADAS (Terceira e La Palma), e às habitações integradas do tipo da REGIÃO SALOIA (Açores, Madeira e Canárias), do tipo mais SIMPLES, com reduzidas dimensões (a CASA MARIENSE, a casa com COBERTURA DE PALHA de São Miguel) e do tipo DOBRADO, na transição para modelos mais complexos.

D - A Macaronésia e o Mundo

Espaço ou conjunto de espaços insulares por excelência, estas ilhas determinaram no período analisado uma arquitectura doméstica que viveu, como se disse atrás, de inter-acções criativas entre modelos trazidos (e "traduzidos") dos vários continentes e espaços envolventes, mais ou menos recônditos ou próximos.

Nestes termos, podem referir-se as áreas geográficas que mais significativamente terão contribuído para a definição e formação dessa arquitectura, ou com as quais é pelo menos possível estabelecer relações de similitude formal ou espacial.

Assim, podem definir-se três grandes ÁREAS DE INFLUÊNCIA OU DE SIMILITUDES, referidas por grau de importância no processo:

a - Portugal Continental (com destaque para o Algarve, a zona de Lisboa e o litoral centro e norte) e a Península Ibérica em geral (com destaque para a Galiza);

b - a Europa e o mundo Mediterrâneo em geral - como articulação ou "porta" para os temas do Oriente;

c - as Américas, sobretudo as Antilhas e a meridional, com destaque para o Brasil.

d - África, essencialmente do lado atlântico

1 - Áreas de influência / similitude na casa urbana:

- Tavira, Algarve (elementos decorativos no emolduramento dos vãos, na "casa larga" seiscentista)

- Algarve, Lisboa (coberturas com "telhados múltiplos")

- Beira Litoral / Coimbra (elementos decorativos setecentistas - "aventais em bico" e de forma rectangular, nas molduras dos vãos

- Porto (na arquitectura de "faixas, aventais e lintéis curvos", de setecentos, bem com na aplicação dos óculos decorativos nas fachadas, nas pequenas cancelas de madeira da casa térrea)

- Itália e área mediterrânea em geral (tradição medieval das torres/mirantes em plano recuado nas casas de dois pisos)

- área mediterrânea em geral (Egipto, Magrebe, Andaluzia), Antilhas (Cuba) e América do Sul (Brasil), nos sistemas de protecção dos vãos com elementos em madeira (rótulas, reixas)

- Europa do Norte (Inglaterra, Holanda), nos sistemas de revestimento dos vãos (janela de guilhotina, vidraças e portadas/persianas)

- Havana, Cuba (casa seiscentista com dois pisos e varanda tornejando a esquina)

- Luanda, Angola (casa térrea de janela-porta janela e casa de dois pisos com "telhados múltiplos")

2 - Áreas de influência / similitude na casa rural:

- Monchique, Casais, na "Serra" algarvia (casa térrea, com forno interior ou "meio da casa" ou "falsa")
- Mira, Tocha, na região da Gândara ("casa gandraesa", térrea, com cozinha perpendicular, forno e arco de passagem para pátio/quintal)
- Área dos arredores de Lisboa, região "saloia" (casa torreada, com habitação nos dois pisos e sistema de "lareira alta-forno interior-chaminé")
- Beira Litoral/Viseu (casa de dois pisos com loja térrea, cozinha separada ou perpendicular e forno interno)
- Póvoa do Varzim, Minho (casa térrea com "camaretas"/"camarotes")
- Minho em geral (casas térreas com forno no interior da cozinha)
- Santa Catarina, Sul do Brasil (casa térrea de empena alongada com "meia-água", em área de colonização açoreana)
- Rio Grande do Sul (casa com cozinha separada e "meia-água" de ligação, em área de colonização açoreana e italiana)
- África ocidental e Guiné ("funco" ou casa redonda com cobertura de palha)

Comprova-se deste modo uma tendência UNIVERSALISTA da experiência arquitectónica vernácula da Macaronésia, aspecto pelo qual ela se inscreve nas características mais gerais da arquitectura de raiz portuguesa, cuja definição passou, ao longo de toda a Idade Moderna, por um intenso e permanente SENTIDO DE VIAGEM.

E - Conclusões gerais relativas ao espaço urbano e à arquitectura doméstica

- ORIGINALIDADE dos modelos ou tipos urbanos e arquitectónicos macaronésios, no quadro do Ocidente e da Europa Meridional, bem como no contexto ibérico. Sentido de RECRIAÇÃO (ou de introdução de variantes) dos modelos ou tipos europeus nos novos contextos geográficos e culturais gerados no decorrer da expansão atlântica, a partir da sua transposição desde a Península Ibérica. TRANSPOSIÇÃO essa levada a cabo quer com algum sentido experimental, quer encarando os novos espaços como pontos de passagem, ou ainda como portos de fixação num percurso em desenvolvimento num "tempo longo".

Esta originalidade poderá ser confirmada e apoiada na articulação com outras áreas, como diversos estudos de vários autores já assinalaram: na linguística (Lindley Cintra/Celso Cunha) (1), na arquitectura ligada à produção moageira (Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira) (2), na etnografia agrícola (Jorge Dias) (3).

- Assinalável capacidade de DIFUSÃO TERRITORIAL dos modelos e tipos referidos, tendo como limites atlânticos as Canárias (na mistura com as outras culturas hispânicas), Cabo Verde (extremo sub-tropical ou climático-ambiental de um certo padrão mediterrâneo) e o sul brasileiro (um "finisterra" dos açoreanos, pela distância e características da migração efectuada). Há que destacar a maior diversidade de tipos, e a riqueza combinatória ou recreativa dos Açores, espécie de "pólo de cultura tradicional com raiz portuguesa", e neste sentido o mais forte NÚCLEO e CENTRO da cultura arquitectónica e urbanística macaronésia.

- Significativo peso, na definição de modelos e tipos, dos ARQUÉTIPOS urbanos e arquitectónicos da área de LISBOA e seus arredores, da região do ALENTEJO E ALGARVE e ainda dos vários territórios NORTENHOS (Minho, Douro, Trás-Os-Montes, Beiras), provando uma PARTICIPAÇÃO global do país na colonização macaronésia.

- Continuidade INSULAR do sentido geral da arquitectura e do espaço urbano de Portugal, isto é, das suas características mais PROFUNDAS, como sejam o SENTIDO VERNÁCULO na interpretação dos temas eruditos ou importados, o SENTIDO DE PAISAGEM na implantação dos lugares e casas, o SENTIDO DE SIMPLICIDADE na expressão de formas e espaços.

- Expressão quase RURALISTA - no sentido de uma "saude do mundo rural", ou do gosto por um universo "não urbano" - da arquitectura e urbanismo macaronésios, traduzida quer pelas características funcionais de tipo AM-BIVALENTE das cidades (comerciais-agrárias, viradas simultaneamente ao hinterland e ao porto, dialogando entre a "alta" e a "baixa"), quer pela presença sistemática do "QUINTAL" (em vez do "pátio") na casa urbana ou rural, das mais simples às mais elaboradas.

- Propensão para a expressão da latente INSEGURANÇA, do receio pelas possíveis catástrofes naturais e humanas das ilhas, traduzida quer num certo IMEDIATISMO DE ELABORAÇÃO das formas e espaços, quer num sentido PRÁTICO E INTERVENTOR, quer ainda num desejo de ASSUMIR VALORES CONSERVADORES E TRADICIONAIS, de permanência (é sobretudo claro na arquitectura mais erudita), ou de "regresso a um passado mítico" - conjugadamente com um "desejo de futuro" e de vida, quase inatingível e promissor (o uso da simbólica)

- Significativo peso, na definição de modelos e tipos, dos ARQUITETOS ur- banos e arquitectónicos da área de LISBOA e seus arredores, da região do ALentejo e Algarve e ainda dos vários territórios NOROCCIDENTAIS (Minho, Douro, Trás-os-Montes, Beiras), provendo uma PARTICIPAÇÃO global do país na colonização macaronésia.
- Continuidade INSULAR do sentido geral da arquitectura e do espaço ur- bano de Portugal, isto é, das suas características mais PROFUNDAS, como sejam o SENTIDO VERNÁCULO na interpretação dos temas eruditos ou importados, o SEN- TIDO DE PATAGEM na implantação dos lugares e casas, o SENTIDO DE SIMPLICIDADE na expressão de formas e espaços.
- Expressão quase RURALISTA - no sentido de uma "saúde do mundo rural", ou do gosto por um universo "não urbano" - da arquitectura e urbanismo macaronésia, traduzida quer pelas características funcionais de tipo AL- BIVALENTE das cidades (comerciais-agrícolas, vividas simultaneamente ao hinter- land e ao porto, dialogando entre a "alta" e a "baixa"), quer pela presença sistemática do "QUINTAL" (em vez do "pátio") na casa urbana ou rural, das mais simples as mais elaboradas.

Notas

(1) In CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley [200] - Breve Gramática do Português Contemporâneo. Lisboa. 1985 (4a. edição 1991). Os autores consideram os dialectos falados nos arquipélagos atlânticos em geral inseridos nos do Continente (e neste, dentro dos centro-meridionais); mas não deixam de constatar situações de originalidade, precisamente nas duas ilhas de povoamento mais complexo e elaborado. Assim, na mais recente edição (1991) da obra citada, pode ler-se (págs.12-13): "Esta ilha [São Miguel], assim como a Madeira, constituem casos excepcionais dentro do português insular. Independentemente uma da outra, ambas se afastam do que se pode chamar a norma centro-meridional por acrescentar-lhe um certo número de traços muito peculiares." Quanto a Cabo Verde, considera o crioulo local como definindo um grupo original, com duas variedades, de Barlavento e de Sotavento, distinto dos crioulos da Guiné-Bissau, das ilhas do golfo da Guiné e das de São Tomé e Príncipe, (pág. 16)

(2) In OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamin [183] - Tecnologia Tradicional Portuguesa: Sistemas de Moagem. Lisboa. 1983, pág.398. Neste trabalho referem os autores: "Tanto na ilha de Porto Santo como no conjunto das ilhas dos Açores, encontramos, tal como em Portugal continental, as duas categorias principais de moinhos de vento tradicionais.(...) Dentro destas duas categorias [fixos e giratórios], os moinhos de vento das várias ilhas apresentam-se sob tipos diversos (...) ora semelhantes ou parecidos, ora diferentes, de modo mais ou menos considerável, entre si e relativamente aos tipos portugueses continentais. (...) em especial a questão da posição do carrete em relação à entrosga e ao velame, que, em regra, é a mesma nos moinhos continentais e insulares, mas que, nestes últimos, apresenta uma excepção muito significativa." Deste modo, se os moinhos de água não apresentam especial originalidade em relação aos do Continente, já o mesmo não acontece com os de vento, que marcaram sobretudo os Açores com um sistema de formas únicas.

(3) Os estudos desenvolvidos por Jorge Dias sobre os arados continentais permitiram aos autores citados na nota anterior a seguinte conclusão sobre as características da mesma tecnologia nas ilhas: "Dentro da classificação de Jorge Dias, todos os arados açoreanos, segundo a sua estrutura fundamental, podem ser considerados do tipo geral 'radial', com pormenores morfológicos que os distinguem dos continentais, e que variam de ilha para ilha (...)" (in OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; PEREIRA, Benjamin [184] - Tecnologia Tradicional Agrícola dos Açores. Desenhos de Fernando Galhano. Lisboa, 1987, pág. 17)

CIDADES E CASAS DA MACARONÉSIA

BIBLIOGRAFIA

Listagem numerada das Referências Bibliográficas

(organização técnica segundo o documento pr NP 405, de 1988, elaborado por CT7 - Instituto Português de Qualidade)

Organização de Conteúdos:

I - Obras de carácter geral

A - Ligadas à teorização (teoria e história)

B - Ligadas às áreas de urbanismo ou arquitectura

(visão global/monográfica, sobre aspectos urbanos e sobre aspectos arquitectónicos)

II- Obras de carácter específico, sobre o tema da tese ou com ele directamente relacionadas

A - Ligadas a uma visão global ou monográfica (fontes directas/indirectas)

B - Ligadas aos aspectos urbanos

(Portugal continental; ilhas; outros)

C - Ligadas aos aspectos arquitectónicos

(Portugal continental; ilhas; outros)

III- Obras complementares

A - Literárias

B - Enciclopédicas

C - Atlas, Inventários, Planos

I - Obras de carácter geral

A - Obras ligadas à teorização (teoria e história)

- [1]
BENEVOLO, Leonardo - O Contributo da História para o Ensino da Arquitectura: relatório apresentado no congresso sobre a reforma universitária do Politécnico de Milão em 1964. In A Cidade e o Arquitecto. Lisboa: Edições 70, 1984, p.123-137. Tradução de: La Città e l'Architetto. Bari; Roma: Guis. Laterza & Figli
- [2]
BLACHE, Vidal de La - Princípios de Geografia Humana. Lisboa: Edições Cosmos, 1954. Tradução de: Principes de Géographie Humaine, Paris, 1921
- [3]
BLOCH, Marc - Introdução à História. Lisboa: Europa-América, 1965. Tradução de: Apologie pour l'Histoire ou Métier d'Historien. Paris: Colin, 1949
- [4]
BOSSA, Eduardo - Manual de História Geral da Civilização. Oeiras: Liceu Nacional de Oeiras, 1967
- [5]
BOXER, Charles R. - O Império Colonial Português (1415-1825). Lisboa: Edições 70, 1977. Tradução de: The Portuguese Seaborn Empire 1415-1825, Londres, 1969
- [6]
BRAUDEL, Fernand - História e Ciências Sociais. Lisboa: Editorial Presença, 1972. Tradução de: Histoire et Sciences Sociales
- [7]
CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Héctor Pérez - Los Métodos de la Historia: Introducción a los Problemas, Métodos y Técnicas de la Historia Demográfica, Económica y Social. 2a. edição. Barcelona: Editorial Crítica, 1977
- [8]
CHOAY, Françoise - L'Urbanisme: Utopies et Realités. Paris: Éditions du Seuil, 1965
- [9]
COLLINGWOOD, R.G. - The Idea of History. Oxford: Clarendon Press, 1946
- [10]
DIAS, Jorge - O Essencial sobre os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985. Tese apresentada no I Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Washington, 1950
- [11]
FEBVRE, Lucien - A Terra e a Evolução Humana: Introdução Geográfica à História. 2a. edição. Lisboa: Edições Cosmos, 1991. Tradução de: La Terre et l'Évolution Humaine: Introduction Géographique à l'Histoire. Paris: La Renaissance du Livre, 1922

[12]

FRANKL, Paul - Principles of Architectural History. Cambridge (Mass): MIT Press, 1968. Tradução de: Die Entwicklungsphasen der Neueren Baukunst. Leipzig, 1914

[13]

GODINHO, Vitorino Magalhães - Reflexão sobre Portugal e os Portugueses na sua História. In Reflexões sobre História e Cultura Portuguesa. Coordenação de Maria Emília Cordeiro Ferreira. Lisboa: Instituto Português de Ensino a Distância, 1985, págs. 271-286

[14]

GOMBRICH, Ernst - Hegel and Art History. in rev. ingl. Architectural Design. Londres: Architectural Design, 1981, vol. 51, n.6/7, p.3-9

[15]

HALL, Edward T. - The Hidden Dimension. Nova Iorque: Anchor Press Book, 1982. 1a. edição, Nova Iorque: Doubleday & Company, Inc., 1969

[16]

HAUSER, Arnold - Teorias da Arte. Porto: Editorial Presença; Livraria Martins Fontes, 1973. Tradução de: The Philosophy of Art History. Londres

[17]

HEIDEGGER, Martin - Essais et Conférences. Paris: Gallimard, 1958. Tradução de: Vorträge und Aufsätze. [s.l.] Pfullingen, 1954

[18]

LEFEBVRE, George - Réflexions sur l'Histoire. Paris: François Maspero, 1978

[19]

LÉVI-STRAUSS, Claude - Mito e significado. Lisboa: Edições 70, 1979. Tradução de: Myth and Meaning. University of Toronto Press, 1978

[20]

MARQUES, A.H. de Oliveira - História de Portugal. 5a. edição. Lisboa: Palas Editores, 1975, vol.I. 1a. edição, 1972

[21]

MENDES, José M. Amado - A História como Ciência. 2a. edição. Coimbra : Coimbra Editora, 1989

[22]

PANOFSKY, Erwin - L'Oeuvre d'Art et Ses Significations: Essais sur les "Arts Visuels". Paris: Gallimard, [s.d.]. Tradução de: Meaning in the Visual Arts. Nova Iorque: [s.n.], 1955

[23]

PIAGET, Jean - A Situação das Ciências do Homem no Sistema das Ciências. Amadora: Livraria Bertrand, [s.d.]. Tradução de: Tendances Principales de la Recherche dans les Sciences Sociales et Humaines: Partie 1.: La Situation des Sciences de l'Homme dans le Système des Sciences. Paris: Mouton; UNESCO, 1970

[24]

TOYNBEE, Arnold - A Study of History. 4a. edição. Londres: Oxford University Press, 1948

B - Obras ligadas às áreas de Urbanismo ou Arquitectura

Visão global e/ou monográfica

[25]

ABELHO, Azinha - Roteiro Lírico do Alentejo: Os Montes. Lisboa: [s.n.], 1953

[26]

ALARCAO, Jorge de - Portugal Romano. Lisboa: Editorial Verbo, 1983. 1a. edição, 1973

[27]

ALARCAO, Jorge de - O Domínio Romano em Portugal. Lisboa: Publicações Europa-América, Lisboa, 1988

[28]

ANDRADE, Amélia Aguiar - Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. [Tese de mestrado em história, pela U.N.L.]

[28]

BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha - Santarém Medieval. Lisboa: [s.n.], 1980

[29]

BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha - Évora na Idade Média. 1989- [tese de doutoramento na U.N. de Lisboa, não publicado]

[30]

BERNARDO, Hernâni de Barros - Monografia de Sesimbra: Estudo Geo-Económico do Concelho. [s.l.] Câmara Municipal de Sesimbra, 1941

[31]

BRITO, Raquel Soeiro de - Palheiros de Mira: Formação e Declínio de um Aglomerado de Pescadores. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1981. 1a. edição, 1960

[32]

CALDAS, João Vieira; GOMES, Paulo Varela - Viana do Castelo. Lisboa: Editorial Presença, 1990

[33]

CASTILHO, Júlio de - Lisboa Antiga: O Bairro Alto. Lisboa: [s.n.], 1938

[34]

CONDE, Manuel Sílvio Alves - Tomar Medieval: O Espaço e os Homens (séculos XIV-XV). 1988- [tese de mestrado na U.N.L., não publicado]

[35]

DERRUAU, Max - Geografia Humana I. Lisboa: Editorial Presença, 1982. Tradução de: Précis de Géographie Humaine. Paris: Librairie Armand Colin, 1961

[36]

DIAS, Jaime Lopes - Etnografia da Beira. Lisboa: [s.n.], 1953, vol. VII

[37]

DIAS, Jorge - Vilarinho da Furna: Uma Aldeia Comunitária. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981

[38]

DIAS, Nuno José Pizarro Pinto - A Vila de Chaves na Segunda Metade do Século XIV. 1985- [Lisboa, policopiado, não publicado]

[39]

ESPANCA, Túlio - Évora: Arte e História. Évora: Câmara Municipal de Évora, 1980

[40]

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - Uma Rua de Elite na Guimarães Medieval: 1376-1520. 1987- [tese de mestrado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, não publicado]

[41]

GOMES, Rita Costa - A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade: 1200-1500. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1987

[42]

LEMA, Paulo Bordalo - Tourém. Uma Aldeia Raiana do Barroso. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1978

[43]

MELA, Romualdo - Ruas de Tomar e a sua Toponímia. In Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar. Tomar: C.M.Tomar, 1981, n.1

[44]

OLIVEIRA, J.M. Pereira de - O Espaço Urbano do Porto: Condições Naturais e Desenvolvimento. Coimbra: Centro de Estudos Geográficos, 1973

[45]

RIBEIRO, Orlando - Geografia e Civilização: Temas Portugueses. 2. edição. Lisboa: Livros Horizonte [s.d. 1979] . [1 edição. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1961]

[46]

RIBEIRO, Orlando - Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: Esboço de Relações Geográficas. 4.edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1986. 1.edição, Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: Estudo Geográfico. Coimbra: Coimbra Editora, 1945. 2. edição, 1963. 3. edição, 1967

[46a]

RIBEIRO, Orlando - Introduções Geográficas à História de Portugal: Estudo Crítico. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1977

[47]

SERRÃO, Eduardo da Cunha; SERRÃO, Vitor - Sesimbra Monumental e Artística. [s.l.] Câmara Municipal de Sesimbra, 1986

[48]

SAA, Mário - Origens do Bairro Alto. Lisboa: [s.n.], 1929

[49]

SILVA, José Custódio Vieira da - Setúbal. Lisboa: Editorial Presença, 1990

[50]

TRINDADE, Diamantino Sanches - Castelo de Vide. Subsídios para o Estudo da Arqueologia Medieval. Lisboa: Assembleia Distrital de Portalegre, 1979

[51]

VIANA, Abel - Algarve. Alguns Traços Fisionómicos de uma Bela Província Portuguesa. Lisboa: [s.n.], 1953

[52]

VILAR, Hermínia Vasconcelos - Abrantes Medieval (1300-1500). Abrantes: [s.n.], 1988

Obras sobre aspectos urbanos

[53]

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - Arte da Alta Idade Média. In História da Arte em Portugal. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, vol.2

[54]

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - Urbanismo Românico. In História da Arte em Portugal. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, vol.3, p.144-145

[55]

ALMEIDA, João de - Reprodução anotada do 'Livro das Fortalezas de Duarte Darmas'. Lisboa: Editorial Império, 1943

[56]

ALOMAR, Gabriel - Mallorca: Urbanismo Regional en la Edad Media: Las 'Ordinacions' de Jaime II. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A., 1976

[57]

ASSOCIAÇÃO dos Antigos Estudantes de Coimbra - A Velha Alta...Desaparecida. Coimbra: Livraria Almedina, 1984

[58]

AZEVEDO, Paulo Ormindo de - Urbanismo de Trazado Regular en los Dos Primeros Siglos de la Colonización Brasileña. In Estudios sobre Urbanismo Iberoamericano: Siglos XVI al XVIII. Dir. por Ramón Gutiérrez. Sevilla: Junta de Andalucía; Consejería de Cultura, 1990, p.306-322

[59]

BENEVOLO, Leonardo - El Arte y La Ciudad Medieval: In Diseño de la Ciudad-3. Mexico, D.F.: Ediciones Gustavo Gili S.A., 1978. Tradução de: L'Arte e la Città Medioevale. Roma; Bari: Guis. Laterza & Figli Spa, [s.d.]

[60]

BENEVOLO, Leonardo - Historia de la Arquitectura del Renacimiento. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A., 1981, vol.1

[61]

CÂMARA, Teresa Bettencourt da - óbidos, Arquitectura e Urbanismo: Séculos XVI e XVII. [s.l.] Câmara Municipal de óbidos; Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990

[62]

CARITA, Hélder - Bairro Alto: Tipologias e Modos Arquitectónicos. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1990

[63]

CHUECA GOITIA, Fernando - Breve História do Urbanismo. Lisboa: Editorial Presença; Livraria Martins Fontes, 1982. Tradução de: Breve Historia del Urbanismo

[64]

CORREIA, José Eduardo Horta - Urbanismo em Portugal. In Dicionário Ilustrado da História de Portugal. Lisboa: Publicações Alfa, 1984

[65]

FERNANDES, Eduardo J.D.; CAMACHO, Herculano A.P. - Crescimento e Estrutura Urbana de Tavira. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1985

[66]

FERNANDES, José Manuel - O Lugar da Cidade Portuguesa. In revista Povos e Culturas. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa; Universidade Católica Portuguesa, 1987, n.2, p.79-112

[67]

FERNANDES, José Manuel - Arquitectura: Sínteses da Cultura Portuguesa. Lisboa: Comissariado para a Europalia 91-Portugal; Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991

[68]

FERNANDES, José Manuel - Índia e Brasil: para o Estudo Comparativo das Estruturas Urbanas de Influência Portuguesa. 1987- [texto da conferência apresentada no I Congresso do Património Luso Construído no Mundo, Lisboa, F.A.U.T.L.; Fundação Calouste Gulbenkian, não publicado]

[69]

FERNANDES, José Manuel - Editorial: A Propósito de um Livro. In revista Arquitectura. Lisboa: Casa Viva Editora Lda, 1980, n.137, p.14-15

[70]

GASPAR, Jorge - Estudo Geográfico das Aglomerações Urbanas em Portugal Continental. In revista Finisterra. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1975, vol.X, n.19, p.107-152

[71]

GASPAR, Jorge - A Morfologia de Padrão Geométrico na Idade Média. In revista Finisterra. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1969, vol.IV, n.8, p.198-215

[72]

GASPAR, Jorge - Valorização Arquitectónica e Urbana de Lisboa: 'VALIS'.Lisboa: C.E.D.R.U.; C.C.E., 1990. [catálogo de exposição]

[73]

LINAZASORO, José Ignacio - *Permanencias y Arquitectura Urbana: las Ciudades Vascas de la Época Romana a la Ilustración*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A., 1978

[74]

LOPEZ, Roberto S.- *A Cidade Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1988. Tradução do ital.: *Intervista Sulla Città Medievale*. Bari; Roma: Gius. Laterza & Figli, 1984

[75]

MARQUES, A.H. de Oliveira - *Introdução à História da Cidade Medieval Portuguesa*. In *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença, 1988, p.13-42. [inicialmente publicado in separata da revista *Bracara Augusta*, Jan.-Dez. 1981, vol.XXXV, fasc.79]

[76]

MORRIS, A.E.J. - *Historia de la Forma Urbana: Desde sus Orígenes hasta la Revolución Industrial*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A., 1984. Tradução de: *History of Urban Form: Before the Industrial Revolutions*. Londres: George Godwin Limited, 1974

[77]

MUMFORD, Lewis - *A Cultura das Cidades*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961. Tradução de: *The Culture of Cities*. Harcourt: Brace and Company, Inc., 1938

[78]

OLIVEIRA, Eduardo Pires de; MOURA, Eduardo Souto; MESQUITA, João - *Braga: Evolução da Estrutura Urbana*. Braga: Câmara Municipal de Braga, 1982 [catálogo de exposição]

[79]

PORTAS, Nuno - *Interrogações sobre as Especificidades das Fundações Urbanas Portuguesas*. 1985- [Porto, policopiado, não publicado]

[80]

RODRIGUES, Maria João Madeira - *Fundamentos da Teoria do Urbanismo Colonial Português*. In *Belas-Artes - Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*. Lisboa: Ministério da Cultura; Instituto Português do Património Cultural, 1985, 3a. série, n.7, p. 165-175

[81]

TORRES BALBAS, Leopoldo - *Ciudades Hispano-Musulmanas*. 2. edição. Madrid: Ministerio de Asuntos Exteriores, 1985. 1. edição, 1971

Obras sobre aspectos arquitectónicos

[82]

AMARAL, Keil [et al.] - *Arquitectura Popular em Portugal*. 1. edição. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961. 2. edição. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980

[83]

AZEVEDO, Carlos de - *Solares Portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969

[84]

BASTO, E.A. Lima; BARROS, Henrique de - Inquérito à Habitação Rural: I volume: A Habitação Rural nas Províncias do Norte de Portugal. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1943

[85]

BERTRAND, Michel Jean - Casa, Barrio, Ciudad: Arquitectura del Hábitat Urbano. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A., 1984. Tradução de: Architecture de l'Habitat Urbain: La Maison, le Quartier, la Ville. Paris: Bordas, 1981

[86]

CALLADO, José - A Casa Portuguesa. In revista Cidade-Campo. Lisboa: Ulmeiro, 1978, n.1, p.84-100

[87]

CALDAS, João Vieira - A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII. 1987- [dissertação de mestrado pela U.N.L., não publicado]

[88]

CORREIA, José Eduardo Horta Correia - Arquitectura Portuguesa: Renascimento: Maneirismo: Estilo Chão. Lisboa: Editorial Presença, 1991

[89]

DIAS, Jorge - Las Construcciones Circulares del Noroeste de la Península Iberica y las Citanias: Cuadernos de Estudios Gallegos. Santiago de Compostela: [s.n.], 1946, vol.II, n.6

[90]

FEDUCHI, Luis - Itinerarios de Arquitectura Popular Española. Barcelona: Editorial Blume, 1978, 5 vols.

[91]

KUBLER, George - Portuguese Plain Architecture. Middletown, Connecticut: Wesleyan University Press, 1972

[92]

LINO, Raul - L'Évolution de l'Architecture Domestique au Portugal. Lisboa: Institut Français au Portugal, 1937

[93]

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim - Construções Primitivas em Portugal. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988

[94]

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - Arquitectura. In Arte Popular em Portugal. Lisboa: Editorial Verbo, [s.d., aprox. 1961], vol. I, p.15-136

[95]

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de ; GALHANO, Fernando - Alguns Elementos das Casas de Matosinhos, Maia e Vila do Conde. In Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos. Matosinhos: [s.n.], 1957

[96]

PACCARD, André - Traditional Islamic Craft in Moroccan Architecture. [s.l., s.n., ed. franc.], 1980

[97]

PEREIRA, Nuno Teotónio - Evolução das Formas de Habitação Pluri-Familiar na Cidade de Lisboa. 1979- [policopiado, não publicado]

[98]

PEIXOTO, Rocha - Etnografia Portuguesa: Obra Etnográfica Completa. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990

[99]

RAPOPORT, Amos - Pour une Anthropologie de la Maison. Paris: Dunod / Bordas, 1972. Tradução de: House Form and Culture. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall, Inc., 1969

[100]

RUDOFISKY, Bernard - Architecture Without Architects. [catálogo de exposição]. Londres: Academy Editions, 1964

[101]

SCHOENHAUER, Norbert - 6.000 Años de Habitat. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A., 1984. Tradução de: 6.000 Years of Housing. Nova Iorque: Garland STPM Press, 1981

[102]

VASCONCELOS, J. Leite de - Etnografia Portuguesa: Tentame de Sistematização. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975, vol.VI

[103]

VASCONCELOS, J. Leite de - Etnografia Portuguesa: Tentame de Sistematização. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980, vol.II [1. edição, 1936]

[104]

AMARAL, Ilídio de - A Irupção no Estados-Insulares após a Segunda Guerra Mundial: Um Facto Novo da Geografia Política. In revista Finislaerra. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1987, vol.XIII, n.44, p.297-359

[105]

AMARAL, Ilídio de - Santiago de Cabo Verde: A Terra e os Homens. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1964

[106]

ANAYA HERNANDEZ, Luis Alberto - Una Comunidad Adacconversa de Origen Portugues a Colonizos del Siglo XVI, en la Isla de La Palma. In Actas do II Colóquio Internacional da História da Madeira, Funchal: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1986, p.685-700

[107]

ATAÍDE, Luís Bernardo Leite de - Etnografia, Arte e Vida Antiga dos Açores. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1973, vol.I

[108]

ATAÍDE, Luís Bernardo Leite de - Etnografia, Arte e Vida Antiga Nos Açores. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1976, vol.II

II - Obras de carácter específico, sobre o tema da tese ou com ele directamente relacionadas

A - Obras ligadas a uma visão global ou monográfica

Fontes directas

[104]

ALVERNE, Frei Agostinho de Monte - Crónica da Província de S.João Evangelista das Ilhas dos Açores. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1986, 5 livros, 3 vols. [a partir do manuscrito redigido no século XVII]

[105]

CHAGAS, Frei Diogo das - Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores. Dir. Artur Teodoro de Matos. [s.l., Açores] Secretaria Regional da Educação e Cultura: Direcção Regional dos Assuntos Culturais: Universidade dos Açores: Centro de Estudos Doutor Gaspar Frutuoso, 1989 [a partir do manuscrito redigido provavelmente entre 1646 e 1654]

[106]

FRUTUOSO, Doutor Gaspar - Saudades da Terra. 1a. edição completa e comentada. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1977-1987, 6 livros, 8 vols. [a partir do manuscrito redigido provavelmente entre 1582 e 1590]

Fontes indirectas

[107]

AMARAL, Ilídio do - A Irrupção de Estados-Insulares após a Segunda Guerra Mundial: Um Facto Novo de Geografia Política. In revista Finisterra. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1987, vol.XXII, n.44. p.297-359

[108]

AMARAL, Ilídio do - Santiago de Cabo Verde: A Terra e os Homens. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1964

[109]

ANAYA HERNANDEZ, Luis Alberto - Una Comunidad Judeoconversa de Origen Portuges a Comienzos del Siglo XVI, en la Isla de La Palma. In Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira. Funchal: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989, p.685-700

[110]

ATAÍDE, Luís Bernardo Leite de - Etnografia, Arte e Vida Antiga dos Açores. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1973, vol.I

[110a]

ATAÍDE, Luís Bernardo Leite de - Etnografia, Arte e Vida Antiga Nos Açores. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1976, vol.IV

[111]

BRAZ, Henrique - Ruas da cidade: Notas para a Toponímia da Cidade de Angra, da Ilha Terceira e Outros Escritos. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1985

[112]

BRITO, Raquel Soeiro de - A Ilha de São Miguel: Estudo Geográfico. Lisboa: Instituto de Alta Cultura; Centro de Estudos Geográficos, 1955

[113]

CAMPOS, Viriato - Sobre o Descobrimento e Povoamento dos Açores. Lisboa: Europress, [s.d.]

[114]

CARITA, Rui - História da Madeira: 1420-1566: Povoamento e Produção Açucareira. Funchal: Secretaria Regional da Educação, Juventude e Emprego, 1989

[115]

CARRACEDO, J.C. [et al.] - Canarias. Madrid: Ediciones Anaya, 1980

[116]

CARREIRA, António - Migrações nas Ilhas de Cabo Verde. Mem Martins: Instituto Cabo-verdeano do Livro, 1983

[117]

CARREIRA, António - Cabo Verde: Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1850). Mem Martins: Instituto Cabo-verdeano do Livro, 1983

[118]

CONSTANCIA, João de Medeiros - A Ilha de Santa Maria: Evolução dos Principais Aspectos da sua Paisagem Humanizada (sécs.XV a XIX). In revista Arquipélago. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1982, Janeiro, série Ciências Humanas, n.IV, p.225-244

[119]

COSTA, Carreiro da - Esboço Histórico dos Açores. Ponta Delgada: Instituto Universitário dos Açores, 1978

[119a]

COSTA, Carreiro da - Etnografia da Cidade: Ponta Delgada e a sua Formação Topográfica. In revista Insulana. [s.l.], 1946, vol.II, ns.2-3, p.355-359

[120]

DIAS, Maria Alice Borba Lopes - Ilha Terceira: Estudo de Linguagem e Etnografia. [s.l.] Secretaria Regional de Educação e Cultura: Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1982

[121]

FAJARDO SPINOLA, Francisco; ANAYA HERNANDEZ, Luis Alberto - Relaciones de los Archipiélagos de Azores y Madera con Canarias, segun Fuentes Inquisitoriales (Siglos XVI y XVII). In Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira 1986. Funchal: Governo Regional da Madeira: Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1989, vol.II, p.846-877

[122]

FAJARDO SPINOLA, Francisco - Azores y Madera en el Archivo de la Inquisición Canaria (Nuevas Aportaciones). In Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira. Funchal: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989, p.663-684

[123]

FERREIRA, António de Brum - A Ilha Graciosa. 2. edição. Lisboa: Livros Horizonte, 1987 [1. edição 1968]

[124]

FIGUEIREDO, Jaime de - Ilha de Gonçalo Velho. Lisboa: C. de Oliveira, Lda, 1954

[125]

GOURU, Pierre - São Miguel dos Açores. In Annales de Géographie. Paris: [s.n.], 1958, n.362, p.367-370

[126]

LOBO CABRERA, Manuel; MARÍN SOCAS, Margarita I. - Emigración y Comercio entre Madeira y Canarias en el Siglo XVI. In separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira. Angra do Heroísmo: I.H.I.T., 1983, vol.XLI

[127]

LOBO CABRERA, Manuel - Imigrantes Azoreanos en Gran Canaria durante el Periodo Filipino. In Os Açores e as Dinâmicas do Atlântico: do Descobrimento à II Guerra Mundial. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1989, p.1207-1222

[128]

LOPES, Frederico - A Ilha Terceira: Vida Sócio-Económica do seu Povo. In revista Geographica. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1972, n.31, p.4-24

[129]

MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira - Os Açores nas Rotas das Américas e da Prata. In actas do II Colóquio Internacional 'Os Açores e as Dinâmicas do Atlântico', in Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira. Angra: I.H.I.T., 1987, vol. XLV, tomo II, p.1315-1333

[130]

MAURO, Frédéric - Portugal, o Brasil e o Atlântico 1570-1670. Lisboa: Editorial Estampa, 1988, vol.I. Tradução de: Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique au XVIIème Siècle, 1960

[131]

MEDEIROS, Carlos Alberto - A Ilha do Corvo. Lisboa: Instituto de Alta Cultura; Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1967

[132]

MEDEIROS, Carlos Alberto - Acerca da Ocupação Humana das Ilhas Portuguesas do Atlântico. In revista Finisterra. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1969, vol.IV, n.7, p.95-125

[133]

MELO, Luís de Sousa - O Problema da Origem Geográfica do Povoamento. In revista *Islenha*. Funchal: Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1988, Julho-Dezembro, n.3, p.19-34

[134]

PAPY, Louis - L'île de Madère d'après O.Ribeiro. In *Les Cahiers d'Outre-Mer*. Bordéus: s.n., 1951, n.14, p.170-177

[135]

PEREIRA, Eduardo Clemente Nunes - Ilhas de Zargo. 2. edição. Funchal: Câmara Municipal do Funchal, 1956, vol.I

[136]

PÉREZ VIDAL, José - Esbozo de un Estudio de la Influencia Portuguesa en la Cultura Tradicional Canaria. In *Homenaje a Elias Serra Rafols*, [s.l.,s.n.,s.d.], vol.I, p.371-390

[137]

PÉREZ VIDAL, José - Aportación Portuguesa a la Población de Canarias: Datos para su Estudio. In *Anuario de Estudios Atlánticos*. Madrid-Las Palmas: [s.n.], 1968, n.14, p.41-106

[138]

RIBEIRO, Orlando - As Ilhas Atlântidas. In revista *Naturalia*. Lisboa: [s.n.], 1954, vol.IV, fasc.III, p.2-10

[139]

RIBEIRO, Orlando - A Ilha da Madeira até Meados do Século XX: Estudo Geográfico. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985. Tradução de: L'île de Madère: Étude Géographique. Lisboa: Union Géographique Internationale, 1949

[140]

RIBEIRO, Orlando - A Ilha do Fogo e as suas Erupções. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1960 [1. edição 1954]

[141]

RIBEIRO, Orlando - Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1962

[142]

ROSEIRA, Maria João Queiroz - Porto Santo: Isolamento, Arcaísmos e Perspectivas. In *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de Estudos Geográficos, 1988, vol. 2, p.493-506

[143]

SANTOS, J. Marinho dos - Ponta Delgada: Nascimento e Primeira Infância de uma Cidade. In *Revista de História Económica e Social*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editores, 1978, n.1

[144]

SANTOS, J. Marinho dos - Os Açores nos Sécs. XV e XVI. [s.l., Açores]: Secretaria Regional da Educação e Cultura: Direcção Regional dos Assuntos Culturais: Universidade dos Açores: Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, 1989

[145]

SERPA, Caetano Valadão - A Gente dos Açores: Identificação: Emigração e Religiosidade: Séculos XVI-XX. Lisboa: Prelo, 1978

[146]

SIMÕES, Manuel Breda - Roteiro Lexical do Culto e Festas do Espírito Santo nos Açores. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987

B - Obras ligadas aos aspectos urbanos

Portugal Continental

[147]

MOREIRA, Rafael - Apêndice: Uma Planta de Sesimbra de ca. 1570. In SERRÃO, Eduardo da Cunha; SERRÃO, Vitor - Sesimbra Monumental e Artística. [s.l.] Câmara Municipal de Sesimbra, 1986, p.128-137

[136]

PEREZ VIDAL, José - Esboço de um Estudo de la Influencia Portuguesa en la Cultura Tradicional Canaria. In *Monografía a Elías Carrá Roldán*, [s.l., s.n., s.d.], vol.I, p.377-390

[148]

ARAGÃO, António - Para a História do Funchal: Pequenos Passos da sua Memória. Funchal: Secretaria Regional da Educação e Cultura: Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1979 [2a. edição, revista e aumentada, 1987]

[149]

CÂMARA, Teresa Bettencourt da - Urbanismo Angrense: da Fundação Quatrocentista à cidade do Renascimento. In revista do I.C.A.L.P.. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1989, n.18, p.108-116

[150]

CARITA, Rui; Centro de Apoio Universitário do Funchal - A Planta do Funchal na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. In O Regimento de Fortificação de D. Sebastião (1562) e a Carta da Madeira de Bartolomeu João (1654). Funchal: Governo Regional da Madeira: Secretaria Regional da Educação, 1984, p.47-73. [Planta publicada inicialmente in *Portugaliae Monumenta Cartographica*, Lisboa, 1960, vol.V]

[151]

CARITA, Rui; Centro de Apoio Universitário do Funchal - O Regimento de Fortificação de D. Sebastião (1562) e a Carta da Madeira de Bartolomeu João (1654). Funchal: Governo Regional da Madeira: Secretaria Regional da Educação, 1984

[152]

FAGUNDES, João - Ribeira Grande: A Cidade Velha. In revista *Oceanos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990, Novembro, n.5, p.78-84

[153]

FERNANDES, José Manuel - Angra do Heroísmo. Lisboa: Editorial Presença, 1989

[154]

FERNANDES, José Manuel - O Funchal e o Urbanismo de Raiz Portuguesa no Atlântico: Estudo Comparativo e de Enquadramento Histórico-Estrutural. In *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira 1986*. Funchal: Governo Regional da Madeira: Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1989, vol.I, p.247-269

[155]

FERNANDES, José Manuel - Ribeira Grande: Do Urbanismo, da Arquitectura Civil, da Simbólica. In actas da 'Semana do Barroco', 1989- [Câmara Municipal da Ribeira Grande, não publicado]

[156]

NOGUEZ, Antoine de Laborde - La Ville d'Ys N'est pas Engloutie. [s.d. ca. 1980. Policopiado. Michel Lugnier UPA 6]

[157]

SOUSA, Nestor de - A Arquitectura Religiosa de Ponta Delgada nos Séculos XVI a XVIII. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1986

Outros

[158]

AMARAL, Ilídio do - Cidades Coloniais Portuguesas: Notas Preliminares para uma Geografia Histórica. In revista Povos e Culturas. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa; Universidade Católica Portuguesa, 1987, n.2, p.193-214

[159]

FERNANDES, José Manuel - L'Inde et le Sud du Brésil: Plans de l'Urbanisme Portugais au XVIIIème Siècle. 1988- [texto da comunicação apresentada no colóquio La Ville Regulière. Paris: Centre Culturel Portugais; Fundação Calouste Gulbenkian. Não publicado]

C - Obras ligadas aos aspectos arquitectónicos

Portugal Continental

[160]

CARDOZO, Mário - Especímenes de Suásticas do Museu Arqueológico de 'Martins Sarmento' em Guimarães (Portugal). Guimarães: [s.n.], 1980

[161]

CASA da Rua Nova. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães: Gabinete Técnico Local, 1986.[folheto]

[162]

DESENHO Etnográfico de Fernando Galhano: I. Portugal. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica: Centro de Estudos de Etnologia: Instituto de Investigação Científica Tropical: Museu de Etnologia, 1985 [catálogo de exposição]

[163]

FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes - Arquitectura da Região Saloia: Enquadramento na Área Atlântica. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991

Ilhas

[164]

BOTTINEAU, Yves - L'Architecture aux Açores du Manuelin au Baroque. In revista Colóquio Artes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977, n.35, p.53-67

[165]

CARITA, Rui [et al.] - Escavações nas Casas de João Esmeraldo-Cristóvão Colombo. Funchal: Câmara Municipal do Funchal, 1989 [catálogo de exposição]

[166]

FEDUCHI, Luis - Los Pueblos Blancos. In Itinerarios de Arquitectura Popular Española. Barcelona, 1978, vol.4

[167]

FERNANDES, José Manuel [et al.] - Arquitectura Popular dos Açores. 1985-[texto para livro, escrito para a Associação dos Arquitectos Portugueses, não publicado]

[168]

FERNANDES, José Manuel - Arquitectura Vernácula e Estruturas Urbanas nos Arquipélagos da Macaronésia (Madeira, Açores, Canárias): Similitudes e Contrastes: Séculos XV-XVIII. In Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira. 1989. Funchal: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990, p.715-725

[169]

FERNANDES, José Manuel - Algumas Considerações sobre a Casa Urbana nas Ilhas do Atlântico: Madeira, Açores, Canárias, Cuba (séculos XVI-XVIII). 1990- [texto da comunicação ao III Colóquio 'Os Açores e as Dinâmicas do Atlântico', não publicado]

[170]

FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes - Um Percurso da Arquitectura Açoreana: do Arquipélago ao Brasil. In Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira. Angra do Heroísmo: I.H.I.T., 1988, vol.XLV, tomo I, p.371-388 [também publicado em: Os Açores e as Dinâmicas do Atlântico: Do Descobrimento à II Guerra Mundial. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1989, p.371-388]

[171]

FILHO, João Lopes - Contribuição para o Estudo da Habitação Rural em Santiago de Cabo Verde. In Cabo Verde: Apontamentos Etnográficos. Lisboa [s.n.], 1976, p. 13-40

[172]

FREITAS, Paulo de - Casinhas de Prazer. In revista Islenha. Funchal: Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1991, Janeiro/Junho, n.8, p.87-88

[173]

GIESE, Wilhelm - Algumas Palavras sobre Janelas e Ralos nos Açores. In revista Açoreana. [s.l., s.n.], 1938, p.20-28

[174]

GIESE, Wilhelm - A Respeito de Rótulas Portuguesas. In separata da Revista de Etnografia. Porto: Junta Distrital do Porto; Museu de Etnografia e História, [s.d.], n.1, p.1-13

[175]

GOMES, J. Reis - Casas Madeirenses. Funchal: [s.n.], 1937 [colectânea de artigos publicados no jornal Diário da Madeira]

[176]

MARQUÉS DE LOZOYA - La Huella Portuguesa en el Arte de las Islas Canarias. In revista Colóquio Artes e Letras. Fundação Calouste Gulbekian, 1970, n.57, p.3-10

[177]

MARTÍN RODRÍGUEZ - Arquitectura Doméstica Canaria. [s.l.], Interinsular Canaria, S.A. [s.d.]. 1. edição, Tenerife: Aula de Cultura del Cabildo Insular de Tenerife, 1978 [2a. edição, Interinsular Canaria, S.A., s.d.]

[178]

MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira - Arquitectura dos Açores: Subsídios para o seu Estudo. Horta: Direcção Regional de Turismo, 1983

[179]

MESTRE, Vítor - Subsídios para o Levantamento da Arquitectura Popular na Ilha da Madeira. In Jornal dos Arquitectos. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1985, n.40-41, p.6-7

[180]

MESTRE, Vítor - As Coberturas de Barro: Ilha de Porto Santo. In *Jornal dos Architectos*. Lisboa: Associação dos Architectos Portugueses, 1985, n.35-36, p.6

[181]

MESTRE, Vítor - Relações entre as Construções da Ilha de Porto Santo e das Ilhas Canárias. In *Jornal dos Architectos*. Lisboa: Associação dos Architectos Portugueses, 1985, n.37, p.5

[182]

MESTRE, Vítor - Os Fornos Domésticos: Algumas Relações entre os Arquipélagos da Madeira e Canárias. In *Jornal dos Architectos*. Lisboa: Associação dos Architectos Portugueses, 1985, n.38-39, p.4

[183]

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim - Tecnologia Tradicional Portuguesa: Sistemas de Moagem. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de Estudos de Etnologia, 1983

[184]

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; PEREIRA, Benjamim - Tecnologia Tradicional Agrícola nos Açores. Desenhos por Fernando Galhano. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de Estudos de Etnologia, 1987

[185]

PÉREZ VIDAL, José - La Vivienda Canaria: Datos para su Estudio. In *Anuario de Estudios Atlánticos*. Madrid-Las Palmas: [s.n.], 1967, n.13, p.41-113

[186]

POURBAIX, Olivier - Culture et Architecture Appropriée: Le Cas de l'Habitat Populaire dans l'Archipel du Cape-Vert. 1990- [tese de fim de curso de arquitectura. Institut Supérieur d'Architecture de la Communauté Française La Cambre, não publicado]

[187]

RODRIGUES, Armando Corte - Açores. In *A Arte Popular em Portugal: Ilhas Adjacentes e Ultramar*. dir. por Fernando de Castro Pires de Lima. Lisboa: Editorial Verbo, 1968, vol.I, p.119-315

[188]

WEBSTER, J.B. - A Ilha de São Miguel em 1821. In *Arquivo dos Açores*. Ponta Delgada: [s.n.], 1920, vol.XIII, p.38 e seg.

Outros

[189]

BAS, Begoña - As Construcións Populares: Un Tema de Etnografía en Galicia. A Coruña: Cuadernos do Seminario de Sagardelos. Edicións do Castro, 1983

[190]

LEMOS, Carlos A.C. - Cozinhas & Etc.. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978

[191]

MACEDO, Francisco Riopardense de - Arquitetura Luso-Brasileira. In Arquitetura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p.53-94

[192]

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - Casas Esquias do Porto e Sobrados do Recife. Recife: Pool Editora S/A, 1986

[193]

WEISS, Joaquín E. - La Arquitectura Colonial Cubana: Siglos XVI-XVII. Havana: Letras Cubanas, 1979

[195]

NEMESIO, António - O Concelho das Ilhas. Amadora: Livraria Bertrand, 1983

[196]

SALVADOR, Frei Vicente do - História do Brasil, 1627 [1. edição em 1895]

[197]

SEGURADO, João Felício dos Santos - Edificações: Biblioteca da Instrução Profissional, Lisboa-Paris: Livraria Alcaná e Bertrand, [s.d.]

[198]

SILVA, Agostinho da - Maria: Teresinha: João. 3. edição. Lisboa: Getecia, 1989 [1. edição. Lisboa: Portugal, 1963]

III- Obras complementares

A - Obras literárias e técnicas

[194]

BRANCO, J.Paz - Manual do Pedreiro. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1981

[195]

NEMÉSIO, Vitorino - O Corsário das Ilhas. Amadora: Livraria Bertrand, 1983

[196]

SALVADOR, Frei Vicente do - História do Brasil, 1627 [1. edição em 1889]

[197]

SEGURADO, João Emílio dos Santos - Edificações: Biblioteca de Instrução Profissional. Lisboa-Paris: Livraria Aillaud & Bertrand, [s.d.]

[198]

SILVA, Agostinho da - Herta: Teresinha: Joan. 3.edição. Lisboa: Cotovia, 1989
[1.edição. Lisboa: Portugalíia, 1953]

B - Obras enciclopédicas

[199]

CUNHA, Antônio Geraldo da - Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa. 2a. edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986

[200]

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley - Breve Gramática do Português Contemporâneo. 4. edição. Lisboa: Edições Sá da Costa, 1991

[201]

DICIONÁRIO de História de Portugal. Dirigido por Joel Serrão. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963-1971, 4 vols.

[202]

DICIONÁRIO Prático Ilustrado: Novo Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro publicado sob a direcção de Jaime de Séguier: Edição actualizada e aumentada por José Lello e Edgar Lello. Porto: Lello & Irmão - Editores, 1976. 1a. edição, Porto: Livraria Lello & Irmão, 1927

[203]

ENCICLOPÉDIE de la Pléiade. Dir. por Charles Samaran. Paris: Gallimard, 1961.

[204]

KOCH, Wilfred - Estilos de Arquitectura II. Lisboa: Editorial Presença; Livraria Martins Fontes, 1985 [tradução do alemão. Mosaik Verlag GmbH. München, 1982]

[205]

TEIXEIRA, Luís Manuel - Dicionário Ilustrado de Belas-Artes. Lisboa: Editorial Presença, 1985

C - Atlas, catálogos, inventários, planos, cartas

[206]

ATLAS Editora. Porto: Porto Editora; Empresa Literária Fluminense, [s.d.]

[207]

ATLAS de España y Portugal. Real. por Victoria Zalacain. Paris: Ed. Zalacain, 1982

[208]

B.N.R.J. [Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro] cota CAM - 4,4. [atrib. a Mateus Fernandes]. Planta do Funchal. [ca. 1570]. Aguarela s/ papel. 930 x 655 mm. Esc. gráfica 8,5 cm = 100 braças. [integrada num conjunto de 11 cartas do reino de Portugal, disponível na BNRJ]

[209]

B.P.A.P.D. [Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada] pasta II, n. 21-22. MICHELOTTI, José Therezio, general engenheiro. Planta de Ponta Delgada. 1814. Desenho com aguada s/ papel. [disponível na BPAPD]

[210]

FERNANDES, José Manuel [et al.] - Arquitectura Popular dos Açores. 1982- [levantamento, análise e ficheiro em execução para a Associação dos Arquitectos Portugueses, não publicado]

[211]

FERNANDES, José Manuel [et al.] - Plano de Salvaguarda de Sesimbra. 1985- [executado para a Câmara Municipal de Sesimbra, policopiado não publicado]

[212]

FERNANDES, José Manuel - Arquitectura de Habitação e Estruturas Urbanas em Portugal: Tipologias. 1985- [investigação levada a cabo como bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian, não publicado]

[213]

FERNANDES, José Manuel - Arquitectura Popular de Influência Portuguesa nas Canárias. 1986- [investigação e levantamento levados a cabo com bolseiro do Ministerio de Asuntos Exteriores de España, não publicado]

[214]

GRANDE Atlas Mundial. Dir. por Frank Debenham e Francisco Vázquez Maure. Lisboa: Selecções do Reader's Digest, 1978

[215]

MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar - Atlas das Cidades Medievais Portuguesas. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, vol.I

[216]

SILVEIRA, Luís - Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, [s.d.][utilizados os vols.I e II]

XVII EXPOSIÇÃO de Arte, Ciência e Cultura: Jerónimos I: 'Cumpriu-se o Mar'. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros: Commissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 1983 [catálogo de exposição]